

V. 24  
Nº 1

JAN/JUN  
2024

Dossiê:

**Teoria social de Marx,  
desigualdades sociais  
e Serviço Social**

**LIBERTAS**

e-ISSN 1980-8518

**Revista da Faculdade de Serviço Social - UFJF  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

REVISTA

---

LIBERTAS<sup>ON LINE</sup>

Revista de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação em Serviço Social  
Universidade Federal de Juiz de Fora

ISSN 1980-8518

DOSSIÊ:

# **Teoria social de Marx, desigualdades sociais e Serviço Social**

VOLUME 24

NÚMERO 1

JANEIRO/JUNHO

ANO 2024



## EXPEDIENTE

### FOCO E ESCOPO

A revista Libertas, criada em 2001, é uma publicação semestral da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objetivo é estimular o intercâmbio da produção intelectual, de conteúdo crítico, produzida a partir de pesquisas empíricas e teóricas, no âmbito brasileiro e internacional, sobre temas atuais e relevantes da área do Serviço Social e das Ciências Sociais e Humanas, com as quais mantem interlocução.

### COMISSÃO EDITORIAL

Dr<sup>a</sup>. Mônica Aparecida Grossi, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora-chefe.

Dr<sup>a</sup>. Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora-adjunta.

Dr<sup>a</sup>. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora-adjunta.

Luciano Cardoso de Souza, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor-executivo.

### CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal; Carina Berta Moljo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Caterine Reginensi, Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Toulouse, França ; Elizete Menegat, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Íris Maria de Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; José Paulo Netto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Margarita Rozas Pagaza, Universidad Nacional de La Plata, Argentina; Maria Aparecida Tardim Cassab, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Maria Beatriz Abramides, Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Maria Patricia Fernandes Kelly, Princeton University, EUA; Maria Rosângela Batistoni, Universidade Federal de São Paulo, Brasil; Marilda Vilella Yamamoto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Nicolas Bautes, Université de Caen Normandie, França; Olga Mercedes Paez, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; Roberto Orlando Zampani, Universidad Nacional de Rosario, Argentina; Rosângela Nair Carvalho Barbosa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Brasil; Sílvia Fernandes Soto, Universidad Nacional de Tandil, Argentina; Xabier Arrizabalo Montoro, Universidad Complutense de Madrid, Espanha.



Universidade Federal de Juiz de Fora  
Faculdade de Serviço Social  
Programa de Pós-graduação em Serviço Social

**Editores:**

Mônica Aparecida Grossi (editora-chefe);  
Isaura Gomes de Carvalho Aquino (editora-adjunta);  
Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras (editora-adjunta);  
Luciano Cardoso de Souza (editor-executivo).

**Editor de Leiante:**

Luciano Cardoso de Souza.

**IMAGEM DA CAPA:** SOUZA, Luciano Cardoso de. *O elefante na sala*, 2024.

**IMAGEM DA CONTRACAPA:** SOUZA, Luciano Cardoso de. *Reconciliação*, 2024.

**ARTE CAPA E CONTRACAPA:** Luciano Cardoso de Souza.

Juiz de Fora/MG, junho, 2024.

**FICHA CATALOGRÁFICA**

Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Curso de graduação em Serviço Social. – n.1 (abril, 2001) –  
– Juiz de Fora, ano 2024 –  
v.24, n. 1.  
Semestral  
Resumo em português e inglês  
Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.  
Versão online ISSN 1980-8518

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Juiz de Fora, Curso de Graduação em Serviço Social.

**Publicação indexada em:**



## Sumário

Editorial VIII

Dossiê temático:

### **Teoria social de Marx, desigualdades sociais e Serviço Social**

Marx diante da França revolucionária na Crítica à filosofia do Direito de Hegel Vitor Bartoletti Sartori	1
Teoria social e método em Marx: materialismo, história e dialética José Amilton de Almeida	18
Atividade sensível e gênero humano nos Manuscritos econômico-filosóficos de Marx Pedro Gomes Barbosa	42
A expropriação do mais-trabalho no contexto da “caça apaixonada do valor” Fernando Araújo Bizerra	66
Considerações sobre a atualidade da teoria social de Marx no contexto da pós-modernidade Inez Rocha Zacarias Elziane (Ziza D) Olina Dourado Isaura Gomes de Carvalho Aquino María Fernanda Escurra	90
Neoliberalismo: a lógica irracional do capitalismo em decadência Natália Perdomo dos Santos	104
A “questão da terra” no Brasil: heranças e permanências na cidade, no campo e na floresta Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz Caroline Magalhães Lima Raphael Martins de Martins	126
(RE)produção social do capital no Brasil: flexibilidade da produção e do acesso a direitos Maria Augusta Bezerra da Rocha	146

**Teoria social de Marx e Serviço Social: aportes para uma abordagem histórico-crítica** 163  
José Fernando Siqueira da Silva

**Totalidade concreta, capitalismo e Serviço Social** 187  
Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras

**A tradição marxista na formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí** 212  
Sofia Laurentino Barbosa Pereira

## **Tema Livre**

**Relação Serviço Social e movimentos sociais a partir dos fundamentos do Serviço Social** 236  
Kathleen Pimentel dos Santos

**A fundamentação dos direitos humanos: tradições teóricas e aproximação ontológica** 251  
Luís Guilherme Nascimento de Araujo  
Clovis Gorczewski

**Socialização da política versus privatização do Estado: elementos para reposicionar a democracia em tempos de crise orgânica - representação e representatividade** 264  
Bárbara T. Sepúlveda  
Miriam Krenzinger

**Quem construiu o "Caes do Porto"? As marcas das relações raciais e da superexploração** 282  
Gustavo Gonçalves Fagundes  
Thiago Vinicius Mantuano da Fonseca

**O homem para todas as estações: irracionalismo e neokantismo na sociologia de Max Weber** 319  
Gabriel Magalhães Beltrão

**VI MINEPS 2017: Esporte, Organismos Internacionais e Neoliberalismo** 340  
Marcelo Paula de Melo  
Emanoel Borges Candal  
Fernando Henrique Carneiro

## **Entrevista**

**O Memórias Reveladas e o desmonte da política pública de abertura dos arquivos da ditadura militar: entrevista com Inez Stampa** 359  
Entrevistadora: Carina Berta Moljo

## **Tradução**

“Não está escuro ainda, mas está chegando lá”: 367

**Crises globais, Serviço Social e resistência**

Iain Fergusson

Michael Lavalette

**Tradução por:**

Giovanna Canêo

Jhulia Salviano da Silva

Pedro Gabriel Silva

Shirleny Pereira de Souza Oliveira

Antoniana Defilippo

## Editorial

# Teoria social de Marx, desigualdades sociais e Serviço Social

Prezadas(os) leitoras(es) comparamos-nos em lhes apresentar o Volume 24, n. 01 da revista *Libertas*, ora publicado, em junho de 2024.

Para nós foi uma grata satisfação recebermos um conjunto de elaborações que, ao dialogarem com a teoria social de Marx, reafirmaram a vitalidade de seu pensamento na produção acadêmica e sua enorme contribuição para compreender a realidade atual, nas diferentes esferas das relações sociais capitalistas.

O dossiê *Teoria social de Marx, desigualdades sociais e Serviço Social* traz a público algumas das produções acadêmicas de autoras(es) participantes do “Seminário de Estudos sobre *O Capital*, de Karl Marx” (Centro de Estudos Otávio Ianni/CEOI/Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ). Esse grupo de estudos foi proposto, em sua total constituição e elaboração, pela Dra. Marilda Villela Iamamoto (UERJ), a partir da pesquisa “Reprodução das relações sociais e Serviço Social no século XXI” (CNPq). A pesquisadora e coordenadora acadêmica do grupo de Estudos tem o apoio de uma coordenação colegiada com pesquisadoras vinculadas à UERJ, UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) e UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Atualmente, o “Seminário de Estudos sobre *O Capital*, de Karl Marx”, conta com a participação de integrantes da pesquisa internacional em rede, “Serviço Social na História”. Na primeira etapa foram realizadas as releituras do livro I, *O Capital - Crítica da Economia Política: o processo de produção do capital* e do *Capítulo VI Inédito*, com 51 participantes, vinculados a 09 universidades brasileiras e 06 estrangeiras. Na segunda etapa, o estudo centrou-se no livro II, *O Capital - Crítica da Economia Política: o processo de circulação do capital*, que teve a participação de 42 pesquisadores(as) de 7 universidades brasileiras e 2 estrangeiras. A terceira etapa, ainda em curso, tem como proposta a releitura do livro III de *O Capital* -

*Crítica da Economia Política: o processo global da produção capitalista* e conta com a inscrição de 55 pesquisadores(as), brasileiros e estrangeiros.

Nessas 3 etapas, o objetivo continuou sendo debater o pensamento social de Marx, no esforço da análise histórico-crítica das relações sociais capitalistas na atualidade, tendo em vista compreender o significado social da profissão de Serviço Social e como se desenvolve o trabalho de assistentes sociais.

Agradecemos a contribuição dessas(es) pesquisadoras(es) integradas(os) na pesquisa em rede internacional “Serviço Social na História” e coparticipantes do Seminário de Estudos sobre *O Capital*, que elaboraram quatro artigos constantes do dossiê. Nesse sentido, expressamos ainda, nossa gratidão aos autores **Iain Ferguson e Michael Lavalette** (docentes e pesquisadores do Reino Unido) pela cessão para a tradução de seu artigo intitulado ‘*It’s not dark yet but it’s getting there*’: *Global crises, social work and resistance*. A tradução foi coordenada e revisada por **Antoniana Defilippo** com a participação de **Geovanna Canêo, Jhulia Salviano da Silva, Pedro Gabriel e Shirleny P. S. Oliveira**. Também agradecemos a **Inez Stampa e Carina Berta Moljo** pela entrevista intitulada “O Memória Reveladas e o desmonte da política pública de abertura dos arquivos da ditadura militar”.

Neste Volume 24, n. 01, expomos 11 artigos vinculados ao dossiê temático “Teoria Social de Marx, desigualdades sociais e Serviço Social” e 06 artigos recebidos em fluxo contínuo, com a participação de 27 pesquisadoras(es).

Os artigos foram escritos por docentes e, também, discentes em processo de pós-graduação, advindos de diferentes regiões do Brasil. Não obstante tratem de temáticas diferentes, os artigos dialogam muito entre si.

Em um primeiro bloco, agrupam-se as elaborações de Sartori, Almeida, Barbosa e Bizerra. A posição de Marx diante da Revolução Francesa e de seus desdobramentos na Crítica à filosofia do Direito de Hegel é analisada por **Vitor Sartori** indicando que ele “vislumbra algo distinto do que se coloca na república nascida na França e da monarquia colocada na restauração e na revolução de 1830” ou seja, “não há elogio acrítico da revolução de 1789 ou da miséria alemã”. O artigo de **José Amilton Almeida** ao tratar dos fundamentos da teoria social marxiana, isto é, do assim chamado “materialismo histórico e dialético”, conclui que “perpassando pela crítica religiosa à crítica do Direito e do Estado, pela crítica da filosofia à crítica da economia política, o *modo de ser* socialmente burguês é desvelado, seu movimento e estrutura são racionalmente apreendidos, as classes fundamentais (capitalistas, proprietários de terras e proletários), evidenciadas, e o método através do qual este *modo de ser* opera mostra-se, então, determinado pelo *modo de produção*”. **Pedro Barbosa** demonstra que a “constatação das

determinações gerais do ser social tornou possível a Marx lidar com o problema da negação do homem na atividade estranhada. Indo à raiz do ser social – tanto ao complexo da individualidade quanto ao “complexo de complexos da universalidade social” –, a crítica ontológica da economia política, iniciada nos Manuscritos econômico-filosóficos, permitiu a Marx, por um lado, demonstrar os problemas da produção capitalista – o estranhamento do homem em relação ao objeto que produz, o estranhamento-de-si e da própria atividade, o estranhamento em relação ao gênero autoproduzido, e o estranhamento em relação aos demais –; e, por outro, tornar explícitas as categorias e determinações mais gerais do ser social”. **Fernando Bizerra** “oferece uma síntese teórico-interpretativa, a partir de exegeses e análises econômicas de Karl Marx, sobre a expropriação do mais-trabalho na sociedade capitalista”, “os elementos coligidos permitem a compreensão de que a expropriação do mais-trabalho que nutre os capitalistas ao longo dos últimos séculos ocorre em plena sintonia com a dinâmica socio-reprodutiva do capital, sendo, pois, uma exigência inflexível deste”.

Na sequência, contamos com as elaborações de Aquino, Dourado, Escurra e Zacarias, e de Santos, as quais enfatizam a crítica às elaborações “pós-modernas”. **Isaura Aquino, Inez Zacarias, Maria Fernanda Escurra e Ziza Dourado** tecem considerações teóricas e metodológicas com o objetivo de “afirmar a atualidade do pensamento marxiano, com ênfase na natureza radical e historicidade da sua crítica. Tais considerações são recuperadas no contexto do debate da pós-modernidade e de suas implicações para a vida social e a ciência”. As autoras sintetizam: “a consciência pós-moderna é uma perspectiva, uma forma de compreender a realidade, mas de forma alguma corresponde a essa realidade. Ao contrário, ela desempenha o papel de mistificar essa realidade (...) as estruturas de exploração e domínio burguesas continuam mais fortes do que nunca. Exatamente por tentar eliminar a ontologia dos processos sociais, ignorando a historicidade dos fenômenos, o pensamento pós-moderno é tão funcional a esse sistema”. **Natália Perdomo Santos** analisa “os fundamentos constitutivos do neoliberalismo, que o configuram como uma estratégia de reprodução do capitalismo tardio (...) Resulta desta etapa a reconfiguração das relações e dos seres sociais na sua totalidade, os quais passam a expressar nos costumes o irracionalismo do capitalismo em decadência. Este é o marco a partir do qual será tecida uma crítica ao pensamento mistificador formulado pelos foucaultianos Dardot e Laval, exposta no livro 'A Nova Razão do Mundo”.

Com ênfase na análise sobre o Brasil, Diniz, Magalhães e Martins; e Rocha, apresentam elementos importantes para a compreensão da questão social e para a “agenda” do Serviço Social brasileiro. **Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, Caroline Magalhães Lima e Raphael Martins**, “a partir de categorias marxianas e de intérpretes marxistas, realizam apontamentos

sobre a “questão da terra”, explicitando heranças e permanências que marcam sua disputa na cidade, no campo e na floresta. Essa chave analítica é fundamental para o trabalho de assistentes sociais, na apreensão dos sentidos da dinâmica da produção e reprodução das relações sociais capitalistas e identificação das mediações necessárias ao enfrentamento das expressões da “questão social”, que assume novas complexificações em tempos de reconfiguração do capitalismo mundializado”. **Maria Augusta Rocha** analisa como a produção flexível implica em direitos flexíveis tendo como foco o cenário recente pós-golpe de 2016, no Brasil. “Elemento central dessas transformações e foco deste trabalho é que os desdobramentos das mudanças no processo produtivo também possuem impactos na reprodução social da vida da classe trabalhadora e no seu acesso a direitos sociais e trabalhistas (...) Em países de capitalismo periférico e dependente como o Brasil, esses rebatimentos são ainda mais intensos tendo em vista que possuem desde suas bases de formação social uma produção especializada para o mercado internacional e exploração intensiva da força de trabalho com baixa remuneração”.

A contribuição da teoria social de Marx para a compreensão do Serviço Social está presente nos artigos escritos por Silva, Eiras, Pereira. **José Fernando Siqueira da Silva** debate o sentido da perspectiva histórico-crítica a partir da teoria social de Marx. Propõe “dialogar com o Serviço Social como profissão no atual estágio de acumulação capitalista, nas condições particulares da América Latina (...) O artigo conclui que este debate “é pertinente e necessário, ainda que seja fundamental considerar as inúmeras tensões e contradições inerentes a este processo”. Segundo o autor, para o Serviço Social histórico-crítico, de raiz marxista, não há modelo a ser aplicado. “Ao contrário, [negam-se] modelos, receitas, aplicações de qualquer espécie, exige-se um sujeito ativo que atue na história – onde se situa a profissão – sempre de forma relativa (não plena), construindo conhecimentos a partir da realidade, analisando sua dinâmica, reconstruindo categorias que [explicam] o ser social. (...) É também um compromisso ético-político (...) que rejeita “neutralidades”, questiona diversas formas de ciências descritivas e opõe-se a todas as orientações e posturas obscurantistas e de base fascista”. **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras** evidencia a “relação entre totalidade concreta e capitalismo, a partir da argumentação de Marx e Engels e do diálogo com pesquisadores marxistas, em um estudo preliminar para compreender os fundamentos históricos das perspectivas críticas/contestatórias ao Serviço Social Tradicional (SST), emergentes nas décadas de 1960-1970, no plano desta totalidade, de um modo global”. A autora adotou a hipótese de que a emergência da perspectiva crítica/contestatória ao SST nesses países, no período de 1960-1980, teve como fundamento histórico a inserção da profissão na *totalidade concreta* das relações sociais capitalistas. “Foi necessário explicitar a compreensão dessa

*totalidade concreta* para entender o processo nesta dimensão transversal aos países analisados, por isso, recorreremos à Marx e Engels, e aos historiadores no campo do marxismo, para formular, ainda que de modo inicial, essa explicação sobre o processo histórico global que se instaura com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas perpassado pela contradição (unidade e antagonismo) entre capital e trabalho”. **Sofia Laurentino Barbosa Pereira** analisa a “influência da tradição marxista na formação profissional no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, nas quatro propostas curriculares implantadas na trajetória do curso, de 1976 a 2012 (...) O estudo contribui com a literatura sobre os fundamentos do Serviço Social e sua interlocução com o pensamento social de Marx, revelando as tendências teórico-metodológicas, as direções e os projetos de profissão e de sociedade construídos nos processos formativos no percurso histórico do curso da UFPI”.

Ainda, nos artigos de tema livre, abre a seção **Kathleen Pimentel dos Santos**, apresentando a discussão acerca da relação entre Serviço Social e movimentos sociais na ótica dos fundamentos da profissão. A partir de pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória busca compreender como esta relação se processa no âmbito profissional e evidencia que, através de processos aproximativos, ainda que, haja concordância na categoria profissional acerca dessa relação, há questões relevantes que devem ser consideradas. A mais importante delas é a de que há poucas pesquisas e produções acadêmicas sobre a temática no Serviço Social. Na sequência, **Luís Guilherme Nascimento de Araujo** e **Clovis Gorczewski**, através de pesquisa bibliográfica, trazem importante contribuição sobre as bases históricas e filosóficas presentes nos debates europeu, anglo-saxão e norte-americano que versam sobre direitos humanos em seus fundamentos ontológicos. Destarte, o caráter inédito do trabalho está em descortinar as “particularidades do ser social como ser automediador através do trabalho e na dinamicidade imanente das suas relações como ser histórico.” O artigo de **Bárbara T. Sepúlveda** e **Miriam Krenzinger** analisa com propriedade a problematização central apresentada, qual seja, como ocorre “a representação político-partidária” na particularidade da formação sócio-histórica brasileira de segmentos subalternizados, especificamente o de mulheres negras. Essa abordagem abarca a contraditória e desigual relação no modo de produção capitalista periférico, numa perspectiva de totalidade que articula sujeitos sociais, Estado e acumulação capitalista. Ao apresentarem um debate necessário e urgente, **Gustavo Gonçalves Fagundes** e **Thiago Vinicius Mantuano da Fonseca** abordam o racismo nas relações sociais de superexploração da força de trabalho na construção do cais do porto do Rio de Janeiro, no início do século XX. A reflexão deles é consistente e indispensável, não só para profissionais e estudantes de Serviço Social, mas para pesquisadores em geral. Em tempos de

ascensão da extrema-direita e de análises que perpassam o fatalismo e o conservadorismo, as reflexões tecidas por **Gabriel Magalhães Beltrão** acerca do irracionalismo que entrelaça o pensamento de Max Weber são densas na sua construção e potente na análise. Para tanto, recorre às fontes clássicas e alimenta o debate contemporâneo não só do Serviço Social, mas das Ciências Sociais. **Marcelo Paula de Melo, Emanuel Borges Candal e Fernando Henrique Carneiro** analisam as estratégias burguesas para a Educação Física/Esportes, no plano internacional, através das “indicações e recomendações da VI Conferência de Ministros e Alto Funcionários da Educação Física e do Esporte (MINEPS - vinculado à ONU/UNESCO), realizada em Kazan (Rússia) no ano de 2017 e suas relações com as políticas públicas de Esporte, Educação Física e Lazer. Os autores afirmam que “ao longo das reflexões, foi possível perceber uma Educação Física voltada à difusão de valores nos marcos do capital, em especial com características de associação às demandas estruturais neoliberais pelo alto desemprego e informalidade”.

A imagem que ilustra a capa desta edição, elaborada por **Luciano Souza**, busca representar o avanço da “civilização” humana contra a natureza, nos servindo de lembrete sobre o futuro catastrófico que há tanto tempo fingimos ignorar. O edifício moderno, imponente e reluzente, simboliza o ambicioso “progresso” humano – a materialização do fetichismo da mercadoria descrito por Marx – que estimula relações sociais que priorizam o lucro e a acumulação incessante de capital. Projetada sobre o edifício há a sombra de uma árvore que, ao mesmo tempo em que representa a solitária resistência da Mãe Terra à degradação ambiental gerada por essa busca insaciável, reflete a ignorância humana que se furta a reconhecer o impacto devastador de suas ações sobre a natureza e tenta se convencer, em vão, de que o crescimento econômico pode continuar indefinidamente sem consequências. Entretanto, o vibrante céu azul simboliza a possibilidade de mudança, uma lembrança de que, somente ao romper com a ignorância de que vivemos sob o desígnio de ideologias que nos dessensibilizam e promovem uma percepção distorcida da realidade, a humanidade poderá encontrar um caminho para a reconciliação com a natureza, ou seja, consigo mesma, colocando fim ao seu processo de autodestruição.

Ao finalizar o Editorial, registramos nosso apoio ao movimento paredista coordenado pelas entidades sindicais, sobretudo, ANDES e FASUBRA, e no plano local, APES-JF e SINTUFEJUF. As ações empreendidas durante a greve buscaram disputar e fortalecer o campo da educação pública, da pesquisa e produção acadêmica no Brasil, através dos recursos que são imprescindíveis para a sua implementação, seja nas condições de acesso e permanência dos estudantes, seja na manutenção e ampliação do patrimônio e das condições de trabalho para o

conjunto dos(as) trabalhadores(as).

Frisamos ainda que as atividades necessárias à publicação deste número da revista *Libertas* foram consideradas pelo Comando Local de Greve do SINTUFEJUF como de caráter excepcional e por isso puderam ser mantidas durante a greve.

Antes de finalmente nos despedir, gostaríamos de saudar e manifestar nosso agradecimento a **Mônica Grossi** pelo trabalho que realizou como editora-chefe na *Libertas*. Desejamos à nossa cara companheira de luta muito sucesso nos novos projetos que irá conduzir – razão pela qual deixará de compor a Comissão Editorial da *Libertas*. Felicidades, Mônica!

Juiz de Fora, 26 de junho de 2024.

Isaura Aquino, Alexandra Eiras, Mônica Grossi e Luciano Souza.

# Marx diante da França revolucionária na Crítica à filosofia do Direito de Hegel

Marx towards revolutionary France in the  
Critic of Hegel's Philosophy of Law

Vitor Bartoletti Sartori\*

**Resumo:** Analisaremos a posição de Marx diante da Revolução Francesa e de seus desdobramentos na Crítica à filosofia do Direito de Hegel. Mostraremos que, já no início de 1843, a revolução de 1789 não é um modelo para Marx ao se pensar o futuro. Antes, ela expressa a consolidação da oposição entre o social e o político, bem como o mútuo estranhamento entre sociedade civil-burguesa e Estado. Aquilo que se passa na França depois dos acontecimentos revolucionários é enxergado como um avanço, e como algo superior à monarquia constitucional alemã, defendida por Hegel. Porém, tanto a constituição estatal republicana quanto a monárquica são enxergadas como marcadas pela representação política e pela abstração típica do entendimento, de modo que seria preciso uma defesa decidida da democracia, a qual finalmente acaba por reconhecer que o Estado é um predicado da sociedade, e não o oposto, como ocorre na Filosofia do Direito.

**Palavras-chaves:** Marx; Crítica da filosofia do Direito de Hegel; Revolução Francesa; Estranhamento político.

**Abstract:** We will analyze Marx's position in the face of the French Revolution and its consequences in the Critique of Hegel's Philosophy of Law. We will show that the revolution of 1789 is not a model for Marx when thinking about the future. It expressed the consolidation of the opposition between the social and the political, as well as the mutual estrangement between civil-bourgeois society and the State. What happens in France after the revolutionary events is seen as an advance, and as something superior to the German constitutional monarchy, defended by Hegel. However, both, the republican and monarchical state constitutions, are seen as marked by political representation and the typical abstraction of understanding. A clear defense of democracy would be necessary, which ultimately ends up considering that the State is a predicate of society, and not the opposite, as occurs in Hegel's Philosophy of Law.

**Keywords:** Marx; Critic of Hegel's philosophy of Law; French Revolution; Political alienation

---

\* Professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Mestre em História social pela PUC SP e doutor em teoria e filosofia do Direito pela USP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9570-9968>

## Introdução

No presente texto, intentamos analisar a transformação dos estamentos políticos em estamentos sociais na *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. Procuraremos demonstrar que, já no início de 1843, a distinção entre o âmbito político e social é de grande importância para Marx. Sua interpretação sobre a Revolução Francesa liga tal transformação à força do legislativo, à abstração presente no Estado e no Direito e, indiretamente, a possibilidade da emergência da forma política da democracia.

A partir do que Chasin chamou de análise imanente<sup>1</sup>, explicitaremos como que, no texto aqui analisado, Marx não é um simples defensor da Revolução Francesa ao mesmo tempo em que não toma o atraso alemão como medida para tratar do presente.

## A peculiaridade da Crítica à filosofia do Direito de Hegel no percurso formativo de Marx

As diferenças de Marx quanto à posição hegeliana já aparecem em seu doutoramento, em que o autor destaca a necessidade de uma posição reflexiva, e não imediata, com o autor da *Fenomenologia* (Marx, 1974). Não seria possível simplesmente adotar as conclusões de Hegel em uma época posterior àquela do autor. Seria preciso, pois, buscar mediações históricas, para que se enxergasse o pensamento hegeliano em sua época e para que se pudesse progredir, tendo em conta o desenvolvimento histórico do gênero humano, diante daquilo deixado pelo autor.

Nesse sentido, *A diferença entre as filosofias da natureza de Demócrito e de Epicuro*, de 1841, trata de autores que pouca importância tiveram no sistema hegeliano. Marx, com isso, questiona o posicionamento hegeliano sobre a filosofia ao abordar os mencionados pensadores. Porém, haveria algo mais, e que nos é fundamental sobre a relação de Marx com Hegel: ao contrário do que acontece com parte substancial dos neohegelianos – exceção feita a Feuerbach (Cf. Marx; Engels, 2003; 2007) –, para Marx, seria preciso questionar os próprios princípios da dialética do autor da *Filosofia do Direito*. Ou seja, é preciso muito cuidado ao classificar Marx como um “neohegeliano”.

Primeiramente, isso se dá porque os próprios grupos que se autoproclamavam discípulos de Hegel eram muito heterogêneos (Cf. Heinrich, 2019). Porém, e mais fundamental para nós:

---

<sup>1</sup> Como diz Chasin: “tal análise, no melhor da tradição reflexiva, encara o texto – a formação ideal – em sua consistência autossignificativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos como negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam. Configuração esta que em si é autônoma em relação aos modos pelos quais é encarada, de frente ou por vieses, iluminada ou obscurecida no movimento de produção do para-nós que é elaborado pelo investigador, já que, no extremo e por absurdo, mesmo se todo o observador fosse incapaz de entender o sentido das coisas e dos textos, os nexos ou significados destes não deixariam, por isso, de existir [...]” (Chasin, 2009, p. 26).

ao passo que tais grupos reivindicavam o verdadeiro legado hegeliano, Marx já se encontra criticando os pontos de partida do hegelianismo.

E, assim, a relação reflexiva que Marx reivindica para si levaria à impossibilidade de simplesmente se declarar como um “hegeliano” puro. Antes, tratar-se-ia de reconhecer o lugar de Hegel na história, ao mesmo tempo em que a superação do sistema e da dialética hegeliana estariam na ordem do dia para a filosofia e para o trabalho da filosofia.

Levantamos tais aspectos para que a *Crítica da filosofia do Direito de Hegel* possa ser vista com mais cuidado: não se trata do primeiro momento em que Marx questiona Hegel. Também não se está diante de um autor que realiza uma autocrítica radical quanto à sua posição anterior: na mesma época em que escreve o texto, Marx continua a se referir, em suas cartas, aos textos da *Gazeta Renana*, por exemplo (Cf. Marx; Engels, 2020). Se há mudanças na posição do autor – e claramente elas estão no texto (Cf. Sartori, 2020) – elas são o resultado de um percurso longo, que precisa ser estudado com cuidado.

E, como não poderia deixar de ser, tais mudanças dizem respeito tanto à sua posição política (que não se confunde mais com aquela da defesa do Estado racional, ou do Estado político pleno, como na *Gazeta Renana*)<sup>2</sup> quanto às questões de princípio. Quanto a esse último aspecto, a especulação hegeliana é criticada na medida em que a própria política ficaria eclipsada diante do idealismo especulativo do autor, para quem:

A essência das determinações do Estado não consiste em que possam ser consideradas como determinações do Estado, mas sim como determinações lógico-metafísicas em sua forma mais abstrata. O verdadeiro interesse não é a filosofia do direito, mas a lógica. O trabalho filosófico não consiste em que o pensamento se concretize nas determinações políticas, mas em que as determinações políticas existentes se volatilizem no pensamento abstrato. O momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica. A lógica não serve à demonstração do Estado, mas o Estado serve à demonstração da lógica (Marx, 2010, p. 38-39).

A especulação hegeliana levaria a uma posição lógico-metafísica diante do Estado e do Direito. Esses últimos acabariam por ser subsumidos à esquemas lógicos e especulativos, nos quais as determinações políticas acabariam por se volatilizar.

Marx, por outro lado, defende justamente a necessidade de captar a lógica da coisa, as determinações políticas, e o próprio Direito. E, assim, ao passo que, para Hegel, a filosofia acaba por subordinar em seu caráter abstrato a concretude da realidade, para Marx, tem-se o oposto: o trabalho filosófico deve apreender as determinações políticas existentes, o Direito e a lógica da coisa. Para o autor da *Filosofia do Direito*, tem-se a busca pela coisa da lógica; já,

<sup>2</sup> Sobre o assunto do Estado racional, Cf. Eidt (1998).

em Marx, procura-se, ao contrário, a diferença específica colocada na própria realidade e na lógica específica do objeto específico. Tem-se, assim, uma inversão em Hegel: a realidade mesma aparece como um predicado da ideia, e não o oposto. Na síntese de Leonardo de Deus: “Marx critica Hegel por promover uma autêntica ontologização da ideia e, conseqüentemente, uma desontologização da realidade” (De Deus, 2014, p. 21). Marx, com isso, defende o estatuto ontológico (Cf. Chasin, 2009) das categorias, as quais, como ele dirá posteriormente, “expressam formas de ser determinações de existência” (Marx, 2011, p. 59)<sup>3</sup>. A posição da *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*, com isso, é bastante importante no itinerário formativo de Marx.<sup>4</sup> Mesmo que não traga uma reviravolta completa (pois Marx já criticava Hegel), e que na obra não se tenha a posição política comunista de Marx (como acontecerá ainda no final de 1843), ela traz algo essencial: uma posição clara quanto ao estatuto do pensamento, que capta o movimento da própria realidade, cuja existência é objetiva.

### **Revolução Francesa, estamentos políticos e sociais diante da vida política e da vida privada**

Marx, assim, critica substancialmente o sistema hegeliano.<sup>5</sup> Trata de mostrar como seu princípio é marcado pela especulação e pela inversão entre sujeito e predicado. Ao analisar a política, o autor da *Crítica da filosofia do Direito de Hegel* explicita como que a classe universal trazida por Hegel (a burocracia) está maculada pelo particularismo, de modo que se coloca com tonalidades teológicas: “o espírito burocrático é um espírito profundamente jesuítico, teológico. Os burocratas são os jesuítas do Estado, os teólogos do Estado” (Marx, 2010, p. 65). Longe de se ter qualquer Estado racional, tem-se o nível da teologia (e não da filosofia, por exemplo), de modo que o Estado não se coloca como um instrumento de realização da razão na história, como quer Hegel. O trabalho filosófico, assim, não é realizado; a ideia aparece como uma espécie de demiurgo do real. A ideia de burocracia, assim, parece se sobrepor à burocracia mesma ao passo

<sup>3</sup> Para uma abordagem da teoria das abstrações de Marx, Cf. Chasin (2009) e Assunção (2014).

<sup>4</sup> Acreditamos ser importante estudar esse texto, portanto. Isso se dá também porque o melhor da crítica marxista ao Direito, infelizmente, acaba por não o estudar. No texto de Naves (2014), *A questão do Direito em Marx*, não há um tratamento dedicado ao livro que aqui mencionamos. Ele é abordado, muito rapidamente, em conjunto com outras obras supostamente anteriores ao “corte epistemológico” existente na obra marxiana a partir de *A ideologia alemã*.

<sup>5</sup> Também por essa razão, não podemos concordar com Furet quando diz que “o jovem Marx conhecia Hegel da primeira à última linha e foi por seu intermédio que tomou conhecimento da Revolução Francesa, antes de estudá-la na historiografia francesa” (Furet, 1989, p. 13). O autor francês parece tomar Marx como alguém que emula Hegel no seu tratamento da revolução de 1789 quando, em verdade, trata-se de entender justamente a peculiaridade do pensamento marxiano. Noutro momento, o pensador francês realiza o mesmo procedimento ao se ter a influência de Feuerbach: “o Marx de 1843-44 está em pleno entusiasmo feuerbachiano; propõe-se a criticar a concepção hegeliana de Estado e a fazer com o Estado hegeliano o mesmo que Feuerbach faz com a alienação religiosa” (Furet, 1989, p. 12). Em ambos os casos, o texto do Marx, ao fim, aparece como uma mera sombra do pensamento de outros pensadores.

que essa última, em verdade, é mesquinha. Ela expressa “a real falta de espírito do Estado” que é transformada “em imperativo categórico. A burocracia se considera o fim último do Estado” (Marx, 2010, p. 65). Portanto, somente com uma logicização de uma classe universal – e com a suposição de que a monarquia constitucional é capaz de trazer uma pessoa, o monarca, como alguém que está acima da sociedade, bem como sem apreender o ser da burocracia mesma – é que Hegel toma a esfera estatal como racional, universal e capaz de reconciliar as contradições e as oposições da sociedade civil-burguesa.

Após questionar o princípio especulativo da filosofia hegeliana, nosso autor ataca a leitura da *Filosofia do Direito* sobre a potencialidade do Estado moderno, portanto.

Da crítica ao caráter especulativo – e, no limite, teológico – do pensamento hegeliano, vai-se à crítica da posição do autor sobre a política e sobre o Estado moderno.

Marx, porém, já no início de 1843, não pode se contentar com tais conclusões.

Uma das descobertas mais importantes de sua *Crítica à filosofia do Direito de Hegel* é aquela segundo a qual, na oposição entre Estado e sociedade, a sociedade civil-burguesa é o sujeito e a esfera política é um predicado dessa sociedade. Para nosso autor, ao contrário do que ocorre na especulação hegeliana, “família e sociedade civil[-burguesa] são os pressupostos do Estado; elas são os elementos propriamente ativos; mas, na especulação, isso se inverte” (Marx, 2010, p. 30). E, dessa maneira, é preciso se voltar às próprias determinações da sociedade, no caso, como disse Marx posteriormente, da “sociedade [civil-]burguesa’, que se preparou desde o século XVI e que, no século XVIII, deu largos passos para sua maturidade” (Marx, 2011, p. 54). Ou seja, mesmo que Marx ainda não traga em seu repertório uma crítica da economia política madura e posta de modo plenamente consciente, ele precisa se voltar à compreensão do elemento social, o qual se coloca na sociedade que analisa. E, com isso, o autor aborda o impacto da Revolução Francesa na história, mais precisamente: ele analisa como que a própria oposição entre o político e o Estado de um lado, e o social e a sociedade doutro se colocam na moderna sociedade civil-burguesa a partir dessa revolução e de suas consequências.

Somente a Revolução Francesa completou a transformação dos estamentos políticos em sociais, ou seja, fez das distinções estamentais da sociedade civil[-burguesa] simples distinções sociais, distinções da vida privada, sem qualquer significado na vida política. A separação da vida política e da sociedade civil[-burguesa] foi, assim, consumada (Marx, 2010, p. 97).

É também por perceber que a sociedade civil-burguesa é o sujeito e o Estado o predicado que Marx traz a Revolução Francesa à tona. A partir da análise desse acontecimento, resta claro que o elemento social e o político são distintos. E mais: em verdade, eles estão presentes na

---

própria oposição entre sociedade civil-burguesa (e vida civil-burguesa) de um lado e o Estado (também a vida política) de outro.

Tal contraposição é característica do modo pelo qual se conforma o Estado moderno, por meio de uma oposição e mútuo estranhamento entre a vida política e a vida civil-burguesa (Cf. De Deus, 2014). E, com isso, ao contrário do que acontecia em 1842 na *Gazeta Renana*, Marx não se baseia mais na superioridade do Estado político e racional diante do privilégio e do particularismo; ele enxerga esses dois últimos como determinações de uma situação em que a vida política e a privada se contrapõem (Cf. Sartori, 2020). As distinções estamentais se vão com a Revolução Francesa e o privilégio, bem como as prerrogativas privilegiadas, tornam-se algo já ultrapassado do ponto de vista histórico-mundial. No lugar deles, depois dessa revolução, tem-se o tempo do Direito baseado na oposição entre o público e o privado, bem como na existência de estamentos sociais. As distinções estamentais se tornam sociais e a oposição entre vida privada e vida política se explicita com força. Ou seja, Marx olha para a Revolução Francesa como um avanço diante da feudalidade; no entanto, o Estado trazido por essa revolução não é resolutivo das condições sociais do mundo moderno. Antes, ele consolida e reconhece o mútuo estranhamento entre o elemento político e a vida civil-burguesa.

A Revolução Francesa traz à cena uma situação em que a contraposição entre o público e o privado não é resolvida. Antes, ela é reconhecida como um fundamento inatingível. A revolução acaba por superar os estamentos políticos, mas mantém os sociais e, desse modo, a vida civil-burguesa moderna prevalece de modo particularista.

Os entraves que marcaram a feudalidade são, em linhas gerais, superados. Mas os entraves que marcam o mundo moderno emergem e são expressos na oposição, bem como no estranhamento, entre a sociedade e a vida civil-burguesa de um lado e o Estado e a vida política de outro. David Maclellan diz que “para todos os intelectuais alemães, a Revolução Francesa era a revolução. E Marx e seus amigos Jovens Hegelianos constantemente se comparavam aos heróis de 1789” (Mclellan, 2023, p. 146). E, pelo que vemos, ele está bastante enganado. Primeiramente, não é possível colocar Marx em conjunto com os neohegelianos sem inúmeras mediações. Em segundo lugar, o biógrafo de Marx está equivocado porque toma a Revolução Francesa como algo a ser resolutivo para o pensamento marxiano. Pelo que vemos, antes, ela traz os problemas tipicamente modernos; ela explicita questões que fazem parte da própria constituição da política e do Direito modernos, os quais são tratados na *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*.

## A Alemanha diante da Revolução Francesa no começo de 1843

Analisando a política e o Direito, Marx critica a posição hegeliana, a qual julga estar aquém daquela dada pela Revolução Francesa. A defesa da monarquia constitucional preservaria a contradição e o mútuo estranhamento entre sociedade civil-burguesa e Estado. E, assim, tanto seria necessário mostrar o anacronismo da política alemã quanto não bastaria remeter aos princípios da revolução de 1789. Ao analisar a centralidade que adquire o que Hegel chama de poder governamental (que seria exercido pelo monarca), o autor da *Crítica à filosofia do Direito de Hegel* acaba por remeter aos diferentes poderes presentes no Estado e os compara tendo em conta o seu potencial:

O poder legislativo fez a Revolução Francesa; lá onde ele, em sua particularidade, apareceu como dominante, ele fez, em geral, as grandes revoluções universais orgânicas; ele não combateu a constituição, mas uma particular constituição antiquada, precisamente porque o poder legislativo era o representante do povo, da vontade genérica. Em contrapartida, o poder governamental fez as pequenas revoluções, as revoluções retrógradas, as reações; ele não fez a revolução por uma nova constituição, contra uma antiga, mas a fez contra a constituição, precisamente porque o poder governamental era o representante da vontade particular, do arbítrio subjetivo, da parte mágica da vontade (Marx, 2010, p. 97).

Na contraposição à Hegel, Marx ataca a importância que o autor atribui ao monarca. Em sua visão, em verdade, o soberano aparece como uma pessoa (e não como o povo como um todo) dotada de arbítrio, e não como a expressão da liberdade. Com isso, sequer se chega ao patamar da Revolução Francesa em que a constituição (entendida aqui como uma configuração específica do Estado, como a da monarquia, e não no sentido do moderno constitucionalismo) consegue representar o povo, com sua vontade genérica.

Ou seja, tanto no caso alemão quanto no francês a representação política está presente. Em ambos os países, têm-se sérios problemas, tanto porque ainda há estamentos políticos e privilégios quanto ao se trazer à tona o estranhamento político e os estamentos sociais. No entanto, seria gritante o anacronismo da defesa da monarquia constitucional.

Nesta forma de governo, o arbítrio domina e o soberano representa uma vontade pessoal e particular, a qual Hegel acaba por dar uma tonalidade universal somente ao passo que põe em funcionamento o pior do idealismo especulativo: em meio à logicização da realidade, o real torna-se um mero fenômeno da ideia de soberania defendida por Hegel; porém, em verdade, a ideia não pode ser outra coisa que um espelhamento da própria realidade.<sup>6</sup> A especulação

---

<sup>6</sup> Como bem coloca Rubens Enderle: “a inversão determinativa entre sujeito e predicado é, portanto, a inversão ontológica entre a determinação real e a determinação ideal, o conteúdo concreto e a ideia abstrata ou, poder-se-ia dizer, o *ser* e o *pensar*. A Ideia é feita sujeito, na medida em que a ela é conferido o poder de engendrar, a partir de si mesma, suas determinações concretas, finitas” (Enderle, 2005, p. 19).

hegeliana se coloca de tal maneira que “o real torna-se fenômeno; porém, a Ideia não tem outro conteúdo a não ser esse fenômeno. Também não possui a Ideia outra finalidade a não ser a finalidade lógica” (Marx, 2010, p. 30). Hegel quer resolver as contradições presentes na realidade a partir do que chama – de modo bastante *sui generis*, diga-se de passagem – de poder governamental.<sup>7</sup> Ocorre, porém, que, na realidade mesma, o monarca corporifica o arbítrio, e não a liberdade, o particular, e não o universal (Cf. Palu, 2019). Há, portanto, um nexo ineliminável entre a crítica marxiana à posição política e ao funcionamento do sistema hegeliano.

Para Marx, o poder legislativo, em oposição ao poder governamental, teria tido um papel progressista. No limite, foi ele que fez a Revolução Francesa. Nela, a vontade genérica e a universalidade (ainda abstrata, porque calcada na oposição entre sociedade civil-burguesa e Estado) prevalecem. Trata-se do que, nesse momento, Marx chama de revoluções orgânicas, em que as formas de constituição do Estado são questionadas em nome da perfectibilização da política. A representação, assim, coloca-se da maneira mais avançada possível: tem-se o povo e a vontade genérica representados. Porém, em conjunto com a representação, tem-se a o estranhamento entre a sociedade e o Estado.

Na Revolução Francesa, o questionamento de um Estado antiquado é realizado pelo poder legislativo, o qual modifica a forma política procurando superar o arbítrio e o particularismo. Doutro lado, ao analisar a Alemanha do tempo de Hegel (e de seu próprio tempo) Marx traz a proeminência do poder governamental o qual, segundo a *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*, só trouxe revoluções retrógradas, ou seja, reações.

Marx, assim, critica a especificidade da constituição do Estado alemão ao ligá-lo à reação. Hegel, dessa maneira, mesmo que não seja um reacionário, objetivamente, acaba chancelando uma constituição do Estado que se liga às reações. Isso ocorre, ao fim, “porque o poder governamental era o representante da vontade particular, do arbítrio subjetivo, da parte mágica da vontade” (Marx, 2010, p. 97). E, dessa maneira, novamente, destaca-se o anacronismo da defesa hegeliana do Estado alemão.

Como se diz na *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*:

também a constituição francesa representa um progresso. Ela reduziu, em verdade, a câmara dos pares a uma pura nulidade, mas essa câmara, segundo o princípio da monarquia constitucional, tal como Hegel tencionava desenvolvê-lo, só pode ser, por sua natureza, uma nulidade, a ficção da

<sup>7</sup> Colocamo-nos dessa maneira porque há em Hegel uma crítica à separação dos poderes; porém, ao mesmo tempo, ele traz, por meio de uma nomenclatura diferente, funções do Estado, dentre elas, aquela do poder governamental, cuja titularidade, no caso da monarquia constitucional, seria do príncipe. Trata-se de uma construção que, até onde conseguimos ir, não encontra paralelo exato em outro autor.

harmonia entre príncipe e sociedade civil, ou do poder legislativo ou Estado político consigo mesmo como uma existência particular e, precisamente por isso, mais uma vez contraditória. Os franceses deixaram subsistir a perpetuidade dos pares, visando exprimir a independência destes em relação à escolha por parte do governo e do povo. Mas aboliram a expressão medieval: a hereditariedade. Seu progresso consiste em que eles não derivam mais a câmara dos pares da sociedade civil real, mas a criaram a partir de sua abstração. Eles deixam derivar a sua escolha do Estado político existente, do príncipe, sem ter ligado este último a qualquer qualidade social. A paridade é realmente, nessa constituição, um estamento na sociedade civil, um estamento que é puramente político e criado a partir do ponto de vista da abstração do Estado político; mas ele aparece mais como decoração política do que como estamento real, provido de direitos particulares. A câmara dos pares, sob a restauração, era uma reminiscência. A câmara dos pares da revolução de Julho é uma criação efetiva da monarquia constitucional (Marx, 2010, p. 128).

O modo pelo qual se tem na França o questionamento da monarquia com a revolução de 1789 seria um grande avanço diante da forma anterior de colocação da política. Mesmo com o desenvolvimento da restauração, isso ainda seria uma verdade.

A câmara dos pares, de início, em 1814, traz uma composição estamental e hereditária, conformada por estamentos políticos. Trata-se de uma câmara voltada à preservação dos interesses da nobreza. Posteriormente, porém, sua natureza hereditária (e medieval) é abolida e, com isso, Marx destaca como que essa câmara, em sua versão francesa, ao final, somente poderia ser uma ficção de harmonia entre o príncipe e a sociedade civil-burguesa. Uma classe ligada ao medievo tem sua existência medieval suprimida e, assim, essa classe, mesmo que preservada, deixa de se colocar com poder social. A constituição francesa, até mesmo quando se olha para a restauração, é um avanço, portanto. Ela exprime a superação da sociedade medieval e traz uma oposição entre os estamentos políticos e sociais. O resultado é a nulidade da câmara dos pares.

O poder político e o Estado político também se opõem. Eles acabam formando uma existência contraditória e marcada pela oposição entre a sociedade e o Estado. Os pares – ou seja, os nobres nomeados pelo príncipe – colocam-se com certa perpetuidade. Nesse sentido, eles aparentam se colocar como um fruto da vontade política do príncipe e, como tal, independente, do governo e do povo, os quais aparecem representados essencialmente no legislativo. O poder político dos nobres, com isso é um anacronismo.

Segundo Marx, a nobreza não traz mais uma relação imediata com a sociedade civil-burguesa. Antes, a câmara dos pares deriva da abstração do poder político que se pretende um sujeito (e não um predicado) da sociedade. A nobreza, bem como os pares, portanto, não trazem mais qualidades sociais que justifiquem sua perpetuidade. Essa última acaba aparecendo como fruto do arbítrio e, assim, precisa ser superada. O Estado político existente – colocado no

príncipe – opõe-se de modo claro à sociedade; em verdade, o estranhamento entre Estado e sociedade se coloca de modo tão absurdo aqui que o príncipe não está ligado a qualquer qualidade social. Ele acaba por se configurar como alguém ligado a estamentos puramente políticos, de modo a se ter clareza: a abstração da representação política está contraposta ao elemento social, presente na sociedade. A contraposição e o estranhamento entre sociedade e Estado, que foi desenvolvido a partir da Revolução Francesa, com isso, é desenvolvido. Eles chegam a uma figura bastante extremada na restauração, em que hereditariedade ainda se coloca. Porém, mesmo na monarquia de julho de 1830, a existência da câmara dos pares significa que a oposição entre sociedade civil-burguesa e o elemento social de um lado e o Estado político de outro traz consigo a representação e o estranhamento políticos.

Nesse sentido específico, a forma de existência da câmara dos pares na França é, na restauração, aquela de uma reminiscência medieval. E, com isso, já se tem claro que essa câmara é destinada a ser uma nulidade. No caso da monarquia de julho de 1830, as coisas já são diferentes: a câmara dos pares é uma representante autêntica da monarquia constitucional. Tanto num caso como noutro, a situação é melhor do que na Alemanha.

No entanto, Hegel não poderia estar mais errado em tentar se basear nessa nulidade que é a câmara dos pares para se posicionar diante da existência alemã. Aquilo que expressa, de um lado, o caráter de mera reminiscência do passado e de outro o anacronismo da monarquia só prova que é preciso reconhecer a sociedade como o sujeito, e não com o predicado do Estado. E, dessa maneira, seria necessário superar a própria tentativa de fazer o Estado o sujeito do processo social; no limite, tratar-se-ia de superar a oposição entre a sociedade civil-burguesa e o Estado. Isso não seria possível com a monarquia constitucional, baseada no mútuo estranhamento entre o social e o político.

### **Democracia e a superação da oposição entre sociedade e Estado**

Nas distintas constituições, até então colocadas, há, de acordo com a *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*, uma oposição entre o elemento formal e o elemento material. Na melhor das hipóteses, o Estado político se apresenta como uma abstração diante da sociedade; porém, o Estado acredita poder determinar politicamente o conteúdo social, o que, segundo Marx, seria impossível. Em Hegel, isso é explícito na inversão especulativa entre sujeito e predicado, no fato de que o autor pretende que o Estado (que aparece estranhado diante da sociedade) seja capaz de reconciliar as contradições sociais.

Diante disso, Marx começa a criticar a própria representação política. Ao tratar das formas estatais, está criticando a representação. Porém, não questiona o Estado como tal ainda

(Cf. De Deus, 2014; Palu, 2019). Sua solução está na superação da oposição entre sociedade civil-burguesa e Estado, o que, nesse momento de sua obra, traz a política como um elemento importante, ligado a uma forma específica de Estado, a democracia.

Veja-se o que diz Marx no texto que aqui estudamos:

Todas as demais *formas estatais* são uma *forma* de Estado precisa, determinada, *particular*. Na democracia, o princípio *formal* é, ao mesmo tempo, o princípio *material*. Por isso ela é, primeiramente, a verdadeira unidade do universal e do particular. Na monarquia, por exemplo, na república como uma forma de Estado particular, o homem político tem sua existência particular ao lado do homem não político, do homem privado. A propriedade, o contrato, o matrimônio, a sociedade civil [-burguesa] aparecem, aqui (Hegel desenvolve de modo bastante correto estas formas *abstratas* de Estado, mas ele *crê* desenvolver a ideia de Estado), como modos de existência *particulares* ao lado do Estado *político*, como o *conteúdo* com o qual o *Estado político* se relaciona como *forma organizadora*, como entendimento que determina, limita, ora afirma, ora nega, sem ter em si mesmo nenhum conteúdo (Marx, 2010, p. 50).

No Estado representativo, o particularismo se colocaria ao passo que a universalidade abstrata conflui com a separação entre forma e conteúdo que é típica do entendimento. E, assim, na compreensão marxiana o Estado político traz em seu bojo a oposição entre princípio formal e material, oposição essa que é tomada como insuperável.

Para o entendimento, há uma oposição entre forma e conteúdo, do mesmo modo que nas formas estatais marcadas pela representação. A oposição entre o princípio formal e o princípio material, assim, diz respeito às formas de Estado que não poderiam ser chamadas de racionais: elas não alcançariam a superação das oposições (no caso, entre forma e conteúdo); antes, estariam baseadas nelas, tal qual ocorre no entendimento.

Assim, pode-se dizer que o mútuo estranhamento entre sociedade e Estado não é um acidente do Estado representativo moderno. É algo inerente a ele. E tal estranhamento se expressa no modo pelo qual as formas do Estado político são carentes de um conteúdo próprio; tal conteúdo, em verdade, está presente na sociedade, da qual a representação política é uma abstração. A inversão entre sujeito e predicado se dá, no caso, enquanto o Estado aparece como uma forma organizadora sem conteúdo ao passo que a sociedade se mostra como um agente passivo. No entanto, na realidade, o oposto que precisa ser compreendido: o Estado é um predicado da sociedade. Enquanto as constituições políticas não reconhecem isso, o máximo que se consegue é assumir o estranhamento político como algo insuperável. Tenta-se colocar como uma forma organizadora; no entanto, o conteúdo dessa forma está na própria organização social, na sociedade civil-burguesa.

Na república, bem como na monarquia, o homem político, em verdade, é um particular. E, assim, ele não existe acima do homem particular. A consequência disso é que, nessas constituições do Estado, o mútuo estranhamento entre a política e a particularidade social são uma realidade insuprimível, a qual se assenta sobre o caráter abstrato do Estado diante da sociedade: a política é um predicado da organização social, a qual não é compreendida por Hegel de modo devido. Quando se pensa que se oscila entre a república defendida pela Revolução Francesa e a monarquia da restauração de 1814 ou 1830, ou mesmo na monarquia constitucional alemã, tem-se problemas insolúveis. Nessas formas de Estado a oposição entre Estado e sociedade é pressuposta.

A propriedade, os contratos, o matrimônio são ligados ao Direito privado e ao particularismo da sociedade civil-burguesa. Eles se mostram como formas abstratas de Estado; a mediação jurídica que se interpõe na propriedade, no matrimônio e nos contratos reconhece o homem particular da sociedade civil-burguesa, e, assim, o homem político se mostra como um predicado dessas determinações. O Estado político é uma forma organizadora do conteúdo privado e particular, portanto. Ele não se encontra acima, mas ao lado do particularismo da sociedade civil-burguesa; o grande problema, porém, é que o Estado representativo é uma abstração da sociedade e, portanto, não tem em si qualquer conteúdo. Esse último, antes, contrapõe-se a ele na forma do homem privado. A oposição e o estranhamento entre sociedade civil-burguesa e Estado, portanto são reconhecidos como uma espécie de base natural na monarquia e na república.

Por isso, de acordo com Marx, seria necessária uma forma de Estado que não opõe o princípio formal e o material. Tratar-se-ia de um Estado que fosse capaz de reconhecer a sociedade como sujeito e que, com isso, pudesse trazer à tona a resolução da oposição entre sociedade civil-burguesa e Estado. Tem-se a constituição da democracia.

Marx, na *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*, não traz uma crítica à política como tal, mas ao Estado representativo. Ao opor-se tanto à situação alemã quanto àquilo que se desenvolve na esteira da Revolução Francesa, isso se explicita na obra.

Para que o autor não traga uma crítica à própria política, é preciso que ele a veja como algo que tem tanto relação com o Estado quanto, e principalmente, com a organização da sociedade. Na concepção marxiana de democracia, a sociedade civil-burguesa mesma aparece como a verdadeira sociedade política. Nas palavras do autor: “a sociedade civil[-burguesa] é sociedade política *real*” (Marx, 2010, p. 133). Ou seja, diante da crítica à especulação hegeliana, Marx procura trazer a sociedade como o sujeito e o Estado como o predicado; ao tentar resolver a oposição entre os dois termos da relação, ele só pode se apoiar em uma concepção

ontopositiva da política (Cf. Eidt, 1998) ao passo que a vê surgindo democraticamente no seio da sociedade a partir de uma concepção de democracia que nasce da crítica à representação política. Trata-se de uma crítica às próprias oposições políticas, típicas do que o autor chamará posteriormente, nas *Glossas marginais*, de entendimento político (Cf. Sartori, 2020). A maneira de se tratar racionalmente da política somente poderia trazer consigo a superação das oposições e dos entranhamentos colocados sobre os próprios pés depois da Revolução Francesa.

A concepção de democracia marxiana, portanto, é avessa à representação. Essa última partiria do mútuo estranhamento entre sociedade e Estado; e seria justamente esse o problema político próprio à sociedade moderna. No limite, tratar-se-ia de buscar uma constituição política que conseguisse reconciliar indivíduo e gênero humano, portanto.

Na democracia, cada homem, no limite, representa o gênero humano por meio de sua atividade. E, assim, Marx distancia-se substancialmente de qualquer concepção liberal sobre a oposição entre sociedade civil-burguesa e Estado, ao contrário do que pretende Furet ao dizer que “Marx vai buscar em Hegel a distinção Estado-sociedade civil, mas sua crítica à concepção hegeliana do Estado o conduz justamente à acepção liberal desta distinção” (Furet, 1989, p. 17). Em contraposição ao liberalismo, à economia política e ao próprio Hegel, não se trata, portanto, da partição do indivíduo em privado e político, mas na relação unitária entre aquilo que o homem é e o que faz:

A sociedade civil[-burguesa] é sociedade política *real*. E então é um absurdo colocar uma exigência que deriva apenas da concepção do Estado político enquanto existência separada da sociedade civil [-burguesa], uma exigência que deriva apenas da representação *teológica* do Estado político. Nessa situação, desaparece totalmente o significado do poder *legislativo* como poder *representativo*. O poder legislativo é, aqui, representativo no sentido em que toda função é representativa: o sapateiro, por exemplo, é meu representante na medida em que satisfaz uma necessidade social, assim como toda atividade social determinada, enquanto atividade genérica, representa simplesmente o gênero, isto é, uma determinação de minha própria essência, assim como todo homem é representante de outro homem. Ele é, aqui, representante não por meio de uma outra coisa, que ele representa, mas por aquilo que ele *é e faz* (Marx, 2010, p. 133-134).

Se o trabalho filosófico busca a lógica da coisa, e não a coisa da lógica, há de se perceber que, na *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*, ele se volta contra uma concepção teológica. Essa última, em verdade, não teria sido superada por Hegel, para quem a representação ainda é essencial. No caso da política, essa representação se põe seja na república, seja na monarquia, em que a separação e o mútuo estranhamento são a base da atividade e da política mesma. A teologia toma as determinações políticas como algo derivado do pensamento e subsumido a figuras lógico-metafísicas; mas, na filosofia, segundo Marx, o gênero não aparece como algo

estranhado e apartado da atividade humana; ele mesmo passa pela essência humana ao passo que não se tem uma mediação extraterrena, seja ela estritamente teológica (como na religião) ou ela indiretamente teológica, como na representação política. A essência do gênero humano precisa ser apreendida, não mais por uma outra coisa, mas pela própria atividade humana.

Sendo isso impossível com a representação política, trata-se de buscar uma atividade que se coloque mundanamente na sociedade, e não mais no Estado apartado e supostamente colocado acima da vida dos indivíduos. Assim, diz Marx ao se referir ao *locus* real da atividade humana que “a sociedade civil-burguesa é a sociedade política real” (Marx, 2010, p. 133); com isso, a atividade política não está mais colocada em um Estado apartado da sociedade. Com isso, supera-se a representação teológica do Estado político. O trabalho filosófico, então, consegue apreender as reais determinações da política, e, com isso, volta-se à sociedade como o sujeito e ao Estado como o predicado.

O poder legislativo, altivo na Revolução Francesa, poderia deixar de ser meramente representativo. Afinal, ele não traria mais consigo a oposição entre o político e o social, justamente aquilo que caracteriza o moderno Estado representativo trazido pela revolução de 1789. A legislação, assim, coloca-se, certamente. Porém, ela é representativa, não mais na medida em que traz a separação e a oposição consolidadas: ela coloca-se politicamente ao satisfazer necessidades sociais, ao reconhecer a verdadeira sede do poder na sociedade civil-burguesa, que já aparece como sociedade política real.

A atividade social, com isso, coloca-se como política, sem precisar de um corpo político apartado, sem que se tenha a oposição entre sociedade civil-burguesa e Estado.

A atividade particular aparece relacionada harmonicamente com a atividade genérica, não se tendo a oposição entre a realização dos interesses privados e dos interesses políticos. A democracia que defende Marx, portanto, não está, seja em confluência com a república derivada do desenvolvimento da Revolução Francesa, seja com o anacronismo conformado na monarquia constitucional alemã. Ela tem uma formulação que busca nada menos que a superação da oposição entre o elemento social e o político. Um homem singular, com isso, representa todos os homens, não se colocando na democracia como concebida por Marx poderes estranhados entre cada indivíduo. Aquilo que os homens são e fazem os liga diretamente, sem que se tenha o Estado apartado da sociedade e contraposto a essa. Tem-se a crítica ao Estado representativo e a defesa da democracia como forma de Estado correspondente ao desenvolvimento racional do gênero humano. Nesse desenvolvimento, a separação, o apartar e estranhar-se mútuo entre sociedade civil-burguesa e Estado estão superados. As oposições

típicas do entendimento não têm lugar, e a apreensão das determinações reais da política leva a uma concepção em que a superação da oposição entre sociedade e Estado é o central.

### Apontamentos finais

*Crítica à filosofia do Direito* de Hegel é um texto peculiar. Isso se dá, não só porque ele não está completo e não foi publicado na vida de Marx. A matéria que o escrito trata é de grande interesse: a oposição de Marx diante de Hegel. Ao analisar tal tema, passa-se por questões essenciais para a filosofia, como a relação entre sociedade e Estado, a significação histórica da Revolução Francesa e a valorização das distintas constituições estatais. Aqui, tentamos deixar claro como Marx se posiciona no começo de 1843 sobre tais temas. É uma peculiaridade para o estudioso da obra do autor de *O capital* é: diante da ausência de uma crítica da economia política no texto aqui estudado, as posições do autor tendem a ser traçadas de modo bastante distinto do que na obra imediatamente posterior de Marx, em que categorias da economia política (e da sociedade civil-burguesa) como dinheiro e propriedade privada ganham um destaque acentuado. Com isso, a análise da textualidade marxiana, no limite, ganha um interesse muito distinto daquele que é trazido pelo autor na época da escrita: por vezes, somos pegos imaginando como seria a crítica marxiana caso ele não tivesse desenvolvido uma crítica da economia política como algo central. Claro que não é possível fazer especulações nesse sentido. No entanto, há a possibilidade de enxergar como o pensamento marxiano se conformava antes que tivesse investigado com o cuidado e com seriedade a anatomia da sociedade civil-burguesa.

O cuidado do autor já é notável. Ele não cai em tentações gêmeas: de um lado, não toma acriticamente a Revolução Francesa e o Estado político pleno como modelo. Antes, critica o mundo trazido pela revolução de 1789 como aquela do mútuo estranhamento entre a sociedade e o Estado, entre o homem privado e o homem político. E, assim, vislumbra algo distinto do que se coloca na república nascida na França e da monarquia colocada na restauração e na revolução de 1830. A crítica marxiana ao desenvolvimento da Revolução Francesa também não o leva ao romantismo ou ao elogio ao atraso alemão (e nem mesmo à situação *sui generis* colocada na Alemanha). Marx mostra que mesmo a constituição francesa oriunda da restauração – em que a câmara dos pares se coloca – é superior que a alemã. As oposições que caracterizam o mundo moderno aparecem de modo muito mais claro no primeiro país que no segundo e, assim, fica mais evidente a necessidade de se superar o mútuo estranhamento entre Estado e sociedade. Ou seja, não há elogio acrítico da revolução de 1789 ou da miséria alemã.

Marx, com isso, chega à sua formulação de democracia, que traz a própria sociedade como política e tenta trazer a superação da oposição entre sociedade civil-burguesa e Estado. A

relação entre a atividade singular e a atividade genérica não seria estranhada, como o que ocorre com um Estado apartado da sociedade. E, assim, a concepção democrática de Marx intenta trazer a superação da oposição entre o homem privado e o político, com uma crítica decidida à representação política. Ao tentar compreender a maneira pela qual a sociedade se coloca como sujeito e o Estado como predicado, o autor alemão se volta para os limites das constituições estatais e toma a política como um ponto de partida, o qual poderia operar de modo diferente, sem o estranhamento entre o político e o social, bem como sem potências estranhadas que se colocassem entre os indivíduos, como aconteceria na teologia e na política representativa.

Não podemos sucumbir à tentação de pensar como seria o pensamento marxiano sem a crítica da economia política, com a qual Marx logo tomaria contato a partir do esboço de Engels para a crítica da economia política (Cf. Engels, 2020). Ali, Engels traz a correlação entre a crítica da teologia e a crítica da economia política, algo que Marx irá tomar como um ponto a ser desenvolvido nos próximos anos de sua vida (Cf. Sartori, 2020). Ou seja, a análise mais cuidadosa das determinações da sociedade civil-burguesa fará parte dos esforços de Marx logo depois do texto que analisamos. Podemos dizer, portanto, que o caminho tomado na *Crítica à filosofia do Direito de Hegel* seria, no mínimo, revisado, logo a seguir. E tal revisão é de enorme importância: sem ela, Marx não consegue trazer uma crítica ao Estado como tal e não consegue se colocar para além do terreno da sociedade civil-burguesa. Ou seja, aquilo de essencial ao pensamento marxiano posterior não aparece e, em seu lugar, há tentativas mais ou menos ilusórias de superar a oposição entre o Estado e a sociedade civil-burguesa sem suprimir ambas essas instâncias. A formulação marxiana no texto que aqui tratamos é bastante sofisticada, certamente. Mas há de se perceber que sua concepção de democracia é um tanto quanto difícil de compreender: como conceber a crítica à representação e ao estranhamento entre sociedade e Estado sem uma crítica às determinações da sociedade capitalista, como a divisão do trabalho, a propriedade privada, o dinheiro, a mercadoria etc.?

A resposta a essa pergunta, de certo modo, vem sendo buscada por muitos autores radicais que, por vezes, pretendem-se próximos do marxismo. Autores claramente antimarxistas também passam por esse caminho. E, assim, tem-se uma situação dúbia: Marx aparece como mais atual do que nunca. De um lado, aqueles que se colocam à esquerda ainda tentam responder a questões que foram colocados por ele no começo de 1843. Doutro, os problemas da formulação marxiana da questão precisam ficar claros para os marxistas: sem uma crítica da economia política realizada com cuidado, não é possível uma crítica às formas de governo, de Estado e àquilo que Marx chama na *Crítica à filosofia do Direito de Hegel* de constituições estatais. Talvez, a dubiedade da situação se coloque hoje porque falte mais

cuidado na crítica à economia política e, nessa medida, mesmo marxistas, por vezes, caem nas aporias do texto de 1843. Trata-se de algo a ser analisado noutra local. Porém, fica a atualidade de Marx, mesmo que de modo bivalente: para aqueles que se colocam como defensores da resolução política das questões do capitalismo e para aqueles que buscam se contrapor ao próprio capitalismo.

### Referências bibliográficas

- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira. A teoria das abstrações de Marx: o método científico exato para o estudo do ser social. In: *Verinotio* n. 18. Rio das Ostras: UFF, 2014.
- CHASIN, José. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- DE DEUS, Leonardo. *O jovem Marx: 50 anos*. Ouro Preto: UFOP, 2014.
- EIDT, Celso. *O Estado racional: lineamentos do pensamento político de Karl Marx nos artigos da Gazeta Renana (1842 – 1843)*. (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte, 1998.
- ENDERLE, Rubens. Apresentação. In: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ENGELS, Friedrich. Esboço para uma crítica da economia política. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes. In: *Verinotio* v. 26, n. 2. Rio das Ostras: UFF, 2020.
- FURET, François. *Marx e a Revolução Francesa*. Trad. Paulo Bradi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna*. Trad. Cláudio Cardinali. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MARX, Karl. *A diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. Trad. Marcelo Backers. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Cartas sobre O capital*. Trad. Leila Scorsim. São Paulo: Expressão popular, 2020.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia alemã*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MCLELLAN, David. *Karl Marx: Vida e pensamento*. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2023.
- NAVES, Márcio. *A questão do Direito em Marx*. São Paulo: Expressão popular, 2014.
- PALU, Marco Aurélio. *Estado, democracia e gênero humano: a crítica de 1843 e a fundação do pensamento marxiano*. (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Direito, 2019.
- SARTORI, Vitor. Política, gênero humano e direitos humanos na formação do pensamento de Karl Marx. In: *Direito e práxis* n. 11, v. 4. Rio de Janeiro: UERJ, 2020.

# Teoria social e método em Marx: materialismo, história e dialética

Social theory and method in Marx: materialism, history and dialectics

José Amilton de Almeida\*

**Resumo:** O objeto deste estudo são os fundamentos da teoria social marxiana, isto é, do assim chamado “materialismo histórico e dialético”. O objetivo é analisar alguns princípios e categorias fundamentais que permeiam o movimento teórico analítico marxiano, buscando elucidar a) o que é a dialética e qual a concepção de história expressa no materialismo de Marx? b) o que é o trabalho e qual a concepção de humanidade para a sua teoria social: a relação homem/natureza e sujeito/objeto? c) O que é e como opera a alienação (e a ideologia) na sociabilidade humana e de que modo poderia ela ser superada numa perspectiva emancipatória? A metodologia se deu com base em pesquisa e revisão bibliográficas, recuperando sínteses, reflexões e resumos que foram sendo sistematizados ao longo de uma pesquisa de doutorado. Alguns desses fragmentos foram cuidadosamente selecionados e, aqui, ordenados para operar uma modesta contribuição com o estudo do método da teoria social marxista.

**Palavras-chaves:** Materialismo histórico e dialético; Ser social; Trabalho; Trabalho alienado; Comunismo.

**Abstract:** The object of this study is the foundations of Marxian social theory, that is, of the so-called “historical and dialectical materialism”. The objective is to analyze some fundamental principles and categories that permeate the Marxian analytical theoretical movement, seeking to elucidate a) what is dialectics and what is the conception of history expressed in Marx's materialism? b) what is work and what is the conception of humanity for your social theory: the relationship between man/nature and subject/object? c) What is and how does alienation (and ideology) operate in human sociability and how could it be overcome from an emancipatory perspective? The methodology was based on bibliographical research and review, recovering syntheses, reflections and summaries that were systematized throughout doctoral research. Some of these fragments were carefully selected and, here, ordered to make a modest contribution to the study of the method of Marxist social theory.

**Keywords:** Historical and dialectical materialism; Being social; Work; Alienated work; Communism.

---

\* Assistente Social, graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4643-9468>

## Introdução

O objeto sobre o qual discorre o presente artigo são os fundamentos da teoria social marxiana, isto é, do método elaborado por Marx – e Engels –, que convencionou ser chamado de *materialista histórico e dialético*. Este novo modo de absorver cientificamente a realidade social, não apenas enriqueceu e influenciou como revolucionou teórico-metodologicamente a filosofia, a teoria política, a teoria econômica e as próprias ciências sociais, alçando-as a um novo patamar, e ofereceu um instrumento de análise concreta da realidade às classes exploradas, a fim de guiar prática e conscientemente sua emancipação.

Nesse sentido, o objetivo, aqui expresso, é expor algumas características fundantes da *teoria social marxiana*, observando o caminho e as fontes primordiais através dos quais Marx transita do direito à filosofia, da filosofia à economia política, elabora à crítica da economia política com a qual desmistifica o modo de produção capitalista a partir de sua própria base econômica e científica, supera os maiores filósofos e economistas que o precederam, assim como seus contemporâneos e, desde uma juventude de aspiração democrata radical (Netto, 2020), termina por preconizar o comunismo como forma necessária de emancipação da exploração humana.

Com base em pesquisa bibliográfica e análise teórica, recorre-se a textos de Marx e de Engels, além de intérpretes marxistas como Leandro Konder, José Paulo Netto e Luckács, a fim de entender os *fundamentos principais do materialismo histórico e dialético e como essa ciência contribui para a análise (e transformação) da sociedade na qual vigora a exploração de classes*. Para isso, o manuscrito estrutura-se didaticamente a partir de três questões interligadas: *a) o que é a dialética e qual a concepção de história expressa no materialismo marxista? b) o que é o trabalho e qual a concepção de humanidade para essa teoria social: a relação homem/natureza e sujeito/objeto? c) O que é e como opera a alienação (e a ideologia) na sociabilidade humana e de que modo poderia ela ser superada numa perspectiva emancipatória?*

Ademais, espera-se que este texto possa ser mais uma contribuição para o debate acerca do núcleo de fundamentação teórico- metodológicos da vida social e da dimensão ético-política da formação profissional de assistentes sociais, oferecendo um estudo sobre os fundamentos da vida social tal qual é apreendida na teoria social marxiana – e marxista. Vamos a cada uma das três questões então levantadas.

## Dialética e concepção materialista da história em Marx: o longo processo de edificação de um método novo

O material que ora temos em mão não é mais do que uma modesta aproximação a alguns elementos fundamentais da obra de Marx, buscando, sobretudo, os fundamentos da sua filosofia e da “revolução copernicana” que, em suas mãos, sofreu a dialética ao ser posta em pé e, com isso, ser trazida do universo idealista para o materialismo. As categorias, aqui debatidas, encontram-se em obras de Marx como *Introdução* (de *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*); *Sobre a questão judaica*; *Manuscritos econômico-filosóficos*; *A miséria da filosofia* (uma resposta à *Filosofia da miséria* de Phoudhon); *O capital: crítica da economia política*; *A Sagrada família ou Crítica da crítica crítica* – de autoria de Marx e Engels; e *A ideologia alemã* – também de autoria de ambos<sup>1</sup>, dentre outras.

Conforme Netto (2011) chama a atenção, sem referência a Hegel, Marx é incompreensível. Hegel é um dos últimos grandes expoente da fase ascendente da burguesia de quem Marx herdou a concepção dialética<sup>2</sup>, que marca, do início ao fim, o conjunto de sua obra e compõe a ordenação medular do método analítico-crítico que, então, desenvolveu.<sup>3</sup> Ao longo de sua formação e produção intelectual, o autor se desloca do terreno do Direito para o da Filosofia, e da filosofia para o da economia política (Netto, 2020). Ele supera e conserva de cada qual seu núcleo racional, enriquecendo seu modo de abarcar a realidade e, com os fundamentos da crítica do Direito, da religião, da filosofia, da política e da economia política, constrói suas “pesquisas para análise concreta da sociedade moderna, aquela que se engendrou nas entranhas da ordem feudal e se estabeleceu na Europa Ocidental na transição do século XVIII ao XIX: a sociedade burguesa”<sup>4</sup> (Netto, 2011, p. 17). As fontes principais que constituem

<sup>1</sup> Importantes fragmentos dessas obras foram organizados por Netto (2012) no livro *O leitor de Marx* – uma das principais referências bibliográficas utilizadas na construção do presente estudo.

<sup>2</sup> Em Hegel, porém, Marx descobriu que a dialética estava de cabeça para baixo, pois o espírito era absoluto em relação ao objeto; o Estado era o demiurgo da sociedade civil; o sujeito, mesmo compondo unidade com seu objeto e história, aparecia como o movimento do próprio conceito em sua autodeterminação. Sua dialética era, por isso, idealista, apesar de constituir um “idealismo objetivo”, a despeito do “idealismo subjetivo” que habitava a filosofia e era repudiada por Marx. A dialética precisava, pois, ser posta em pé para desvelar o “invólucro místico” que envolvia a natureza humana, a qual possui no trabalho a condição primária do seu ser. Portanto, o trabalho constitui o “primeiro ato”, o “fato histórico” (Marx; Engels, 2009) preliminar da autoconstrução humana: assenta-se no fato de o ser humano produzir os próprios meios com que satisfazer suas necessidades, criar novas necessidades e, concomitantemente, desenvolver relações que se complexificam constantemente, transformando sua realidade social, seu próprio intercâmbio, e transformando a si mesmo como humano.

<sup>3</sup> O próprio Marx reconheceu ser “abertamente discípulo daquele grande pensador [Hegel]” e afirmou ter jogado, “várias vezes, com seus modos de expressão peculiares”. Para Marx (2006, p. 28-29), “a mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais do desenvolvimento, de maneira ampla e consciente”.

<sup>4</sup> Segundo Netto, esta pesquisa, de que resultarão as bases da sua teoria social ocuparão Marx de 1840 até sua morte, “e poderão localizar o seu ponto de arranque nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 e a sua culminação dos materiais constitutivos d’ *O capital*”.

a matéria-prima do seu método foram elucidadas por Lenin (2003), num texto publicado em 1913, sob o título: *As três fontes e as três partes constitutivas do Marxismo*. São elas: (1) a *filosofia alemã*; (2) a *economia política inglesa*; e (3) o *socialismo francês*. Daí resultaram (1) o materialismo como a filosofia do marxismo; (2) a crítica da economia política como a crítica da sociedade capitalista, burguesa; e o socialismo científico, que apreende a *luta de classes* como o motor da história e elucidada o proletariado no seu papel revolucionário diante dela.

Marx não apenas incorpora os principais expoentes dessas “três fontes” como os supera e avança. É “assim que ele trata a filosofia de Hegel, os economistas políticos ingleses (especialmente Smith e Ricardo) e os socialistas que o precederam (Owen, Fourier)” (Netto, 2011, p. 18); e é assim também, que, “avançando criticamente a partir do conhecimento acumulado, Marx empreendeu a análise da sociedade burguesa, com o objetivo de descobrir a sua estrutura e a sua dinâmica” (Netto, 2011, p. 18-19). Essa empreitada configura “um processo longo de elaboração teórica, no curso da qual Marx foi progressivamente determinando o método adequado para o conhecimento veraz, verdadeiro, da realidade social” (Netto, 2011, p. 19). Em Marx, teoria significa “a *reprodução ideal do movimento do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (Netto, 2011, p. 21).

Se temos em vista a ciência como método para se chegar ao conhecimento de algo, significa esperar dela que seja capaz de, mediante procedimentos investigativos e analíticos e instrumentos adequados para tal, reproduzir o movimento concreto da realidade de modo a transpô-la para o âmbito do pensamento. “Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori*” (Marx, 2006, p. 28).

Já nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, Netto (2011, p. 29) lembra que, ainda que Marx não tenha penetrado profundamente na economia política, “isso não compromete a segurança do autor no manuseio da dialética, manuseio que se aprofunda na relação com Engels”. Em *A sagrada família* ou *crítica da crítica crítica*, publicada em 1845 sob autoria de ambos, a dialética adquire um trato mais acabado. Nessa obra, recorda Netto (2011, p. 29): “em várias passagens, os dois jovens autores apontam a perspectiva teórica a partir da qual criticam filósofos como os quais, até pouco tempo antes, mantinham boas relações intelectuais” (Netto, 2011, p. 29). Formulações mais precisas de sua concepção teórica são desenvolvidas em *A Ideologia alemã*, escrita entre 1845/1846 por Marx e Engels (2009) e no interior da qual o materialismo contemplativo de Feuerbach é novamente tomado à crítica. Em *As 11 teses sobre Feuerbach*, na *11ª Tese* Marx (2009) enfatiza o papel da filosofia materialista

diante da história: a partir de então, será o de transformá-la e não simplesmente a interpretar e contemplar. O método filosófico consistirá, assim, em partir da vida real dos homens, das suas condições reais de vida, dos homens reais, ativos, de carne e osso. Desse modo, a filosofia materialista marx-engelsiana arranca do modo de produção humano, do desenvolvimento de suas forças produtivas, das relações sociais com as quais a consciência social se encontra entrelaçada e a partir das quais “os homens”, no papel de sujeitos, “fazem história”, mas não como querem e sim sob circunstâncias pré-existentes, que não são de sua escolha (Marx; Engels, 2009, Netto, 2011, 2012).

Marx era herdeiro de esquerda da filosofia hegeliana e feuerbachiana: da primeira, ele herda a dialética; da segunda, o materialismo. Mas “tanto o materialismo feuerbachiano quanto a dialética idealista de Hegel passaram por ‘uma simbiose crítica, por um processo de síntese original, para servir de fundamento norteador às pesquisas marxiana’” (Frederico, 1995 *apud* Forti, 2010, p. 22).

Etimologicamente, sabe-se que a palavra *dialética* vem do grego, sendo formada pelo “prefixo *dia* (que indica reciprocidade ou intercâmbio) e pelo vocábulo *leigen* ou pelo substantivo *logos* (o que significa que a palavra *dialética* tem a mesma origem que a palavra diálogo)” (Konder, 1988, p. 1). Ademais, “como nota Foulquié, que já havia chamado atenção para as ambiguidades do termo dialética, “o termo *logos* tanto significa ‘palavra’ ou ‘discurso’, como significa ‘razão’ (Konder, 1988, p. 1), e, conforme Konder (1988, p. 2), “essa cisão operada no interior do termo *logos* não podia deixar de influenciar o termo dialética”, pondo em destaque, com base na classificação feita por Nicola Abbagnano, o desdobramento da dialética em quatro conceitos distintos mais comumente utilizados: “1) método da divisão; 2) lógica do provável; 3) lógica; 4) síntese de opostos. Estes quatro conceitos [...] derivam, respectivamente, da doutrina de Platão, de Aristóteles, dos estoicos e de Hegel” (Konder, 1988, p. 2).

Seguindo seu desenvolvimento histórico-cronológico, Konder (1988, p. 3) observa que, depois da filosofia helenística e dos estoicos, “nos séculos que precederam o Renascimento, a dialética oscilava, sem encontrar um espaço próprio”, e ao citar um estudioso do tema, relata que “Eugene Garin escreveu a respeito do que se passava nessa época: ‘a dialética parece constantemente exposta à tentação de se confundir, às vezes com a lógica, outras vezes com a retórica’”. E assim, “até a passagem do século XVIII para o século XIX”, analisa Konder (1988, p. 3), “a ‘inteligência dialética não chega a inaugurar para a ‘dialética’ uma concepção diversa das três já mencionadas. [...]. A dialética continua marcada por critérios que se referem mais à forma do que ao conteúdo”. Hegel é o filósofo que iria romper este limbo. Com ele, “um novo

conceito de dialética foi elaborado”:

Com o pensador alemão, a questão da dialética não se limitava ao campo estrito da metodologia e nem cabia no âmbito das discussões sobre a teoria do conhecimento; ela pressupunha toda uma nova teoria do ser. Segundo Hegel, a realidade é intrinsecamente contraditória e existe em permanente transformação; e o modo de pensar que nos permite conhecê-la não pode deixar de ser, ele mesmo dinâmico. Nosso modo de ser consiste em plasmar o mundo à nossa feição. O modo de existir do mundo consiste, por sua vez, em mudar, sob o efeito da nossa intervenção. E nós nos transformamos, ao agir. Tudo, portanto, é instável [...]

O novo conceito de dialética desenvolvido por Hegel é mais do que mera ‘síntese de opostos proposta por Abbagnano para caracterizá-lo: é todo um complexo sistema, baseado numa original concepção do absoluto. O absoluto, na filosofia de Hegel, precisa incorporar todos os momentos significativos do movimento pelo qual se realiza, assimilando tanto a oposição como o negativo, superando-os numa síntese viva, para poder se estruturar, rigorosamente como ‘sistema científico: ‘a verdadeira figura em que a verdade existe’ – afirma Hegel – ‘só pode ser o sistema científico dela’. O sentido do movimento realizado – o ‘sistema’ – só pode ser compreendido do ângulo do resultado alcançado. Na *Fenomenologia do Espírito*, o saber absoluto’ pressupõe – e simultaneamente elucida – a ‘experiência da consciência’ em todas as suas figuras, desde a ‘certeza sensível’ e da ‘percepção’ até o ponto de chegada proporcionado pelo ‘espírito’, que adquire a plena consciência de si mesmo, depois de superar as limitações do ‘discernimento’ (*Vrstand*), da ‘consciência de si’ e da ‘razão’ (*Vernunft*)’ (Konder, 1988, p. 4- 5).

Como registrou Netto (2020), “a relação de Marx *com o pensamento hegeliano foi uma relação profunda e duradoura*, concretizando o que o próprio Hegel denominava por *superação*”. Para Hegel, “*superação (Aufhebung, que se traduz também por suprassunção)* denota um processo que”, conforme o filósofo, “é ao mesmo tempo um *negar e um conservar*” (Hegel, 2008, p. 96 *apud* Netto, 2020, p. 47). Netto (2020, p. 49) recorda, a partir daí, que “Marx simultaneamente negou e conservou de modo crítico (elevando-os a outro nível) elementos essenciais da elaboração hegeliana”, razão pela qual “a sua própria obra não se torna plenamente inteligível se não se considerar a relevância que ela ofereceu a incorporação crítica do contributo hegeliano”. Foi o próprio Marx que escreveu sobre *A fenomenologia do espírito*:

A grandeza da *Phänomenologie* de Hegel e do seu resultado final – da dialética, da negatividade como princípio motor gerador – é [...] que Hegel apreende a autogeração do homem como um processo [...], apreende a *essência do trabalho* e concebe o homem objetivo, verdadeiro, porque o homem real, como resultado do seu *próprio trabalho* (Marx *apud* Netto, 2020, p. 124).

Um resumo do “idealismo objetivo” de Hegel, em oposição ao “idealismo subjetivo”, é oferecido por Netto (2020, p. 48, grifos do autor) em sua mais recente e rica obra *Karl Marx: uma biografia*:

Num primeiro momento do seu longo labor filosófico, Hegel – em empreitada teórica parcialmente compartilhada com Schelling – criticou o idealismo

subjetivo de Kant-Fitche e estabeleceu, no curso dessa crítica, o moderno idealismo objetivo. Foi no marco desse idealismo objetivo que ele, descobrindo e formulando no desenvolvimento ulterior de suas pesquisas um riquíssimo acervo categorial, ergueu um sistema filosófico compreensivo e inclusivo da história (da natureza e da sociedade). Essa história Hegel a (ex) pôs como um largo processo de (auto)desenvolvimento do Espírito, cuja efetividade se explicitava na sua demiúrgica atividade objetivada na natureza e na sociedade. Natureza e sociedade eram produtos da dinâmica constitutiva do Espírito e demonstravam a sua peculiaridade mais essencial: a de serem movimento perene, tensionada e movidas (bem como o próprio Espírito) por contradições internas, endógenas. Ambos, o Espírito e o mundo, aparecem, assim, em Hegel, como *processualidade* – e processualidade *automobilizada*, uma vez que seu dínamo reside na contraditoriedade imanente que lhes é própria. Tudo é processo, movimento, transformações quantitativas imparáveis que redundam em transformações qualitativas – do que não resulta um conjunto caótico ou aleatório, regido pelo arbítrio ou pelo acaso. Ao contrário: O Espírito, no seu processo evolutivo imanente, obedecendo às suas próprias leis, contradiz-se a si mesmo e nessa contradição se desdobra noutra efetividade, o mundo, que também é dinamizado e se transforma pelo seu próprio movimento contraditório e, ao fim e ao cabo, ambos se reconciliam e instauram-se numa unidade que reconstitui não a configuração original do Espírito nem do mundo, mas numa totalidade articulada então por um Espírito que se sabe e a si mesmo e se reconhece para si num mundo com inéditas qualidades, e ambos acabam por unir-se numa plena identidade. Todo esse processo perfaz a história, comandada por uma racionalidade [...] cujo centro reside sempre no Espírito.

Netto (2020, p. 49) ressalta, porém, o problema já apontado por Engels da “*contradição entre o método e o sistema de Hegel*”. De acordo com o biógrafo de Marx, a leitura engelsiana também fazia jus a Hegel ao reconhecer que a construção filosófica deste “se operou mediante uma elaborada *dialética* que, embora idealista, tomou o ser, a realidade, como *processualidade: ser é devir*, movimento imanente, constante (auto)transformação; no entanto”, advertiu, “essa metodologia se consoma num sistema que encerra a história quando o Espírito se realiza no estágio final, o do Espírito absoluto” (Netto, 2020, p. 49). Vê-se que, conforme se refere Netto (2020, p. 49, grifos do autor): “trata-se mesmo de uma teoria do [...] *fim da história*” – o que evidencia, igualmente, como é profunda e longínqua a moderna raiz da “teoria pós-moderna” do *fim da história*. Desse modo, “a contradição hegeliana é inequívoca: *se o método é revolucionário, o sistema é conservador*” (Netto, 2020, p. 49, grifos do autor)<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Atendo-se mais detalhadamente nesta contradição entre “*o método e sistema hegeliano*”, Cornu (1975, v. I, p. 185 *apud* Netto, 2020, p. 49), resumiu: “A concepção hegeliana de desenvolvimento dialético da história implicava, de fato, um devir incessante, uma contínua transformação na qual não se pode tomar como limite e como fim uma história determinada. Com efeito, pelo progresso dialético, toda realidade de ordem econômica, política ou social, tende a perder o caráter de necessidade, ao mesmo histórica e lógica, que tem em determinado momento; torna-se, portanto, irracional e deve ceder lugar a uma nova realidade, destinada, por sua vez, a desaparecer um dia. Entretanto, contrariamente a essa concepção dialética, Hegel, inclinado cada vez mais ao conservadorismo, tendia a atribuir às instituições de seu tempo – especialmente à religião cristã e ao Estado prussiano – um valor absoluto e a deter nelas o curso da história”.

Com efeito, Netto (2020, p. 49) constata que, “dadas as inclinações do último Hegel” – que embora na juventude tivesse se entusiasmado com a revolução francesa, sem, contudo, nunca se aproximar de suas tendências radicais, ao cabo terminou por se mostrar politicamente inclinado à monarquia e impressionado com os domínios napoleônicos – “compreende-se [...] que as inferências políticas extraídas do seu sistema filosófico se mostrassem compatíveis com o regime prussiano”. Assim como compreende-se, também, porque do filósofo alemão ter visto no *Estado e na sociedade civil* burguesa a mais desenvolvida e derradeira forma de (auto) realização do Espírito: o Espírito absoluto. Hegel se empenhou em “apreender e expressar o verdadeiro não como substância, mas também, na mesma medida, como sujeito”, no entanto, para Marx,

o autor da *Fenomenologia do espírito* não se deu plenamente conta de como era concreta a atividade desse sujeito. ‘O único trabalho que Hegel conheceu e reconhece’ – escreve Marx – é o trabalho espiritual abstrato [...] ‘A essência humana, o *ser humano*, equivale para Hegel, à consciência de si’. Essa crítica, formulada nos *Manuscritos de 1844*, e retomada na *Sagrada Família*: ‘Hegel transforma o homem em *homem da consciência em si*, em vez de reconhecer na consciência de si a *consciência de si do homem*, quer dizer, de um homem real, que vive num mundo real, objetivo, e é condicionado por ele’ (Konder, 1988, p. 5).

Não obstante ter assumido “o conceito hegeliano de dialética [...], Marx foi levado a modifica-lo, tornando-o ainda mais complexo do que já era no pensamento de Hegel” (Konder, 1988, p. 5). Sob o escopo marxiano, a dialética hegeliana seria submetida à crítica da filosofia materialista e, com ela, sofre uma inversão, já que, em Hegel, a dialética estava de cabeça para baixo. É assim que Marx chega ao *trabalho* como o centro da autocriação humana. A esta “angulação filosófico-antropológica” agrega-se a angulação “econômico-política e histórico-social” (Netto, 2020) com as quais Marx abarca a sociedade burguesa em sua estrutura, movimento e contradições econômicas, políticas e ideológicas. Não obstante, apreende o antagonismo entre capital e trabalho, elucida a luta de classes como expressão desse antagonismo e alça o trabalhador à condição de sujeito revolucionário, isto é, *antítese* do capital, capaz de libertar a humanidade. Por isso, para Netto (2020), a teoria marxiana é uma “*teoria social revolucionária*”<sup>6</sup>.

Leiamos, a seguir – numa passagem um tanto quanto longa, porém imprescindível –, a interpretação dialética e materialista da luta de classes e, nela, o destaque do papel ativo do proletariado para Marx, mostrando-se o porquê de sua teoria social ser autenticamente

<sup>6</sup> Notavelmente, “a perspectiva de Marx implicava não só uma reavaliação do papel do *trabalho material* na autocriação e na autotransformação humana, como também exigia a reavaliação do papel dos *trabalhadores* como força material capaz de, nas condições atuais, dar prosseguimento à autotransformação histórica da humanidade” (Konder, 1988, p. 6).

revolucionária. Aqui, sua dialética e materialismo como unidade teórico-metodológica se mostra inteira e cristalinamente:

Proletariado e riqueza são antíteses. E nessa condição formam um todo. Ambos são formas do mundo da propriedade privada. Do que aqui se trata é a posição determinada que um ou outro ocupam na antítese. Não basta esclarecê-los como os dois lados – ou extremos – de um todo.

A propriedade privada na condição de propriedade privada enquanto riqueza, é obrigada a manter *sua própria existência* e com ela a existência de sua antítese, o proletariado. Esse é o lado *positivo* da antítese, a propriedade privada que se satisfaz a si mesma.

O proletariado na condição de proletariado, de outra parte, é obrigado a supressumir a si mesmo e com isso à sua antítese condicionante, aquela que o transforma em proletariado: a propriedade privada. Esse é o lado *negativo* da antítese [...], a propriedade privada que dissolve e se dissolve.

A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é seu próprio poder e nela possui a *aparência* de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana. Ela é, para fazer uso de uma expressão de Hegel, no interior da objeção, a *revolta* contra essa objeção, uma revolta que se vê impulsionada necessariamente pela contradição entre sua *natureza* humana e sua situação de vida, que é a negação, franca e aberta, resoluta e ampla dessa mesma natureza.

Dentro dessa antítese o proprietário privado é, portanto, partido *conservador*, e o proletariado o partido *destruidor*. Daquela parte a ação que visa manter a antítese, dessa a ação de seu aniquilamento.

Em seu movimento econômico-político, a propriedade privada se impulsiona a si mesma, em todo caso, à sua própria dissolução; contudo, apenas através de um movimento independente dela, inconsciente, contrário a sua vontade, condicionado pela própria natureza da coisa: apenas enquanto engendra o proletariado *enquanto* proletariado, enquanto engendra a miséria consciente de sua miséria espiritual e física, enquanto engendra a desumanização consciente – e portanto suprassunora – de sua própria desumanização. O proletariado executa a sentença que a propriedade privada pronuncia sobre si mesma ao engendrar o proletariado, do mesmo modo que executa a sentença que o trabalho assalariado pronuncia sobre si mesmo ao engendrar a riqueza alheia e a miséria própria. Se o proletariado vence, nem por isso se converte, de modo nenhum, no lado absoluto da sociedade, pois ele vence de fato apenas quando suprassume a si mesmo e à sua antítese. Aí sim tanto o proletariado quanto sua antítese condicionante, a propriedade privada, terão desaparecido (Marx *apud* Netto, 2020, p. 137-138).

Ao compreender a sociedade burguesa em seu desenvolvimento histórico, enquanto uma totalidade movida por contradições e antagonismos de classes, o papel da filosofia materialista dialética passa a ser, na elaboração marxiana, o de intervir objetivamente no mundo. Nessa perspectiva, a filosofia – assegura Marx – ‘não pode se realizar sem a superação do proletariado; e o proletariado não pode se superar sem a realização da filosofia’” (Marx *apud* Konder, 1988, p. 6). Por isso, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx (2010, p.151) ressaltou: ainda que “a arma da crítica não” possa “substituir a crítica da arma”; ainda que “o poder material”

tenha de ser “derrubado pelo poder material”, “a teoria também se torna força material quando se apodera das massas”. Na teoria social marxiana, o proletariado deve apoderar-se da teoria e a teoria apoderar-se do proletariado<sup>7</sup>.

Ocorre que, em Hegel, conforme já enunciamos, “*ela [a dialética estava] de cabeça para baixo*”. Por isso, para Marx (2006, p. 10), era “*preciso colocá-la sobre seus próprios pés para descobrir-lhe o núcleo racional, sob o invólucro místico*” e, para tal, o caminho que vem sendo delineado – que tem no processo de autoconstrução do ser social mediante sua atividade sensível a centralidade ontológica – leva ao conceito de *práxis*, que significa “a atividade prática vital, material, que é o *trabalho*” (Konder, 1988, p. 10-11, grifos do autor). Compete-nos, assim, mirar mais de perto do que se trata o trabalho e qual a concepção de humanidade adjacente à teoria social marxiana.

### **O trabalho e a concepção de humanidade na teoria social marxiana: relação homem/natureza e sujeito/objeto**

Partindo da perspectiva antropológico-filosófica que Marx assume na sua elaboração teórica, o trabalho é o “primeiro ato”, isto é, “o fato histórico” através do qual “os homens” afastam as barreiras naturais e passam a se distinguir dos outros animais humanizando-se. Através do trabalho o ser humano cria a si próprio, transforma a natureza, autoconstrói-se e autotransforma-se no processo.

O trabalho é sempre uma relação social: a relação de indivíduos direta ou indiretamente associados, e essa associação é uma condição imanente da produção e reprodução, material e espiritual, da vida humana. O trabalho põe um elemento inédito na natureza pré-existente: *o ser social*, o que desenvolve, no seu salto ontológico ao afastar as barreiras naturais, uma espécie de “segunda natureza”, ou seja, uma natureza modificada e socializada, na definição de Luckács (2018), uma “causalidade posta”.

É o trabalho que, na analogia marxiana (Marx, 2006, p. 211, grifos nossos), distingue a atividade de uma aranha da de um tecelão e diferencia o “pior arquiteto da melhor abelha”. O *processo de trabalho*, como tal, isto é, o movimento entre homem e natureza que resulta num produto novo, transformado, que satisfaz necessidades humanas e que, não obstante, “já existia antes na imaginação do trabalhador”, articula-se por meio de três componentes fundamentais:

---

<sup>7</sup> Konder afirma que, “antes de Marx, os encontros da dialética com o pensamento político de ‘esquerda’ eram fortuitos, ocasionais. Marx modificou esse quadro, porque tratou de entrelaçar, de um modo sistemático, uma *concepção materialista da história* (o reconhecimento do processo material que cria as condições nas quais amadurece e se organiza as forças capazes de promover a mudança) como uma concepção dialética da revolução (o reconhecimento da importância da intervenção ativa dos homens no mundo, fazendo política, fazendo história)” (Konder, 1988, p. 8, grifos nossos).

“1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; e 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (Marx, 2006, p. 212). O modo específico através do qual esses três elementos são apropriados no curso do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais determina as diferentes épocas históricas (Marx, 2008).

Para Marx, a despeito do idealismo – que parte da ideia de homem e não do homem materialmente existente – e do materialismo contemplativo – que compreende apenas a atividade teórica como realmente humana –, “a raiz para o homem é o próprio homem” (Marx, 2010, p. 151). Sendo assim, a essência da natureza humana é a própria humanidade, que é constituída e constitutiva também da natureza (orgânica e inorgânica) com a qual o ser social se exterioriza, se objetiva e se subjetiva ao produzir e consumir seu próprio produto social. Não obstante, esse ser não elimina a natureza existente em si ou fora de si como condição de si mesmo. A relação não é dicotômica, forma, isto sim, uma unidade entre natureza humanizada e humano naturalizado. Longe de uma cisão, Luckács (1979, p. 17 *apud* Forti, 2010, p. 27) argumenta que “o ser social – em conjunto em cada um de seus processos singulares – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica”, além de enfatizar que “não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que se excluem, o que é feito por grande fato da filosofia burguesa quando se refere aos chamados ‘domínios do espírito’”. Ele adverte que “a ontologia do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade, como era moda, por exemplo, na época do ‘darwinismo social’[...]”. Para o filósofo húngaro, “esse desenvolvimento [...] é um processo dialético, que começa com um salto, com o *pôr teleológico do trabalho*, não podendo ter nenhuma analogia na natureza” (Lukács, 1979, p. 17 *apud* Forti, 2010, p. 27).

O “pôr teleológico do trabalho” significa que “o primeiro ato histórico pelo qual podemos distinguir os homens dos animais não é o de pensarem, mas o de começarem a produzir os seus meios de vida”, o que faz brotar “uma nova realidade humanizada” a partir da qual “temos a práxis, cuja forma privilegiada é o trabalho” (Barroco, 2001 *apud* Forti, 2010 p. 28). Na verdade, a categoria trabalho, em Marx, não põe uma relação sequencial ou hierárquica entre atividade e pensamento, entre aquilo que vem antes e aquilo que vem depois, são, antes, concomitantes, momentos de uma unidade, de uma totalidade que se move mediante contradições. Marx e Engels (2009, p. 43-44) descobriram “que os homens também têm ‘consciência’, mas advertiram, a têm, “logo de início, não como consciência ‘pura’. O espírito tem consigo de antemão a maldição de estar ‘preso’ à matéria, a qual nos surge aqui na forma de camadas de ar em movimento, de sons, numa palavra, da linguagem [*Sprache*]”. Aliás, a

própria “*linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real prática* que existe também para outros homens e que, portanto, só assim também existe para mim”, e conforme os autores, “a linguagem só nasce, como a consciência, da necessidade [*Bedürfnis*], da necessidade orgânica [*Notdurft*], do intercâmbio com outros homens” (Marx; Engels, 2009, p. 44, grifos nossos). Na filosofia materialista de Marx e Engels, o homem é apreendido em toda sua significação como “um ser da natureza ativo” (Netto, 2020, p. 146), pois sua atividade é uma “atividade ativa”, por isso, “toda sua vida é essencialmente prática” (Netto, 2020, p. 148). São três as premissas básicas, os incrementos primordiais que propiciam a formação do gênero humano, dos quais a ciência materialista não pode se furtar: inicialmente,

[1] Devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda existência humana, e, também portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para fazer história. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimentas e algumas coisas mais. *O primeiro ato histórico* é, pois, *a produção dos meios para satisfação dessas necessidades*, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como a milênios tem de ser cumprida ainda diariamente [...] simplesmente para manter o homem vivo. *A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica* é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e todo o seu alcance [...]. [2] *O segundo ponto* é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquiridos *conduzem a novas necessidades* [...]. [3]. *A terceira* condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente a própria vida, começam a *criar outros homens*, a procriar – *a relação entre homem e mulher; entre pais e filhos, a família*. Essa família [...] deve, portanto, ser tratada e desenvolvida segundo os dados empíricos já existente e não segundo o conceito de família [...] (Marx; Engels, 2009, p. 40-42, grifos nossos).

Com efeito, “estes três aspectos da atividade social”, salientam Marx e Engels (2009, p. 42, grifos nossos), “*não devem ser considerados como três estágios distintos*, mas sim apenas como três aspectos ou [...] como ‘*três momentos*’ que coexistem desde os primeiros dias da história e desde os primeiros homens, e que ainda hoje se fazem valer na história”: o trabalho, portanto, “é a condição eterna da vida humana”, acrescentará Marx (2006, p. 218) em *O capital: crítica da economia política*. É através do trabalho que o homem se distingue dos outros animais e assenta sua natureza social diante dos seres naturais, orgânicos e inorgânicos externos<sup>8</sup>. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, a diferença entre o homem – o *zoom politikon* (Marx, 2008,

<sup>8</sup> Por isso, ressaltam Marx e Engels (2009, p. 24-25): “podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião – por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a *produzir* os seus meios de subsistência (*lebensmittel*), passo esse que é requerido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material [...]. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção”.

p.237) – e a natureza já havia sido posta nitidamente. Ali, escreveu Marx:

O animal é exatamente um com a sua atividade vital. Não se diferencia dela. É ela. O homem faz a sua própria atividade vital objeto da sua vontade e da sua consciência. Não é uma determinidade com a qual ele se confunda imediatamente. A atividade vital consciente diferencia imediatamente o homem da atividade vital animal. Decerto, o animal também produz. Constrói para si um ninho, habitações, como as abelhas, castores, formigas etc. Contudo, produz apenas o que necessita imediatamente para si ou para sua cria; produz unilateralmente, enquanto o homem produz universalmente; produz apenas sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade da mesma. [...] o animal dá forma apenas segundo a medida e a necessidade da *species* a que pertence, enquanto o homem sabe produzir a medida de cada *species* e sabe explicar em toda a parte a medida inerente ao objeto; por isso, o homem dá forma também segundo as leis da beleza (Marx, 2015, p. 312-313 *apud* Netto, 2020, p. 107-108, grifos do autor).

Netto (2020, p. 108) salienta, contudo, que, “a atividade vital específica do homem – que o distingue da vida animal –, não suprime a sua *naturalidade*. Para Marx”, explica ainda, “o homem (tal como o animal) vive da natureza”, pelo menos em dois sentidos: “tanto no sentido em que ela é 1) um meio de vida imediato, como na medida em que ela é 2) o objeto/matéria e o instrumento da sua atividade vital” (Netto, 2020, p. 108). Com efeito, “a produção humana, que tem na natureza o *objeto/matéria e o instrumento da sua atividade vital*, torna a natureza o corpo inorgânico do homem, provando sua *universalidade e a genericidade do seu ser*” (Netto, 2020, p. 109 grifos do autor)<sup>9</sup>. Para Marx, tal “homem”,

só na elaboração do mundo objetivo [...] se prova realmente como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela, a natureza aparece como obra *sua* e realidade sua. O objeto do trabalho é, portanto, a *objetivação da vida genérica do homem*, na medida em que ele se duplica não só intelectualmente, como na consciência, *mas também operativamente, realmente*, e contempla-se por isso num mundo criado por ele (Marx, 2015, p. 313 *apud* Netto, 2020, p. 109, grifos do autor).

Netto (2020, p. 110) explica que “aí está porque para Marx, o homem, na sua genericidade e consciência, é um ser *objetivo*”, pondo em relevo o fato de que no terceiro manuscrito (que compõe os *Manuscritos econômico-filosóficos*) Marx tenha expressamente se referido ao homem como o “homem *real*, corpóreo, de pé sobre a terra bem redonda e firme, expirando e inspirando todas as forças da natureza” (Netto, 2020, p. 110). Marx argumenta que

o ser objetivo opera objetivamente e não operaria objetivamente se o objeto não residisse na sua determinação essencial. [...] O seu produto objetivo apenas confirma a sua atividade *objetiva*, a sua atividade como a atividade de um ser natural objetivo. [...] Que o homem é um ser objetivo [...] significa que ele tem *objetos sensíveis, reais* por objeto de sua essência, da sua

<sup>9</sup> Netto (2020, p. 109) recorda que “procede de Feuerbach a ideia do homem como ser genérico e consciente” e que “Marx coincide com Feuerbach em determinar a genericidade e a consciência como especificidades humanas, mas “a diferença essencial” se dá em razão do “caráter ativo (produtivo) que [Marx] atribui ao homem”.

exteriorização de vida ou que só pode *exteriorizar* a sua vida em objetos sensíveis reais (Marx, 2015, p. 375 *apud* Netto, 2020, p. 110, grifos do autor).

Assim sendo, para a ciência materialista da história, é necessário

sobretudo [...] evitar fixar de novo a ‘sociedade’ como abstração face ao indivíduo. O indivíduo é o *ser social*. A sua exteriorização de vida – mesmo que ela não apareça na forma imediata de exteriorização de uma vida, levada a cabo simultaneamente como outros – é, por isso, uma exteriorização e uma confirmação da vida *social*. [...] O homem – por muito que seja, portanto, um indivíduo particular e, precisamente a sua particularidade faz dele um indivíduo e uma comunidade [*gemeinwesen*] *individual* real – é tanto a *totalidade* ideal, a existência subjetiva para si da sociedade sentida e pensada como também existe na realidade, quer como instituição e fruição real da existência social quer como uma totalidade de exteriorização humana de vida (Marx, 2015, p. 348 *apud* Netto, 2020, p. 111 grifos do autor).

Assim, tendo em vista o desenvolvimento social, diga-se, da produção humana, Marx e Engels chegam à seguinte conclusão: dado determinado desenvolvimento da produção e das relações sociais da humanidade, daí resulta: a) “as relações de diferentes nações entre si dependem do grau em que cada uma dela desenvolveu as *suas forças produtivas*, a *divisão do trabalho* e o *intercâmbio interno*”; b) “[...] a própria estrutura interna dessa nação depende da fase de desenvolvimento da sua produção e do seu intercâmbio interno e externo” (idem, p. 25); c) “até onde chega o desenvolvimento produtivo de uma nação é indicado, com maior clareza, pelo grau atingido pela divisão do trabalho”; d) cada nova força produtiva, na medida em que não é uma simples extensão quantitativa das forças produtivas até aí já existentes (p. ex., o arroteamento de terrenos), tem como consequência, uma nova constituição da divisão do trabalho” (Marx; Engels, 2009, p. 25).

Uma vez que os homens engendraram (1) instrumentos e objetos humanos para a satisfação das suas necessidades, com isso, (2) gerando novas necessidades e (3) (novas) relações e (novos) complexos sociais (família, moral, religião, Estado, filosofia etc.), 4) desdobra-se uma dupla relação: “a produção da vida, tanto da própria quanto da alheia, na procriação, surge agora imediatamente [...], por um lado como *relação natural*, por outro, como *relação social* [...]” (Marx; Engels, 2009, p. 42-43). Em *Contribuição à crítica economia política*, de 1859, Marx deixa evidente as conclusões teórico-metodológicas a que havia chegado, assim como em “*Crítica da filosofia do Direito de Hegel*”, livro cuja *Introdução* apareceu no *Anais Franco-alemães* publicada em Paris, em 1844”, no qual ele escreveu:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado, as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, as suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de sociedade civil (Marx, 2008, p. 45)

A outra conclusão, advinda dos estudos da economia política, é que “*a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política*” (Marx, 2008, p. 45), e, daí, Marx (2008, p. 46) explicita ter chegado ao seguinte resultado geral “e que, uma vez obtido”, serviu-lhe “de guia para” seus “estudos”. Tal resultado

pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem as formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas haviam se desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as *formas ideológicas* sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.

Nessa perspectiva, “do mesmo modo que não joga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode jogar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma” (Marx, 2008, p. 46)<sup>10</sup>. Para o autor, “é preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”. Eis porque, para ele, “a humanidade não se propõe senão a problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir” (Marx, 2008, p. 46)<sup>11</sup>. Na perspectiva de Marx e Engels, ao ter em

<sup>10</sup> Analogamente, Marx (2006, p. 128) chama a atenção, também, para este mesmo fato em *O capital* (Capítulo III), quando discute *O dinheiro e a circulação das mercadorias*, sarcasticamente afirmando que “o nome de uma coisa é extrínseco às suas propriedades”, e que, assim, “nada sei de um homem por saber apenas que se chama Jacó”.

<sup>11</sup> Marx registra ainda, em perspectiva histórica: “em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas de formação da sociedade econômica. As relações de produção burguesas são a última forma antagonista do processo de produção social, antagonista não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois,

vista a relação do Estado com a sociedade,

A estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas desses indivíduos, não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são realmente, como atuam [*tätig*], portanto, em determinados limites, premissas, e condições materiais que não dependem da sua vontade. (Marx; Engels, 2009, p. 30).

Não obstante, a concepção materialista do ser social consiste em reconhecer que

a produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. [...]. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc., de um povo. [...]. O ser dos homens é o seu processo de vida real. *A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente*, e o ser dos homens é o seu processo real de vida. Se em toda ideologia os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmera escura, é porque esse fenômeno deriva do seu processo histórico de vida da mesma maneira que a inversão dos objetos na retina deriva do seu processo diretamente físico de vida (Marx; Engels, 2009, p. 31 grifos dos autores).

As relações desse mundo invertido chegam à consciência humana como *ideologia*: ideias aparentemente autônomas e desconexas em relação à produção e aos intercâmbios materiais. Longe de esgotar a discussão sobre *Ideologia*, pois ela abrange um campo temático próprio de pesquisa (ver, por exemplo, Chauí: *O que é ideologia?*), do material bibliográfico que ora temos em mãos para este estudo, dentre os muitos significados de ideologia como conjunto de ideias, podemos dizer que ela expressa uma extensão da alienação no âmbito da consciência operando uma *inversão* na relação entre consciência e ser social.

A ideologia age como se fosse uma forma de consciência autônoma, extramundana ou extraeconômica, e se expressa em vários campos. Na teologia, por exemplo, o homem pensa ser ele cria de Deus quando é Deus cria sua; na política, na Filosofia e no Direito: o Estado aparece determinando a sociedade, no papel de Espírito universal e absoluto e demiurgo da sociedade civil, quando, na verdade, ele, o Estado, é que é fruto da sociedade (civil, de classes). A teoria aparece autônoma à prática, e na relação sujeito/objeto, de duas a uma: ou o sujeito se sobrepõe ao objeto – numa percepção idealista – ou o objeto se sobrepõe ao sujeito – numa percepção empirista ou positivista, ambos se sobrepondo, assim, unilateralmente. Já na economia política: o indivíduo burguês, particular e historicamente determinado, aparece como universal, a-histórico, como se fosse a essência da humanidade, como se constituísse a causa e o princípio do desenvolvimento social humano quando, de fato, este indivíduo é a consequência e o resultado do mesmo desenvolvimento (Marx, 2008).

---

a pré-história da humanidade” (Marx, 2008, p. 46).

Na inversão da consciência operada sob o poder da ideologia, categorias como dinheiro, mercado, capital, tornam-se a essência das relações humanas e não uma forma particular e alienada desta; o indivíduo proprietário privado, cindido da comunidade, e egoísta, aparece como sendo a premissa e o pressuposto quando, na verdade, este indivíduo não é mais que um produto histórico; as ideias e interesses particulares dessa classe, a burguesia, aparecem como se expressassem o interesse da humanidade e de todas as classes sociais; além de eternizar-se, na ideologia liberal, a sociedade burguesa, quando, ao contrário, ela não é mais do que uma forma específica do desenvolvimento social, historicamente demarcada, com seu modo de produção e composição de classes específico e transitório, com suas contradições e lutas de classes, com sua economia, sociedade civil e Estado.

Diante disso, Marx e Engels aludem que na filosofia materialista por eles empreendida, “*em completa oposição à filosofia alemã [idealista e contemplativa], a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu*” (Marx; Engels, 2009, p. 31, grifos nossos). Isso significa que no materialismo

Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar ao homem de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos [*Reflexe*] e os *ecos ideológicos* desse processo de vida.

Portanto, “são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento”, logo, “*não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência*” (Marx; Engels, 2009, p. 32, grifos nossos). Conforme enfatizam, no método filosófico-científico materialista parte-se “dos pressupostos reais e nem por um momento os abandona”, e, “assim que esse processo de vida ativo é apresentado, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos – como é para os empiristas, eles próprios ainda abstratos –, ou uma ação imaginada de sujeitos imaginados, como para os idealistas”, de tal modo que, com base numa concepção teórica que do real parte e nunca o abandona, abre-se a possibilidade para o conhecimento concreto do objeto do ser social, isto é, da base material de sua vida e consciência, da sua realidade social, finalmente, a produção de um “saber real”, de uma “ciência real”. “Lá onde a especulação cessa, na vida real, começa, portanto, a ciência real, positiva, a descrição [*Drastellung*] da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens”. Com isso, “terminam as frases sobre a consciência, o saber real tem de as substituir (Marx; Engels, 2009, p. 32).

Mas como é possível a relação entre homem e natureza, entre ser social e consciência,

matéria e espírito, atividade e pensamentos aparecerem assim cindidos à própria consciência, e operar uma relação invertida na *ideologia*? Sua base objetiva não pode ser a própria consciência; é, isto sim, a “divisão social do trabalho e a propriedade privada”. Marx e Engels (2009, p. 47, grifos nossos), aludiram que “*divisão de trabalho e propriedade privada* são expressões idênticas – numa enuncia-se em relação à *atividade* o mesmo que na outra enuncia relativamente ao *produto da atividade*”. A divisão do trabalho é o alicerce a partir do qual se produz a separação não apenas entre trabalho manual e espiritual, trabalho agrícola e industrial, campo e cidade, como da conformação do Estado e a cisão entre indivíduo cidadão, da conformação das classes sociais e da luta de classes:

Com a divisão do trabalho está dada, ao mesmo tempo, a contradição entre o interesse de cada um dos indivíduos e o interesse comunitário [*gemeinschaftlichen*] de todos os indivíduos que mantêm intercâmbio uns com os outros. [...]. E é precisamente dessa contradição do interesse particular e do interesse comunitário que o interesse comunitário assume uma organização [*Gestaltung*] autônoma com o Estado, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real [*realen basis*] dos laços existentes em todos os conglomerados de famílias e tribais – como de carne e sangue, de língua, de divisão de trabalho numa escala maior, e demais interesses – e, especialmente [...] das classes desde logo condicionadas pela divisão do trabalho e que se diferenciam de todas essas massas de homens, e das quais uma domina todas as outras. (Marx; Engels, 2009, p. 47).

Daí “resulta que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito do voto etc. etc., não são mais do que as formas ilusórias em que são travadas as lutas reais das diferentes classes entre si” (Marx; Engels, 2009, p. 47); e as ideias que aparecem como naturais a todas as classes como ideias universais, são as ideias dominantes neste modo de produção e em suas relações sociais, mais precisamente, a dominação das ideias das classes dominantes que estão na condição de proprietárias dos meios de produção – de produção material propriamente ditos e na produção de ideias – e da acumulação do produto (riqueza) social produzido pelo trabalho/trabalhador. Marx e Engels (2009, p. 67) aludiram:

As ideias das classes dominantes são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem a sua disposição os meios para produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidos em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual.

O poder político é, também, uma manifestação da contradição do interesse particular e do interesse da comunidade, de maneira que esta contradição se objetiva concentrando no Estado o poder político de uma classe social particular, mas aparece como se representasse o

poder de toda a comunidade, ou “o interesse geral”, nos termos de Rousseau. Em outras palavras, o Estado é expressão do poder organizado da classe dominante e opera de modo teológico, mistificador, para com a sociedade, pois nele está politicamente alienado o interesse coletivo da comunidade, e de cada indivíduo, em detrimento dos interesses particulares de uma classe, que se pretende universal e aparece como tal.

Particularmente no Estado burguês, um produto da sociedade (civil) burguesa – Hegel imaginava o oposto: que a sociedade (civil) é que era produto do Estado – opera uma contradição, um antagonismo inconciliável, entre os ideais liberais do cidadão, gênero, e o indivíduo, particular (burguês ou vivendo sob relações burguesas subordinadamente, como o proletariado). Aí impera uma oposição entre o interesse coletivo e o interesse restrito das classes economicamente dominantes e politicamente no poder. Por isso, essas classes no poder se mantêm conservadoras, elas se conservam não apenas através do monopólio sobre os meios de produção social da humanidade e universalização de suas próprias ideias, mas, concomitantemente, através do poder político, isto é, do monopólio do uso da força – e a organização sistemática desta força, militar, financeira, administrativa e burocraticamente – através do Estado e suas instituições inerentes. Mas, sabendo-se que o Estado é um instrumento de dominação de classe – até mesmo na fase monopolista quando ele se amplia e amplia o próprio horizonte da sociedade civil –, poderia a classe trabalhadora se furtrar ao Estado em seu processo emancipatório? A resposta é *não*. Para Marx, assim como para Engels,

Todas as classes que aspiram ao domínio, como é o caso do proletariado, condiciona a superação de toda a velha sociedade e da dominação em geral, têm primeiro de conquistar o poder político, para por sua vez representarem o seu interesse como o interesse geral, coisa que no primeiro momento são obrigadas a fazer. Precisamente porque os indivíduos procuram apenas o seu interesse particular, que para eles não coincide com o interesse comunitário – a verdade é que o geral é a forma ilusória da existência da comunidade –, este é feito valer como um interesse que lhes é ‘alienado’ e ‘independente’ deles, como um interesse geral que é também ele, por sua vez, peculiar e particular, ou eles próprios têm de se mover nesta discórdia, como na democracia (Marx; Engels, 2009, p. 48).

Vê-se que, como um pensador cientificamente crítico e eticamente comunista, o fio que percorre a elaboração marxiana é a preocupação com a verdadeira libertação humana dos grilhões do capital, com o fim das opressões e da exploração do homem pelo homem. A pergunta, sempre adjacente que pode ser deduzida de seus escritos, dentre muitas outras é: *como poderia o ser humano tornar-se verdadeiramente livre e desalienado?* A resposta mais simples, seria: *o comunismo*. Mas, devido a degeneração deliberada de que a expressão tem sido vítima, para expressar o teor científico do *comunismo* exige que façamos algumas devidas mediações.

## O caminho da alienação humana e o caminho da sua superação: o comunismo na perspectiva filosófico-antropológica emancipatória de Marx

A ciência materialista foi criada no processo de objetivação-subjetivação da luta de classes da sociedade burguesa. Sendo produto das relações sociais deste mundo de exploração e miséria, é também “a arma da crítica” produzida para facilitar o caminho revolucionariamente humano; além de tornar evidente que a exploração tem de ser combatida realmente, não idealmente única e simplesmente.

Marx chega à crítica da economia política como desmistificação da sociedade burguesa na sua mais elementar relação cotidiana, na qual a alienação é constitutiva de um universo no qual as relações sociais aparecem como relação entre coisas, um fenômeno difundido através do que Marx (2006, p. 92), em *O capital* (Livro I, capítulo 1), denominou de “*o fetichismo da mercadoria: seu segredo*” – e que, neste breve artigo, não temos tempo de desenvolver. Na sociedade burguesa, como em toda sociedade de classes, o indivíduo está cindido, separado, desapossado, isto é, alienado do seu produto social, da atividade da qual o produto resulta e do gênero humano. Se a alienação consiste na cisão do criador da sua criatura e no domínio desta sobre aquele, o caminho para a desalienação consiste em (re)unir o gênero ao indivíduo, cindido e explorado, isto é, devolver ao ser social o produto de sua sociabilidade, a sua criação para a qual ele se porta como se fosse criatura. Netto (2020, p. 125) lembra que Marx já apontara que “a superação da autoalienação faz o mesmo caminho que a autoalinação”. Mas por qual via se consolida a alienação do ser humano na sua relação prática com a natureza, e na relação com o próprio ser humano, isto é, em sua constituição como ser social? Quem nos oferece um esquemático resumo é Lápine, que, apoiado em Marx, pontua cinco momentos fundamentais desse processo:

- 1) Inicialmente, num estágio bárbaro, selvagem, não há alienação, o trabalho e seus produtos servem apenas para atender às necessidades do homem em meios de subsistência; então, todo o trabalho acumulado pertence ao próprio produtor (diz Marx: ‘Capital e trabalho primeiro ainda unidos’);
- 2) Etapa em que surge a troca direta: o produtor dispõe da troca de um excedente que ele produz, mas tem necessidade de bens produzidos por outrem [...]. Desenvolve-se a troca e a divisão do trabalho, o produto alienado do seu produtor e as relações sociais tornam-se também um ato genérico exterior alienado; [...]
- 3) Etapa na qual, ademais da alienação do produto [...] opera a alienação na atividade de trabalho, marcada pelo surgimento do equivalente cujo papel não para de crescer e substituir tudo: o dinheiro. Então, mais desenvolvida ainda a divisão do trabalho, a troca e o trabalho tornam-se meros meios para o ganho (o que então Marx chama de trabalho lucrativo) e a alienação passa a envolver as forças essenciais do homem;

- 4) Os efeitos das etapas anteriores determinam, para Lápine – a acumulação do trabalho de outrem, ou seja, do capital no sentido próprio do termo e sua oposição ao trabalho direto. [...] a oposição entre o trabalho e o capital aparece aqui sob a forma de oposição entre o trabalho agrícola e a renda da terra, mas a essência dessa oposição é mascarada por uma série de circunstâncias;
- 5) Na última etapa, tais circunstâncias são suprimidas, nas palavras de Marx, ‘quando o desenvolvimento necessário do trabalho’ põe ‘a indústria liberta e constituída como tal para si própria e o capital liberto, [...] quando o capital tornado liberto torna-se capital ‘puro’, se coloca factualmente no controle da produção da riqueza social. Só então é possível apreender o trabalho como a essência subjetiva da propriedade privada como exclusão da propriedade e o capital como o trabalho objetivo como exclusão do trabalho – só então [...] a propriedade privada se põe na sua relação enérgica que impele à resolução; só então se chega ao ponto de comutação que abre a via à ‘resolução’, que não é outra coisa senão a superação da propriedade privada e da alienação (Lápine, 1983, p. 327-333 *apud* Netto, 2020, p. 121- 122).

A crítica da alienação religiosa leva Marx e Engels à crítica da alienação política e a estabelecerem analogias metodológicas entre ambas. Eles escreveram que “a tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é, depois de desmascarar a forma sagrada da alienação humana, desmascarar a auto-alienação nas suas formas não sagradas” (Marx, Engels, 2009, p. 146). Assim, “a crítica do céu transforma-se na crítica da terra, [...] a crítica da religião, na crítica do Direito, a crítica da teologia, na crítica da política (Marx; Engels, 2009, p. 146). Ao comparar a vida na sociedade burguesa a uma vida emancipada longe dela, diga-se, comunista, observaram:

[na primeira] assim que o trabalho começa a ser distribuído, cada homem tem um círculo de atividade determinado e exclusivo que lhe é imposto e do qual não pode sair; será caçador, pescador; ou crítico, e terá de continuar a sê-lo senão quiser perder os meios de subsistência – ao passo que na [segunda] sociedade comunista, na qual cada homem não tem um círculo exclusivo de atividade, mas pode se formar [*ausbilden*] em todos os ramos que preferir, a sociedade regula a produção geral e, precisamente desse modo torna possível que eu faça hoje uma coisa e amanhã outra, que cace de manhã, pesca de tarde, crie gado à tardinha, critique depois da ceia, tal como me aprover, sem ter de me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico (Marx; Engels, 2009, p. 49).

Em *Crítica à filosofia do direito de Hegel – Introdução*, ao expor a necessidade de um outro estatuto para a filosofia na qual essa intervenha na história muito além de especulá-la, Marx (2010) identifica no proletariado a força capaz de levar a cabo tal emancipação, havendo que produzir uma relação orgânica entre a filosofia e proletariado. Nessa obra, ele registra que a possibilidade positiva para a emancipação alemã – o que vale para a emancipação do homem em geral – estava no proletariado, isto é,

na formação de uma classe com grilhões radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça em particular,

mas a injustiça por excelência, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano, que não se encontre numa posição unilateral às consequências, numa posição abrangente aos pressupostos do sistema político alemão, uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem emancipar todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um ganho total do homem. *Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o proletariado.* (Marx, 2010, p. 156, grifos nossos)<sup>12</sup>.

Para Marx, a verdadeira natureza do homem é a sua natureza antropológica, donde conclui que para o socialista,

Toda a chamada história do mundo não é senão geração do homem pelo trabalho humano, senão o devir na natureza para o homem, assim ele tem, portanto, a prova irrefutável, intuível, do seu nascimento através de si próprio, do seu processo de surgimento. [...] O ateísmo, como renegação dessa inessencialidade [da alienação do homem], não tem mais qualquer sentido, pois o ateísmo é uma negação do deus e põe por esta negação a existência do homem; mas o socialismo como socialismo não necessita mais de uma tal mediação; ele começa pela consciência teórica e praticamente sensível do homem e da Natureza como [consciência] da essência. Ele é autoconsciência positiva do homem já não mediada pela supressão da religião, tal como a vida real é realidade positiva do homem já não mediada pela propriedade privada, o comunismo. O comunismo é a posição como negação da negação, por isso, o momento real, necessário para o próximo desenvolvimento histórico, da emancipação e recuperação humanas (Marx, 2012, p. 121).

Com esta passagem – com a qual convém encerrar este artigo – fica evidente a unidade entre ciência e ética no método de Marx. Ele distancia-se de um vulgar posicionamento neutro diante da ciência e desenvolve a crítica da sociedade burguesa com vista na sua superação. Com isso, edifica uma *teoria social revolucionária*, na qual, mais do que desvestir os mitos e fundamentos ideológicos da sociedade burguesa e desnudar sua estrutura e movimento, aponta aos oprimidos uma ciência própria e uma teoria concreta para superarem a opressão. A teoria revolucionária marxiana segue sendo, mais do que necessária, imprescindível para o movimento de luta da classe trabalhadora. Nesse sentido, ela tem muito ainda a contribuir para ajudar a guiar e enriquecer a práxis de movimentos sociais, quaisquer que sejam e onde quer que estejam: operários, proletários, camponeses, sem-terra, sem-teto, movimento negro, indígena, feminista, Lgbtqiapn+ etc.

<sup>12</sup> Em perspectiva emancipatória, Marx (2012, p. 15-16) defende que “a supressão da propriedade privada é [...] a completa *emancipação* de todos os sentidos e qualidades humanas; mas ela é esta emancipação precisamente pelo fato destes sentidos e qualidades se terem tornado *humanos*, tanto objetiva quanto subjetivamente” e, assim, a “necessidade ou fruição perderam [...] a sua natureza *egoísta* e a Natureza perdeu a sua mera utilidade na medida em que a utilização se tornou uma utilização *humana*”.

## Considerações finais

Mediante os fundamentos antropológicos, econômico-filosóficos e histórico-sociais rapidamente esboçados nestas páginas, Marx desenvolve o método comumente denominado “materialismo histórico e dialético” com o qual a sociedade burguesa é tomada concreta e criticamente na sua leitura<sup>13</sup>. Perpassando pela crítica religiosa à crítica do Direito e do Estado, pela crítica da filosofia à crítica da economia política, o *modo de ser* socialmente burguês é desvelado, seu movimento e estrutura são racionalmente apreendidos, as classes fundamentais (capitalistas, proprietários de terras e proletários), evidenciadas, e o método através do qual este *modo de ser* opera mostra-se, então, determinado pelo *modo de produção*, isto é, a partir da produção material da vida de indivíduos socialmente determinados, produzindo em sociedade, adquirindo relações sociais com base da divisão social do trabalho e desenvolvendo suas forças produtivas, autoproduzindo-se e reproduzindo-se material e espiritualmente, ao mesmo tempo objetiva e subjetivamente.

A relação que produz meios humanos para satisfação de necessidades humanas forma a base – e concomitantemente as ideias se entrelaçam a esta base – para a produção de ideias. Se essas ideias não são um reflexo instantâneo do mundo real e sim uma refração projetada na consciência, isto é, projeção da realidade tal como esta chega distorcida ou invertida na mente humana, neste caso, o papel da ciência e da teoria é corrigir a distorção, desinverter o mundo e colocá-lo “sobre os seus próprios pés”.

Isso quer dizer que a crítica da economia política, que assenta seus pés numa percepção materialista e dialética de economia, percebe que, na sociedade burguesa, a relação entre sujeito e objeto está invertida. Pois o trabalho, que é a essência do ser, está subordinado, alienado, enquanto o capital, um produto das relações sociais do ser, o subordina. Sob tais condições, nas quais todos os membros da sociedade estão alienados, o proletariado é prejudicado enquanto a classe capitalista se beneficia da alienação: o que uma perde é imediatamente o que a outra ganha.

A força dinâmica, que objetiva a negação da sociedade burguesa é o proletariado – leia-

---

<sup>13</sup> Escapou-nos uma exposição mais precisa do “método da economia política” discutida por Marx em *Introdução (à contribuição à crítica da economia política)*, no qual ele resume seu método. Escusamo-nos conscientemente de tal tarefa, pois a riqueza e densidade do conteúdo ali expressos, merecem um capítulo próprio no estudo dos fundamentos da teoria social e do método marxista. Pela mesma razão escapou-nos, também, uma exposição das relações capitalista de produção, suas contradições inerentes, a exploração e extração de mais-valia, a lei geral de acumulação, a desigualdades, o pauperismo e a “questão social”. Não pudemos abordar as bases de expropriação dos produtores diretos, nem a formação do capital com suas crises e a apropriação capitalista da renda fundiária, a mercadoria, o dinheiro e o *fetichismo da mercadoria* ou outras categorias econômicas do modo de produção capitalista, nas quais o método marxiano se efetiva inteiramente e subjaz à análise do objeto; funde-se ao objeto indistinguívelmente. Teoria é método torna-se um só elemento: a crítica da economia política.

se classe trabalhadora –, porque, ao mesmo tempo, a negação entre capital e trabalho se personifica na luta entre classe capitalista e classe proletária: uma, respectivamente, proprietária, dominante e exploradora, outra, expropriada, dominada material e ideologicamente, e explorada economicamente. No modo de produção capitalista, a realização do capital é, ao mesmo tempo, a desrealização do trabalhador, e esta antítese tende a se generalizar com aumento do desenvolvimento das forças produtivas ante as relações sociais inerentes ao modo de produção, com isso, abrir possibilidade para sua superação (Marx, 2012).

O horizonte da teoria social marxiana, não obstante buscar um conhecimento realista e concreto do mundo, o faz com o objetivo de transformá-lo e instrumentaliza-se para tal com vista à “supressão positiva da propriedade privada”. O propósito de longo alcance – que, sem dúvida, emite a harmonia da teoria social com o sentido ético-político das preocupações marxianas de aspiração proletária – é a liberdade substantiva, a emancipação humana, expressamente assumindo o comunismo como forma social necessária para tal, e, sob esse pressuposto adjacente, sustenta-se toda a crítica de Marx da sociedade moderna e ergue-se sua teoria social. Teoria esta cuja medula é um método materialista e dialético de apreender a história, de ultrapassar a aparência e penetrar a essência do objeto estudado.

### Referências bibliográficas

- FORTI, V. *Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho Profissional*. 4ª ed. Lumen Juris, 2010.
- KONDER, L. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- LENIN, I. *As três fontes*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- LUKÁCS, G. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In: LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do Ser Social I*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 281-422.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política (Livro I)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 119-123.
- MARX, K. Proudhon, a Economia Política e a missão do proletariado. In: NETTO, J. P. (Org.). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 123-133.
- MARX, K. Elementos fundantes de uma concepção materialista da história. In: NETTO, J. P. (Org.). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 132-166.
- MARX, K. Trabalho alienado, propriedade privada e comunismo. In: NETTO, J. Paulo (Org.) *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 92-131.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- NETTO, J. P. (org.) *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- NETTO, J. P. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

# Atividade sensível e gênero humano nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx\*

## Sensitive activity and human gender in Marx's Economic-philosophical Manuscripts

Pedro Gomes Barbosa\*\*

**Resumo:** Neste artigo, buscaremos demonstrar que a constatação das determinações gerais do ser social tornou possível a Marx lidar com o problema da negação do homem na atividade estranhada. Indo à raiz do ser social – tanto ao complexo da individualidade quanto ao “complexo de complexos da universalidade social” –, a crítica ontológica da economia política, iniciada nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, permitiu a Marx, por um lado, demonstrar os problemas da produção capitalista – o estranhamento do homem em relação ao objeto que produz, o estranhamento-de-si e da própria atividade, o estranhamento em relação ao gênero autoproduzido, e o estranhamento em relação aos demais –; e, por outro, tornar explícitas as categorias e determinações mais gerais do ser social.

**Palavras-chaves:** Teoria social de Marx; Ontologia do ser social; Alienação e estranhamento; Crítica da economia política.

**Abstract:** In this article we intend to demonstrate that the understanding of the general determinations of social being, made it possible for Marx to deal with the problem of man's denial of estranged activity. Going to the root of social being – both the complex of individuality and the “complex of complexes of social universality” – the ontological critique of political economy, initiated in the *Economic-philosophical Manuscripts*, allowed Marx to demonstrate, on one hand, the problems of capitalist production – the estrangement of man in relation to the object of his production, the estrangement from himself and from his own activity, the estrangement from the self-produced genre, and the estrangement in relation to the others –; and, on the other, to make explicit the more general categories and determinations of social being.

**Keywords:** Marx's social theory; Ontology of social being; Alienation and estrangement; Critique of political economy.

\* O presente artigo é parte da dissertação (Mestrado) intitulada “Ser social e crítica ontológica nos *Manuscritos econômico-filosóficos*: atividade sensível, gênero humano e crítica da economia política em Marx” (Barbosa, 2022). Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/14738/1/pedrogomesbarbosa.pdf>.

\*\* Doutorando e mestre em Serviço Social (UFJF), com especialização em Filosofia, Cultura e Sociedade (UFJF). Licenciado em História (UFJF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1124-3740>

## Introdução

Os *Manuscritos econômico-filosóficos* nos revelam a presença de elementos significativos do pensamento de Marx acerca das categorias mais gerais do ser social. De modo geral, a obra é carregada de considerações que nos permitem pensar sobre aspectos fundamentais que dizem respeito ao homem e sua atividade, a natureza e o mundo social, mas, sobretudo, a obra nos fornece elementos decisivos acerca da relação do indivíduo com o próprio gênero e do modo como se estabeleceu historicamente o estranhamento e a alienação dos indivíduos em relação 1) ao trabalho; 2) à própria atividade e a si mesmos; 3) ao gênero; e 4) aos outros indivíduos. A dificuldade em analisar uma obra dessa complexidade pode ser explicada não apenas pela densidade dos temas tratados por Marx, mas também pela não-sistematização das proposições marxianas, o que é característico em um texto que vai ao encontro do caráter ontológico de sua investigação, constituindo-se em um conjunto de anotações para o próprio estudo de seu autor.

O comentário de Lukács sobre os *Manuscritos econômico-filosóficos* esclarece o sentido deste trabalho: é precisamente nessa obra que as categorias da economia aparecem, pela primeira vez, “como as categorias da produção e reprodução da vida humana, tornando assim possível uma exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas” (Lukács, 2018b, p. 284-285). Não se trata, pois, de uma “ontologia marxiana” acabada, já pronta ou sistematizada. Tampouco se trata, é verdade, de uma *antropologia filosófica*, tal qual se verifica nos escritos de Ludwig Feuerbach. No sentido corrente na Filosofia, isto é, como consta no verbete “Antropologia” do *Dicionário de Filosofia*, de Nicola Abbagnano (2007), a *antropologia filosófica* é compreendida como “ciência filosófica”, como “determinação daquilo que o homem *deve ser*, em face do que *é*”. Ainda segundo o verbete, a *antropologia filosófica* é também definida em Humboldt como a busca pelo “ideal da humanidade, a forma incondicionada à qual nenhum indivíduo está completamente adequado, mas que permanece o objetivo a que todos os indivíduos tendem” (Abbagnano, 2007, p. 67-68).<sup>1</sup> Em Marx, toda

<sup>1</sup> A *antropologia filosófica* aqui referida difere e é anterior à antropologia enquanto disciplina específica, produto da modernidade e “relativamente autônoma”, como a antropologia *cultural*, a antropologia *física*, *fisiológica*, *pragmática*, etc. (Abbagnano, 2007, p. 67). Em outro dicionário, organizado por José Ferrater Mora (s.d.), a antropologia *filosófica* levanta a questão pelo o que é o homem e qual o seu destino. Ela busca compreender o ser em sua “essência”. É também a ponte entre a metafísica e as assim chamadas ciências positivas. Sua missão é, pois, “mostrar exatamente como a estrutura fundamental do ser humano” se manifesta nas mais diversas formas de atividade humana. Em suma, a antropologia filosófica concebe o ser dos homens – a sua “essência” – como dotada de existência *a priori*, podendo essa suposta essência ser realizada ou não, ser conhecida ou não pelos indivíduos. Em Marx, por sua vez, não se trata da elucidação dos “traços essenciais” do homem. Ainda que o autor dos *Manuscritos econômico-filosóficos* faça uso diversas vezes da expressão “capacidades essenciais” ao se referir aos homens em sua própria atividade, seu sentido é distinto daquele de uma antropologia filosófica. Como demonstraremos, para Marx, as assim chamadas capacidades ou forças essenciais dos homens são sempre

discussão filosófica referente ao homem é sempre realizada a partir (e também no interior) da busca pela apreensão daquilo que o homem é em uma dada sociabilidade. Assim, é na análise crítica do modo de produção da vida no capitalismo que os traços mais gerais do ser social podem ser expostos, resultando naquilo que podemos chamar de uma “teoria social de Marx”.

Como bem destacado por José Chasin (2009) – que percebeu o mérito da leitura de Lukács acerca dos *Manuscritos econômico-filosóficos* –, em Marx as “categorias econômicas” são elevadas “ao plano filosófico na forma das categorias de produção e reprodução da vida humana” (Chasin, 2009, p. 77).<sup>2</sup> Ainda à guisa de introdução, antecipamos que, em Marx, a gênese das expressões estranhadas do homem deve ser procurada no modo de produção da vida e, portanto, faz-se necessário perscrutar criticamente o terreno da economia política. A crítica da economia política é, pois, decisiva para a compreensão de seu pensamento e, como veremos, os *Manuscritos econômico-filosóficos* comprovam suas novas preocupações.

### **Gênese do ser social: natureza, objetividade/sensibilidade e atividade sensível consciente**

O homem é tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada dos estudos de Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*. Ao tratar do caráter objetivo e sensível do ser, Marx nos convida a seguinte reflexão: “Imaginemos um ser que não seja ele mesmo objeto e que não tenha um objeto. Um ser desse tipo seria, em primeiro lugar, o único ser: não existiria nenhum ser fora dele; ele existiria isolado e solitário” (Marx, 2010, p. 199). A assertiva resume muito bem o caráter sensível do ser social, e situa na dimensão das relações do homem com o próprio mundo, a “essência” do ser dos homens. Ao tratar da relação do homem com o mundo objetivo com o qual ele se defronta, Marx assinala que “um ser que não é objeto de outro ser supõe, pois, que não exista nenhum ser objetivo”. Isso quer dizer que, na medida em que “tenho um objeto”, que me relaciono com algo que me é exterior, “este objeto” (ou ser) também “tem a mim como objeto”, e é nele que encontro aquilo com o qual me relaciono:

Um ser que não tenha sua natureza fora de si, não é um ser natural, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tem objeto fora de si, não é um ser objetivo. Um ser que não é ele mesmo objeto para um terceiro, não tem nenhum ser para seu objeto, quer dizer, não se comporta de forma objetiva, seu ser não é objetivo. Um ser não-objetivo é um não-ser (Marx, 2010, p. 199).

---

historicamente engendradas pelos próprios homens, produto de sua *atividade sensível consciente*.

<sup>2</sup> Assim, sua crítica da economia política não tem a si mesma como objeto central, isto é, não se trata de uma “crítica pela crítica”. Chasin (2009) nos ajuda no que diz respeito à essa questão: “Em suma, posta em andamento, a crítica ontológica da economia política, ao contrário de reduzir ou unilateralizar, induz e promove a universalização, estendendo o âmbito da análise desde a raiz ao todo da mundaneidade, natural e social, incorporando toda a gama de objetos e relações” (Chasin, 2009, p. 77).

Para Marx, o fato de que o homem seja um ser *sensível – corpóreo, vital, real, dotado de forças* naturais, em suma, um *ser objetivo* – significa que o homem “tem objetos reais, sensíveis, como objeto de seu ser, de sua expressão vital”, de modo que ele “só pode expressar sua vida em objetos reais, sensíveis”. Assim, assinala que “[...] ser objetivo, natural, sensível e ter objeto, natureza e sentido fora de si, como ser objeto, natureza e sentido para um terceiro, são coisas idênticas” (Marx, 2010, p. 198). Marx utiliza a fome como exemplo de que o homem só pode encontrar seu objeto, que satisfaz essa necessidade objetiva e sensível – objeto com o qual se relaciona como ser, como natureza fora de si –, quando ele se coloca diante do mundo, isto é, quando se volta para a objetividade que existe diante dele – tanto como seu produto, sua criação, como mundo *humano*, quanto como mundo natural mesmo<sup>3</sup>:

A fome é uma necessidade natural; necessita, portanto, de uma natureza externa, de um objeto externo para satisfazer-se, para aplacar-se. A fome é a necessidade admitida por meu corpo de um objeto que existe fora dele, indispensável para sua integração e expressão essencial. O sol é objeto da planta, um objeto indispensável para ela, que garante a sua vida, assim como a planta é objeto do sol, como expressão da capacidade vivificadora do sol, como expressão da capacidade essencial objetiva do sol (Marx, 2010, p. 198).

Assim como as demais espécies de animais, o homem também está em contato direto com a natureza orgânica e inorgânica para a sua própria existência.

Considerada por Marx como o “*corpo inorgânico* do homem”, a natureza é algo do qual ele não pode prescindir e com o qual ele “deve ficar em um processo contínuo para não morrer”. De modo imediato, ela “fornece” ao homem os *meios de vida*, tanto no “sentido de que o trabalho não pode *viver* sem os objetos nos quais é realizado”, ou seja, toda atividade depende dos materiais adequados para ser realizada, quanto no sentido mais “estrito”, pois oferece “os meios de subsistência física do próprio *trabalhador*” (Marx, 2010, p. 107). Nesse sentido, a natureza, “o *mundo externo sensível*”, é imprescindível para que o homem crie algo e produza sua própria existência, configurando-se assim no material de seu próprio trabalho, a partir do qual o homem produz.

Ainda que seja o material da atividade do homem, a natureza não se encontra imediatamente adequada para ele, e ela só existe “humanamente” para o homem em sociedade. Assim, o homem confere à natureza uma forma humana que só ele pode fornecer, inclusive

<sup>3</sup> Sobre a necessidade de voltar-se para o mundo no trabalho, José Chasin destaca que esta atividade é compreendida como a “protoforma” do mundo humano dos homens, ou seja, é uma atividade “especificamente humana porque consciente e voltada a um fim” (Chasin, 2009, p. 92). Assim, em última instância, o trabalho corresponde à “prática mesma da fabricação do *homem*, sem prévia ideiação ou *télos* último, mas pelo curso do ‘rico *carecimento* humano’, aquele pelo qual a própria efetivação do homem ‘como necessidade [*Notwendigkeit*] interior, como *falta* (*Not*)’ (Chasin, 2009, p. 92-93). Nesse sentido, o homem precisa voltar a si mesmo para o mundo concreto, objetivo, que existe diante dele, e deve apreender suas conexões e causalidades naturais para colocar em movimento no mundo causalidades postas por ele.

quando essa *humanização* se converte em estranhamento. Diferentemente dos objetos da natureza, os objetos humanos “não são objetos da natureza, tal como estão oferecidos de forma imediata”, e nem o sentido humano, “como existe imediatamente, é objetivo”, ou seja, é “sensibilidade humana, objetividade humana”. Já no manuscrito dedicado a crítica à Hegel, ele assinala que:

O homem é imediatamente um ser natural. Como ser natural e como ser natural vivo, está munido, por uma parte, de capacidades naturais e vitais; é um ser natural ativo; tais capacidades existem nele como predisposições e habilidades, como pulsões. Por outra parte, o homem é, como ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, um ser passivo, condicionado e limitado, como o são o animal e a planta, quer dizer, os objetos de suas pulsões existem fora dele, como objetos independentes dele; mas estes objetos são objetos de sua necessidade, indispensáveis, essenciais para a atuação e confirmação de suas capacidades essenciais (Marx, 2010, p. 198).

Ao avançarmos no manuscrito dedicado à crítica da filosofia hegeliana, constatamos que a natureza inorgânica refere-se tanto à ciência quanto as representações artísticas que o homem faz da sua relação com a natureza, referindo-se a tais elementos como “meios de vida espirituais”:

[como] as plantas, os animais, as pedras, o ar, a luz, etc., formam, teoricamente, uma parte da consciência humana, por um lado como objetos das ciências naturais, por outro como objetos da arte – sua natureza inorgânica espiritual, meios de vida espirituais, que ele deve preparar prioritariamente para logo saboreá-los e digeri-los –, também formam praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana (Marx, 2010, p. 111).

Portanto, ao tratar tanto da vida física quanto da vida espiritual, da natureza orgânica e inorgânica do ser, Marx assinala que “o fato da vida física e espiritual do homem depender da natureza, não significa outra coisa senão que a natureza se relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza” (Marx, 2010, p. 112).

Compreendida como o “primeiro objeto do homem” – objeto imprescindível para a sua existência –, a natureza é também convertida em “objeto imediato das ciências humanas”, de modo que ela é tornada objeto no qual o homem investiga os nexos e causalidades naturais nela operantes, e o conhecimento elaborado e desenvolvido sobre ela é expresso praticamente na sua atividade. A indústria – assim como o grau de desenvolvimento das forças produtivas que acarreta –, por exemplo, é concebida como “a relação histórica *real* da natureza e, portanto, das ciências naturais com o homem” (Marx, 2010, p. 151). Na medida em que o ser se faz no mundo, ele busca controlar a natureza e, para isso, ele deve ser capaz de compreendê-la em seus nexos e categorias para transformá-la e melhor engendrar nela os objetos que condizem com seu próprio ser. Marx aqui pôde indicar o caminho para o desenvolvimento de uma ciência verdadeiramente materialista, a partir da afirmação de que “a *sensibilidade* deve ser a base de

toda ciência” (Marx, 2010, p. 151-152):

*A sensibilidade* (ver Feuerbach) deve ser a base de toda ciência. Só que, se a ciência parte dela, na dupla forma de consciência *sensível* e de necessidade *sensível* – quer dizer, se a ciência parte da natureza –, é ciência *real*. A história toda é a história da preparação e do desenvolvimento do processo pelo qual o “homem” se converte em objeto da consciência *sensível*, e a necessidade do “homem enquanto homem” se converte em necessidade. A história mesma é *realmente* uma parte da *história natural*, do devir homem da natureza. As ciências naturais incluirão logo as ciências humanas, do mesmo modo que as ciências humanas incluirão as ciências naturais: haverá *uma única* ciência (Marx, 2010, p. 151-152).

A referência feita à Feuerbach é um nítido exemplo da influência do pensador materialista sobre Marx, que sempre reconheceu os méritos de sua filosofia em romper com a superfície racional que encobria o núcleo teológico do pensamento hegeliano.<sup>4</sup> Mas, do mesmo modo que se contrapôs à Hegel e o superou criticamente, Marx também lidou com os equívocos da filosofia feuerbachiana.

Ponto de partida tanto da atividade quanto para a compreensão do ser dos homens, a sensibilidade, entretanto, não é a única determinação do ser social. O “devir homem da natureza” carrega todo o sentido de que a história do homem é sua responsabilidade, e o homem mesmo é tornado “objeto da consciência *sensível*” como ser social. Aqui, portanto, a história da relação do homem com a natureza é compreendida como a história verdadeiramente humana do homem. Sua argumentação a favor de uma ciência unitária nos revela sua compreensão da necessidade de ir para além dos limites do materialismo vulgar<sup>5</sup> e do idealismo: os problemas teóricos que os homens enfrentam só podem ser solucionados de forma prática. Por isso, em Marx, as contradições artificialmente criadas entre objetivismo e subjetivismo, materialismo e espiritualismo, passividade e atividade, deixam de existir quando postas sob o crivo da categoria da atividade sensível consciente.<sup>6</sup> Em suma, a própria teoria não é uma tarefa resumida ao

<sup>4</sup> Como destacado por Rodrigo Maciel Alckmin (2003), em sua dissertação de Mestrado intitulada *Feuerbach e Marx: da sensibilidade à atividade sensível*, duas são as contribuições de Feuerbach: a primeira delas diz respeito à ruptura realizada com a filosofia idealista, sobretudo a hegeliana. Alckmin assinala para o fato de a proposta feuerbachiana de renovação da filosofia indicar a necessidade de “ultrapassar os limites de uma contenda meramente teórica para se configurar como uma exigência prática imposta por um tempo distinto” (Alckmin, 2003, p. 69), destacando também a identificação realizada por Feuerbach do pensamento de Hegel como um pensamento caduco que, assim como seu cúmplice, o Cristianismo, passam a sofrer “simultaneamente os bombardeios oriundos de uma filosofia do porvir” (Alckmin, 2003, p. 70). A segunda contribuição, por sua vez, trata da “reivindicação da sensibilidade enquanto dimensão decisiva na colocação do problema do ser” (Alckmin, 2003, p. 11).

<sup>5</sup> De acordo com José Chasin, a crítica de Marx ao “velho materialismo” não é direcionada aos procedimentos científicos por ele adotados, e nem mesmo é uma crítica às “suas insuficiências ou mazelas epistêmicas”. Ela tem, pois, outra direção e sentido: o autor dos *Manuscritos econômico-filosóficos* denunciou “uma grave lacuna ontológica” no materialismo antigo, uma vez que este ignorou por completo a qualidade da objetividade social, isto é, sua energia, sua atualização pela atividade sensível dos homens ou, simplesmente, desconhece sua forma subjetiva” (Chasin, 2009, p. 97).

<sup>6</sup> Enquanto a filosofia apenas tomou o homem por suas características espirituais, e pretendeu dizer o que o homem é a partir de uma abstração, em Marx, o modo como os homens produzem a própria vida e a si mesmos nos diz

campo do conhecimento, ela é também uma “tarefa vital *autêntica*”, a qual a “*filosofia* não pôde resolver precisamente porque apenas a concebeu como tarefa teórica” (Marx, 2010, p. 150).

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, o trabalho é compreendido por Marx como “*atividade vital*” e “*vida produtiva* mesma” do homem, como “*meio* para satisfação de uma necessidade”. As considerações iniciais de Marx sobre essa categoria estão presentes no manuscrito *Trabalho estranhado e propriedade privada*. Nas primeiras páginas desse texto, o trabalho é compreendido em sua particularidade no interior do modo de produção capitalista e, desse modo, a categoria traz as marcas da alienação e do estranhamento. Entretanto, é neste mesmo manuscrito que Marx começa a contrastar a esse caractere histórico do trabalho, sua determinação mais geral.

O trabalho possui o caráter de atividade de produção dos meios necessários à existência dos homens. Compreendido como expressão da atividade vital e sensível humana, é a categoria na qual repousam as “características de uma espécie, seu caráter genérico”. A atividade do homem é “atividade consciente livre” e, diferentemente das demais espécies que se encontram “imediatamente unidas a sua atividade vital” e dela não se diferenciam, o homem é capaz de fazer “de sua atividade vital mesma um objeto de sua vontade e de sua consciência”, uma vez que sua atividade é “atividade consciente”, isto é, atividade que “não é uma determinação com a qual [ele] coincide imediatamente”. Portanto, no intercâmbio entre homem e natureza, a atividade consciente exerce papel mediador essencial na diferenciação da atividade do homem em relação à atividade animal. Assim, segundo Marx:

A criação de um *mundo objetivo* através da prática, a *elaboração* da natureza inorgânica, é a prova que o homem é um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero como com seu próprio ser, ou consigo mesmo como ser genérico. Sem dúvida, o animal também produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, o castor, a formiga, etc., mas produz unicamente o que necessita imediatamente para si ou para sua cria; produz unilateralmente, enquanto o homem produz de modo universal; o animal produz apenas sob a forma da coação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz também livre de necessidade física, e apenas produz verdadeiramente quando se encontra livre dessa necessidade; o animal apenas produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; o produto do animal pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livremente com seu produto. O animal forma apenas de acordo com a medida e a necessidade da espécie a qual pertence, enquanto o

muito mais coisas sobre o que eles de fato são. A filosofia precedente não percebeu, pois, que as ciências naturais se apropriaram de um número considerável de material acerca da natureza do homem. Uma permaneceu estranha à outra. Sua separação só foi momentaneamente suspensa de modo artificial, por meio de uma “*ilusão fantástica*”. De acordo com José Chasin (2009), a crítica marxiana não poderia deixar de romper com “a concepção excludente entre natureza e sociedade, pondo em primeiro plano o metabolismo humano-societário que as relaciona” (Chasin, 2009, p. 78). A natureza é, pois, a “plataforma natural” necessária e não-dominante, incessantemente transformada pela sociabilidade, isto é, pelos homens em seu processo de autoedificação, por meio de sua *atividade sensível*, “cada vez mais puramente social”.

homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe aplicar em todos os casos a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, de acordo com as leis da beleza (Marx, 2010, p. 113).

O que constitui o gênero humano e diferencia o homem das demais espécies é a capacidade de produzir livremente através de sua atividade. Ele é capaz de dar à natureza uma forma adequada para si e, além de produzir o próprio gênero, ele pode também produzir de acordo com a medida das demais espécies e da natureza, tornando-a uma extensão de seu próprio corpo.

Para o homem, a natureza carece de sua atividade: ela não está nem objetiva e nem subjetivamente disponível de modo imediato na “forma adequada para o ser humano”. Ao atuar sobre a natureza, o homem confere a ela uma história, e a história humana da natureza do homem tem um começo, isto é, tem um ato de origem. Para o homem, esse ato de origem é sua atividade, e o ato de sua história é um “ato consciente e, por ser um ato de origem com consciência, supera a si mesmo. A história é a verdadeira história natural do homem” (Marx, 2010, p. 199-200). O modo de existência do homem e a sua “natureza” são, assim, determinados pelo próprio agir humano.

Marx vai além da filosofia feuerbachiana e, mesmo que não tivesse ainda formulado as *Teses ad Feuerbach*, de 1845, ele desenvolveu elementos decisivos que o diferenciam radicalmente do velho materialista: ele compreendeu a essência do ser não como a mera sensibilidade muda característica do pensamento feuerbachiano, mas como o sensível que é *ativo*, que é capaz de transformar a natureza e constituir a sua própria subjetividade, isto é, como atividade sensível consciente. Segundo Lukács (2018a), temos aqui a “quintessência” da teoria materialista marxiana da objetividade, capaz de, ao mesmo tempo, explicar o “estranhamento capitalista e sua superação”, superando a concepção e crítica feuerbachiana ao idealismo de Hegel<sup>7</sup>,

A crítica marxiana toca também no universo especulativo hegeliano, demonstrando os limites da filosofia idealista diante da descoberta marxiana da atividade sensível consciente como atividade objetiva de um ser objetivo. Na crítica certa à Hegel e à alienação como atividade do espírito, Marx assinala:

Quando o homem real, corpóreo, que está sobre a terra firme e inteiramente redonda, que expira e aspira todas as forças naturais, põe suas capacidades essenciais reais, objetivas, por meio de sua alienação, não é o sujeito; é a subjetividade das capacidades essenciais objetivas, cuja ação deve ser, por

<sup>7</sup> Segundo Lukács, Feuerbach “[...] passou ao largo desse problema social [do estranhamento] sem lhe dar atenção e, por essa razão, por um lado, não percebeu os momentos justificados da teoria hegeliana e, por outro, comete erros parecidos com os do idealismo hegeliano quanto à concepção de homem e sociedade, partindo do ponto de vista contrário” (Lukács, 2018a, p. 706).

isso, também uma ação objetiva. A essência objetiva atua objetivamente, e não atuaria objetivamente se o objetivo não estivesse na determinação de sua essência. Apenas cria, põe, porque está posta por objetos, porque é originalmente natureza. O ato de pôr não cai, então, de sua “atividade pura” a uma criação do objeto, mas seu produto objetivo confirma unicamente sua atividade objetiva, sua atividade como atividade de um ser natural objetivo. (Marx, 2010, p. 197-198)

O ato de pôr do homem não provém de uma “atividade pura” e, contrapondo-se à Hegel, em Marx, história do homem não é produto daquilo que o espírito absoluto coloca em movimento, sua atividade é atividade de um ser natural objetivo.

### Generidade e individualidade humanas

Vimos que a atividade sensível consciente é o elemento fundante do ser social para Marx. Sua atividade – que não é atividade especulativa –, traça os contornos possíveis daquilo que o gênero humano é – e também daquilo que pode ser. Assim, como sua atividade é atividade universal, o seu gênero também é feito da mesma substância, e essa universalidade é confirmada na prática quando, por exemplo, o homem faz da universalidade da “natureza inteira, seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que é 1. um meio de vida imediato, quanto na medida em que é 2. a matéria, o objeto e a ferramenta de sua atividade vital” (Marx, 2010, p. 111-112).

O que comprova o caráter genérico do ser humano, quer dizer, o que o “confirma, em primeiro lugar efetivamente, como *ser genérico*”, é o fato de ele elaborar “o mundo objetivo” através de sua atividade vital, sensível, isto é, através desta “produção que é sua vida genérica ativa”, de modo que a natureza aparece para o homem como sua “obra e realidade”. Sua atividade sensível consciente é o meio através do qual ele constitui o próprio mundo *humano*. Nas palavras de Marx:

O objeto do trabalho é, por isso, a *objetivação da vida genérica do homem*: na medida em que este não apenas se duplica na consciência, intelectualmente, mas também de modo ativo, real e, desse modo, contempla a si mesmo em um mundo por ele criado (Marx, 2010, p. 113-114).

O trabalho como meio *para* a vida, e não meio *de* vida imediato apenas, faz da “vida produtiva” do homem sua “vida genérica”. Enquanto vida genérica, a atividade produtiva do homem é sinônimo de “vida que cria vida”, o que indica o caráter específico da espécie para a qual a liberdade consiste na própria atividade. Assim, é na *vida social* real dos homens que pode ser expressada a “*consciência genérica*” que os homens têm de sua própria espécie.

É a partir da relação com o próprio gênero que surgem os delineamentos da individualidade no texto marxiano dos *Manuscritos*. De acordo com Marx, cada exemplar singular do gênero molda sua personalidade na atividade social ativa que é produtora do gênero,

no contato com os demais exemplares de sua espécie. Assim, nas palavras de Marx:

[quando] prática e teoricamente torna o gênero um objeto seu, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, mas também – e isso é apenas outra expressão para a mesma ideia – porque se relaciona consigo mesmo como com o gênero presente e vivo, porque se relaciona consigo mesmo como com um ser *universal* e, por isso, livre (Marx, 2010, p. 111).

Ao indicar que a “*sociedade* é a unidade essencial plena do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo consumado do homem e o humanismo consumado da natureza” (Marx, 2010, p. 144), Marx identifica que, por mais que pensamento e ser sejam diversos, eles constituem entre si uma *unidade*, isto é, uma totalidade da qual o indivíduo é sua expressão particular, é um exemplar singular do gênero. Nesse sentido, o homem é, para Marx, a “totalidade de expressão vital humana”. Em suas palavras:

O homem, que é um indivíduo *particular* – e é precisamente essa sua particularidade que faz dele um indivíduo e um ser verdadeiramente *individuais* –, é também a *totalidade*, a totalidade ideal, o ser subjetivo da sociedade pensada e sentida para si, do mesmo modo como, na realidade, o homem existe tanto como intuição e fruição verdadeiras do ser social, quanto como uma totalidade de expressão vital humana (Marx, 2010, p. 145).

O homem só pode formar sua individualidade porque ele se encontra em sociedade. Mas isso é apenas o ponto de partida: para Marx, a atividade e a fruição sociais “não existem apenas sob a forma da atividade comunitária *imediata* e da fruição *comunitária* imediata” (Marx, 2010, p. 144). Nesse sentido, a vida genérica social e a vida individual dos homens não são opostas – e, como veremos posteriormente, a relação entre indivíduo e gênero é decisiva na compreensão marxiana do estranhamento. O primeiro é, pois, um exemplar singular do último:

O homem, mesmo que seja, pois, um indivíduo *particular*, e precisamente sua particularidade faça dele um indivíduo e ser comum verdadeiramente *individual*, é também a *totalidade*, a totalidade ideal, o ser subjetivo da sociedade pensada e sentida para si (Marx, 2010, p. 145).

A individualidade não é secundarizada por Marx: é precisamente na vida de cada indivíduo que o gênero humano pode alcançar sua expressão mais concreta possível. A morte, por exemplo, ainda que pareça ser uma “dura vitória do gênero sobre o indivíduo determinado”, apenas confirma o fato de que “o indivíduo determinado é um ser *genérico determinado*, e, por isso, mortal” (Marx, 2010, p. 145). Desse modo, quando o indivíduo deixa de existir, ele deixa de existir apenas enquanto exemplar singular do gênero humano, mas o gênero não deixa de existir nos outros homens. Vejamos, por exemplo, o “desenvolvimento de uma atividade *científica*”: é atividade social na qual o material de meu trabalho é socialmente produzido, e me foi dado como tal – a linguagem, por exemplo –, assim como “meu próprio ser é atividade social; aquilo que faço por mim e para mim mesmo, faço-o para a sociedade, e com a

consciência de meu ser enquanto ser social” (Marx, 2010, p. 144). O que é identificado enquanto consciência universal por Marx é a “imagem teórica daquilo do qual o ser comum real, o ser social, é imagem viva”, e é precisamente a partir da relação estabelecida com o próprio gênero que a consciência individual do homem é produzida.

Para o ser social, a maior riqueza do homem é o próprio homem, e o *outro* é também expressão de seu ser. Em Marx, a sociedade não é uma abstração fixada e contraposta ao indivíduo e, do mesmo modo, o indivíduo é, enquanto ser social, a “expressão vital” da comunidade, da sociedade; ele é a “expressão e confirmação da vida social”, e a personalidade do homem resulta do modo como ele se relaciona com os outros homens, e a natureza dessa relação, como vimos, repousa na atividade sensível consciente. Nas palavras de Marx:

Assim, deste modo, o caráter *social* é o caráter universal de todo o movimento; *assim como* a sociedade mesma produz o *homem* como *homem*, ela [a sociedade] também é *produzida* por ele. A atividade e a fruição, como conteúdos seus, são também, de acordo com o *modo de existência, de natureza social*, são atividade *social* e fruição *social*. A essência *humana* da natureza está presente apenas para o homem *social*, mas apenas aqui [para o homem em sociedade] a natureza existe para ele como *vínculo* com o *homem*, como ser dele para outro, e do outro para ele (Marx, 2010, p. 144).

Nesse sentido, a sociedade produz o homem, mas, em última instância, é o homem quem produz a sociedade e, deste modo, ele produz a si mesmo e ao modo como se relaciona com os demais e com os produtos de sua atividade. Assim, é a partir do modo como se relacionam com a riqueza objetivamente produzida por eles mesmos é que os homens produzem suas subjetividades:

[...] apenas a partir da riqueza objetivamente desenvolvida da essência humana se desenvolve a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva; se desenvolve um ouvido musical, um olho capaz de perceber a beleza da forma; em suma, são, em parte, educados e, em parte, produzidos, *sentidos* capazes de promover fruições humanas; sentidos que se confirma como capacidades essenciais *humanas* (Marx, 2010, p. 149).

Os sentidos do homem são todos *formados*, eles possuem uma história. Esse processo de “*humanização*” de sua sensibilidade, que configura a formação de sua natureza já não mais muda, é o que diferencia o *homem* do *animal*. Quando trata da formação dos sentidos humanos – e não apenas dos cinco sentidos *naturais* (olfato, audição, visão, paladar e tato), mas também dos sentidos *práticos* ou *espirituais* (o desejo, o amor etc.) –, Marx realiza um movimento de crítica e radical superação não apenas da filosofia idealista precedente, mas também do materialismo engessado de Feuerbach, ao afirmar que os sentidos humanos, produtos da autoatividade humana, são:

[...] em parte educados e, em parte, produzidos; *sentidos* capazes de promover o desfrute humano; sentidos que se confirmam como capacidades essenciais

*humanas*. Pois não apenas os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.); em uma palavra, a sensibilidade *humana*, a humanidade dos sentidos, surge apenas através da existência de *seu* objeto, através da natureza *humanizada*. A *formação* dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história universal precedente. A *sensibilidade* afetada pela necessidade prática possui, pois, uma sensibilidade *limitada* (Marx, 2010, p. 149).

Marx nos fornece um exemplo que esclarece a diferença entre o animal, mortificado e necessitado, e o homem, que não devora mais a carne crua com os dentes:

Para o homem famélico não existe a forma humana da comida, mas apenas sua existência abstrata como comida; igualmente poderia encontrar-se disponível sob a forma mais elementar, e não poderia dizer-se de nenhuma qualidade pela qual essa alimentação se distinguísse da alimentação *animal*. O homem mortificado, necessitado, não exhibe sensibilidade alguma diante do mais belo drama; o traficante de minerais só vê o valor mercantil, mas não a beleza e natureza peculiar do mineral; não tem, pois, nenhuma sensibilidade para a mineralogia (Marx, 2010, p. 149).

E, continuando no mesmo parágrafo, Marx assinala que é de inteira responsabilidade dos homens o modo como produzem a si mesmos, tanto praticamente quanto teoricamente: a objetivação da essência humana – a atividade sensível, vital – é necessária tanto para a humanização dos próprios sentidos, quanto para a produção e criação de sentidos humanos que correspondam à riqueza humana objetiva.

O homem tem como “*natureza sensível*” imediata também a sensibilidade humana disponível, o *outro* homem, com o qual ele se relaciona. Ao se relacionar com um semelhante, ele se relaciona com a natureza que está “sensivelmente disponível para ele”, a qual ele compartilha. O outro, como *natureza sensível*, se converte imediatamente em “sensibilidade humana” para ele (Marx, 2010, p. 152), e vice-versa. Nesse sentido, a “*natureza sensível*” do homem – sua sensibilidade – é o próprio homem como sujeito ativo que modifica o mundo objetivo e natural, e a realidade que se coloca diante dele é tornada objeto *do* homem e *para* o homem. A sensibilidade *humana* – ou a “humanidade dos sentidos” –, é a natureza que para o homem é seu produto, ou seja, é a sensibilidade *limitada* tornada natureza *para* o homem, tornada natureza *humana*. Ela é, pois, o ponto de partida de qualquer expressão humana ulterior:

O homem *rico* é, ao mesmo tempo, o homem *necessitado* de uma totalidade da expressão vital humana. O homem cuja própria realização existe como necessidade intrínseca, como *necessidade*. Não apenas a *riqueza*, mas também a *pobreza* do homem, recebem simetricamente – sob o pressuposto do socialismo – uma importância *humana* e, portanto, social. É o vínculo passivo que permite que o homem experimente como necessidade a maior riqueza, o *outro* homem. O domínio do ser objetivo em mim, a irrupção sensível de minha atividade essencial, é a *passividade* que aqui se converte, com isto, em *atividade* de meu ser (Marx, 2010, p. 152-153).

As “capacidades essenciais” do homem – como os sentidos humanos – são

historicamente engendradas pelos próprios homens, como mencionamos anteriormente. O gênero humano, ou a sociedade, é objeto do homem e para o homem. A realidade objetiva diante dele é a realidade de suas “capacidades essenciais” objetivadas:

*Como se convertem em seus objetos, depende da natureza do objeto e da natureza da capacidade essencial correspondente a natureza do objeto; pois, precisamente a determinação desta relação configura o modo particular real da afirmação. Um objeto é, para o olho, diferente do que para o ouvido, e o objeto do olho é outro que do ouvido. A peculiaridade de cada capacidade essencial é, precisamente, sua essência peculiar, e assim, pois, também o é o modo peculiar de sua objetivação, de seu ser objetivo e real, vivo. Não apenas no pensamento, mas também com todos os sentidos o homem se vê afirmado no mundo objetivo (Marx, 2010, p. 148).*

Entretanto, não se trata da objetivação de capacidades ou forças intrínsecas ou inerentes à natureza do homem. Tais necessidades são também produzidas pelos próprios homens mediante sua atividade vital, sensível, e pelo modo como os homens se relacionam com tais objetos. No caso do trabalho estranhado, tais capacidades se convertem em forças alienadas e estranhadas do homem, e a sociedade é tornada um empecilho ao desenvolvimento da individualidade:

Por outro lado, em termos subjetivos: assim como é a música que desperta o sentido musical do homem, desse modo, para o ouvido insensível, a mais bela música não tem sentido *algum*, não é nenhum objeto, já que meu objeto só pode ser a confirmação de minhas capacidades essenciais, assim ele só pode existir de tal maneira para mim porque minha capacidade essencial existe para si como capacidade subjetiva, porque o sentido do objeto para mim (apenas possui significado para um sentido de acordo com ele [com o objeto]) chega tão longe quanto *meu* sentido (Marx, 2010, p. 148).

Tais “capacidades essenciais” existem apenas como virtualidades na sociabilidade do capital. Para o “homem social”, isto é, emancipado, elas podem se tornar capacidades objetivas de constituição da subjetividade, mas, para o homem estranhado-de-si, tais capacidades são convertidas em objetos hostis e estranhos a ele. Se os homens estão estranhados, seu estranhamento é produto do modo como produzem a própria existência. Por isso, a propriedade privada tem lugar na história apenas como produto da atividade do homem.

### **A relação entre indivíduo e gênero na sociabilidade do capital**

Como indicado no início do manuscrito *Trabalho estranhado e propriedade privada*, ambos os elementos foram reconhecidos e analisados como um fato. Ainda que o trabalho estranhado e a propriedade privada sejam o ponto de partida efetivo da exposição de Marx, a questão decisiva consiste em desvendar o modo como se estabeleceram a alienação do trabalho e o estranhamento do homem “na essência do desenvolvimento humano”. Faltou à economia política, portanto, a mais importante conquista do pensamento verdadeiramente preocupado em

desvendar a gênese da propriedade privada: faltou a “reformulação da pergunta sobre a origem da propriedade privada” e o questionamento acerca da “relação entre o *trabalho estranhado* e o desenvolvimento da humanidade”. Como indicado por Marx: “Pois, quando se fala sobre a *propriedade privada*, acredita-se se tratar de algo externo ao homem”, ao passo em que “quando se fala do trabalho, se trata imediatamente do homem mesmo. Esta nova formulação da pergunta é já, inclusive, sua solução” (Marx, 2010, p. 119) – solução porque precisamente coloca no centro da questão o próprio homem como ser que se auto constitui no mundo.

Além de conseguir demonstrar o movimento de inversão do real efetuado pela economia política – que identificou a “essência” do homem com o trabalho alienado, de modo que a propriedade privada corresponderia, assim, à exteriorização dessa suposta natureza através do trabalho, que corresponderia imediatamente à propriedade privada capitalista –, Marx também tornou possível a superação das incongruências do idealismo e do velho materialismo. Portanto, trata-se aqui de destacar o fato de que o homem é um ser ativo e que se relaciona consigo mesmo como “ser genérico real”, e essa “conduta real” do homem só é possível:

[...] na medida em que cria realmente todas as suas capacidades genéricas – o que, por sua vez, só é possível através da ação conjunta dos homens, apenas como resultado da história – e que se comporta em relação a tais capacidades genéricas como objetos, o que por sua vez só é possível, inicialmente, sob a forma do estranhamento (Marx, 2010, p. 193).

Incursionar sobre a crítica do trabalho estranhado é também uma forma de demonstrar aquilo que a economia política não compreendeu: na sociabilidade do capital, o trabalho corresponde ao estranhamento do homem. Ao buscar a anatomia da sociedade civil na crítica direcionada à economia política, Marx pôde evidenciar o “pressuposto insuprimível dos *homens ativos*”: o trabalho, ou seja, a atividade sensível e vital consciente.<sup>8</sup>

A crítica de Marx ao trabalho estranhado também expressa sua preocupação acerca da relação entre o indivíduo e o gênero. No manuscrito *Propriedade privada e comunismo*, ao tratar da necessidade de superação da propriedade privada, Marx já havia apreendido e demonstrado que a gênese da propriedade privada é o trabalho estranhado. Manifestação histórica daquilo que o homem produz – e, mais ainda, do modo como produz –, a propriedade privada é a manifestação do estranhamento e alienação do homem em relação ao próprio gênero:

A *propriedade privada* é apenas a expressão sensível de que o homem se torna, ao mesmo tempo, *objetivo* para si, e se torna antes um objeto estranho e inumano; de que sua expressão vital é a alienação de sua vida; de que sua

<sup>8</sup> A economia política reconheceu *positivamente* esse segredo, mas apenas pelo seu lado positivo, tal qual Hegel fizera. Ela pode ter descoberto que o trabalho é a “essência subjetiva da riqueza”, mas não pôde explicar que na sociabilidade do capital ele se traduz no empobrecimento da subjetividade do homem.

---

realização é sua desrealização, uma realidade *estranha* (Marx, 2010, p. 146).

Como seu produto, a propriedade privada expressa a atividade estranhada do homem, convertida pela economia política em sua “essência”. Entretanto, ela é apenas a expressão histórico-social do modo como o homem produz a própria vida e do modo como ele se relaciona com os produtos de seu trabalho, com o próprio gênero e com os outros indivíduos. Os próprios sentidos humanos sofrem a interferência da dimensão estranhada da vida: o olho que só enxerga o valor mercantil do mineral, e que não tem “nenhuma sensibilidade para a mineralogia”, por exemplo, é igualmente produto da atividade dos homens, e resultado do modo como é produzida sua subjetividade nesta sociabilidade historicamente determinada – e isso justamente numa sociabilidade que virtualmente potencializa o desenvolvimento de individualidades mais ricas, mas que acaba impedindo o pleno desenvolvimento individual porque o reduz, e até mesmo nega ao homem, à satisfação de suas necessidades mais banais, impedindo-o de se apropriar das potências do próprio gênero. Aqui trazemos novamente um elemento que diz respeito à alienação e o estranhamento do indivíduo em relação ao próprio gênero humano: o homem aparece como reduzido a uma condição animalesca. Marx assinala que até mesmo a satisfação da mais banal e simples necessidade de um animal deixa de ser garantida aos homens nessa “civilização” que só lhes proporciona o mais “completo desamparo desnaturalizado”, isto é, artificialmente produzido, e essa “natureza corrompida” é convertida para o homem em seu “*elemento vital*” (Marx, 2010, p. 158).<sup>9</sup>

A alienação do gênero é a perda da essência do homem no mundo. Como uma potência tornada hostil ao homem, o gênero se coloca diante do indivíduo como uma objetividade estranha. Por exemplo, uma das transformações mais hostis ao homem produzida pelo capitalismo é a redução dos custos do trabalho. A introdução da máquina, e a simplificação que ela acarreta no processo de trabalho, chegou mesmo a transformar seres humanos em desenvolvimento, isto é, crianças e jovens, em “trabalhadores adultos”. Nas palavras de Marx: “A máquina se adapta à *deficiência* do homem, e converte o homem *deficiente* em máquina” (Marx, 2010, p. 158). Não se trata aqui, entretanto, de uma crítica à tecnologia ou ao desenvolvimento das forças produtivas. Marx tem a dimensão da complexidade na qual esse desenvolvimento tecnológico se realiza: no modo de produção capitalista, se o homem está

---

<sup>9</sup> O recrudescimento de suas necessidades é acompanhado também do recrudescimento dos meios para sua satisfação: “Os *métodos* e os *instrumentos* de trabalho humano mais rudimentares retornam, como o *moinho* dos escravos romanos que se converteu no modo de produção e no modo de existência de muitos trabalhadores ingleses” (Marx, 2010, p. 158). O recrudescimento das necessidades humanas é apontado por Marx como uma realidade nos grandes centros industriais de sua época, como Inglaterra e França, e ele denuncia a existência de uma “*pequena Irlanda*” em cada um desses grandes centros industriais.

alienado dos produtos do trabalho e de seu próprio gênero, quanto mais rico for o gênero humano, mais pobre é o homem em sua individualidade. Por isso, nessa sociabilidade, o desenvolvimento das forças produtivas – a redução do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da vida dos indivíduos – não é convertido para o homem em tempo verdadeiramente disponível para o enriquecimento de sua personalidade e subjetividade.

Os homens produzem a si mesmos a partir da configuração histórica na qual eles se encontram. Por isso, compreendida como “expressão materialmente *sensível* da vida *humana* estranhada” (Marx, 2010, p. 142), a propriedade privada é o ponto de partida incontornável das investigações de Marx. Em outro trecho, essa questão é retomada:

Do mesmo modo, tanto o material do trabalho quanto o homem enquanto sujeito, são o resultado e o ponto de partida do movimento (e a *necessidade* histórica da propriedade privada reside no fato de constituir, de modo preciso, o *ponto de partida*). (Marx, 2010, p. 143-144).

Ao analisar de modo mais detido o trecho no qual Marx afirma que a propriedade privada é a manifestação ou expressão “materialmente *sensível* da vida *humana* estranhada”, e que “seu movimento – a produção e o consumo – é a manifestação *sensível* do movimento de toda produção precedente; quer dizer, a realização ou a realidade do homem” (Marx, 2010, p. 142), é possível constatar que ele compreendeu que são os homens os responsáveis pela produção de suas condições de existência e reprodução sociais, e que todos os outros “modos *particulares* de produção”, como “religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte, etc.”, estão submetidos à “lei geral” do movimento de produção e reprodução de sua existência.

Após desvendar a gênese da propriedade privada no manuscrito *Trabalho estranhado e propriedade privada*, que encerra o primeiro caderno, Marx demonstra que é apenas no ponto de culminância do desenvolvimento da propriedade privada capitalista que esta retroage sobre o trabalho e, mais ainda, que esse estranhamento incide também diretamente sobre a subjetividade e personalidade dos próprios homens. Páginas adiante, no manuscrito intitulado *Propriedade privada e comunismo*, Marx indica que a contraposição entre a propriedade e a não-propriedade, entre proprietário e não-proprietário, só pode ser corretamente compreendida quando concebida como contradição entre “*trabalho e capital*” (Marx, 2010, p. 138). Isso posto, as páginas iniciais deste manuscrito seguem com a exposição do seguinte problema: como superar a propriedade privada? E quais os efeitos dessa superação para os homens? A superação desse autoestranhamento [*Selbstentfremdung*] não pode ser realizada sem que se supere a forma estranhada da atividade do homem – o trabalho estranhado:

O *comunismo*, finalmente, é a expressão *positiva* da superação da propriedade privada, acima de tudo da propriedade privada *universal*. Na medida em que compreende essa relação em sua *universalidade*, é 1. em sua primeira

configuração, apenas uma *generalização* e consumação dela [a propriedade privada]; desse modo, mostra-se sob uma forma duplicada: ao começo, o domínio que a propriedade *concreta* exerce sobre o comunismo é tão grande que ele quer destruir tudo que, enquanto *propriedade privada*, não pode ser possuído por todos; por meios violentos quer fazer abstração do talento, etc. A *posse* física, imediata, vale para ele [o comunismo primitivo] como o único fim da vida e do ser [...] (Marx, 2010, p. 139).

Marx direciona suas críticas à Proudhon, Fourier e Saint-Simon. O assim chamado “comunismo primitivo”, criticado por Marx, contrapôs à propriedade privada capitalista uma espécie de “propriedade privada universal”. Nesse sentido, não pôde postular a superação da “determinação de trabalhador” do homem, mas pôde apenas estendê-la a todos, permanecendo a relação estranhada como relação fundante da comunidade com o mundo.<sup>10</sup> Ao desejar o “retorno a uma simplicidade *não-natural* do homem *pobre* e desprovido de necessidades”, é preconizado um tipo de homem que não consegue superar a propriedade privada porque sequer chegou a atingir seu nível:

A negação abstrata do íntegro mundo da cultura e da civilização, o retorno à simplicidade *não natural* do homem *pobre* e desprovido de necessidades, que não superou a propriedade privada porque sequer chegou a alcançá-la, demonstra, de modo preciso, o quão pouco semelhante negação da propriedade privada representa uma verdadeira apropriação (Marx, 2010, p. 140).

O “comunismo primitivo” – ainda contaminado pela propriedade privada – pôde apenas postular a superação da contradição entre capital e trabalho que está na raiz da propriedade privada, em uma “universalidade *imaginada*: o *trabalho*, como aquela determinação em que todos são colocados; o capital, como a universalidade e força reconhecidas da comunidade” (Marx, 2010, p. 140).

Seguindo o percurso crítico de Marx ao “comunismo” pautado na noção de igualdade entre os homens em sua fundamentação política, o autor dos *Manuscritos econômico-filosóficos* assinala que o “comunismo” como “negação da negação, como suposta reapropriação da essência humana, mediada consigo mesma através da negação da propriedade privada”, que parte da propriedade privada (ainda que com a intenção de negá-la) não pode ser a postulação *verdadeira* do comunismo. O “comunismo político” – que nega a propriedade privada e postula o homem partindo dessa negação – traz as marcas da *Fenomenologia do espírito*, de Hegel, ou

<sup>10</sup> Exemplo fornecido por Marx é a contraposição ao matrimônio (propriedade exclusiva do homem sobre a mulher) uma espécie de “comunidade das mulheres”, que acabaria por converter a mulher em propriedade comum, de todos. A analogia é usada para esclarecer que, do mesmo modo que “a mulher passa do matrimônio para a prostituição universal”, o mundo da riqueza passa da “relação matrimonial exclusiva com o proprietário privado para a relação de prostituição universal com a comunidade” (Marx, 2010, p. 139). Trata-se, pois, de um “comunismo” desprovido de pensamento, rudimentar e vulgar, que tanto nega as individualidades humanas quanto é “expressão consequente da propriedade privada, que é essa negação” (Marx, 2010, p. 139).

seja, traz a superação meramente pensada e apenas imaginada da propriedade privada capitalista. A negação abstrata da propriedade privada – o que não nega o trabalho estranhado – não pode fazer com que o homem se aproprie de fato das potências do gênero humano. Enquanto a atividade sensível consciente dos homens for a atividade da alienação e do estranhamento, eles permanecerão alienados e estranhados do gênero, da natureza, uns dos outros e da própria atividade, isto é, estranhados de si mesmos.

Ainda que a consequência do trabalho estranhado seja a propriedade privada capitalista – ela é consequência necessária da relação estranhada que o trabalhador estabelece com a natureza e consigo mesmo –, como bem destaca Mészáros (2016), ela constitui apenas “uma parte” de um complexo muito maior da alienação e do estranhamento dos seres humanos:

[...] a questão da alienação não está resolvida de uma vez por todas pela simples negação das relações capitalistas de propriedade. Não devemos esquecer que estamos lidando com um conjunto complexo de inter-relações, do qual as “relações de propriedade” são apenas uma parte (Mészáros, 2016, p. 140).

A principal crítica de Marx direcionada à economia política é que ela não foi capaz de compreender que o trabalho estranhado – o trabalho “em geral” – e a propriedade privada capitalista – supostas “*essências*” do homem –, constituem a negação do homem, seu estranhamento. É precisamente aqui que se encontra a razão do estranhamento do homem em relação ao objeto, a si mesmo e sua atividade vital, ao gênero e aos demais homens: trata-se do trabalho estranhado, da perda do sentido de sua atividade vital – perda que se expressa também na consciência, refletida na constituição de subjetividades que estão estranhadas do próprio gênero. De um lado, o imenso avanço das forças produtivas; de outro, o desenvolvimento de subjetividades que não conseguem se apropriar e se desenvolver de acordo com as potências do gênero. Em suma, há aqui um descompasso entre o desenvolvimento do mundo material e do gênero humano em relação ao desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo singular. Nessa sociabilidade, todas as forças e potências engendradas pelos próprios homens se voltam contra eles, tornando-os, como assinala Marx, servos de um mundo por eles mesmos criado.

### **Superação da propriedade privada e emancipação humana**

A crítica de Marx feita à Proudhon, anteriormente apresentada, só pôde ser devidamente elaborada a partir da elucidação das consequências do trabalho estranhado e da propriedade privada, assim como da necessidade de sua superação (Marx, 2010, p. 146). O que está em jogo é a “apropriação *sensível* do ser e da vida humanos, do homem objetivado, das *obras* humanas para e pelo homem”, e isto, afirma Marx, não apenas no sentido unilateral da posse, do

“possuir” ou da “*fruição imediata*”: trata-se, pois, da apropriação de “seu ser universal de modo universal; como homem total” (Marx, 2010, p. 146). A superação da propriedade privada é, em suma, o retorno do homem ao homem, como indicado por Marx no seguinte trecho:

Vimos que, pressupondo a superação positiva da propriedade privada, o homem produz ao homem: produz a si mesmo e produz o outro homem; que o objeto que produz é a ativação imediata de sua individualidade e, ao mesmo tempo, sua própria existência para outro homem, que é sua existência para ele, e a existência deste para ele (Marx, 2010, p. 142).

Assim, em contraposição ao pensamento de Proudhon, para Marx, o verdadeiro comunismo é a “superação *positiva* da propriedade privada”, é “a verdadeira solução do conflito entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero”:

O comunismo como superação *positiva* da propriedade privada, como *estranhamento-de-si humano* [a propriedade privada], e, por isso, como verdadeira *apropriação da essência humana* pelo [homem] e para o homem. Por isso, como retorno do homem para si enquanto homem *social*, quer dizer, humano; retorno pleno que, enquanto tal, é consciente e ocorre no interior de toda riqueza da evolução precedente. Este comunismo é, enquanto naturalismo pleno = humanismo; enquanto humanismo pleno = naturalismo; é a *verdadeira* solução do conflito que o homem sustenta com a natureza e com o próprio homem; a verdadeira solução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e autoconfirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. É a solução do enigma da história, e sabe a si mesmo como tal solução (Marx, 2010, p. 141-142).

Para Marx, o comunismo não é o fim da história. Ele é, ao contrário, o ponto de partida efetivo da história humana do homem e não deve ser confundido com o retorno do homem à determinadas formas primitivas de sociabilidade. Trata-se, pois, da superação *positiva* da propriedade privada dos meios de produção da vida e, conseqüentemente, do *estranhamento-de-si* dos indivíduos. Nas palavras de Marx: “a superação positiva da *propriedade privada*, como a apropriação da vida *humana*, é, por isso, a superação positiva de todo *estranhamento [Entfremdung]*” (Marx, 2010, p. 143). E Marx conclui seu raciocínio, ao assinalar que é somente com a superação positiva da propriedade privada que o homem pode superar o *estranhamento* da religião, do Estado, da família, da moral, etc. Ainda de acordo com nosso autor:

O *estranhamento religioso* como tal se desenvolve apenas no âmbito da *consciência*, na interioridade humana, mas o *estranhamento econômico* corresponde a *vida real*; sua superação compreende, pois, ambos os lados (Marx, 2010, p. 143).

Páginas adiante, no manuscrito *Propriedade privada e comunismo*, quando Marx coloca em xeque tanto a filosofia idealista quanto sua crítica ateísta, tomando como exemplo a questão da postulação do homem a partir de uma negação – de Deus, no caso –, ele novamente nos deixa cientes de sua compreensão do que seria, de fato, o comunismo autêntico. De acordo com

nosso autor, as investidas desse ateísmo perdem seu sentido pois pretende postular “a *existência do homem*” a partir dessa negação. A constatação de que o homem é um ser que engendra a si mesmo ao longo de sua história, nos leva a questionar e a superar “a pergunta por um ser *alheio*, por um ser superior a natureza e ao homem” (Marx, 2010, p. 155), e aqui tanto faz se esse ser alheio é identificado como *espírito* ou como *natureza*. Tal pergunta só é possível se for admitida a “não-essencialidade da natureza e do homem” (Marx, 2010, p. 155). O comunismo, ao contrário, deve postular o homem para além da mera “negação da negação”. A *auto posição* do homem é a “*consciência-de-si positiva* do homem, agora não mais mediada pela superação da religião, do mesmo modo como a *vida real* positiva já não é a realidade do homem mediada pela superação da propriedade privada”, mas mediada consigo mesmo (Marx, 2010, p. 155). Nesse sentido, Marx caracteriza o comunismo como o “momento *real* da emancipação e restauração humanas, momento necessário para a evolução histórica ulterior” (Marx, 2010, p. 155).

A subjetividade e personalidade humanas são enriquecidas conforme os indivíduos se apropriam de seu “ser universal”, ou seja, do gênero humano e de suas potencialidades, e na medida em que se autoproduzam em uma relação autenticamente humana com o mundo e entre si:

Cada uma de suas relações *humanas* com o mundo, a visão, a audição, o olfato, o paladar, o tato, o pensamento, a intuição, o sentimento, o desejo, a ação, o amor; em suma, todos os órgãos de sua individualidade, como órgãos que existem imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são, em sua relação *objetivada*, ou em sua *relação com o objeto*, a apropriação deste [do objeto]; a apropriação da realidade *humana*, sua relação com o objeto, é o *pôr em prática da realidade humana*; é, por isso, tão múltipla como o são as *determinações do ser* e as *atividades humanas*; *ação humana e paixão* [no sentido do padecimento] humana, posto que a *paixão*, humanamente concebida, é auto fruição do homem (Marx, 2010, p. 146).

Tanto o desfrute, a fruição, quanto o sofrimento, a paixão etc., resultam do modo como os homens produzem a própria vida e a si mesmos. Ao estranhamento que transforma os sentidos humanos em “propriedades”, Marx contrapôs à abstração e redução da essência humana à “esta pobreza absoluta”, a emancipação dos sentidos humanos, concebidos como “órgãos sociais, constituídos sob a forma da sociedade”:

O olho se converteu em olho *humano*, como seu *objeto* se converteu em um objeto social, *humano*, originado no homem e para o homem. Os *sentidos* se converteram, assim, imediatamente em *teóricos* em sua práxis. Se relacionam com a *coisa* em função da coisa mesma, e com o homem e vice-versa. A necessidade ou a fruição perdem, por isso, sua natureza *egoísta*, e a natureza perde sua mera *utilidade*, na medida em que a utilidade se converte em utilidade *humana* (Marx, 2010, p. 147).

O homem não deve estranhar a si mesmo e o seu objeto – o gênero – quando este é produzido de forma autenticamente humana para ele, isto é, quando visa a atender a sua reprodução humana livre:

O homem não se perde em seu objeto apenas quando este é para ele um objeto *humano*, ou um homem objetivado. Isto apenas é possível quando o objeto é convertido para ele em um objeto *social*; quando ele mesmo se constitui como ser social, do mesmo modo que a sociedade, nesse objeto, é convertida em ser para ele (Marx, 2010, p. 148).

Referindo-se ao ser social e a sua capacidade de autoprodução, Marx utiliza por diversas vezes a expressão “capacidades essenciais humanas”. Em todos os contextos analisados – seja na crítica da economia política, seja nas considerações de caráter ontológico e referentes a natureza do ser social – o sentido da expressão está atrelado a noção de auto atividade e de produção, efetivação, e mesmo negação, das possibilidades de desenvolvimento das múltiplas e variadas capacidades humanas:

Vimos qual significado têm, sob o pressuposto do socialismo, a *riqueza* das necessidades humanas e, conseqüentemente, tanto um *novo modo de produção* como também um novo *objeto* de produção: uma nova função da capacidade *humana* essencial e um novo enriquecimento da essência *humana*. Dentro da propriedade privada, ocorre o sentido inverso (Marx, 2010, p. 156).

No trecho em questão, por exemplo, com o qual Marx inicia o texto *Necessidade humana, produção e divisão do trabalho*, a capacidade humana essencial – a autoprodução de sua natureza humana, isto é, social – assume um caráter específico em cada modo de produção. Em uma sociedade na qual os homens produzam livremente, ela deve ter o sentido de afirmação e enriquecimento da individualidade e personalidade humanas.

Ainda sobre a configuração do mundo do homem pelo homem, o seguinte trecho traz também a crítica à concepção hegeliana abstrata da história como produto do trabalho do espírito:

Na medida em que para o homem socialista *toda a assim chamada história universal* não é outra coisa senão a produção do homem pelo trabalho humano, que o devir da natureza para o homem possui, pois, a prova cabal, irrefutável, de seu *nascimento* a partir de si mesmo, de *seu processo de constituição*. Na medida em que a *essencialidade* do homem e da natureza se tornou prática, perceptível; na medida em que o homem voltou prática, sensível, perceptível para o homem enquanto existência da natureza, e a natureza se voltou para o homem como existência do homem, a pergunta por um ser *alheio*, por um ser superior ao homem e a natureza – uma pergunta que implica admitir a inessencialidade da natureza e do homem – se torna praticamente impossível (Marx, 2010, p. 155).

A crítica só pôde ser concebida pelo fato de Marx ter provocado uma ruptura radical com a filosofia precedente: trata-se do homem concreto em sua realidade concreta, da constituição de sua subjetividade a partir do solo real da autoatividade *real* dos homens, e não

do “espírito” ou de uma “razão pura”, como demonstrado anteriormente neste trabalho.

Com a superação positiva da propriedade privada, o homem pode produzir a si mesmo – isto é, a sua própria individualidade – sem que entre em contradição com o gênero por ele também produzido e, uma vez que o objeto de sua produção posto em prática é seu próprio ser, ele pode superar também o estranhamento-de-si, de seu próprio corpo e espírito. O comunismo é, assim, a integração humana do homem, é a efetivação do homem como fim em si mesmo. A noção de objetivação ou expressão sensível, expressão vital do homem, aparece vinculada à categoria da alienação apenas na medida em que toda alienação é uma objetivação, mas nem toda objetivação é, do ponto de vista ontológico, uma alienação. O meio pelo qual o estranhamento ocorre é ele mesmo “um meio *prático*” – e igualmente o é a superação dessa condição e, por isso, Marx afirma que as categorias da economia política, como “*riqueza e miséria*”, devem dar lugar ao “*homem rico e a rica necessidade humana*”, de modo que o devir homem do homem, a sua autêntica objetivação no mundo, é sua necessidade intrínseca que ainda carece de realização.

### Considerações finais

Acerca da originalidade das considerações marxianas sobre as determinações mais gerais do ser social nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, vimos que, para Marx, o homem é um ser ativo que produz o próprio mundo humano e a si mesmo por meio de sua atividade sensível consciente. A relação do homem com a natureza e, conseqüentemente, do homem com o homem, pôde ser compreendida sem que sofresse as deformações do idealismo ou do materialismo vulgar: a natureza não é desconsiderada por Marx e é somente através do intercâmbio homem-natureza que podemos falar da existência de uma essência humana da natureza. Nas palavras de Marx, “somente dessa forma a natureza existe para o homem como *vínculo* com os demais, como seu ser para o outro e do outro para ele” (Marx, 2010, p. 144). Nesse sentido, Marx solucionou o problema posto pelo velho materialismo, que concebeu o mundo como “bipartido em objetivos e intuições”, diante do qual o idealismo ficou encarregado de desenvolver, ainda que abstratamente, o “lado ativo” do sujeito que se faz no mundo.

A crítica de Marx feita à economia política, assim como a crítica ao idealismo hegeliano e a originalidade das considerações marxianas para além do materialismo de Feuerbach, resultam da constatação das determinações ontológicas mais gerais do ser social. Quando trata da “relação social ‘do homem com o homem’”, Marx introduz algo novo na filosofia, capaz de superar as antinomias existentes tanto no pensamento especulativo hegeliano – que, de acordo com Marx, “*aristocraticamente abstrai*” de toda objetividade imanente ao ser, e que desvaloriza

toda a autonomia que a natureza em si possui diante do sujeito, criando uma dependência abstrata entre ambos – quanto no “materialismo” feuerbachiano – que não compreendeu o fato de que o ser dos homens é historicamente determinado pelos próprios homens, ou seja, de que o homem é um ser que se faz no mundo e faz do próprio gênero seu objeto, engendrado através de sua atividade vital, sensível. Ambas as correntes não foram capazes de perceber as limitações e insuficiências que cada tradição filosófica trazia em seu interior.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, objetividade e subjetividade são tratadas corretamente como coisas distintas, mas que “não são necessariamente contrárias, nem intransitivas porque contraditórias” (Chasin, 2009, p. 98), como foram apresentadas pelo idealismo e pelo velho materialismo. Na verdade, podemos afirmar que elas só são contraditórias porque são transitivas, caso contrário, não poderia ser estabelecido qualquer tipo de contradição entre elas, uma vez que estariam fechadas em si mesmas como complexos mutuamente excludentes. Em síntese, Marx contrastou à filosofia especulativa, à política e à economia política, o ser real, identificado à “objetividade social – enfim decifrada como atividade sensível” (Chasin, 2009, p. 86).<sup>11</sup>

Como corretamente sinalizado também por Mészáros (2016), Hegel concebeu a “atividade” como “condição absoluta da gênese histórica”, mas ele não foi capaz de diferenciar a “forma ‘exteriorizada’ da atividade”, isto é, da objetividade e do *trabalho* como *manifestação da vida* (*Lebensäußerung*), de suas “manifestações ‘alienadas’”, do trabalho como *alienação da vida* (*Lebensentäußerung*). Em Marx, por sua vez, ocorre a diferenciação entre *manifestação da vida* e *alienação da vida*, e o autor dos *Manuscritos econômico-filosóficos* tem nessa diferenciação o ponto de partida de sua crítica à concepção hegeliana: a reivindicação do mundo objetivo pelo homem passa pelo reconhecimento de que a “consciência *sensível*” é, de fato, uma consciência “*humanamente sensível*”, não meramente abstrata, e todas as formas de objetivação humana, como a religião, a riqueza etc., ainda que sejam formas estranhadas de objetivação, correspondem a autoatividade dos homens e constituem o “*caminho até a realidade verdadeiramente humana*” (Marx, 2010, p. 191-192).

O que está no centro das preocupações de Marx é a elucidação das categorias do ser social. Tais preocupações permanecem mesmo quando incursiona na crítica demolidora das

---

<sup>11</sup> Segundo José Chasin (2009), Marx compreendeu a atividade humana sensível, prática, vital, como atividade que está articulada com a “forma subjetiva, *dação de forma pelo efetivador*” (Chasin, 2009, p. 97). Ao reconhecer o “caráter fundante da *positividade* ou *objetividade* autopostas”, juntamente com o descarte da especulação e com a ultrapassagem das “fronteiras de uma estrita teoria política”, Marx adere à referenciais novos, e a sociabilidade é identificada como “base da inteligibilidade”, isto é, do próprio conhecimento do que é – ou pode ser – o homem “em sua autofetividade material” (Chasin, 2009, p. 56-57).

contradições da economia política e da filosofia especulativa: o homem é um ser que constrói o próprio mundo, e é na própria atividade que repousa a “natureza” ou a “essência” de seu ser. Salientamos que é na investigação que tem como ponto de partida o ato da perda e o estranhamento do trabalho que Marx pôde tratar dos pressupostos ontológicos mais gerais do ser social: o homem é um ser que realiza uma atividade consciente e é produtor do próprio gênero. A constatação de Marx é realizada no momento de sua incursão crítica no terreno da economia política e da crítica da filosofia hegeliana. Através do reconhecimento e da crítica do modo de produção da vida dos homens na sociabilidade do capital, ele pôde desvendar a gênese da propriedade privada capitalista e, além disso, pôde denunciar que o homem acaba negando a si mesmo no próprio trabalho. É sob o efeito dessas novas conquistas que Marx entra no terreno da crítica da economia política para dar início a terceira crítica instauradora, de modo que a inflexão ontológica verificada nos textos escritos entre 1843 e 1844 – movimento marcado pela crítica da especulação e da política – pudesse ser complementada nos *Manuscritos econômico-filosóficos*.<sup>12</sup>

### Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALCKMIN, R. M. *Feuerbach e Marx: da sensibilidade à atividade sensível*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.
- BARBOSA, P. G. *Ser social e crítica ontológica nos Manuscritos econômico-filosóficos: atividade sensível, gênero humano e crítica da economia política em Marx*. Dissertação (Mestrado). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022.
- CHASIN, J. *Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LUKÁCS, G. *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018a.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider – 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018b.
- MARX, K; ENGELS, F. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*. MEGA, I, 2. Berlim: Dietz Verlag, 1982.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Tradução de Miguel Vedda, Fernanda Aren e Silvina Rotemberg. Buenos Aires: Colihue, 2010.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MORA, J. F. *Diccionario de filosofia*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, [s.d.].

<sup>12</sup> Como buscamos demonstrar, é nesse conjunto de textos auto elucidativos que Marx nos legou uma de suas principais contribuições, ao fazer “da produção e da reprodução da vida humana o problema central” tanto da filosofia quanto da ciência, em que “tanto no próprio ser humano como em todos os seus objetos, relações, vínculos etc.”, revelam-se uma “dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base”, em que, segundo Lukács, “o trabalho é a categoria central, na qual todas as outras determinações já se apresentam *in nuce*” (Lukács, 2018b, p. 285).

# A expropriação do mais-trabalho no contexto da “caça apaixonada do valor”<sup>1</sup>

The expropriation of surplus work in the context of the “passionate hunting of value”

Fernando Araújo Bizerra\*

**Resumo:** O presente artigo oferece uma síntese teórico-interpretativa, a partir de exegeses e análises econômicas de Karl Marx, sobre a expropriação do mais-trabalho na sociedade capitalista. Fruto de pesquisa bibliográfica, apreende, num primeiro momento, as características essenciais da produção da riqueza subordinada à lógica mercantil, donde provém a infinitude de mercadorias que cristalizam o valor criado pelos trabalhadores. Na sequência, evidencia como, na busca obstinada pelo valor, os capitalistas exploram a força de trabalho e expropriam o excedente. Os elementos coligidos permitem a compreensão de que a expropriação do mais-trabalho que nutre os capitalistas ao longo dos últimos séculos ocorre em plena sintonia com a dinâmica socio-reprodutiva do capital, sendo, pois, uma exigência inflexível deste.

**Palavras-chaves:** Mercadoria; Valor; Exploração; Expropriação do mais-trabalho.

**Abstract:** This article offers a theoretical-interpretative synthesis, based on exegeses and economic analyses by Karl Marx, on the expropriation of surplus work in capitalist society. The result of bibliographical research, it demonstrates, at first, the essential characteristics of the production of wealth subordinated to mercantile logic, from which the infinity of commodities that crystallize the value created by workers. Next, it shows how, in the stubborn pursuit of value, capitalists exploit the workforce and expropriate the surplus. The collected elements allow the understanding that the expropriation of the surplus work that nourishes the capitalists over the last centuries occurs in full harmony with the socio-reproductive dynamics of capital, being, therefore, an inflexible requirement of this.

**Keywords:** Commodity; Value; Exploration; Expropriation of surplus work.

<sup>1</sup> O texto que agora se divulga compõe, originalmente, uma parte da minha tese de doutoramento (BIZERRA, 2022), elaborada e defendida – sob a orientação da Profa. Dra. Reivan Marinho de Souza – no marco do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

\* Assistente social, mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Serviço Social da UFAL/Campus Arapiraca/Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

## Introdução

O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa (Marx, 1996a, p. 347).

A expropriação do mais-trabalho é a quintessência das sociedades de classe, sustentando o funcionamento permanente de todas as sociedades deste tipo. Desde que entra em cena a propriedade privada, enquanto relação social antagonística que assegura a existência das classes sociais, expropriar o trabalho excedente gerado pelos produtores diretos passa a ser uma necessidade absolutamente fundamental para que um microscópico quadro de pessoal se reproduza na condição de classe dominante. A riqueza apetecida pela classe dominante em cada momento singular da história exige, da antiguidade aos dias hodiernos, com diferenças consideráveis, a contínua expropriação do mais-trabalho, imposta a todo custo e assegurada de todas as maneiras possíveis, com tudo o que ela implica de exploração, sujeição e conflitos.

Em seu devido curso expansionista, e de modo a provar sua viabilidade histórica diante de vicissitudes cada vez mais amplas e agudas, o capital – criatura “que apenas se reanima” “à maneira dos vampiros” – explora a força de trabalho com vistas a alcançar a maior taxa de mais-trabalho possível em circunstâncias dadas, garantindo continuamente a expropriação do excedente gerado dia a dia a expensas da exploração de vidas de trabalhadores em todos os quadrantes do globo. Sem isso, o sistema social em questão seria totalmente incapaz de se manter. Se o vampiro, efígie mobilizada na epígrafe que abre esta reflexão, engole sangue de criaturas vivas para se alimentar, o capital se desenvolve e se vitaliza “quanto mais trabalho vivo chupa” e expropria riquezas. Se o vampiro suga o líquido corporal que percorre o sistema circulatório de humanos, o capital apropria-se do mais-trabalho obtido com o gasto de energias corpóreas dos trabalhadores usadas na realização do trabalho. Se o vampiro ataca localmente na surdina para obter sua bebida predileta, o capital ergue sob seu comando uma ordem de reprodução sociometabólica singular, poderosa, hierárquica e universal onde opera a lei do valor, tendo seus vigamentos assentados na expropriação do mais-trabalho e marcados pela presença de classes sociais antagônicas que se confrontam na defesa dos seus interesses irreconciliáveis. *A expropriação do mais-trabalho, neste sentido, desempenha um papel crucial no dinamismo autoexpansivo do capital, devendo ser potencialmente realizada em todo processo produtivo consolidado no modo de produção vigente.*

Partindo desse pressuposto heurístico, neste artigo, que condensa resultados da pesquisa desenvolvida durante o doutorado, nosso interesse primordial consiste em oferecer uma síntese teórico-interpretativa acerca da expropriação do mais-trabalho em sua modalidade

específica associada à produção da riqueza objetivada sob a forma de mercadorias. Para tanto, o texto baseia-se em algumas indicações analíticas elaboradas e sistematizadas por Karl Marx na sua obra monumental *O Capital*, realizando um duplo movimento expositivo. Primeiro, apresenta uma rápida discussão acerca das categorias mercadoria e valor, delineando elementos importantes para a compreensão da especificidade da produção genuinamente capitalista. Segundo, e em adição, demonstra a materialização da expropriação do mais-trabalho no ciclo metabólico do capital, deixando nítidas as suas consequências para os trabalhadores.

### **A produção da riqueza subordinada à lógica mercantil**

Na arquitetura da sociedade capitalista, a produção da riqueza se expressa num imenso acervo de mercadorias obtido com o recurso da exploração da força de trabalho de milhões de expropriados dos meios de vida convertidos, no mercado, em trabalhadores assalariados. Produzida no interior de e por meio de relações produtivas específicas, a mercadoria – “célula elementar da riqueza capitalista” (Carcanholo, 2013, p. 25) – se transaciona, circula e é consumida imediatamente como meio de subsistência ou indiretamente como meio de produção, satisfazendo necessidades originadas “do estômago ou da fantasia” (Marx, 1996a). As propriedades constituintes do corpo da mercadoria determinam sua utilidade para alguém, fazendo dela um valor de uso. Como tal, realiza-se no consumo de quem a demanda e, na sociedade em análise, constitui-se como o *substrato material* do valor de troca.

Na relação de troca, a mercadoria, antes gozando de existência por-si mesma como valor de uso, assume ainda valor de troca – daí sua natureza dúplice. O valor de troca aparece, inicialmente, como a proporção na qual certos valores de uso se trocam por valores de uso de outra espécie, modificando-se no espaço e no tempo. Sigamos o exemplo dado por Marx (1996a): 1 *quarter* de trigo é trocado, em certa ocasião, por *X* de graxa de sapato, *Y* de seda, *Z* de ouro etc. A mercadoria trigo tem, nesta experiência, múltiplos valores de troca. Já *X* de graxa de sapato, *Y* de seda e *Z* de ouro exprimem valores de troca permutáveis uns pelos outros ou idênticos entre si, expressando, ao mesmo tempo, um conteúdo quantitativo e qualitativo distinguível dos demais. A transação mercantil deixa claro que um valor de uso corresponde exatamente a outro qualquer, desde que seja ofertado em grandeza compatível. A equiparação da quantidade de uma mercadoria de qualidade específica com a quantidade de outra mercadoria, com sua qualidade também única, reduz os valores de troca a algo comum. É preciso advertir: o “algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias”. As propriedades corpóreas da mercadoria “só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é,

tornam-nas valor de uso” (Marx, 1996a, p. 167). Inquestionavelmente, esse algo é o trabalho humano abstrato.

Enquanto valores de uso, as mercadorias têm diferenças de qualidade e se destinam ao consumo; como valores de troca, são quantitativamente diferentes e postas à comercialização. No mercado, as necessidades do indivíduo A podem supridas por meio da mercadoria trocada com o indivíduo B. E esta troca acontece só porque o indivíduo A também satisfaz, em alguma medida, as necessidades do indivíduo B. Servindo a outrem, o possuidor da mercadoria termina por servir a si mesmo ao receber valores de uso de qualidade distinta e de igual valor de troca. Há, por essa via, uma satisfação mútua. Ora, para que dois valores de uso diferentes possam ser intercambiados, deve-se haver algo que sirva como parâmetro de equivalência entre ambos. Abstraindo o valor de uso definido no corpo das mercadorias, resta-lhes o atributo de serem, todas elas, das mais rudes às mais elaboradas, produtos do trabalho. A infinidade de mercadorias que, pela troca, podem ser vendidas e compradas a cada instante são objetivações do metabolismo social com a natureza. Os valores de uso expressos no corpo das mercadorias resultam da síntese entre a causalidade natural e a ação transformadora do homem, encerrando um determinado tipo de atividade produtiva.

Prescindindo do valor de uso dos produtos do trabalho, “abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele[s] valor de uso. Deixa[m] já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram” (Marx, 1996a, p. 167). Perdem a característica de ser trabalho do marceneiro ou do padeiro ou do fiandeiro ou de outro indivíduo singular. Desaparecendo o caráter útil dos produtos do trabalho, obscurece-se o caráter útil do trabalho neles representados e negligenciam-se as peculiaridades das formas e dos meios de trabalho empregados na sua elaboração. Os trabalhos, equalizados para que o sistema de troca se realize, reduzem-se em sua “totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (Marx, 1996a, p. 168).

Com essa completa abstração das particularidades reais e sensíveis dos objetos trocados, resultando o resíduo dos produtos do trabalho,

Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores — valores mercantis (Marx, 1996a, p. 168).

As mercadorias levadas ao mercado pelos agentes da troca escondem as características do trabalho empregado na sua elaboração, mostrando-se como “uma simples

gelatina de trabalho humano indiferenciado”. Inter-relacionando-se no circuito mercantil capitalista como abstratamente iguais, pressupõem uma “substância social” genérica que as equaliza. A esta “substância social” interna e comum às mercadorias dá-se o nome de valor.

O valor da mercadoria, abstraído do seu valor de uso e manifesto no seu valor de troca, determina-se pelo tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção, considerando-se as condições técnicas e sociais de trabalho normais e o nível médio de habilidade e de intensidade com que se realiza. Na produção mercantil, a quantidade de trabalho despendida na produção de um valor de uso é medida pelo seu tempo de duração; o tempo de trabalho leva em conta, na sua comensurabilidade, as determinadas frações do tempo, tais como hora, dia etc. Produtos do trabalho com a mesma proporcionalidade quantitativa de trabalho ou produzidos na mesma escala de tempo médio de trabalho contêm igual grandeza de valor<sup>2</sup>. Ou seja, o valor de uma mercadoria “está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra” (Marx, 1996a, p. 169).

O valor é uma relação social cristalizada no conteúdo dos produtos do trabalho. A “objetividade do valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria” (Marx, 1996a, p. 176). Na imediatez das mercadorias, seu valor está imperceptível aos sujeitos envolvidos na comercialização. A objetividade do valor, desprovida de qualquer átomo de matéria natural, difere completamente da estrutura física das mercadorias que comporta o valor de uso. O valor de uso é o conteúdo material da riqueza em todas as formações sociais e resulta do trabalho concreto, explicitando-se no núcleo palpável das mercadorias. O valor, oculto no corpo das mercadorias, provém do trabalho abstrato e, por este não ser eterno, expressa condições objetivas particulares da produção mercantil. O *quantum* de trabalho abstrato contido na mercadoria, o seu valor, serve no intercâmbio mercantil como regulador das trocas.

A natureza duplicada da mercadoria representa o duplo caráter do trabalho no sistema sociometabólico do capital. O trabalho concreto é o fundamento ontológico do trabalho abstrato e, em todas as épocas históricas, tem como função produzir valores de uso através da transformação da matéria natural em objetos úteis às necessidades humanas; o trabalho abstrato, à distinção, pressupõe o trabalho concreto e não cria valores de uso, mas incorpora a estes uma

---

<sup>2</sup> Marx (1996a, p. 173-174, grifos do autor), no trato desse aspecto, constata que “Uma mercadoria pode ser produto do trabalho mais complexo, seu *valor* a equipara ao produto do trabalho simples e, por isso, ele mesmo representa determinado *quantum* de trabalho simples”. A dimensão quantitativa, neste sentido, é o que, de fato, define o valor das mercadorias, e não o nível de complexidade, o grau de esforço e o tipo de trabalho nelas presente.

dimensão social: o valor de troca, tornando os objetos intercambiáveis no mercado. O trabalho concreto dá origem ao ser social e possibilita o processo de constituição do gênero humano, sendo exigência eterna da vida em sociedade. O trabalho abstrato, sinônimo de trabalho alienado, funda o capital, constituindo-se, pois, como um elemento primordial da autorreprodução desta modalidade única de metabolismo social.

A mercadoria, elemento que medeia e pauta a produção especificamente capitalista, apresenta-se aos homens, em sua imediatez, como um objeto “trivial”, “evidente”. Uma análise cuidadosa que apreenda os nexos internos da configuração da mercadoria, entretanto, mostra-a como uma coisa “muito complicada”, carregada de “sutileza metafísica e manhas teológicas” (Marx, 1996a, p. 197). Ao ser vista sob o prisma do valor de uso,

[...] não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante, a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa (Marx, 1996a, p. 197).

O invólucro místico da mercadoria não emana do seu valor de uso, tampouco do conteúdo das determinações do valor. Primeiro porque, não obstante ser resultado de diferentes trabalhos privados, a mercadoria é fruto de atividades produtivas em que ocorre dispêndio fisiológico-mental de energias humanas ao explorarem-se os produtores. Segundo, no que serve como parâmetro para determinar sua grandeza de valor, a quantidade de tempo de trabalho empregada é distinguível inclusive pelos sentidos da qualidade do trabalho. O “caráter enigmático” do produto do trabalho que, no mercado, e apenas nele, é convertido em mercadoria só pode advir da sua própria forma mercadoria.

Na produção generalizada de mercadorias, da qual resulta um renovado fluxo de bens trazidos ao mercado todos os dias e em todos os lugares, “A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho”; “a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho”; e, por fim, as relações entre os produtores, nas quais se ativam as características sociais de seus trabalhos, “assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho” (Marx, 1996a, p. 198). Os produtos do trabalho transformados em mercadoria ganham, dentro da sua troca, preeminência sobre os produtores. As conexões entre os produtores independentes e privados dão-se exclusivamente por meio da

mercadoria, tenham consciência disso ou não. Os produtores estabelecem contato social com outros produtores mediante a troca dos produtos do seu trabalho tornados mercadorias; relacionam-se, rigorosamente, e em todo caso, por meio deles.

O “misterioso” da forma mercadoria é que, para os homens, “as características sociais do seu próprio trabalho” são refletidas “como características objetivas dos próprios produtos de trabalho”, “como propriedades naturais sociais dessas coisas”. Em decorrência, a relação social dos produtores com a totalidade da produção (“o trabalho total”) aparece “como uma relação social existente fora deles, entre objetos”. Através deste “quiproquó”, uma determinada relação social estabelecida entre os produtores apresenta-se como uma relação “natural” entre coisas fisicamente diferenciadas. O fetichismo, intrínseco à produção de mercadorias, penetra, dissemina-se e satura a sociedade capitalista, singularizando-a como aquela sociabilidade em que as coisas ganham acentos humanos e as relações humanas assumem “a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 1996a, p. 198) inexplicáveis, supostamente dotadas de vida própria, encaradas como algo superior aos próprios sujeitos que a criaram. Para os produtores, as relações sociais entre seus trabalhos privados revelam-se “não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (Marx, 1996a, p. 199). Por causa desta inversão fetichizante, as relações humanas passam a transfigurar como relações objetuais, coisificadas, independentes dos homens.

Na sociedade burguesa, onde predomina<sup>3</sup> o valor, para que a compra e venda da mercadoria se realize uma mercadoria precisa assumir o papel de equivalente geral. O dinheiro é a mercadoria que cumpre esta função social, equiparando todas as mercadorias oferecidas<sup>4</sup>. Seja em moedas metálicas, seja em cédulas de papel, o dinheiro funciona como medida geral dos valores. Mas, para não incorrer numa interpretação equivocada, vale registrar que não é o dinheiro o que torna as mercadorias comensuráveis. Qualquer incursão por esta linha desvia da

<sup>3</sup> Carcanholo (2013, p. 28) ressalta: “o desenvolvimento mercantil é um processo por meio do qual, partindo da sua gênese com a chamada forma simples, o valor impõe cada vez mais seu domínio sobre o valor de uso e chega a converter-se em polo dominante. Essa dominação culmina com a consubstantivação, mas continua o processo de desenvolvimento mercantil – agora capitalista – e prossegue cada vez mais intensa a dominação do valor sobre o valor de uso, da forma sobre o conteúdo da riqueza. [...] sendo a riqueza mercantil unidade valor de uso e valor, ela se torna, com o desenvolvimento, cada vez mais valor e cada vez menos valor de uso. No capitalismo, a dialética permite entender que o valor chega a ser a própria natureza da riqueza, embora o valor de uso continue existindo (não pode desaparecer) como aspecto subordinado”.

<sup>4</sup> O dinheiro, quando a produção se amplia e se supera aquele estágio histórico em que as trocas eram acidentais e fortuitas, funciona também como “*meio de troca* – possibilitando a circulação de mercadorias”, “*medida de valor* – oferecendo um padrão de mensuração para todas as mercadorias”, “*meio de acumulação ou entesouramento* – podendo ser guardado para uso posterior”, “*meio de pagamento universal* – servindo para quitar dívidas públicas e privadas” (Netto; Braz, 2009, p. 89, grifos dos autores).

questão essencial: as mercadorias podem medir a magnitude dos seus valores numa mercadoria específica por elas serem encarnações do trabalho humano objetivado, sendo em si e para si comensuráveis. O dinheiro é a “medida comum de valor”, “manifestação da medida imanente do valor das mercadorias” (Marx, 1996a, p. 219). A expressão monetária do valor de uma mercadoria é, por sua vez, o seu preço.

O dinheiro é a primeira forma de aparição do capital. Ao ser empregado no mercado pelo seu possuidor, o dinheiro deve passar por certos processos para se transformar em capital. A circulação do dinheiro como capital é uma finalidade em si mesma; valorizar o valor é um movimento insaciável, renovado constantemente para que se tenha a apropriação da riqueza. A multiplicação insaciável do valor é a meta ser alcançada pelo seu possuidor em sua marcha impulsionada pelo enriquecimento. Estrategicamente, ele tira do seu bolso dinheiro e o investe, esperando, com isso, seu retorno enquanto capital. Ao ser empregado, o dinheiro transforma-se em mercadoria que, uma vez vendida, retransforma-se em mais dinheiro; torna-se valor em processo, dinheiro em movimento e, assim, capital.

A transformação do dinheiro em capital acontece sem burlar as leis imanentes do intercâmbio de mercadorias: munido de dinheiro, seu possuidor compra as mercadorias pelo seu valor, lançam-nas reiteradamente no mercado e as vende pelo seu valor; no final desta operação mercantil, obtém mais valor do que o lançado, valorizando-se o dinheiro adiantado. A dinâmica das trocas inicia-se com operações individuais, com um simples ato de compra e venda sucedido por outros e outros. Avança, com o desenvolvimento e a ampliação do comércio, para uma cadeia infinita de trocas interconectadas em escala abrangente e mundial. Nestas circunstâncias, o valor torna-se capital ao passar da forma mercadoria para a forma dinheiro, da forma dinheiro para a forma mercadoria e assim sucessivamente.

Ser possuidor de dinheiro, todavia, não é condição suficiente para que ocorra plenamente a modificação do dinheiro em capital. A condição isolada de detentor de certa quantia de dinheiro acumulado não leva à sua conversão automática em capital. Como é possível converter dinheiro em capital? Fica patente que, nesta altura da exposição, há algo que precisa ser explicado, algo que não pode ser desvendado pela simples diferença entre o preço da compra e o preço da venda das mercadorias. O possuidor de dinheiro, para valorizar a sua somatória de valor já existente, precisa encontrar no mercado uma mercadoria que, pelo seu valor de uso, tenha a característica singular de ser fonte de valor maior do que nela está contido. A única mercadoria que, quando consumida produtivamente, materializa a transformação do dinheiro em capital é a força de trabalho – a “força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva” (Marx, 2012, p. 111). E o seu possuidor oferta-a no

mercado somente após se encontrar completamente expropriado dos meios de vida, após ter se consumado a total disjunção entre o trabalhador e os meios de produção.

A criação de novo valor exige relacionar diretamente dinheiro, força de trabalho e meios de produção. Na circulação, encontram-se, como sujeitos historicamente determinados (leia-se: como proprietários privados), o possuidor de dinheiro e o possuidor de força de trabalho, permutando entre si as mercadorias das quais são “guardiões”. A grandeza do valor da força de trabalho, única mercadoria que os expropriados dos meios de vida detêm, determina-se assim como a das demais mercadorias (pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção) e está representada no salário<sup>5</sup> fixado<sup>6</sup> segundo condições nacionais, culturais, históricas e sociais. O valor da força de trabalho corresponde ao cálculo médio “*dos meios de subsistência* necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (Marx, 2012, p. 112, grifos do autor). O trabalhador, vendedor da sua força de trabalho, precisa consumir uma quantidade diária de meios de subsistência para se manter apto a objetivar o trabalho, ativando cérebro, músculos, nervos e demais componentes corpóreos. Sem esse consumo, a força de trabalho jamais consegue realizar as tarefas com a agilidade requerida.

O valor da força de trabalho, negociado no ato da sua compra e pago posteriormente ao seu consumo, deve ser o suficiente para preservar a vitalidade do trabalhador expropriado dos meios de vida, suprindo-lhe necessidades de autossubsistência como alimentação, vestuário, habitação, formação etc. Mas não só. Como o trabalhador é mortal, como desgasta física e mentalmente sua corporalidade ao ter sua força de trabalho explorada, em algum momento, cedo ou tarde, ocorrerá sua substituição no mercado. O trabalhador precisa, diante disso, gastar uma parte do salário recebido com a preservação da sua vida dos seus filhos, mantendo sua família e, por essa via, perpetuando a classe trabalhadora. O pagamento do seu trabalho na forma dinheiro deve ser efetuado em espaços temporais curtos para possibilitar a reprodução do trabalhador como trabalhador assalariado e da sua prole enquanto reserva de força de trabalho à espera da convocação do capital.

---

<sup>5</sup> A mercantilização da força de trabalho generaliza o trabalho assalariado na sociedade burguesa. O sistema de trabalho assalariado é exigência da reprodução do capital; o capital, por sua vez, é exigência para a existência do sistema de trabalho assalariado tal como conhecemos hoje. Há, entre eles, uma determinação reflexiva.

<sup>6</sup> Salienta Marx (2012, p. 112, grifos do autor): “[...] como os diferentes tipos de força de trabalho têm valores diferentes, ou seja, exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho, necessariamente *têm* de ter preços diferentes no mercado de trabalho. Reivindicar uma *retribuição igual*, ou simplesmente uma *retribuição equitativa*, na base do sistema de trabalho assalariado, é o mesmo que pedir *liberdade* na base do sistema escravocrata”.

## Expropriação do mais-trabalho no ciclo metabólico do capital

O ciclo metabólico que converte o dinheiro em capital sob a base da produção capitalista resume-se na seguinte equação:  $D-M...P...M'-D'$ . No ponto de partida (D-M), a atividade do possuidor de dinheiro concentra-se na circulação simples, onde se cruzam livres compradores e livres vendedores: ele vai ao mercado com a pretensão de investir uma quantia de dinheiro (D) e transformá-lo em mercadorias (M). O vendedor o entrega suas mercadorias e acaba por transformá-las em dinheiro. Neste momento, as mercadorias trocam de lugar com o dinheiro, o dinheiro metamorfoseia-se em mercadorias. O dinheiro, a forma como o capital é adiantado, destina-se à compra de meios de produção (Mp) (matérias-primas, instalações, equipamentos e instrumentos de trabalho) e de força de trabalho (T) correspondentes ao tipo de mercadoria desejada. Como meio geral de compra e meio geral de pagamento, o dinheiro se decompõe em D-Mp e D-T, aquisição de meios de produção e aquisição de força de trabalho, capital constante e capital variável. M, aqui, significa  $Mp+T$ , os fatores materiais e subjetivos da produção encontrados e adquiridos em mercados diferentes: meios de produção no mercado de mercadorias propriamente dito, força de trabalho no mercado de trabalho.

Apartados uns dos outros, meios de produção e força de trabalho são fatores de produção só em potência. Sem a força de trabalho atuando, os meios de produção não funcionam, se desgastam e se tornam inoperantes, uma vez que a força de trabalho é quem os consome na objetivação do seu trabalho. Sem os meios de produção, a força de trabalho está impossibilitada de realizar o trabalho do qual resulta a produção da riqueza social. O trabalho morto corporificado nos meios de produção deve ser vivificado pelo trabalho vivo, tornando os valores de uso apenas possíveis em valores de uso efetivos. Meios de produção e força de trabalho precisam ser combinados, interagir e atuar em conjunto para dar vida às coisas que eram mortas, para efetivar a criação de artigos úteis comercializados no mercado.

A proporção quantitativa do capital constante e do capital variável investido na compra de duas séries de mercadorias qualitativamente distintas (Mp e T) é mensurada, desde o início daquele processo cíclico, considerando-se a quantidade de trabalho excedente a ser executado pelos trabalhadores contratados. Na mensuração, é imperativo que a parte do dinheiro destinada à compra de meios de produção

[...] seja, sob quaisquer circunstâncias, suficiente; que ela seja, portanto, calculada de antemão, obtida na devida proporção. Em outras palavras, a massa dos meios de produção tem de ser suficiente para absorver a massa de trabalho e, por meio desta, transformar-se em produto. Sem os meios de produção suficientes, o trabalho excedente do qual dispõe o comprador não seria aplicável; seu direito de dispor desse trabalho não serviria para nada. Se, ao contrário, houvesse mais meios de produção do que trabalho disponível,

---

eles não seriam absorvidos pelo trabalho e, portanto, não se converteriam em produto (Marx, 2014, p. 117).

Ao comprar uma quantidade de meios de produção tendo como referência a quantidade de força de trabalho adquirida, o possuidor de dinheiro insere estas mercadorias na produção (P), permitindo, através do trabalho abstrato, a fabricação de um gigantesco arsenal de mercadorias, a extração do mais-trabalho e a valorização do valor. O comprador passa a dispor de meios de produção e força de trabalho, bem como de “uma quantidade maior de trabalho do que a necessária para repor o valor da força de trabalho e, ao mesmo tempo, dos meios de produção requeridos para a realização ou objetivação dessa quantidade de trabalho”. Tem, sob o seu domínio, os fatores necessários à produção de coisas de um valor maior que o de seus elementos de produção. O valor adiantado no estágio D-M sob a forma de dinheiro para alavancar o empreendimento de produção de mercadorias encontra-se, ao adentrar na produção, “numa forma natural”, como valor preme de mais-valor que pode ser realizado; encontra-se “no estado ou sob a forma do *capital produtivo*, que tem a propriedade de atuar como criador de valor e mais-valor<sup>7</sup>” (Marx, 2014, p. 118, grifos do autor).

P continua sendo o mesmo valor de capital que D, assumindo, porém, outra forma de existência. Na produção, transforma-se o valor de capital de sua forma-dinheiro em sua forma produtiva, de capital monetário em capital produtivo. Como capital monetário, no ciclo D-M o dinheiro desempenha exclusivamente a função própria do dinheiro, atuando como meio universal de compra e meio universal de pagamento. O fato de o dinheiro servir para comprar e para pagar se justifica porque ele constitui a equivalência universal entre todas as mercadorias, não porque ele é capital monetário. O que converte o dinheiro de simples mediador da troca de uma mercadoria por outra em capital é o papel determinado que ele assume no movimento de rotação do capital, cabendo-lhe estabelecer o nexo entre um ciclo e outro. O dinheiro gasto na compra da mercadoria força de trabalho (D-T) é “a condição essencial para que o valor adiantado em forma-dinheiro se realize em capital, ou seja, transforme-se em valor que produz mais-valor” (Marx, 2014, p. 120). E só ocorre a compra da mercadoria força de trabalho, premissa decisiva da produção mercantil capitalista, porque, por meio de mediações extremamente violentas, decompôs-se a conexão originária entre os meios de produção e a força de trabalho. A aliança entre trabalhador e fatores materiais da produção precisa ser rompida, do

---

<sup>7</sup> Aqui, vale destacar, fizemos a opção de preservar a tradução das obras citadas. Por isso, o leitor irá se deparar ora com mais-valia, tal como consta em Marx (1996a) e Marx (1996b), ora como mais-valor, quando a referência for Marx (2014).

contrário o dinheiro não se converte em capital porque a produção-circulação de mercadorias não se concretiza.

Completado o primeiro estágio, ocorrendo a transformação do capital monetário em capital produtivo, interrompe-se a circulação (...P...) e avança o processo cíclico do capital ao entrar na produção. O primeiro estágio é precursor e fase introdutória do segundo estágio.

No segundo estágio, consomem-se produtivamente a força de trabalho e os meios de produção. As mercadorias compradas no ciclo D-M são mobilizadas na produção, resultando num montante de novas mercadorias (M') com valor acima (D') do que foi adiantado inicialmente, valor este que pode variar, ser maior ou menor. O funcionamento da produção é a todo tempo controlado para que os meios de produção utilizados pela força de trabalho sejam consumidos adequadamente, para que não ocorra consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho. As tarefas que cabem à força de trabalho na produção são supervisionadas do início ao fim, vertical e horizontalmente, para que se evitem desperdícios, já que representam quantidades de meios de produção despendidas em excesso de trabalho objetivado, não contando e nem entrando no produto da formação de valor.

Examinemos, com vagar, como ocorre a criação da mais-valia. O trabalhador, livre proprietário da sua capacidade de trabalho, celebra um contrato com o possuidor de dinheiro para cumprir uma jornada de trabalho delimitada. Cede, provisoriamente, sua força de trabalho a outro sujeito. Na venda da força de trabalho, o trabalhador aliena o valor de uso desta sua mercadoria ao comprador e, em contrapartida, usufrui do seu valor de troca expresso no salário. Em razão disso, o possuidor de dinheiro goza, no decorrer da jornada de trabalho, do direito de utilizar o valor de uso da força de trabalho por ter pago seu valor de troca. E o utiliza como quiser, consumindo-a conforme seus propósitos econômicos. Tira, em todas as experiências, o melhor proveito do valor de uso da mercadoria força de trabalho. O tempo em que a força de trabalho está em ação é o tempo durante o qual o seu comprador desfruta do seu valor de uso. O proprietário dos meios de produção e comprador da força de trabalho deseja a produção de um objeto que, além de valor de uso, tenha valor de troca; um artigo destinado à venda cujo valor seja maior que a soma dos valores das mercadorias exigidas para sua produção. Pela utilidade da força de trabalho na produção, o capitalista tem, ao final do processo de trabalho, não só um valor de uso, mas um item portador de valor de troca; não simplesmente valor de uso, mas valor; não somente valor, mas também mais-valia.

Acionada, explorada, atuando com os meios de produção pertencentes ao empregador, a força de trabalho produz uma variedade de coisas e acrescenta ao objeto trabalhado novo valor. Os meios de produção em hipótese alguma criam valor nem alteram sua

grandeza de valor na produção. Cabe à força de trabalho crescer valor ao produto final. O trabalhador, na fábrica, “não trabalha duas vezes ao mesmo tempo, uma vez para agregar, por meio de seu trabalho, valor ao algodão, e outra vez para conservar seu valor anterior” (Marx, 1996a, p. 317). Ao contrário: acrescentando novo valor conserva o valor antigo. Ao a força de trabalho consumir um valor de uso para produzir outro valor de uso, o tempo de trabalho socialmente necessário gasto na produção do valor de uso consumido é incorporado ao cômputo do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do novo valor de uso. Pela via do trabalho abstrato, indiferenciado, a atividade específica produtiva do trabalhador agrega valor; pelo dispêndio de força de trabalho humana, transfere o valor dos meios de produção consumidos ao novo produto e obtém nele seu valor. Na sua labuta diária,

O trabalhador conserva, portanto, os valores dos meios de produção consumidos ou os transfere, como partes componentes do valor, ao produto, não pelo seu acréscimo de trabalho em geral, mas pelo caráter particularmente útil, pela forma específica produtiva desse trabalho adicional. Como atividade produtiva, adequada a um fim — fiar, tecer, forjar —, o trabalho, através de seu mero contato, ressuscita dos mortos os meios de produção, os vivifica para serem fatores do processo de trabalho e se combina com eles para formar produtos (Marx, 1996a, p. 318).

Pela mera agregação quantitativa de trabalho, valor novo é agregado ao produto e, ao mesmo tempo, pela quantidade do trabalho agregado, os valores dos meios de produção são preservados no produto que ajudaram a compor. Os meios de produção ingressam no processo de trabalho conservando, durante toda a sua utilização, sua figura originária. Máquinas, edifícios, instalações e instrumentos de trabalho em geral, desde a sua primeira inserção na indústria até o momento de seu banimento ao despejo, entram no dia seguinte com a mesma forma que entraram ontem. Objetivado o produto, os meios de trabalho continuam existindo separados dele, têm existência autônoma ao produto antes e depois da produção. No tempo total de uso dos meios de produção, “seu valor de uso foi inteiramente consumido pelo trabalho e seu valor de troca transferiu-se, por isso, totalmente ao produto” (Marx, 1996a, p. 320). Uma máquina com tempo de vida prolongado em 10 anos, por exemplo, transfere o seu valor total durante o processo de trabalho de 10 anos. Os meios de produção nunca transferem mais valor ao produto do que aquele perdido no processo de trabalho a que servem. E a transferência do valor dos meios de produção, ocorrida pela “destruição” do seu próprio valor de uso, para o novo produto só é possível porque os meios de produção são eles mesmos resultantes do trabalho humano. Caso não fossem, não transfeririam nenhum valor. Serviriam para formar valor de uso, mas jamais participariam da formação do valor de troca.

Marx (1996a), no trato deste aspecto, constata que na transformação dos meios de produção em elementos constituintes do novo produto acontece com o seu valor uma “transmigração de almas”. O valor “transmigra do corpo consumido ao corpo recém-estruturado”. Esta transmigração ocorre “às costas do verdadeiro trabalho”. O trabalhador para criar novo valor deve conservar valores antigos. Tendo em vista que lhes é demandado agregar o trabalho sempre sob uma forma útil, o trabalhador não pode agregá-lo em forma útil sem fazer de produtos meios de produção de um novo produto. Ao fazê-lo, transfere seu valor ao novo produto, de tal modo que no novo valor de uso produzido reaparece o antigo valor de troca. A força de trabalho em ação possui, assim, “um dom natural”: conservar valor ao agregar valor. E este “dom natural” nada custa ao trabalhador, embora seja vantajoso para o capitalista ao realizar a conservação do valor preexistente do capital.

Já o fator subjetivo do processo de trabalho, a força de trabalho em ação, muda o valor do capital investido na sua compra. Ela produz seu próprio equivalente e, em adição, produz um excedente vampirescamente expropriado pelo capitalista. Suponhamos que o trabalhador vende sua força de trabalho para exercer uma jornada de trabalho de 12 horas, recendo em troca um salário correspondente à compra dos seus meios de subsistência. Nas 6 primeiras horas, o trabalhador produz o equivalente do valor da sua força de trabalho, reproduz e devolve o capital originalmente adiantado pelo capitalista para comprá-la na esfera da circulação simples. O processo de trabalho não é interrompido aí. Perdura além, gerando o excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos constituintes. Vejamos o que nos diz o autor na passagem seguinte:

Em vez das 6 horas, que bastam para isso, o processo dura, por exemplo, 12 horas. Mediante a atividade da força de trabalho, reproduz-se, portanto, não só seu próprio valor, mas produz-se também valor excedente. Essa mais-valia forma o excedente do valor do produto sobre o valor dos constituintes consumidos do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho (Marx, 1996a, p. 325).

A jornada de trabalho levada a cabo sob o controle absoluto do capitalista divide-se em duas partes complementares, concretizando-se através duma forma particular de exploração da força de trabalho. Na primeira, pela sua atividade o trabalhador reproduz o equivalente do valor da sua força de trabalho. Como este valor é uma grandeza variável, a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para reproduzi-lo não é estática; é mais extensa ou mais curta, a depender do valor da média dos seus meios diários de subsistência. Nomeia-se de tempo de trabalho necessário a parte da jornada de trabalho em que sucede essa reprodução. Necessário tanto ao trabalhador quanto ao capital e ao mundo por ele criado à sua imagem e semelhança.

Àquele, “por ser independente da forma social de seu trabalho”; a estes, “por ser a existência contínua do trabalhador a sua base” (Marx, 1996a, p. 331).

Na segunda parte, o trabalhador labuta além do tempo de trabalho confinado à reprodução do valor da sua força de trabalho. Tendo seu único patrimônio explorado, excede o tempo de trabalho necessário e não origina nenhum valor para si mesmo. Chama-se essa parte da jornada de trabalho de tempo de trabalho excedente. Nela, o trabalhador reproduz valor existente e cria um mais-trabalho expropriado pelo capitalista, cedendo-o sem ser remunerado a mais por isso; ao alterar a composição física da matéria-prima recorrendo ao auxílio dos instrumentos de trabalho, cria a “mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada” (Marx, 1996a, p. 331). O mais-trabalho não deriva de uma sub-remuneração do trabalhador, nem de uma ação sub-reptícia, de um roubo perpetrado contra ele, nem da pura diferença entre preços de compra e preços de venda, nem é obra de uma arbitrariedade. O capitalista pagou o valor diário da força de trabalho, dispondo juridicamente do seu uso. O trabalho objetivado no dia inteiro pertence, de fato e de direito, ao capitalista. O mais-trabalho que o trabalhador produz, envolto em relações produtivas atravessadas pelo antagonismo entre capital e trabalho, aparece ao capitalista como mais-valia, convertendo-se em propriedade privada de quem não o produz, no entanto o expropria por ser proprietário dos meios de produção. O capitalista não pode abrir mão da expropriação do mais-trabalho, obrigando o trabalhador a cumprir, com exatidão, o tempo de trabalho excedente, criando um valor que nada custa ao possuidor de dinheiro.

Considerando que o valor em geral é “mero coágulo de tempo de trabalho”, “simples trabalho objetivado”, a mais-valia é “mero coágulo de tempo de trabalho excedente”, “simples mais-trabalho objetivado” (Marx, 1996a, p. 331-332). A força de trabalho transforma o trabalho acumulado, passado, em capital ao produzir o “mero coágulo de tempo de trabalho excedente”. O trabalhador trabalha uma parte da jornada de trabalho para garantir sua conservação e outra parte para produzir o mais-trabalho e valorizar o capital antes investido numa soma de mercadorias. O capitalista obtém mais-trabalho somente porque compulsa ao trabalhador o cumprimento desta segunda parte, gerando-se nela a mais-valia. O capitalista nutre-se da mais-valia, do valor excedente produzido pelo trabalhador. O que do lado do capitalista aparece como valorização do capital, do lado do trabalhador não passa de dispêndio excedente de força de trabalho. O capitalista só existe como capitalista se, em todas as atividades produtivas, explorar o trabalhador visando a apropriação do excedente gerado.

A riqueza do capitalista advém da expropriação do mais-trabalho vindo ao mundo pela mediação da exploração da força de trabalho para além do tempo de trabalho necessário.

Pelo modo como ocorre a exploração da força de trabalho no capitalismo, mediada pelo salário, nas suas múltiplas vivências cotidianas o trabalhador não encontra uma nítida linha divisória entre as duas partes da jornada de trabalho. Em sendo assim, a modalidade de trabalho assalariado, pressupondo o trabalhador livre, é mais ocultadora da exploração quando comparada com as formas de trabalho pré-capitalistas.

Como na Índia, na China, no Império Romano, na Grécia antiga e nas dinastias do Medievo não estava determinado no próprio processo produtivo o quanto do trabalho destinaria-se para a classe dominante e o quanto permaneceria com o produtor direto, a exitosa expropriação do mais-trabalho demandava a intervenção direta e imediata do Estado. A classe dominante, em todo caso, contava com o amparo do Estado na expropriação do excedente. A coação extraeconômica mostrou-se absolutamente imprescindível para que os bens excedentes chegassem, por vias diversas, às mãos dos indivíduos que se reproduziam na condição de classe dominante nas circunstâncias singulares de cada sociedade de classes.

Em se tratando do trabalhador assalariado, a situação é distinta: o mais-trabalho lhe é expropriado sem que se aplique a violência extraeconômica. Como houve um acordo de compra e venda entre capitalista e trabalhador, o contrato de trabalho, por si só, assegura que o produto do trabalho – “não apenas mercadoria, mas mercadoria fertilizada [*befruchtete*] com mais-valor” (Marx, 2014, p. 129, grifo do autor) – pertença ao comprador da força de trabalho. Ao realizar uma jornada de trabalho contínua, o trabalhador desconhece a proporção em que ela é prolongada de modo a ultrapassar o tempo durante o qual ele repõe o seu salário, não se torna nítido para ele o tempo de trabalho pago e o tempo de trabalho cedido gratuitamente ao capitalista. No funcionamento da produção capitalista, o trabalhador não tem consciência de que a realização do trabalho necessário é permitida somente onde ele pode convertê-lo em trabalho excedente objetivado em bens excedentes, em valores excedentes que caem na posse do capitalista. Salta aos olhos do trabalhador a distinção entre o momento em que realiza o processo de trabalho e o momento em que realiza o processo de valorização do capital, gastando, em ambos os casos, a sua reserva de energias físicas e psíquicas. O resultado dessa processualidade é o mascaramento da exploração da força de trabalho e a captura, pelo capitalista, do máximo possível de mais-trabalho sem ter que liberar equivalente algum em troca do excedente de trabalho expropriado.

Aqui, num rápido parêntese, é obrigatório aludir que, como o capital é processo de valorização que se efetiva por intermédio da apropriação do trabalho excedente, as personificações do capital valem-se de duas maneiras distintas, mas não autoexcludentes, de expropriar o mais-trabalho.

A primeira é designada de mais-valia absoluta<sup>8</sup> (*absoluten Mehrwerts*). Como interessa ao capitalista a parte da jornada de trabalho consolidada como trabalho excedente, já que é nela que se autovaloriza o seu capital, ele deve ampliá-la. O prolongamento desmedido da jornada de trabalho (variando, à época da grande indústria, de 8 até 14, 16, 18 horas diárias) associado à preservação do salário pago resulta, sem dúvida, numa maior lucratividade ao se ter o aumento absoluto do tempo de trabalho excedente. Da metade do século XIV até o fim do século XVII, o Estado elaborou leis compulsórias para o prolongamento ilimitado da jornada de trabalho, facilitando a extração da mais-valia absoluta. Com a complacência do Estado, atropelaram-se os limites máximos morais e físicos da jornada de trabalho. Tornou-se comum a usurpação do tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a preservação do corpo; roubou-se o tempo para o consumo do ar puro e da luz solar; privou-se o tempo destinado às refeições, incorporando-o ao tempo de produção; reduziu-se o tempo do sono benéfico para a restauração do organismo exausto devido ao ritmo extensivo de trabalho; aumentou-se o material humano explorável pelo capital a partir da inserção da força de trabalho infantil e feminina.

O capitalista, afirmando seu direito como comprador da força de trabalho, decide pelo aumento da jornada de trabalho além dos limites do dia natural por noite adentro, conserva o índice de tempo de trabalho necessário e eleva o grau de exploração para acrescer o tempo de trabalho excedente. Sendo impraticável manter em certos ramos a mesma força de trabalho ininterruptamente dia e noite, o capitalista institui a sistemática do revezamento de turnos, isto é, propõe uma alternância onde o trabalhador faça numa semana o trabalho diurno e noutra o trabalho noturno. Na produção da mais-valia absoluta, em vez da “conservação normal da força de trabalho determinar [...] o limite da jornada de trabalho”, é “o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador” (Marx, 1996a, p. 379).

Do trabalhador explora-se todo tempo de trabalho para que se obtenha mais-trabalho sem qualquer limite legal. Ao prolongar a jornada de trabalho, o capitalista amplia não só o tempo que usufrui do valor de uso da mercadoria força de trabalho, como também o processo de expropriação do mais-trabalho daí resultante. O trabalhador, “durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho” e, “por isso, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital”. Na realização da jornada de trabalho prolongada, destina-se um pequeno intervalo de descanso, sem o qual o

---

<sup>8</sup> A mais-valia absoluta não “é uma criação específica da produção do capital, pois existiu nas etapas passadas ou inferiores da história das sociedades de classes”, relacionando-se “à capacidade da classe dominante de estender o tempo de trabalho total de seus produtores” (Santos Neto, 2015, p. 60).

trabalhador vê-se impossibilitado de dar continuidade às suas tarefas. No mais, considera-se “pura futilidade” o tempo para convívio social, para a educação humana, para realizar atribuições sociais, para aproveitar o domingo etc. Em sua voracidade por mais-trabalho, o capital “não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um *maximum* de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feita fluir” (Marx, 1996a, p. 379, grifo do autor).

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida (Marx, 1996a, p. 379).

Jornadas de trabalho extensas degradam a força de trabalho e abreviam a vitalidade do trabalhador. O que o capitalista recebe em mais-trabalho, o trabalhador perde em substância de trabalho. Na fábrica, prolonga-se o tempo de produção do trabalhador a expensas do encurtamento de seu tempo de vida. O cumprimento da jornada de trabalho compulsoriamente prolongada termina por originar “gerações humanas atrofiadas, cuja vida se consome depressa, que rapidamente se suplantam, como se fossem, por assim dizer, colhidas prematuramente”. O capital provoca a “degeneração da população industrial”, a qual leva, com efeito, ao “apodrecimento futuro da humanidade”. O que está explícito é que o capital, à medida que gera degradação física e mental, mortes prematuras e a tortura do sobretrabalho, não tem “a menor consideração pela saúde e duração de vida do trabalhador, a não ser quando é coagido pela sociedade a ter consideração” (Marx, 1996a, p. 382-383).

A classe trabalhadora, diante da sede vampiresca do capital por mais-valia absoluta, não teve uma conduta politicamente timorata. Abre-se, em decorrência, um confronto direto entre capital e trabalho iniciado no ambiente interno das fábricas e, de imediato, espalhado pelas ruas. As extensivas jornadas de trabalho introduziram um complexo de tensões, ocasionando a reação dos trabalhadores que, ao readquirir os seus sentidos, mobilizam-se, organizam-se e exigem do Estado limites legais ao impulso à prolongação da jornada de trabalho. Desencadeia-se, desde então, uma luta “ao redor dos limites da jornada de trabalho”. Frente a ela, o Estado que antes legitimou o prolongamento da jornada de trabalho regula, em meados do século XIX, o período, os limites e as pausas do trabalho para refeições e descanso, uniformizando legalmente a jornada de trabalho “de modo tão militarmente uniforme” como o “bater do sino”. Longe de ser produto de “alguma fantasia parlamentar”, a “formulação, reconhecimento oficial

e proclamação” da jornada de trabalho limitada nos ramos industriais submetidos à legislação fabril é o “resultado de prolongadas lutas de classes” (Marx, 1996a, p. 396).

O Estado, em resposta à recalcitrância dos trabalhadores à prevalência da mais-valia absoluta, e visando garantir os interesses dos capitalistas, cria o quadro legal-institucional para que entre em cena a segunda maneira de expropriação do mais-trabalho: a mais-valia relativa<sup>9</sup> (*relativen Mehrwerts*). A “expropriação desumana de mais-valia absoluta, mesmo em sua forma mais cruel, é o ponto de partida e o fundamento material necessário para a variante mais refinada (e também ideologicamente mais desconcertante) da exploração capitalista”. A crescente produção e apropriação da mais-valia relativa, um “sofisticado motor de exploração” (MÉSZÁROS, 2002, p. 680-681, grifo do autor), efetiva-se graças ao acúmulo de inumeráveis inventos e aperfeiçoamentos técnico-científicos que, subordinados ao imperativo autotélico da lucratividade, dão vantagens ao capital na sua ação expropriatória e contribuem para seu dinamismo autoexpansivo em conjunturas históricas distintas.

Por via das inovações tecnológicas e das estratégias de controle vertical e horizontal da produção, o capital intensifica o ritmo de trabalho sem obrigatoriamente alongar o quantitativo de horas trabalhadas. O capital evolui para o comando irrestrito sobre o trabalho e estabelece no âmbito da produção, não sem consideráveis resistências, uma relação coercitiva que coage o trabalhador a executar trabalho que ultrapasse a satisfação do estreito círculo de suas necessidades vitais. Emprega meios para aumentar a força produtiva do trabalho e potencializar a exploração, encurtando relativamente o tempo de trabalho destinado à produção do equivalente ao valor da força de trabalho e acrescentando o tempo de trabalho excedente. Utiliza as descobertas científicas para que uma menor quantidade de trabalho possa produzir uma maior quantidade de produtos, reduzindo-se o valor da força de trabalho. Sob tais circunstâncias, à diminuição do trabalho necessário segue-se a extensão do mais-trabalho expropriado.

Ao capitalista, personificando o capital, cabe cobrar do trabalhador a execução de seu trabalho metodicamente e com o grau adequado de intensidade. Produz-se mais em menos tempo mediante os progressos técnicos que, economizadores de trabalho, elevam a produtividade do trabalho. Os meios de produção favoráveis à lucrativa produção de mercadorias, ao serem empregados pelo capital, revolucionam as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, permitindo uma maior expropriação do mais-trabalho. Com o constante aprimoramento técnico, menos tempo é demandado para o trabalhador criar mais mercadorias que anteriormente. E, com efeito, uma parte do tempo de trabalho que o

---

<sup>9</sup> À distinção da ressalva feita na nota anterior, a mais-valia relativa “consiste no modo de expropriação do tempo de trabalho excedente específico do sistema do capital” (Santos Neto, 2015, p. 60).

trabalhador utilizava para si mesmo converte-se em tempo de trabalho para o capitalista. Altera-se, assim, a divisão em trabalho necessário e mais-trabalho durante a jornada de trabalho.

Conquanto a redução da jornada de trabalho tenha sido motivo de muitas lutas, ao invés de diminuir a subordinação da força de trabalho aos ditames capitalistas e evitar sua degradação física, redundou na intensificação da exploração. As atividades incumbidas ao trabalhador tornaram-se mais céleres, elevando-se, em decorrência, o percentual de mais-trabalho expropriado. Se na vigência da mais-valia absoluta tratava-se da grandeza extensiva do trabalho, nas condições em que predomina a mais-valia relativa trata-se da grandeza intensiva. Promover o aumento do tempo de trabalho excedente implica, do lado do capital, levar adiante a intensificação da exploração da força de trabalho. Uma vez reduzida a jornada de trabalho, o capital vale-se de mecanismos tecnológicos que ampliam a capacidade de produção, abreviam o tempo de trabalho necessário e aprimoram a expropriação do mais-trabalho. A limitação da jornada de trabalho revela-se como um “progresso” alcançado através de enormes lutas sociais que, paradoxalmente, vem acompanhado por um “retrocesso compensador” (Marx, 1996a, p. 396), pois, quando o capital se lança com força total à produção de mais-valia relativa, o que se perde em duração é recuperado em grau de esforço cobrado da força de trabalho.

A expropriação do mais-trabalho, pela mediação da mais-valia relativa, só se realiza na escala em que se ampliam e se intensificam o ritmo das etapas da produção, chegando-se a um considerável nível de produtividade. Quando o capital adere à produção da mais-valia relativa, desenvolve – por necessidade *socioeconômica*, e não simplesmente *tecnológico-instrumental* – o sistema de máquinas que, funcionando articulado e ininterruptamente, permite a economia do tempo de trabalho necessário cristalizado em cada mercadoria individual produzida. A maquinaria, tecnicamente falando, é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho e diminuir o tempo de trabalho necessário. Por atuar nas mãos do capitalista, a maquinaria acaba por gerar um “paradoxo econômico”: “o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se torna o meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital” (Marx, 1996b, p. 41). A máquina, ditando o movimento geral da fábrica e exercendo mais pressão sob o trabalhador que se habilita na ação inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial, passa a ser o meio objetivo e sistematicamente aplicado de maximizar a expropriação do mais-trabalho.

Geralmente, o método de produção de mais-valia relativa consiste em habilitar o trabalhador, por intermédio de maior força produtiva do trabalho, a produzir um volume

superior de bens com o mesmo dispêndio de trabalho. Porém, com a redução da jornada de trabalho, com seu extraordinário impulso ao desenvolvimento das forças produtivas e à economia das condições de produção, outro fato ocorre: impõe-se “maior dispêndio de trabalho”, “tensão mais elevada da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada de trabalho, isto é, impõe[-se] ao trabalhador uma condensação do trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta” (Marx, 1996b, p. 42-43). Para que o trabalhador efetivamente movimente mais força de trabalho, na jornada de trabalho eleva-se a regularidade, uniformidade, ordem, cadência, continuidade e energia do trabalho.

Feitas essas observações, fica claro para o leitor que a mais-valia, seja ela absoluta ou relativa, é o trabalho não pago criado diretamente do próprio processo de produção e expropriado do trabalhador. Ainda que sua criação ocorra no momento da produção, a realização da mais-valia acontece na circulação, quando a mercadoria é vendida e passa pelo ciclo  $M'-D'$ . A mercadoria se torna capital-mercadoria. O capital reveste a forma de mercadoria, exerce a função de mercadoria.

No ciclo  $M-D$ , o dinheiro adiantado “funciona como capital monetário, pois, mediante a circulação, converte-se em mercadorias de valor de uso específico”. No ciclo  $M'-D'$ , “a mercadoria pode funcionar como capital na medida em que, antes de começar a circular, traz consigo esse caráter pronto do processo de produção” (Marx, 2014, p. 131).  $M'$  é igual ao valor do capital produtivo consumido em  $P$  adicionado da mais-valia.  $M'$  é  $M+m$ .  $M'$  é capital-mercadoria, forma modificada do capital produtivo  $P$ . A marca capitalista de  $M'$  está na sua grandeza relativa de valor comparada com aquela que o capital produtivo continha antes de se ter convertido em mercadoria.  $M'$  deve ser comercializada, percorrer a fase  $M-D$  e se converter em dinheiro acrescido ( $D'$ ).  $M'$ , contendo em si capital valorizado, tem de passar pela metamorfose  $M'-D'$  para que ocorra a transformação do capital-mercadoria da sua forma-mercadoria em forma-dinheiro na esfera da circulação.

O próximo passo do capital valorizado na forma  $M'$  ( $M+m$ ) é converter-se em  $D'$  ( $D+d$ ). Para isso, ele ingressa novamente na circulação e se transforma em um montante de dinheiro. A realização do valor gerado na produção mediante a exploração da força de trabalho só é possível à medida que se converte  $M'$  em  $D'$ , que o capital passa da forma-mercadoria para a forma-dinheiro num curto tempo de rotação.  $M'$  e  $D'$  são formas distintas do valor de capital valorizado: a primeira a forma-mercadoria, a segunda a forma-dinheiro. Quando se concretiza o ciclo  $M'-D'$ , do lado da mais-valia tem-se a sua primeira transmutação da forma-mercadoria em forma-dinheiro; do lado do valor de capital, opera-se a sua reconversão à forma original de dinheiro, mas de dinheiro agregado de valor adicional. Na conclusão do ciclo, realizando-se o

capital-mercadoria, o valor de capital e o valor expropriado existem como dinheiro, ou seja, estão agora na forma de equivalente universal.

O ciclo D-M-P-M'-D', onde duas fases pertencem à esfera da circulação e uma à da produção, completa-se quando suas distintas fases se sucedem sem bloqueios. Nele, parte-se inicialmente da transformação de dinheiro em mercadoria; no seu final, alcança-se a transformação da mercadoria em dinheiro. Ocorre, no desenvolver do ciclo, uma dupla mudança de posição da mercadoria em sentido contrário. E isso a tal ponto que a forma capital-dinheiro aparece no início e no fim do processo. O capital, em todo o movimento D-M-P-M'-D', “aparece aqui como um valor que percorre uma sequência de transformações coerentes e condicionadas umas pelas outras, uma série de metamorfoses, que constituem tantas outras fases ou estágios de um processo total” (Marx, 2014, p. 142).

O capital assume na esfera da circulação as formas de capital monetário e capital-mercadoria. Na forma típica ao estágio da produção, o capital é capital produtivo. Juntas estas formas compõem, no ciclo total, o capital industrial – único modo de existência do capital que não apenas se apropria de valor excedente, mas também o cria no ato da produção; que traz à lume o antagonismo estrutural entre capital e trabalho. Capital monetário, capital-mercadoria e capital produtivo “não designam aqui, portanto, tipos autônomos de capital, cujas funções constituam o conteúdo de ramos de negócio igualmente autônomos e separados entre si”. Designam “apenas formas funcionais específicas do capital industrial, formas que este assume uma após a outra” (Marx, 2014, p. 143).

Uma vez completado o ciclo D-M-P-M'-D', o processo deve ser reiniciado para ampliar a acumulação de capital. O capital, pela sua dinâmica interna, pelas suas determinações mais essenciais, é um tipo de propriedade privada que tem de se reproduzir em proporções cada vez mais ampliadas, a despeito das consequências imediatas ou de médio e longo prazo para o conjunto da humanidade. O capital investido deve, com o máximo de brevidade possível, ser valorizado, aumentando e retornando para o capitalista. Uma parte da mais-valia o capitalista destina ao pagamento dos seus gastos pessoais diários. Outra parte significativa é reconvertida em capital, possibilitando a continuidade da produção realizada nas unidades produtivas particulares. Com essa reconversão, o capital monetário reinicia sua função específica como capital monetário num novo ciclo, e assim sucessivamente. O desenvolvimento da produção guiada pelos imperativos objetivos de autorreprodução ampliada do capital torna imperioso o aumento da magnitude do capital empregado num dado empreendimento. À produção ampliada de mercadorias corresponde a reprodução ampliada de capital dinamizada pela sua acumulação.

Na sociedade de produtores de mercadorias, onde predominam as determinações fetichistas do valor, “A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção” (Marx, 1996b, p. 255). O capital, ao estimular métodos de elevação da força produtiva social do trabalho, eleva ao mesmo tempo a produtividade do trabalho e a produção da mais-valia. O modo de produção capitalista, que pressupõe certo grau de acumulação de capital nos seus primórdios, ao se consolidar torna exequível uma acumulação ilimitada de capital. E vice-versa: com a acumulação de capital gerado pela exploração de um exército de trabalhadores e expropriado pelos capitalistas desenvolve-se, nas diversas paragens do globo, o modo de produção verdadeiramente capitalista. O capitalismo é o modo de organizar a produção da riqueza nos parâmetros do capital, permitindo sua autovalorização, sua autorrenovação, sua acumulação e, por conseguinte, as condições elementares da sua ininterrupta reprodução sociometabólica.

### **Considerações finais**

O capital, espécie peculiar de vampiro, ao longo da sua trajetória plurissecular só se produz e se reproduz ao encontrar as condições especiais de sua existência, incluindo-se aí a propriedade privada, certo nível de acumulação de riquezas e a disponibilidade de força de trabalho apta a ser comercializada e explorada, uma vez que seu possuidor encontra-se expropriado dos meios de vida e, por conseguinte, almeja o salário para garantir sua sobrevivência. O capital, graças aos revolucionamentos operados no campo das forças produtivas, livra-se das restrições objetivas e subjetivas típicas da produção autossuficiente, ultrapassa infatigavelmente os limites e os obstáculos com que historicamente se depara e logra um dinamismo singular que o torna um competente extrator de mais-trabalho antes inimaginável quando comparado às modalidades de metabolismo social precedentes, alargando e tornando praticáveis suas potencialidades produtivas.

Como foi exposto, o capitalista, personificação do capital, explora a força de trabalho e expropria o valor excedente por ela produzido sob certas circunstâncias históricas. A produção da riqueza no capitalismo, realizada em sintonia com os requisitos prevaletentes do modo de controle sociometabólico vigente, só adquire sentido à medida que ativa as possibilidades de valorização e crescimento do capital, tendo como mediação a expropriação do mais-trabalho. Os ritmos do desenvolvimento e a vitalidade do capital determinam a intensidade da expropriação do mais-trabalho que retroage e se reflete no seu dinamismo singular. Donde se conclui que, enquanto o capital controlar o processo produtivo, a referida expropriação é posta e repostada sob sua interferência direta. A dinâmica

autoexpansionista do capital estimula e, por sua vez, é estimulada pela expropriação do mais-trabalho. Sem expropriação do mais-trabalho não há reprodução do capital. O capital precisa manter, em bases duradouras, o mais alto grau possível de extração do trabalho excedente. O capital orienta-se para a expansão e para a expropriação do mais-trabalho.

Se é verdade que o mais-trabalho não é uma invenção do capital, é igualmente verdadeiro que, no ubíquo sistema socioeconômico estabelecido, onde predomina generalizadamente o valor, onde a organização produtiva é orientada pelas demandas do mercado, o mais-trabalho se mostra em sua plena essencialidade e constitui, aqui e alhures, o *leitmotiv* da produção da riqueza. A despeito de todas as tentativas – e dos correspondentes esforços empreendidos – para superar o capital, a substância da produção exploradora mantém-se e a expropriação do mais-trabalho segue sendo feita em escala mundial no interesse exclusivo de uma classe; situação que coloca, uma vez mais, a necessidade de elucidação da essência exploradora-expropriatória do capital.

É crucial, para que haja essa elucidação, recuperar a crítica marxiana acerca da anatomia do capital, reconhecendo nela a funcionalidade que a expropriação do mais-trabalho exerce e seus severos impactos no cotidiano dos trabalhadores. Aprender as categorias e as contradições que perpassam o sistema do capital na perspectiva de subvertê-lo completamente é, hoje mais do que nunca, uma tarefa urgente. Foi para este horizonte que se direcionou o esforço analítico ora findado.

### Referências bibliográficas

- BIZERRA, Fernando de Araújo. *Estado e expropriações: uma relação vital ao sistema do capital*. 2022. 212f. (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2022.
- CARCANHOLO, Reinaldo Antônio. *Marx, Ricardo e Smith: sobre a teoria do valor trabalho*. Vitória: EDUFES, 2013.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Volume I, Tomo I. São Paulo: editora Nova Cultural, 1996a. (Coleção Os Economistas).
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Volume I, Tomo II. São Paulo: editora Nova Cultural, 1996b. (Coleção Os Economistas).
- MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro II. O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo à teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *A expropriação do trabalho e o desafio operário*. Maceió: EDUFAL, 2015.

# Considerações sobre a atualidade da teoria social de Marx no contexto da pós-modernidade

## Considerations on the relevance of Marx's social theory in the context of postmodernity

Inez Rocha Zacarias<sup>\*</sup>

Elziane (Ziza D) Olina Dourado<sup>\*\*</sup>

Isaura Gomes de Carvalho Aquino<sup>\*\*\*</sup>

María Fernanda Escurra<sup>\*\*\*\*</sup>

**Resumo:** O presente artigo, resultado de reflexões suscitadas a partir da participação das autoras no grupo de estudos e pesquisas sobre O Capital, de Karl Marx, tece considerações teóricas e metodológicas com o objetivo de afirmar a atualidade do pensamento marxiano, com ênfase na natureza radical e historicidade da sua crítica. Tais considerações são recuperadas no contexto do debate da pós-modernidade e de suas implicações para a vida social e a ciência. É constituído, portanto, por pesquisa teórica e reflexões das autoras, apresentando elementos da teoria social de Marx que são centrais na abordagem realizada, com aproximações ao debate da pós-modernidade.

**Palavras-chaves:** Teoria social; Marx; Pós-modernidade.

**Abstract:** This article, the result of reflections raised from the authors' participation in the study and research group on the Capital, by Karl Marx, weaves theoretical and methodological considerations with the aim of affirming the relevance of Marxian thought, with an emphasis on the radical nature and historicity of his critique. Such considerations are recovered in the context of the postmodernity debate and its serious implications for social life and science. It is therefore made up of theoretical research and reflections by the authors, presenting elements of Marx's social theory that are central to the approach taken, with approaches to the debate on postmodernity.

**Keywords:** Social theory; Marx; Postmodernity.

\* Assistente social; mestre e doutora em Serviço Social (PPG em Serviço Social da PUCRS). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UFRGS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2325-9034>

\*\* Assistente social; mestre e doutora em Serviço Social (ESS/PPG/UFRJ). Professora Adjunta de Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), pesquisadora do Programa de Estudos do Trabalho e Reprodução Social (PETRES) e coordenadora do Laboratório de Imagem (LI); artista visual. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7976-5131>

\*\*\* Assistente social (UFJF), mestrado em Serviço Social (UFRJ), doutorado (UERJ), pós-doutorado (UERJ). Professora Associado na Universidade Federal de Juiz de Fora. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3685-6199>

\*\*\*\* Assistente Social (Universidad Nacional de Rosario – Argentina), mestre em Serviço Social (UFRJ) e doutora em Serviço Social (UERJ). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2321-8339>

## Introdução

A atualidade, riqueza e magnitude da teoria social de Marx na compreensão do tempo presente revelam a fertilidade e densidade de seu legado. Há em sua obra, para além de indicações e pistas, bases estruturantes de uma forma original de pensar. Suas formulações, em estreita colaboração intelectual e política com Friedrich Engels<sup>1</sup>, têm nas condições materiais de existência, no modo de produção capitalista, na luta de classes e na história a força que move a compreensão da sociedade desvendando suas redes de significado, gênese, dinâmica e materialidade concreta.

A perspectiva teórica-metodológica desta tradição fundamenta-se em uma concepção ontológica e no método materialista histórico-dialético que permite decifrar os principais dilemas enfrentados hoje no debate da teoria social.

A teoria social de Marx tem sido objeto de polêmicas e confrontos, particularmente em questões afeitas ao debate da pós-modernidade, trazendo inevitavelmente para o centro desse debate a perspectiva teórica-metodológica que a sustenta e sua recusa radical a qualquer tipo de condescendência com o capital. Nesta direção é que Marx e Engels orientaram seus esforços, enquanto intelectuais e militantes, em prol da subversão da ordem do capital e pela emancipação humana (Marx, 2009), que seriam fruto exclusivamente da ação revolucionária em luta direta com a classe capitalista, detentora dos meios de produção.

Longe de estabelecer uma narrativa unívoca empobrecida e simplista do real, como querem alguns cínicos arautos da pós-modernidade, esta teoria social traz, em sua forma de apreensão dos fenômenos, a complexidade de suas múltiplas determinações. Isso significa que, em termos de cognoscibilidade, a forma manifesta aparece como coisa destituída de historicidade, isolada em seus circuitos de produção e circulação, de onde os fenômenos não são dados a conhecer como de fato o são: como relações sociais e não relação entre coisas. Distinguir a essência da aparência impõe, indubitavelmente, um percurso particular de reconstrução científica da realidade em que a categoria da totalidade é orientadora na compreensão das leis gerais, enquanto tendências, de constituição do processo global de produção capitalista e de como essas determinações mais abstratas se materializam na particularidade histórica, ou seja, quais as formas assumidas pelo capital e suas múltiplas determinações na realidade social.

Para problematizar o debate da pós-modernidade entende-se oportuno, em um

---

<sup>1</sup> Colaborador intelectual ao desenvolvimento do trabalho de Marx e essencial à preservação de seu legado. Frederic Engels (1820-1895) cuidou pessoalmente dos manuscritos de Marx organizando e editando-os posteriormente à sua morte. Conferir Engels (2021) e Netto (2020, p. 131-139).

primeiro momento, ressaltar que análises e estudos da vida social restringidos ao empírico imediato, limitados à compreensão do mundo reduzido ao dado tal como posto, manipulam fatos e fenômenos que procuram justificar. Desse modo, necessariamente, tais análises se legitimam perseguindo a eficácia no limitado horizonte desta forma de organização social que é hipostasiada. A dificuldade, o limite objetivo, é que uma ciência que reduz o mundo ao imediatamente dado tem de se legitimar perseguindo a eficácia no reduzido horizonte desse mundo, aspecto que possui implicações econômicas, sociais, culturais, éticas e políticas e que, necessariamente, reforçam e reproduzem esta forma de organização social e caracterizam o ceticismo do presente.

Neste contexto, o presente artigo tece considerações teóricas e metodológicas com o objetivo de afirmar a atualidade do pensamento marxiano, no contexto do debate da pós-modernidade e de suas sérias implicações para a vida social e a ciência. Tais considerações são reflexões que resultaram da participação das autoras nos “Seminários de Estudos sobre *O Capital*”, desde o início de 2022, sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marilda Villela Iamamoto<sup>2</sup>, contando com a participação de docentes e pesquisadores de diferentes universidades do país e do exterior. É importante registrar que o artigo representa uma primeira aproximação teórica que exigiu, considerando os limites objetivos postos em um texto desta natureza, priorizar alguns aspectos inicialmente considerados relevantes que, longe de esgotar as inúmeras reflexões suscitadas neste processo de estudo e pesquisa, abrem caminho para seu aprofundamento e continuidade. Em sua exposição, são apresentados, em um primeiro momento, elementos centrais à perspectiva teórico-metodológica da teoria social de Marx, para, em seguida, tecer aproximações ao debate da pós-modernidade.

### **Marx, crítica radical e verdade<sup>3</sup>**

É oportuno lembrar, a advertência realizada por Rosa Luxemburgo (2021, p. 19), que a principal obra de Marx, *O Capital*, assim como toda sua visão de mundo “não é nenhuma bíblia com verdades de última instância, acabadas e válidas para sempre, mas um manancial inesgotável de sugestões para levar adiante o trabalho intelectual, continuar pesquisando e lutando pela verdade”. A pensadora acrescenta que em todos os volumes dessa obra estão

---

<sup>2</sup> A proposta dos Seminários é apresentar a perspectiva teórico-metodológica de Marx sobre o processo de produção, circulação, assim como o processo global da produção capitalista com intuito de contribuir para a análise das transformações históricas do capital na sociedade contemporânea, suas implicações na órbita do trabalho e na análise dos fundamentos do Serviço Social, com ênfase no significado social da profissão e do trabalho do assistente social em uma perspectiva histórico-crítica.

<sup>3</sup> Para uma análise mais detalhada de alguns dos aspectos presentes neste item, ver: Escurra (2018).

presentes as mesmas três condições principais: tudo o que sucede na sociedade capitalista não é efeito da arbitrariedade, mas resulta de leis que atuam de maneira regular, mesmo que os envolvidos não possuam nenhuma consciência disso; o contexto econômico não se firma em bases violentas que objetivam a pilhagem e o roubo; e, não existem atividades planejadas fundamentadas em uma razão social que atua sobre o todo.<sup>4</sup>

Mandel (2001) chama a atenção que o pensamento dos dois fundadores do marxismo frequentemente foi censurado por seu “eurocentrismo”, na medida em que foi fortemente marcado pela história social e intelectual da Europa. Porém, o autor mostra que são censuras sem fundamento, tendo em vista que na medida em que o marxismo é resultado das contradições que surgiram na Europa devido ao amadurecimento da sociedade burguesa seria inviável o surgimento de tais contradições inicialmente na Ásia, na América ou na África, com incipiente desenvolvimento capitalista durante o século XIX.<sup>5</sup>

Na crítica da economia política, Marx apresenta a minuciosa crítica realizada à economia vulgar que, limitada ao tratamento das relações aparentes de fenômenos relevantes, ruma na busca de uma explicação aceitável do material fornecido pela economia científica. Material esse para o uso da burguesia, se restringindo, desse modo, a “sistematizar as representações banais e egoístas dos agentes de produção burgueses como o melhor dos mundos, dando-lhes uma forma pedante e proclamando-as como verdades eternas.” (Marx, 2015, p. 156).

A crítica radical desenvolvida por Marx demonstra que resultado da passagem à cientificidade, o caráter instrumental peculiar do conhecimento, não necessariamente resulta em uma ruptura. Neste particular, Medeiros (2013) lembra a diferenciação famosa realizada por Marx entre economistas vulgares e economistas clássicos e, analisando suas fragilidades, sublinha as críticas de Marx à economia vulgar que, em vez de partir da inspeção crítica das categorias utilizadas em teorias existentes ou na vida cotidiana, se afunda sucessivamente na procura de aplicar técnicas cada vez mais sofisticadas e sistematizar as categorias fornecidas na prática imediata. Assim, o pensamento vulgar, diante a infinita experiência humana, não

---

<sup>4</sup> Já no Prefácio da Primeira Edição de o livro I de O Capital, Marx explicita que “aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. Meu ponto de vista [...] pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por suas relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas” (Marx, 2015, p. 80).

<sup>5</sup> “Mas se o capitalismo nasceu na Europa, ele tinha desde o início uma dimensão internacional, ou mesmo mundial, que o tornava dependente de tudo que se passava nos outros continentes. O impacto violento, desagregador, destruidor, desumano que o capitalismo exerceu sobre as sociedades pré-capitalistas da América, Ásia e África supera de longe seu impacto similar sobre a sociedade pré-capitalista da Europa ocidental, meridional, central e oriental. Marx e Engels eram sábios demasiadamente rigorosos e humanistas demasiadamente apaixonados para não perceberem, se indignarem e se revoltarem contra esses crimes abomináveis” (Mandel, 2001, p. 82-83).

consegue escapar da contínua procura empiricista que impede a compreensão das estruturas que provocam os fenômenos, nem consegue esclarecer categorias em si mesmas enganosas.

A economia vulgar, com efeito, não faz mais que interpretar, sistematizar e louvar doutrinariamente as concepções dos agentes presos dentro das relações burguesas de produção. Não nos deve surpreender, portanto, que ela, precisamente na forma de manifestação alienada das relações econômicas, nas quais essas aparecem, *prima facie*, como contradições totais e absurdas – e toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente –, se sinta aqui perfeitamente à vontade e que essas relações lhe apareçam tanto mais naturais quanto mais escondida se encontrar nela a correlação interna, ao mesmo tempo em que são correntes para a concepção comum (Marx, 2021, p. 880).

Ecurra (2018) ressalta que a crítica de Marx (2015; 2021), no caso da economia política, demonstra que as falsas ideias possuem um papel necessário fundamentado nas estruturas sociais que elas representam. Para Marx, a economia burguesa apresenta categorias objetivas, pois se traduzem em formas de pensamento que, apesar de enganosas, possuem validade social ao representar a forma como as relações sociais se evidenciam aos sujeitos na produção.

Trata-se de formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias. Por isso, todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a mágica e a assombração que anuviam os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção (Marx, 2015, p. 151).

Nesta perspectiva, com base em Duayer (2001), Ecurra (2018) acrescenta que ao reconhecer que essas categorias são objetivas para este modo de produção social e submetê-las a uma crítica radical, Marx obtém um duplo resultado: por um lado, afirma a objetividade das ideias correntes sobre o mundo e, por outro, não equipara todas as ideias sobre o mundo, posto que as ideias objetivas podem perfeitamente ser falsas, superficiais e, conseqüentemente, objeto de crítica.

A autora registra, inclusive, que é relevante reforçar que Marx teoricamente sempre considerou o falso enquanto socialmente necessário, na medida em que em suas obras, após a análise crítica minuciosa, ele nunca abandona formas de consciência científica, artística, religiosa etc. que contam com validade social, apesar de absurdas, falsas e/ou incoerentes (Duayer, 2001). De fato, considerada a sua validade social efetiva, a crítica não possui o poder de anular praticamente a teoria ou concepção criticada (Ecurra, 2018).

Ecurra (2018) reforça que, como sublinhado por Duayer (2001), Marx desenvolvia críticas rigorosas às teorias burguesas que considerava falsas, em menor ou maior medida, e

elaborava uma teoria alternativa. Porém, sempre considerava a eficácia social das teorias que submetia a crítica e compreendia que a sua validade não estava relacionada com a sua veracidade. Além disso, dado que do ponto de vista burguês as teorias ficam restritas ao mundo da aparência, elas apresentam soluções parciais e contradições não resolvidas. Com isto, em oposição às perspectivas conservadoras das teorias burguesas, Marx formula uma teoria crítica que, tendo em vista a superação do modo de produção capitalista, articula de forma explícita a vida e as relações reais e as diversas formas de consciência que resultam dessas relações (Eскурра, 2018).

A autora resgata, também, este aspecto tratado por Lukács (2012, p. 284) ao observar que o jovem Marx, em sua tese de doutorado, aborda um problema que terá grande importância em sua obra: “a função prático-social de determinadas formas de consciência, independentemente do fato de elas, no plano ontológico geral, serem falsas ou verdadeiras”. De acordo com Lukács, a autora escreve que Marx, em uma passagem dessa tese, apesar de não admitir a existência de qualquer Deus, reconhece que a prática religiosa tem por pressuposto a existência de Deus, que adquire uma objetividade social a partir da própria imaginação compartilhada socialmente. Em outros termos, Marx reconhece que a existência social de Deus, independentemente de sua existência no plano ontológico geral, é pressuposto da prática religiosa, desse modo, para ele, o critério último do ser ou não-ser social de um fenômeno é dado pela realidade social (Eскурра, 2018).

Portanto, conforme Lukács (2012), Marx procura mostrar que certa ideia que influencia a prática humana, apesar de ser falsa, não deve ser desconsiderada como puro erro de entendimento do mundo, visto que possui efetividade social, plausibilidade empírica, causa um comportamento efetivo e tem uma forma real de existência (Eскурра, 2018). Diante disso, Eскурra (2018) afirma que existe, desse modo, uma relação de mútua dependência entre objetos e relações sociais e a forma como são compreendidos por parte dos indivíduos. Em sua análise crítica da economia política, Marx ilustra essa dependência recíproca destacando a validade social das categorias da economia burguesa.

Ainda em relação a essa característica do pensamento marxiano, Eскурra (2018) assinala que Heinrich (2008) alerta que fica patente ao observar que, na crítica da economia política, a análise de Marx pretende dissolver e pôr de manifesto o absurdo das ideias às quais as categorias da economia política devem sua aparente aceitação, das representações que se produzem espontaneamente e que são consideradas autoevidentes. Diante disso, a crítica compreende simultaneamente a crítica do conhecimento e a crítica das relações de produção capitalista. Em outras palavras, a crítica que Marx desenvolve em *O Capital* abrange não só

uma crítica da ciência burguesa e da consciência burguesa, mas também uma crítica das relações sociais burguesas (Ecurra, 2018).

Marx, “um analista crítico do mundo concreto” (Fontes, 2018, p. 1), revelou a lógica oculta inerente ao processo de valorização do capital e expôs sem qualquer tipo de disfarce o modo pelo qual se produz o mais-valor, trabalho não pago que é apropriado pelo capitalista e que sacramenta, nesse processo, a transformação do dinheiro em capital – mecanismo central dessa forma histórica de organização econômica, política e social. É nessa dinâmica de criação de valor e mais-valor que faz sentido e requer a existência de um trabalhador, despossuído de qualquer condição a não ser aquela que é imprescindível ao capital e que unicamente possui: sua força de trabalho. Ela assume o caráter de mercadoria que entra no circuito de produção e reprodução social, e constitui a peculiaridade de ser a única que cria valor e mais-valor.<sup>6</sup> “É exclusivamente do mecanismo da troca, ou seja, da lei do valor e do mais-valor que dela decorre, que Marx pouco a pouco extrai todos os fenômenos e relações da economia capitalista com uma lógica e uma clareza penetrantes.” (Luxemburgo, 2021, p. 24).

Ao analisar como o dinheiro se transforma em capital e, especificamente, a compra e venda da força de trabalho, Marx (2015) também desmistificou as falácias reproduzidas pelos economistas clássicos ao reafirmarem os princípios iluministas como salvaguarda da naturalização do modo de produção capitalista. Segundo eles, o ser humano se mantinha “livre” em uma relação supostamente igual e fraterna.<sup>7</sup> Portanto, revelou o cerne do que movia a teoria do valor até então em voga e evidenciou a lógica interna dos mecanismos de ocultamento e subtração do que efetivamente move as relações sociais concretas e sua dinâmica histórica.

Na crítica elaborada por Marx (2008) em relação à forma de agir dos economistas que compreendem as relações burguesas de produção como naturais e eternas é possível constatar, também, a historicidade do pensamento marxiano. Para eles, mostra Marx, as instituições da burguesia são leis naturais, independentes da influência do tempo, em oposição às do feudalismo consideradas artificiais. Nesta perspectiva, para os economistas as relações

<sup>6</sup> Cf.: Marx (2015, p. 241-251).

<sup>7</sup> Como demonstra Marx, “[a] esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres dotadas dos mesmos direitos. [...] Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas o que é seu. Bentham, pois cada um olha para si mesmo. [...] E é justamente porque cada um se preocupa apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com o outro que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo-auspiciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral” (Marx, 2015, p. 250-251).

de produção burguesas são naturais, por conseguinte, eternas, independentes da influência do tempo: houve história, dado que houve instituições feudais, mas não há de mais.

Sobre este aspecto, Postone (2005) também chama a atenção que a historicidade que caracteriza a teoria crítica de Marx demonstra a impossibilidade de uma crítica transhistórica e de validade absoluta, tal como pretendido pelas teorias de sua época. Se assim feito, a própria historicidade seria abolida, e o modo capitalista de produção seria considerado eterno.

### **Apontamentos para o debate da pós-modernidade**

Segundo os pensadores pós-modernos, a partir de uma leitura limitada e reducionista, as transformações econômico-políticas e socioculturais contemporâneas são de tal monta “inovadoras” que a teoria social de Marx se torna “obsoleta” para a análise da sociedade. Para essa perspectiva, o marxismo teria uma raiz “exclusivamente” econômica ligada à lógica intrínseca do capital, ao antagonismo de classes e ao processo de exploração capitalista que já estariam superados no tempo presente. Exatamente por isso, é refutada pelos pós-modernos como se encerrasse em si mesma as impossibilidades de estabelecer mediações com a realidade social.

A superação do capitalismo através da subversão de sua ordem e a realização da plena emancipação humana e sua defesa pelo marxismo provoca críticas do pensamento pós-moderno que lhe atribui características dogmáticas, racionalistas e deterministas em que o processo histórico é subordinado a um fim teleológico do progresso (Evangelista, 1992). Desse modo, desqualifica qualquer determinação que porventura situe a experiência histórica numa ótica de superação vinculada a um projeto revolucionário que recusa o *status quo*. Argumentam se tratar de uma explicação totalizante, insuficiente e incapaz de dar sentido e explicar o tempo presente. Nega as teorias que julga ser portadoras de verdades absolutas, porque inspiradas ou tradutoras da modernidade (Cassiano, 2018).

Nessa interpretação do marxismo, eivada de distorções e generalizações mais condizentes com a visão míope de quem as vê do que com seu conteúdo original, é apresentada uma perspectiva conformista cuja descrença na humanidade, incerteza e ceticismo diante da história torna-se o único veio possível de libertar o ser humano em seu aprisionamento e amarras a valores de uma sociedade supostamente já colapsada. Perde-se o horizonte de compreensão do processo histórico-social e da possibilidade de o sujeito intervir na história reiterando, assim, a lógica intrínseca do capital enquanto forma de produção e reprodução social.

Este núcleo duro de análise resguarda o fundamento teórico-metodológico crítico que

subjaz a recusa do fim da história, capaz de confrontar o subjetivismo aleatório, a irrazão, a efemeridade, volatilidade, imutabilidade e finitude, advogados por esse pensamento, em detrimento da razão crítica, histórica e dialética. A suposta crise da Modernidade, em desenvolvimento desde a queda do comunismo, ou socialismo real, na Europa Oriental e Central, trouxe desalento político e ideológico a franjas significativas de segmentos sociais que vislumbraram no imediatismo a satisfação das necessidades sociais como única alternativa ao sofrimento, exploração e alienação do trabalho na sociedade capitalista contemporânea. Instaura-se uma “crise política e teórica”, no entendimento de Evangelista (1992, p. 17):

É crise política, porque acompanhada da ‘crise da teoria da revolução proletária’, na medida em que são postas em xeque as anteriores certezas teleológicas de um socialismo concebido como a realização de uma missão histórica, ditada como tarefa ‘ontológica’ a ser cumprida pelo proletariado, o ‘sujeito revolucionário’. E, também, é crise teórica, com consequências na ampliação da crise política, porque a dinâmica da realidade social tornou-se impermeável a suas categorias explicativas. Atualmente, o marxismo seria apenas uma ‘fonte’ datada, com alcance já esgotado para ‘novas’ formulações e a produção de novos conhecimentos. Assim estaria aberto um período de ‘transição para algo novo’ em termos de teoria social (Sader, 1986, p. 64) (Evangelista, 1992, p. 17).

Nessa ótica, a razão não oferece mais subsídios para o conhecimento da realidade, dos processos e relações sociais porque, circunscrita à sua racionalidade técnica e instrumental, reduz os seres humanos a uma determinação material empobrecendo a sua singularidade e subjetividade.

Conforme já assinalado, para Marx e Engels (2007, p. 94), as relações materiais objetivas são constitutivas dos sentidos da história e da vida dos homens não partindo de visões simplistas ou mesmo ideações desvinculadas do “processo de vida real”. Portanto, parase chegar “aos homens de carne e osso” não se se parte “do que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados.”

A partir do trabalho, a produção de valor e de mais-valor alicerçam o modo de produção capitalista e, dialeticamente, a despeito de controvérsias, indicam a revolução como possibilidade histórica de superação da ordem do capital, em face do antagonismo entre as classes sociais e de seus confrontos.

O projeto político-social e crítico de Marx, constitutivo da Modernidade, apesar de não ser exclusivo (haja vista a existência de outras direções político-ideológicas de pensadores como Max Weber e Émile Durkheim que deram consistência ao projeto da Modernidade), está centrado na perspectiva da totalidade, sob o ponto de vista da classe trabalhadora, saturada de historicidade.

A herança da Ilustração é, pois, heterogênea, manipuladora – no sentido de possibilidades de mudanças e de transformações – daí, expressa também capacidade emancipatória, autonômica, soberana, condensada de elementos e processos tensos e conflitantes. As relações sociais na sociedade burguesa podem, então, ser reconhecidas teórica, política e ideologicamente capazes de submeter à prova e não mais à intuição, ao misticismo ou, simplesmente, à fé. Esse conhecimento não é algo aleatório. É um sistema de relações articuladas e reais.

A teoria social crítica de Marx está sedimentada na lógica da Modernidade a partir do ponto de vista da classe trabalhadora com objetivo emancipatório, social e político, para atender à proposta Iluminista, ou programática da Modernidade de uma burguesia forte que rompe com tudo que trava culturalmente o quadro societário de uma burguesia não ameaçada. Pensar aspectos relacionados a pós-modernidade em sua relação com a teoria social crítica supõe sustentar a sua recusa radical a qualquer tipo de condescendência com o capital e a sua natureza civilizatória, se comparada com os modos de produção anteriores, apesar da sua essência predatória.

### **Considerações finais**

A pós-modernidade, enquanto expressão ideológica da realidade contemporânea, que se assenta nas transformações econômicas, sociais e políticas advindas desde os anos de 1970, tem mostrado nestas últimas décadas a sua funcionalidade para ocultar as determinações derivadas desse modo social de produção. Fragmentar para mistificar a realidade tem se constituído em um instrumento eficaz para evitar a problematização da ordem do capital.

Apesar das transformações constantes e cada vez mais intensas, o capitalismo contemporâneo, nas palavras de Netto (2010, p. 258) “continua sendo capitalismo”, ou seja, é um modo de produção material que permanece produzindo e reproduzindo relações sociais, condicionando a vida social na sua totalidade. Apesar das suas reconfigurações, a essência do modo de produção capitalista, a exploração do trabalho, se mantém como característica inerente à sua estrutura e dinâmica. Contudo, o capitalismo exige novos meios e instrumentos para a sua apropriação e os novos processos sociais por ele determinados devem ser objeto constante de análise crítica.

A economia de trabalho vivo, marca da acumulação flexível, permitida pelo advento de novas tecnologias que vêm substituindo a força de trabalho de milhares – e a perspectiva, para os próximos anos, de milhões de trabalhadores –, vem acarretando num processo de expulsão de uma massa de pessoas no mercado de trabalho. Consequência mais que vantajosa

para o processo de acúmulo e reprodução do capital, pois o desemprego estrutural constitui-se em elemento fundamental para o rebaixamento dos salários e o acirramento da competitividade entre trabalhadores, “a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da insegurança no trabalho” (Netto, 2012, p. 2010). Por essa lógica, a revolução técnica e científica tornou-se a meta a ser alcançada pelo capital, pois, dessa forma, livrou a burguesia de se comprometer com as exigências da classe trabalhadora, já que essa agora se encontra cada vez mais dividida.

Sob essa nova lógica, o trabalhador passa a ser inserido de uma outra forma, pois ele é base de toda essa sociabilidade. Dessa forma, torna-se imprescindível a sua colaboração “espontânea”, pois os mecanismos de coerção estão cada vez mais aprimorados. O capital impõe a sua lógica em todas as instâncias da vida social, nos padrões de consumo, nos rearranjos das relações sociais, nas escolas, na formação profissional, na reestruturação ou desestruturação do Estado. Ou seja, invade a totalidade da vida social através de ferramentas cada vez mais aperfeiçoadas com o intuito de conquistar a filiação de todos ao seu projeto, tornando-o cada vez mais universal e dominante.

Conforme Lima (2022), a burguesia busca novas formas de adesão ao seu projeto e essa adesão não pode perpassar somente via a coerção, a própria classe trabalhadora deve ser agente atuante no fortalecimento dessa engrenagem. Dessa forma, essa anuência convém para a absorção dos valores burgueses, da sua ideologia. Netto (2012) afirma que a esfera cultural enquanto espaço estratégico para o triunfo do controle da consciência das classes subalternas, tem sido campo privilegiado dessas disputas. A sociabilidade tem se reproduzido por mecanismos que até bem pouco tempo atrás eram inexistentes: Whatsapp, Facebook, Instagram, Meet, Telegram, Twitter, são alguns exemplos de redes sociais<sup>8</sup> que em poucos anos tornaram-se ferramentas de contato que vêm transformando e moldando novas formas de relações.

Por esse caminho, ainda conforme Netto (2012, p. 211), as relações sociais se reconstituem enquanto imagem e semelhança das mercadorias, “a cultura incorpora as características próprias da mercadoria no tardo-capitalismo: a sua obsolescência programada, a descartabilidade e o imediatismo reificado”. É o reino do consumo que se sobrepõe às relações humanas, nada mais do que relações entre coisas, como já dizia Marx (2015). Essas

---

<sup>8</sup> “A dinâmica cultural do capitalismo contemporâneo, o tardo-capitalismo, é para-metrada por dois vetores, de natureza econômico-política e técnica: a translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural (criação/produção, divulgação, fruição/consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos meios eletrônicos (a televisão, o vídeo, a multimídia)” (Netto, 2012, p. 212).

coisas, ou seja, as mercadorias são nada mais, nada menos que objetos inanimados que passam a ganhar vida a tal ponto que determinam o modo como a humanidade se relaciona, através de uma reprodução social cada vez mais alienada. Todos são treinados a consumir cada vez mais um número de mercadorias cada vez maior, fazendo entrar em um círculo vicioso que reifica a realidade. Os sentimentos devem se traduzir nas mercadorias. Assim, tudo se torna efêmero e a realidade que se basta não ultrapassa a sua aparência, sobressaindo-se somente os fragmentos – partículas, sem estabelecer as mediações necessárias para compreender a sua complexidade.

Ainda que a consciência esteja cada vez mais disciplinada para privilegiar a dimensão imediata da vida social, tentativas para superação do sensível – ainda que o sensível também deva ser objeto de compreensão e análise, pois não é parte ou etapa separada da essência – mas a sua superação enquanto fragmento exige leituras que apreendem os múltiplos determinantes dos fenômenos. O grande desafio do tempo presente é afirmar a existência de uma totalidade.

A década de 1970 marca a era em que as ideias da Modernidade e do próprio Iluminismo passam a ser questionadas intensamente. É o tempo marcado pela chamada pós-industrialização e a pós-modernidade, com o seu ápice na queda do muro de Berlim. É o fim da história, como alguns proclamam. Não há mais classe operária clássica e, portanto, luta de classes. Segundo a perspectiva pós-moderna, qualquer metanarrativa que se empenha em entrelaçar fatos e mediá-los com a estrutura são leituras totalitárias. Vive-se o império da micropolítica, do identitarismo e da substituição da ciência pelas narrativas. A ciência é desmerecida e o método científico é apenas uma estratégia usada por instituições de ensino que também são totalitárias por desmerecer o saber popular. Agora tudo é mero jogo de linguagem e “as verdades” tornam-se relativas a depender do discurso daqueles mais habilidosos. Basta ter o poder da oratória. Nada mais precisa passar pelo crivo científico ou qualquer experimentação, vale somente o lugar da fala dos partícipes desse jogo. É a era da pós-verdade.

A consciência pós-moderna é uma perspectiva, uma forma de compreender a realidade, mas de forma alguma corresponde a essa realidade. Ao contrário, ela desempenha o papel de mistificar essa realidade. Mas não há um mundo novo. O capitalismo continua sendo capitalismo. Obviamente, não há uma paralisia do tempo, pois muitos processos se ressignificaram. Contudo, as estruturas de exploração e domínio burguesas continuam mais fortes do que nunca. Exatamente por tentar eliminar a ontologia dos processos sociais, ignorando a historicidade dos fenômenos, que o pensamento pós-moderno é tão funcional a

esse sistema.

Observa-se o triunfo do indivíduo em detrimento da sociedade e isso transcorre via uma política de desqualificação total da esfera pública. Essa ideologia por ora dominante provoca transformações na arena política, promovendo mudanças implacáveis nas economias, nas instâncias socioculturais, nas relações entre a sociedade civil e o Estado. Enquanto há uma realidade que não se revela essencialmente, a dinâmica dos “de cima” encobre uma verdadeira anarquia de mercados que submete nações e seus povos aos seus interesses, se locupletando dos fundos e instituições públicas. Dessa forma, deixa as classes subalternas sob condições de vida que remetem ao início do capitalismo, onde reinava total ausência de regulações sociais. Também o Estado burguês, mantendo o seu caráter de classe, experimenta um considerável redimensionamento. A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas “funções legitimadoras” (Netto, 2012, p. 2013).

Finalmente, cabe enfatizar, como inicialmente explicitado, que o presente artigo teve como objetivo tecer algumas considerações teóricas e metodológicas, com a finalidade de tratar a atualidade do pensamento marxiano, no contexto do debate da pós-modernidade e de suas sérias implicações para a vida social e a ciência. De acordo com as questões pautadas nestas considerações finais, abre-se um leque para novas reflexões.

### Referências bibliográficas

- CASSIANO, J.M. A lógica do niilismo: o sentido do valor do nada na filosofia de Nietzsche. *Dissertatio: Revista de Filosofia, UFPel – Programa de Pós-Graduação em Filosofia*, v. 48, p. 258-285, 2018.
- DUAYER, M. Marx, verdade e discurso. *Perspectiva*. v. 19, n.1, jan./jun., Revista Perspectiva. Florianópolis: Edufsc, 2001, p. 15-39.
- ENGELS, F. Prefácio do Livro III de O capital. In: MARX, K. *O Capital: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- ESCURRA, M. F. Marx e a crítica à concepção de mundo requerida e gerada para a manutenção do capitalismo. *Verinotio*. Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, v. 24, n. 2, p. 100-114, nov. 2018.
- EVANGELISTA, J. E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez. 1992.
- FONTES, V. “Marx continua mais vivo do que nunca”. Entrevista concedida a André Antunes. In: EPSJV. *Entrevista*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)/Fiocruz, 11/05/2018.
- HEINRICH, M. *Crítica de la economía política: una introducción a El Capital de Marx*. Madrid: Escolar y Mayo Editores, 2008.
- LIMA, C.C. Desafios da formação profissional em Serviço Social em tempos de conservadorismo reacionário. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 237-252, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/39068>. Acesso em: 24 de abril de 2024.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- LUXEMBURGO, R. O segundo e o terceiro volumes d' O Capital. In: *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro III. O processo global da produção capitalista. 5ª. Reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- MANDEL, E. *O lugar do marxismo na história*. 2ª. ed. São Paulo: Xamã Editora, 2001.
- MARX, K. *Miséria da Filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.
- MARX, K. *Para a Questão Judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro I. O processo de produção do capital. 1ª. ed. revista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro III. O processo global da produção capitalista. 5ª. Reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- MEDEIROS, J. L. *A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: Editora UFF, 2013.
- NETTO, J. P. Posfácio. In: COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/issue/view/177>. Acesso em: 21 de abril de 2024.
- NETTO, J.P. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.131 -139.
- POSTONE, M. Repensando a Marx (en un mundo post-marxista). In: LÓPEZ, J.G.; BLASCO, J. L.; GANCEDO, P. M.; SANZ, A.R. (Coord.; edición; traducción y notas). *Lo que el trabajo esconde: materiales para un replanteamiento de los análisis sobre el trabajo*. [Textos de: Bernard Lahire, Pierre Rolle, Pierre Saunier, Marcelle Stroobants, Mateo Alaluf y Moïshe Postone]. Madrid: Traficantes de sueños, 2005, p. 249-282.

# Neoliberalismo: a lógica irracional do capitalismo em decadência<sup>1</sup>

## Neoliberalism: the irrationality of decaying capitalism

Natália Perdomo dos Santos\*

**Resumo:** Este artigo propõe analisar, a partir de uma perspectiva pautada na tradição inaugurada pela obra marxiana, os fundamentos constitutivos do neoliberalismo, que o configuram como uma estratégia de reprodução do capitalismo tardio. Emergente no processo de maturação da sociedade burguesa, o neoliberalismo reformula a ação do Estado para adaptá-lo às necessidades impostas pelas novas formas de gestão da acumulação que, diante da hegemonia do capital portador de juros, só pode garantir a valorização do valor com um poder destrutivo incontrolável. Este movimento revela a barbárie que constitui este modo de produção, e especialmente exposta nos países de capitalismo dependente. Resulta desta etapa a reconfiguração das relações e dos seres sociais em suas múltiplas dimensões, que incorporam nos costumes o irracionalismo do capitalismo em decadência. Este é o marco a partir do qual será tecida uma crítica ao pensamento mistificador formulado pelos foucaultianos Dardot e Laval, exposta no livro 'A Nova Razão do Mundo'. O livro, apesar de propor-se crítico ao neoliberalismo, limita-se à epiderme do problema para salvaguardar a lógica estrutural da sociedade burguesa, representando, neste sentido, a típica deformação ideológica desta etapa corrente.

**Palavras-chaves:** Neoliberalismo; Capitalismo tardio; Marxismo; Dardot e Laval.

**Abstract:** This article aims to analyze, from a perspective grounded in the tradition inaugurated by Marx's work, the constitutive foundations of neoliberalism, which configure it as a strategy of reproduction of late capitalism. Stemming from the maturation process of bourgeois society, neoliberalism reformulates State's action to adapt it to the needs imposed by the new forms of accumulation management, which, in face of the hegemony of interest-bearing capital, can only guarantee the valorization of value with an uncontrollable destructive power. It reveals the barbarism that constitutes this mode of production, especially in dependent capitalist. This stage results in the reconfiguration of the entirety of relations and social beings, which come to express the irrationalism of decaying capitalism in customs. This is the framework from which a critique will be woven of the mystifying thought formulated by the Foucauldians Dardot and Laval, as exposed in the book 'The New Reason of the World.' Despite purporting to be critical of neoliberalism, the book only scratches the surface of the problem to safeguard bourgeois society, representing, in this sense, the typical ideological deformation of this current stage.

**Keywords:** Neoliberalism; Late capitalism; Marxism; Dardot & Laval.

<sup>1</sup> Esta análise foi elaborada a partir da revisão bibliográfica trabalhada na disciplina Política Social e Serviço Social, integrante do curso de doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ministrada pela professora Dra. Elaine Rosseti Behring.

\* Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2439-8474>

## Introdução

Este artigo propõe analisar os fundamentos constitutivos do neoliberalismo que, no curso do processo de maturação da sociedade burguesa, configuram-no como a expressão irracional do processo de reprodução do capitalismo tardio e revelam a barbárie constitutiva dessa sociabilidade.

A análise que o sustenta foi elaborada no curso dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, responsável pela investigação dos atos golpistas que, no dia 8 de janeiro de 2023, buscaram dar continuidade ao governo neofascista que estava em curso. Os acontecimentos desse período sugeriam a suposta derrota da ultradireita, responsável pelo recrudescimento genocida do neoliberalismo no Brasil. A história demonstra, contudo, que a conservação das relações burguesas está intrinsecamente atada à violência como expressão do irracionalismo que norteia a etapa em curso e que extrapola as fronteiras nacionais.

A partir do mirante (Lowy, 1998) da emancipação da classe trabalhadora como pressuposto à emancipação humana, será tecida, na segunda parte do texto, uma crítica ao pensamento mistificador formulado pelos foucaultianos franceses Pierre Dardot e Christian Laval, exposta em *A Nova Razão do Mundo*. O livro, que identifica *manifestações imediatas* do tempo corrente e que se propõe crítico ao neoliberalismo, tem ganhado relevância, inclusive no serviço social. Seus limites, todavia, o mantêm circunscrito às estreitas fronteiras fenomênicas das transformações societárias, inculcando-lhe contornos incognoscíveis que salvaguardam a sociedade burguesa.

É neste rastro que “a categoria da totalidade como pedra angular da gnose social” (Netto, 1981, p. 41) segue como pressuposto que leva à defesa da tradição teórico-metodológica inaugurada por Marx, cuja ortodoxia, distante de negar a necessidade permanente de elaborações teóricas capazes de dar conta das novas manifestações do real, extrai do seu movimento histórico a sua verdade.

## 1 - A longa etapa neoliberal e a espiral da violência no capitalismo tardio

A derrota eleitoral do governo Bolsonaro foi a luz no final de mais um longo túnel atravessado pelos trabalhadores na história brasileira. A intentona golpista repetia em Brasília o fracasso de Donald Trump e seus asseclas no Capitólio. As investigações subsequentes resultaram em escândalos diários, que permitem demonstrar – aos que insistem em não saber – que o finado governo fora um esquema de espoliação e superexploração (Marini, 2022) articulado sob a gerência de uma horda que congregava estirpes que não se pode adjetivar.

As notícias parecem a muitos “compensadoras”, como pílulas de esperança, figuradas na possibilidade de, como diria Herbert Vianna (1995), “fazer justiça uma vez na vida”. Isso se dava ainda que o legado de sua destruição se perpetuasse em distintas dimensões de nossa sociabilidade, como na subsunção do Estado ao capital portador de juros, expressa no Novo Arcabouço fiscal de 2023, que, apesar de mitigar a insanidade austericída (Granemann, 2019) do Teto de gastos de Bolsonaro, mantém a condição permanente de ajuste fiscal (Bhering, 2018), sangrando o fundo público e as políticas sociais em nome do pagamento de dívidas infundáveis e não auditadas.

O alívio, contudo, não é à toa. Sem precisar de um só disparo, foram cerca de 700 mil – e subnotificadas – mortes por covid-19, até o ano de 2022. Tamanho desterro resultou não do movimento reprodutivo do RNA viral, mas de um governo irracionalista, cujo projeto de extermínio encontrou respaldo profícuo para sua tarefa no combate à ciência, à confiabilidade popular na capacidade preventiva das vacinas e às medidas protetivas garantidoras do isolamento social. Contudo, é preciso atentar-nos: o irracionalismo é característica não de um dado governo, mas de uma longa etapa<sup>2</sup> de desenvolvimento da sociedade burguesa, na qual sucumbem as categorias forjadas pela Modernidade. Para o pensamento liberal, não há mais espaço para o humanismo, para o historicismo concreto, para a dialética e nem tampouco para a razão (Coutinho, 2010).

E se o reacionarismo virulento que se expressou política, econômica e ideologicamente em Bolsonaro não será com ele enterrado, tampouco o avanço do neofascismo (Boito, 2020) se faz particularidade nacional para dar-se por derrotado. Nos mesmos canais que noticiam a revenda e a recompra das joias sauditas em nome do inelegível ex-presidente, assistimos nossos vizinhos argentinos rumarem ao abismo no qual, a menos de um lustro, caímos.

Seguramente, a vitória nas prévias eleitorais da tosca figura de Javier Milei não se sustenta sobre as excentricidades de um candidato tão ultra(neo)liberal a ponto de defender a comercialização de órgãos<sup>3</sup>, para compensar o despojo dos direitos. Os projetos políticos que radicalizam seu *modus operandi*, localizando-se à direita dos liberais clássicos, refletem o “espírito deste tempo”, ainda que portem diferentes traços, variáveis de acordo com o terreno no qual emergem. Podem ser abertamente xenofóbicos na Europa, como não poderiam ser no Brasil; revelam aqui um peso militarista explícito, como não seria aceito na Argentina. Podem

<sup>2</sup> Etapa esta que não demora a revelar-se na história da burguesia, que encontra os limites de seu sistema filosófico na contradição da sociedade de classes, que a partir de 1848, tornava-se incontestante.

<sup>3</sup> Liberdade que não contempla a legalização do aborto, que há tão pouco tempo poderia ter encontrado seu rumo na Argentina para salvar as vidas das mulheres postas na clandestinidade.

até ser autodeclarados anarco-capitalistas, como Milei; mas, em última instância, convergem sempre em uma mesma desembocadura: na radicalização neoliberal, amplificadora do conjunto das desigualdades. Para tal, podem admitir cariz neofascista, sustentados na apologia à violência e na defesa do extermínio dos inimigos, na crítica superficial ao sistema, em que suportam o autoritarismo e o engessamento das instituições liberais e na existência de um movimento social que apoia suas características. Foi assim com Bolsonaro e com aquele que, no pior e mais provável cenário, venha a ser o próximo presidente argentino.

Embora este breve comentário não trate de uma análise da conjuntura, ela corrobora o debate porque, quando analisada criticamente, expressa a trajetória societária na qual se articula. Tratamos, sim, da análise do movimento da lógica irracional da sociedade burguesa, agudizada pela etapa chamada tardocapitalismo por Mandel (1982). Esta foi inaugurada pelas transformações societárias que eclodem na década de 1970, ainda que previamente germinasse no processo metabólico da sociedade da mercadoria, e agrega contradições que incorporam e vão além daquelas discutidas por Lenin na análise do Imperialismo clássico (Netto, 2011).

Este estágio de desenvolvimento do capital, que só pode ser superado pela própria superação do capitalismo, permanentemente admite novas e distintas formas, que se tornam cada vez mais violentas, conforme se generalizam. Sua reprodução traz consigo um caminho para sua viabilização: o *Neoliberalismo*, que, em 1973, ensaia no golpe militar de Pinochet sua ascensão e hegemonia, é expressão da urgência em acelerar os processos de rotação de capitais, no curso da incontornável tendência decrescente da taxa média de lucros. Esta condição vai atravessar a idade dos monopólios e se tornará mais profunda a cada nova depressão econômica, ainda que os fatores contrarrestantes do capital (Marx, 2017) possam criar ondas ascendentes em determinados intervalos históricos.

O neoliberalismo, e a violência que o caracteriza, toma força no processo de maturação e apodrecimento das relações tipicamente burguesas, e impõe a reformulação da economia e da ação do Estado, que serão capazes de criar o caldo cultural necessário à constituição de um novo ser social, adequado às novas demandas da produção e reprodução social do tardocapitalismo. O desencadeamento da neoliberalização, no curso do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade (Trotsky, 1977), conforme o próprio Estado, admitirá formas particulares de manifestação nas distintas regiões do mundo. Tais diferenças, no entanto, serão costuradas por determinações de caráter universalizante, sendo o fortalecimento da fração

parasitária da burguesia, que ascende com a hegemonia do capital portador de juros<sup>4</sup>, a mais incontestável.

A tomada da direção societária por essa forma capital engendra uma incompatibilidade insustentável entre as transações financeiras da riqueza imaterial e aquela que se pode de fato enfiar nos bolsos. Este cenário leva à busca constante por novos nichos de acumulação que permitam a captura de valores reais, capazes de sanear, ainda que temporariamente, o desequilíbrio entre a ficção e o valor real socialmente produzido. A resultante objetiva na vida do trabalhador é a agudização da precariedade, que se consolida não apenas no Brasil, ou no conjunto dos países dependentes, como é de costume, mas que embrenha suas raízes pelo mundo como uma incontrolável avalanche de destruição.

Apesar da aceleração dos motores expansionistas da burguesia monopolista, o capital funcionante encontra óbices cada vez maiores à extração do valor capaz de remunerar a si mesmo e ao capital portador de juros. Por isso, a captura do fundo público formado pelo trabalho e sua conversão em capital torna-se essencial ao processo ampliado de reprodução capitalista, atingindo, conforme Behring (2021), níveis qualitativamente distintos das etapas anteriores. Este mecanismo se demonstrou, depois do desenvolvimento da indústria bélica e das guerras necessárias à realização de suas mercadorias, como a melhor alternativa para tentar dar corpo aos fantasmas da especulação (Marx, 2017), os quais, por mais que se esforcem, não encontram lastro equivalente na realidade.

Esta “tarefa” não é simples e impõe a subordinação geral do conjunto social, como sinaliza Fontes (2010). É preciso converter bens naturais em commodities, assalariados em empreendedores individuais que recorrem ao capital portador de juros na tentativa de abrir ou desafogar seus negócios. Direitos são convertidos em privilégios, empregados em colaboradores, solidariedade em concorrência. Valores decrépitos se insinuam como novos, o que só é possível a partir de uma profunda alteração da morfologia do trabalho (Antunes, 2013) transformadora da própria classe que, fragmentada, é condicionada a uma práxis individualizada e estéril. Para tal condução, constitui-se, a despeito da ideologia do minimalismo, um Estado que é mais forte do que nunca. Mais que isso, um Estado que é máximo para o capital (Netto, 2011), que, em nome de sua gigantesca corpulência, tudo engole, deixando para o trabalho, e só para ele, o Estado mínimo.

---

<sup>4</sup> Importa salientar que essa hegemonia do capital portador de juros não resulta de uma disputa entre frações da burguesia, mas sim do limite imposto pelo próprio desenvolvimento da sociedade à realização de mercadorias, que encontram cada vez mais dificuldades para efetuar seu "salto mortal" (Marx, 2014, p. 180) e garantir o metabolismo societário.

Por isso, as novas manifestações do neofascismo ainda que decaiam numa nação, reerguem-se em outras, seja através de um mandato ou de uma nova guerra, sem nunca tornar a violência prescindível, se considerarmos o complexo em processo de totalização (Lukács, 2003) que internacionalmente caracteriza a sociedade burguesa. A violência multifacetada é a força motriz principal da permanência da sociedade da mercadoria, sejam elas concretas ou intangíveis, e ainda que sua brutalidade opere nos marcos dos regimes democráticos. Desvela assim os limites históricos atingidos por uma sociabilidade que, para garantir sua reprodução tardia, hipertrofia sua condição predatória, adquirindo tamanha capacidade destrutiva, que assume contornos autofágicos.

Certamente, não se discute que a sociedade do capital e seu Estado se equilibram entre a coerção e o consenso para manter a sua ordem anárquica. Esta é a marca das relações sociais fundadas na antinomia do capital e trabalho, desde que a classe operária se tornou capaz de buscar sua projeção societária particular, que é nada mais do que a destruição de todo particularismo de classes. Mesmo os regimes declaradamente autocráticos tiveram de caminhar por estes atilhos contraditórios e complementares. E é esta antinomia que não deixa alternativa: se a necessidade de valorização dos capitais não permite concessões à classe trabalhadora, ainda que como tal esta não se reconheça, é preciso engrossar o caldo da força bruta. O consenso, originalmente materializado nas políticas sociais – que internacionalmente são resumidas pela privatização, focalização, descentralização neoliberal (Behring, 2003) – é cada vez garantido pela ideologia irracionalista.

Encontramos assim a existência de um fio condutor que conecta não apenas os traços da barbárie burguesa, que na década de 1970 cria novos e mais profundos modos de ser, à barbárie contemporânea. As autocracias, que outrora tomaram os países de capitalismo dependentes para conter a ação revolucionária ascendente, foram pressupostos necessários à nova onda neoliberalizante, por terem sido capazes de aniquilar não apenas as organizações do trabalho, mas os seus oponentes e os espaços de sociabilidade que cultivavam as novas gerações de lutadores. Permitiram ao capital um ganho de tempo indispensável para seu rearranjo.

Neste percurso, os regimes democráticos são convertidos em regimes suficientes para o desenvolvimento da violência neoliberal em toda a sua essência e o neofascismo, como fenômeno novo (Boito, 2020), não emerge como resposta a uma ameaça revolucionária a ser derrubada; mas como meio de garantir o avanço da acumulação capitalista para além das barreiras da superexploração, eliminando as reminiscências da velha socialdemocracia, dentro dos próprios marcos do seu regime.

---

O neoliberalismo consolida-se como *estratégia* fundamental de conservação da sociedade burguesa, sem a qual não seria possível garantir o equilíbrio, cada vez mais instável, do processo de valorização do valor e neutralizar a revolta, mesmo que despolitizada, desorganizada e em estado de pulverização, que se expressará frente a um modo de produção e reprodução social que esgotou suas capacidades civilizatórias (Mészáros, 2002). E não necessariamente por sua eficácia, mas pela falta de alternativas – haja vista a incapacidade de reverter uma crise que passa a portar caráter estrutural (Mészáros, 2009) – tornou-se, até então, incontornável à permanência do tardocapitalismo.

Tal afirmação está, contudo, distante de sugerir que os fenômenos sociais típicos do neoliberalismo contemporâneo se apresentem como na década de 1970. Outrossim, diante de crises cada vez mais profundas e longas, que não apenas se defrontam com a queda das taxas de lucro, mas também com a queda da massa de lucros, como ocorrido na crise dos *subprimes* de 2008, o capital é obrigado a reinventar-se. E, sem dúvidas, é pleno de capacidades para tal, ainda que revele sua essência destrutiva. Essa se expressa não somente na economia, mas no meio ambiente, na política, na decadência ideológica, nas capacidades intelectivas e práticas da humanidade, em seu estado psicofísico, na estética, na vida do novo ser social, forjado à imagem e semelhança do capitalismo decadente.

Essa base material sobre a qual sustentamos a crítica ao neoliberalismo, no entanto, não é consensual mesmo entre seus críticos. A própria cultura herdeira do estruturalismo, que é expressão teórica e ideológica da etapa decadente do capital, é capaz de olhar-se no espelho e, ao contrário de Narciso, achar feio o que vê. Só não pode perscrutar sua imagem a ponto de reconhecer nela um conteúdo que também faz parte do problema.

Como todo produto social, o neoliberalismo se transforma no curso de seu desenvolvimento, mas somente a partir de seus fundamentos ontológicos e não dos discursos produzidos sobre si mesmo, pode ser compreendido e enfrentado. Esse é o caminho teórico-metodológico oposto ao percorrido pela crítica romântica, avessa não à sociedade de classes, mas à razão moderna, e que, ao livrar-se “das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias que englobam, superando, as provenientes do “saber imediato” (intuição) e do “entendimento” (intelecto analítico)” (Coutinho, 2010, p. 28), não é capaz de extrair a essência da realidade, que é senão expressa por seu movimento.

## 2 - Dardot, Laval e a Razão dos franceses

A obra *A nova razão do Mundo*, dos foucaultianos franceses Pierre Dardot e Christian Laval, publicada na França em 2009, chega ao Brasil em um momento *sui generis* de nossa história. O golpe de novo tipo (Demier, 2017) ocorreu em um país cuja ideia de nação foi forjada à base de sucessivos golpes de Estado, mas que, no ano de 2016, testemunhou a capacidade renovadora de “suas tradições”. A derrubada de um governo democraticamente eleito se sustentou não pela força dos canhões, mas sobre os próprios alicerces do regime democrático. Deu-se fim ao segundo mandato de Dilma Rousseff, sem que ataques misóginos fossem poupados. Foi interrompida a sequência de governos petistas, deterioradas as já rarefeitas conquistas deste período e destruídos os direitos históricos, ainda que insuficientes, que o antecederam.

Neste cenário, as teses de Dardot e Laval ganham eco considerável no campo crítico à viragem da burguesia, que assume a gestão do Estado a partir de seus representantes diretos. São especialmente insufladas pela necessária imposição de pensarmos as transformações do neoliberalismo, diante de um cenário de generalizada insegurança e dilaceração vertiginosa das condições de vida.

O ensaio dos franceses propõe analisar o que seria o processo de continuidades e roturas ocorridas desde a naturalização das teorias constituídas pelos liberais clássicos do século XVIII. Apontam que a exacerbação do *Laissez-faire* teria sido interrompida pelo que os autores chamam de “crise de governamentalidade do liberalismo”, desdobrada do que chamamos nós de emergência da “questão social”. Essa crise de legitimidade teria compelido o remanejamento teórico e interventivo do papel do Estado, que precisava dar respostas políticas para enfrentar os processos de disputa que, especialmente a partir da Comuna de Paris de 1871, musa inspiradora da vitoriosa Revolução Soviética de 1917, ameaçavam a reprodução da sociedade burguesa.

Este movimento gerou uma rápida reação, que teve como marco o Colóquio Walter Lippmann, de 1938, quase dez anos antes da formação da Sociedade Mont Pèlerin, como bem sinalizam os autores. No Colóquio, surge um conjunto de elaborações que permaneceria marginal por mais de 30 anos, mas que bem definiu duas correntes de um nascente pensamento *neoliberal*: o ordoliberalismo alemão, encabeçado por Walter Eucken e Wilhelm Röpke, e o neoliberalismo austro-americano, que teve Friedrich Hayek como principal expoente. Essas correntes não pretendiam reabilitar o liberalismo clássico, como demonstrou Friedman (2003) com a popularização da renda básica universal, na década de 1960. Prenunciavam uma política

que refletiria o porvir, mas que somente se expressaria no fim da onda longa ascendente que marcou a década de ouro do capitalismo.

Os autores, todavia, não apenas declaram suas intenções de pensar o neoliberalismo desde as raízes até a sua morfologia contemporânea. Eles se ocupam, antes de mais nada, da crítica aos seus analistas, ou mais precisamente aos analistas marxistas, como exposto na introdução do livro. Neste primeiro momento, anunciam o propósito de enfrentar o que, segundo eles, caracterizaria um erro de diagnóstico realizado acerca do Neoliberalismo.

Dardot e Laval parecem admirados com a longevidade neoliberal ao identificarem sua permanência, ainda que em meio à crise de 2008, famosos neoliberais, como Joseph Stiglitz, anunciassem prematuramente a derrocada do projeto que defenderam. Levantam, assim, com inegável truísmo, a questão que não quer calar: como é possível que apesar das tão perversas consequências das políticas neoliberais, elas sigam existindo, sem encontrar pelo mundo maiores resistências?

A chave de resposta desta questão não tarda a aparecer em *A Nova Razão do mundo*. Ela estaria exatamente na política, mas não na macropolítica. Propõem os autores a noção biopolítica de Foucault<sup>5</sup>, que enfatiza a influência do poder sobre os corpos, que são tanto alvo quanto agentes das relações de poder, gerando um estado de sujeição dos indivíduos entre si e consigo mesmos, independentemente da própria ação do Estado. Dardot e Laval discutem o neoliberalismo pela via da reflexão sobre o modo de governo e suas estratégias, abordando não apenas o que chamam de aspectos negativos – como os direitos que ele destrói –, mas o que ele é capaz de criar no campo das relações sociais, e que determinará uma forma de existência, uma dada subjetividade produzida pelo “admirável mundo novo”<sup>6</sup>, que é o seu neosujeito.

É a partir do marco do problema da *governamentalidade*<sup>7</sup>, desenvolvido por Foucault no curso *Segurança, território, população*, e apresentado no *Collège de France* (1977-1978), que Dardot e Laval acreditam traçar o diagnóstico correto sobre o neoliberalismo, desconstruindo “os limites do marxismo”; ou daquilo que a parelha acredita ter entendido das correntes – múltiplas, distintas e muitas vezes divergentes – que do pensamento Marxiano derivam, mas que, como batatas, são por eles postas no mesmo saco.

<sup>5</sup> Michel Foucault foi um historiador e filósofo pós-estruturalista francês.

<sup>6</sup> O romance de Aldous Huxley foi publicado em 1932 e apresenta um mundo distópico, que combina tecnologia, manipulação psicológica e uma profunda alteração das relações sociais.

<sup>7</sup> A questão da governamentalidade não se finda apenas na ação do Estado, mas compreende o conjunto de instituições e articulações capazes de gerar uma conduta disciplinadora das ações individuais, que resultam na gestão do corpo social.

Teremos assim a proposição de que os marxistas se fecham na concepção “que faz da ‘lógica do capital’ um motor autômato da história”; “reduzem a história a uma repetição dos mesmos roteiros, com as mesmas personagens vestidas com novos figurinos”. Os franceses afirmam ainda que a tendência à centralização de capitais exposta em *O capital* caracterizaria uma lei natural, e encontram no marxismo o suposto e requentado determinismo da “ruína final” e do socialismo como desaguadouro inevitável da história. Em síntese, e conforme os próprios, não seria possível contentar-nos com Karl Marx e Rosa Luxemburgo para desvendar os mistérios da contemporaneidade, pois insuficiente seria “a interpretação marxista, por mais atual que seja” (Dardot; Laval, 2023, p. 21).

Apesar de buscarem uma posição original, supostamente destacada tanto do pensamento dominante quanto da tradição marxista, a posição “não ortodoxa” dos autores combina ecleticamente matrizes teórico-metodológicas absolutamente distintas. Independente dos vieses que daí derivam, é notório que a defesa de sua tese é precedida da crítica a Marx, ainda que com a superficialidade dos liberais. Incidem assim na mesma vulgata que vem sendo utilizada desde o século XIX, para deformar e falsificar a teoria Marxiana e assim justificar a ordem do capital. E o fazem, ainda que não se declarem defensores da sociedade burguesa, mas por considerarem que este não é mais o ponto central ou por desconsiderarem qualquer horizonte que a ultrapasse, como fica expresso no fatalismo que norteia a obra.

## 2.1 - O Estado e o neoliberalismo

Os franceses afirmam que, ao contrário da visão simplista de que os mercados teriam conquistado o Estado e, a partir disto, dominado a sua política, teria sido justamente através deste que se daria a universalização do modelo empresarial na economia. Põem-se, desta forma, a desenvolver uma discussão assemelhada ao velho questionamento sobre se o primeiro a chegar teria sido o ovo ou a galinha, quando já há muito se sabe que galinhas não podem anteceder a existência dos ovos.

Não obstante, e buscando acordos com os próprios autores, que recuperam corretamente a concepção de que o mercado não pode atuar sozinho, sendo do Estado a mão não tão invisível que garante sua motilidade, podemos afirmar que tampouco atuaria o Estado como ser flutuante sobre as classes e dotado de interesses próprios. Nos demonstra a história – e desta não se pode abrir mão – que é a disputa de projetos societários e a correlação de forças estabelecida em cada particularidade do tempo e do espaço a determinante não apenas do tipo de governo, mas do tipo de regime e, em situações especiais, do tipo de Estado que será instituído.

Certamente, devemos enfatizar o papel decisivo do Estado para o que chamou Chesnais (1996) de “mundialização do capital”, mas não se pode perder de vista que a constituição das sociedades produtoras de excedentes, antecede o Estado como forma de organização social. Destaca-se ainda que o Estado não é uma coisa – como bem dizia Marx sobre o próprio capital (2014), nem um ser monolítico. Deve ser entendido, conforme Harvey (2006), como uma relação social em processo, que se materializa historicamente através de um conjunto de forças e instituições que determinam e normatizam elementos da sociabilidade, inclusive daquilo que caracteriza a transgressão. Mandel (1985, p. 335) afirma que “suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação de mercadorias”, pois muito antes da sociedade das mercadorias, também o Estado estava posto, nas suas distintas formas, respondendo pela manutenção de uma dada ordem, que preponderava socialmente.

Os Estados não assumem, nem tampouco ditam por conta própria diretrizes políticas ou econômicas conflitantes com aquelas que se tornam dominantes na vida social. Às barbas da Fiesp<sup>8</sup> não seria possível legislar sobre a socialização dos meios de produção, como fizeram os soviéticos, pois o Estado é um produto histórico posto no desenvolvimento societário, que atua sobre os conflitos de interesses particulares de classes, com a premissa de proteger aqueles que se constituíram como dominantes. O Estado feudal garantia assim o domínio dos proprietários de terra e atrasou em diversas nações o processo de desenvolvimento de uma burguesia mercantil. Para que chegasse, portanto, a trabalhar em prol da universalização da “lógica da concorrência e [d]o modelo de empresa” (Dardot; Laval, 2023, p. 19), a direção do Estado precisou ser tomada pela burguesia por meio de uma revolução. Revolução que inaugura a existência de uma autonomia *relativa* do Estado frente à nova dinâmica societária, e cujas funções, como demonstrou Mandel (1982, p. 333), não poderiam ser “puramente superestruturais”<sup>9</sup>.

É no capitalismo que a economia e a política aparecem pela primeira vez como esferas separadas, através de um processo de despolitização da vida social, mediada pela erosão das antigas feudalidades (Marx, 2017). Esta conformação, contudo, se dá através de um destacamento entre a forma jurídico-política e o conteúdo societário. O Estado moderno institui uma universalidade abstrata, expressa nos “direitos iguais”. A supressão do particularismo estamental legalmente determinado nas sociedades feudais<sup>10</sup>, emancipou politicamente a

<sup>8</sup> Federação das indústrias do estado de São Paulo.

<sup>9</sup> Importa lembrar que a alegoria da estrutura e superestrutura tem finalidade pedagógica e trata de relações se articulam na realidade.

<sup>10</sup> Particularismo legal também presente nas sociedades escravagistas, como o Brasil.

burguesia, e garantiu a manutenção das desigualdades concretas postas na estrutura social e que se tornaram cada vez mais complexas.

Mandel (1982) vai demonstrar ainda que o Estado Moderno é a forma organizativa da burguesia. Na idade dos monopólios, ele robustece sua ossatura, na medida em que a constituição do proletariado como classe para si (Marx, 2018) impõe a admissão de novas funções que, para além da ação coercitiva pura, sejam capazes de criar consenso. Esse alargamento faz também com que a autonomia do Estado se expanda, inclusive para protegê-lo em seu parlamento da disputa por políticas sociais, mas sem que seu caráter “relativo” seja suprimido.

A despolitização da sociedade e a deseconomização do Estado não podem, assim, impedir que a política seja obra da sociedade, nem que a economia seja alvo de intervenção do Estado, pois essa divisão de tarefas oculta relações que se entrecruzam na totalidade da vida social, ainda que tal articulação não seja manifesta na aparência imediata dos fenômenos. No entanto, o esforço realizado para defender a existência de uma primazia da política sobre a economia, ou ainda mais, um destacamento entre ambas, é tamanho em Dardot e Laval, que os impedem de perceber que o Estado “foi capturado pela lógica monopolista – ele é o seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais” (Netto, 2011, p. 26).

Isto foi bem demonstrado pela onda de estatizações operada pelo “Estado mínimo” norte-americano que, em 2008, e a despeito da defesa do não intervencionismo, salvou da bancarrota instituições financeiras tais quais Fannie Mae e Freddie Mac. O Estado no tardocapitalismo é o Estado de uma forma capital despreocupada com a criação de empregos em massa, que impulsionem o consumo também massivo de mercadorias. É o Estado do capital portador de juros, preocupado em facilitar a migração internacional de capitais, a venda de títulos e “papéis podres”, e a conversão do fundo público formado pelo trabalho em capital. Mas, Dardot e Laval incorporam no seu discurso o divórcio entre forma e conteúdo que particularizam a sociedade burguesa e admitem que não é o enfrentamento à burguesia o problema contemporâneo, pois os corpos convertidos em empresas que dominam a si mesmos constituem novos poderes. Aqui demonstra-se o direcionamento teórico-metodológico dos autores, que invocam Foucault em toda a sua essência proto pós-moderna (Rodrigues, 2006)

E o que é o neoliberalismo para Dardot e Laval? Para os franceses, o neoliberalismo ou a “racionalidade neoliberal” teria se desenvolvido a partir da década de 1980, e não resultaria da aplicação prática das elaborações da década de 30. Estaria voltado para a gestão de uma

nova tecnologia de controle social que, para além do Estado, produzisse o que chamam de “novo sujeito” e a “racionalização do desejo”. (Dardot; Laval, 2023, p. 333).

É interessante notar como nesta síntese nossos autores negam a relevância da experiência chilena que, ao sul do mundo, qualificou a ascensão de Reagan e Thatcher, e abriu caminho ao que chamam Dardot e Laval (2023, p. 17) de “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de *governo* dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Afirmam ainda, que o *modus operandis* admitido “neste caso”, teria sido um “método particular” de uma situação particular (Dardot; Laval, 2023, p. 20). Caberia ao argumento dos franceses que hoje não é mais *necessário* queimar, à luz do dia, os corpos vivos de seus adversários, como fez no Chile a patrulha militar com Rodrigo Rojas e Carmen Gloria Quintana, no ano de 1986. E, de fato, a história demonstrou que, em dadas condições de desmantelamento das organizações da classe trabalhadora, é a própria democracia burguesa um terreno suficiente à expansão do neoliberalismo.

Nos países dependentes, que experimentam as capacidades destrutivas do capitalismo decadente em todas as esferas da vida, ainda que o avanço neoliberal possa preservar formalmente as liberdades políticas, não é possível evitar a violência como método para sua realização, pois a “queima” não apenas dos adversários, mas do conjunto dos excedentes do capital é elemento imprescindível à reprodução do tardocapitalismo.

Esse movimento tem implicações sobre recursos naturais, como demonstram, por exemplo, os desastres provocados pelo aquecimento do planeta. Afetam até mesmo os capitais constantes, como evidencia a desindustrialização no Brasil<sup>11</sup>. Não obstante, são os trabalhadores, especialmente aqueles trajados pela fantasia do empreendedorismo, que seguem como a lenha mais importante da fogueira do capitalismo, em suas novas e diversas formas.

As teses sobre o pós-trabalho, que caminham lado a lado com as de Dardot e Laval, para os quais não há mais classes, apenas sujeitos atomizados, são refutadas pela realidade quando, no curso da pandemia de COVID-19, a burguesia implora para que os trabalhadores enfrentem a morte e salvem a economia. Isso demonstra não apenas que o capitalismo é incapaz de produzir riquezas sem o trabalho, mas que o faz sem nunca preterir a eliminação física. Opera seja pela fome, pelo COVID, pelos tiros que, apesar da democracia, tiraram a vida Marielle Franco em 2018, como o fazem com aqueles que, no campo, se levantam contra a expansão do

---

<sup>11</sup> Ainda que a mecanização do campo constitua fábricas a céu aberto, estamos tratando de produtos de baixo valor agregado, incomparáveis com a produção do que Marx (2017b) categorizou como departamentos I e II da produção.

latifúndio, ou no extermínio racial que diariamente controla nas favelas brasileiras o modo de ser dos trabalhadores negros, que constituem a camada mais pauperizada desta classe.

Para Dardot e Laval o neoliberalismo seria então uma nova racionalidade desenvolvida a partir de dados artificiais voltados à construção do “homem-empresa ou do sujeito empresarial (...) inteiramente imerso na competição mundial” (Dardot; Laval, 2023, p. 322). Os franceses inclusive reivindicam Marx para afirmar a tese de que a subjugação cumpre papel principal na história; mas, para quê? O movimento pela dominação, segundo os autores, se apresenta como um circuito que gira em torno de si mesmo, no qual todos dominam e são dominados, não havendo finalidade e nem direcionamento.

Concordemos, todavia, com Dardot e Laval quando afirmam que o neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas. Inéditas, contudo, também foram as técnicas do Imperialismo clássico, como a realização da Primeira Guerra Imperialista (Lenin, 2005) da história da humanidade, como recurso voltado à disputa por mercados. Tais transformações do neoliberalismo identificadas pelos franceses indicam, tão somente, a gigantesca plasticidade do próprio capitalismo, que se renova para seguir existindo. E se não há dúvidas de que as técnicas elaboradas na sua operacionalização foram capazes de engendrar condutas e subjetividades que lhes são particulares, podemos igualmente afirmar que a capacidade de transformar as relações e a conduta do ser social não é novidade nem característica especial, que a partir desta nova etapa teria se inaugurado.

Vejamos o fordismo, que consolidou a idade dos monopólios no início do século XX. A introdução da esteira constituiu muito mais do que uma técnica de produção. Forjou o operário-massa, estável, rígido, fragmentado pelo trabalho repetitivo. Operários que, por um lado, projetavam o *american way of life* no ideário fetichizado das camadas populares e fomentava o consumo massivo de mercadorias; por outro, era capaz de desenvolver solidariedade de classes, através da reunião do sofrimento comum e compartilhado nas grandes fábricas. Instituiu um tipo particular de que já estavam postas na sociabilidade burguesa, um *ethos* social que exigia “um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova estética, uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (Harvey, 1992, p. 121).

Estes termos se tornaram absolutamente incompatíveis com as demandas correspondente à ascensão do capital portador de juros. Um novo *ethos* é cultivado, como bem percebem Dardot e Laval, e segue profundamente ligado à forma como o trabalho se desenvolve nesta nova etapa, como nos demonstrou Marx e Engels (2007). E não foi por acaso que a construção desta nova subjetividade, que é o “ponto forte” da obra de Dardot e Laval, foi

precedida por profundas modificações, operadas pelas sucessivas reestruturações produtivas, as parteiras dos diversos “modos de ser da informalidade” (Antunes, 2013, p. 14), que implicaram diretamente no modo de ser da classe.

E se é verdade que as capacidades e características portadas pelo neoliberalismo hoje não poderiam ser previstas na década de 1930, já que anteceder a realidade não é habilidade da não-teoria neoliberal, tampouco se pode negar que o Estado seguiu à risca as orientações de Hayek (2022) sobre a necessidade de destruir o poder de pressão dos sindicatos. A partir daí, e sucessivamente, foi possível criar manifestações novas e inimagináveis pelos pioneiros.

Dardot e Laval afirmam que “A originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas outro regime de acumulação, mas também, mais amplamente, outra sociedade” (Dardot; Laval, 2023, p. 24). Seguramente, o *regime* de acumulação capitalista admite distintas formas no processo histórico, que vão determinar *modos de regulação* que consistem exatamente nas engrenagens cambiáveis, que serão capazes de garantir a reprodução do regime de acumulação. Dardot e Laval somente não puderam explicar, ao longo de todo livro, qual seria a “nova sociedade” por eles identificada.

Contudo, a *nova gestão* da acumulação de capital, que caracterizou o regime de acumulação flexível (Harvey, 1992) acelerou as contradições de uma sociabilidade que forja relações antissociais, instáveis, efêmeras e fungíveis, que admitem as formas da mercadoria conforme ela se apresenta nesta etapa. Sociabilidade esta que é precarizada, assim como o são os trabalhadores polivalentes, terceirizados, quarteirizados, deprimidos pela insegurança do dia de amanhã, cada vez mais desprotegidos, a ponto de perderem até o “status de assalariado”. E “se o comportamento dos indivíduos (...) não é mais inteiramente descritível e prescritível” (Dardot; Laval, 2023, p. 342), essa extrema individuação é desdobrada da exaustão, da busca permanente pela inovação, da instabilidade permanente da vida, que atomizaram a classe, a cada dia mais heterogeneizada, pulverizada e imersa no estranhamento.

A eliminação da regulação sobre a relação capital/trabalho, serviço ao qual o Estado neoliberal se dedica, catalisa a transformação do ser social em empresas que concorrem entre si. É a base material de um convencimento ideológico, que se dá pela interiorização das deformações sociais na psique do ser, demonstrando que “aquilo que aparece invertido na ideologia é expressão de um mundo invertido” (Iasi, 2017, p. 108). Só assim foi possível converter a classe trabalhadora em “empreendedores de si mesmos”, a serem responsabilizados por manter, inclusive, os meios de produção utilizados na exploração de si mesmos, operada via aplicativos. O trabalhador entende-se como “proprietário de capital humano” (Dardot;

Laval, 2023, p. 346). E assim seguem como meros detentores de sua força de trabalho, sem sequer encontrar onde pô-la à venda.

E se o trabalhador não está mais 14 horas por dia confinado à fábrica, como outrora, tem sua vida transformada em um impulso permanente para o trabalho de sua empresa/corpo. E tudo isso, porque não é o capitalismo, e nem tampouco o neoliberalismo em si, apenas um regime de acumulação, mas um conjunto de relações sociais que avança na reificação e reproduz no ser social as características necessárias à reprodução do capitalismo decadente.

Dardot e Laval (2023, p. 24), entretanto, afirmam categoricamente que “a sociedade neoliberal não é reflexo de uma lógica do capital”. Concordamos mais uma vez. Ela não é reflexo, pois é *A lógica irracional* do capital em tempos de decadência societária. A lógica organizativa que permite que o hiato existente entre a riqueza imaterial negociada pelo capital fictício e a riqueza real socialmente produzida possa ser mitigado. E essa mitigação só pode ser dada pela captura de valores reais, visto que o capital portador de juros nada produz (Iamamoto, 2007), que no fundo público, formado pelo trabalho, encontra recurso fundamental ao distensionamento de uma inquebrantável crise de liquidez.

## 2.2 - A crítica ao marxismo que não leu Marx

De fato, não é possível esperar de Marx uma decodificação do neoliberalismo ou subsídios suficientes para a análise do conjunto das relações contemporâneas. A obra de Marx não configura um saber total, e sua epistemologia é subordinada ao modo de ser do objeto que investiga, o que determina seu caráter ontológico. Isto quer dizer que a teoria do conhecimento proposta por Marx não se destina a elaborar uma teoria geral do ser genérico (Netto, 2009) pois o conhecimento decorre precisamente do ser socialmente determinado ao qual nos pomos a estudar, sendo tal objeto também determinante da forma de conhecê-lo.

Esta concepção metodológica hipoteca o conhecimento à perquirição sucessiva da realidade que, para ser apreendida, demanda esforços investigativos permanentes, já que o real é um processo dinâmico contraditório e em constante transformação. Aventar a hipótese de que Marx, Rosa, Lênin ou Trotsky *bastariam* para a leitura das relações contemporâneas seria um erro atroz e a primeira mutilação do método Marxiano. Negá-los, contudo, não acarreta um erro menor.

### 2.2.1 - Em defesa do marxismo

É no próprio desenvolvimento da sociedade burguesa que a História se consolida como o guia imprescindível para a compreensão do movimento da sociabilidade humana ao longo do

tempo; e demonstra que nela somente é permanente a sua incapacidade de manter-se estática. A dialética e a história vertebram a filosofia da práxis, desenvolvida por Marx, no curso da sua obra. É justamente a materialidade em movimento que permitiu a descoberta da lei do valor, regente da sociedade burguesa em todas as suas fases. É esta que sustenta a perspectiva revolucionária que compreendeu a amovibilidade da realidade, na qual “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem” (Marx, 1986, p. 17). Isto resulta de uma concepção

do mundo da natureza, da história e do espírito como um processo, isto é, como um mundo sujeito à constante mudança, transformações e desenvolvimento constante, procurando também destacar a íntima conexão que preside este processo de desenvolvimento e mudança. (Engels, 1979, *apud* Netto, 2010, n.p.)

Desenvolver-se – o que não necessariamente se equipara a uma ideia valorativa de positividade e progresso – é condição da sociabilidade humana, acelerada pelo salto ontológico alçado através do trabalho. O capitalismo, que é contradição em processo, dinamiza essa capacidade como nenhuma outra forma social e no curso do neoliberalismo, não poderia ser diferente. Esta concepção cambiante e contraditória da vida social atravessa a obra Marxiana e é, de fato, surpreendentemente vulgar a acusação de que aos olhos do marxista a história poderia apresentar-se sempre igual, pois nada pode ser menos marxista do que tal afirmação.

A leitura de Marx e do marxismo realizada por Dardot e Laval objetivamente bebe mais do estruturalismo, que também influenciou a crítica de Foucault, referência *hors concours*<sup>12</sup> dos autores. Consiste aí o primeiro erro de Dardot e Laval, que os impede de ir além dos detratores clássicos do marxismo e se não servirá de arrimo aos que seguirão, muito os ajudará. Categoricamente, podemos afirmar que os autores miram em Marx, mas atingem o maniqueísmo desdobrado do que chamou Lefebvre (1979) de dia-mat, ou dialética materialista estalinista.

Em tempo, a lógica do capital não é, para Marx, o motor da história; ao contrário, a lógica do capital torna-se um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, entendidas como um sistema que vai além do desenvolvimento da tecnologia, que abarca a natureza e a humanidade em sua objetividade e subjetividade. Por isso, a crise que atravessamos e que tem a radicalização do neoliberalismo como desdobramento, tampouco poderia ser entendida pelo marxista como uma crise qualquer, como afirmam os franceses.

Importa lembrar que é sobre isso que Rosa Luxemburgo tratava quando bradava “socialismo ou barbárie”. Ela demonstrava não a existência de um caráter teleológico da história

<sup>12</sup> Fora de concurso ou referência incomparável.

em Marx, ou do que nossos autores chamariam de determinismo da “ruína final”. Não se trata em nenhuma hipótese – o que inclusive traria muito conforto e descanso aos lutadores – de tratar o socialismo como um dado inescapável, que um dia chegará. Trata-se apenas de historicizar o capital que, como qualquer produto da humanidade, não pode ser eterno e que, se não for socialmente superado, ainda assim ruirá na barbárie que caracteriza a sua força civilizatória.

Estamos, pois, de acordo com Barreto (2022, n.p.) e dizemos apenas o seguinte: “Se ao correr o monstro pega e ao ficar o monstro come, mate o monstro”. Se seremos capazes de matar o insaciável monstro da burguesia, que quanto mais come, mais tem fome, já é outro assunto. Enquanto isso, a síntese de Rosa se demonstra fiel à realidade, pois, dia após dia se avizinha de nós não o socialismo, mas revela-se a barbárie como a única face que se mantém viva de uma sociedade que, ao permanecer, apodrece sobre suas próprias bases.

O fato é que, verdadeiramente, o motor da história seria, para Marx, a contradição. Mais especificamente, a das classes em luta. E o que Dardot e Laval – que nem sequer consideram as classes – não parecem compreender, é que o capitalismo e sua estratégia neoliberalizante se modificam justamente para que esta sociedade permaneça. E é essa transformação que oculta aos desatentos o caráter conservador por ela portado. Conservadorismo este que ergueu uma sociedade capaz de criar as condições de superação do sofrimento coletivo, mas que não o faz, pois tal superação contradita a sua própria existência.

Lamentavelmente, quando tentam ser irônicos, nossos autores acertam na realidade: a burguesia, e não apenas para o marxismo, é mesmo um sujeito coletivo que perdura no tempo – *ainda*, acrescentamos por conta própria. Isso não quer dizer que ela seja um sujeito eterno, assim como tampouco foram os Tzares na Rússia; fato que não os impediu de perdurar muito mais no tempo do que a própria burguesia aparentemente perdurará enquanto classe dominante, haja vista a degradação do planeta legada à nossa e às gerações porvindouras. Por isso, inclusive, é que o marxismo permanece atual, como foi bem observado pelos autores já na introdução de *A nova Razão do Mundo*. Permanece atual e mais atual do que nunca, pois, gostem ou não Dardot e Laval, o neoliberalismo, e as suas tragédias, seguem sendo explicadas pela Lei do valor.

Os franceses afirmam que os marxistas fazem da “economia a única dimensão do neoliberalismo” (Dardot; Laval, 2023, p. 24). Ora, a crítica liberal da existência de um fatorialismo economicista na concepção de Marx não é nova e abstém-se do rico debate acerca do processo de formação da consciência que será determinada pelas relações travadas na

materialidade da vida pelos seres sociais, os quais antes de satisfazer as necessidades da fantasia, precisam satisfazer as necessidades do estômago, como bem demonstrou Marx (2014).

Tivessem Dardot e Laval se debruçado seriamente sobre a obra de Marx, poderiam capturar não apenas as implicações que a materialidade da vida traz à construção da subjetividade quando se estão em jogo questões substanciais, como a ameaça à garantia da reprodução biológica do ser. Seria ainda possível compreender que “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante.” (Marx; Engels, 2007, p.47). Isso quer dizer que se a consciência do entregador de aplicativo, que vê no espelho um empreendedor competitivo, não faz dele nada mais que um reproduzidor de ideias que não são suas e que tampouco correspondem à realidade de uma superexploração aparentemente autogerida.

Tampouco “a estranha faculdade do neoliberalismo de se estender por toda parte apesar de suas crises e das revoltas que suscita em todo o mundo” (Dardot; Laval, 2023, p. 21), lhes pareceria assim tão estranha, se tivessem novamente examinado com atenção a obra Marxiana. Foi esta que revelou o caráter eminentemente expansionista do capitalismo, que permitiu sua constituição como uma universalidade. Este modo de ser não involuiu; ao contrário. O neoliberalismo justamente é resultado e dinamizador do processo de mundialização do capital, como afirma Chesnais (1996), que associa o caráter expansionista do capitalismo sob a direção do capital portador de juros a uma dada política e a uma dada ideologia.

É ainda o neoliberalismo a forma mais capaz de fazer do Estado um capitalista total ideal (Mandel, 1982), que a qualquer custo precisa criar contratendências de crescimento econômico, habilitado a criar as condições adequadas para a reprodução de um novo modo de ser, necessário a sua manutenção. E tudo isso só se torna possível graças à faculdade portada pela sociedade burguesa de se estender por toda parte, apesar de suas crises e das revoltas que, desde a Primavera dos Povos de 1848, passou a suscitar pelo mundo.

### **Considerações finais**

Dardot e Laval querem nos dizer que suas pesquisas revelam a verdadeira face neoliberal, e seus artificios de poder, que resultam na sujeição dos indivíduos. Essa sujeição não seria uma relação puramente vertical, pois a gerência do Estado teria se espreado socialmente, norteando o comportamento individual, controlando suas almas e corpos e impondo a cada um o controle de si mesmo. Os indivíduos/empresas que competem entre si, no entanto, resultam de uma “multiplicidade de processos heterogêneos” (Dardot; Laval, 2023,

p. 34) que engendram a tal nova racionalidade do mundo, que os autores expõem como um processo livre de teleologia. Não indicam a quem tais processos beneficiam ou ferem, justamente porque, segundo eles, não há o que chamam de “orquestramento”. O processo social trata-se, assim, da simples obra do caos, capaz de proporcionar um engajamento múltiplo, aleatório e independente de um ultrapassado interesse de classe. O desenvolvimento social não porta mais sentido e finda-se em si mesmo, admitindo fundamentos incognoscíveis.

Dardot e Laval, em seu neoidealismo pós-estruturalista, são capazes de perceber e descrever características concretas da sociabilidade neoliberal e alcançam consequências genuínas deste processo. Fortalecem-se ainda na dificuldade enfrentada pelos marxistas, que, sob as influências da Terceira Internacional, pouco desenvolveram estudos substanciais sobre o movimento da subjetividade no curso do processo histórico contemporâneo. No entanto, seu ultra-subjetivismo não atinge o núcleo duro que responde pelas inegáveis transformações operadas no ser social, restritos que estão à epiderme do problema sobre a qual flutuam.

Os franceses não percebem, principalmente, que a crise do neoliberalismo nada mais é que a incapacidade por ele portada para cumprir a tarefa de recompor as taxas de lucro, ainda que a política dos mais distintos governos, dos mais distintos países portem como *finalidade primeira* a garantia da transferência do maior *quantum* possível de valor real para encarnar os capitais fictícios. E, nesta direção, seja para garantir a apropriação do fundo público, o financiamento da guerra, ou a espoliação do que ainda resistiu a ser expropriado, a irracionalidade neoliberal é a lógica que expressa o capitalismo decadente, que só pela mediação da violência e do cerceamento irrestrito do ser pode manter-se de pé.

Se o neoliberalismo lhes parece a nova razão do mundo no qual o exercício do poder, não tem razão de ser, conforme sintetizam Dardot e Laval, tal construção se confunde com os elementos do irracionalismo por trás de seus autores. Estes, importa salientar, tal qual o Estado neoliberal, constituem sua obra em perfeita compatibilidade com o capitalismo tardio, na medida em que não o enfrenta. Há, portanto, um conteúdo conservador nos autores, ainda que este se apresente numa forma transgressora, pois seus argumentos obliteram os fundamentos do neoliberalismo e não podem dar conta de nada além do que está imediatamente posto.

Dardot e Laval descredita o marxismo, pois não os interessa romper as margens da sociedade burguesa. Daí surge o fatalismo que os impede de identificar a construção de “uma nova razão no mundo”, comprometida com a emancipação humano-genérica. Afinal, é o neoliberalismo que lhes importuna e nada mais. Tais aliados da crítica precisam ser, portanto, questionados. E para isso, invocamos novamente a poesia dos anos 1980: “Quem é o inimigo, quem é você?” (Russo, 1984). Ou, ainda, de que serve a crítica que não ajuda na construção das

duras lutas que precisam ser travadas para derrotar não apenas a forma contemporânea que o capital utiliza para seguir, mas a totalidade de uma sociabilidade para a qual o lucro vale mais que a chance de seguirmos vivos?

### Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. (Org.) Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BARRETO, E.S. *Se ao correr o monstro pega e ao ficar o monstro come, mate o monstro*, 2022. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/se-ao-correr-o-monstro-pega-e-ao-ficar-o-monstro-come-mate-o-monstro/> Acesso em: 20 de ago. 2023.
- BEHRING, E. R. *Fundo Público, Valor e Política Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- BEHRING, E. R. *Brasil em Contrarreforma – Desestruturação do Estado e Perda de Direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, E. R. *Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da democratização*, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081/14590>. Acesso em: 20 de ago. de 2023.
- BOITO, A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. In: *Crítica Marxista* nº 50. São Paulo: IFCH-Unicamp, 2020.
- CHENAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Ed. Xamã, 1996.
- COUTINHO, C.N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editora, 2023.
- DEMIER, F. A. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- FRIDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. Coimbra: Actual editora, 2023.
- FONTES, V. *O Brasil e o Capital Imperialismo – Teoria e história*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ-EPSJV e UFRJ, 2010.
- GRANEMANN, S. A. O capitalismo “puro”, Estado e fundo público. In: *Teoria Social, Formação Social e Serviço Social*. Pesquisas marxistas em debate. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2018.
- HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. 7ª. Edição. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.
- IAMAMOTO, M. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetice – Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LEFEBVRE, H. *Lógica Formal, lógica dialética*. 2º edição. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1979.
- LENIN, W.I. *O Imperialismo. Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classes. Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1998.
- IASI, M. L. Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideias. In: *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2017. p. 85-112.
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: *Dialética da Dependência e outros escritos*. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 167-216.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2014.

- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro II*. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MARX, K. *O Capital. Crítica da economia política. Livro III*. Edição de Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. *A Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5a edição, 1986.
- MARX, K. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Lafonte, 2018.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo: Ed. Boitempo/UNICAMP, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *A crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NETTO, J.P. Introdução ao Método na Teoria Social. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.
- NETTO, J.P. Posfácio. In: COUTINHO, C.N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- NETTO, J.P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- NETTO, J.P. Lukács, G. — Tempo e modo. In: *Georgy Lukács*. São Paulo: Editora Ática, 1981. p. 25-56.
- RODRIGUES, M.P. *Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro Escola de Serviço Social, 2006.
- RUSSO, R. Soldados In: *Legião Urbana*. Rio de Janeiro: EMI, 1984. Faixa 9.
- TROTSKY, L. *A História da revolução russa. Volume I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VIANNA, H. 300 Picaretas. In: *Paralamas do Sucesso*. Vamo batê lata. Rio de Janeiro: EMI, 1995. CD 2. Faixa 17.

# A “questão da terra” no Brasil: heranças e permanências na cidade, no campo e na floresta

The “land question” in Brazil: legacies and permanence in the city, countryside and forest

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz<sup>\*</sup>

Caroline Magalhães Lima<sup>\*\*</sup>

Raphael Martins de Martins<sup>\*\*\*</sup>

**Resumo:** A análise do processo de constituição da propriedade da terra, na formação social brasileira, encontra na escravidão e no latifúndio, com sua produção voltada aos interesses de além-mar, categorias incontornáveis para a compreensão de determinações históricas. A partir de categorias marxianas e de intérpretes marxistas, realizamos apontamentos sobre a “questão da terra”, explicitando heranças e permanências que marcam sua disputa na cidade, no campo e na floresta, no Brasil dos dias atuais. Essa chave analítica é fundamental para o trabalho de assistentes sociais, na apreensão dos sentidos da dinâmica da produção e reprodução das relações sociais capitalistas e identificação das mediações necessárias ao enfrentamento das expressões da “questão social”, que assume novas complexificações em tempos de reconfiguração do capitalismo mundializado.

**Palavras-chaves:** Formação sócio-histórica brasileira; “Questão social”; Serviço Social.

**Abstract:** The analysis of the process of constitution of land ownership, in the Brazilian social formation, finds in slavery and large landed property, with their production focused on overseas interests, unavoidable categories for understanding historical determinations. Using Marxian categories and Marxist interpreters, we make notes on the issue of land, explaining inheritances and permanence that mark its dispute in the city, in the countryside and in the forest, in Brazil today. This analytical key is fundamental for the work of social workers, in understanding the meanings of the dynamics of production and reproduction of capitalist social relations and identifying the necessary mediations to face the manifestations of the social issues that takes on new complexities in times of reconfiguration of globalized capitalism.

**Keywords:** Brazilian socio-historical formation; Social issues; Social Work.

<sup>\*</sup> Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Professora Adjunta da Universidade Federal de São Paulo. Coordenação Ampliada do GTPQAUASS – ABEPSS. Constrói o Fórum Nacional de Trabalho Social na Habitação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3715-1438>

<sup>\*\*</sup> Doutora em Serviço Social (UERJ). Professora colaboradora do Mestrado Acadêmico em Serviço Social (MASS/UECE). Bolsista de pós-doutorado em Serviço Social pela CAPES. Coordenação do GTPQAUASS – ABEPSS (2022-2023). Militante da Frente de Luta Por Moradia Digna (FLMD – Ceará). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7492-1983>

<sup>\*\*\*</sup> Doutorando em Serviço Social pela UFRJ. Bolsista CAPES. Coordenação Ampliada do GTPQAUASS – ABEPSS. Militante da Frente de Luta Por Moradia Digna (FLMD – Ceará). Constrói o Fórum Nacional de Trabalho Social na Habitação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8687-8196>

## Introdução

Esse artigo resulta de um esforço de reflexão coletiva a partir de estudos sobre o que chamamos de a “questão da terra”. Tomamos como objetivo *explicitar heranças e permanências que marcam a disputa pela terra na cidade, no campo e na floresta, no Brasil dos dias atuais, com vistas a iluminar as dificuldades e contradições que atravessam o trabalho de assistentes sociais em tempos de financeirização da dinâmica capitalista*. Para isso, lançamos mão de pesquisa bibliográfica a fim de recuperarmos a discussão do processo de formação sócio-histórica a partir das categorias de análise do método de Marx, buscando identificar as heranças, determinantes e desafios para a superação da “questão da terra” no Brasil.

Entendemos por “questão da terra” os elementos da “questão social”<sup>1</sup> que transpassam as esferas do urbano, do agrário e do ambiental, cuja linha que os tece e ponto comum é a *terra*. Os conflitos pela terra no campo, as contradições e disputas políticas sobre o Marco Temporal, o desmatamento e a auto-organização da resistência dos povos de floresta, a segregação socioespacial e a luta por moradia digna no ambiente urbano, dentre tantos exemplos, revelam que a produção do espaço, seja ele no campo, na cidade ou mesmo a preservação de nossos biomas naturais (florestas e matas, caatinga, cerrado) e a luta de classes se encontram em plena dinamicidade, no contexto em que o capital busca expandir seus lucros, sua concentração e centralização, o que demandará necessariamente a expropriação e apropriação de recursos da terra, do ar, das águas, do subsolo.

## A “questão da terra” no processo de formação sócio-histórica brasileira

O ser humano se faz ao produzir – coisas, espaço e a si. A produção da vida material, sob o capitalismo, é condicionada à reprodução do capital. A terra torna-se arena da luta de classes, objeto de disputa pela sobrevivência da natureza, da humanidade, e do próprio capital, essa relação social que humaniza coisas e desumaniza pessoas. Em sua forma original, a terra é elemento natural, mas a partir do trabalho, se torna objeto de trabalho, matéria-prima, meio de produção universal, fonte de recursos necessários para suprir necessidades sociais, propriedade privada. Assim, de partida, o problema da terra no Brasil também deve ser compreendido no campo da análise das relações sociais de produção que regem o seu uso, pois o acesso à terra não pode, no capitalismo, ser concebido como mero acesso a uma coisa, mas como uma relação social.

---

<sup>1</sup> Utilizamos as aspas, tendo como referência a explicação de Santos (2012), na sua afirmação da existência real não da “questão social”, mas das suas múltiplas expressões, determinadas pelas desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista.

O fato de milhares de pessoas serem obrigadas a morar em grandes cidades, sem que se extinga o monopólio da propriedade privada da terra, com a permanência do grande latifúndio no campo e na cidade, do avanço destrutivo sobre florestas e matas, permite que os proprietários de terra, que a compraram ou a usurparam, obtenham vultosos lucros, em forma de renda fundiária, simplesmente exigindo dos trabalhadores do campo, da cidade e dos povos tradicionais “um tributo em troca do direito de habitar a Terra” (Marx, 2017, p. 834). Marx (2015, p. 119) enfatizava que o capitalismo pressupõe a separação entre força de trabalho e meios de produção:

Quaisquer que sejam as formas sociais de produção, os trabalhadores e os meios de produção permanecem sempre como seus fatores constitutivos. Mas, enquanto se encontram separados uns dos outros, são fatores de produção apenas em potencial. Para que se produza efetivamente, precisam ser combinados. O modo particular dessa combinação distingue as diferentes épocas econômicas da estrutura social. No caso presente, a separação entre o trabalhador livre e seus meios de produção constitui o ponto de partida dado, e vimos como e sob quais condições ambos são unificados na mão do capitalista – a saber, como modos produtivos de existência de seu capital.

Este ato inicial é também contínuo e pressuposto permanente para que haja a compra e venda da força de trabalho: “Vimos anteriormente que a produção capitalista, uma vez estabelecida, não apenas reproduz essa separação no transcurso de seu desenvolvimento, como a amplia cada vez mais, até transformá-la na situação social imperante” (Marx, 2015, p. 115). Assim, a “empresa de produção de mercadorias” no capitalismo é, ao mesmo tempo, “empresa de exploração da força de trabalho” (Marx, 2015, p. 119).

É somente no capitalismo que a produção de mercadorias aparece como “predominante” (Marx, 2015, p. 115), mais especificamente que “toda produção de mercadorias se transforme em produção capitalista de mercadorias” (Marx, 2015, p. 118).

O capitalismo pressupõe a venda da força de trabalho para que exista a produção de valor. Este é trabalho cristalizado, mas sob determinadas condições, ou seja, relações sociais de produção: “Marx investigou assim, o trabalho em sua qualidade criadora de valor e esclareceu pela primeira vez qual trabalho cria valor, por que e como ele o cria, descobrindo que o valor não é senão trabalho cristalizado *desse* tipo” (Engels, 2015, p. 96). A generalização da venda da força de trabalho exige a generalização concomitante da transformação do acesso aos meios de consumo por meio do mercado, ou seja, como mercadorias:

[...] para que a massa dos produtores diretos, os trabalhadores assalariados, possa realizar a operação T-D-M, é preciso que ela encontre constantemente os meios de subsistência em forma comprável, isto é, em forma de mercadorias. Essa situação requer um alto grau de circulação dos produtos como mercadorias e, portanto, do desenvolvimento da produção mercantil. Tão logo a produção por meio do trabalho assalariado esteja generalizada, a produção de mercadorias deve se tornar a forma geral da produção. (Marx, 2015, p. 117-8).

Para Marx, o divórcio entre *condições de trabalho e produtores* é fundamental para que o capital exista enquanto relação social. Segundo Marx (2017), a expropriação dos produtores de suas condições de trabalho é condição permanente da existência do próprio capital:

Esse divórcio entre as condições de trabalho, de um lado, e os produtores, de outro, é o que forma o conceito de capital; um divórcio que tem início com a acumulação primitiva [...], aparece em seguida como processo constante na acumulação e na concentração do capital e, por fim, se expressa aqui na centralização de capitais já existentes em poucas mãos e na descapitalização de muitos (fenômeno no qual se converte agora a expropriação). (p. 286).

A “questão da terra” no Brasil não deve ser investigada isoladamente – analisando apenas dados estatísticos ou o ordenamento jurídico, por exemplo -, exige-se localizar o objeto em relação ao processo de produção do capital em seus diversos momentos. Faz-se necessário também compreender a contradição capital/trabalho em relação ao espaço, mais precisamente a produção do espaço. Faz-se necessário apreender o movimento da forma e do conteúdo da produção do espaço (Martins, 2014) em nosso processo de formação sócio-histórico.

Diversas são as interpretações sobre o processo de formação sócio-histórico brasileiro. Dados os limites desse texto, não poderemos nos aprofundar nesse debate, mas destacamos que entender nossa formação social envolve também apreender o processo de desenvolvimento das forças produtivas, suas determinações, contradições, antagonismos e movimentos.

Partimos da exposição de que nossa formação colonial repercute atualmente em nossas relações econômica, política e social – que não podem ser dissociadas – interna e externamente, nas quais o Brasil se encontra em uma posição de dependência e subordinação ao capital imperialista. A formação do espaço social brasileiro participou do processo de acumulação primitiva com o uso da força de trabalho indígena, escrava africana e dos poucos colonos livres. A colonização serviu ao processo de acumulação primitiva. Segundo Marx (2018, p. 821):

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva.

Conforme Santos (2012), a constituição do capitalismo na formação social brasileira tem seu marco na invasão portuguesa. Se, anteriormente, a forma de propriedade da terra era comunal, organizada pelos povos originários, com a invasão a propriedade da terra assume a forma estatal (Tratado de Tordesilhas). O processo de colonização, a terra foi apropriada sob a forma de Sesmarias ou de mera posse a donatários, homens nobres portugueses, que deveriam

vir ao Brasil “ser dirigentes, empresários comerciais, mas não trabalhadores” (Santos, 2012, p. 56).

Com a fundação da *plantation* como modelo produtivo colonizador, cujas características eram a produção monocultora, a utilização de grandes extensões de terra (agricultura predatória, com rápido esgotamento do solo, desmatamento) e a escravização, o Brasil, processualmente, torna-se um fornecedor de artigos de exportação, enquanto colônia.

A imposição do trabalho escravo resultou em um processo que deixa marcas de sua herança no tempo presente. O racismo permanece como instrumento enraizado no cotidiano, compõe a estrutura das relações sociais, expressando-se em formas diversas de relações de propriedade da terra. Segundo Silvio Almeida (2019, p.22), o racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”. Vale destacar que o autor não entende o racismo como mero resquício do passado, mas como estruturante de nossa formação social e de nossa contemporaneidade (Almeida, 2019, p. 112).

Do total de trabalhadores negros capturados do continente africano, quase 90% foram traficados no século XVIII, período que “coincide, não por acaso, com a dinamização do sistema capitalista pela transição tecnológica para novos processos de manufatura e a sua consolidação ideológica através do projeto iluminista de transformação social.” (Procópio, 2021, p. 44). O racismo faz parte do projeto modernizador, que visava a consolidação do capitalismo, a partir do processo de acumulação primitiva de capital com a expropriação tanto das matérias primas (sendo a principal, a terra), quanto com a captura da renda da terra produzida pelo trabalho escravo.

Aqueles e aquelas que iriam trabalhar não teriam acesso à terra. O tráfico exigia um grande dispêndio de recursos para a importação de força de trabalho escrava, e as edificações para a cultura do açúcar eram custosas e complexas, necessitando da máxima economia (Lima, 2023; Moura, 1959). Era preciso desenvolver o modelo produtivo da *plantation* defendendo as terras dos povos de outros países (franceses, holandeses etc.) e dos povos indígenas que resistiam. Daí, observa-se uma primeira contradição da lógica própria à acumulação primitiva: o trabalho escravo foi utilizado, no período mesmo em que, na Europa, se realizava a transição do trabalho servil para o livre para assegurar os latifúndios na Colônia, assim seria possível garantir o nível de acumulação que financiaria o capitalismo na Europa.

Em 1850, após fortes pressões externas, o Brasil cessa o tráfico de escravos de África. Nesse contexto, surge a Lei das Terras de 1850. Os latifúndios e minifúndios, até tal legislação,

tinham como forma de propriedade a posse direta, reconhecida a partir da existência de uma cultura efetiva e de morada habitual. A Lei das Terras no contexto de desenvolvimento das forças produtivas, em que o mercado de terras se fazia necessário não apenas à obtenção de renda fundiária, mas também pela necessidade de criação de um “mercado de trabalho” para a nascente indústria (Oliveira, 1980), impediu que a população negra tivesse acesso a ela, assim como a futura força de trabalho imigrante europeia.

A população brasileira em 1850 era de cerca de 7,2 milhões de pessoas, dos quais 30% estavam escravizadas (Lima, 2023). Nesse período, a Inglaterra já possuía um “mercado de trabalho” em pleno desenvolvimento, e se posicionava politicamente contra o modelo escravista nos países em que possuía esse interesse<sup>2</sup>. O modelo colonial de produção, baseado no escravismo, ainda possuía entraves ao processo de industrialização-urbanização brasileiro.

O trabalho livre era exigência para o desenvolvimento do capitalismo, levando o Estado brasileiro a abolir a escravidão. O mercado da carne humana escravizada é substituído pelo mercado de terras. A terra entra processualmente no circuito da forma mercadoria, ocorrendo a transferência de capital imobilizado do escravo para a terra. O Estado passa, com a Lei das Terras, a realizar sua venda com registro cartorial, e o recurso obtido é utilizado para financiar o processo de imigração europeia, sob a lógica do eugenismo, para o trabalho livre nos latifúndios agroexportadores e na nascente indústria.

É preciso afirmarmos o óbvio: nossa classe trabalhadora livre surge de uma combinação processual, não sendo possível estabelecer como marco histórico a vinda de imigrantes europeus, tendo em vista que os trabalhadores negros (escravizados e livres) possuíam formas de organização políticas próprias (na luta pela abolição, participando de confederações, conjurações, rebeliões, greves etc.) e foram os primeiros a trabalhar nas nascentes indústrias aqui instaladas, fato que por muitos anos foi ocultado pelo racismo acadêmico e historiográfico.

A formação da classe trabalhadora brasileira é marcada, portanto, pelo elemento racial e pela imigração no contexto de crise capitalista que atingiu fulcralmente o continente europeu. Sabemos que as crises são intrínsecas ao modo de produção capitalista, à sua dinâmica de acumulação e reprodução (Marx, 2017, p. 282). Essa dinâmica exige a expansão contínua, sua reprodução ampliada, levando à necessidade de criação de novos mercados, produtos, necessidades, tecnologias, espaços. A produção industrial é acompanhada pelo par dialético *produção do espaço urbano*.

---

<sup>2</sup> Combatia o tráfico e a escravidão em países como Brasil, mas defendia a escravidão nos Estados Unidos da América, principal exportador de matéria prima para a indústria têxtil inglesa. Sobre isso, ver Moura (1959).

O processo de industrialização e urbanização brasileiros se delineia a partir das necessidades de acumulação especificamente capitalistas. O modo como se deu a urbanização do Brasil foi funcional ao processo de acumulação de capital (Martins, 2014). Foi a coexistência de práticas e relações “arcaicas” e “modernas” que permitiu a acumulação de capital necessária ao processo de industrialização. Acumulação essa que só podia se dar se houvesse a transição “de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo” (Oliveira, 2003, p. 60). Antes de uma dualidade entre o “arcaico” e o “moderno”, trata-se de uma relação dialética necessária ao processo de acumulação (Oliveira, 2003, p. 60).

Fazendo um paralelo com relações de custo, o arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos insere como chave explicativa da força do fenômeno de periferização das cidades a relação que se estabelece entre custo zero e custo infinito. O autor busca com isso chamar atenção para o jogo de custos que se estabelece entre os extremos que vão do zero ao infinito. Ao ser lançado, um loteamento periférico apresenta enorme vantagem imediata aos seus futuros moradores, pois inicia com um custo econômico próximo de zero. É justamente esse baixo custo econômico que permite o estabelecimento desse estrato da classe trabalhadora. É também precisamente por isso “que eles se submetem a ir morar longe, em lugares desprovidos de qualquer facilidade urbanística”. As péssimas “condições de consumo coletivo” constituem-se no preço a ser pago para que tenham acesso a “tranquilidade e segurança da propriedade”. Dessa forma, o loteamento periférico surge como tendo um custo econômico próximo de zero e um custo social mais próximo do infinito, “quanto maior seja o vazio e o nada onde se implanta o loteamento” (Ferreira dos Santos, 1981, p. 39). Assim, o processo de urbanização do Brasil teve no loteamento irregular e na favela pilares fundamentais.

Não se pode compreender o processo de favelização das cidades brasileiras sem relacioná-lo com o papel desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho. A favela foi funcional ao processo de industrialização do Brasil, pois permitiu a concentração de grandes massas trabalhadoras na cidade sem que isso comprometesse a acumulação e reprodução do capital. É nesse sentido também que se deve compreender a ação do Estado que colocou na ilegalidade/informalidade vasta parcela da classe trabalhadora.

Sem relacionar o processo de desenvolvimento da chamada “cidade ilegal/informal” com o tipo de desenvolvimento econômico brasileiro não é possível compreender a função das medidas legislativas que deixaram como única alternativa a favelização das cidades. Se o processo de formação dos cortiços está diretamente ligado ao processo de luta que levou ao fim

da escravidão no Brasil (Chalhoub, 2006; Benchimol, 1990), o processo de favelização está diretamente ligado ao processo de desenvolvimento brasileiro que teve como carro chefe a indústria e a cidade (desfecho que somente foi possível com a concentração de grande massa trabalhadora<sup>3</sup>). O que se percebe é o esforço do Estado brasileiro no sentido de garantir a acumulação e a reprodução do capital. O Estado foi promotor de uma peculiar industrialização e urbanização do Brasil. Francisco de Oliveira (2003) interpretou muito bem esse duplo esforço que permitiu a modernização do Brasil.

### **Industrialização e urbanização: desigualdades na conformação do espaço**

Os serviços necessários à industrialização são garantidos pela oferta abundante de mão de obra barata. Essa migração que ocorre do campo à cidade apresenta-se como distinta da descrita por Marx como constituinte do processo de acumulação primitiva ocorrido na Inglaterra. Mais do que um processo de “expropriação de propriedade”, há um processo de expropriação de excedente devido à posse transitória da terra:

[...] o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias chamadas de ‘subsistência’; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de ‘trabalho morto’, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os (Oliveira, 2003, p. 43).

Esse mecanismo de expropriação permitiu que o campo fornecesse gêneros alimentícios (arroz, feijão, milho) aos grandes mercados urbanos a baixo preço, reforçando o processo de acumulação nas cidades. O desenvolvimento desigual do campo, com a “manutenção, ampliação e combinação do padrão ‘primitivo’ com novas relações de produção no setor agropecuário” (Oliveira, 2003, p. 43), resulta, portanto, em dois fenômenos fundamentais ao processo de urbanização e industrialização do Brasil, que rebaixam o preço da força de trabalho: primeiro, fornece imensos contingentes populacionais para a formação do “exército de reserva” das cidades; segundo, abastece as cidades com gêneros alimentícios “cujo preço é determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural” (Oliveira, 2003, p. 43).

O preço da força de trabalho era basicamente determinado por dois elementos: custo de alimentação e custos de bens e serviços genuinamente urbanos. Exatamente neste ponto se manifesta a importância do “exército de reserva”, pois sua grandeza permitia a existência de “uma estranha forma de ‘economia de subsistência’ urbana” (Oliveira, 2003, p. 46). Tudo isso

<sup>3</sup> Sem esquecer o papel exercido por essa imensa massa na oferta de serviços baratos nas cidades (Oliveira, 2003).

força o preço da força de trabalho urbana para baixo e, conseqüentemente, os salários reais. O mesmo pode ser visto com os trabalhadores do campo, que trabalham parte de seu tempo para grandes latifundiários, e na hora vaga, que deveria ser dedicada à recuperação das energias vitais, se transfere ao trabalho na terra, à prestação de serviços, à produção do espaço no campo.

O espaço da classe trabalhadora nas cidades acaba reproduzindo a segregação socioespacial, a precariedade dos transportes e seu alto preço. Sem mobilidade, os moradores encontram-se frequentemente exilados em seus bairros precários. Além disso, a matriz de mobilidade urbana estabelecida (o automóvel), além dos congestionamentos, acarreta a poluição do ar: é responsável por 40 % das 2.400.000 toneladas de poluentes lançadas à atmosfera por ano na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo (Maricato, 2011).

O Instituto de Análise Integrada do Risco Ambiental da Faculdade de Medicina da USP afirma que os picos de poluição do ar na cidade de São Paulo são acompanhados por picos de morte por doenças cardíacas, e provocando doenças respiratórias (Maricato, 2011, p. 79). Além disso, o uso do automóvel afeta também o campo e as florestas: a produção de álcool e biocombustível, apesar de menos poluentes, agravam o desmatamento, geram grandes “desertos” de soja e cana de açúcar, uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, poluindo solo, ar e água, afetando a saúde de trabalhadores e comunidades do entorno. Soma-se a isso o processo de esvaziamento do campo pela substituição da força de trabalho humana por maquinário, ou mesmo o uso do trabalho análogo ao escravo. Já o combustível fóssil destrói a camada de ozônio repercutindo gravemente na saúde humana e nas mudanças climáticas em todo o planeta, refletindo sobre a elevação da temperatura, as chuvas e secas que afetam os ambientes urbanos, do campo e da floresta.

Maricato (2011) aponta o motivo da permanência da precariedade dos transportes públicos e do incentivo massivo nos transportes particulares: a relação entre a matriz rodoviária e o PIB – “o produto das indústrias automobilísticas equivaleu a 13% do PIB em 1999 e 19,8% do PIB dez anos depois, em 2009” (Maricato, 2011, p. 79). Com esse exemplo, buscamos apontar como a produção e a reprodução do capital têm a terra como mediação fulcral também nas cidades.

Com o acesso ao transporte público reduzido, os trabalhadores segregados acabam por viver de forma isolada da centralidade planejada do urbano. No intuito de atender às demandas das “populações de baixo poder aquisitivo” nucleadas nos subúrbios das cidades, criou-se uma vasta gama de serviços: mercearias, bazares, lojas, oficinas de reparos etc., criando um comércio local (Oliveira, 2003, p. 68-9).

O estudo do processo de formação das favelas, subúrbios e loteamentos periféricos

aponta que esses foram funcionais ao processo de industrialização e urbanização do Brasil, revelando um processo de espoliação, que, desde o fim da escravidão, adotou como pressuposto a segregação socioespacial. Negou à massa trabalhadora o acesso ao urbano propriamente, à centralidade, em suma, o direito à cidade. Contudo, essa foi a forma que não somente permitiu à indústria (em desenvolvimento) pagar baixíssimos salários (visto que o preço da moradia não compunha o valor da força de trabalho), mas também foi a forma encontrada para que as cidades brasileiras se constituíssem em grandes aglomerações urbanas (Martins, 2014), a partir da superexploração da força de trabalho, que se vendia às indústrias, comércios e serviços, mas usava seu tempo de descanso para produzir suas moradias, suas ruas, seus bairros.

É precisamente por compreender a importância, no Brasil, da desigualdade social na formação do espaço urbano que Ermínia Maricato (2011) ressalta a relação legalidade e ilegalidade no uso e ocupação do solo urbano. Como o mercado imobiliário no Brasil é muito restrito, a maior parte do povo pobre acaba por se instalar em áreas que são desprezadas pelo mercado imobiliário (mananciais, morros etc.) e que têm sua ocupação, para fins de moradia, proibida por lei, ou em áreas sem serviço público satisfatório e distantes da centralidade de urbano. Ora, é exatamente essa desigualdade interna entre as diversas localidades de uma mesma cidade que permite a valorização diferenciada dos terrenos e imóveis (Martins, 2014).

### **Desigualdades sociais e a “questão da terra” no Brasil no século XXI.**

Como apontava Marx, o capitalismo, em seu movimento de concentração e centralização, realizará expropriações em nível predatório no sentido de manter sua produção e reprodução em escala crescente. Fosse no momento inicial de seu processo de desenvolvimento a partir da acumulação primitiva, seja em todo o vigor contemporâneo, as expropriações são praticadas contra a natureza, de forma a buscar garantir a produção e reprodução do capital, sendo a terra (ar, solo, águas e subsolo) o principal “objeto” consumido destrutivamente.

A crise atual do capital, com a regência monopólica e financeirizada, expõe a gritante validade da Lei Geral de Acumulação Capitalista (Marx, 2018)<sup>4</sup>: cada vez mais temos visto a contradição entre produtores e proprietários da riqueza. Esses ampliam seu acúmulo nos

---

<sup>4</sup> “Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta da acumulação capitalista.*” (Marx, 2018, p. 719-20).

processos de crise, como a vivenciada recentemente e acirrada com a pandemia global por Covid-19. A desigualdade abismal ampliada no período recente se reflete no que chamamos aqui de “questão da terra”, com impactos no campo, na cidade e na floresta.

No Brasil atual, vemos a herança do modelo produtivo colonial da *plantation* impressa tanto no racismo imerso em nosso cotidiano, quanto no jogo da desigualdade do acesso à terra, em que aproximadamente 70% dos grandes proprietários de terra são brancos (IBGE, 2017). A Lei de Terras, aprovada e implementada em 1850, estabeleceu uma opção evidente pelo latifúndio, cuja repercussão histórica se imprime na divisão das terras cultiváveis ainda hoje:

[...] apenas 0,7% das propriedades têm área superior a 2 mil hectares (20 km<sup>2</sup>), mas elas, somadas, ocupam quase 50% da zona rural brasileira. Por outro lado, 60% das propriedades não chegam a 25 hectares (0,25 km<sup>2</sup>) e, mesmo tão numerosas, só cobrem 5% do território rural. Os dados são do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). (Senado Federal, 2020).

O poder do latifúndio se espalha não apenas com o avanço dos lucros exorbitantes obtidos com a produção e exportação de *commodities*, mas também no âmbito midiático e político. Dos 513 deputados federais brasileiros, 324 compõem a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, junto a 50 dos 81 senadores<sup>5</sup>, cuja maioria é formada por homens brancos, empresários e de partidos conservadores. Esses definem legislações que impactam na dinâmica das relações entre ser humano e a natureza, estimulando o uso de agrotóxicos, subsídios custeados pelo fundo público, o latifúndio e a violência no campo, o desmatamento etc.

O desmatamento no Brasil aumentou em 22,3% sua área desmatada, alcançando a marca de 8.245.284 hectares, sendo mais de 99% desses considerados ilegais (sem a comunicação oficial às autoridades) (Mapbiomas Alerta, 2022). Tal desmatamento ocorre principalmente nos biomas amazônico, do cerrado e da caatinga, em áreas em que se concentram populações tradicionais e indígenas. Essas últimas, têm historicamente lutado pelo reconhecimento e demarcação de suas terras, recentemente sofrendo um ataque direto aos seus direitos, com a aprovação do Marco Temporal (Lei n° 14.701/2023) pelo Legislativo, recorrendo ao Poder Judiciário. O Marco Temporal ataca os direitos dos povos originários e facilita o processo de expropriação das riquezas naturais do país. O direito originário sobre a terra, previsto no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, será posto em xeque com a aprovação da tese do Marco Temporal, que estabelece que as terras indígenas só podem ser demarcadas se comprovadamente tiverem ocupação desde 1988 (Lima, 2023). Tal medida visa a obtenção de mais terras pelos latifundiários e o saque de bens naturais, sendo defendida por organismos da

<sup>5</sup> Dados extraídos de: <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>. Acesso em 25/07/2023.

burguesia agrária, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que conta com recursos de empresas do próprio capital internacional.

Com a aprovação do Marco Temporal pelo Legislativo, diversas entidades e ONGs (como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, o Conselho Indigenista Missionário e WWF Brasil) denunciam o uso de terra indígena para agropecuária, os garimpos ilegais que poluem fozes de rios, a ameaça do desmatamento para comercialização de madeira ilegal, além da ameaça contra a vida das comunidades indígenas e de floresta e do etnocídio dos 89 povos em isolamento voluntário, apartados da violência dos homens brancos. Vimos a crueldade da sana capitalista contra os povos indígenas com o assassinato genocida das 570 crianças e adultos ianomâmis, intoxicados por mercúrio, mortos de fome, sem acesso a direitos básicos e à proteção social do Estado, violentados pelo garimpo irregular e ilegal (protegido pelo governo, que negou 21 pedidos de socorro de comunidades ianomâmis<sup>6</sup>) (Lima, 2023).

Tal Marco Temporal reforça o processo de expropriação destrutiva da natureza e a concentração de terras. Essa concentração produz ainda o vislumbre de uma já presente e futura luta pela água potável, em que bacias hidrográficas têm sido expropriadas em todo o planeta, a partir da compra de terras e das licitações estatais em países dependentes. O acesso à água e ao esgotamento sanitário tem se tornado um negócio lucrativo em nosso país, tendência mundial desde os anos 1980 (Calisto; Alves, 2020). No Brasil, desde a aprovação da Lei nº 9.433/1997, já se prevê a gestão de recursos hídricos por empresas privadas, o que se amplificaria se aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2017, que alteraria a Política Nacional de Recursos Hídricos, e propõe a criação dos mercados de água no país. Se Marx denunciava a lei injusta sobre o furto da madeira ainda no século XIX, é preciso denunciar a venda de nossas bacias hidrográficas no século XXI. Segundo Dalila Calisto e José Josivaldo Alves (2020), coordenadores nacionais do Movimento das/dos Atingidos por Barragens (MAB), a criação de um mercado de água significa permitir que grandes grupos econômicos controlem e se apropriem de forma privada dos rios e das águas subterrâneas do Brasil.

Com o processo de mercantilização da natureza e da produção destrutiva, chegamos em um momento em que vivemos uma crise ambiental que atinge nossa sociabilidade, a ponto de colocar em risco a vida humana e de outros seres naturais no planeta, com o aquecimento global e os consequentes “desastres” socioambientais provocados pela ação humana predatória, em que – como temos visto – a grilagem de terras, a extração ilegal de minérios, a máfia do desmatamento, do tráfico de drogas, dentre outros, ameaçam a cultura e a vida dos povos de

<sup>6</sup> Fonte: <https://www.intercept.com.br/2022/08/17/governo-bolsonaro-ignorou-21-oficios-com-pedidos-de-ajuda-dos-yanomami/>

floresta, do campo e repercutem diretamente nas cidades. Além disso, a produção poluente, o descarte irregular de resíduos e o consumo exacerbado reproduzem uma dinâmica produtiva insustentável, em que a extração da mais-valia é o foco, a qualquer custo, provocando consequências nefastas, com deslizamentos de terras, enchentes, disseminação de doenças, secas e fome, isolamento de comunidades, envenenamento dos solos, águas e ar etc.

A fome é outro reflexo da contradição do capital, própria à sua lógica produtiva destrutiva e que se acentua como contradição no tempo presente, uma vez que nunca tivemos tantos artefatos tecnológicos e produção alimentícia, suficiente e sobrando, para satisfazer as necessidades humanas em nível planetário, mas concentrada e controlada por grandes conglomerados internacionais, como Nestlé, AB Inbev, PepsiCO, Danone, General Mills, Mondelez, Tyson Foods, JBS e Kraft-Heinz (Forbes, 2023), que no último ano lucraram 4,4 trilhões de dólares e movimentaram US\$ 50,8 trilhões. Contraditoriamente, estima-se que no início do século XXI, um terço da população mundial vivia em situação de fome e/ou pouco acesso à água potável (Ziegler, 2013). No caso do Brasil, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 70,3 milhões de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar moderada e 21,1 milhões em situação grave, ou seja, mais de 40% da população brasileira convive com a fome (Brasil, 2023).

Segundo a Oxfam (2022), no período da “crise sanitária” houve uma exacerbação da concentração de renda e das desigualdades sociais em todo o planeta, em que empresas dos setores alimentício, farmacêutico, energético e tecnológico extraíram superlucros às custas do sofrimento de contingentes de trabalhadores, desempregados, adoecidos, enfrentando a fome e alta nos preços, recorrendo ao endividamento e/ou vivenciando a extrema necessidade. A pandemia ainda evidenciou outro processo crítico do capital: a expropriação do fundo público, que, no Brasil, é formado principalmente pela renda oriunda do trabalho, a partir de impostos indiretos, de caráter regressivo (Behring, 2021). Afirmamos, assim, que os processos de expropriação se dão de forma primária e secundária (Fontes, 2018), tanto na captura à força de riquezas, quanto naquelas construídas a partir de mecanismos normativos, ideológicos e bélicos (Lima, 2023), desenvolvidos a fim de garantir a produção anárquica de mercadorias.

Tais expropriações somam-se ao processo de produção e realização do valor produzido pelo trabalho vivo, cada vez mais subsumido, submetido à superexploração, com a certificação do Estado a partir da retirada de direitos, das flexibilizações e precarizações, do estímulo ao individualismo e à concorrência empreendedora, da constante ofensiva ideológica e política de disseminação da cultura do consumo. Amplia-se a obsolescência programada, a descartabilidade, o desperdício, o desencantamento e desesperançar provocados pela sensação

de não realização, pelo não alcance de padrões de consumo disseminados, e pelo fatalismo midiático ante à ameaça de esgotamento dos recursos naturais (Lima, 2023).

Cada elemento exposto compõe uma ou múltiplas expressões da “questão social” na cotidianidade da vida de usuários/as das políticas sociais e públicas com as quais nossa profissão atua – direta ou indiretamente, intersetorialmente. É preciso, pois, que pensemos estratégias para enfrentar os desafios postos pela dinâmica contraditória do real, para a construção de outros horizontes, outras relações, que brotem do chão de nosso cotidiano, sejam no âmbito privado, seja no âmbito profissional.

### **Enfrentando os desafios: para uma agenda do Serviço Social**

Nesses tempos de destrutividade global do capital emergem também novas formas de exploração do trabalho, redefinindo os contornos da precarização das condições de vida da classe trabalhadora, que é estrutural ao capitalismo e que expressa a própria crise de valorização do capital, convergindo com a derruição dos direitos, o desmonte da proteção social e com o agravamento da questão social (Druck, 2023).

E diante desse contexto econômico e político, é exigência entender as determinações estruturais do capital e o lugar contraditório do Estado nesse processo que se constitui sob a lógica neoliberal. Como afirma Harvey (2012, p. 121), “o estado com seu monopólio de violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos (...) vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligados, ainda que não necessariamente convergentes”.

Pensar uma agenda do Serviço Social, de enfrentamento das manifestações da “questão social”, é partir de reflexões sobre o contexto social e político de um país regido pelas relações capitalistas de produção e reprodução social e por novas configurações do trabalho na contemporaneidade que rebatem na profissão e na organização política de assistentes sociais. Em outras palavras, não se pode falar de “questão social no Brasil, sem revelar seus processos históricos e políticos (Nogueira; Batistoni; Nozabielli, 2022, *apud* Yasbek).

Trata-se de um exercício complexo porque exige desvendar as determinações internas e externas que constituem movimentos da realidade social, expressos, como vimos anteriormente, na permanência de desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais, nos movimentos de um capitalismo periférico e dependente que, cada vez mais, concentra renda e propriedade privada, com vistas a sustentar projetos nacionais que sobrevivem na alternância de governos de regimes autoritários e democracias formais.

Uma agenda do Serviço Social, ainda que não pretenda ser exaustiva, deve ser alimentada com propostas teóricas e políticas profissionais insurgentes às relações sociais que emergem de uma sociedade cujos enigmas históricos, colonizadores e escravistas, revelam aspectos da sociabilidade capitalista. Daí a importância de voltar à história, inclusive para identificar coletivamente as implicações desse processo no desenvolvimento econômico e social, em vista do caráter particular assumido pelo capitalismo no Brasil.

É necessário considerar as particularidades brasileiras com seu colonialismo interno, suas relações racializadas e generificadas e seus impactos na forma de ser e estar no mundo de homens e mulheres que sofreram essa colonização e esse racismo. As atividades econômicas para a valorização do capital financeiro mundial têm a manutenção da espoliação e do racismo como uma ação que perpetua e complementa a superexploração da força de trabalho, com salários baixos, aumento da jornada e intensificação do trabalho, garantindo o padrão de consumo das classes com alto poder aquisitivo.

Portanto, o esforço é apreender o Serviço Social no movimento da história, na dinamicidade da vida em sociedade, na tarefa de explicar como a profissão contribui com o processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas (Iamamoto, 2019). E, nesse sentido, é preciso analisar o trabalho profissional nas suas múltiplas determinações, como trabalho humano abstrato e não somente como trabalho concreto que se esgota no valor de uso dos serviços prestados (Iamamoto, 2007).

Dessa forma, a linha histórica analítica apresentada demonstrou dinâmicas próprias em um país cuja diversidade é constitutiva do caráter étnico-racial e cultural de sua população, e cuja estrutura colonial, com a herança da escravização de povos africanos e com o genocídio dos povos originários, é indispensável na apreensão das relações desiguais, resultado de um processo de expropriação dos meios de trabalho e de exploração da riqueza socialmente produzida. Trata-se de um processo que é alimentado por uma burguesia rentista, incapaz de construir um desenvolvimento autônomo, submetida que está às determinações heterônomas com vistas a um crescimento econômico e integração mundial, sob condições específicas da produção e reprodução das relações capitalistas na atualidade.

As políticas neoliberais vêm promovendo a manutenção das desigualdades, cujas explicações morais – corrupções e populismos – reforçam modelos europeus e norte-americanos de análises, ignorando as heranças históricas de um colonialismo que se perpetua, resultado de uma globalização que não cumpriu suas promessas, conforme afirma Ianni (s/d). A integração financeira e comercial imposta pelas regras neoliberais, com exportação de produtos primários e importação de tecnologias e maquinaria, ligada ao fato que o país não

perdeu a centralidade na produção de riquezas naturais, principalmente quando se olha para a Amazônia, aumenta as manifestações racistas e xenofóbicas e uma sistemática violação dos mais elementares direitos humanos. Com restaurações conservadoras ou mesmo com características fascistas, aprofundam as desigualdades no Brasil e entre as regiões e populações do país, sob o mote de diferentes crises econômica, política, social e ambiental.

Em outras palavras, as transformações globais do capitalismo na sua forma neoliberal no Brasil, tem construído sofisticadas formas de oprimir e invisibilizar a pobreza, de criminalizar e exterminar os segmentos sociais denominados minorias como mulheres, negros e negras, população LGBTQI+, a par com uma concentração de renda e riqueza que implica em relações desiguais, injustas, profundamente excludentes e antidemocráticas. São relações sociais que convertem homens, mulheres, adultos, jovens e inclusive crianças, negros, indígenas, asiáticos em mercadorias para o capital, degradando o valor da venda de sua força de trabalho, ou seja, “é o trabalho abstrato levado a extremos, que captura, mobiliza e transforma processos sociais e atividades as mais disparatadas em sobrevalor” (Teles, 2006, 174). Os processos de reconfiguração e reirarquização do capitalismo mundializado impulsionam a mercantilização das relações sociais em detrimento da banalização da vida.

A ideologia dominante dos países centrais tem legitimado a modernidade capitalista e a ideia de que as desigualdades no contexto da globalização são superáveis por serem produto da “incapacidade de vários grupos humanos que não foram tão ‘bons e eficientes’ como os europeus”, conforme crítica de Barros (2021, p., grifos do autor). O capitalismo, com essa explicação, busca esconder as contradições das relações de subordinação estabelecidas com o mercado externo, as exigências impostas nas relações de produção para atender a acumulação do capital, a intensa e crescente exploração dos trabalhadores na periferia do capital (Paiva, Rocha, Carraro, 2010).

No mesmo diapasão, nestes tempos neoliberais a “questão social” passa a ser definida por suas expressões, em análises que não relacionam com a lei geral da acumulação capitalista, com a exploração do trabalho pelo capital e com as lutas dos/as trabalhadores/as contra essa exploração (Castelo, 2010). Concordamos com o autor, quando afirma que são outras as categorias que explicam a questão social: trabalho alienado, exploração, mais valia, pauperismo, acumulação e “pode ser entendida de forma mais precisa como a exploração do trabalho assalariado pelo capital e as lutas dos/as trabalhadores/as contra as relações sociais de produção capitalista e todas as suas formas de exploração, opressão e dominação” (Castelo, 2010, p. 93). Essa afirmativa deve direcionar a atuação profissional.

A partir das contradições que a determinam, a “questão social” marca nossa profissão, inserida na divisão sociotécnica do trabalho como especialização do trabalho coletivo e, “como um dos principais temas no debate profissional, a questão social deve ser entendida como produto social historicamente determinado pelo modo de produção capitalista e pelas lutas modernas do movimento operário” (Castelo, 2010, p. 86).

Como todos esses elementos impactam uma agenda do Serviço Social? O Serviço Social tem uma dupla dimensão: as condições sócio-históricas com seus limites e possibilidades e as respostas que têm caráter técnico profissional e ético-político e traduzem a maneira como os limites e possibilidades são analisados e transformados em intervenções na realidade social. E a intervenção aqui não tem uma associação mecânica com a atenção às demandas.

Assim, em lugar de sucumbirmos nas águas turbulentas de nossa realidade brasileira, com sua burguesia rentista dominante e seus programas neoliberais, sustentando valores individualistas, devemos construir na vida cotidiana, os caminhos para uma sociedade justa e igualitária, comprometida com a liberdade e com os direitos. E isso deve ser feito com análise permanente da realidade, com diálogo com os sujeitos coletivos, sob uma fundamentação teórica e metodológica crítica, conhecimento técnico operativo, condições fundamentais para abordagens éticas e políticas do trabalho social.

### **Considerações Finais**

Em concordância com Cardoso (2011, p. 18), “as antigas e novas formas de expropriação da terra urbana e rural, do ponto de vista da reprodução ampliada do capital, são acionadas e reproduzidas, continuamente, no capitalismo do século XXI” e, nessa direção, é importante a identificação dos traços históricos e sociais que contribuem para o desenho explicativo da manutenção estrutural das desigualdades no Brasil que expressam as tensões e paradoxos e forjam um desenvolvimento desigual e combinado, particularizando a “questão social” e suas determinações no país.

A tendência de mercantilização cada vez mais ampliada e radicalizada do acesso aos recursos naturais se apresenta na vida cotidiana, imprimindo a marca da desigualdade na dinâmica da luta de classes, que enfrenta os desafios da reinvenção de formas de resistência da classe trabalhadora, única cujo projeto societário é capaz de apontar alternativas emancipatórias e de estabelecimento de novas relações com o outro e com a natureza.

Ao Serviço Social, reafirmando seus vínculos históricos e sociais estabelecidos com os movimentos sociais que lutam por liberdade e por direitos, cabe reafirmar uma agenda que defenda um trabalho profissional de assistentes sociais vinculado à prática de alianças com

diferentes segmentos de representação coletiva, fóruns, articulação de trabalhadores/as no sentido de reconhecimento na cena pública e visibilização das lutas sociais de segmentos da classe trabalhadora que resistem aos contextos da sociabilidade capitalista.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARROS, D. R. *Lugar de negro, lugar de branco?* Esboço para uma crítica à metafísica racial. São Paulo: Hedra, 2019.
- BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: B. Carioca, 1990.
- BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social*. 1º ed. São Paulo, SP: Cortez, 2021.
- BRASIL. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO*. Publicado em 12 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao#:~> Acesso em 04 de março de 2024.
- CALISTO, D.; ALVES, J. J. *O avanço da estratégia de privatização da água no Brasil*. Jornal Brasil de Fato, 27 de junho de 2020 às 16:12. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/artigo-o-avanco-da-estrategia-de-privatizacao-da-agua-no-brasil> Acesso em 20 de fevereiro de 2024.
- CARDOSO, I. C. *O espaço urbano e a re-produção das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre: contribuições à teoria social crítica*. Revista Libertas. V. 11 n. 2, 2011.
- CASTELO, R. *A “questão social” nas obras de Marx e Engels*. Revista Praia Vermelha V. 20, no. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- CHALHOUB, S. *Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial* [1996]. – 4ª Reimpressão - São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DRUCK, G. Trabalho, precarização e precariedade: considerações teóricas à luz de um balanço (auto) crítico. In: BARBOSA, R. N. C.; ALMEIDA, N. L. T. *Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida*. Curitiba: CRV, 2023.
- ENGELS, F. Prefácio da primeira edição. In: MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 2. São Paulo, SP: Boitempo, 2015.
- FERREIRA DOS SANTOS, C. N. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FONTES, V. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete. (Org.) *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo, SP: Cortez, 2018.
- FORBES. *Forbes Global 2000: 10 maiores empresas de alimentos faturam US\$ 523 bi*. Por Chloe Sorvino e Vera Ondeí. FORBES, 09 de junho de 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/06/forbes-global-2000-10-maiores-empresas-de-alimentos-faturam-us-523-bilhoes/> Acesso em 19 de fevereiro de 2024.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 6ª. ed. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 2012.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- IANNI, O. *Enigmas do pensamento latino-americano*. Instituto Estudos Avançados. São Paulo: USP, [s/d].

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agro 2017*. Brasília, DF: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html> Acesso em 19 de fevereiro de 2024.
- LIMA, C. M. Cultura da crise e ofensiva ideológica burguesa no Brasil do tempo presente. 2023. 296 f. *Tese*. (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- MAPBIOMAS ALERTA. *Relatório Anual do Desmatamento 2022*. Disponível em: <https://alerta.mapbiomas.org/desmatamento-nos-biomas-do-brasil-cresceu-223-em-2022->. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARTINS, R. M. “Entre o pensar e o viver”: um estudo sobre a cidade como espaço estratégico da luta de classes. 2014. *Dissertação* (Mestrado em Serviço Social). – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 1. 2. ed. 1. reimp. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.
- MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 3. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.
- MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 2. 1. ed. 1. reimp. São Paulo, SP: Boitempo, 2015.
- MOURA, C. *Rebeliões de Senzala*. Coleção questão social no Brasil, n° 6. São Paulo: Ciências Humanas, 1959.
- NOGUEIRA, C. M.; BATISTONI, M. R.; NOZABIELLI, S. R. Questão social, políticas sociais e Serviço Social em tempos de pandemia: entrevista com Maria Carmelita Yasbek in NOZABIELLI, S.R.; VAZQUEZ, D.A.; NOGUEIRA, C.M. (org.) *Questão social em tempos de pandemia*. Assis, SP: Gráfica & Editora Triunfal, 2022.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista [1972]. In: \_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, F. *A Economia da dependência imperfeita*. 3° ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- OXFAM. *Lucrando com a dor*. São Paulo, SP: Oxfam Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/lucrando-com-a-dor/#:~:text=Nosso%20relat%C3%B3rio%20Lucrando%20com%20a,pandemia%2C%20atingiram%20novos%20patamares%20hist%C3%B3ricos>. Acesso em 14 de fevereiro de 2024.
- PAIVA, B. A.; SOUZA, C. L. S.; CARDOSO, M. G. *Renda da Terra e Superexploração da força de trabalho: sentimentos da luta de classes e extração de valor no capitalismo dependente*. Marília, Novos Rumos, v. 58, n. 1, 2021.
- PROCÓPIO DA SILVA, A. P. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América latina. In: UNESP. *Revista Fim do Mundo*. Vol. 2, núm. 4, 2021. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/448/4481964003/index.html>. Acesso em 30 de janeiro de 2024.
- SANTOS, J. S. “*Questão Social*”: particularidades no Brasil. Biblioteca Básica do Serviço Social. Vol. 6. São Paulo: Cortez, 2012.
- SENADO FEDERAL. *Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios*. Brasília: DF: Agência Senado. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

- TELES, Vera da Silva. *Mutações do Trabalho e Experiência Urbana*. Revista de Sociologia. v. 18, no.1, USP, 2006
- ZIEGLER, Jean. *Destruição em massa: geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013.

# (RE)produção social do capital no Brasil: flexibilidade da produção e do acesso a direitos

## Social (re)production of capital in Brazil: flexibility of production and access to rights

Maria Augusta Bezerra da Rocha\*

**Resumo:** A produção social capitalista implica produção no sentido material de mercadorias mas também da reprodução social no sentido de como os seres sociais produzem e reproduzem sua vida material, suas ideias e seu cotidiano. Assim, com as mudanças no processo produtivo do paradigma fordista para toyotismo no cenário de crise estrutural do capital somado com o avanço neoliberal há repercussões na vida da classe trabalhadora. Desse modo, o estudo possui como objetivo analisar como a produção flexível (toyotismo) implica produção flexível e direitos flexíveis, retirados da classe trabalhadora brasileira, analisando o cenário recente pós-golpe de 2016. Realizou-se a partir de revisão de literatura sobre os principais temas do estudo Fordismo, Toyotismo, Produção social capitalista e contrarreforma somando-se com breve levantamento de indicadores sociais. Conclui-se que o avanço da acumulação flexível e das contrarreformas tem agravado a precarização do trabalho e a desigualdade social no país.

**Palavras-chaves:** (Re)produção social; Acumulação flexível; Direitos flexíveis; Contrarreforma trabalhista; Brasil.

**Abstract:** Capitalist social production implies production in the material sense of goods but also social reproduction in the sense of how social beings produce and reproduce their material life, their ideas and their daily lives. Thus, with the changes in the production process from the Fordist paradigm to Toyotism in the scenario of capital's structural crisis combined with the neoliberal advance, there are repercussions on the life of the working class. Thus, the study aims to analyze how flexible production (Toyotism) implies flexible production and flexible rights, taken from the Brazilian working class, analyzing the recent post-coup scenario of 2016. It was carried out based on a literature review on the main themes of the study Fordism, Toyotism, Capitalist social production and counter-reformation, together with a brief survey of social indicators. It is concluded that the advancement of flexible accumulation and counter-reforms has worsened the precariousness of work and social inequality in the country.

**Keywords:** Social (re)production; Flexible accumulation; Flexible rights; Labor counter-reform; Brazil.

---

\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS-UFPE). Graduada e mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: [augusta.b.rocha@gmail.com](mailto:augusta.b.rocha@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1133-2353>

## Introdução

A crítica arrancou as flores fantásticas do grilhão, não para que o homem carregue um grilhão sem fantasia, sem consolo, mas para que ele jogue fora o grilhão e a flor viva rebente (Marx, 2012b).

No cenário do capitalismo mundial atual a desigualdade é tamanha que os milhões de trabalhadores e trabalhadoras que produzem a riqueza e de quase nada se apropriam de fato carregam um grilhão sem consolo: os 10 homens mais ricos do mundo têm hoje seis vezes mais riqueza do que os 3,1 bilhões mais pobres do mundo, conforme estudo recente da Oxfam (2022). No Brasil essa realidade não é diferente visto que os 20 maiores bilionários do país têm mais riqueza do que 128 milhões de brasileiros (60% da população), como aponta o relatório “A desigualdade Mata” da Oxfam (2022). Em estudo divulgado mais recentemente ainda, início de 2024, o Instituto destaca que a riqueza dos cinco homens mais ricos do mundo aumentou 114% desde 2020 e que a pessoa mais rica do Brasil possui uma fortuna equivalente à metade mais pobre do Brasil, equivalente a 107 milhões de pessoas (Oxfam, 2024).

Assim, cresce a desigualdade social na medida que aumenta a piora nas condições de vida e trabalho com a precarização estrutural do trabalho. O presente estudo se situa nesse contexto realizando uma interligação com as mudanças advindas no processo produtivo sobretudo atreladas ao paradigma fordista para o toyotismo no cenário de crise estrutural do capital (Mészáros, 2002) somado com o avanço ultraneoliberal (Behring, 2021).

Esse cenário impõe uma série de repercussões na vida da classe trabalhadora, pois a produção social no capital é também reprodução social da vida material e do acesso aos direitos. Desse modo, o estudo possui como objetivo analisar como a acumulação flexível e o toyotismo implicam em uma produção flexível e direitos flexíveis, cortados, retirados da classe trabalhadora brasileira, para isso analisando o cenário recente brasileiro pós-golpe de 2016, com as mudanças nos anos seguintes até o marco de 2022. Realizou-se a partir de revisão de literatura sobre os principais temas do estudo Fordismo, Toyotismo, Produção social capitalista e contrarreforma<sup>1</sup> somando-se com breve levantamento de indicadores no recente estudo da Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

O estudo encontra-se dividido além desta Introdução e das considerações finais em 3 eixos que se debruçam respectivamente sobre: a centralidade do trabalho e a (re)produção social no capital, as mudanças da produção formal e direitos formais para produção flexível e direitos

<sup>1</sup> O termo foi utilizado para referir-se ao conjunto de reformas legislativas regressivas aos direitos, adotado por Behring (2003).

flexíveis, e por último reflete sobre essa realidade de flexibilização das relações produtivas e dos direitos sociais e trabalhistas na realidade brasileira.

### **A centralidade do trabalho e a (re)produção social no capital**

Sim, todo amor é sagrado  
E o fruto do trabalho  
É mais que sagrado, meu amor  
A massa que faz o pão  
Vale a luz do seu suor  
Lembra que o sono é sagrado  
E alimenta de horizontes  
O tempo acordado, de viver  
(Guedes; Bastos, 1978)

O trabalho é uma dimensão essencial na vida humana, do ponto de vista de produção de valores de uso enquanto uma condição para suprimento das necessidades, contribuindo no processo de humanização e na própria constituição do ser social. Assim, o trabalho é “um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (Marx, 1996, p. 297).

A partir dessa relação que se constrói por intermédio do trabalho um conjunto de objetivações e de transformações tanto da natureza quanto do ser social, em um movimento dialético que “ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 1996, p. 297). Essa dinâmica permite o desenvolvimento das forças produtivas e a complexificação do ser social.

Porém, o trabalho que seria para realização dos seres sociais, é dado em condições objetivas, em relações sociais de produção que definem o caráter/posse da propriedade dos meios de produção e do usufruto das riquezas produzidas. Dessa forma, na sociedade onde impera o modo de produção capitalista, a propriedade privada dos meios de produção pertence a classe capitalista burguesa que compra no mercado meios de produção (capital fixo) e força de trabalho (capital variável) a fim de gerar mercadorias com valor de uso e valor de troca para serem vendidas e realizadas no mercado.

Aspecto importante é que o processo de produção não é somente de produção mas também uma unidade com o processo de formação de valor (valorização): “o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias” (Marx, 1996, p. 314). Nesse processo, põe-se em movimento o capital constante e o capital variável com uma diferença substancial, apenas a força de trabalho (capital

variável) produz mais-valor e não somente reproduz o seu valor cristalizado. Desse modo, a força de trabalho é trabalho vivo que além de reproduzir o seu próprio valor gera um valor a mais, a mais-valia.

Por isso, o capitalista não quer apenas produzir valor de uso mas sim mercadorias “não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia” (Marx, 1996, p. 305). E quem produz esse mais-valor é a classe trabalhadora como uma potência de transformação colocando em movimento sua capacidade produtiva e o funcionamento dos meios de produção.

Com a constituição das relações sociais baseadas na exploração e expropriação do trabalho da sociedade onde impera o modo de produção capitalista pela classe social que monopoliza a propriedade privada dos meios de produção, o trabalho deixa de ser uma virtude, elemento básico para suprimento das necessidades e passa a se tornar um suplício, um “privilégio da servidão”. Dessas relações ocorrem rupturas essenciais, gerando processos de alienação e desumanização.

Dessa forma, enquanto regime de acumulação pautado na busca incessante de acumulação de riquezas, o capitalismo se organiza a partir da produção social da riqueza pelos trabalhadores, mas da apropriação privada desta pela classe burguesa, desenvolvendo como consequência um conjunto de expressões de desigualdades denominado questão social<sup>2</sup>. Essa forma de organização é uma das formas de realização do capital enquanto uma relação social estabelecida através da separação dos trabalhadores e dos meios necessários para produção e reprodução da sua vida social (Mészáros, 2002).

Então, o sistema capitalista é expressão de uma forma de realização do capital sendo por isso uma maneira historicamente determinada de como os homens e mulheres produzem e reproduzem a sua vida social, conforme explicitam Iamamoto e Carvalho (2009):

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrendo o antagonismo que as permeia (Iamamoto; Carvalho, 2009, p. 30).

Assim, a produção social não é somente no sentido material de produção capitalista de mercadorias mas também da reprodução social no sentido de como os seres sociais produzem e reproduzem sua vida, suas ideias, sua consciência e seu cotidiano. Como alerta Marx (2012a)

<sup>2</sup> “[...] diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (Iamamoto, 2001, p. 17).

essa concepção mostra que a história não termina se dissolvendo como “espírito do espírito”, na “autoconsciência” como abordam os idealistas mas sim de modo material na qual em cada sociedade “em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros” (Marx, 2012a, p. 151).

No capitalismo essa relação se baseia na contradição entre a produção voltada incessantemente para o lucro enquanto milhões de trabalhadores não se apropriam da própria riqueza que geram e vivem em condições tão aviltantes que não conseguem nem consumir itens básicos. A partir dessa lógica, o sistema do capital periodicamente entra em crises, como já sinalizava Marx e Engels (2008, p. 18): “crises comerciais que, repetidas, periodicamente e cada vez maiores, ameaçam a sociedade burguesa. Nas crises irrompe uma epidemia social que em épocas anteriores seria considerada um contra-senso – a epidemia da superprodução”.

Dessa forma, as crises de duração e intensidade variadas fazem parte desse modo de produção, da sua forma de existência e funcionamento. Assim que o capital atravessou a crise de 1929 e o processo de reorganização tanto da esfera produtiva quanto das formas de garantir sua reprodução ampliada e a retomada das taxas de lucro, conforme tópico seguinte.

### **Da produção formal e direitos formais à produção flexível e direitos flexíveis**

A crise econômica do capitalismo que ficou conhecida como época da grande depressão, a partir de 1929, manifestando-se como falta de demanda efetiva por produtos, acabou conduzindo o capitalismo a uma reestruturação da produção e da forma de gestão do trabalho que toma por base a proposta de Henry Ford<sup>3</sup> e o chamado Fordismo.

A adoção desse modelo de gestão da força de trabalho buscava disciplinar os trabalhadores “em sistemas de produção novos e mais eficientes e em que a capacidade

---

<sup>3</sup> A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearborn, Michigan. Mas o modo de implantação geral do fordismo foi muito mais complicado do que isso. [...] Ford também fez pouco mais do que racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, embora, ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, ele tenha conseguido dramáticos ganhos de produtividade. Os Princípios da Administração Científica, de F. W. Taylor- um influente tratado que descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento -, tinham sido publicados, afinal, em 1911. E o pensamento de Taylor tinha uma longa ancestralidade, remontando, através dos experimentos de Gilbreth, na década de 1890, às obras de escritores da metade do século XIX como Ure e Babbage, que Marx considerara reveladoras. A separação entre gerência, concepção, controle e execução (e tudo o que isso significava em termos de relações sociais hierárquicas e de desabilitação dentro do processo de trabalho) também já estava bem avançada em muitas indústrias (Harvey, 2008, p. 121).

excedente fosse absorvida em parte por despesas produtivas e infra-estruturas muito necessárias para a produção e o consumo” (Harvey, 2008, 124).

Desse modo, compreende-se que a produção em massa também demandava consumo em massa e um comportamento disciplinado dos trabalhadores, de modo que estivessem aptos para a produção e o sistema da linha de montagem. Por isso era preciso controlar e gerenciar o modo específico de viver e de pensar a vida.

Desse modo, era preciso controlar e gerenciar o modo específico de viver e de pensar a vida, Gramsci (2008) nessa esteira analisa inclusive como as “Questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado estavam vinculadas [...] ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador adequado ao ‘novo tipo de trabalho e de processo produtivo’” (Harvey, 2008, p. 121-122).

Mas essas mudanças nas bases produtivas manifestam-se principalmente na Europa e nos Estados Unidos (EUA) enquanto características de países de capitalismo central e o EUA como país que atravessou rompimento da sua base colonial e avançava na mudança das bases produtivas com a incorporação de uma produção em escala, consumo em massa e na criação de um estilo de vida americano. Desse contexto que emerge o fenômeno político, ideológico e econômico do American Way of Life (Estilo de vida americano) no âmbito do americanismo:

Fenômeno a um só tempo político, ideológico e econômico, o americanismo surge aos olhos de Antonio Gramsci como um modo de vida profundamente imbricado na esfera produtiva com o taylorismo — como modelo de organização do trabalho — e com o fordismo — como mecanismo global de acumulação de capital (Braga, 2008, p. 12-13).

Assim, o americanismo política e ideologicamente propunha tentativas de gerência para refrear a combatividade classista do movimento sindical com altos salários e a difusão de ideologias proibicionistas entre as famílias operárias. Braga (2008) destaca como Gramsci mesmo no cárcere percebeu a junção do sistema de Taylor com a mecanização do ritmo produtivo advindo da linha de montagem, se estendendo da produção no chão de fábrica para a reprodução social da vida do operário. E isso se expressa na combinação de altos salários, reforço do proibicionismo para se ter trabalhador regulado sem uso de substâncias psicoativas, a regulação puritana dos hábitos sexuais e o estímulo e reforço pela propaganda do individualismo como antídoto ao associativismo de classe com o sindicato.

Outro fator importante nessa regulação da força de trabalho e na estratégia do capital em recompor suas taxas de lucros, foi o papel exercido pelo Estado que assumiu uma variedade de obrigações. Baseando-se nas ideias do economista inglês John Keynes, o Fordismo somou-

se com o Keynesianismo que propunha a intervenção do Estado na economia de forma forte e firme promovendo um conjunto de investimentos públicos e gerando o pleno emprego.

As políticas estatais dirigiam-se, então, para as áreas de investimento público em setores como o transporte, os equipamentos públicos enquanto vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno, como aponta Harvey (2008). Também deveria investir e garantir um conjunto de políticas sociais com investimentos em seguridade social, assistência médica, educação, habitação, garantindo os direitos sociais dos trabalhadores, constituindo-se no chamado Estado de Bem-Estar Social.

A partir dessa conjunção de elementos foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, pois “combinando habilmente a força - a destruição do sindicalismo operário de alcance nacional - com a persuasão -, altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política muito hábil, conseguindo-se, assim, basear toda a vida do país sobre a produção” (Gramsci, 2008, p. 38).

Esse contexto capitalista de criar tanto um crescimento econômico estável como um aumento dos padrões de vida combinando Estado do bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário perdurou por décadas, dos anos 1930 até os anos 1970 marcando a fase dos “anos dourados” do capitalismo.

No entanto, mesmo em sua fase áurea havia insatisfações e descontentamentos pois os benefícios advindos do fordismo e do Estado de Bem-estar social na vida material dos trabalhadores não eram universais para todos os segmentos da sociedade. Tendo em vista que como explica Harvey (2008, p. 132) “nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo na verdade sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema”. Essas desigualdades produziram lutas, disputas, tensões e conseqüentemente movimentos de reivindicação por parte de quem estava excluído, assim que surgiram “movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado” (Harvey, 2008, p. 132).

Ao não terem acesso ao trabalho privilegiado da produção de massa, esses segmentos da força de trabalho também não tinham acesso às vantagens do consumo de massa tão propagandeadas. Desse conjunto de insatisfações emergem movimentos sociais e contraculturais sobretudo nos anos de 1960 como o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos que segundo Harvey (2008, p. 132) “se tornou uma raiva revolucionária que abalou as grandes cidades”. Nessa década também também ocorria o afloramento do movimento hippie e de mulheres assalariadas mal-remuneradas, sinalizando os amplos setores que possuíam demandas, contestações e críticas às desigualdades presentes na realidade.

Mesmo com essas tensões e contradições, o núcleo duro do Fordismo se manteve firme até 1973, dado o cenário macroeconômico de aguda recessão iniciando-se um processo de transição relativamente rápido do regime de acumulação. No entanto, esse sinais de recessão e de mudança no sistema produtivo a partir dos anos 1970 apontam para uma novidade histórica no âmbito das crises do capital, da qual Mészáros (2002, p. 795-796) chama atenção para 4 aspectos fundamentais:

(1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante.

A crise configura-se, assim, como estrutural do capital e possui segundo Mészáros (2002) uma processualidade incontável e profundamente destrutiva que gera produção e consumo supérfluos desconsiderando as necessidades humanas, contribuindo para a corrosão do trabalho. Esse componente de corrosão contribui para a precarização estrutural do trabalho consistindo em mais um componente vital da crise, conforme aponta Antunes (2009):

No meio do furacão da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo dominante no século XX – resultado de uma secular luta operária por direitos sociais – que está sendo substituído e [...] que oscilam entre a superexploração e a própria auto-exploração da força de trabalho em escala global caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. Isso sem falar na explosão de desemprego que atinge enormes contingentes de trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes (Antunes, 2009, p. 13).

Percebe-se como o mundo do trabalho sofre as consequências das determinações societárias que impactam nas condições de contratação e regulamentação de milhões de trabalhadores/as. Essa situação se agrava ainda mais com as medidas de flexibilização das relações de trabalho (intensificação da expropriação do tempo de trabalho não pago), a corrosão dos direitos trabalhistas e as limitações de acesso às políticas sociais.

Nesse chão histórico que se processa profundas mudanças nos processos de trabalho em que o cronômetro, a produção em série e em massa são substituídos pela produção flexível, novos padrões de produtividade e novas formas de máxima exploração da força de trabalho.

Resumindo essas mudanças nas formas de produção, gestão e controle da força de trabalho, Harvey (2008, p.140) sinaliza que a chamada acumulação flexível e o modelo toyotista em substituição ao fordismo “se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Assim, os traços constitutivos do Toyotismo no geral se baseiam em uma produção sob demanda, justamente o contrário do padrão fordista de produção e consumo em massa, desse modo como ressalta Antunes (1995):

A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo just in time (Antunes, 1995, p. 26).

Elemento central dessas transformações e foco deste trabalho é que os desdobramentos dessa nova forma de gerar o processo produtivo também possuem desdobramentos na reprodução social da vida da classe trabalhadora e no seu acesso a direitos sociais e trabalhistas. Como aponta Antunes (1995) nesse contexto, assim como a produção os direitos são desregulamentados e flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Com isso, “direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção” (Antunes, 1995, p. 16).

A precarização estrutural do trabalho com a crise estrutural do capital, as mudanças advindas com o toyotismo e a acumulação flexível impactam na realidade brasileira. Sobretudo vinculado aos impactos para a retirada dos direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora em um país de capitalismo dependente e periférico, como será melhor debatido no tópico seguinte.

### **Neoliberalismo, conservadorismo e contrarreformas: a intensificação da flexibilidade e retirada de direitos no Brasil pós-golpe**

A partir da formação social nacional brasileira é possível apontar as raízes e marcas históricas que o país e seu povo carregam. Mas esse processo não pode ser entendido de forma endógena visto que o capital foi determinante na formação social, conformando “um capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplarmos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (Marini, 2005, p. 6).

Essa estrutura define a dependência dos países periféricos, possuindo uma produção especializada para o mercado internacional, exploração intensiva da força de trabalho com baixa remuneração. Para a realidade brasileira periférica, a crise de 1929 implicou na queda do

comércio mundial afetando o setor de mercado externo e enfraquecendo as oligarquias agroexportadoras ou minero-exportadoras. Por isso, o país recebeu o “estímulo externo” atravessando mudanças políticas como a Revolução de 1930 e ao mesmo tempo criando condições que permitiram surgir, no Setor de Mercado Interno, um desenvolvimento autônomo, uma industrialização por substituição de importações (Singer, 1983).

Esse processo de industrialização também é conduzido pelos traços do desenvolvimento dependente, se expressando também na forma que a burguesia conduziu esse processo. Despojando-se, assim, do sonho de ser a burguesia do capitalismo central, as classes possuidoras do Brasil tinham a tarefa de compreender a sua própria realidade, em termos de papéis e das tarefas históricas que poderiam desempenhar: “como e enquanto burgueses de uma sociedade de classes subdesenvolvida e dependente na era do capitalismo monopolista e do imperialismo total” (Fernandes, 1976, p. 362-263).

Na contemporaneidade do capitalismo monopolista, diante do cenário de crise estrutural do capital sem precedentes, como aponta István Mészáros (2002), há um conjunto de implicações para o Brasil. Isto porque, com a predominância do capital financeiro, a "questão social" passa a condensar a própria “banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam - na era do capital fetiche” (Iamamoto, 2010, p. 125).

As estratégias do capital nesse cenário de crise para recompor as taxas de lucro ganham destaque nos ideais neoliberais, cujo “remédio”, então, era claro: “manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (Anderson, 1995, p. 11). O Estado reformado, então, para atender às novas necessidades do capital em crise, é colocado com o objetivo de assegurar liberdade de movimento para o capital financeiro e as contrarreformas que asseguram maior grau de exploração da força de trabalho.

Sticovsky (2010) cita a austeridade fiscal no Brasil sob a influência do neoliberalismo, adotada na gestão do presidente Itamar Franco (PMDB – 1993/1994), com a implementação do Plano Real, tendo sido aprofundada no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB – 1995/2002). Em 1999, por imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI) e conforme recomendada pelo chamado “Consenso de Washington”, o governo brasileiro recebeu do capital as orientações das medidas de ajuste e de limitação da intervenção do Estado, direcionando a política fiscal para a criação do superávit primário e do pagamento da dívida pública, como solução do endividamento e da estagnação econômica.

Assim percebe-se como o orçamento público é um espaço de luta e disputa política, como afirma Salvador (2012), no qual estão presentes as diferentes forças da sociedade, buscando inserir seus interesses. Essa disputa adquire contornos específicos a partir de cada momento histórico como o da década de 1980/1990, assim que “os interesses dentro do Estado Capitalista são privados e, a partir da década de 1980, há um domínio hegemônico do capital financeiro” (Salvador, 2012, p. 5).

Nesse contexto, como afirma Brettas (2012), a crise foi assumida pelos Estados por meio da dívida pública e “está sendo paga pela classe trabalhadora, via imposição de um ajuste fiscal que restringe direitos, contribui para o aumento do desemprego e precariza as condições de vida de grandes parcelas da população” (Brettas, 2012, p. 115).

Essas medidas de estabilidade monetária seguiram sendo implementadas por sucessivos governos, inclusive os governos do Partido dos Trabalhadores (PT - 2004-2016), mesmo ao terem contribuído com políticas e programas sociais que enfrentaram a desigualdade. No período mais recente, acompanhamos os desdobramentos de mais um golpe de Estado de novo tipo, em 2016, que tirou o mandato presidencial legítimo da presidenta Dilma Rousseff (PT – 2011/2016), criando condições para o ascenso da extrema direita nas eleições de 2018.

Assim, com o aprofundamento da crise institucional e de um golpe jurídico- parlamentar e midiático, os governos neoliberais ampliaram no país o ajuste fiscal cujo caráter é permanente (Behring, 2021), tendo como principal medida um Novo Regime Fiscal (NRF) que limita por 20 anos os gastos correntes do governo. Desde então, conforme os estudos de Shirley Samico e Sheila Samico (2020), baseados em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) para o ano de 2019, os lares sem renda do trabalho bateram recorde, superando o pior momento desde a recessão de 2014-2016. Essas mudanças apontam para o que Behring (2021) sinaliza como aprofundamento do neoliberalismo brasileiro, entrando em uma nova fase:

Desde o golpe parlamentar, judiciário e midiático de 2016, há um novo momento do neoliberalismo no Brasil, adequado aos desdobramentos da crise do capitalismo que se agudizou nos últimos anos, com seus impactos deletérios para o Brasil. Apesar de algumas semelhanças discursivas e de medidas concretas com o projeto contrarreformista de FHC, não se trata mais da fase fundacional do neoliberalismo entre nós, mas de um novo, mais profundo e violento momento (Behring, 2021, p. 190).

Behring (2021) chama atenção para esse terceiro momento do neoliberalismo no Brasil posto que com o golpe de 2016 e seus desdobramentos, adentramos em uma austeridade ainda mais profunda, com o ultraneoliberalismo. Apesar do cenário dramático que já se apontava com a radicalidade neoliberal do governo Temer, em 2018, a extrema direita com traços fascistas se

elege ao poder Executivo, sintetizada na figura de Jair Bolsonaro (PSL - 2019-2022), com apoio de frações da burguesia nacional e internacional, contando com uma base social caracterizada pela disseminação do ódio e de ataques à democracia, combinando neofacismo com ultraneoliberalismo.

Isso aponta como a crise política e econômica vivenciada no país é mais grave e profunda, indicando expressões da sociedade burguesa em crise e em cenário de decadência ideológica<sup>4</sup>. Assim que tanto o fascismo em sua forma clássica no século XX e as expressões irracionais do neofascismo brasileiro possuem elementos em comum, visto que:

[...] estão articuladas com uma crise econômica do capitalismo; apresentam uma crise de hegemonia no interior do bloco no poder – disputa entre o grande e o médio capital, num caso, e disputa entre a grande burguesia interna e grande burguesia associada ao capital internacional, no outro; comportam uma aspiração da burguesia por retirar conquistas da classe operária; são agravadas pela formação abrupta de um movimento político disruptivo de classe média ou pequeno burguês; comportam uma crise de representação partidária da burguesia; são marcadas pela incapacidade dos partidos operários e populares de apresentarem solução própria para a crise política – os socialistas e comunistas foram derrotados antes da ascensão do fascismo ao poder (Poulantzas, 1970) e o movimento democrático e popular no Brasil vem sofrendo uma série de derrotas desde o impeachment de Dilma Rousseff e revelando incapacidade de reação (Boito Jr., 2020, p. 117).

Nesse sentido, conforme afirma Souza (2016, p. 210), a ideologia conservadora contemporânea como se apresenta no Brasil em suas tendências ideais, teóricas políticas “é portadora de uma tendência ao crescimento da intolerância e da agenda de ataques aos direitos civis, políticos e sociais”.

Nesse momento destaca-se a continuidade de realização do superávit primário como indicador importante para os rentistas e a maior captura e punção do fundo público para o pagamento da dívida pública. Isso tudo aliado ao congelamento e à redução de gastos sociais previstos na Emenda Constitucional nº 95/2016 que representa “um draconiano ajuste fiscal, que impede a expansão do orçamento, em particular, das despesas públicas discricionárias nas políticas de saúde, educação, ciência e tecnologia, infraestrutura” (Salvador, 2020, p. 4).

<sup>4</sup> Podem-se apontar momentos distintos do desenvolvimento da história da filosofia burguesa, em que um dado momento caracterizava-se pela centralidade da razão, conhecimento científico sem limites a essa produção e outro marcado pelos limites impostos ao conhecimento que encontre às raízes e questione as bases de legitimação burguesa. Coutinho (2010) auxilia nessa categorização ao dividir em dois momentos principais: o primeiro abrange os pensadores renascentistas até Hegel, caracteriza-se por um movimento ascendente, progressista que se orienta por elaboração racional, humanista e dialética; e o segundo, consiste na radical ruptura dessa tradição humanista e da modernidade entre 1830-1848 assinalada por uma progressiva decadência ideológica na qual ocorre o abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior. Isto porque a razão moderna com ascensão da burguesia é pautada no humanismo, historicismo e na dialética, no entanto ao afirmar-se enquanto classe dominante e não mais revolucionária, abandona esses três núcleos essenciais para o conhecimento científico, provocando um período de decadência ideológica, de ascensão de uma filosofia, como destaca Coutinho (2010), em que se percebe um abandono mais ou menos integral do terreno científico.

Nessa conjuntura que o Brasil foi palco de intensas contrarreformas com impacto nas condições de vida e trabalho da população brasileira, primeiro com Michel Temer e a Reforma Trabalhista<sup>5</sup> (Lei nº 13.467/17) alterando um conjunto de normativas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) precarizando as condições de trabalho e depois aprofundando-se no Governo Bolsonaro com a Reforma da Previdência<sup>6</sup> (Emenda Constitucional nº 103) em 2019, que reformulou o cálculo de contribuição e criou uma idade mínima para aposentadoria dificultando o acesso a esse direito essencial. Essas contrarreformas sintetizam um processo de expropriação dos meios de vida dos trabalhadores e como aponta Behring (2021) vai gerar um generalizado e ainda mais amplificado contexto de empobrecimento da população no médio prazo.

Nesse cenário que se aprovou em julho de 2017, e em vigor até hoje desde novembro daquele ano, a Lei nº 13.467/17, conhecida como Reforma Trabalhista, que em sua redação e proposta foi implementada com os objetivos de aumentar o número de postos de trabalho e a formalização dos vínculos no Brasil. Filgueiras (2019) ressalta como a Reforma alterou, suprimiu ou incluiu mais de uma centena de artigos das normas de proteção ao trabalho, particularmente da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), abrangendo todos os aspectos das relações de trabalho.

Em resumo, as mudanças propostas visam em quase sua totalidade cortar custos dos empresários na contratação e relação com os trabalhadores: “custos relacionados à contratação, à remuneração, aos intervalos e deslocamentos, à saúde e segurança, à manutenção da força de trabalho, à dispensa e às consequências jurídicas do descumprimento da legislação” (Filgueiras, 2019, p. 15).

Na sua aprovação foi declarado que a Reforma visava beneficiar o comportamento dos empregadores, para que eles contratassem mais e isso ocorreria por meio da “flexibilização” da legislação. A “flexibilização” no entanto se constitui apenas em corte de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, pois: 1- a legislação trabalhista é flexível “para cima”, historicamente garante direitos mas não impede de negociar condições melhores; ou seja, aumentar a “flexibilização” significa reduzir direitos existentes; e 2- direitos que eram flexíveis

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm)

<sup>6</sup> O mais violento ataque sofrido pelos trabalhadores (as), especialmente para os jovens a ingressarem no regime geral da Previdência, é a combinação entre idade mínima - 65 anos para homens e 62 para mulheres - e o tempo de contribuição mínimo de 15 anos para mulheres e 20 para homens. Apenas com 30 (mulheres) e 35 (homens) anos de contribuição um (a) trabalhador (a) poderá receber o máximo a que tem direito, e claro, limitado pelo teto baixo da Previdência Social brasileira - fixado em R\$6.101,06 em 2020 (Behring, 2021, p. 217-218).

na CLT, apenas em dadas situações específicas (como o pagamento de horas in itinere), foram eliminados (Filgueiras, 2019).

Desse modo, em resumo, propunha-se que cortar custos (direitos) do trabalho estimularia a ampliação da contratação de trabalhadores pelo empresariado. No entanto, olhando para a realidade brasileira a taxa de desemprego e informalidade tem aumentado significativamente, de modo que a reforma não implicou em aumento de emprego nem na formalização dos trabalhadores. Além de não aumentar o emprego no Brasil, gerou uma falsa dicotomia e um dilema para os trabalhadores em que deveriam escolher entre ter um emprego ou lutar por direitos. Nessa lógica, defender salários e condições de trabalho é promover o próprio desemprego, portanto, seria como dar um “tiro no próprio pé”.

Essa realidade é perceptível no cotidiano da vida dos/as trabalhadores/as brasileiros/as também através de estudos e pesquisas desenvolvidas por importantes institutos de pesquisa nacional, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que produz um documento anual chamado Síntese de Indicadores Sociais, possibilitando acessar dados relativos às condições de vida, trabalho, pobreza e desigualdade no país, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

Com base em um de seus relatórios mais recentes (IBGE, 2022) expõe diversos indicadores sociais e econômicos em gráficos sobre a situação do mercado de trabalho brasileiro. Dentre eles destaca-se a taxa de desocupação<sup>7</sup>, conhecida popularmente como desemprego, que em 2012 encontrava-se no patamar de 7,4% e em 2014 no patamar de 7% da população desempregada.

Ao passar dos anos, a taxa aumenta substancialmente: em 2019 (2 anos após a reforma trabalhista) a taxa estava no patamar de 11,8%, em 2020 chegou a 13,8% e em 2021 a 14% da classe trabalhadora brasileira (IBGE, 2022). Assim, entre 2014 e 2021 a taxa de desemprego no Brasil duplicou, demonstrando que 4 anos após a reforma trabalhista não só não foram gerados mais empregos como o número de trabalhadores desempregados aumentou.

O estudo aponta, ainda, no que ocorreu aumento em relação ao mercado de trabalho: categorias de trabalhadores por conta própria (mais de 2 milhões ocupados) e entre os empregados sem carteira (mais de 1,1 milhão de ocupados). Enquanto ocorre esse aumento nas ocupações informais, o nível de ocupação (número de pessoas ocupadas sobre a população em idade ativa) havia registrado queda em 2015, sofreu outra intensa redução em 2020 e, mesmo que tenha subido um pouco em 2021, ficou bem abaixo do nível de 2019 (IBGE, 2022).

<sup>7</sup> Inclui as pessoas sem trabalho, que procuram trabalho e os que estão disponíveis para começar a trabalhar imediatamente, segundo definição do próprio IBGE. Disponível em: <https://ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

Percebe, assim, que além de não gerar mais empregos e dinamizar a economia, a realidade brasileira pós-contrarreforma trabalhista é caracterizada pela corrosão e precarização do trabalho, com vínculos mais precários e informais. A interligação entre neoliberalismo, toyotismo e crise estrutural do capital (Mészáros, 2002) tem produzido, desse modo, uma ofensiva burguesa que encontra como núcleo central o ataque aos direitos trabalhistas, a captura do fundo público e a crescente exploração da força de trabalho.

### **Considerações finais**

A produção social não é somente no sentido material de produção capitalista de mercadorias mas também da reprodução social no sentido de como os seres sociais produzem e reproduzem sua vida, suas ideias, sua consciência e seu cotidiano.

Elemento central dessas transformações e foco deste trabalho é que os desdobramentos das mudanças no processo produtivo também possuem impactos na reprodução social da vida da classe trabalhadora e no seu acesso a direitos sociais e trabalhistas. Desse modo, com o avanço do neoliberalismo e do toyotismo a partir das últimas décadas do século XX, assim como a produção, os direitos são cada vez mais desregulamentados e flexibilizados.

Em países de capitalismo periférico e dependente como o Brasil, esses rebatimentos são ainda mais intensos tendo em vista que possuem desde suas bases de formação social uma produção especializada para o mercado internacional e exploração intensiva da força de trabalho com baixa remuneração. Nesse momento de crise estrutural do capital (Mészáros, 2002) e avanço do capital financeiro, as contrarreformas como a reforma Trabalhista além de não gerar mais empregos e dinamizar a economia tem agravado a corrosão e precarização do trabalho, com vínculos mais precários e informais.

Com isso, agrava-se a desigualdade social no país e os índices de desemprego e precarização da força de trabalho brasileira, como demonstrado na taxa de desocupação e nos índices de informalidade divulgados pelo IBGE (2022).

Apesar das determinações concretas do capitalismo não estamos diante de um fatalismo histórico, tendo em vista que a história é um processo aberto e em disputa. E como na epígrafe deste artigo, o papel da crítica contribui para arrancar as flores fantásticas/fantásticas do grilhão, não para que os homens e mulheres da classe trabalhadora carreguem o grilhão/opressão do cotidiano sem fantasia, sem consolo. Mas sim para que consigam jogar fora o grilhão da opressão capitalista e desenvolver coletivamente através da capacidade organizativa coletiva seja de lutas sociais mais amplas, seja no dia a dia na exigência de seus

direitos e denúncia da retirada sucessiva deles. Com base nessa aposta coletiva que outro tipo de sociedade pode florescer, para além do capital, no qual a flor viva possa rebentar.

### Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (p. 9-23).
- ANTUNES, Ricardo. Introdução: a substância da Crise In: MÉSZÁROS, Istvan. *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009. (p. 9 - 16)
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- BEHRING, Elaine. *Brasil em contrarreforma: desestruturação e perdas de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine. *Fundo público, valor e política social*. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- BOITO JÚNIOR, A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, n. 50, p. 111-119, 2020.
- BRAGA, Ruy. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e Fordismo*. Tradução Gabriel Bogossian. Notas Alvaro Bianchi. São Paulo: Hedra, 2008. (p. 9-25).
- BRETTAS, T. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012. (p. 93-120).
- COUTINHO, Carlos Nelson. O problema da razão na filosofia burguesa. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e Miséria da Razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FERNANDES, Florestan. O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista. In: FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 1976. (p. 337-425).
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: José Dari Krein, Roberto Vêras de Oliveira, Vitor Araújo Filgueiras. *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade* – Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019. (p. 13-52).
- GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e Fordismo*. Tradução de Gabriel Bogossian. Notas Alvaro Bianchi. São Paulo: Hedra, 2008.
- HARVEY, David. O Fordismo. In: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. (p. 121-134).
- GUEDES, Beto; BASTOS, Ronaldo. *Amor de Índio* [1978]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z69553HzKU0>. Acesso em 10 jan. 2024.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. - 4º ed - São Paulo: Cortez, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez. [Lima, Peru]. CELATS, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível

- em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=35616>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. Roberta Transpadini e João Pedro Stedile (Orgs). Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. Capítulo V - Processo de trabalho e processo de valorização. In: *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (p. 297-315).
- MARX, Karl. Elementos fundantes de uma concepção materialista da história/ A ideologia Alemã. In: NETTO, José Paulo. *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012a. (p. 133-160).
- MARX, Karl. Para a crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: NETTO, José Paulo. *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012b. (p. 73-90).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008. 72 p.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- OXFAM. *A desigualdade Mata*. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-desigualdade-mata/>. 2022. Acesso em 20 de jan. 2024.
- OXFAM. *Riqueza dos cinco homens mais ricos do mundo dobrou desde 2020, enquanto a de 5 bilhões de pessoas diminuiu, revela novo relatório da Oxfam*, Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/os-cinco-homens-mais-ricos-do-mundo-dobram-suas-fortunas-desde-2020-enquanto-cinco-bilhoes-de-pessoas-ficaram-mais-pobres/>. Acesso em 02 de fev. 2024.
- SALVADOR, Evilásio. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. *Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-15, jul.-dez. 2020.
- SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. *Soc. Rev.*, Londrina, v. 14, n.2, p. 04-22, Jan./Jun. 2012.
- SAMICO, Shirley de Lima; SAMICO, Sheila de Lima. *Pandemia e as desigualdades: Nordeste e seus aspectos interseccionais*. Tricontinental. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/pandemia-e-as-desigualdades-nordeste-e-seus-aspectos-interseccionais/>. Acesso em 02 de fev. 2024.
- SINGER, Paul. *Aprender Economia*. São Paulo: Editora Braziliense, 1983.
- SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. UFPE, 2016 (Tese de Doutorado) 304 folhas.
- STICOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.). *O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

# Teoria social de Marx e Serviço Social: aportes para uma abordagem histórico-crítica

## Marx's social theory and Social Work: contributions to a historical-critical approach

José Fernando Siqueira da Silva\*

**Resumo:** Este artigo debate o sentido da perspectiva histórico-crítica a partir da teoria social de Marx. Propõe dialogar com o Serviço Social como profissão no atual estágio de acumulação capitalista, nas condições particulares da América Latina. O texto, sustentado na contribuição marxiana e de parte de sua tradição, dialoga com bibliografia especializada e analisa o tema-objeto proposto. Para tanto, indaga: a) o que significa histórico-crítico?; b) seria possível estabelecer um diálogo propositivo entre uma tradição anticapitalista crítica à reprodução ampliada do capital e uma profissão criada no capitalismo, em sua fase monopolista, com o objetivo de intervir no pauperismo?; c) como analisar esta relação tendo a América Latina como base sócio-histórica objetiva? O artigo conclui que este debate é pertinente e necessário, ainda que seja fundamental considerar as inúmeras tensões e contradições inerentes a este processo.

**Palavras-chaves:** Serviço Social; Marxismo; Histórico-crítico.

**Abstract:** This article discusses the meaning of the historical-critical perspective from Marx's social theory. It proposes to dialogue with Social Work as a profession in the current stage of capitalist accumulation, in the particular conditions of Latin America. The text, based on Marx's contribution and part of his tradition, dialogues with specialized bibliography and analyzes the proposed theme-object. To this end, it asks: a) what does historical-critical mean?; b) would it be possible to establish a propositional dialogue between an anti-capitalist tradition critical of the expanded reproduction of capital and a profession created in capitalism, in its monopolistic phase, with the aim of intervening in pauperism?; c) how to analyze this relationship with Latin America as an objective socio-historical basis? The article concludes that this debate is pertinent and necessary, although it is essential to consider the numerous tensions and contradictions inherent in this process.

**Keywords** Social Work; Marxisms; historical-critical.

---

\* Assistente social, doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor associado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Franca - Departamento de Serviço Social). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1040-9558>

## Introdução

Este artigo concentra vários anos de estudos e de pesquisas sobre o conjunto da obra marxiana e sua relação com o Serviço Social. Recupera e reorganiza, com certa marca pessoal, reflexões coletivamente realizadas em diversos encontros do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM), vários debates que têm sido realizados na roda de conversas dedicada aos estudos de “O Capital” com a participação de um coletivo de assistentes sociais pesquisadoras(es) (sob a coordenação da professora Dra. Marilda Villela Iamamoto), bem como reúne inúmeras reflexões e diálogos travados em diversos espaços socioprofissionais, acadêmicos e de militância. Trata-se, portanto, de estudo contínuo, amplo, rigoroso, necessariamente incompleto, em pleno movimento, que recupera e amplia análises anteriormente sistematizadas pelo autor, inspirado no ponto de vista da categoria da totalidade, marcado por acúmulos e revisões, sempre empenhado em apanhar as mediações necessárias para o Serviço Social como profissão. Neste texto, foram reorganizadas anotações inicialmente sistematizadas para um curso ministrado em 2022 a assistentes sociais de Costa Rica<sup>1</sup>, bem como reflexões expostas em uma mesa de debates, em 2023, na Universidade Nacional del Centro de Buenos Aires (UNICEN-Tandil)<sup>2</sup>.

## Reprodução ampliada do capital, pauperismo e América Latina

Elucidar a relação entre pauperismo, reprodução ampliada do capital e América Latina é uma necessidade histórica. Não se trata, apenas, de um esforço epistemológico, mas de um procedimento científico empenhado em capturar a dinâmica do real como “lógica da coisa” (Marx, 2005, p. 39), suas múltiplas determinações, reconstruir categorias de análise como determinações de existência, formas de ser (Marx, 1989), estabelecer seus nexos causais, conexões explicativas (mediações), com o auxílio da razão pensante, orientada por aquilo que Lukács caracterizou como ontologia do ser social (Lukács, 2012, 2013 e 2010). As mediações não são criações racionais, embora se expressem teórica e racionalmente (epistemologicamente), mas conexões reais que nos permitem explicar a realidade estudada, os vínculos, os elos que favorecem o conhecimento do objeto para além do que é imediatamente visível.

<sup>1</sup> Atividade realizada a partir de um convite feito pelo Colegio de Trabajadores Sociales de Costa Rica (COLTRAS).

<sup>2</sup> Mesa de encerramento do “Encuentro Latinoamericano de Profesionales, Docentes y Estudiantes de Trabajo Social”, composta juntamente com o professor Dr. Manuel W. Mallardi (UNICEN-Argentina) e a professora Dra. Mavi Rodrigues (UFRJ-Brasil).

Sendo assim, o objetivo não é interpretar o mundo impondo-lhe uma lógica que não lhe pertence, especulativa e decadente (Lukács, 1981, p. 109-131), mas, ao contrário, perseguir sua dinâmica materialmente posta, historicamente determinada, reproduzi-la mentalmente, atuar nela para transformá-la. Nisto, recuperar a potência humana como trabalho útil-concreto, emancipá-la humanamente (Marx, 2005) voltando-a contra processos de estranhamento social. A práxis social, como determinada relação entre teoria e prática tecida na história (Marx; Engels, 2007), é um ato humano-genérico possível e necessário, individual-coletivo, ainda que inexato e insuficiente, realizado por seres sociais que fazem história a partir do legado recebido por gerações. Por tanto, um complexo processo imbricado com a vida real de pessoas, com a sua reprodução social que, nas condições históricas do capitalismo, estabelece as classes sociais fundamentais, institui a propriedade privada dos meios de produção, separa o(a) trabalhador(a) de seus meios de produção, reduz o trabalho à força de trabalho, sua compra como trabalho que se aliena/estranha, se exterioriza como um objeto que não lhe pertence.

Tal procedimento ontológico-científico é essencial para explicar a realidade em si, sua dinâmica, é fundamental para refletir criticamente sobre os limites e as potencialidades de uma profissão socialmente constituída – na transição do século XIX ao século XX – para intervir naquilo que foi caracterizado, genericamente, pelo pensamento conservador (Escorsim, 2011; Silva, 2015), a partir das lutas operárias travadas na segunda metade do século XIX, como questão social. Marcada por sua imprecisão, o sentido desta expressão pode ser melhor elucidado a partir dos estudos de Marx realizados na primeira metade dos anos 1840. Naquela oportunidade, incomodado e penalizado com a repressão realizada pelo governo do monarca Frederico Guilherme IV contra às pessoas que recolhiam lenha para se aquecerem do inverno alemão, o autor analisou e criticou um texto escrito por Arnold Ruge – identificado como “um prussiano” – sobre o rei da Prússia e a reforma social. Debatendo com esse representante da filsofía clássica alemã e analisando as propostas do parlamento inglês imbuídas de "humanismo" e malthusianismo no tratamento do pauperismo (no contexto marcado pela Lei dos Pobres e pelas *workhouses*), destaca Marx:

O parlamento inglês não se restringiu à reforma formal da administração. Ele detectou a fonte principal da condição *aguda* do pauperismo inglês na própria *Lei dos Pobres*<sup>3</sup>. O próprio meio legal contra a indigência social, a beneficência, favoreceria a indigência social. Quanto ao pauperismo em termos gerais, ele seria uma *lei natural eterna* (...). O parlamento inglês combinou essa teoria de caráter humanitário com o parecer de que o pauperismo seria a *miséria infligida a si mesmo pelo trabalhador*, não devendo, em consequência, ser prevenido com um infortúnio, mas reprimido e punido como um crime. (...) Depois, ela não encarou o avanço progressivo

<sup>3</sup> Todos os trechos em itálico foram originalmente destacados pelo autor.

do pauperismo como consequência necessária da *indústria* moderna, mas como consequência do *imposto inglês* para os pobres. Ela compreendeu a penúria universal como uma mera *particularidade* da legislação inglesa. O que antes era derivado de uma *falha* na beneficência, passou a ser derivado de um *excesso de beneficência*. Por fim, a miséria foi vista como culpa dos miseráveis e, como tal, punida neles mesmos (...) apesar das medidas administrativas, o pauperismo foi se tornando a forma de uma *instituição nacional*, tornando-se, em consequência, inevitavelmente em objeto de uma administração ramificada e bastante ampla, uma administração que, todavia, *não possui mais* a incumbência de sufocá-lo, mas de *discipliná-lo*, perpetuá-lo (Marx, 2010, p. 34-35).

Em seus estudos mais densos pautados pela crítica à economia política clássico-burguesa, determinado a decodificar a lógica do capital e da sociedade que permite sua reprodução ampliada, nisto o pauperismo, Marx analisa a composição orgânica do capital, ou seja, *a relação entre capital constante (parte do capital investido nos meios de produção) e capital variável (aquela outra parte destinada à força de trabalho)*. Para explicar essa relação, Marx aprofunda as noções de composição do valor (como o capital é dividido em sua forma constante e variável) e a composição técnica (a dimensão material, a força de trabalho necessária para pôr em movimento certa quantidade de meios de produção) (Marx, 2013b, p. 689-697). Embora inicialmente haja uma tendência inicial crescente de investir parte do capital – e, portanto, da mais-valia obtida – na força de trabalho (capital variável), a repetição do processo de produção de mercadorias em escala ampliada tende relativamente a diminuir parte da mais-valia investida em capital variável e a aumentar a proporção dedicada ao capital constante (meios de produção). Ou seja, gradativamente, no processo de intensificação e adensamento da produção capitalista, parte do capital acumulado é proporcionalmente maior para a tecnologia aplicada ao processo produtivo e menor para a manutenção da força de trabalho contratada (salários e despesas necessárias à reprodução dos trabalhadores – por exemplo, nas condições atuais, incluindo seus direitos). A consequência não poderia ser outra: a criação de um exército industrial de reserva e de segmentos excedentes – com diferentes denominações e perfis – da classe trabalhadora (aptos ou não para voltar ao trabalho) (Marx, 2013b, p. 716-784).

É óbvio que esse processo não permaneceu o mesmo ao longo de 130 anos e em distintas e heterogêneas realidades. O que se propõe, com efeito, é que há uma tendência geral da produção capitalista – brilhantemente apontada por Marx – de, relativa e proporcionalmente, investir menos em capital variável e mais em capital constante, como uma lei tendencial, dinâmica, processo necessário à acumulação permanente de capitais, cuidadosamente administrado – nem sempre com sucesso – por meio de uma gestão econômica considerada adequada às instabilidades e às imprevisibilidades mundiais. Tudo isso está absolutamente

conectado ao desenvolvimento da tecnologia e da ciência<sup>4</sup>. Por isto, o capital pressupõe não apenas relações econômicas, mas relações humano-sociais. *O capital é relação social de expropriação, acumulação e concentração/centralização da riqueza socialmente produzida*. Isto sustenta o que Marx caracteriza como propriedade privada, ou seja, a relação entre a propriedade dos meios de produção postos em movimento por meio de determinada massa de força de trabalho comprada como qualquer mercadoria (ainda que seja uma mercadoria particular). Ambos potenciados pelo capital monetário inicialmente investido e continuamente repostos pela repetição ampliada do processo produtivo: *capital monetário* inicial que se subdivide na produção (*capital produtivo* - meios de produção e força de trabalho acrescido de mais-valia) e *capital mercadoria* que se realiza na venda que completa seu ciclo (Marx, 2014b, p. 105-231)<sup>5</sup>. Este processo, como tratado por Marx no livro III de “O Capital”, necessariamente articulado ao capital comercial e portador de juros/fictício (Iamamoto, 2007), como processo geral que estabelece a taxa média de lucro e o divide entre capitalistas (Marx, 2017, 175-948).

Importante ressaltar a unidade-diversa contida nesse processo global, como forma de aparição do capital (monetário, produtivo, mercadoria, industrial, comercial e portador de juros – este último sua forma mais complexa e estranhada). Aqui, o trabalho excedente, produtor direto ou não de mais-valia, é a fonte do valor mistificada por relações fetichizadas, imediatamente simplificadas<sup>6</sup>. Isto estrutura o movimento geral do capital que repõe a sua forma monetária percorrendo um complexo processo, não imediatamente visível, cujo ciclo recomeça sempre acrescido por um sobrevalor, sem a necessidade de novo aporte inicial do próprio capitalista produtivo (Marx, 2014a, p. 233-446).

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo pertence aos faux frais [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital

<sup>4</sup> A sociedade burguesa desde sua fase concorrencial tem demonstrado, de forma não homogênea, uma tendência de expulsar a força de trabalho, intensificá-la e precarizá-la, com forte inserção e modernização tecnológica. Os dias atuais também reafirmam essa tendência, brilhantemente apontada por Marx já no século XIX. Sobre esse debate hoje, ver Antunes (1995; 2018), Mészáros (2002a; 2002b) ou, fora da tradição marxista, tomada como crise da sociedade salarial, as observações tecidas por Castel (1996).

<sup>5</sup> Vale lembrar que acumulação originária/primitiva do capital (Marx, 2013a, p. 785-833) – nisto o mercantilismo e o escravismo de pessoas negras/indígenas e extermínio dos povos originários -, exerceu e ainda exerce seu papel na acumulação, já que não se situa num passado distante -, reeditando-se no processo de concentração de dinheiro que funciona como capital monetário.

<sup>6</sup> Não por acaso, Marx adota um procedimento de estudo que perquire a trama dos processos, reconstruindo conexões/mediações, categorias e conceitos aparentemente idênticos e progressivamente adensados ao longo de sua análise. Por exemplo: trabalho/força de trabalho, as formas do dinheiro, valor/mais-valor, “preço do dinheiro”/juros, lucro/lucro médio, entre muitas outras formas aparentemente idênticas.

---

sabe transferir de si mesmo para da classe trabalhadora e da pequena classe média (Marx, 2013b, p. 719).

Os estudos de Marx sobre a sociedade do capital e sua reprodução ampliada, tecida em estreita relação com suas pesquisas anteriores desde a juventude, atingem sua maturidade em “O Capital”, como crítica da economia-política, dedicado a explicar o processo de produção do capital (livro I)<sup>7</sup>, o processo de circulação do capital (livro II)<sup>8</sup> e o processo global da produção capitalista (livro III)<sup>9</sup>. Longe de ser uma obra estritamente econômica, o livro é um estudo genial sobre a economia política que trata da produção e reprodução de determinada sociedade, a capitalista, suas diversas fases, em estreita unidade-diversa, que estabelece as bases para a produção/criação, circulação e expansão global do capital. Nisto, a formação de seres sociais concretos e as lutas travadas para a manutenção e ou ruptura de esta ordem societária, tendo como referência as contradições objetivas contidas nessa sociabilidade. Portanto, a revolução é uma categoria que se constrói a partir de determinações realmente existentes, sempre como possibilidade histórica. Desta forma, ela jamais se reduz a certo tipo de “assalto ao poder” (embora seja constituída por insurreições diversas), mas se constitui a partir das contradições realmente existentes na própria ordem burguesa, seu colapso geral (Mészáros, 2002a; 2002b).

A transição do século XIX para o século XX impôs outro fluxo de transformações globais. A primeira grande crise de acumulação de capital da era industrial (1873-1896), alimentada por revoltas operárias, gerou uma forte reorganização produtiva que fez a transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista (Hobsbawn, 1988; Netto, 1992). Esta fase da acumulação formou monopólios, reorganizou o capital industrial e bancário (como capital financeiro), redefiniu o papel dos estados nacionais e dos fundos públicos no desenvolvimento capitalista e na gestão da questão social, priorizando a infraestrutura necessária para a retomada da acumulação, bem como rearmou o antigo colonialismo, como neocolonialismo, exportando capitais adicionais que foram usados para modernizar ex-colônias e expandir os interesses imperialistas. Era o alvorecer da era monopolista do capital, como “fase superior do capitalismo” (Lenin, 2012), centrada em alguns pilares essenciais: a) a fusão de grandes grupos econômicos até então concorrentes, formando monopólios exercidos por meio de cartéis e trustes; b) o adensamento contínuo da financeirização e de seus desdobramentos, processo este possível por meio da fusão entre o velho capital bancário e o capital industrial; c)

---

<sup>7</sup> Mercadoria/dinheiro, a troca, a transformação do dinheiro em capital e a mais-valia absoluta-relativa, salário, acumulação do capital (incluindo reprodução simples, lei geral da acumulação e acumulação primitiva/originária)

<sup>8</sup> Metamorfoses e ciclo do capital, sua rotação e reprodução/circulação do capital social total.

<sup>9</sup> Relação mais valor/lucro – taxa de lucro e taxa de mais valor; lucro/lucro médio; a tendência da queda tendencial da taxa de lucro; capital mercadoria/capital monetário como capital de comércio de mercadorias e de dinheiro – nisto o crédito e o capital fictício.

a captura orgânica dos estados nacionais como elementos intrínsecos à acumulação capitalista, momento em que os fundos públicos são fortemente utilizados para incrementar a acumulação. Nisso, o cenário do neocolonialismo, a exportação contínua de capitais e as disputas imperialistas por matérias-primas que levaram o mundo ao seu primeiro conflito bélico do século XX: 1914-1918. Nesse sentido, destaca Lenin (2012, p. 83 e 90):

A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio de Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (...) O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

A gênese do Serviço Social está essencialmente ligada à fase imperialista/monopolista da acumulação capitalista (Netto, 1992), etapa que se impôs de forma heterogênea e com importantes mudanças nos últimos 140 anos. Nesse contexto, esta profissão tem conquistado um espaço na divisão sociotécnica do trabalho – que se objetiva também como divisão sexual e étnico-racial – como especialização do trabalho coletivo (Iamamoto; Carvalho, 1985; Yamamoto, 2007), particularmente no campo da regulação do pauperismo. Ou seja, o Serviço Social está relacionado às diversas atividades, serviços e políticas sociais voltadas à gestão das carências e necessidades da ampla e diversificada classe trabalhadora, especialmente de suas frações mais empobrecidas.

Todavia, estas observações não são suficientes para explicar a constituição do Serviço Social na América Latina na sua ampla diversidade, em um continente uno-múltiplo que ocupa determinado espaço da divisão internacional do trabalho. É essencial apontar como esse processo geral, indicado por Marx na segunda metade do século XIX, transitou à fase monopolista e desenvolveu-se ao longo do século XX na periferia do capital como parte de uma complexa totalidade social. Nisto, as particularidades da profissão nesta região. Sem esse procedimento ontológico-analítico (concreto-racional), que apanha o Serviço Social no movimento da história (Iamamoto; Santos, 2021), não é possível explicar sua natureza nessa região e o tipo de pauperismo e de opressões aqui objetivadas. Isto impacta as desigualdades sociais que constituem a natureza do capital nas periferias, altera o social, determina os serviços destinados à gestão do pauperismo, modifica decisivamente as condições objetivas para que se realize o trabalho profissional. Como insiste Yamamoto (1992), altera as condições objetivas do

trabalho profissional e subjetivas das(os) assistentes sociais.

Resumidamente, a América Latina tem particularidades que a marcam estruturalmente: foi impactada econômica, social e culturalmente, enquanto o mercantilismo solapava o feudalismo na Europa, especificamente a partir do século XVI<sup>10</sup>. A lógica mercantilista, centrada na pilhagem formalizada no pacto colonial, dizimou as culturas nativas, impôs o escravismo e o racismo contra negros e indígenas e destruiu culturas e povos muito heterogêneos. Além disso, estabeleceu uma lógica centrada na acumulação monetária comercial, especialmente nas fontes financeiras obtidas por meio de uma relação comercial desigual, que permitia que os recursos coloniais fossem extraídos a baixos custos e vendidos a preços muito mais elevados. Esse tipo de exploração de perfil comercial-original sustentou o mercantilismo e a acumulação primitiva do capital (Marx, 2013a, p. 785-833), essencial para a fase seguinte da revolução burguesa (a concorrencial/industrial), principalmente a partir da segunda metade do século XVIII (que eliminou ou subjugou as monarquias). Isto gerou uma mudança estrutural global ao generalizar o trabalho assalariado, concentrar trabalhadores(as) nas fábricas, explorar a força de trabalho de diferentes maneiras e transferir o centro da acumulação capitalista para a produção de mercadorias como capital monetário investido na produção, ou seja, capital produtivo subdividido, em determinada proporção, na compra de meios de produção e de força de trabalho.

Após a independência política dessa parte do Continente Americano situada, no geral, nos primeiros 40 anos do século XIX, parte da riqueza aqui produzida deixou de ser drenada às metrópoles pelo pacto colonial (Fernandes, 1987; 2009). Ao longo do século XIX, essa economia foi reorganizada a partir do legado colonial. Isto determinou os caminhos que foram trilhados pela diversa e heterogênea revolução burguesa e todo processo de modernização na América Latina e no Caribe, a partir das primeiras décadas do século XX. Este tipo de economia, na sua diversidade, tem reproduzido algumas características importantes que precisam ser aqui sumariadas.

Após a Revolução Russa (1917) e duas guerras mundiais imperialistas (1914-1918 e 1939-1945 – nas quais a extrema direita nazifascista prevaleceu até ser derrotada em 1945), o crescimento e o desenvolvimento da América Latina e do Caribe tornaram-se objeto de amplo debate e formulação de propostas de desenvolvimento, especialmente a partir da década de

---

<sup>10</sup> É preciso lembrar que esse processo não se impôs apenas como movimento econômico (embora ele tenha sido decisivo). Impactou as artes, o teatro, a música, a cultura em geral, a religião, a visão de mundo, entre outros aspectos da vida humana, processo que se expressou no que é universalmente caracterizado como o Renascimento. Nicolau Maquiavel, Leonardo Da Vinci e William Shakespeare são exemplos clássicos dessa época.

1950<sup>11</sup>. Os estudos organizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), insistiam que as dificuldades para o desenvolvimento da América Latina estavam relacionadas à ausência de estímulo contínuo à industrialização, processo que deveria ser coordenado, organizado, provocado e administrado pelos estados nacionais, contra o subdesenvolvimento. Esta orientação, cujo principal expoente no Brasil é Celso Furtado (2009), foi rejeitada pelos estudos de Cardoso e Faletto (1973) que insistiram na tese de que a existência da dependência externa impediria o desenvolvimento proposto pela Cepal. Reproduzindo certo tipo de crítica resignada, os autores reconhecem a dependência como marca estruturante da economia brasileira e, ao mesmo tempo, a tomam como algo dado na divisão internacional do trabalho. Sendo assim, a combinação econômica entre o interno e o externo, entre o centro e a periferia, seria procedimento necessário ao desenvolvimento extraíndo “possíveis vantagens” desta relação. Em oposição a estas propostas, o grupo formulador da teoria marxista da dependência (TMD)<sup>12</sup>, ao contrário, com ênfase no que é caracterizado por essa tradição como superexploração do trabalho<sup>13</sup>, formula uma análise essencialmente anticapitalista: a superação do subdesenvolvimento exige uma ruptura socialista, já que a dependência somente pode produzir dependência (jamais seu oposto).

A periferia do capitalismo foi estruturada como capitalismo dependente (Marini, 1973; Fernandes, 2009; Katz, 2020), impactada por uma formação social colonial (Chasin, 2000; Moura, 1988), embora seja relevante destacar que a dependência tenha se materializado como desenvolvimento desigual-combinado (Oliveira, 2003), explicitamente como modernização conservadora (Ianni, 2019). As bases desse complexo processo foram lançadas desde a primeira acumulação primitiva do capital, sob as condições do mercantilismo e do capitalismo comercial-original. Essa modernização do capital de perfil monopolista transformou a América Latina em um território que deveria fornecer matérias-primas baratas para a produção mundial a preços administrados e acessíveis, especialmente produtos agro mineiros, o que impacta a parcela da mais-valia investida como capital constante destinado à compra dos meios de produção nas regiões ditas centrais. Ou seja, é preciso buscar matérias-primas baratas em regiões "destinadas" a esse tipo de produção na divisão internacional do trabalho. Além disso, ofertar força de trabalho abundante e mais barata, categorizada pela Teoria Marxista da

<sup>11</sup> Esse debate percorreu os governos de países da região entre as décadas de 1930 e 1950: Getúlio Vargas (Brasil), Perón (Argentina) e batllismo/neobatllismo (Uruguai) são exemplos importantes.

<sup>12</sup> São expoentes deste grupo: Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Orlando Caputo, Riberto Pizarro, entre outros(as).

<sup>13</sup> Para a TMD, a categoria superexploração do trabalho constitui a natureza do capitalismo dependente e possui um sentido muito preciso: o pagamento da força de trabalho abaixo do valor médio necessário à sua reprodução, isto como mecanismo que compensa as perdas das burguesias nativas em relação às centrais.

Dependência como superexploração.

O que tem se constituído na periferia do capital, ainda que diversamente, são economias fundamentalmente agro mineiras destinadas à exportação, comprometidas com interesses econômicos externos. Essa é uma característica estruturante que permanece marcando essas regiões na atualidade, sustentada pela modernização permanente do agronegócio e da mineração extrativistas. Importante pontuar a diversidade deste complexo contexto. Países como Brasil, México<sup>14</sup> e Argentina experimentaram, ao longo da história, surtos instáveis de industrialização, com maior ou menor ênfase na agricultura modernizada: o agrobusiness como indústria agrícola de alta tecnologia e produtora em larga escala. Outras realidades são bem diversas: as minas e as frutas chilenas; a carne bovina Uruguaia e Argentina; o gás natural e a mineração na Bolívia; o petróleo venezuelano; as frutas da América Central; a agricultura colombiana (café e pecuária); a pesca peruana (exportadora de óleo de peixe) e sua mineração; o Caribe essencialmente frutífero, canavieiro e turístico. Apenas alguns exemplos entre outros países que têm transitado por caminhos próximos ainda que diversos.

As classes dominantes que se constituíram após a independência política do início do século XIX, continuaram vinculadas aos interesses externos e desconectadas das demandas nacionais (Fernandes, 2009; 1987)<sup>15</sup>. Esse processo tem sido reproduzido com o peso colonial do racismo, do patriarcalismo e do preconceito contra os povos indígenas, que impõe um perfil particular à questão social latino-americana na articulação entre classe, raça, etnia, gênero e diversidade sexual (e outras formas de opressão/discriminação)<sup>16</sup>. A América Latina e o Caribe, então, reatualizaram sua inserção na divisão internacional do trabalho, reorganizando-se a partir do legado colonial (com desigualdades internas), em tempos imperialistas-monopolistas. Não há dúvida de que todo processo de modernização conservadora que sustentou a revolução burguesa diversificada em toda a região, é caudatária da tradição colonial (e não poderia ser de outra forma). É preciso dizer, não por acaso, que o Serviço Social teve sua gênese como profissão em toda a América Latina e Caribe, exatamente naquele período de intensas transformações e intensificação das lutas dos(as) trabalhadores(as), sob o peso histórico do

<sup>14</sup> As conhecidas “maquilas” são exemplos da realidade mexicana de fronteira com o império. Expressam e se sustentam na lógica dependente. Consultar: <https://www.youtube.com/watch?v=WUQgFzkE3i0>

<sup>15</sup> Parte do progressismo latino-americano, especialmente os governos de países com importante mercado interno (Brasil, México e Argentina, por exemplo), têm estimulado propostas neodesenvolvimentistas articuladas a um fluxo industrial historicamente instável ou ausente na região. Isto tem gerado tensões internas significativas que impactam as economias locais, sem afetar, de forma alguma, a centralidade do mercado externo. Trata-se de um limite estrutural das economias dependentes (Marini, 1973), ainda que elas necessitem ser analisadas a partir de determinações contemporâneas.

<sup>16</sup> De nossa parte, a luta antirracista compõe as lutas anticapitalistas. Nisso, a luta anticolonial nos parece mais frutífera, densa e ampla, quando comparada com as abordagens decoloniais e descoloniais, mais ou menos avessas à tradição europeia.

colonialismo e sua estrutura escravista, particularmente a partir dos anos vinte do século passado. Por isso, a profissão e a questão social aqui materializadas sofreram o impacto dessa tradição colonial.

O que de fato prevaleceu na região a partir da segunda metade dos anos 1960 e início dos anos 1970, em diferentes momentos e formas, mas continuamente, *foi o projeto imperialista liderado pelos Estados Unidos*. Os golpes militares-empresariais em toda a região, também em resposta à Revolução Cubana de 1959 (Paraguai/Guatemala – 1954, Brasil/Bolívia – 1964, Peru – 1968, Uruguai e Chile – 1973, Argentina, 1962 e 1976, República Dominicana, 1978, por exemplo), reafirmaram uma espécie de modernização conservadora (Ianni, 2019), como desenvolvimento desigual-combinado (Oliveira, 2003), ou seja, um tipo de economia que gera certo tipo de riqueza com forte concentração que reafirmou profundas desigualdades, adaptou-se ao capitalismo mundial dos anos 1970, eliminou a oposição socialista ou os mais perigosos seguimentos democráticos, massacrou a oposição operária e promoveu um arrocho salarial significativo.

Da mesma forma, cabe destacar que o processo de reconceituação latino-americano (1965-1975 – não exatamente), obviamente não nasceu de uma iniciativa endógena, apenas profissional, mas formou-se a partir de demandas concretas que constituem o movimento da história, objetivamente postas por uma sociedade periférica tensionada pela luta de classes, que se expressaram em carências e necessidades humano-sociais identificadas como questão social. Isso repercutiu na profissão, no seu espaço sócio-ocupacional, nos estudantes, nas universidades e na formação profissional. Portanto, o pauperismo, caudatário da gênese, expansão e consolidação da sociedade burguesa mundial, aqui se constituiu diferentemente das regiões ditas centrais, da “via clássica” (inclusive suas formas mais tardias), como parte de uma totalidade social estruturada como unidade-diversa.

É verdade, como assinalou Marini (1973), que a dependência somente pode gerar dependência. Ainda assim, não é menos importante frisar que esse processo criou algo muito particular que evidenciou profundas desigualdades que têm reafirmado, nos diferentes territórios latino-americanos (e, diversamente, em toda a periferia do capital), certo tipo de desenvolvimento – necessário à produção mundial – marcado pela desregulamentação, informalização, intensificação e exploração da força de trabalho. A partir dessa dura realidade, típica do atual processo de acumulação e de sua crise permanente, constituiu-se o que é hoje a questão social, suas múltiplas determinações e refrações.

A dependência como modernização conservadora e desenvolvimento desigual-combinado, marca atual e produto sócio-histórico, tem enfrentado um cenário ainda mais

complexo desde a crise capitalista dos anos 1970 e a crescente e gradual dominação neoliberal que foi objetivada nessa parte da América, a partir dos anos 1990 (modelo radicalmente aplicado no governo de Augusto Pinochet – Chile). São muito bem conhecidas as consequências imediatas disso: golpes brutais nos direitos da heterogênea classe trabalhadora; reestruturação das relações de trabalho (intensificação, precarização, terceirização, informalidade, uberização e digitalização – Antunes, 1995; 2018); transformação da classe trabalhadora em "colaboradora" ou pessoa jurídica (PJ); reorganização dos Estados, com profundas restrições ao financiamento das políticas sociais; amplo e complexo domínio das finanças como aprofundamento da era do monopólio (inclusive envolvendo a gestão de recursos destinados à pobreza); cortes de gastos voltados aos direitos sociais expressos em discursos governamentais sobre responsabilidade fiscal e teto de gastos (sempre em relação ao social); privatização intensa e radical (ou, pelo menos, incentivo explícito às parcerias público-privadas); a mercantilização dos direitos básicos e fundamentais (saúde, educação e aposentadorias – entre outros); programas sociais específicos voltados à extrema pobreza, por tempo determinado, com avaliação permanente, visando não estimular a "vagabundagem" dos desempregados; isto, certamente, sustentado em uma economia dependente, modernizada, desigual-combinada e produtora de desigualdade extrema.

174

Caberia, então, insistir que o estudo desta complexa realidade e a formulação de alternativas no campo da práxis social e profissional (diferentes, mas articuladas), precisam estimular a crítica permanente, reconstruir processos materialmente postos, perseguir o movimento da realidade inspirado no ponto de vista da totalidade, portanto, *saturar esse processo de história e de historicidade*. Sendo assim, análises mecânicas e “chapadas”, feitas acriticamente desde “modelos teóricos”, precisam ser questionadas ou, pelo menos, revisitadas criticamente. É preciso retomar abordagens e propostas que têm orientado os estudos recentes, mesmo aquelas que possuem validade atual e se situam explicitamente no campo da emancipação humana (incluindo o próprio Marx, considerando suas pistas geniais e inelimináveis). Como analisar, no atual estágio de acumulação capitalista, a realidade da periferia do capital com suas marcas indelévels e a crise estrutural do capital (Mészáros, 2002b)? Como situar a profissão e o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro, construído a partir das condições objetivas do final século XX, nesse contexto de avanço do complexo e não homogêneo conservadorismo reacionário (Sant’Ana; Silva, 2020)? Nisto, defesas bem-intencionadas deste legado crítico da profissão no Brasil são relevantes, mas inofensivas se não estiverem contaminadas pela concretude da história.

Ao contrário do que anunciou Francis Fukuyama, estimulado pela queda da URSS e

pelo êxtase neoliberal, a história não acabou! O neoliberalismo não é outro capitalismo: *trata-se da forma histórica concreta que impõe receitas necessárias à acumulação continuada, concentrada e centralizada do capital*. Sendo assim, não existe outro capitalismo mais humano, “não selvagem”, que alimenta os sonhos reformistas e teses de que a revolução seria desnecessária. Criticar o neoliberalismo é importante, mas tendo como foco o capitalismo e o capital. Esse deve ser o sentido exato do anticapitalismo. *O que existe atualmente é o capitalismo sem roupagens, supostamente “livre” das ameaças anticapitalistas, genuíno, sem “papas nas língua”; o capitalismo sendo capitalismo, valorizando o valor, o capital como relação social que expropria e privatiza continuamente*. E isto se expressa na luta e na consciência de classe, reedita o estranhamento social junto aos(às) trabalhadores(as), reorganiza as ideias defendidas pelas classes dominantes e suas frações. Não por acaso os setores mais reacionários da burguesia têm enfatizado o ódio e o autoritarismo, distorcendo valores como a liberdade e a democracia. O fazem como se fossem defensores radicais da moral, da anticorrupção e da antipolítica, reduzindo a zero qualquer tipo de explicação minimamente comprometida com a verdade da realidade objetivamente existente. Não se impõem apenas como ideologias, mas como mentiras explícitas.

Mas existe algo muito importante nesses tempos históricos extremos (Hobsbawn, 1996): *o capital e a sociedade que permite sua reprodução ampliada (o capitalismo), em uma era de radicalização das pautas monopolistas-liberais comandados pela fração financeira do capital, não têm demonstrado capacidade de administrar a crise estrutural*. As ondas longas de crescimento, seguidas de crises e forte recuperação econômica – como se viu na segunda metade do século XIX e até os trinta gloriosos anos (1945-1975) – foram substituídas por crises constantes e baixíssimo crescimento global (Mészáros, 2002a; Silva, 2020). Além disso, a crise ambiental se impõe como gravíssima, o pauperismo, o desemprego e a precariedade/intensificação do trabalho se aprofundaram em várias partes do mundo (para além da periferia do capitalismo). Esta tensão, inconciliável, se impõe como social, política, cultural, ambiental e econômica, ao mesmo tempo. *Não estamos apenas vivendo a superexploração na periferia do capital desde nossas marcas históricas, mas também a profunda precarização laboral e o crescimento das desigualdades nas regiões tradicionalmente centrais, um tipo de exploração que reafirma, ao mesmo tempo, a superexploração e a aniquilação de importantes setores da classe trabalhadora que vendem sua força de trabalho, processo este amplo e diverso, com características ainda mais densas nas zonas periféricas*. A consequência é real e trágica: o crescimento da extrema direita, a polarização, o culto à guerra, a negação dos traços mínimos que compõem a democracia política, o recrudescimento do autoritarismo de classe, a

negação de direitos básicos, a reedição de formas de xenofobia, racismo, discriminação de diferentes tipos, destruição da natureza, fundamentalismo religioso e a defesa dos mais fortes e "predestinados ao sucesso" como empreendedores livres. Isto tem nome: barbárie em tempos marcados por grandes mudanças geopolíticas, em que as peças de xadrez ainda são movidas principalmente pelo "velho" Tio Sam, embora seguidas de perto pelo Frankenstein asiático-chinês. Nisso, a pandemia é apenas a cereja de um complexo bolo!

Nesse ponto, vale perguntar: o que o Serviço Social tem a ver com tudo isso? Como temos lidado com esse cenário complexo? Que tipo de abordagem profissional seria apropriada considerando o legado sócio-histórico latino-americano e caribenho e o atual cenário de crise estrutural do capital? Como reposicionar o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro nessas condições sócio-históricas? A defesa dele não pode ser um protocolo de boas intenções que reafirmam a especulação e o idealismo. E esta é uma lição já ressaltada pelos jovens Marx e Engels (2007).

### **Perspectiva histórico-crítica e Serviço Social: o debate de raiz marxista**

O debate histórico-crítico no Serviço Social de base marxista precisa reconhecer uma importante característica registrada há décadas por José Paulo Netto (1989): não existe um Serviço Social marxista<sup>17</sup>. O que existe é uma profissão, composta por profissionais historicamente determinadas(os), como sujeitos históricos possíveis, que atuam em condições particulares, inseridas(os) na divisão social do trabalho capitalista, que se revela diversamente e desigualmente como força de trabalho de homens, mulheres, brancos(as), negros(as), indígenas, entre outros perfis, cuja ação profissional lida prioritariamente com os setores mais expostos da diversa classe trabalhadora que se universaliza e se unifica na classe social. Isto, obviamente, não significa que não se possa imprimir um sentido às profissões a partir de tradições teóricas heterogêneas, com maior ou menor fidelidade a uma delas (Silva, 2022). Ou seja, não são as profissões que assumem certa tradição teórica, mas os sujeitos que colocam essa profissão em prática, inspirados por certa contribuição teórica para descrever ou explicar a realidade.

É preciso reconhecer, ainda, a tensão permanente entre uma profissão cuja gênese vincula-se a grupos conservadores e/ou reacionários, essencialmente de perfil religioso-fundamentalista e médico-higienista no contexto da luta de classes, e uma teoria social comprometida com a crítica radical e a superação da ordem do capital. O Serviço Social é uma

<sup>17</sup> Nem positivista, fenomenológico, pós-moderno, entre outras denominações articuladas a tradições racionais, irracionais, estruturalistas ou pós-estruturalistas (Silva, 2022).

profissão que possui limites objetivos cujos profissionais operam políticas que regulam o pauperismo, as desigualdades estruturais, nas condições particulares da América Latina. O trabalho profissional das(os) assistentes sociais tem sido desenvolvido em condições muito particulares, levando em conta demandas sociais complexas inscritas na luta permanente entre capital e trabalho, no processo de acumulação capitalista que concentra e centraliza permanentemente a riqueza socialmente produzida.

Dito isto, caberia perguntar: *qual a utilidade de uma teoria social do porte do marxismo para uma profissão que lida com a gestão do pauperismo?* Esse caminho não enfatizaria o diálogo com uma tradição teórica oposta ao que seria necessário a essa profissão? Não seria romântico, um ato de pura especulação, tentar articular uma teoria social crítica ao capital, revolucionária, e uma profissão que se justifica e se legitima exatamente no capitalismo, na fase da acumulação explicitamente monopolista, na gestão das desigualdades socialmente produzidas (Siqueira, 2020)?

É preciso considerar, desde a perspectiva histórico-crítica de raiz marxista, que as profissões têm limites específicos que não podem ser apagados pela força do desejo. Elas estão inscritas no mercado de trabalho capitalista que, por sua vez, estabelece as bases materiais para a atuação das(os) assistentes sociais que vendem sua força de trabalho, mediada pelo estado capitalista no campo contraditório das políticas sociais e/ou da gestão da pobreza extrema (Iamamoto, 2007). Mas será que as(os) profissionais só reproduzem essa base material? Estão condenadas(os) a serem dominada(os) por ela? Não necessariamente. Isso também depende da capacidade delas(es) exercerem seu poder criativo-relativo como sujeitos possíveis, que intervém na realidade concreta como sujeito/objeto, considerando as condições estabelecidas pelo seu espaço sócio-ocupacional e processos sociais complexos que afetam as(os) profissionais objetiva e subjetivamente.

Sabe-se que as intenções das(os) profissionais podem ser diferentes daquelas que compõem os espaços institucionais. Reconhecer isto é relativamente simples, mas certamente importante. Não se deseja profissionais que sejam reprodutores passivos da ordem, nem parece adequado acreditar em profissionais idealistas que especulativamente se sobrepõem a limites objetivos apagando-os por decreto (Silva, 2013). Então, que tipo de relacionamento seria oportuno? Impõe-se aqui a relevância da abordagem histórico-crítica, de raiz marxista, embora essa tradição teórica possa imediatamente parecer inadequada, especialmente aos olhos daqueles que desejam adaptar-se a ordem, “administrá-la responsabilmente”. Ou seja, a capacidade de ler criticamente essa realidade, de reconstruí-la revelando sua própria lógica e verdade, oferece melhores condições para que as(os) assistentes sociais proponham alternativas

interessantes. Isto é possível e necessário e se constitui contraditoriamente. Explicitar as desigualdades sociais, suas múltiplas refrações, perscrutá-las, explorá-las teórica e praticamente a partir de suas bases materiais, mesmo nos espaços criados para gerenciá-la, é a forma mais produtiva de questioná-las no próprio espaço profissional. A tradição dialética de Marx oferece excelentes condições para isto, orientada pela perspectiva da totalidade (Marx, 1989; Lukács, 2012).

O Serviço Social inspirado na perspectiva histórico-crítica-marxista, não opera apenas o instituído, não admite modelos de aplicação previamente elaborados pela "lógica iluminada" da ciência burocratizada e decadente. O "modelo" não é ter modelos que sejam aplicados, mas profissionais que pensem/proponham ações desde a realidade com a qual lidam cotidianamente, parte constituinte da totalidade social, uma realidade repleta de múltiplas mediações e complexos sociais não imediatamente visíveis. Por isto, é preciso reconstruir determinações objetivamente dadas, inicialmente invisíveis, para propor um trabalho profissional capaz de criar espaços criativos, ricos, mas contraditórios e originalmente estabelecidos para manter a ordem. Ou seja, *não se trata de apagar magicamente o vínculo estrutural entre capitalismo, capital, instituições e o próprio espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, mas de explicitar suas contradições, agindo com e nelas, revelando-as, debatendo-as, extraindo delas demandas genuinamente humanas ocultas pela "gestão responsável e possível da pobreza", por propostas empresariais ditas "emancipatórias"* (Silva, 2013; Moljo; Silva, 2020). Se, por um lado, as profissões e os profissionais não podem ser idealizados e supervalorizados, por outro é igualmente problemático atribuir-lhes um cunho exclusivo de dominação e reprodução da ordem.

Do ponto de vista histórico-crítico-marxista, a(o) assistente social não lida com "problemas sociais", como "questões profissionais e sociais", mas com demandas materiais de sujeitos sociais, como seres sociais que se constituem a partir de processos históricos complexos gestados na ordem do capital monopólico e não plenamente dominados pelos seres sociais nele inseridos. O "objeto da profissão" não está na mente das(os) profissionais que atuam na gestão direta do pauperismo e das diversas opressões ali colocadas, nem é determinado pelas(os) profissionais que cientificamente investigam esses processos. O que tem sido caracterizado como questão social e suas refrações, existe objetivamente na realidade independentemente das intenções e do que pensam as(os) assistentes sociais. Portanto, não se trata de um esforço marxista-epistemológico reconhecer os vínculos estruturais entre o pauperismo, o capital e a sociedade que possibilita a sua produção e reprodução social. Esta é uma imposição ontológico-real (Lukács, 2012).

As demandas com as quais assistentes sociais trabalham – violências diversas, as pessoas que vivem nas ruas, a falta de recursos para viver, os inúmeros conflitos que se expressam imediatamente nos núcleos familiares, as migrações/imigrações, as diversas opressões, a ausência de direitos, os problemas relacionados ao trabalho (desemprego, informalidade, precariedade, intensificação e desregulamentação), entre outras tensões cotidianas (imediatamente apresentadas como "problemas sociais", isolados e individuais) –, possuem dinâmicas que independem dos desejos das(os) profissionais e precisam ser devidamente explicadas. Este processo teórico-prático não pode ser simplesmente apagado (como se fosse um problema de "gestão prática da pobreza"), nem pode ser descrito apenas por profissionais da "teoria", pelo conhecimento produzido por cientistas completamente distantes, "neutros" e desconectados dos assuntos que se propõem a estudar e/ou intervir.

Aqui se impõe outra característica essencial da orientação histórico-crítica de raiz marxista: a ciência e o conhecimento não são teóricos e práticos, *mas teórico-práticos*, pois a práxis social e profissional exigem a explicação da dinâmica da realidade, a análise de complexos sociais ricos em determinações, considerando as particularidades profissionais e a dimensão ético-política desse processo. Não separa quem estuda e quem pratica, embora se reconheça, na divisão social, sexual e étnico-racial do trabalho, por necessidades objetivas, a ênfase em uma ou outra dimensão. Mais do que isso, não se trata de impor a teoria à prática (ou o contrário), estabelecendo "modelos de intervenção", mas de estimular um processo que visa conhecer a realidade, sua dinâmica e lógica, com a qual as(os) assistentes sociais lidam cotidianamente. Isto requer um esforço teórico-prático que teoriza a prática e, ao mesmo tempo, praticamente desafia abordagens teóricas que não são fechadas, estáticas. A teoria, então, não deve ser "aplicada", mas sim iluminar o estudo da dinâmica real, seu movimento historicamente reconstruído e existente, explicá-la a partir de sua própria lógica e, desde aí, repensar a prática com suas devidas mediações profissionais.

Considerando o que foi aqui proposto e valorizando a capacidade crítica de profissionais atuarem em espaços contraditórios, sem arranjos ingênuos, especulativos e românticos, a abordagem histórico-crítica inspirada em Marx e em sua tradição requer alguns pressupostos essenciais<sup>18</sup>:

- a) profissionais intelectualmente preparadas(os), culturalmente ricas(os), amplamente

---

<sup>18</sup> Os tópicos que serão apresentados a seguir, foram resumidamente apresentados em um mesa de debates no "Encuentro Latinoamericano de profesionales, docentes y estudiantes de Trabajo Social", realizado em maio de 2023 na Universidad Nacional del Centro de Buenos Aires (UNICEN-Tandil). Esse conteúdo, sistematizado e publicado em castelhano, foi aqui retomado e adensado a partir das anotações originais (Silva, 2023).

ligadas(os) à vida social para além das profissões (Netto, 1996). Aqui surge um problema concreto relacionado a uma formação quase sempre limitada, condições materiais precárias para a dedicação ao estudo e à pesquisa, bem como processos de alienação/estranhamento social que moldam e limitam a consciência do ser social, restringindo-a à esfera imediata da vida. Por esta razão, o cuidado com a formação profissional e intelectual das(os) assistentes sociais tem sido objeto de preocupação também da tradição histórico-crítico-marxista na profissão;

b) conexão com problemas genuinamente humanos, intenção e capacidade de reconstruir mentalmente, histórica e criticamente, a lógica da própria realidade (Marx, 1989; 2005a; 2005b), a verdade que a constitui, sua dinâmica objetivamente existente independentemente do que pensam as(os) profissionais. Vale perguntar: quem são as pessoas com quem trabalhamos? Essa tentativa não deve ser apenas acadêmica, mas intelectual, ou seja, não pode se limitar à formação de acadêmicos isolados no mundo universitário, estimuladores da "decadência ideológica" (Lukács, 1981). Deve dialogar criticamente com as diversas instâncias da vida profissional e social – sindicatos, movimentos sociais, lutas sociais comprometidas com problemas genuinamente humanos – como práxis profissional e social, como seres humano-sociais;

c) é fundamental articular, mas não confundir, as competências necessárias e as condições objetivas existentes nos espaços de atuação profissional e de militância. Estas instâncias são necessariamente articuladas, ainda que não sejam idênticas. A experiência profissional contamina a prática militante e vice-versa. Mas, embora a crítica radical seja uma necessidade para qualquer situação, a posição ocupada por profissionais/militantes, o nível de abrangência e as possibilidades dessas dimensões intervirem na realidade não são as mesmas. As estratégias e os instrumentos são igualmente diferentes. Por essa razão, as mediações objetivamente existentes e reconstruídas mentalmente para orientar o trabalho profissional e a atuação militante, são diferentes, ainda que lidem com a mesma sociabilidade: a sociedade do capital. Isto requer habilidade e cuidado intelectual, teórico-prático, para analisar a relação dinâmica, de ampla unidade-diversa, entre as *singularidades* imediatamente colocadas, ou seja, o modo como processos complexos aparecem, a *universalidade* que estabelece determinações universais-gerais que informam todas as realidades e as *particularidades* que revelam processos específicos imediatamente postos e universalmente articulados, objetivados em um determinado espaço e contexto sócio-histórico (Lukács, 2012). Impõe-se, aqui, a totalidade composta por múltiplas mediações que necessitam ser reconstruídas, perquiridas e cuidadosamente analisadas;

d) embora se reconheça que as(os) assistentes sociais têm sido chamadas(os) a intervir

nas diversas refrações da questão social, muitas vezes de perfil terminal, é preciso reconhecer que elas(es) podem atuar diversamente nestes contextos. Uma mulher negra ou indígena, impactada pelo pauperismo, atingida por múltiplas opressões, que busca um atendimento pontual nos Centros de Referência de Assistência Social (proteção básica ou especial) na periferia do capital, certamente quer resolver/amenizar uma carência imediata. Apesar de essa pessoa se apresentar dessa forma a partir das circunstâncias necessárias para sobreviver, ela é um ser social rico em determinações, com demandas e necessidades diversas, *mediatamente colocadas, ou seja, não necessariamente reveladas-visibilizadas no momento da busca por um recurso individual para satisfazer carências aparentemente pontuais*. A(o) assistente social pode simplesmente conceder ou não o recurso solicitado, fazer o que lhe foi pedido institucionalmente, sentindo-se feliz ou não com isto, acreditando que está exercendo sua atividade profissional com competência. Ou, por outro lado, atender o que é objeto inicial da atenção não apenas porque a instituição lhe demanda para isto, mas porque se trata de uma carência humana objetiva que não pode ser explicada apenas a partir de “problemas sociais individuais”. Pode-se perguntar: isso muda alguma coisa? Evidente que sim! Muda a forma como se lê a realidade, como a explicamos, a maneira como nos colocamos diante do imediatamente apresentado. Este procedimento certamente tem impacto no trabalho profissional (do atendimento inicial básico aos encaminhamentos sugeridos), nas propostas elaboradas, ajuda a levar a profissão aos seus limites, a criar e recriar alternativas, a indicar demandas que não foram imediatamente expostas, considerando as condições objetivas e subjetivas para tal (Iamamoto, 1992). Além disso, permite que a(o) profissional articule as forças potenciais, locais ou não, ligadas ao espaço profissional em que se atua indicando a necessidade de estudos e de pesquisas permanentes;

e) as(os) assistentes sociais, em seus diversos espaços sócio-ocupacionais, não podem simplesmente negar as demandas instituídas, produto de complexas articulações entre as reais necessidades sociais e o desejo de controle da luta de classes e das desigualdades. Ao mesmo tempo, e isso é igualmente importante, o histórico-crítico não pode ser reduzido a uma proposta acriticamente conformada a uma determinada prática instituída, como se ecleticamente o método de análise da realidade pudesse ser diferente do método de intervenção sobre ela. Portanto, o histórico-crítico, de raiz marxista, requer práticas coerentes com esta tradição, mesmo que se considere o contexto altamente contraditório. Como lidar com isso, considerando que as(os) assistentes sociais são assalariadas(os) e cobradas(os) para cumprir obrigações institucionais? Trabalhar a contradição, a partir do que é imediatamente apresentado pelas pessoas que buscam um serviço, perscrutá-lo, negá-lo e superá-lo, *revelá-lo a partir de suas*

*demandas genuinamente humanas, mediatemente presentes em um pedido individual, é a chave para um trabalho profissional histórico-crítico.* Isso não elimina os problemas, que são estruturais, mas os tensiona permanentemente desde o trabalho profissional. Por exemplo: embora a fome seja uma carência humana que precisa ser satisfeita imediatamente (algo essencial), é importante que a abordagem profissional vá além disto, articulando-a com outras carências e necessidades que expliquem o que foi imediatamente apresentado. Ainda que comer seja essencial, alimentar-se corretamente, saudavelmente, expandir o debate para a qualidade dos alimentos, como são produzidos e com qual finalidade, é absolutamente importante (Sant'Ana, *et al.*, 2021). Isto possibilita não só o enfrentamento da fome imediata, mas também contribui com a elucidação da complexidade do tema e de qual ser social estamos falando, seus determinantes: mulher, periférica, indígena, negra ou branca, com filhos, que vive certo cotidiano, desempregada, subempregada, precária, explorada, que sofre diversas formas de violência, com carências e necessidades unidas heterogeneamente como classe trabalhadora. O trabalho profissional deve revelar isso, permitir que tais demandas sejam expostas e trabalhadas *como potências criativas que explorem vácuos informativos/formativos vistos como desnecessários.* O que fazemos e o que não devemos fazer? O que deixamos de fazer e poderíamos fazer? Quais outras(os) profissionais dividem o espaço de trabalho profissional? É possível contar com elas(es)? Em que medida? Quais as regras institucionais e suas demandas? Como lidar com elas? Desconsiderar isto significa, com efeito, abandonar a profissão às traças, desconsiderá-la como instância potencialmente interessante, necessária, ainda que ela efetivamente tenha alcance restrito. A questão central é saber lidar com demandas imediatamente postas desde o ponto de vista histórico-crítico, sempre, gostemos ou não, de forma imperfeita, limitada e contraditória, contribuindo para que as pessoas formem suas consciências sobre a sociabilidade que vivem (incluindo as(os) profissionais), revelando as causas que impedem níveis crescentes de emancipação social;

f) a perspectiva histórico-crítica aqui destacada, deve analisar e conhecer todas as tendências teóricas que informam a profissão (mesmo as mais conservadoras-reacionárias). Não há dúvidas: o conhecimento é essencial para debater e propor, criticar concretamente, sem especulações idealistas. Em outras palavras, para atuar como profissional-militante, no sentido aqui proposto, é necessário conhecer as diferentes perspectivas, debater suas teses, posicionando-se diante delas teórica e praticamente (Silva, 2022, p. 61-106). O pluralismo (Coutinho, 1991), em seu sentido amplo e profundo, requer o conhecimento dos diferentes, *não para propor uma síntese eclética*, mas para estabelecer os limites dos diferentes, suas fronteiras, estimular a crítica permanente, indicar e defender alternativas com orientação social explícita.

A profissão Serviço Social está em disputa e expressa, reflete, projetos societários concretamente em tensão na realidade. Ressaltar a necessidade de conhecer as perspectivas que compõem a realidade, não significa acreditar na unidade acrítica entre elas como uma “colcha de retalhos” ou uma “caixa de ferramentas” utilizada sem critérios. Ao contrário, o pluralismo exige tensionar, teórica e praticamente, permanentemente, dissensos, incoerências, inconsistências e projetos diferentes, seu elo de classe, negando o caminho fácil da síntese eclética (Silva, 2022; 2013). Além disso, é preciso ter em mente que conhecer as diferentes teses, inclusive as mais regressivas e reacionárias, tem o sentido exato de criticá-las ou combatê-las adequadamente, pois não há espaço para, no sentido do pluralismo aqui proposto, relativizar posições, justificar preconceitos e proposições fascistas, ou inspiradas neles, que impedem a emancipação humana do ser social: xenofobia, homofobia, machismo, racismo, entre outras formas de opressão.

Portanto, é preciso insistir que o trabalho profissional não está previamente estabelecido, mas deve ser construído a partir de uma dinâmica complexa que articule a realidade institucional, as demandas das pessoas que buscam determinado serviço, os elementos que estruturam a sociabilidade, a capacidade crítica que exige profissionais preparadas(os) e a articulação com as lutas sociais anticapitalistas. Não há dúvida sobre um aspecto decisivo: uma formação mais ou menos rica, articulada a condições objetivas melhores ou pouco favoráveis a um trabalho profissional criativo, certamente tem influência positiva ou negativa nesse cenário. A ausência destes elementos ou a falta de articulação entre eles compromete a abordagem histórico-crítica de base marxista, reduzindo o trabalho profissional exclusivamente à gestão de tensões estruturais (Esquivel, 2005 e 2021). O que se deve medir como capacidade profissional? A sua potência para operar o instituto adequadamente? Do ponto de vista aqui analisado as demandas institucionais não são insignificantes, mas imediatas e acríticas. O que foi instituído precisa ser dessecado, superado, revelado, criticado e elucidado a partir de suas intenções, de sua ideologia.

### **Considerações finais**

A perspectiva histórico-crítica de raiz marxista é essencial para o Serviço Social. Esta necessária interlocução se impõe para aquelas(es) assistentes sociais que consideram importante, no processo de formação e do trabalho profissional, ocupar criticamente e prepositivamente o contraditório e complexo espaço sócio-ocupacional da regulação da pobreza na ordem monopolista do capital. Isto, todavia, não pode se realizar sem a reconstrução das mediações que constituem a América Latina e o Caribe como parte da periferia do capital, no

atual estágio de acumulação capitalista. Nisto, o que vem sendo caracterizado como questão social, suas refrações.

Qual é o modelo, ou quais são os modelos, para o Serviço Social? O modelo não é ter modelos, mas exercer a potência do sujeito histórico relativo incluindo as possibilidades contraditórias e os limites reais que compõem os espaços profissionais. Ou seja, o histórico-crítico, de raiz marxista, não é mais um modelo a ser aplicado. Ao contrário, nega modelos, receitas, aplicações de qualquer espécie, exige um sujeito ativo que atue na história – onde se situa a profissão – sempre de forma relativa (não plena), construindo conhecimentos a partir da realidade, analisando sua dinâmica, reconstruindo categorias que expliquem o ser social. Desde aí, decodifica mediações, exerce a práxis – como relação de unidade-diversa entre teoria e prática – também profissional, não isoladamente, compromete-se com a realidade e com a defesa da vida de seres sociais concretos, suas carências e necessidades. Por isto, é também um compromisso ético-político – incluindo profissional – que rejeita “neutralidades”, questiona diversas formas de ciências descritivas e opõe-se a todas as orientações e posturas obscurantistas e de base fascista.

### Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão – o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARDOSO, F. H.; Faletto, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica*. 7ª. edição, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1973.
- CASTEL, R. *Las metamorfosis de la Cuestión Social*. Una crónica del salariado. Buenos Aires, Paidós, 1996.
- CHASIN, José. *A via colonial de entificação do capitalismo*. A miséria brasileira — 1964-1994: do golpe militar à crise social. Santo André (SP): Estudos e Edições AD Hominem, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. São Paulo: *Cadernos ABEPPS*, n. 5-17, 1991.
- ESCORSIM, L. *O conservadorismo clássico*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- ESQUIVEL, F. Gerencia Social: algunas reflexiones sobre su génesis. *Revista Costarricense de Trabajo Social*, n. 17, 2005. Disponível em: <https://revista.trabajosocial.or.cr/index.php/revista/article/view/91/104> Acesso: 18 mayo 2021.
- ESQUIVEL, F. *Gerencia Social: un análisis crítico desde el trabajo social*. Buenos Aires: Espacio, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos*. Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A era dos impérios*. 3ª. edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez: Celats, 1992.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9.ed., São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez/CELATS, 1985.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica dos (org.). *A História pelo avesso — a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- KATZ, Claudio. *A teoria da dependência 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- LENIN, V. I. *O imperialismo – fase superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LUKÁCS, György. *A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica*. Lukács – Sociologia. Organizador José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 109-131, 1981.
- LUKÁCS, György. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 281-422, 2012.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*, 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>
- MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 785-833, 2013a.
- MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: *O Capital - crítica da economia política – o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 689-784, 2013b.
- MARX, Karl. A produção do mais-valor absoluto. In: *O Capital - crítica da economia política – o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 253-602, 2013c.
- MARX, Karl. A questão judaica. São Paulo, Centauro, 2005.
- MARX, Karl. A rotação do capital. In: *O Capital - crítica da economia política – o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 233-446, 2014a.
- MARX, Karl. As metamorfoses do capital e seu ciclo. In: *O Capital - crítica da economia política – o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 105-231, 2014b.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo, 2005a
- MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 145-156, 2005b.
- MARX, Karl. *Glosas críticas a artigo o rei da Prússia e a reforma social - De um prussiano*. Lutas de classe na Alemanha. São Paulo: Boitempo, 25-52, 2010.
- MARX, Karl. O método da economia política. In FERNANDES, Florestan (org). *Marx/Engels História*. São Paulo: Editora Ática, p. 409-417, 1989.
- MARX, Karl; Engels F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Mészáros, István. A quebra do encanto do “capital permanente universal”. In: *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 53-93, 2002a.

- Mészáros, István. Crise estrutural do sistema do capital. *In: Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 605-980, 2002b.
- MOLJO, C. ; SILVA, J. F. S. . Trabajo Social y tradición marxista. *ESCENARIOS (LA PLATA)*, v. 31, p. 1-10, 2020.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo Ática Editora, 1988.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.
- NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 30, p. 89-102, 1989.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SILVA, J. F. S. da. América Latina: capital e devastação social. *Revista Katálysis*. Florianópolis: UFSC, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e74788>
- SANT'ANA, RAQUEL SANTOS; PALMA, G. O. A.; GUSMINI, J. Projeto “Cestas Verdes”: uma experiência concreta de Segurança Alimentar e Nutricional. *Praia Vermelha (UFRJ)*, v. 31, p. 184-207, 2021.
- SANT'ANA, Raquel; SILVA, José Fernando S. da. Recrudescimento conservador no Brasil – bases ontológicas-concretas e expressões no Serviço Social. *Revista Libertas – Dossiê: os desafios do Serviço Social ante a escalada do conservadorismo*. Juiz de Fora: Revista Libertas, v. 20 n. 2, jul/dez, 2020.
- SILVA, J. F. S. da. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro, 1º. Semestre de 2015, n. 35, v. 13, p. 99 – 125.
- SILVA, J. F. S. da. *Perspectiva histórico-crítica y trabajo social*. Procesos emancipatorios y resistencias al neoconservadurismo en América Latina. Debates, luchas y conquistas en Trabajo Social. Conferencias presentadas en el V Encuentro Latinoamericano de Trabajo Social. Tandil: UNICEN, 29 (16), 2023. <https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/plaza-publica/article/view/1783>
- SILVA, J. F. S. *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo, Cortez, 2013.
- SILVA, J. F. S. *Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas: aportes al debate latinoamericano*. São Paulo: Cortez, 2022 (Biblioteca Internacional de Serviço Social)
- SILVA, J. F. S. Trabajo social, pauperismo y desigualdades: desafíos al trabajo profesional en el contexto de la pandemia. *In: UMAÑA, Sandra Araya, et al (org). Memoria actividades académicas 55º. aniversario*. San José: Colegio de Trabajadores Sociales de Costa Rica (COLTRAS), v. 1, p. 66-94, 2023. [https://trabajosocial.or.cr/wp-content/uploads/2023/05/MEMORIA-ACTIVIDADES-ACADEMICAS-2022\\_compressed.pdf](https://trabajosocial.or.cr/wp-content/uploads/2023/05/MEMORIA-ACTIVIDADES-ACADEMICAS-2022_compressed.pdf)
- SIQUEIRA, J. F. Trabajo Social y Crítica Marxista. *Propuestas Críticas en Trabajo Social - Critical Proposals in Social Work* 1(1), 43-60, 2021.

# Totalidade concreta, capitalismo e Serviço Social

## Concrete totality, capitalism and Social Work

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras\*

**Resumo:** O artigo evidencia a relação entre totalidade concreta e capitalismo, a partir da argumentação de Marx e Engels e do diálogo com pesquisadores marxistas na atualidade. Trata-se de um estudo preliminar para compreender os fundamentos históricos das perspectivas críticas/contestatórias ao Serviço Social Tradicional, emergentes nas décadas de 1960-1970, no plano desta totalidade, de um modo global. Parte-se da análise da produção teórica da pesquisa em rede “Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória” (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, EUA, Portugal e Reino Unido) realizada durante o Pós-doutorado sênior – CNPq/PUC-SP.

**Palavras-chaves:** Totalidade concreta; Capitalismo; Serviço Social; Fundamentos históricos.

**Abstract:** The article highlights the relationship between concrete totality and capitalism, based on the arguments of Marx and Engels and the dialogue with current Marxist researchers. This is a preliminary study to understand the historical foundations of critical/contestatory perspectives on Traditional Social Work, emerging in the 1960s-1970s, at the level of this totality, in a global way. It starts from the analysis of the theoretical production of the network research “Social Work Reconceptualization Movement in Latin America: historical determinants, international interlocutions and memory” (Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Spain, USA, Portugal and United Kingdom) carried out during the senior post-doctorate – CNPq/PUC-SP.

**Keywords:** Concrete totality; Capitalism; Social Work; Historical foundations.

## Introdução

A motivação para redigir este texto originou-se da proposta de investigação de pós-doutorado<sup>1</sup> sobre o tema “Ação profissional crítica<sup>2</sup> no Serviço Social: fundamentos históricos e teórico-metodológicos”.

---

\* Assistente social, doutora em Serviço Social (UFRJ). Pós-doutorado em Serviço Social, (PUC-SP), bolsista PDS-CNPq, 2022/2023. Professora titular Faculdade de Serviço Social (Graduação e Pós-graduação) da Universidade Federal de Juiz de Fora. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4095-7950>

<sup>1</sup> Vínculo com o Programa de Estudos Pós-graduados da PUC-SP, sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek com acesso à bolsa, no período de dezembro de 2022 a agosto de 2023, através de concorrência ao Edital CNPq 25/2021, PDS.

<sup>2</sup> A ação profissional crítica é aqui compreendida como expressão sintética da orientação profissional, consideradas as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa nela contidas.

Um dos objetivos dessa proposta foi a análise do material bibliográfico produzido pela pesquisa “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais (Espanha, EUA, Portugal, Reino Unido) e memória (1960-1980)”<sup>3</sup>.

Parti da constatação elaborada no decorrer de minha inserção nos debates e simpósios<sup>4</sup> realizados no âmbito dessa pesquisa, de que os processos sociais que engendram a perspectiva crítica – contestatória ao Serviço Social Tradicional<sup>5</sup> são semelhantes e articulam-se ao desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Esta análise exigia a compreensão desses processos de modo articulado, tomados em sua totalidade.

Deste modo, a compreensão da perspectiva crítica ao SST tem como fundamento histórico a análise da totalidade das relações sociais capitalistas e consistiu no objeto da pesquisa de pós-doutorado, cuja hipótese norteadora indicava a possibilidade de caracterizar o “Serviço Social crítico” enquanto expressão desta dinâmica, em um plano global (Eiras, 2022, p. 16).

Durante a pesquisa de pós-doutorado retomei algumas elaborações no âmbito da teoria social de Marx, para o que foi crucial a participação no segundo ciclo do Seminário de Estudos sobre o Capital<sup>6</sup> e percebi a necessidade de apreensão da totalidade não somente como referência a um processo articulado e conectado a outros complexos mais amplos (totalidade enquanto complexo de complexos), mas como uma instância contraditória, que desde o capitalismo, tornou-se observável em *si mesma*, através das mediações e objetivações em um plano global, que envolvem todos os territórios deste planeta, seus povos e culturas, o que constitui uma totalidade concreta.

Neste artigo, desenvolverei alguns aspectos dessa argumentação, expostos no item 1, e no segundo item, apresentarei uma síntese da análise realizada sobre a profissão, a partir da produção da pesquisa sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América

<sup>3</sup> Conforme explicarei adiante, neste artigo.

<sup>4</sup> A referida investigação foi coordenada pelas Profas. Dras. Marilda V. Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos no período de 2016 a 2021, financiada pelo CNPq. Foram realizados quatro simpósios internacionais, 02 na FSS/UFJF, 01 na Universidade de Caldas, Colômbia, 01 na FSS/UFJF e ESS/UERJ. Além desses simpósios, aconteceram três workshops, realizados virtualmente, durante o ano de 2021, com registro dos debates suscitados pelo material já elaborado pelas diferentes equipes.

<sup>5</sup> “A prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado fatal ineliminável” (Netto, 1991, p. 118).

<sup>6</sup> Iniciativa acadêmica da professora Marilda V. Iamamoto, coordenado por uma equipe interinstitucional, vinculada à pesquisa em rede “O Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”, desdobramento da investigação anterior sobre o MRLA.

Latina (MRLA) e suas interlocuções internacionais, abrangendo o período de 1960 a 1980, durante o qual as perspectivas críticas ao SST emergiram nos países analisados.

Dada a densidade do tema, sobretudo no item 1, recorri à inserção de referências teóricas e comentários explicativos em notas de rodapé.

### Capitalismo e totalidade concreta

Já no século XIX, Marx e Engels (2001) indicaram que o *desenvolvimento universal das forças produtivas* atingira uma “existência empírica real” no capitalismo. Tal desenvolvimento implicou no fato de que a história dos seres humanos passou a se desenrolar no plano da história mundial. Para os autores,

[o desenvolvimento das forças produtivas<sup>7,8</sup>] é uma condição prática prévia absolutamente indispensável, pois, sem ele, a *penúria* se generalizaria, e, com a *necessidade*, também a luta pelo necessário recomeçaria, e se cairia fatalmente na mesma imundície anterior. Ele é também uma condição prática *sine qua non*, porque unicamente através desse desenvolvimento universal das forças produtivas é possível estabelecer um intercâmbio da massa ‘privada de propriedade’ simultaneamente em todos os povos (concorrência universal) e torna cada um deles dependente das revoluções dos demais; e porque, finalmente, coloca homens que vivem empiricamente a *história universal* em lugar de indivíduos que vivem num plano local (Marx e Engels, 2001, p. 31-33).

Essa perspectiva enunciada por Marx e Engels evidencia a particularidade histórica que se processa, sobretudo, a partir do desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo<sup>9</sup>. Tal desenvolvimento se expressa em um plano que extrapola “o local”.

<sup>7</sup> “Produzir a vida, tanto a sua própria vida pelo trabalho, quanto a dos outros pela procriação, nos aparece, portanto, a partir de agora, como uma dupla relação: por um lado como uma relação natural, por outro como uma relação social – social no sentido em que se entende com isso a ação conjugada de vários indivíduos, sejam quais forem suas condições, forma e objetivos. Disso decorre que um modo de produção ou um estágio industrial determinados estão constantemente ligados a um modo de cooperação ou a um estágio social determinados, e que esse modo de cooperação é, ele próprio, uma “força produtiva”; decorre igualmente que a massa das forças produtivas acessíveis aos homens determina o estado social, e que se deve por conseguinte estudar e elaborar incessantemente a ‘história dos homens’ em conexão com a história da indústria e das trocas” (Marx e Engels, 2001, p. 23-24).

<sup>8</sup> “O poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos, condicionada pela divisão do trabalho, não aparece a esses indivíduos como sendo sua própria força conjugada, porque essa própria cooperação não é voluntária; [...] ela lhes aparece, ao contrário, como uma força estranha, situada fora deles, que não sabem de onde ela vem nem para onde vai, que, portanto, não podem mais dominar e que, inversamente, percorre agora uma série particular de fases e de estágios de desenvolvimento, tão independentemente da vontade e da marcha da humanidade, que na verdade é ela que dirige essa vontade e essa marcha da humanidade” (Marx e Engels, 2001, p. 30).

<sup>9</sup> Pierre Villar (1980) indica duas passagens do livro *A ideologia Alemã*, às quais não pude identificar igualmente, na versão que utilizo em português. Essas passagens trazem elementos para a compreensão das forças produtivas e da divisão do trabalho, em um plano que extrapola o nível local. “Não apenas a relação de uma nação com outra, mas também inteira organização interna dessa mesma nação depende do grau de desenvolvimento da sua produção e das suas relações internas e externas. O grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma nação é indicado, do modo mais claro, pelo grau de desenvolvimento a que chegou a divisão do trabalho. Toda nova força produtiva (...) traz como consequência um novo desenvolvimento na divisão do trabalho (...). Os diversos estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho são igualmente formas diversas de propriedade; ou seja, cada novo estágio

Os autores anteviram no modo de produção capitalista, uma dada materialidade fundante de uma “história universal”<sup>10</sup> e as possibilidades abertas neste processo, para o conjunto dos povos, com impacto em termos da liberdade e autonomia individuais, em uma perspectiva emancipadora para os seres humanos, tomados coletiva e individualmente.

Assim, evidencia-se que a emergência da *totalidade concreta* está relacionada ao *processo histórico assentado material e objetivamente no desenvolvimento das forças produtivas* sob o capitalismo, que envolve nessa dinâmica, o planeta, integrando no processo de produção/reprodução social, as diferentes regiões/territórios.

No plano teórico-analítico, a compreensão dessa objetivação ocorre pela Economia Política e pela Crítica à Economia Política elaborada por Marx e Engels.

A partir desses pressupostos, observa-se através de Rubin (2014), que a gênese deste processo aconteceu no decorrer do período conhecido como “mercantilismo” (séculos XVI e XVII)<sup>11</sup>.

Nesta direção, Rubin (2014, p. 40) argumenta:

No final da Idade Média já se apresentavam os sinais de que a economia regional ou cidadina estava em fase de declínio [...] A economia regional era baseada numa combinação do manso senhorial rural com as guildas urbanas; [...] a decomposição se deu [pelo] rápido desenvolvimento de uma economia monetária, a expansão do mercado e a força crescente do capital mercantil.

da divisão do trabalho determina também as relações entre os indivíduos e o material, o instrumento e o produto do trabalho” (Marx e Engels in Villar, 1980, p. 106). “O desenvolvimento da força produtiva do trabalho pressupõe uma cooperação em ampla escala; como tão-somente partindo desse pressuposto é possível organizar a divisão e a combinação do trabalho, economizar os meios de produção concentrando-os em massa, criar meios de trabalho que já materialmente só podem ser empregados em comum, por exemplo, os sistema de máquinas; como forças imensas da natureza podem ser obrigadas a servir à produção em aplicação tecnológica da ciência” (Marx – O Capital, in Villar, 1980, p. 125).

<sup>10</sup> Após analisar a obra de Marx, buscando sua relação com o campo de pesquisa da história, na perspectiva do historiador, Villar conclui: “Marx combina em cada uma de suas páginas não apenas – como observou Schumpeter – teoria econômica e análise histórica, mas também, numa intrincadíssima rede, a teoria da história e a história da teoria, um conjunto que o próprio Schumpeter não conseguiu alcançar, apesar do poder de seu pensamento e de sua grande erudição; Schumpeter só teve êxito na história da teoria. [...] Também para O Capital – se quisesse defini-lo com relação ao tema ‘Marx e a história’ – deveria dizer, como para a *Ideologia Alemã*, que não é um livro de história, mas é obra de um historiador” (Villar, 1980, p. 126). É interessante que Villar termina esse artigo indicando no item 5, o título, “A história universal como resultado”. Embora ele não explique essa concepção (ainda que a tenha exposto a partir da análise dos textos de Marx, dentre os quais se destaca a *Ideologia Alemã*), fica subentendido que esse é o caminho para ele, enquanto historiador marxista. A esse respeito, também me parece que a obra de Hobsbawm, sobretudo, o estudo sobre as “Eras” (Das Revoluções, Do Capital, Dos Extremos) foi elaborada buscando uma amplitude histórica (de análise de dados e processos) no nível global.

<sup>11</sup> “A era do capital mercantil (ou capitalismo primevo) abrange os séculos XVI e XVII, tendo sido uma era de enormes transformações na vida econômica da Europa Ocidental, com o desenvolvimento extensivo do comércio marítimo e o predomínio do capital comercial” (Rubin, 2014, p. 39) “Assim como uma compreensão completa da economia capitalista é impossível sem o conhecimento da época da acumulação capitalista primitiva, tampouco pode haver uma compreensão correta da evolução da economia política contemporânea sem um conhecimento geral dos economistas da era mercantilista” (Rubin, 2014, p. 35) “Embora isso possa ocorrer de modo menos visível e com maior complexidade, ainda pensamos que as exigências da política econômica concreta exercem um poderoso impacto sobre a orientação das ideias econômicas” (Rubin, 2014, p. 30).

Naquele período, as trocas comerciais foram intensificadas e o mercado tornou-se uma esfera importante para as transações monetárias, expandindo-se “além-mar”. A disputa pelas melhores condições para a venda e comercialização de mercadorias ampliou-se na relação entre diferentes regiões, envolvendo a disputa pelas rotas e territórios.

De acordo com Rubin (2014, p. 41), “o comércio colonial trouxe enormes lucros aos mercadores europeus e permitiu-lhes acumular consideráveis capitais monetários, adquirindo matérias-primas coloniais a preços irrisórios e vendendo-as na Europa a um preço muito maior”. Além disso, possibilitou uma “fluência de metais preciosos, um aumento nas trocas comerciais e o estabelecimento de uma economia monetária” (Rubin, 2014, p. 42).

Rubin (2014) destaca o rápido enriquecimento da burguesia comercial e o declínio no padrão de vida dos camponeses, artesãos e operários, face ao aumento dos preços (encarecendo as provisões) motivado pela depreciação da moeda, cujo valor caíra pela facilidade de extração dos metais preciosos. Os salários por sua vez, não acompanharam o aumento real dos preços. Para o autor “o empobrecimento dos camponeses e dos artesãos apareceu como um resultado inevitável da dissolução da ordem feudal no campo e das guildas nas cidades” (Rubin, 2014, p. 43).

Em síntese,

o que ocorreu na era do capital mercantil (os séculos XVI e XVII) foi a acumulação de enormes quantias de capital nas mãos da burguesia comercial e um processo de separação dos produtores diretos (artesãos e, em parte, camponeses) em relação aos meios de produção – isto é, a formação de uma classe de trabalhadores assalariados. Uma vez obtido o domínio no campo do *comércio exterior*, a burguesia penetrou naqueles ramos da indústria voltados à exportação. Os trabalhadores artesãos dessas indústrias foram subordinados ao mercador-empresendedor que, com a ajuda do *comércio exterior*, impôs seu controle sobre a *indústria caseira*, proporcionou ao capitalismo celebrar suas primeiras vitórias (Rubin, 2014, p. 45)<sup>12</sup>.

Segundo Rubin (2014, p. 55),

as políticas do período mercantilista posterior, implementadas para expandir o comércio exterior e promover o desenvolvimento dos transportes e das indústrias orientadas à exportação – desenvolvimento do qual aquele comércio dependia –, eram mais adequadas a um grau superior do desenvolvimento do capitalismo mercantil do que as políticas da primeira fase do mercantilismo [...] o mercantilismo desenvolvido era *expansionista*, visando à máxima extensão do comércio exterior, à conquista de colônias e à hegemonia do

<sup>12</sup> “Processualmente, alteram-se a escala e as concepções que envolveriam as trocas mercantis, inaugurando as formulações que precederam à Economia Política. Ao contrário da visão liberal, que veria as relações de comércio internacional de maneira idêntica às relações do comércio interno, isto é, como relações entre indivíduos, os mercantilistas concebiam as relações de comércio externo como relações entre nações, uma lógica que não dispensava o uso da força, do poderio militar e da expansão do domínio colonial, marcada por exploração, dominação e violência” (Calabrez, 2020, p. 51).

*mercado mundial*” (grifos meus).

Assim, durante o mercantilismo instaura-se um novo patamar de interação, objetivamente, no plano de uma *totalidade concreta*, ultrapassadas as fronteiras continentais, pela via marítima. Rubin (2014) analisou historicamente esse processo e indicou os elementos (resumidos anteriormente) que já estavam em desenvolvimento e que abriram alternativas exploradas pela nova classe e pelos países (Estados-Nação) em formação.

Por conseguinte, a expansão dos territórios sob hegemonia europeia significou a abertura de um caminho para o conhecimento do planeta em sua totalidade e para a anexação de domínios; asseverou o desenvolvimento dos transportes marítimos e o estabelecimento de relações mercantis no plano internacional que fundaram a possibilidade da divisão internacional do trabalho e a necessidade de “cooperação” e interdependência no plano da produção material.

Por sua vez, na análise de Marx (2020) é inerente ao capitalismo a finalidade precípua de valorização e acumulação. Assim, a expansão da produção engendra várias “*necessidades*”, dentre elas, a aquisição de matéria-prima a baixo custo e a conquista de novos mercados para venda das mercadorias produzidas (circulação). A consolidação do modo de produção capitalista ocorrerá consoante aos processos de produção e circulação de mercadorias nas diferentes formas de organização analisadas por Marx (2020) – *manufatura, maquinaria e grande indústria*, com as exigências inerentes a elas e seus impactos nas relações entre as diferentes regiões<sup>13</sup>.

A reprodução ampliada do capitalismo significou também reprodução em nível planetário, na configuração de uma *totalidade concreta* articulada materialmente às forças produtivas sob o domínio do capital, com a objetivação de instâncias em um plano global: “Mercado Mundial”, “Divisão internacional do trabalho” são instituições objetivamente relacionadas a esse processo histórico.

Torna-se relevante indicar que os lugares de territórios, povos e culturas foram alterados pelo processo de expansão das relações sociais capitalistas e a elas submetidos –, América Latina, América do Norte e Europa ocupam posições bem distintas, mas, integradas à dinâmica de produção/apropriação da riqueza, à produtividade do trabalho sob a lógica capitalista, que abriu possibilidades inéditas para o desenvolvimento do gênero humano<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> A esse respeito, a análise de James O’ Connor (1977) sobre o século XX é bem instigante, no sentido de destacar a presença de organizações empresariais vinculadas a setores diferentes da economia, interligados entre si, mas com particularidades nas condições de produção e organização do trabalho e na disputa política entre a própria classe burguesa/capitalista. São eles: o setor concorrencial, o monopolista e o estatal, indicando a complexidade interna na organização da produção, na particularidade dos países e a centralidade político-econômica dos setores monopolistas, nas relações internacionais entre as nações.

<sup>14</sup> Algumas das reflexões que permeiam este artigo explicitam a influência da produção de Lukács (Para uma

## Totalidade concreta, contradição e correlação de forças

A *totalidade* evidenciada nesta argumentação é permeada pela contradição, na unidade e antagonismo entre capital e trabalho, como explicitarei durante este tópico. Ela é constituída também por correlações de forças assimétricas, de domínio e submissão, “intra” e “entre” as classes fundamentais, atravessadas pelas disputas entre países e territórios. Tal dinâmica “exigiu” o desenvolvimento estratégico de aparatos institucionais, jurídico-normativos e políticos-militares, no plano global, mundial.

Entretanto, esta *totalidade concreta* é constituída pelo desenvolvimento das forças produtivas em um plano global, atrelado a um processo novo: a produção e apropriação da riqueza a partir da *divisão internacional do trabalho*, envolvendo o conjunto dos países, territórios e continentes. Não obstante a contradição fundante e as assimetrias na correlação de forças, a *totalidade concreta* é uma produção coletiva, e mantém-se continuamente, neste âmbito, permeando simultaneamente, todas as formas de vida e a existência humana neste planeta.

Observa-se, como argumentei no item anterior, que nas relações sociais capitalistas ocorreram interações e intercâmbios com a natureza, em nível planetário. Desenvolveram-se a cooperação e a interdependência submetidas à finalidade de valorização e à acumulação de capital, que simultaneamente, atrelou as alternativas e as escolhas locais/regionais coletivas e individuais ao plano da totalidade. Esta *totalidade tornou-se concreta*, a partir e para a continuidade dessas relações sociais, dirigindo-as e regulando-as, por complexos processos econômicos, políticos, normativos, construídos historicamente<sup>15</sup>.

Assim, a expansão e a consolidação das relações sociais capitalistas, envolvendo todo o planeta, engendrou uma *totalidade concreta complexa e contraditória*, prenhe de disputas e tensões<sup>16</sup>, que se tornaram constitutivas dos demais complexos nela implicados.

---

ontologia do ser social). Embora eu não seja especialista na leitura e compreensão de sua obra, dela me apropriei em algumas referências fundamentais, como a concepção de ser social e a particularidade histórica do gênero humano.

<sup>15</sup> Institucionalização de complexos, normas e procedimentos que regulam as trocas entre povos, territórios e nações, em termos das *mercadorias* e do *trabalho humano* nelas contido (aqui entendidos conforme a concepção marxiana). Complexos contraditórios, voláteis, atravessados pelas correlações de forças que também exigem novas estratégias econômico-político-militares para conquista, ampliação e/ou manutenção do poder.

<sup>16</sup> Ainda que a organização dos Estados Nacionais, atrelada às necessidades mercantis de regulação e domínio entre países e territórios, bem como a emergência de sindicatos e partidos políticos delimite campos de ação internamente aos países, a materialidade e a dimensão das relações sociais capitalistas assentam-se na estruturação e consolidação de uma *totalidade concreta*, a partir da qual os países, as classes fundamentais – burguesia e proletariado, se movimentam.

Alterou-se a materialidade a partir da qual se assenta a existência e a experiência humanas, implicando no desenvolvimento do ser social em uma perspectiva de universalidade, fundada nesta materialidade.

O modo de vida no plano local/regional, econômico-sociocultural de cada território desta “*Terra*”, tornou-se parte dessa nova condição material que passa a constituir a história dos povos e a impor constrangimentos.

Desse modo, no período mercantilista permeado pela expropriação da terra, durante a acumulação primitiva (Marx, 2018, 2020), a burguesia, classe nascente, exerceu um papel econômico-político fundamental no enfrentamento ao Antigo Regime e às monarquias absolutistas. Embora as particularidades dos processos evidenciem as diferenças na constituição da burguesia enquanto classe, operou-se uma transformação objetiva que constituiria novas relações sociais e novas instituições políticas. E a burguesia emergirá enquanto classe hegemônica no plano mundial, cujos interesses foram transformados em “interesses universais” para o “desenvolvimento e progresso das sociedades”, através do capitalismo<sup>17</sup>.

Todavia, Marx (2018, 2020) evidenciou de modo preciso, a relação de unidade e de antagonismo entre capital e trabalho: no processo de produção (indicando a relação entre capital constante e capital variável e a apropriação do mais valor) e nas relações sociais capitalistas (constituição das classes sociais, burguesia e proletariado). Também identificou as tensões e disputas entre interesses no interior da classe burguesa, derivados da concorrência inerente ao modo de produção capitalista.

A criação de mecanismos de resistência e de enfrentamento, diante das contradições postas pelo capitalismo engendra possibilidades de consciência e subjetivação, que foram relevantes para a organização do proletariado em sindicatos e partidos políticos. Considera-se ainda, que o processo de constituição da burguesia enquanto classe e o seu protagonismo revolucionário (Coutinho, 1972) impulsionaram novos horizontes de ação que estimularam as reivindicações e lutas por liberdade e igualdade, pleiteando sua extensão real a cada indivíduo.

A esse respeito, Shlomo Sand (2023) descreve a década de 1840 como um período de crise, destacando que o inverno de 1847 foi muito rigoroso em todo o continente e houve escassez de alimentos. Nesse contexto, os protestos sociais eclodiram e houve uma ampla disseminação da propaganda liberal e democrática, sendo que a igualdade cívico-política foi

---

<sup>17</sup> Na América Latina, ainda durante o século XX, a estratégia e ideologia desenvolvimentista destacam o *progresso* urbano-industrial para promover a superação do “atraso” e do “subdesenvolvimento” dos países em nosso continente, aparentemente, privilegiando os interesses nacionais de elevação ao patamar civilizatório dos países centrais.

reivindicada e promovida por novos movimentos, que fizeram com que o ano de 1848 ficasse conhecido como a “Primavera dos Povos”. O autor relata que na Suíça os cantões liberais impuseram-se aos conservadores, eclodindo revoltas em várias regiões da península italiana, nas principais cidades da Confederação germânica (Berlim e Império Austro-húngaro, Polônia e Boêmia), além de França.

Assim, toda a Europa, à exceção da Rússia experimentou uma agitação intensa em que se entrelaçavam reivindicações sociais, políticas e nacionalistas. Mas esses acontecimentos não permitiram ver surgir uma esquerda organizada e claramente identificada, nem qualquer movimento político importante capaz de canalizar os protestos e de provocar uma mudança de regime (Sand, 2023, p. 59)<sup>18</sup>.

A “Primavera dos povos”, no ano de 1848 e a “Comuna de Paris”, em 1871, evidenciam as tensões e contradições em curso, movendo-se nesta nova materialidade posta pelo modo de produção/reprodução capitalista. Os horizontes revolucionários pautados na noção de igualdade coadunam-se com processos de organização sindical e político-partidária do proletariado.

A classe operária em expansão enfrenta a burguesia em condições desiguais de poder e sofre violências e repressões desmensuráveis, em proporção aos atos revolucionários durante a Primavera dos Povos<sup>19</sup> e a Comuna de Paris. A burguesia impõe-se pelo uso da força e distancia-se de seu papel progressista (Coutinho, 1972). E, conforme a análise de Ianni “a comuna não foi derrotada pela burguesia francesa. Esta se revelou incapaz de derrotá-la. Precisou chamar as tropas alemãs. Os exércitos inimigos de ontem, nas batalhas de Verdun e Metz, aliaram-se na luta contra o proletariado” (1988, p. 99).

Contudo, a unidade entre capital e trabalho, a exigência de valorização e acumulação engendrada pelo capitalismo, não permitia eliminar a classe operária, sendo preciso forjar estratégias para legitimação dos interesses hegemônicos no capitalismo e manutenção da *sua* força de trabalho.

Assim, a unidade e antagonismo entre capital e trabalho também engendraram um campo de possibilidades, oscilando entre os interesses e exigências de valorização/acumulação e os processos de organização da classe operária, através dos quais obtiveram-se as conquistas e melhorias nas condições de trabalho e de vida, nas sociedades capitalistas; não como algo linear, mas como resultado de reivindicação, organização, embates políticos e enfrentamentos reais, inclusive com estratégias de paralisação e greves.

<sup>18</sup> O que se explica também, a meu ver, pela bárbara repressão que se seguiu aos protestos.

<sup>19</sup> “O espectro do comunismo já assustava a Europa por volta de 1848. E foi exorcizado nesse mesmo ano. Depois disso, durante muito tempo ficaria impotente como o são de fato os espectros” (Hobsbawm, 2005, p. 19).

A unidade e o antagonismo simultâneos colocaram alternativas que se assentavam na defesa, horizonte e construção da democracia, sobretudo, como argumenta Sand, na perspectiva e disputa pela efetivação da igualdade (Sand, 2023), que para o autor, constitui um ponto de convergência – que ele evidencia em sua análise, entre os diferentes movimentos e partidos de esquerda, desde o século XVIII<sup>20</sup>.

É importante destacar que também foram criadas formas de organização e resistência combinadas com estratégias de internacionalização e de superação das perspectivas localistas e regionais, que se expressam, inclusive, de modo evidente, no Manifesto do Partido Comunista, em 1848 e nas “Internacionais Comunistas”.

De acordo com Shlomo Sand, “o primeiro comunismo de Marx e Engels, embora reconheça as entidades nacionais, tem *aspiração global*: começará por germinar, claro, no interior de cada nação, mas resultará num triunfo universal” (Sand, 2023, p. 79, grifos meus).

Sand (2023) distingue a heterogeneidade de perspectivas no âmbito da Primeira Internacional, o que levará a rupturas posteriores naquele movimento, sobretudo entre socialistas e anarquistas. Embora ele evidencie a expansão das concepções críticas ao capitalismo e das posições anticapitalistas, também crescem aquelas social-democratas, de cunho reformista (Netto, 2001).

Sand (2023) também destaca o protagonismo de Marx e Engels na Internacional Comunista e a influência do marxismo nos partidos políticos presente na primeira assembleia da Segunda Internacional, em 1889, presidida por Engels. Ele afirma que “a maioria dos partidos representados já se definiam como marxistas e aparentemente tinham feito da luta de classes a sua orientação estratégica”. Conclui que “o velho sonho de Marx de um movimento operário internacional, com a revolução socialista gravada no seu estandarte, parecia estar a materializar-se” (Sand, 2023, p. 86)<sup>21</sup>.

É notório que junto à consolidação do capitalismo, à medida em que a produção e circulação de mercadorias exigia força de trabalho e expansão do consumo, e a regulação das trocas consolidava a objetivação do mercado com o uso do dinheiro, submetendo as demais formas de produção à lógica capitalista, vai se materializando naquela relação de unidade e

---

<sup>20</sup> Embora o autor analise a trajetória da esquerda no plano internacional centrando-se na análise da igualdade, ele também reconhece que “continua hoje inteiramente válida a brilhante análise que faz [Marx] da diferença entre valor de uso e valor de troca, com a hegemonia absoluta deste último, uma análise segundo a qual o capital não tem por vocação satisfazer as necessidades dos seres humanos, mas antes produzir cada vez mais capital. A sua visão da mais-valia, produzida pelos trabalhadores e extorquida pelos patrões, que é fonte da acumulação de capital, tornou-se dominante e foi retomada por todas as correntes do socialismo nas suas críticas à exploração” (Sand, 2023, p. 83).

<sup>21</sup> “Ao longo desse período, o marxismo não parou de se desenvolver: por toda a Europa, havia pensadores a afirmarem-se abertamente marxistas” (Sand, 2023, p. 85).

antagonismo, um novo modo de vida e de *integração social* tendo o trabalho assalariado um papel crucial. Capital e trabalho crescem e tornam-se centrais nas sociedades capitalistas, e as classes fundamentais são as protagonistas e disputam, em uma correlação de forças assimétrica, a direção da sociedade e/ou Estado e/ou a superação do capitalismo.

No plano da Economia, Hobsbawm (2004, p. 418-419) destaca quatro alterações fundamentais, no período de 1870 em diante: a nova era tecnológica (baseada na eletricidade e no petróleo, turbinas e motor a explosão e maquinaria com uso do ferro, ligas, metais não-ferrosos, indústria química); economia de mercado de consumo doméstico (à exemplo dos EUA, com o aumento da população e da renda); deslocamento do monopólio da Inglaterra (competição internacional entre economias industriais rivais – inglesa, alemã, norte-americana pelas dificuldades de lucratividade), levando à concentração e ao controle de mercado.

Tal rivalidade desembocou na divisão do globo, entre as potências rivais, como reserva para os negócios. De acordo com Hobsbawm,

Numa escala global, esta dicotomia entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas (teoricamente complementares), embora não nova em si mesma, começou a tomar uma forma reconhecidamente moderna. O desenvolvimento da nova forma de desenvolvimento/dependência iria continuar com apenas breves interrupções até a queda geral na década de 1930 [...]. [Altera-se a configuração política, afetando o livre-comércio, a partir de 1880. E, junto a esse processo, novas demandas impactaram os Estados nacionais], vindas de baixo por proteção contra os capitalistas, por segurança social, por medidas públicas contra o desemprego e um salário-mínimo por parte dos trabalhadores, tornaram-se audíveis e politicamente eficazes [...] Três novas tendências emergentes nas tensões confusas da depressão econômica [...] emergência de partidos e movimentos de classe operária, geralmente com uma orientação socialista (cada vez mais marxista); partidos demagógicos antiliberais e antissocialistas; e a terceira tendência a emancipação dos partidos e movimentos nacionalistas de massa de sua antiga identificação ideológica com o radicalismo liberal (Hobsbawm, 2004, p. 419-422).

As relações sociais capitalistas comportam assim, um movimento dialético, assente na materialidade do processo de produção e reprodução do capital, que também se manifesta no plano de organização das classes fundamentais, na perspectiva de defesa de seus interesses e de disputa sobre a riqueza socialmente produzida.

Para a burguesia, trata-se de manter a *lucratividade* nos negócios e sobreviver às oscilações inerentes ao sistema capitalista, e nesse *esforço*, angariar força política em prol dos seus interesses particulares. Para o operariado/proletariado, trata-se de conquistar condições para a sua sobrevivência, e ao mesmo tempo, disputar os resultados do trabalho coletivo, pelo acesso à riqueza socialmente produzida.

Ao mesmo tempo, a obra de Marx e Engels, na análise rigorosa do movimento do capital, indicou os limites inerentes ao capitalismo, e apontou a necessidade de sua superação. Essa análise possibilitou entender o capitalismo em suas contradições e alimentou o horizonte de lutas em prol de outro projeto societário, opondo-se diretamente ao reformismo e à social-democracia, e de modo contundente, ao liberalismo.

A *totalidade concreta* assente na consolidação do capitalismo, complexifica-se pela unidade e antagonismo entre as classes, e a luta de classes, embora mais evidente nos países e “territórios nacionais”, se estende, através de estratégias que também expressam um movimento global, de internacionalização, o que irá se intensificar, durante o século XX, não obstante os “nacionalismos” que caracterizam as duas *guerras mundiais*.

A revolução russa (1917) e a construção do socialismo soviético relacionam-se a esse acúmulo de forças no âmbito das lutas do operariado, e de sua organização no plano político-sindical-partidário nacional e internacional, e impactou de modo significativo na correlação de forças que enfrentou o projeto capitalista, sobretudo no período posterior à segunda Guerra Mundial, no século XX.

Por sua vez, o Estado de Bem-estar social, associado às lutas reformistas, às estratégias de reivindicação e lutas social-democratas, teve a sua expansão nesse período (1945 em diante) e evidenciou-se nas conquistas obtidas pela classe trabalhadora nos países centrais, justamente em uma conjuntura na qual a correlação de forças entre as classes fundamentais esteve posta no plano global/mundial, a partir do enfrentamento entre os projetos socialista e capitalista.

A disputa entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) constituiu uma correlação de forças no plano político-militar, em uma conjuntura que foi favorável também para o projeto social-democrata, para a difusão do Estado de Bem-estar social, de suas premissas e horizontes democráticos.

Neste sentido, a estratégia desenvolvimentista para a América Latina, desde o período posterior à segunda Guerra Mundial, foi uma resposta econômica-político-ideológica ao projeto socialista, no intuito de promover os interesses, estilo de vida e horizontes próprios ao capitalismo.

Contudo, pela configuração da *totalidade concreta* e seus complexos institucionalizados, fica patente a hegemonia das relações sociais capitalistas, objetivamente, na relação de subordinação das transações no mercado mundial, à lógica e à finalidade de acumulação crescente de capital. Conforme Mészáros (2002), o socialismo soviético não foi além do capital, o que, a meu ver, coaduna com a percepção do autor, segundo a qual, não é

possível construir o socialismo isoladamente, nem mesmo como projeto articulado a diferentes países e regiões. A superação das relações sociais capitalistas exigiria, então, entendimentos, estratégias e ações articuladas globalmente?

A análise aqui desenvolvida evidenciou que o capitalismo é uma relação social em um plano global, levando-me a supor que, para superá-lo é necessária uma alteração nessa magnitude que incorpore a riqueza socialmente produzida e o grau de desenvolvimento das forças produtivas articuladas mundialmente, ou senão, essas conquistas humano-genéricas estarão sujeitas ao retrocesso, à fragmentação e isolamento entre os países e regiões, retrocedendo-se historicamente.

Para os países periféricos, essa situação os colocaria em uma posição ainda mais difícil. Dado o processo histórico, contínuo, de exploração/apropriação de suas riquezas pelos países centrais e o aumento populacional para atender às necessidades de mão-de-obra, um grande contingente de pessoas estaria exposto ao caos de uma provável derrocada econômico-financeira, sujeitas a relações de poder violentas e/ou anômicas, ou à “barbárie”.

Se esta análise estiver correta, a alternativa histórica a ser construída está na articulação internacional, global, alterando a correlação de forças hegemônicas e vertendo os resultados dessas conquistas para os países periféricos, para a classe trabalhadora e subalternizada desses países e dos países centrais, em busca de equalizar as condições de vida, acesso à alimentação, saúde, moradia, locomoção e tempo livre (liberado pelos avanços na produção) em um plano internacional.

Em síntese, a argumentação anterior permite indicar a particularidade das relações sociais capitalistas no sentido de criar, historicamente, uma interação global, interdependente, constituindo instâncias e organizações em uma *totalidade concreta*. Ou seja, a particularidade histórica das relações sociais capitalistas se expressa em um plano universal, concreto, envolvendo a totalidade do planeta.

Isso ocorreu progressivamente e expressa uma tendência que continua se desdobrando, historicamente e que se objetiva, através da:

1. Estruturação do mercado internacional, mundializado
2. Divisão internacional do trabalho, cooperação e interdependência na produção/reprodução social
3. Controle político-militar estratégico em um plano global, sob o domínio das nações “mais desenvolvidas”
4. Instituições Políticas e pactuações internacionais que regulam as relações entre países e territórios
5. Contradições entre as classes, em um plano global
6. Disputas e correlação de forças intraclasses, em um plano global

## 7. Subordinação dos Estados nacionais aos processos econômicos e político-estratégicos orientados pelo interesse global de manutenção das relações sociais capitalistas

Por sua vez, o Serviço Social vincula-se às demandas históricas de manutenção e reprodução da força de trabalho, em um período de consolidação das relações sociais capitalistas, desde o final do século XIX, e, constitui-se enquanto profissão na divisão social e técnica do trabalho a partir da estruturação de serviços e políticas sociais direcionadas aos trabalhadores, à massa da população, com perfis diferenciados de acesso ao trabalho, ou dele alijada, ou já sem condições de exercê-lo (Iamamoto e Carvalho, 2005; Netto, 2001; Faleiros, 1982).

A profissão se institucionalizou e expandiu durante o século XX, e, naquele contexto, no período de 1960 a 1980, colocaram-se as possibilidades para a emergência de perspectivas críticas ao SST, simultaneamente, em diferentes países. No próximo item, indicarei algumas das razões que explicam essa emergência em todos os países analisados na referida pesquisa sobre o MRLA.

### **Totalidade concreta e a emergência simultânea de perspectivas críticas no Serviço Social (1960-1980)**

Adotei a perspectiva teórico-metodológica histórico-crítica no intuito de apreender as conexões entre os processos, no plano da *totalidade concreta* das relações sociais capitalistas, uma vez que a proposta do estágio pós-doutoral foi de apreender os fundamentos históricos que tornaram possível a emergência de perspectivas críticas ao SST, nos sete países analisados, na América Latina, nos EUA e na Europa, no lapso temporal de 1960 a 1980.

Analisei 32 materiais, entre artigos, capítulos de livros e livros publicados<sup>22</sup> (Tabela 01), em relação à investigação realizada no período de 2017-2021. Utilizei um roteiro contendo os itens: título, autores, país analisado, ano de publicação e veículo de divulgação; e em termos de conteúdo, observei as referências à perspectiva de totalidade e os autores mencionados; a análise sobre o Serviço Social na relação com o país e o MRLA, e a caracterização ou descrição da perspectiva crítica feita pelos autores.

<sup>22</sup> Capítulos dos livros: Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social – América Latina, Europa e EUA; A história pelo avesso; *La reconceptualización del Trabajo social em Colombia: analisis histórico-crítico de las décadas 1960-1970 e El movimiento de la reconceptualización del Trabajo Social en Colombia*.

Tabela 01: Textos analisados por país.

<i>País</i>	<i>Material analisado</i>
<i>Argentina</i>	06
<i>Chile</i>	07
<i>Colômbia</i>	05
<i>Portugal</i>	06
<i>Espanha</i>	03
<i>EUA</i>	01
<i>RU</i>	01
<i>EUA e RU</i>	02
<i>MRLA e SSR</i>	01
<i>Total</i>	32

Fonte: artigos e capítulos de livros publicados/pesquisa em rede sobre o MRLA, tabela organizada pela autora, agosto de 2023.

Inicialmente, ative-me à “dimensão de totalidade” e ao modo como ela foi referenciada no material analisado, identificando as mediações postas em evidência pelos autores no texto ou pela bibliografia utilizada por eles, para explicar a relação do Serviço Social com a totalidade das relações sociais capitalistas.

Neste sentido, a produção da pesquisa sobre o MRLA já continha apropriações do Serviço Social na particularidade histórica das relações sociais capitalistas, na perspectiva de análise dos processos em sua totalidade. As mediações históricas também foram explicitadas pelos(as) investigadores(as), expostas na relação com a profissão em cada país.

Assim, no relatório de pós-doutorado (Eiras, 2023)<sup>23</sup>, evidenciei as mediações históricas e os conteúdos transversais, considerando o movimento peculiar das relações sociais capitalistas *que envolve o conjunto dos países e regiões*, em uma história que se tornou universal (Marx e Engels, 2001).

Deste modo, no período posterior ao término da Segunda Guerra Mundial, criaram-se estratégias político-econômicas expressas na institucionalização de organizações (ONU, OEA, UNESCO, FMI, Banco Mundial etc.), que atuaram em um plano global, ensejando uma articulação econômico-social e político-ideológica, alinhada aos interesses do capitalismo, sob a liderança dos EUA. Tais organizações foram muito eficientes na divulgação de referências

<sup>23</sup> O conteúdo que exponho neste item é parte das considerações finais do relatório de pós-doutorado, inédito.

democráticas, como a concepção de bem-estar social, e combinaram-se com a estratégia desenvolvimentista.

O Serviço Social já estava consolidado em alguns países, como nos EUA e no Reino Unido, e, intensificou sua organização no plano internacional, criando espaços coletivos de articulação, no plano mundial<sup>24</sup>. Além disso, participou junto aos organismos internacionais (ONU, OEA, UNESCO) da divulgação das concepções de bem-estar e paz social, associados à noção de bem-comum.

Nos países periféricos, a profissão foi demandada a se inserir nos processos de organização e desenvolvimento de comunidade (Argentina, Chile, Colômbia, Espanha e Portugal), em um período de alterações na organização do trabalho no campo e nas cidades, e de grande movimentação de pessoas para os centros urbanos face à industrialização.

No âmbito da *totalidade concreta*, já nos anos 1960 havia indícios dos limites das relações sociais capitalistas, em termos de cumprir as promessas de levar o *desenvolvimento, progresso/modernização e o bem-estar a “todos os países e regiões”*, conforme as referências e experiências feitas nos países centrais. Assim também, na produção material, no que se refere à finalidade contínua de valorização do capital, atinge-se alguns dos limites, já analisados por Marx (2020, 2018) como tendências do processo de produção/reprodução capitalista, que se materializam nesta fase do capitalismo tardio (Mandel, 1982). Em relação à essa *crise de valorização*, os(as) pesquisadores(as) referenciam-na apropriando-se da argumentação de Mandel, O capitalismo tardio, e sua explicação das ondas longas de crescimento, das crises cíclicas e do esgotamento/limite do processo de valorização, colocando-se a condição de *crise estrutural*<sup>25</sup>, desde o final da década de 1960.

Nesta direção, apesar de os países centrais terem usufruído de melhores condições de vida – pleno emprego, salários maiores, acesso ao consumo (*status* de classe média), acesso à habitação, educação, saúde, previdência e assistência social, tendo um conjunto de proteções sociais com capacidade para efetivação e universalização nalguns países da Europa –, a totalidade desse processo não se sustentaria indefinidamente e colocaria novas inflexões já nos

<sup>24</sup> A UCISS foi criada em 1922, em Bruxelas, na Bélgica, enquanto “entidade confessional” já reunia “escolas católicas de Serviço Social, associações católicas de assistentes sociais e membros individuais [...] com “status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social da ONU, UNESCO, FAO e OEA” (VIEIRA, 1980, p. 51). A Primeira Conferência Internacional de Serviço Social (C.I.S.S), ocorreu em Paris, 1928 e possibilitou a criação da Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (AIETS ou IASW) e da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS ou IFSW), organizações autônomas em relação às igrejas cristãs.

<sup>25</sup> Cessa a alternância entre ondas de crescimento, seguidas de crise, conforme análise de Mandel (1982). As crises tornam-se constantes, estruturais. Nesse sentido, pode-se observar que o desenvolvimento (econômico-social), associado ao modo de produção capitalista, como progresso e modernização cede lugar a um processo complexo de estagnação e destruição de recursos humanos e ambientais. Torna-se evidente o caráter autofágico e destrutivo em nível global que subordina pessoas e natureza à finalidade de valorização e acumulação.

anos 1970, em uma conjuntura desfavorável para o enfrentamento ao capitalismo, com o progressivo descrédito do socialismo enquanto projeto societário e a dissolução da URSS, durante os anos 1980.

É importante destacar que houve até o início dos anos 1970, uma preocupação estratégica em manter a hegemonia político-econômica do capitalismo, na disputa com o socialismo. Nessa tensão, a contradição e a correlação de forças entre capital e trabalho (no plano da *totalidade concreta* das relações sociais capitalistas, em nível global) tendeu a um certo equilíbrio, condição que possibilitou/engendrou a alternativa social-democrata, expressa no Estado de Bem-Estar Social. *Parecia* possível articular capitalismo e democracia e, seria preciso *apenas* alcançar o nível de industrialização e desenvolvimento, existente nos países centrais.

Essa concepção, presente na estratégia desenvolvimentista promoveu, contraditoriamente, a divulgação de referências ideológicas como igualdade, liberdade e autonomia individual, associadas à concepção de bem-estar social. E, penso que o tensionamento entre projetos societários distintos (capitalismo X socialismo) foi fundamental para o favorecimento de pautas coletivas, disputadas na luta de classes, em cada país. Sob tais condições, *parecia* possível alcançar uma civilidade, para o conjunto das nações, estendendo os benefícios do progresso e da industrialização aos países periféricos.

Todavia, no cerne da “unidade/antagonismo” entre capital e trabalho, as lutas e movimentos sociais dos anos 1960 e 1970 também estavam em sintonia com o acúmulo político-organizativo da classe trabalhadora (no âmbito político-partidário-sindical), suas aspirações sociais – cidadania e democracia, inclusive no âmbito da disputa pelas condições de trabalho e salário, e emergência de valores ético-morais contestatórios à moral burguesa hegemônica (contestação da família patriarcal, reivindicação de igualdade entre gênero, etnia, respeito às diferenças étnicas, etárias, de gênero e sexualidade).

Na América Latina o acúmulo político-organizativo da classe trabalhadora no século XX, desde à industrialização (ainda que movida pelo processo de substituição de importações do período das guerras mundiais e ao impulso desenvolvimentista liderado pelos EUA, no pós-segunda Guerra Mundial) resultou em lutas efetivas. Os embates para o desenvolvimento de sociedades com cidadania e democracia não cessaram, desde então. Enfrentaram, inclusive os golpes e as ditaduras forjadas para reprimir as pautas progressistas e/ou a expansão do socialismo.

Ou seja, além da disputa político-militar por territórios (da Guerra Fria, entre EUA e URSS) intensificou-se a disputa no plano ideológico engendrando-se alternativas políticas que

impulsionaram as concepções de “bem-estar social”, de “paz social” e integração harmoniosa dos indivíduos à sociedade.

A “integração entre os povos” torna-se um horizonte, em um plano internacional, partilhando de referências democráticas, progressistas; a ONU, a OEA são construções próprias desse processo, e constituem-se porta-vozes dessa ideologia. Por elas, diz-se que o desenvolvimento precisa alcançar a todos e isso *deveria* repercutir em melhoria das condições de vida e acesso a condições de sobrevivência para todos os povos.

Nesse processo histórico, desenvolvem-se políticas de bem-estar social, em ressonância com as necessidades de manutenção, formação e qualificação da força de trabalho, próprias da fase monopolista neste período do capitalismo tardio (nos termos de Mandel, 1982), mas também *nutridas* por referências ideológicas democráticas vindas dos países centrais enquanto alternativas tensionadas pela conjuntura de disputa entre socialismo e capitalismo. Dentre elas, as políticas de seguridade social e de assistência social são reconhecidas e torna-se possível a institucionalidade e legitimidade do Serviço Social, enquanto profissão, vinculada ao interesse e/ou âmbito público, à defesa do “bem-comum” / “bem-estar” e da integração à ordem social hegemônica.

*Tais condições históricas explicam a expansão da profissão no período posterior à segunda Guerra Mundial, e a partir de suas contradições, a emergência de perspectivas críticas no Serviço Social pode ser compreendida na dinâmica desta totalidade concreta, enquanto expressão da falência do modelo de “bem-estar” e de seus horizontes democráticos.*

### **Serviço Social e perspectivas críticas**

A partir das informações e análises realizadas com base na pesquisa sobre o MRLA e suas interlocuções internacionais, tornou-se evidente que as bases históricas que explicam as formulações do SST estiveram relacionadas à expansão das políticas e dos serviços sociais via Estado Social ou Estado de Bem-estar social.

É nessa esfera que se processou a relação da profissão com a perspectiva de integração do indivíduo à sociedade pela via do trabalho, da qualificação, da manutenção da força de trabalho (previdência e assistência social) ou acesso à sobrevivência e o flagrante alinhamento dessas concepções com as perspectivas teórico-metodológicas do positivismo-funcionalismo.

Nessas bases, o Serviço Social tornou-se uma profissão autônoma em relação às suas protoformas, anteriormente vinculadas às instituições religiosas e às suas ações caritativas/filantrópicas.

Nos países europeus o Estado de Bem-Estar Social foi a esfera pela qual a profissão cresceu, ocupando os espaços sócio-ocupacionais abertos, nessa nova formatação da divisão social e técnica do trabalho, no âmbito da prestação de serviços sociais.

Nas perspectivas críticas<sup>26</sup> os(as) assistentes sociais evidenciam os problemas efetivos em promover a integração e a adaptação do indivíduo à sociedade, em uma conjuntura de alterações nos processos de trabalho, mercado de trabalho e nas políticas sociais, que vão se adensando desde a metade dos anos 1960<sup>27</sup>.

A esse respeito, nos países aqui analisados (EUA e RU) os métodos clássicos do Serviço Social estadunidense, alinhados com o referencial teórico-positivo-funcionalista, tornam-se incompatíveis com essa nova condição histórica.

No RU abrem-se alternativas para a intervenção profissional com coletivos e os problemas atingem uma magnitude diferente, com lutas, manifestações e disputas de recursos, que tensionam as respostas institucionais do Estado e os posicionamentos das diferentes profissões<sup>28</sup>.

Nos EUA, as concepções críticas também são elaboradas e difundidas, denunciando os limites da política social estadunidense e o comprometimento dos assistentes sociais com as agências de prestação de serviços, em detrimento dos interesses dos(as) “clientes” (Eiras et al, 2017; 2021).

Na América Latina o Estado Social se organizou de modo mais restrito, através da mediação e “comprometimento” com uma legislação social que regulava as relações entre capital e trabalho, e por institucionalizar mecanismos de proteção social, ainda muito seletivos e focalizados. Na Argentina, Chile e Colômbia as vertentes críticas explicitam o lugar de subordinação e dependência da América Latina, em relação aos países centrais, opondo-se aos EUA e ao “imperialismo”.

---

<sup>26</sup> Em cada país houve peculiaridades e distinções em relação às perspectivas críticas ao SST que não constituíram objeto de análise neste artigo, mas podem ser apreendidas na produção da pesquisa, sobretudo nos livros organizados por Iamamoto e Santos (2021); Eiras, Moljo e Duriguetto (2022). Isso transparece inclusive nas denominações do Serviço Social Crítico ou Serviço Social Radical, nos EUA e no RU e nas propostas de reconceituação do Serviço Social na América Latina. Reitero que destaquei a emergência dessa crítica, como algo comum e transversal aos países analisados.

<sup>27</sup> O investimento das empresas multinacionais na produção industrial em países periféricos, atraentes pela matéria prima e abundância de força de trabalho de baixo custo, incentivadas pela política de favorecimento da estratégia desenvolvimentista, bem como o salto tecnológico-industrial do Japão na microeletrônica terão impacto significativo sobre os países centrais, tanto na competição entre as empresas monopolistas, como na redução de ofertas de postos de trabalho, na indústria, para os trabalhadores dos países centrais.

<sup>28</sup> A análise da revista Case Com evidencia as concepções críticas do Serviço Social Radical, no decorrer dos anos 1970 (Bognono, 2020).

Já em Portugal e Espanha, também situados na periferia do desenvolvimento capitalista, há particularidades que evidenciam a funcionalidade da profissão aos regimes autoritários de Salazar e Franco, e o engajamento de assistentes sociais nas lutas pela democratização dos respectivos países (Silveira; Silva, Martins, Carrara, Perelló, 2021).

Ali, diferente do Serviço Social latino-americano, a formação dos profissionais ainda não havia reivindicado uma condição de autonomia em relação a produção de conhecimentos e pelo reconhecimento de seu espaço acadêmico e profissional. Essa condição aliada à aproximação linguística (português e espanhol) explicam a interlocução dos profissionais portugueses e espanhóis com a produção do MRLA, e, através dela, a assimilação do conteúdo crítico ao SST, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970.

Desse modo, recusa-se, de modo semelhante, na periferia do capitalismo, a influência teórica do Serviço Social estadunidense, mantendo-se a ênfase na busca de conhecimentos próprios do Serviço Social, sua especificidade, teoria, metodologia, agora alinhados com a realidade nacional, periférica, e com as suas perspectivas de reforma ou transformação. Ou seja, as vertentes críticas na América Latina (Argentina, Chile e Colômbia) e Europa ibérica também se dividem entre o horizonte social-democrata (na luta por reformas e implementação do Estado de Bem-Estar Social) e o horizonte socialista<sup>29</sup>.

Nesses países, não foi possível realizar a integração via mercado de trabalho ou via políticas sociais, pois em ambos os casos, as condições de empregabilidade e de proteção social eram muito diferentes dos países centrais.

Já o assistencialismo criticado pelo MRLA referencia-se mais ao caráter filantrópico da assistência social (extremamente focalizado) diante das necessidades sociais existentes, bem como face à perspectiva de efetivação real de direitos sociais na América Latina.

Enquanto nos EUA e no RU há pressões para a manutenção das políticas de emprego e expansão da cidadania, incluindo a diversidade de trabalhadores, de gênero e étnico-racial, na América Latina há enfrentamentos e pressões para o reconhecimento dos direitos sociais, da cidadania e da democracia, diante de conjunturas e governos que “convergem” para o autoritarismo, através de golpes e instauração de ditaduras violentas, repressoras dos movimentos progressistas e/ou socialistas (como na Argentina e no Chile).

As relações sociais capitalistas se mostraram limitadas para o desenvolvimento global da democracia – igualdade, liberdade, autonomia individual. A estratégia desenvolvimentista

---

<sup>29</sup> Por sua vez, as lutas pelo projeto socialista na América Latina (sobretudo no Chile, com Allende) e em Portugal (Revolução dos Cravos) evidenciaram as limitações do socialismo implementado/reivindicado isoladamente.

mostrou-se irrealizável. E, diante do arrefecimento do antagonismo entre capital e trabalho no plano global, ocorreu o avanço das forças reacionárias, impactando no declínio das forças progressistas e das referências democráticas do Estado de bem-estar social.

Termina-se o período analisado, com a vitória da estratégia neoliberal, que nega a social-democracia e ataca o socialismo, disputando e minando as condições concretas para o exercício democrático; desfazendo as concepções de igualdade, liberdade e autonomia individual, enquanto horizontes político-ideológicos vinculados ao capitalismo.

### **Considerações finais**

Uma das intenções da pesquisa de pós-doutorado, exposta neste artigo, foi compreender os fundamentos históricos presentes na emergência da perspectiva crítica ao SST na Argentina, Chile, Colômbia, Espanha, EUA, Portugal, Reino Unido, através das informações e da produção elaborada na pesquisa em rede sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e suas interlocuções internacionais.

Partiu-se da hipótese que a emergência da perspectiva crítica/contestatória ao SST nesses países, no período de 1960-1980, teve como fundamento histórico a inserção da profissão na *totalidade concreta* das relações sociais capitalistas.

Foi necessário explicitar a compreensão desta *totalidade concreta* para entender o processo nesta dimensão transversal aos países analisados, por isso, recorreremos à Marx e Engels, e aos historiadores no campo do marxismo, para formular, ainda que de modo inicial, essa explicação sobre o processo histórico global que se instaura com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas perpassado pela contradição (unidade e antagonismo) entre capital e trabalho.

Neste sentido, esta compreensão da totalidade concreta visa explicar o vínculo da profissão com a globalidade das relações sociais capitalistas. Na segunda metade do século XX, a dinâmica desta totalidade envolveu as estratégias institucionais de difusão das concepções de bem-estar, bem-comum e paz social, sobretudo através da ONU, UNESCO, OEA e a vinculação das organizações do Serviço Social a esse processo, as quais também se configuraram em um plano internacional. Não obstante as distinções entre os países, em sua inserção central ou periférica, os debates presentes no Serviço Social estiveram fixados em torno de dois projetos centrais: a defesa do projeto desenvolvimentista articulado às concepções de bem-estar social, e a contestação ou a crítica mais radical dos limites deste projeto dada a dinâmica das relações sociais capitalistas.

A análise apresentada neste artigo contribui para a apreensão *dos fundamentos históricos* da profissão nesta *totalidade concreta*. Evidenciou-se, assim, o caráter global das necessidades humanas e sociais da classe trabalhadora e das requisições postas historicamente para a profissão durante o século XX que se concretizam em uma totalidade, permeando o conjunto dos países conectados a essa dinâmica. A semelhança na institucionalização da profissão e na estruturação das respostas profissionais, bem como na contestação e na emergência de perspectivas críticas ao SST, deve-se ao compartilhamento histórico de uma realidade comum, na qual o intercâmbio e a difusão ideológica das concepções de bem-estar social, paz social e bem-comum e a organização do Serviço Social no plano internacional também evidenciam a interação e comunicação entre esses processos.

A novidade deste artigo está na análise global desses processos e na explicitação de suas características comuns, postas em evidência. Penso ter contribuído para a análise das perspectivas críticas no Serviço Social, em estreito diálogo com as formulações de Yamamoto e Carvalho (2005), Yamamoto (2007), Netto (2001) e Yazbek (2018), sobretudo na assimilação do escopo teórico-metodológico adotado por esses(as) destacados(as) pesquisadores(as).

Por sua vez, analisei a produção sobre os países de língua hispânica, na América Latina. Não fiz a análise da relação entre Serviço Social brasileiro e o MRLA<sup>30</sup>. Ao que parece, pela investigação realizada até o momento, a institucionalidade do Serviço Social brasileiro, sua organização político-profissional e alianças explícitas com os interesses da classe trabalhadora, bem como sua inserção e produção acadêmica em estreito diálogo com a teoria social marxista, é uma situação *singular*, no plano internacional, que não ocorreu em nenhum outro país. É uma peculiaridade de nosso país, que no decorrer dos anos 1980 construiu uma posição ético-política hegemônica, de cunho emancipatório e anticapitalista<sup>31</sup>.

A análise dessa particularidade histórica do Brasil seguirá sendo tratada pelos(as) pesquisadores(as) brasileiros(as), na fase atual da pesquisa em rede. E, certamente, teremos mais elementos para refletir a esse respeito, dentro dos próximos anos.

Concluo este artigo, ratificando a compreensão de que as relações sociais capitalistas não permitiram avanços em prol de interesses coletivos e comuns ao gênero humano. A partir dos anos 1970 os limites no processo de valorização do capital (conforme a apreensão da teoria

---

<sup>30</sup> Neste pós-doutorado analisei a relação entre o Serviço Social no Brasil e em Portugal, conforme capítulo de livro elaborado em coautoria com Carla F. Carrilho, intitulado, *Perspectivas histórico-críticas: interações entre Brasil e Portugal (1974-1995)* (no prelo, Editora UFJF-Selo PPG-SS).

<sup>31</sup> Essa posição consolida-se no início da década de 1990, confirmando sua legitimidade enquanto direção social, junto à categoria profissional. Ganha institucionalidade, colocando-se como referência para a formação e para a produção no âmbito profissional.

do valor trabalho em Marx, 2020, 2018) são enfrentados pelo capital, extrapolando a esfera produtiva/industrial, subordinando outras esferas da vida social e do trabalho ao processo de valorização, tornando necessária uma nova lógica e hegemonia, no âmbito da financeirização, a qual cria outra institucionalidade na relação de dominação entre os países centrais e periféricos. Os organismos internacionais, ONU, UNESCO, OEA, perdem o protagonismo, e o FMI e o Banco Mundial passam a atuar de modo incisivo e recorrente para a difusão da estratégia neoliberal.

Ao que parece, *a difusão desses horizontes para todos os povos* foi a alternativa construída como resultado da contradição posta na unidade/antagonismo entre capital e trabalho, em um plano global, em uma correlação de forças que disputava um projeto alternativo ao capitalismo. Sem essa correlação de forças e essa disputa, a democracia assentada na concepção de bem-estar social, no âmbito das relações sociais capitalistas, encontra-se ameaçada.

Ao reconhecer o avanço material e tecnológico, constante no desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, constituinte de uma história universal, nos termos de Marx e Engels (2001), expressos na configuração de uma totalidade concreta, não coaduno com as violações e destruições efetuadas sob sua hegemonia. Não posso deixar de mencionar a violência e a destruição processada, sobretudo nos países do continente americano e africano (mas não só), com a aniquilação e submissão dos povos indígenas, a inescrupulosa escravização dos povos africanos e todo o aparato de controle e subordinação do trabalho humano ao interesse precípua do mercado e depois, da reprodução/acumulação do capital, com as terríveis violações da vida humana dos trabalhadores e das trabalhadoras nos países centrais e periféricos, em relação à economia capitalista.

Considero tal realização histórica como resultado complexo, que ao promover a subsunção do trabalho ao capital (Marx, 2020), construiu, contraditoriamente, a possibilidade material de liberação do gênero humano em relação ao trabalho, de diminuição do tempo dedicado à sobrevivência, criando-se alternativas de autonomia individual e coletiva (Lukács, 2012; Mandel, 1982).

Até os anos 1960, a disputa entre os dois projetos societários no plano global possibilitava que alianças fossem formadas em um desses campos. Mas, a bipolarização esteve subordinada às relações sociais capitalistas, ou seja, no plano da totalidade concreta, não houve superação do capital.

Desde os anos 1980 lidamos com a predominância das relações sociais capitalistas, em um plano de interdependência (que inclui centro e periferia) no qual o “progresso” não é mais

um horizonte para todos. Embora a dinâmica das relações sociais capitalistas no plano da totalidade se expresse na exploração do trabalho, de recursos ambientais de amplos territórios, de tantos povos e culturas, subsumidos à lógica de mercado e à valorização/acúmulo contínuo de capital, ainda assim, esse complexo assimetricamente interdependente constitui um patrimônio do gênero humano. Trata-se, então, de reconhecer e reivindicar o patrimônio histórico-material construído com o trabalho, a morte, o suor e as lágrimas de milhões de pessoas?

Finalizo agradecendo às e aos integrantes da pesquisa em rede: esta análise tornou-se possível em virtude da produção deste coletivo de pesquisadores(as), da América Latina e da Europa, que se dedicaram a compreender o MRLA na Argentina, Brasil, Chile e Colômbia e suas interlocuções internacionais, com Portugal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos.

### Referências bibliográficas

- BOGNONO, A. D. F. O projeto ético-político profissional brasileiro e as possibilidades de interlocução internacional: aproximações ao Serviço Social Radical do Reino Unido. Tese de Doutorado, UFRJ, 2020.
- CALABREZ, F. *Introdução à economia política. O percurso histórico de uma ciência social*. E-book. Editora Intersaberes, 2020. Acesso pela biblioteca virtual da UFJF, fevereiro de 2023.
- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- EIRAS, A. A. L. T. S. FERREIRA, L. A., MARTINS, E. A., PEREIRA, J. A.C., PEREIRA, J. A. L. P, PONTES, N. A. E. *Serviço Social e ação profissional crítica*. E-book, Editora UFJF, Juiz de Fora, 2019. [SERVIÇO-SOCIAL-E-AÇÃO-PROFISSIONAL-CRÍTICA.pdf \(ufjf.br\)](#)
- EIRAS, A. A. L. T. S. Relatório de pesquisa “Ação Profissional Crítica no Serviço Social: fundamentos históricos e teórico-metodológicos”, Pós-doutorado sênior, Cnpq, 2022/2023.
- EIRAS, A.A.L.T.S., MOLJO, C. B., DURIGUETTO, M. L. (org.). **Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA**. E-book. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022. [PERSPECTIVAS-HISTORICO-CRITICAS\\_BA04.pdf \(ufjf.br\)](#)
- FALEIROS, V. P. A política social do estado capitalista. Cortez: São Paulo, 1980.
- HOBBSAWM, E. *A era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOBBSAWM, E. *A era do capital. 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HOBBSAWM, E. *A era das revoluções. 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. *A história pelo avesso. A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- IAMAMOTO, M.V., YAZBEK, M. C (org.) *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez Editora, 2019.
- IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2005.
- IANNI, O. *Dialética e capitalismo*. Ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1988.

- KURZ, R. *A guerra de ordenamento mundial. O fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na era da globalização*. Tradução para o português de Lumir Nahodil e Boaventura Antunes, 2019. E-book. [a guerra de ordenamento mundial robert kurz.pdf](#).
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARX, K. *O capital* (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2020.
- MARX, K. *O capital* (Livro II). São Paulo: Boitempo, 2018.
- MARX, K. *O capital* (Livro III). São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARTINELLI, M. L. *Serviço Social identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- O'CONNOR, J. USA: a crise do estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- RUBIN, I. I. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014.
- SAND, S. *Breve história mundial da esquerda*. Lisboa: Zigurate, 2023.
- SILVEIRA, R.; SILVA, P.G.; MARTINS, A.; CARRARA, V.A.; PERELLÓ, M.A.O. Social work, contestatory movements and socio-professional struggles in the Iberian Peninsula in the 1970s In: CRITICAL AND RADICAL SOCIAL WORK, vol. XX, n. XXI-10, 2021. Guest editorial. Marilda Villela Iamamoto, Claudia Mônica dos Santos e Akexandra A.L.T. Eiras. "Social Work in Latin América: historical factors, memory and internacional connections". Policy Press. Bristol University-Reino Unido, ISSN 2049 8608, on line ISSN 20498675.
- VILAR, P. Marx e a História. HOBBSAWM, E. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. IN GUERRA, Y. et. al. (org.). *Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.
- YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (org.) *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.

# A tradição marxista na formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí<sup>1</sup>

## Marxist theory in social work education at the Federal University of Piauí

Sofia Laurentino Barbosa Pereira\*

**Resumo:** Analisa-se a influência da tradição marxista na formação profissional no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, nas quatro propostas curriculares implantadas na trajetória do curso, de 1976 a 2012. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico e documental, pautado no método dialético crítico, que analisa currículos, programas de disciplinas, relatórios, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses etc. O estudo contribui com a literatura sobre os fundamentos do Serviço Social e sua interlocução com o pensamento social de Marx, revelando as tendências teórico-metodológicas, as direções e os projetos de profissão e de sociedade construídos nos processos formativos no percurso histórico do curso da UFPI.

**Palavras-chaves:** Serviço Social; Formação profissional; Tradição Marxista; Universidade Federal do Piauí.

**Abstract:** The influence of the marxist theory on professional education in the undergraduate course in social work at the Federal University of Piauí is analyzed in the four curricular proposals implemented during the course's trajectory, from 1976 to 2012. This is a bibliographic and documentary study, based on the critical dialectical method, which analyzes curriculum, subject programs, reports, monographs, dissertations, theses etc. The study contributes to the literature on the foundations of social work and its interlocation with Marx's social theory, revealing the theoretical-methodological trends, directions and projects of profession and society built in the education in the historical course of the UFPI course.

**Keywords** Social Work; Professional education; Marxist theory; Federal university of Piauí.

<sup>1</sup> O artigo apresenta resultados parciais da pesquisa realizada no estágio pós-doutoral no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que se insere como subprojeto da pesquisa “Memória e História do Serviço Social no Piauí”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual se articula ao Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”, cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPI.

\* Doutora em Políticas Públicas (UFPI). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0432-1816>

## Introdução

O Serviço Social, no decorrer de sua trajetória, orientou-se por diferentes fundamentos teórico-metodológicos, na busca de explicar e intervir sobre a realidade, que expressam as direções adotadas pela profissão. Assim, o positivismo, o funcionalismo, a fenomenologia, o estruturalismo, a teoria marxiana e marxista, as tendências pós-modernas, dentre outras vertentes do conhecimento social das quais o Serviço Social dialoga ao longo de sua história, manifestam distintos projetos de profissão, de formação e de sociedade.

A interlocução do Serviço Social com a tradição marxista ocorre a partir de meados de 1960 na América Latina e, no Brasil, ganha força principalmente a partir de 1980, o que configura uma nova matriz teórica à profissão, tendo importantes contribuições para a categoria, no campo do ensino, da pesquisa, do exercício profissional, da organização política, da pós-graduação, da autoimagem da profissão, dentre outros. No âmbito da formação, foi com o espraiamento da perspectiva de intenção de ruptura que o currículo mínimo das escolas de Serviço Social no país, de 1982, passa a ser guiado pelos fundamentos teórico-metodológicos pautados no pensamento social de Marx.

Esse processo resultou na construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, que conquista hegemonia nos anos 1990 e consolida os rumos e direções imprimidos à profissão na década anterior. Haurido na tradição marxista, o novo projeto profissional se materializa no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da profissão e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) de 1996, posicionando-se em defesa da liberdade, da emancipação humana, da justiça social, da equidade, da democracia, dos direitos humanos e dos interesses da classe trabalhadora, “vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (Brasil, 2012, p. 24).

Desde então, tem se ampliado a literatura sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social no Brasil, sobretudo a partir das contribuições do pensamento social de Marx. Todavia, são escassos os estudos voltados para a reconstrução histórica e a compreensão das tendências teórico-metodológicas na formação profissional nas distintas regiões, com destaque aqui para o Nordeste<sup>2</sup> e, especificamente, o estado do Piauí<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Merecem destaque as pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal de Pernambuco que vem contribuindo com a literatura acadêmica sobre o debate das particularidades dos fundamentos sócio-históricos do Serviço Social no Nordeste, cujos resultados podem ser verificados nas coletâneas: “A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste” (Silveira Junior, 2021), “O serviço social na particularidade do Nordeste (1940-1980)” (Silveira Junior, 2022) e o “Serviço Social no Nordeste” (Mota; Vieira; Amaral, 2021). As publicações chamam a atenção sobre a necessidade de aprofundar investigações que desvelem as particularidades da profissão na região.

<sup>3</sup> São raros os estudos voltados para a reconstrução histórica do Serviço Social no Piauí de forma abrangente,

De tal modo, o presente artigo pretende contribuir com o adensamento dessa discussão, ao analisar a influência da tradição marxista na formação acadêmico-profissional no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), nas quatro propostas curriculares implantadas na trajetória do curso, de 1976 a 2012.

Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa, que utilizou como dados de informação documentos institucionais de fonte diversa da UFPI, tais como: currículos, programas de disciplinas, relatórios, atas de reuniões, dentre outros. Foram levantados também documentos nacionais do Serviço Social e do Ministério da Educação, como currículos mínimos, resoluções, pareceres e legislações. Realizou-se ainda revisão da bibliografia histórico-profissional existente sobre o Serviço Social no Brasil e no Piauí, assim como das produções de Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social da UFPI, com ênfase nos estudos sobre o ensino e a formação profissional, além de dissertações, teses, relatórios de pesquisas e memoriais de docentes ativos(as) e aposentados(as) do referido curso.

O estudo parte de uma concepção de história apreendida no método materialista dialético crítico, entendida não como mera cronologia, linear ou sucessão de acontecimentos passados, mas como movimento, processo dinâmico, dialético, permeado de contradições, produto das relações sociais, constituindo-se como “síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 2008, p. 258). Essa concepção, pautada no método de Marx, permeou todo o percurso investigativo, na busca em apreender o movimento histórico do real e atingir a essência dos fenômenos, suas contradições e sua transformação social e histórica.

Espera-se contribuir com as análises acerca da reconstrução histórica do Serviço Social no Piauí, a partir de uma perspectiva de totalidade, que busca captar as mediações da profissão na sociedade, para apreender as particularidades em sua relação com o todo. Deste modo, visa colaborar com o acervo da profissão e com lacunas existentes, especialmente acerca do curso de Serviço Social da UFPI, que completará cinquenta anos de existência em 2026, permanecendo como o primeiro e único a ofertar esta formação em uma instituição de ensino superior pública em solo piauiense.

---

dentre os quais se evidenciam as publicações de Setubal (1987), Guimarães (1995, 2003), Ferreira, Silva e Guimarães (2021a; 2021b), além de (poucas) teses, dissertações e monografias de docentes e discentes do curso da UFPI.

## **A trajetória da formação em Serviço Social na UFPI, os fundamentos teórico-metodológicos e a influência do marxismo**

Os registros da chegada da primeira assistente social no Piauí datam de 1947, contratada pela Legião Brasileira de Assistência, pela necessidade de um profissional “técnico que soubesse utilizar melhor os recursos humanos e materiais disponíveis” (Setubal, 1983, p. 127). Desde então, por quase três décadas, os(as) assistentes sociais que atuavam em solo piauiense eram formados(as) em outras regiões, até 1976, quando foi criado o primeiro curso de Serviço Social no Estado, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), inaugurada poucos anos antes, em 1968, no contexto da Ditadura Militar.

Em 1977 foi implantado o primeiro currículo pleno do curso da UFPI, atrelando-se ao currículo mínimo de 1970, aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), pelo Parecer nº 242/70, que trazia como obrigatórias as disciplinas de: sociologia, psicologia, economia, direito e legislação social, política social, teoria do Serviço Social, ética profissional e Serviço Social de caso, grupo e comunidade (Brasil, 1970). Assim, embora a categoria no país, já avançasse nos questionamentos e críticas ao conservadorismo, a proposta curricular vigente nacionalmente ainda reforçava os postulados funcionalistas, articulados a uma perspectiva desenvolvimentista, que atendia aos interesses do Estado autocrático burguês.

Compreende-se o currículo mínimo de 1970 no âmbito da perspectiva modernizadora do Serviço Social que, segundo Netto (2015), é a primeira expressão do processo de renovação da profissão no Brasil tendo, de um lado, um conteúdo reformista no seio da profissão, ao visar a sua laicização e validação teórica, com base na matriz estrutural-funcionalista, através da qual a profissão adquire um cariz moderno e tecnicista. De outro lado, tem um caráter conservador, uma vez que mantém a atuação profissional voltada a adequação do indivíduo a sociedade, na lógica da harmonia social e que, portanto, é funcional ao capitalismo e ao Estado ditatorial vigente.

O primeiro currículo pleno do curso de Serviço Social da UFPI acompanhou a lógica da proposta curricular nacional – como pode ser observado, por exemplo, na fragmentação dos conteúdos voltados para a tríade “caso, grupo e comunidade” – mas também possuía suas particularidades – com destaque a grande carga horária dos conteúdos de psicologia. Isso demonstra que a formação tinha influência norte-americana, sendo guiada por uma concepção psicanalista e centrada no indivíduo, pautando-se ainda em uma visão funcionalista da realidade. O objetivo da formação estabelecido no referido currículo revela essa perspectiva: “proporcionar ao aluno conhecimento técnico-científicos e ajudá-lo a desenvolver-se, para

iniciar sua profissão de Assistente Social, de modo a atender os reclamos de uma civilização em mudança e contribuir na promoção do indivíduo, grupo e comunidade” (UFPI, 1976).

Importante ressaltar que no período de implantação do primeiro currículo de Serviço Social da UFPI, no cenário nacional, a categoria vivenciava seu processo de renovação e iniciava o diálogo com a tradição marxista, o que expressava a busca pelo rompimento com o conservadorismo. Acompanhando esse movimento, na esfera da formação profissional, ampliava-se a discussão sobre a necessidade de reformulação curricular, que culminou na aprovação de um novo currículo pleno pelo CFE, em 1982. Nessa direção, o projeto formativo da UFPI ainda não acompanhava as discussões que aconteciam na profissão no Brasil. Dessa forma,

[...] a escola de Serviço Social piauiense não adotava uma postura teórica pautada no materialismo histórico ou dialético. E nem mesmo introduz algumas disciplinas em seu currículo pleno, relacionadas a esse tema. [...] Percebe-se que o primeiro currículo pleno, quando na época implementado, já se encontra defasado, desatualizado e inadequado diante da realidade e do próprio movimento nacional de revisão do currículo mínimo vigente (Silva, 2003, p. 39 *apud* Rosa; Silva; Nascimento, 2003, p. 1).

Conjectura-se que isso ocorreu em decorrência da conjuntura ditatorial vivenciada, considerando que, mesmo não estando presente no documento curricular, há registros de docentes e discentes do curso de Serviço Social da UFPI engajados(as) na militância política da época e que tinham afinidade com a corrente marxista e, por isso, sofriam repressão dentro da universidade, como explicita o relato a seguir, de professora do referido curso que vivenciou esse momento histórico ainda enquanto estudante:

[...] Era época de clandestinidade dos marxistas, e as universidades eram cheias de “dedos duros”, de pessoas vigiando pra entregar pra ser preso [...] porque pelo caminho da clandestinidade, como estudante, eu fui recrutada por um partido marxista [...] então os meus primeiros textos foram escondidos dos professores e dos colegas, eram mimeografados, escondidos e enrolados em sacos plásticos, distribuídos na surdina, escondidos em telhados, porque se fossem descobertas qualquer leitura marxista, a gente poderia ser preso, como terrorista (Professora 3). (Silva, 2019, p. 41).

O relato revela como os conteúdos da formação em Serviço Social passavam pelo crivo do regime autocrático burguês, assim como a censura e perseguição política sofrida por docentes e discentes na UFPI. Identificam-se, nesse momento, as primeiras aproximações com as abordagens marxistas, que se dão principalmente pelo viés posto pela militância política, tal qual acontecia no cenário nacional, como analisa Netto (2015), o que obscureceu as fronteiras entre a profissão e o militantismo e gerou um primeiro contato enviesado com o marxismo, pela dificuldade de acesso as obras originais do autor.

Assim, embora predominasse uma perspectiva conservadora no primeiro currículo da UFPI, com seus fundamentos positivistas e funcionalistas, existiam segmentos progressistas e críticos no âmbito do processo formativo nesse período, que iniciavam o diálogo com o pensamento marxista. Isso se deu especialmente através da inserção no movimento estudantil e nas organizações da categoria, como a Associação Profissional de Assistentes Sociais do Piauí e o Sindicato de Assistentes Sociais do Estado, que se inseria em um processo mais amplo de mobilização e articulação da sociedade civil no Brasil e no Piauí, na luta pela redemocratização.

Como resultado, Guimarães (1990a) ressalta que, na prática, parte do corpo docente do curso de Serviço Social da UFPI passou a conduzir mudanças nas suas disciplinas e trazendo para discutir conteúdos que perpassavam as questões vivenciadas pela profissão naquela conjuntura. A exemplo disso, ao analisar planos de disciplinas da época, sobretudo do início da década de 1980, é possível observar, ainda que de forma pontual, a adoção de conteúdos sobre a reconceituação da profissão, a disputa entre capital / trabalho, os movimentos populares, a questão social, dentre outros, assim como a presença de bibliografias de autores de tradição marxista, como Antonio Gramsci. Esse é um elemento importante que reitera a existência de disputas pela direção e pelos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da formação em Serviço Social na UFPI desde o seu primeiro currículo.

Na década de 1980 ocorreu o processo de reformulação do projeto de formação de Serviço Social da UFPI que culminou na aprovação do segundo currículo pleno, em 1987. Este foi um período rico de historicidade, marcado pela reorganização da sociedade civil e por amplas lutas pela democratização do país e, no âmbito do Serviço Social, pela organização política da categoria, que avançava na construção de um projeto profissional crítico e articulado com as lutas da classe trabalhadora. No curso da UFPI, as transformações vivenciadas na realidade brasileira e piauiense atravessaram os debates acadêmicos e os muros da Universidade, passando a fazer parte do currículo construído:

A proposta de revisão curricular pressupõe a busca de superação de um modelo de formação profissional alienado das condições históricas da realidade brasileira, exigindo um esforço coletivo de análise estrutural e conjuntural dessa realidade, visando apreender sua dinâmica (UFPI, 1987, p. 8).

Buscou-se a construção de um projeto de formação sintonizado com as transformações vivenciadas na sociedade brasileira e com a categoria no país. No cenário nacional, havia sido aprovado um novo currículo mínimo para os cursos de Serviço Social em agosto de 1982, estabelecido no Parecer nº 412/1982 do CFE, fruto de um processo de revisão iniciado no final da década de 1970, sob coordenação da então Associação Brasileira de Escolas em Serviço

Social (Abess), que envolveu diversos cursos de Serviço Social do país, assim como contou com a participação do movimento estudantil. O referido currículo buscava uma visão mais ampla da realidade, de forma a “capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico-estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação” (Brasil, 1982).

Com o novo currículo, o processo formativo da UFPI passava a romper com uma perspectiva mais tradicional e conservadora da profissão e adotava uma orientação crítica, que compreendia o Serviço Social inserido na realidade sócio-histórica, claramente influenciada pela corrente de pensamento marxista. A proposta curricular visava formar profissionais dotados de:

Clara compreensão da estrutura e conjuntura sócio-econômica e política a nível local, regional e nacional; consistente base teórico-metodológica que possibilite posicionamento crítico sobre a inserção do Serviço Social nos processos históricos das realidades sociais concretas; comprometido com uma ação efetiva na realidade social concreta, considerando alternativas da prática interventiva do Serviço Social que se colocam tanto no campo das ações do Estado quanto junto aos movimentos sociais populares (UFPI, 1987).

Assim, há avanços qualitativos em relação a proposta curricular anterior, na busca por formar profissionais críticos, capazes de intervir sobre demandas locais, regionais e nacionais, perpassando a compreensão da estrutura, a necessidade de embasamento teórico-metodológico e a dimensão investigativa da profissão. Fica explícito, portanto, no perfil profissional e nos objetivos, a direção política do projeto de formação da UFPI, articulado a um projeto de sociedade crítico ao capitalismo, em sintonia com o movimento realizado pelo Serviço Social no cenário nacional.

Sabe-se que a interlocução do Serviço Social com a tradição marxista acontece a partir da década de 1960, sendo apenas na década de 1980 que há referência efetiva a teoria social de Marx na literatura da profissão, no cenário da renovação da profissão no país, com ênfase na intenção de ruptura (Netto, 2015), sobretudo a partir da publicação da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” (Iamamoto; Carvalho, 2007). No Piauí, essa aproximação e influência mais direta da teoria de Marx na formação se deu de forma tardia, sendo observada explicitamente a partir de 1987, com a revisão curricular. Esse é um elemento fundamental do novo currículo: a vertente marxista como fundamento teórico-metodológica na formação.

Em pesquisa monográfica realizada por Silva (2019), foi questionado a docentes do curso da UFPI sobre como se deu o processo de transição do Serviço Social tradicional para um currículo mais crítico, sobretudo a partir da introdução da teoria social de Marx no processo de formação, sintetizados nos depoimentos a seguir:

Eu integrei a comissão de apoio a revisão curricular, aí nesse processo a gente já começou a introduzir disciplinas que tivesse a discussão desses fundamentos da teoria mais crítica. [...] Nós começamos a trabalhar não só os anteriores fundamentos, mas já introduzir sobretudo a partir de Marx, a influência marxista no Serviço Social [...] A gente queria formar um profissional investigativo, crítico, que tivesse um posicionamento político, mas que tivesse uma boa bagagem teórica e técnica também (Professora 2). (Silva, 2019, p. 39).

O que mais se discutia naquele momento era exatamente a superação de uma matriz funcionalista que dominava a intervenção profissional, sobretudo, na perspectiva de culpabilizar os indivíduos pela sua condição de desigualdade social, pela sua condição de desemprego, pela sua condição de... enfim, de um modo geral, pela sua condição social (Professora 4). (Silva, 2019, p. 47-48).

Dessa forma, o novo currículo implementado no curso da UFPI se assenta sob a vertente marxista, perpassando toda a lógica da formação, desde os objetivos do curso, o perfil profissional formado, a organização curricular, as disciplinas e os conteúdos ministrados. Em outro momento, é destacado sobre a importância das abordagens marxistas para a formação em Serviço Social na UFPI:

A teoria marxista, a partir do que o Marx propôs por meio do método de análise da realidade, contempla a necessidade que a gente tem de compreender a realidade na sua totalidade, em relação aos determinantes sociais que são amplos. [...] A gente entendeu que o positivismo limitava muito do ponto de vista de você se reduzir apenas aos fatos sociais, sem fazer a articulação com o contexto. Através do marxismo não, você tem um olhar para esse contexto e perceber aquilo que está acontecendo, e quais as implicações que isso tem do ponto de vista da repercussão sobre a sociedade [...] na medida em que ele questiona a ordem social e estabelece outras perspectivas de análise dessa realidade social (Professora 2) (Silva, 2019, p. 42).

No currículo que eu estava, a gente teve uma formação muito centrada na teoria marxista, e inclusive, a gente estudava não apenas Marx como o teórico mais importante, o fundamentador da teoria, mas a gente estudava Gramsci. [...] Avaliando daqui pra lá, eu percebo que a gente tinha uma formação muito sólida e muito interessante dentro dessa perspectiva marxista (Professora 4). (Silva, 2019, p. 47).

Com certeza, esse conjunto de conhecimentos que o aluno adquire que tem a ver com esse aporte da teoria social de Marx, vai servir de bases pra leitura crítica da realidade, então, a compreensão da mais-valia como elemento fundamental à exploração do trabalho excedente e trabalho não pago, quer dizer, a consciência desse modelo e uma série de outros conceitos que diz respeito a como funciona o sistema produtivo capitalista vai gerar a possibilidade de um profissional que compreenda como funciona o sistema econômico nacional (Professora 6) (Silva, 2019, p. 55).

Assim, a formação em Serviço Social na UFPI, a partir do segundo currículo pleno, passa a ser direcionada pela tradição marxista, tendo ainda uma ampliação significativa de conteúdos de base teórica no âmbito das Ciências Sociais, sobretudo na discussão sobre o

materialismo histórico e dialético, que estava presente nas ementas nas disciplinas de filosofia, teoria sociológica e teoria do Serviço Social. Além disso, as discussões sobre sociedade capitalista, questão social, classes sociais, movimentos populares, dentre outras categorias que dialogam com o pensamento social de Marx, estavam presentes em diversos momentos do referido currículo.

Sob a vigência da proposta curricular, percebe-se de forma mais direta as discussões sobre a reconceituação e autores de importante tradição marxista presentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social. Esse processo estava em consonância com o vivenciado pela categoria no cenário nacional, em que a profissão avançava na produção acadêmica, sobretudo resultante das interpretações pautadas na teoria de Marx, o que contribuiu para a conquista da maioria intelectual da profissão.

A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (Guerra, 2009, p. 702)

A articulação com as Ciências Sociais e, sobretudo, com a tradição marxista foi fundamental para o avanço de uma cultura da pesquisa e da ciência no Serviço Social brasileiro. A conquista da hegemonia da teoria social de Marx na literatura especializada da profissão, em meados da década de 1980, repercutiu na ampliação da produção do conhecimento produzido pelo Serviço Social no país e na consolidação da sua maturidade intelectual, o que também pode ser observado no âmbito da formação na UFPI, especialmente a partir do segundo currículo.

A proposta curricular também apresentava conteúdos voltados a discussão da matriz teórica funcionalista, de forma secundária, além de situar outras matrizes, mais superficialmente. A compreensão sobre essas vertentes teóricas que influenciaram e influenciam o modo de ser e de fazer do Serviço Social em sua história, sinaliza uma busca pelo pluralismo na formação no referido currículo, entretanto, é necessário problematizar até que ponto não se beira ao ecletismo.

Pluralismo, como bem analisa Coutinho (1991, p. 13), compreendido como:

[...] a necessidade do debate de ideia. É através da troca de ideias, da discussão com o diferente, que podemos afinar nossas verdades, fazer com a teoria se aproxime o mais possível do real. Não há ciência que esgote o real, pois a ciência é sempre aproximativa. Então, é absolutamente necessário o debate de ideias, no sentido de esclarecer nossas posições em relação a aproximação a uma verdade cada vez mais abrangente.

O ecletismo, ao contrário, seria conciliar pontos de vista inconciliáveis, posições incompatíveis, como ocorreu em diversos momentos da trajetória do Serviço Social em que, na busca incessante por uma teorização ou uma metodologia de ação, a profissão abraçou modelos teóricos incompatíveis entre si. Essa herança permanece sob o segundo currículo do curso de Serviço Social da UFPI que, mesmo com esforço em se aproximar da matriz marxista, ainda se organizava sob estruturas funcionalistas.

Essa perspectiva é assinalada por Frazão (1993), a partir de pesquisa monográfica realizada com estudantes que cursavam o referido currículo:

O currículo prioriza duas matrizes teóricas. Essas matrizes são trabalhadas no curso sendo, o funcionalismo, o momento “alienado” do serviço social; e o materialismo histórico e dialético, o momento de superação, de libertação. O materialismo histórico e dialético se coloca como a corrente teórica mais importante na formação profissional, é repassada como se fosse a única “luz” para o serviço social. O funcionalismo, apesar de garantido nas disciplinas, não ocupa lugar de destaque, é sempre colocado como se fosse a grande “vergonha” do serviço social, o responsável por prática desenvolvida sem um posicionamento crítico (Frazão, 1993, p. 62).

Nessa direção, é inclusive citado alguns documentos, que a corrente de inspiração marxista era apresentada na formação em Serviço Social da UFPI como um “dogma”, enquanto o conteúdo sobre o funcionalismo não era devidamente apreendido em sua essência, gerando compreensão meramente polarizada e imediatista sobre as duas perspectivas teórico-metodológicas (UFPI, 1990a). Isso sinaliza uma concepção frágil e dicotômica das teorias, contraditória com o método histórico dialético, o que indica uma apreensão enviesada dos fundamentos teórico-metodológicos no projeto formativo.

Isso resultou no que Quiroga (1991) denomina como invasão da lógica positivista no pensamento de Marx na formação em Serviço Social na época. Essa problemática estava presente em diversos cursos de Serviço Social do Brasil que implementaram o currículo mínimo de 1982, o que resultou em uma apropriação do marxismo mais como uma metodologia, em detrimento do seu patamar de teoria social.

Importante retomar a análise de Netto (2015), ao afirmar que a primeira aproximação do Serviço Social brasileiro com a tradição marxista se deu forma problemática, em um “marxismo sem Marx”, gerando uma apropriação secundária, enviesada e eclética da teoria. Esse cenário fornece pistas importantes para compreender algumas das limitações encontradas no segundo currículo do curso de Serviço Social da UFPI, no que diz respeito a incorporação, com certa fragilidade teórica, da vertente marxista, como pode ser observado na passagem a seguir de docente do referido curso na época:

[...] num primeiro momento, a minha aproximação e a apropriação das

diferentes matrizes teóricas ainda estavam muito ligadas às leituras de segundas, terceiras ou mais interpretações do pensamento dos principais autores que falavam dessas teorias; outras vezes, a apropriação do Marxismo, por exemplo, se dava a partir de leituras de marxistas que positivavam Marx e seu pensamento, bem analisado na obra de Quiroga (1991). A divulgação dos livros de Martinelli (1989), Yamamoto e Carvalho (1986), Yamamoto (1992, 1998) e Netto (1991, 1992) foram fundamentais para o meu “despertar” para uma leitura mais aprofundada e crítica dos clássicos e dos principais representantes das diversas correntes teóricas que influenciavam o Serviço Social. E essa nova postura profissional, de ler os principais clássicos dessas correntes teóricas ganhou força quando da realização do meu mestrado (Guimarães, 2017, p. 24-25).

Além da necessidade de leitura direta da obra marxiana, outro elemento problemático se dava pela insuficiente capacitação do corpo docente acerca de novos conteúdos postos com a revisão curricular. Isto, pois, o quadro docente da UFPI, naquele momento, advinha de uma formação tradicional que dispunha de parca discussão teórica e ausência de conteúdos voltados a tradição marxista. Ademais, naquela época, eram poucos os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social existentes no país e, no geral, eram concentrados em outros Estados e regiões, o que dificultava a formação pós-graduada por docentes da UFPI, de modo que no período da implantação do segundo currículo apenas dois professores(as) do quadro eram mestres e o restante apresentava somente o título da graduação.

Essa dinâmica era observada em todo o país, em que “via de regra, os professores de Serviço Social, frente as exigências atuais do projeto de formação profissional, deparam-se com a séria dificuldade: ter que ensinar teoria sem a necessária formação teórica” (Carvalho, 1986, p. 29). Isto, pois, como defendia Netto (1991, p. 94), “o ensino dos conteúdos pertinentes à tradição marxista depende, em primeiríssimo lugar, da qualificação dos quadros docentes. Isto implica uma preparação de base geralmente longa e um sistemático e contínuo trabalho intelectual”, e isso ainda aparecia como um desafio a ser enfrentado pelo corpo docente de Serviço Social da UFPI. Enfrentava-se o difícil desafio de “aprender a desaprender”, como dizia o poeta Fernando Pessoa (1965).

Essa questão reverberou em outras fragilidades no segundo currículo da UFPI, como a fragmentação entre os conteúdos de “teoria, método e história” do Serviço Social, que foram criados na busca pela superação da tríade de Serviço Social de “caso, grupo e comunidade”. Essa problemática já era observada no currículo mínimo de 1982, conforme analisa Netto (1986), que critica o “corte” realizado entre teoria e metodologia, e o divórcio destas com a história, que expressam uma compartimentalização na formulação do projeto curricular. Para o autor, a própria fragmentação desses conteúdos revela, em sua essência, uma concepção funcionalista da realidade:

Se eu me volto a pensar o Serviço Social [...] de que nós vamos ter uma teoria, uma história e um método – está diretamente ligado a quê? À concepção positivista [...] estrutural-funcionalista; de supor que eu posso cortar um fenômeno da realidade, abstraí-lo, estudá-lo em si e depois remetê-lo à totalidade social (Netto, 1986, p. 54).

O modo como esses conteúdos eram trabalhados no projeto formativo expressava uma concepção positivista da realidade, incompatível com a teoria social de Marx e que, portanto, tende ao ecletismo (Netto, 1986). Essas e outras questões analisadas pelo autor acerca das “ambiguidades” do currículo de 1982, resgatam “velhos dilemas” da categoria, como o debate acerca da existência de uma metodologia e uma teoria própria do Serviço Social, decorrentes da busca por um estatuto técnico-científico para a profissão, que são herança de uma visão positivista.

Desse modo, muitas das dificuldades encontradas no segundo currículo do curso de Serviço Social da UFPI eram reflexo da proposta curricular nacional vigente, que trazia determinadas imprecisões teóricas e atualizava velhos dilemas da formação profissional, sob novas roupagens.

Esses elementos provocaram uma tendência teorista na formação profissional, que privilegiava a discussão teórica por si mesma, de forma fragmentada da compreensão da realidade concreta, refletindo no perfil dos(as) profissionais que eram formados(as) naquele momento que, muitas vezes, tinham uma visão “heroica” do Serviço Social, como destacado no trecho a seguir, retirado de relatório sobre o referido currículo do curso da UFPI:

[...] No geral, os discentes: consideram a profissão como o “poder de transformar” a sociedade; buscam receitas que deverão ser postas em prática, na realidade profissional; são muito críticos, mas sem uma: “consistente” base teórico-metodológica; “clara compreensão” da estrutura e conjuntura. [...] Em síntese, o perfil do profissional que se pretende formar termina sendo aquele dotado, sobretudo, da capacidade crítica. E isso, crítica, pela crítica (Guimarães, 1990b, p. 4-5).

Essa concepção se coaduna com a perspectiva messiânica da profissão, assim denominada por Yamamoto (2015, p. 22), entendida como “uma visão heroica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social”. Carvalho (1986) já sinalizava essas tendências em várias escolas de Serviço Social no país no processo de implementação do currículo mínimo de 1982, que traziam um estudo mecânico de conceitos e uma visão formalista e a-histórica do conhecimento, sem se articular efetivamente com a realidade ou com a intervenção profissional.

Esses elementos também evidenciam a necessidade de maior articulação entre as dimensões teórico-metodológica e interventiva na formação profissional que, segundo entrevista com discentes formados(as) pelo referido currículo da UFPI, era necessário para a formação “sair do nível teórico e investir na instrumentalização” (UFPI, 1990b, p. 10).

Apesar disso, são incontestáveis os avanços trazidos pelo segundo currículo pleno de 1987 para a formação em Serviço Social na UFPI, sobretudo na busca pelo rompimento com o conservadorismo na profissão e pela aproximação com a tradição marxista. Conforme análise de Guimarães (2017), o referido projeto curricular perseguiu os anseios da “intenção de ruptura”, expressando, portanto, o movimento vivenciado pelo Serviço Social na realidade brasileira, refletindo ainda a dinâmica de efervescência social e política do país naquele momento. Intenção de ruptura, compreendida por Netto (2015), no cerne do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, como uma perspectiva que:

[...] possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). [...] Na sua evolução e explicitação, ela recorre progressivamente à tradição marxista (Netto, 2015, p. 206).

No entanto, como visto, o segundo currículo apresentava resquícios de continuidade com o anterior, revelando novos desafios e limites que precisariam ser enfrentados. Foi diante desse cenário que foi realizada uma nova revisão curricular, no sentido de materializar os avanços trazidos e superar as fragilidades, visando ainda dinamizar a formação em Serviço Social da UFPI para responder as novas exigências e necessidades postas à profissão.

Nessa direção, em 1994 foi aprovado o terceiro currículo pleno do curso, implementado em um cenário de grandes transformações sociais, políticas e econômicas no país e na profissão. Na conjuntura nacional, vivenciavam-se os ventos democráticos após a aprovação da nova Carta Magna, que consagrava uma nova relação entre Estado e sociedade civil, sendo conhecida como “Constituição Cidadã”. O início da década de 1990 também foi marcada por importantes avanços para o Serviço Social, com a aprovação do Código de Ética de 1993 e da Lei de Regulamentação da profissão. Ao mesmo tempo, foi nesse contexto que se desenvolveu a contrarreforma do Estado que, sob o discurso de crise fiscal, coloca em pauta uma agenda neoliberal, atendendo a orientação dos organismos econômicos internacionais, a qual impacta as políticas sociais, o mundo do trabalho e provoca o agravamento da questão social. Essas questões da realidade atravessaram os debates da categoria e permearam a reformulação curricular do curso de Serviço Social da UFPI.

O referido currículo tinha como objetivo geral: “formar profissionais com competência teórico-metodológica e técnica para compreender e intervir na realidade social brasileira e piauiense, atentos para as novas questões que se apresentem frente a esta realidade” (UFPI, 1994, p. 11).

O novo currículo passou a incluir conteúdos sobre o marxismo, o positivismo, o funcionalismo, a fenomenologia, o estruturalismo e as tendências teóricas pós-modernas. Essa mudança visava superar as limitações da proposta anterior, que estava centrada no materialismo dialético de Marx e abordava o positivismo apenas de forma superficial. Assim, a formação no curso de Serviço Social da UFPI avançava em direção ao pluralismo, mas permanecia com a centralidade das discussões inspiradas na abordagem marxista.

Além disso, há incorporação de conteúdos voltados a compreensão e aos debates que ganham foco nos fins da década de 1980 no cerne das Ciências Humanas e Sociais, como a crise da modernidade e da razão, que gera a ampliação da discussão sobre as denominadas teorias pós-modernas, bem como seus impactos na produção do conhecimento e no Serviço Social, conforme explica Simionatto (2019):

Os embates em torno da chamada “crise dos paradigmas” ou das “grandes narrativas” e o proclamado fim das ideologias e das utopias colocaram em xeque o projeto da modernidade e os sistemas globalizantes de explicação da vida social. A razão dialética, até então afirmada como um conhecimento que é também ferramenta de luta política e social e, portanto, de transformação revolucionária da sociedade, é desqualificada em favor das tendências pós-modernas e sua contraposição ao marxismo (Simionatto, 2019, p. 94).

O terceiro currículo do curso de Serviço Social incorpora esse debate, em consonância com o movimento vivenciado pela categoria no cenário nacional, no qual essas questões se apresentavam como parte das discussões da reformulação curricular no país na década de 1990.

Cabe evidenciar que, enquanto era aprovado em 1994 o terceiro currículo pleno de Serviço Social na UFPI, em 1996 ocorria a reformulação de um novo currículo mínimo para as escolas de Serviço Social do país e a aprovação das Diretrizes Curriculares da Abepss. Além disso, nesse período, também eram definidas um conjunto de medidas pelo Governo Federal que iriam afetar a estrutura de todos os currículos dos cursos do Brasil, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o que também desencadeia um amplo processo de discussão sobre os rumos da formação profissional.

Fruto de debates e construções coletivas da categoria, as Diretrizes Curriculares expressam um projeto de formação para o Serviço Social brasileiro que se alinha a um projeto societário em que a educação é concebida como direito social e dever do Estado, conformando o Projeto Ético-Político da profissão, ao lado do Código de Ética de 1993 e da Lei nº

8.662/1993, direcionado por bases teórico-metodológicas críticas e perspectivas ético-políticas emancipatórias.

Em 2007, o curso de graduação em Serviço Social da UFPI implementa o seu Projeto Pedagógico, alinhado à proposta nacional, que deu base para o quarto currículo. No ano de 2012, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) sofre alguns ajustes, na reestruturação de conteúdos e disciplinas. O referido projeto se organiza a partir de três núcleos de fundamentação, em conformidade com as Diretrizes Curriculares: Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Esses núcleos congregam os conteúdos que precisam ser apreendidos no processo formativo, desdobrando-se em áreas de conhecimento, que traduzem o conjunto de componentes curriculares, de forma a romper com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas, assim como ultrapassar o modo de apreensão fragmentada dos conteúdos e do conhecimento. Portanto, manifestam “níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (Abess/Cedepss, 1996, p. 9).

Assim, os núcleos representam um conjunto de conteúdos necessários para a formação profissional que se articulam como eixos estruturadores do projeto formativo, compreendidos como uma unidade, a partir de uma perspectiva de totalidade:

Compreender essa lógica de articulação dos núcleos de fundamentação é entender os fundamentos da profissão e o próprio método materialista-histórico e dialético que ancora essa concepção, pois parte do entendimento de que os conteúdos dos núcleos não estão desconectados de uma materialidade – o processo de produção e reprodução da vida social –, mas explicita as dimensões de universalidade, particularidade e singularidade na leitura e apreensão da realidade concreta. Essas dimensões são fundamentais para que, na formação, o aluno possa apreender os processos pelos quais o trabalho profissional se desenvolve, entendendo que essa leitura é condição necessária para se ultrapassar as demandas imediatas presentes no cotidiano profissional (Maroneze; Fortune, 2023, p. 141).

A questão social ganha centralidade na formação profissional com as Diretrizes Curriculares, concebida como a base de fundação sócio-histórica da profissão. Dessa forma, a concepção de questão social trazida no projeto de formação da Abepss expressa o debate amadurecido pela categoria, sobretudo desde a década de 1980, que compreende, como sintetiza Netto (2001), a questão social como constitutiva da sociabilidade capitalista, expressão das relações de contradição e exploração entre capital e trabalho, portanto, uma compreensão à luz da teoria social de Marx.

Em consonância com a proposta nacional, o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFPI também dá centralidade ao tema. Na estrutura curricular, a discussão sobre a

questão social aparece de forma transversal, tanto como conteúdo ministrado em diversas disciplinas, como nos pressupostos balizadores da formação, nos objetivos do curso e nas competências e habilidades esperadas pelos(as) egressos(as). É introduzida uma disciplina com a nomenclatura “Questão Social”, com carga horária de 60 horas, com seguinte ementa: “Emergência, significados, desenvolvimento e configuração da questão social no Brasil, destacando as dimensões gerais da questão social na contemporaneidade” (UFPI, 2012, p. 59). Além disso, a discussão está presente tanto em ementas e bibliografias de outros componentes curriculares, como Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social, Oficina de Expressões e Vivências de Questão Social no Piauí, Processo de trabalho, Política Social e Seminário de Prática.

Iamamoto (2015) ressalta que, com as Diretrizes Curriculares da Abepss, a formação passa a ter como foco, além da questão social, na discussão sobre o trabalho profissional, o que é um avanço importante comparado com as propostas curriculares anteriores, que traziam uma concepção limitada de “prática”, apreendida de forma segmentada e dicotômica da teoria. O debate sobre o trabalho vem adquirindo maior visibilidade na categoria desde meados de 1980, a partir do diálogo com a teoria social de Marx, que passa a compreender a profissão como especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho e inserida na relação contraditória das classes sociais.

Assim, Iamamoto (2015, p. 95) defende que “transitar do foco da prática ao trabalho não é uma mudança de nomenclatura, mas de concepção”, que tem como subsídio o pensamento de Marx. Implica apreender o trabalho como categoria central na produção e reprodução na vida social, chave para compreensão das relações econômicas e sociais, que atravessam o exercício profissional do(a) assistente social. Assim, é inegável que essa concepção é inspirada na tradição marxista.

De tal modo, no cerne das mudanças postas pelas Diretrizes Curriculares da Abepss, está a centralidade do debate sobre o trabalho profissional, o que é verificado no PPC da UFPI, como destaca o trecho a seguir:

A nova lógica curricular tem o trabalho como central na constituição do ser social. Neste horizonte é colocado para o processo de formação profissional o entendimento do processo de trabalho do assistente social no cerne do debate teórico-metodológico que possibilite uma apreensão crítica do ideário profissional (UFPI, 2012, p. 20).

A importância da compreensão do Serviço Social enquanto trabalho e a centralidade dessa categoria na formação profissional é trazida no depoimento de uma docente do curso de Serviço Social da UFPI:

[...] A categoria trabalho leva a gente pensar o próprio exercício profissional, como o trabalho, o que nos associa a categoria, a classe trabalhadora. Então, esse é um elemento fundamental para o nosso Projeto Ético-Político, que é a defesa dos interesses dessa classe trabalhadora, da qual nós nos incluímos. [...] A alienação é um elemento central também porque a gente compreende que o processo de alienação mesmo associado aos processos de trabalho. Ele também permite que a gente compreenda que nós estamos inseridos em processos que podem levar à alienação, se a gente não ultrapassar o imediatismo, o trefismo, esse praticismo sem teoria. [...] Eu compreendo que essas categorias elas não são conceitos, são categorias que expressam a realidade como ela é, e compreender é fundamental (Professora 5). (Silva, 2019, p. 51).

O trecho anterior assinala para uma concepção de trabalho pautada na teoria crítica de Marx, que concebe o(a) assistente social enquanto trabalhador assalariado e, portanto, inserido nas contradições inerentes a classe trabalhadora. Esse é um marco fundamental que separa substantivamente o Projeto Pedagógico atual dos currículos anteriores do curso de Serviço Social da UFPI que, até então, tinham uma compreensão limitada do exercício profissional enquanto “prática” ou “intervenção”.

Assim, essa concepção do Serviço Social enquanto trabalho, que fundamenta o projeto de formação profissional, possibilitou ainda um avanço no debate sobre as dimensões técnico-operativas, articuladas a teórico-metodológico e ético-política, inexistente nos currículos anteriores. No caso do terceiro currículo pleno há um avanço, entretanto, permanece o foco nos fundamentos teóricos do Serviço Social, que trabalhavam de forma fragmentada tanto a história da profissão quanto a dimensão interventiva.

As Diretrizes Curriculares colocam como princípios que fundamentam a formação profissional:

Riguroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.

Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade (Abess/Cedepss, 1996, p. 6)

Esses princípios delineiam um perfil profissional com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão crítica do processo histórico como totalidade (Abess/Cedepss, 1996). Dessa forma, é nítido que o projeto formativo do Serviço Social é calcado em uma perspectiva histórico-crítica, orientada pela tradição marxista:

As diretrizes da ABEPSS asseguram o pluralismo teórico, mas possuem uma clara orientação da formação profissional fundada na teoria social crítica de Marx e na tradição marxista, que orienta a compreensão da sociedade capitalista de modo crítico, que considera as expressões da questão social como objeto de intervenção do serviço social e o trabalho como categoria-

chave para compreender a relações econômicas e sociais (Boschetti, 2004, p. 26).

É possível verificar conteúdos específicos voltados para a compreensão do pensamento social de Marx e de abordagens marxistas em diversos componentes do Projeto Pedagógico, que citam diretamente, em suas ementas ou bibliografias, Marx ou marxismo, tais como: Introdução ao Serviço Social, Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social, Economia Política, Iniciação a Política, Pesquisa Social, Processo de Trabalho e Seminário Temático. As obras citadas de Marx nas bibliografias são: A ideologia Alemã; Contribuição à crítica da Economia Política; O Capital; e Manifesto do partido comunista.

Além dessas, existem diversas disciplinas que trabalham em seus conteúdos autores da tradição marxista, sobretudo na literatura do Serviço Social crítico, pós-reconceituação. Dentre os mais citados no PCC estão: José Paulo Netto (11), Marilda Iamamoto (9), Carmelita Yazbek (5), Ana Elizabete Mota (5), Ivanete Boschetti (4), Elaine Behring (3) e Vicente Faleiros (3), que expressam um pouco da vasta produção teórica construída pelo Serviço Social brasileiro a partir da interlocução com o pensamento marxista.

Há uma diversidade de autores e interpretes da abordagem marxista. Dentre os pensadores reconhecidos da tradição do marxismo clássico citados no Projeto Pedagógico estão Gramsci, Lenin e Lukács. Alguns outros autores de abordagem marxista que se destacam são: Louis Althusser, Eric Hobsbawm, Ernest Mandel e Karel Kosic. Todavia, são pouco citados, presentes sobretudo como bibliografia no componente curricular de Seminário Temático II, que tem como ementa o estudo marxismo. Esse fato não implica, entretanto, que esses autores não sejam incorporados nos planos de outras disciplinas, a depender das escolhas dos(as) docentes que as ministram.

Observa-se ainda um maior espraiamento de autores de abordagem marxista no país permeando a bibliografia de outros componentes curriculares, como Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social (FHTM), Questão Social, Política Social, Sociedade Civil e Movimentos Sociais. É o caso de Carlos Nelson Coutinho, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Francisco de Oliveira.

Assim, a teoria social de Marx orienta o PPC de Serviço Social da UFPI, que se alinha a perspectiva hegemônica no Projeto Ético-Político da profissão, conforme é possível observar em todo o documento curricular, nos pressupostos formativos, nos objetivos do curso, nas ementas e bibliografias das disciplinas. Todavia, isso não significa que o mesmo não seja pautado no pluralismo, seguindo inclusive os direcionamentos das Diretrizes Curriculares, que apresentam como princípio que fundamenta a formação:

Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais (Abess/Cedepss, 1996, p. 7).

Essa concepção se alinha ao princípio do Código de Ética de 1993, que defende a “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (Brasil, 2012, p. 24). Pluralismo, como analisado anteriormente, compreendido como debate de ideias e concepções de mundo, “um modo de convivência entre correntes de pensamento, pois reconhece, aceita a existência de diferentes posições, opiniões e pensamento” (Yazbek, 2019, p. 51). Essa perspectiva também permeia o PPC da UFPI, que apresenta como princípio que fundamenta a formação: “pluralismo teórico como eixo na construção da direção social da formação profissional” (UFPI, 2012, p. 18).

Nessa direção, as disciplinas de Seminário Temático discutem as distintas correntes teóricas que dialogam com o Serviço Social, como positivismo / funcionalismo, marxismo, fenomenologia, estruturalismo, dentre outras. Além dessas, os componentes curriculares de FHTM também têm em seu conteúdo a compreensão das distintas matrizes do pensamento social que orientam a profissão em sua trajetória, assim como os rebatimentos das teorias pós-modernas no Serviço Social na contemporaneidade. Na disciplina de Ética profissional, o pluralismo é apresentado como princípio do Código de Ética de 1993, o que exige a apreensão das diferentes orientações ético-políticas da profissão em sua trajetória e seus fundamentos teórico-metodológicos. Tem-se ainda o componente de Pesquisa Social que discute as matrizes teóricas e os métodos na pesquisa social, com foco no método em Marx.

Assim, os(as) discentes formados(as) no curso de Serviço Social da UFPI têm, ao longo do seu processo formativo, a possibilidade de conhecer e dialogar sobre as distintas matrizes teóricas das Ciências Sociais e compreender sobre sua influência na profissão e na realidade, tendo os fundamentos orientadores pela tradição marxista como hegemônico.

Outro aspecto importante trazido pelas Diretrizes Curriculares é a centralidade da pesquisa na formação em Serviço Social, ao considerar as “dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade”, assim como a “indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão” (Abess/Cedepss, 1996, p. 6). De tal modo, é ultrapassada a concepção da pesquisa apenas como disciplina, constituindo-se como um dos princípios e condição da formação profissional, possibilitando uma postura investigativa que deve ser transversal a todo o processo

formativo, de forma a garantir que “[...] o perfil do/da profissional contivesse a determinação dialética da busca da superação da aparência pela mediação da investigação em direção ao concreto pensado” (Pontes, 2023, p. 96).

O Projeto Pedagógico de Serviço Social da UFPI está em consonância com essa perspectiva, ao estabelecer não apenas disciplinas de pesquisa social, monografia, oficinas, como também prevê a utilização de instrumentos avaliativos do processo de ensino-aprendizagem que estimulem a realização de pesquisas, trabalhos científicos etc. A dimensão investigativa também é fomentada na vivência do estágio supervisionado, na busca por articular pesquisa e trabalho profissional. Além disso, está previsto no projeto a inserção de estudantes em grupos e núcleos de pesquisa, em programas de iniciação científica, em eventos científicos, a produção de artigos para apresentação em congressos, dentre outros, que são contabilizados como carga horária para as atividades complementares. Cabe evidenciar que todo esse processo foi dinamizado pela qualificação do corpo docente que, na implementação do PPC, passou a ser formado integralmente por mestres(as) e doutores(as).

As temáticas latentes no projeto de formação vão ganhando espaço nas pesquisas dos(as) discentes e docentes do curso, tais como: políticas sociais, seguridade social, proteção social, direitos sociais, cidadania, transformações no mundo do trabalho, expressões da questão social, processos de trabalhos do(a) assistente social, movimentos sociais, dentre outros. No geral, observa-se um alinhamento dos estudos com a tradição marxista, a partir da análise pelo método dialético crítico ou pelas bibliografias utilizadas, mas também há pesquisas que dialogam com outras tendências teóricas, embora sejam em número reduzido.

### **Considerações finais**

O artigo pretendeu contribuir com a literatura acerca do Serviço Social no Piauí, a partir de um olhar investigativo para os seus fundamentos, subsidiado por uma análise na dialética crítica. Compreender as particularidades e os significados sócio-históricos da profissão e da formação nos distintos estados e regiões é fundamental para retroalimentar os estudos de reconstrução histórica do Serviço Social no Brasil e para enfrentar os desafios postos na contemporaneidade, na medida em que “a história é a fonte de nossos problemas e a chave de suas soluções” (Iamamoto, 2015, p. 203).

A análise da trajetória da formação no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí ao longo de quase cinco décadas revela, mais do que os registros curriculares, marcas temporais, que articulam interesses individuais e coletivos, visões de mundo, tendências

teórico-metodológicas, projetos de profissão e de sociedade distintos, que só podem ser compreendidos a partir de sua inserção na realidade sócio-histórica do Brasil e do Piauí.

Em seu surgimento, em 1976, permeava no curso de Serviço Social da UFPI um currículo guiado por uma perspectiva conservadora de profissão e de sociedade, permeado por fundamentos funcionalistas, que atendia a lógica da proposta curricular nacional vigente em 1970 e aos interesses do Estado ditatorial. Apenas a partir de 1987 é possível verificar a influência da tradição marxista no projeto de formação, com a reformulação curricular na UFPI, alinhado ao currículo mínimo de 1982, que acompanhava os importantes acontecimentos históricos, sociais, políticos e econômicos vivenciados pelo Serviço Social e pela sociedade no país e no Estado na época. Assim, o segundo currículo pleno apresenta avanços fundamentais em relação ao anterior, com uma visão ampla e crítica sobre a profissão e a realidade, mas ainda trazia fragilidades teórico-metodológicas, que evidenciavam, dentre outros elementos, a necessidade de uma melhor compreensão acerca da teoria social de Marx, as quais o terceiro currículo, aprovado em 1994, buscou superar. Em 2007, com a aprovação do Projeto Pedagógico à luz das Diretrizes Curriculares da Abepss, o curso de Serviço Social da UFPI consolida uma direção social crítica na formação, tendo o pensamento marxista como fundamento teórico-metodológico hegemônico, mas dialogando com outras matrizes do conhecimento, em uma perspectiva pluralista.

O aprofundamento de estudos acerca dos fundamentos do Serviço Social e das contribuições da tradição marxista para a profissão é fundamental, sobretudo na realidade atual, em que o avanço do ultraneoliberalismo e neoconservadorismo tem colocado profundos desafios para a defesa do Projeto Ético-Político da profissão, que se coloca radicalmente oposto a essas perspectivas, vinculado a construção de uma nova ordem societária sem dominação, opressão e exploração. No que tange a política de educação, o crescimento da privatização, do ensino à distância, da precarização da formação e o sucateamento das universidades públicas reforçam a importância do fortalecimento de um projeto formativo pautado em princípios ético-políticos emancipatórios e fundamentos teórico-metodológicos críticos, tal qual apregoa as Diretrizes Curriculares da Abepss.

### Referências bibliográficas

ABESS / CEDEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.) Rio de Janeiro, novembro de 1996.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

- BRASIL. *Resolução CNE/CES 6*, de 23 de setembro de 1982. Fixa os mínimos de conteúdo e de duração do Curso de Serviço Social, com base no Parecer nº 412/82, homologado pela Ministra da Educação. Brasília, 1982.
- BRASIL. Conselho Federal do Educação – CFE. *Parecer nº 242/70*, de 13 de março de 1970. Fixa o Currículo Mínimo e estabelece a duração do Curso de Serviço Social.
- BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das Diretrizes Curriculares e dificuldades na sua implementação. *Temporalis*. Ano 4, n. 8, jul./dez. 2004. Porto Alegre: Abepss, Gráfica Odisseia, 2004.
- CARVALHO, Alba Maria P. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. *Cadernos ABESS 1 – O processo da formação profissional do assistente social*. São Paulo: Abess/Cedepss, outubro de 1986, p. 17-42.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. *Cadernos ABESS 4 – Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional*. São Paulo: ABESS/CEDEPSS, maio de 1991, p. 5-17.
- FERREIRA, Maria Dalva M.; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e S.; GUIMARÃES, Simone de Jesus. O Serviço Social no Piauí. In: JUNIOR, A.A.S. (Org.). *A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste*. Curitiba: CRV, 2021a, p. 67-80.
- FERREIRA, Maria Dalva M.; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e S.; GUIMARÃES, Simone de Jesus. O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí: contexto histórico e singularidades. In: MOTA, Ana Elizabete; VIEIRA, Ana Cristina; AMARAL, Angela (Orgs.) *Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação*. São Paulo: Cortez Editora, 2021b, p. 216-230.
- FRAZÃO, Maria Aurenice M. *A formação profissional do assistente social na UFPI – problemas e alternativas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Bacharelado em Serviço Social. Universidade Federal do Piauí, Teresina: 1993.
- GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS (Org.) *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009, p. 702-717.
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. *Memorial: uma história de vida dedicada ao Serviço Social*. Memorial acadêmico para progressão a Professor Titular da Universidade Federal do Piauí, Teresina: UFPI, 2017.
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. *Perfil do assistente social de Teresina: mercado de trabalho e práticas profissionais*. Teresina, UFPI, 2003.
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. *Trajetória de vida, trajetória acadêmica: alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI*. Teresina, 1995.
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. *Alguns aspectos da história da primeira revisão curricular do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí*. Texto apresentado no encontro promovido pelo Núcleo de Teoria e metodologia, em maio de 1990. Teresina- PI, 1990a. (Mimeo)
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. *As disciplinas de teoria do Serviço Social: avaliação e dilemas nos atuais marcos do Currículo II do Curso de Serviço Social da UFPI*. Documento elaborado pelo Núcleo de História, Teoria e Metodologia, em novembro de 1990. Teresina- PI, 1990b. (Mimeo)
- IAMAMOTO, Marilda. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARONEZE, Luciane F.Z.; FORTUNA, Sandra L. A. A dimensão investigativa na formação em Serviço Social a partir das Diretrizes Curriculares de 1996. *Em Pauta: teoria social e*

- realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p. 136 - 150, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.76086> Acesso em: 21 fev. 2024.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. Trad. Florestan Fernandes. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MOTA, Ana Elisabete; VIEIRA, Ana Vieira; AMARAL, Angela (Orgs.) *Serviço social no Nordeste: das origens à renovação*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*. Ano 2, n.3, p.41-49, jan./jul. 2001. Brasília: Abepss, Graflina, 2001.
- NETTO, José Paulo. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. *Cadernos ABESS 4 – Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional*. São Paulo: Abess/Cedepss, maio de 1991, p.76-95.
- NETTO, José Paulo. Teoria, método e história na formação profissional. *Cadernos ABESS 1 – O processo da formação profissional do assistente social*. São Paulo: Abess/Cedepss, outubro de 1986, p. 43-60.
- PESSOA, Fernando. *Obra poética*. 2ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.
- PONTES, Reinaldo Nobre. Da incidência marxista na formação profissional e produção acadêmica em Serviço Social: notas introdutórias. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n.52, v. 21, maio/ago. 2023, p. 87 - 102. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/75917> Acesso em: 25 ago. 2023.
- QUIROGA, Consuelo. *A Invasão Positivista no Marxismo*. São Paulo, Cortez Editora, 1991.
- ROSA, Lucia Cristina dos S.; SILVA, Maria do Rosário F.; NASCIMENTO, Liciane C. *Proposta de projeto pedagógico para o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí*. Teresina-PI, 2003. (Mimeo)
- SETUBAL, Aglair Alencar. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*. Cortez Editora: São Paulo, Ano IV, n.12, agosto de 1983, p. 109-139.
- SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda et al (Orgs.) *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. 2ed. Campinas: Papel Social, 2019, p. 85-113.
- SILVA, Mônica dos Anjos. *A inserção do pensamento marxista no serviço social piauiense e sua relevância para a prática profissional*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Bacharelado em Serviço Social. Cristo Faculdade do Piauí – CHRISFAPI, Piri-piri-PI: 2019.
- SILVEIRA JÚNIOR, Adilson A. (Org.) *A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste*. Curitiba: CRV, 2021.
- SILVEIRA JÚNIOR, Adilson A. *O serviço social na particularidade do Nordeste (1940-1980)*. Curitiba: CRV, 2022.
- UFPI – Universidade Federal do Piauí. *Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social*. Teresina: UFPI, 2012.
- UFPI – Universidade Federal do Piauí. Cepex. *Resolução nº 013/2007*, de 25 de janeiro de 2007. Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social - Modalidade Bacharelado/ UFPI - Campus “Ministro Petrônio Portella”.
- UFPI – Universidade Federal do Piauí. Cepex. *Resolução nº 91/1994*. Aprova reestruturação do Currículo Pleno do Curso de Serviço Social. Teresina: UFPI, 1994.
- UFPI – Universidade Federal do Piauí. Coordenação do curso de Serviço Social. *Relatório do Núcleo de Teoria, História e Metodologia*. Apresentado em reunião em setembro de 1990. Teresina-PI, 1990a. (Mimeo)
- UFPI – Universidade Federal do Piauí. Coordenação do curso de Serviço Social. *Relatório de entrevistas realizadas com egressos do Currículo II*. Novembro de 1990. Teresina-PI, 1990b. (Mimeo)

- UFPI – Universidade Federal do Piauí. Cepex. *Resolução nº 10/1987*, de 06 de julho de 1987. Aprova Proposta do Currículo Pleno do Curso de Serviço Social. Teresina: UFPI, 1987.
- UFPI – Universidade Federal do Piauí. Consun. *Resolução nº 02/1976*. Currículo Pleno do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 1976.
- YAZBEK, Maria C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda *et al* (Orgs.) *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. 2ed. Campinas: Papel Social, 2019, p. 47-84.

# Relação Serviço Social e movimentos sociais a partir dos fundamentos do Serviço Social

## Relationship between Social Work and social movements from the foundations of Social Work

Kathleen Pimentel dos Santos\*

**Resumo:** O presente artigo busca discutir o processo de aproximação da relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais a partir dos seus fundamentos, a fim de compreender como esta temática vem sendo incorporada nas pesquisas e produções dos/as assistentes sociais. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, cujas fontes são de natureza bibliográfica. Em seus resultados preliminares, evidencia-se que, quantitativa e qualitativamente, ainda que os processos aproximativos dessa relação estejam hegemonicamente impressos no seu projeto profissional, a temática dos Movimentos Sociais apresenta redução entre o número de pesquisas e produções da área do Serviço Social.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Movimentos sociais; Fundamentos; Formação profissional; Prática profissional.

**Abstract:** This article seeks to discuss the process of approximation of the relationship between Social Work and Social Movements from its foundations, in order to understand how this theme has been incorporated into the research and production of social Workers. This is an exploratory research, with a qualitative approach, whose sources are of a bibliographic nature. In its preliminary results it is evidenced that, quantitatively and qualitatively, although the approximative processes of this relationship are hegemonically imprinted in its professional project, the theme of Social Movements presents a reduction among the number of researches and productions in the area of Social Work.

**Keywords:** Social services; Social movements; Fundamentals; Vocational training; Professional practice.

### Introdução

O Serviço Social brasileiro tem marcado uma trajetória de ruptura com o conservadorismo<sup>1</sup>, empreendendo esforço teórico e político para ultrapassagem do viés

\* Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Políticas Sociais (GEPSSO). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Marxismo e Serviço Social (NEPMASS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6539-6056>

<sup>1</sup> O Projeto Profissional do Serviço Social instituiu-se hegemonicamente, não de forma homogênea. Isso significa que o conservadorismo declina, mas não desaparece completamente, não sendo um impeditivo para estar presentes nas disputas de diferentes projetos societários e profissionais. Nos lembra autores como Braz e Teixeira (2009) e Yazbek (2009) que o pluralismo teórico presente na categoria permite que diferentes matrizes de pensamentos se apresentem e disputem a hegemonia entre si, dentre ele a defesa de correntes teóricas conservadoras.

empirista e pragmático presente na tendência conservadora. O marco desse processo se deu com o Movimento de Reconceitualização latino-americano, sob movimentações de superação do Serviço Social Tradicional em meados da década de 1960, alcançando o Brasil como Movimento de Renovação Profissional na segunda metade dos anos 1970.

A dissolução dos fundamentos tradicionais do Serviço Social acompanhou as tendências presentes na dinâmica capitalista em ordem monopólica. O tensionamento entre as mobilizações populares e o projeto reformista autocrático-burguês fomentou o repensar, em nível teórico, prático e político, de autocritica da profissão, imprimindo uma tendência mais crítica à sua direção profissional. As alterações político-ideológicas foram possibilitadas pela emergência das organizações de classe dos trabalhadores e a interlocução com a tradição marxista (Moro; Marques, 2011).

Nesse ínterim, com a construção do Projeto Profissional de Ruptura, norteado pela teoria social marxista, e em intenso debate com entidades próprias da profissão, reelaboraram-se a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional com o objetivo de “[...] atuar com mais efetividade na defesa dos direitos humanos e no compromisso com os movimentos sociais, em consonância com os interesses da classe trabalhadora e suas organizações sociais” (Souza; Castro, 2013, p.2).

Forma-se o pressuposto de que o processo de aproximações entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais permite que essa temática permeie tanto as produções dessa categoria profissional, quanto seja eixo da formação e prática/exercício profissional. Diante disso, este trabalho objetiva identificar o panorama atual da incorporação da temática dos Movimentos Sociais como objeto de investigação dos/as assistentes sociais, a partir de pesquisas e da literatura existente.

Para alcançar esse objetivo, o artigo estrutura-se em duas seções. Primeiro, expõe como ocorre a construção da relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais segundo os fundamentos da profissão. Na segunda seção, apresenta o panorama atual da incorporação dos Movimentos Sociais como eixo da formação, da prática e das produções teóricas da categoria profissional.

As análises e os resultados aqui apresentados foram desenvolvidos através de pesquisa bibliográfica, buscando compreender os elementos teóricos que circunscrevem os fundamentos do Serviço Social e sua relação com os movimentos sociais, bem como a incorporação do debate sobre movimentos sociais na produção de conhecimento da profissão. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, à luz do materialismo histórico-dialético.

## Fundamentos do Serviço Social brasileiro e sua relação de aproximação com os movimentos sociais

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, confluindo respostas aos desdobramentos do capitalismo, diante do contexto econômico e social que onerava fortemente os/as trabalhadores/as, aprofundando o tensionamento entre a classe trabalhadora e o Estado, enquanto representante dos interesses da classe dominante. Nesse momento, o Serviço Social emerge como ação movida pelo Estado e vários setores particulares da burguesia, com forte referência nas doutrinas sociais da Igreja Católica sob influência europeia (especialmente no ideário franco-belga) e no pensamento tomista e neotomista (Yazbek, 2009) e ao viés reformista do pensamento conservador.

Isso denota que os primeiros objetivos político-sociais do Serviço Social brasileiro se orientaram por posicionamentos de cunho humanista conservador, distantes dos ideários liberal e marxista, igualmente apartados dos interesses das classes populares. O viés reformista de tendência empiricista e pragmatista do pensamento conservador prevaleceu na profissão até o final da década de 1950 sob os princípios teóricos e políticos do Serviço Social Tradicional<sup>2</sup>.

Mudanças no contexto econômico e político dão a tônica da “erosão”, termo utilizado por Netto (1996), do tradicionalismo. Com a crescente industrialização e urbanização desencadeadas na realidade brasileira na década de 1950, cumprindo o projeto desenvolvimentista, e a chegada do regime autocrático burguês na década de 1960, têm-se a exponenciação das refrações da questão social, sendo tratadas pelo Estado ditatorial através de políticas sociais crescentemente centralizadas e focalizadas, fazendo surgir novas instituições públicas de planejamento e execução dessas políticas.

De acordo com Netto (1981, p. 74), dada a complexificação da contextualidade sociopolítica, há requisição de um novo padrão de desempenho profissional, posto que “os padrões de intervenção do Serviço Social tradicional são incompatíveis com o mínimo de eficácia que a modernização social implementada [...] desde 1964 pela ditadura brasileira exige”.

Embutido às alterações conjunturais, a superação do tradicionalismo reúne um esforço teórico e político a partir “da recusa de uma ação mais burocratizante e na busca por reformas sociais [...]” em que a categoria profissional busca “um método de trabalho social de perspectiva mais crítico, atuante e propositivo, diante das particularidades da realidade social” (Pereira;

---

<sup>2</sup> Para Netto (1996, p. 60), o Serviço Social Tradicional é compreendido como a “prática profissional empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada. Esse, fundamenta-se em uma ética liberal burguesa e sua teleologia consiste na correção funcionalista de resultantes psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sempre pressupostos a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável”.

Oliveira, 2019, p. 144). Assim, em um movimento contraditório, ocorre o processo de ultrapassagem do Serviço Social Tradicional com a emergência do Movimento de Reconceituação de caráter latino-americano, denominado no Brasil de Movimento de Renovação. Kamitani (2007) ressalta que a Reconceituação acompanhou uma conjuntura de fortalecimento da organização dos trabalhadores e o crescimento da luta de classes, como corolário do declínio da onda longa expansiva do capital no final dos anos 1960, que ocasionou uma crise de impactos grandiosos na década seguinte, exponenciando as contradições capitalistas.

A busca teórica do Serviço Social levou a categoria profissional, dos anos 1960 aos anos 1980, à seminários e congressos que construíram os diálogos e debates que marcam o Movimento de Renovação, constituído, segundo Netto (1996), em três principais tendências. A primeira, a modernização conservadora, que ao mesmo tempo que moderniza, mantém um aspecto conservador, aparece como direção ao Serviço Social na metade dos anos 1960, sendo uma perspectiva que oferece um aparato técnico aos valores tradicionais da profissão. Segundo Yazbek (2009, p. 8), “incorpora abordagens funcionalistas, estruturalistas e positivistas voltadas a mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade”. Com relação a reatualização do conservadorismo, surgiu em meados dos anos 1970 e recebe inspiração da fenomenologia, centrando nas práticas individuais e, segundo Yazbek (2009), priorizando as concepções de pessoa, diálogo e transformação dos sujeitos.

A última tendência, hoje compreendida como hegemônica no interior da profissão, iniciada em meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, difere das outras tendências por ser a única perspectiva com proposta de completa superação ao conservadorismo, e denomina-se Intenção de Ruptura. Apresenta bases teórico-metodológicas e prático-profissionais com ruptura ao tradicionalismo profissional (Netto, 1996) demarcando, no plano ídeo-político, o rompimento com o histórico conservadorismo do Serviço Social.

É na crise e declínio do regime da autocracia burguesa, com a abertura política e o retorno à cena política de diversos sujeitos políticos coletivos “[...] como sindicatos, partidos e movimentos sociais, com vistas aos processos de mobilização, organização e reivindicação dos direitos e políticas sociais” (Paulista, 2009, p. 72), que essa perspectiva ultrapassa as discussões universitárias e alcança diversos segmentos profissionais.

Segundo Yazbek (2009), essa tendência remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes, configurando uma aproximação com o marxismo, trazendo para o Serviço Social latino-americano a teoria social de Marx como matriz teórica. Apesar de

inicialmente essa aproximação ocorrer empobrecida e marcada por um forte pragmatismo através de manuais populares e partidários e não nas fontes originais (Silva, 2007), nos anos 1980 verifica-se a interlocução com as fontes marxianas, imprimindo uma direção ao pensamento e à ação social do Serviço Social brasileiro, conferindo-lhe uma maturidade intelectual à profissão.

Nesse movimento, a maturação acadêmica e profissional adquirida no processo de renovação permitiu ao Serviço Social a possibilidade de posicionamento e defesa junto aos sujeitos coletivos que se manifestam no cenário social brasileiro (Moro; Marques, 2011). Afirmam Moro e Marques (2011, p. 26) ao falar de Santos (1985) que

[...] a descoberta do assistente social enquanto parte da classe trabalhadora o leva a alternativas políticas e profissionais junto aos movimentos sociais, intensificando as aspirações democráticas e populares, ampliando os espaços de participação, poder e pressão desta categoria profissional.

Yazbek (2009) chama atenção que a incorporação e a construção da hegemonia de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos da profissão se desenvolveu sob um amplo debate pela categoria profissional, marcado pelo pluralismo de diferentes tendências, mas que concebe a hegemonia da tradição marxista. Com a introdução do referencial marxista e o aprofundamento das dimensões profissionais do Serviço Social a partir de um esforço de leitura de realidade mais crítica e um amplo debate com a categoria profissional, que, progressivamente, o comprometimento político com a classe trabalhadora foi incorporado na atuação dos/as assistentes sociais.

Moro e Marques (2011) apontam que essa escolha ético-política foi sentida inicialmente por meio da articulação político-organizativa da profissão via entidades da categoria, com destaque para Associação Nacional dos Assistentes Sociais (1983), pela integração de um segmento de profissionais envolvidos com as lutas presentes na sociedade. Essa iniciativa reunia o empenho em fortalecer os vínculos da profissão com as lutas gerais empreendidas pela classe trabalhadora, além de “garantir o encaminhamento das demandas específicas da categoria, tais como o plano de cargos e carreiras dos servidores públicos federais (PCC) e as condições de trabalho, salário e carga horária dos assistentes sociais” (Moro; Marques, 2011, p. 26).

De acordo com Abramides e Cabral (2009, p. 97) essa vinculação – entidades e lutas sociais – fortalece “[...] a inter-relação do exercício profissional com os movimentos sociais de luta por direitos, que ganha estatura no âmbito da luta institucional, a partir da promulgação da Constituição em 1988”. A permanência da inserção profissional nas instâncias de luta dos/as trabalhadores, a manutenção da dimensão político-organizativa para a rearticulação do Serviço

Social com os movimentos sociais e o aprofundamento da sua concepção vem com o amadurecimento teórico e intelectual da profissão (Moro; Marques, 2011). Possibilitado, não exclusivamente, mas essencialmente pela maioria alcançada pela teoria social marxista.

Esse referencial teórico, posteriormente, é incorporado pela maioria da categoria, e dota a profissão de clareza quanto sua natureza e utilidade social (Araújo, 2008). Moro e Marques (2011, p. 27, grifos dos autores), esclarecem que é justamente o reconhecimento e “[...] organização dos assistentes sociais *como trabalhadores e com trabalhadores* que se pode pensar o estabelecimento de um vínculo orgânico do Serviço Social com os movimentos sociais”.

A base marxista incorporada nos referenciais profissionais como recusa e enfrentamento do conservadorismo profissional, que rompe com a [...] visão a-histórica e técnico burocrática que marcou a origem da profissão (Araújo, 2008) estão materializadas no projeto ético-político do Serviço Social. Elementarmente, esse projeto profissional que congrega a imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus conhecimentos teóricos e interventivos, etc. (Netto, 2006), vincula-se “[...] a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (Netto, 1999, p. 15).

A escolha ético-política adotada e maturada no projeto de ruptura construiu uma relação aproximativa com os movimentos sociais no âmbito da formação profissional, na ação político-organizativa da categoria e na prática profissional. Duriguetto (2014), ao se aproximar da relação interventiva do Serviço Social com os processos de mobilização e organização popular, aponta as diretivas instituídas que correspondem a essa perspectiva, como a Lei de Regulamentação Profissional (1993) e o Código de Ética Profissional (1993), destacando que ultrapassam a dimensões normativas, estabelecendo-se como orientações táticas-estratégicas e ético-políticas. Importa destacar os trechos dos referidos documentos, apresentados pela autora, que explicitam a defesa da relação da ação profissional do Serviço Social com as lutas coletivas.

A Lei de Regulamentação Profissional (1996), em seu art. 4º, parágrafo IX, determina como competência do/a assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. No Código de Ética (1993), a relação com as lutas coletivas aparece como direito profissional, em “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação pela democracia e dos direitos de cidadania” (art. 12º, alínea b), e “respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras” (art. 13º, alínea c).

A relação de vinculação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, de igual

maneira, aparece no âmbito da formação profissional incorporada e reafirmada nas Diretrizes Curriculares de 1996, a fim de contemplar o perfil profissional crítico por meio “da unidade entre teoria e prática, mediante a transversalidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, tendo como ponto de referência os pressupostos das Diretrizes Curriculares” (Marozene; Britto; Ferreira, 2018, p.7).

A trajetória analisada até aqui, através da compreensão dos fundamentos do Serviço Social, possibilitou acompanhar a consolidação de um projeto profissional e de uma formação que preconiza a relação teoria-prática afinada com as lutas coletivas, subsidiando uma atuação profissional compromissada com as classes populares. Não diferentemente, pelo caráter investigativo da profissão, a relação da profissão com os processos de mobilização popular deve ser incorporada nas pesquisas e produções teóricas das/os assistentes sociais.

### **Incorporação da temática movimentos sociais nas pesquisas e produções do Serviço Social: o debate enquanto profissão investigativa e interventiva**

A preocupação em acompanhar a temática da relação Movimentos Sociais e Serviço Social na conjuntura atual revela-se pela própria natureza investigativa da profissão, com o reconhecimento de que o “desenvolvimento da investigação pelo profissional, no nível da razão dialética, possibilita uma visão crítica e reflexiva sobre os elementos da realidade, buscando promover a ultrapassagem de uma concepção meramente superficial para a busca pela essência dos fenômenos” (Costa; Gonçalves, 2020, p. 125).

Sem a intenção de sobrepor o âmbito formativo ao exercício profissional, ou ainda simplificar a relação teoria-prática, mas a fim de realçar que os debates e discussões dentro da formação profissional podem frutificar intervenções mais especializadas no que se refere a atuação junto aos movimentos sociais, considerando que “do conhecimento não se extraem diretamente indicativos para a ação, para a prática profissional e interventiva. Mas não se terá uma prática eficiente e inovadora se ela não estiver apoiada em conhecimentos sólidos e verazes” (Netto, 2011, p. 21).

A defesa dessa perspectiva aparece com a interlocução com o marxismo, que proporcionou maturidade intelectual a profissão no âmbito do impulso à criação dos cursos de pós-graduação a partir dos anos 1970, que foi o espaço em que a área se apropriou do debate intelectual contemporâneo das Ciências Sociais e se desenvolveu na pesquisa sobre a natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, sua formação, história e a realidade onde se insere como profissão. A centralidade da pesquisa é reforçada nas Diretrizes Curriculares (1996) como um componente essencial da formação e do exercício profissional e destaca-se também como

como instrumento para o profissional analisar, dialogar com a realidade e subsidiar alternativas a ela (Silva, 2007).

Essa adoção e defesa da atitude investigativa dos/as assistentes sociais aparece como imprescindível, posto que a realidade enfrentada pela prática profissional é uma fonte de conhecimentos e o conhecimento dessa realidade é essencial para responder as demandas postas por ela (Costa; Gonçalves, 2020). Diante disso, acaba por tornar imperativo alinhar os temas que constituem o universo interventivo da profissão a profissão. Considerando a temática movimentos sociais como presente nos instrumentos normativos da profissão, e dado os desdobramentos que acometem as lutas e os movimentos sociais na conjuntura neoliberal a partir dos anos 1990, a colocam (ou não) na ordem das pesquisas dos/as assistentes sociais.

Estudos e pesquisas já demonstram essa preocupação. Iamamoto (2011, p. 461), ao verificar a categorização dos eixos temáticos dos projetos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, aponta que “[...] a área temática com menor investimento na pesquisa refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular”. Completa essa preocupação a pesquisa de Guimarães (2022), ao analisar os projetos políticos-pedagógicos de cursos presenciais da região Nordeste<sup>3</sup> e notar algumas tendências no âmbito acadêmico: a discussão acerca das lutas e movimentos sociais não aparece, ao menos em termos de conteúdos e referências, mediada pela relação com a profissão e seu exercício profissional; o trabalho profissional de assistentes sociais com movimentos sociais não assume um lugar expressivo de debate; a presença de lógicas antagônicas e estranhas aos debates coletivos da categoria, indicando expressivas disputas teóricas e políticas expressas por dentro da formação.

Um ponto central para compreender esse cenário está nos processos que acompanham a educação superior. Guimarães (2020, p. 44), aponta que a aprovação das Diretrizes Curriculares pelo Conselho Nacional de Educação/Ministério de Educação (CME/MEC) representa um contraponto à direção social da formação profissional dos/as assistentes sociais, resultando em “distorções, reducionismos e esvaziamentos em relação à proposta original formulada para a formação de assistentes sociais no Brasil, com implicações importantes para os rumos da formação e do exercício profissional”. As consequências se acumulam posto que

os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional desaparecem e princípios como a adoção de uma teoria social crítica, a

<sup>3</sup> Guimarães (2020), determina dentro do universo de 90 Unidades de Formação Acadêmica (UFA) uma amostra de pesquisa 27 (vinte e sete) projetos político-pedagógicos de cursos presenciais da região nordeste, o equivalente a 30% do nosso universo de análise. Destes projetos pedagógicos, contabilizam-se 17 (22,97%) do total de cursos privados da região e 11 (68,75%) do total de cursos públicos. Amostra que nos pareceu representativa para os propósitos da nossa investigação.

indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, a ética como princípio formativo perpassando a formação e o exercício do pluralismo em luta pela direção social da formação profissional foram suprimidos e/ou sofreram gritantes alterações no sentido do seu rebaixamento. Os núcleos de fundamentação sofrem os maiores reducionismos e aparecem desconfigurados em sua lógica, assim como desaparecem as matérias básicas e as concepções contidas nas diretrizes da ABEPSS para disciplinas, seminários temáticos, oficinas, etc. Tudo fica a cargo das definições dos colegiados de curso (Guimarães, 2020, 44-45).

Notamos mais intimamente esse processo relacionado a tematização dos movimentos sociais na nova proposta do CNE/MEC quando vimos desaparecer do perfil profissional sua relação com os movimentos sociais. Em sua nova elaboração, não há mais menção aos movimentos sociais em seu conteúdo, referindo-se que o perfil profissional atenda “[...] usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho”<sup>4</sup>. Essa retração também é sentida quando observamos que o ensino da relação profissional com os movimentos sociais não consta no conteúdo da nova organização curricular, contrariando a proposta original das Diretrizes Curriculares de 1996 em que essa temática compreende três Matérias Básicas, e do que considera o documento da Comissão de Especialistas, de 1999, que as consolidam, onde aparecem em quatro Tópicos de Estudo (ABEPSS, 2022).

Esses contrapontos no âmbito formativo têm sua preocupação intensificada quando retomamos a dimensão investigativa enquanto capaz de capacitar o/a assistente social para a leitura da realidade no seu exercício profissional, para captar as mediações e as possibilidades de construção de estratégias para o atendimento das demandas e para construção de ações qualificadas, como nos lembram Costa e Gonçalves (2020). O impacto disso, considerando a unidade investigação-intervenção, vem sendo sentida na retração do trabalho profissional junto aos movimentos sociais, constatado através de um diminuto número de produções que relatam experiências de assistentes sociais em organizações e movimentos sociais.

Pesquisas e estudos demarcam esse panorama, ilustrando que embora a temática não desapareça no seio da profissão, não alcançam espaço de prioridade. Silva (2009), ao analisar a publicização de trabalhos no decurso de três décadas nas edições da Revista Serviço Social e Sociedade, aponta que, embora a temática movimentos sociais populares, organização popular e lutas sociais esteja entre as temáticas pesquisadas, há uma redução considerável no interesse pelo tema quando na década de 1979-1989 as publicações marcam 5,79%; na década seguinte, 1990-1999, essa abordagem é de 4,36%, acentuando-se na década de 2000-2009, com apenas

<sup>4</sup> Anteriormente, o texto colocava no horizonte do perfil profissional os movimentos sociais como espaço de atuação e articulação, assim constava “Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais” (ABEPSS, 1996).

1,34%.

Constata-se, portanto, que a tendência verificada por Duriguetto (2014), em que a tematização e atuação profissional e as relações com os movimentos sociais sofre uma curvatura nos pós-1990 se comparado aos anos 1980, se mantém e se acentua. Continua essa constatação quando nos aproximamos nos estudos de Dal Moro e Marques (2011), apontando que no período de 1995-2008, dentre os trabalhos publicados nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), somente 3,82% abordam a temática dos movimentos sociais. Observa também que os trabalhos que tratam de experiências de intervenção profissional junto aos movimentos sociais não ultrapassam mais que 6%.

No que se refere a década seguinte, podemos observar através da sistematização realizada pela ABEPSS (2022)<sup>5</sup>, que a discussão sobre a temática dos movimentos sociais possa representar “[...] um tema oculto no debate profissional”, com “pouca visibilidade nas análises do Serviço Social (Dal Moro; Marques, 2011, p. 32), mesmo com o crescente número de pesquisas e estudos realizados na área do Serviço Social, além do seu reconhecimento na produção de conhecimento. Isso porque, analisando quantitativamente, verificamos que, dos 4954 trabalhos aprovados nos eventos do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Encontro Nacional de Política Social (ENPS) e a Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), entre 2011-2015, apenas 353 se encaixam no eixo dos movimentos sociais, não ultrapassando 7%, conforme Dias (2021 *apud* ABEPSS, 2022).

Em termos qualitativos, podemos ainda observar algumas tendências. Os trabalhos identificados nas edições ENPESS de 2012, no CBAS de 2013 e no ENPESS de 2014 que tratam dos movimentos sociais são marcados pela prevalência do debate teórico em comparativo às discussões que tratam a prática concreta, considerando que, do total de 169 trabalhos identificados no eixo que aborda essa temática, nas três edições, majoritariamente estão concentrados em reflexões teóricas.

---

<sup>5</sup> A ABEPSS (2022), ao lançar o documento “Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social”, sistematiza os dados dos relatórios de gestão do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social dos anos 2013/2014, 2015/2016, 2017/2018 e 2019/2020, além de produções acerca do estado da arte da temática de movimentos sociais nos ENPESS e CBAS, entre elas Dias (2021).

Tabela 1. Publicações sobre Movimentos Sociais nos CBAS e ENPESS (2012-2014)

Evento	Total de trabalhos	Trabalhos sobre movimentos sociais	Debate teórico	Reflexões a partir da prática concreta
ENPESS (2012)	1343	52	78%	22%
CBAS (2013)	1288	48	34,61%	9,5%
ENPESS (2014)	940	69	66%	34%

Fonte: ABEPSS (2022).

A situação verificada é levada como preocupação na hipótese de Dias (2021) na qual surge o questionamento se a categoria profissional estaria distante dos movimentos sociais. As reflexões também se acumulam em torno da graduação e pós-graduação. Através da sistematização da ABEPSS (2022), identificamos nos apontamentos de Dias (2021), ao analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Serviços Sociais de universidades públicas, que, embora a temática dos Movimentos Sociais não esteja ausente sob forma de disciplinas, os resultados demonstram “que a formação, apesar da direção hegemonicamente crítica e progressista, proporciona baixa aproximação dos discentes de Serviço Social com o debate de movimentos sociais e experiências nestes espaços” (Dias, 2021 *apud* ABEPSS, 2022, p. 40).

Essa notável dissolução da relação do Serviço Social com a tematização das lutas e movimentos sociais, verificada nessa exposição, pode significar uma relação com o avanço neoliberal a partir dos anos de 1990. A programática do neoliberalismo tem empreendido um ataque às lutas e movimentos sociais como estratégia de reorganização do capital, subvertendo, em nível ídeo-político, as lutas coletivas ao processo de criminalização e penalização, o que acaba, não sem resistências, comprometendo as organizações populares nas aproximações com os espaços institucionais e extra institucionais.

Outro ponto importante de relação conjuntural liga-se intimamente ao próprio projeto profissional do Serviço Social, diante do seu processo de constituição que levou ao seu desenvolvimento a força política dos setores progressistas da profissão, que apreenderam e incorporaram a força política dos movimentos e organizações dos trabalhadores do final da década de 1970, como nos lembra Duriguetto (2014). Acrescenta Netto (2006), que as contribuições e a continuação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, diante do tensionamento trazido pelas forças neoliberais, dependem da absorção da maioria do corpo profissional e do fortalecimento dos movimentos democráticos e populares, que foram fragilizados e pressionados nos últimos anos.

Ainda sobre o aspecto conjuntural que pode, em algum grau, vincular-se a essa retração com os movimentos sociais, é o esforço da ofensiva conservadora que, com a influência da pós-

modernidade e as regressões operadas pelo neoliberalismo, conduzem a uma tendência de tecnificação do Serviço Social, subsumindo-o ao pragmatismo e ao empirismo. Para Mota e Amaral (2014, p. 41), estes desafios postos pela atual conjuntura “insiste em reduzir o projeto profissional a sua viabilidade prática, tecnificando-o e imprimindo uma racionalidade e instrumentalidade negadora dos seus princípios e propósitos”. Compreendemos, assim, que perder a ligação com as lutas e movimentos sociais significa fragilizar o projeto profissional da profissão, além de opor-se a Lei de Regulamentação enquanto competência profissional e negar um direito profissional posto no Código de Ética.

Suplementa esse debate que a comprovada vinculação do Serviço Social aos movimentos sociais liga-se aos fundamentos ético-políticos da profissão, fazendo que na espreita dessa relação se encontre um conjunto de possibilidades de intervenções para fortalecer as lutas e movimentos sociais. Para Duriguetto (2014), essas possibilidades se encontram no fomento à organização e mobilização dos sujeitos, seja no desenvolvimento de ações junto aos movimentos e as lutas sociais, no sentido de identificar suas demandas, de contribuir na formulação de estratégias para defesa e acesso dos seus direitos, de reforçar a importância da participação desses movimentos nos fóruns, conselhos e conferências e incentivar a troca de experiências com outros movimentos e organizações populares. De igual maneira, a partir de alianças com as instâncias representativas dos interesses populares, em que os/as assistentes sociais podem contribuir para a discussão das políticas e construção de alternativas para as suas reivindicações, a partir, principalmente, da socialização de informações sobre essas políticas com base no que se verifica na sua atuação profissional.

### **Considerações finais**

O Serviço Social se liga aos movimentos sociais, ainda que maneira conservadora, desde o início da profissão, quando estabelece relação com a base de militância tradicional da Igreja Católica. A superação dessa vinculação tradicional emerge com o Movimento de Reconceituação, especificamente dentro do movimento histórico de Intenção de Ruptura, a partir do rompimento com as bases tradicionais/conservadoras e com um questionamento dos pilares fundamentais da sociedade capitalista.

O movimento de intenção de ruptura ocorre paralelo a abertura do movimento democrático no Brasil, e constrói, a partir desse momento, um vínculo orgânico do Serviço Social com os movimentos sociais e as lutas coletivas pela redemocratização do país. Essa relação da categoria profissional junto aos movimentos e lutas sociais consolida-se com o projeto profissional e o estabelecimento da Lei de Regulamentação Profissional, o Código de

Ética e as Diretrizes Curriculares.

Apesar do vínculo com as lutas e movimentos sociais, o panorama atual demonstra que essa relação se apresenta fragilizada a partir de três pontos, quantitativa e qualitativamente: primeiro, há uma diminuição no número de produções dos/as assistentes sociais que abordem essa temática; segundo, no ensino superior, no nível de graduação e pós-graduação, o debate dessa vinculação não está sendo privilegiado, representando pouco investimentos nas pesquisas, além de referências que não abordam sua relação com o trabalho profissional; por fim, que o número de trabalhos publicizados que tratem de relatos e/ou experiências do exercício profissional em âmbito extra institucionais é pouco expressivo.

A preocupação com esse cenário é reforçada quando ao Serviço Social a dimensão investigativa é parte essencial da sua intervenção, indicando que é necessário conhecer para poder intervir. Condensando esse pressuposto aos estudos com as lutas e movimentos sociais, encontramos que o crescente processo de desmobilização das lutas coletivas organizadas, engendrada pelo capital, pode obnubilar o processo de vinculação e relação com o Serviço Social. Ainda, é possível estender essa preocupação para o movimento interno da profissão, com a indicação de um retorno mais notável de práticas mais empiristas e pragmáticas dentro da categoria profissional, chamando à uma visão de psicologização dos indivíduos, comprometendo efetivamente a direção política do atual projeto profissional.

### Referências bibliográficas

- ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996)*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- ABEPSS. *Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2022.
- ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. do S. R. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetórias de lutas e desafios contemporâneos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 97, v. 30, p. 85-108, jan./mar. 2009.
- ARAÚJO, N. M. S. O Serviço Social como Trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. *Serviço Social & Sociedade*, n. 93, p. 5-28, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei 8.662*. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, 7 de junho de 1993.
- BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata\\_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf). Acesso em 10 jun. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de ética Profissional do Assistente Social*. Brasília, 1993.

- COSTA, L.; R. S. T; GONÇALVES, M. da C. V. Relação entre Dimensão investigativa e Serviço Social. In: SANTOS, V. N.; GONÇALVES, M. da C. V. (org.). *Exercício Profissional em Serviço Social numa conjuntura adversa*. São Cristóvão/SE. Editora UFS, 2020.
- DAL MORO, M. D.; MARQUES, M. G. A Relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Temporalis*, n. 21, jan./jun. 2011.
- DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, B; DURIGUETTO, M. L (orgs.) *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GUIMARÃES, M. C. R. Movimentos sociais e fundamentos do Serviço Social: entrelaçamentos e paradoxos na formação profissional. *Serviço Social em Perspectiva*, n. 2, jul./dez. 2022.
- KAMITANI, E. A crise do capital: uma resenha sobre a obra de Ernest Mandel. *Revista Urutágua - Revista Acadêmica Multidisciplinar*, n. 12, abr./maio/jun./jul. 2007.
- MARONEZE, L. F. Z.; BRITO, D. F. de; FERREIRA, P. H. C. A Formação Profissional do/a Assistente Social no Contexto da Reforma do Ensino Superior no Brasil: Desafios ao Exercício Crítico da Profissão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. *Anais [...]*. Vitória: ABEPSS, 2018.
- MARQUES, M. G. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Vitória, ES. *Anais [...]*. Vitória: ABEPSS, 2010.
- MOTA, A. E.; AMARAL, Â. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A. E; AMARAL, Â. (org.). *Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, pejejas e desafios*. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 23-43.
- NETTO, J. P. A construção do projeto ético político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez. 2006.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceptualização. *Serviço Social e Sociedade*, n. 5, ano II. São Paulo: Cortez, 1981.
- PAULISTA, M. I. *O passado sempre presente: as concepções de formação na história da faculdade Paulista de Serviço Social*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2009.
- PEREIRA, M. F. de C.; OLIVEIRA, N. C. de. Serviço social e movimentos sociais: história e reflexões sobre o amadurecimento teórico-metodológico. *Revista Serviço Social em Debate*, n. 1, 2019.
- SILVA, J. F. S. de. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297, jul./dez. 2007.
- SILVA, M. O. da S. e. Trinta anos da Revista Serviço Social & Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade*, v. 100, p. 599-649, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/1/155>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- SOUZA, R. S. de; CASTRO, A. G. Movimentos Sociais, Serviço Social e direitos humanos no Brasil. In: *Congresso Catarinense de Assistentes Sociais*. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Movimentos-Sociais-Direitos-Humanos-e-SS-no-Brasil2.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

# A fundamentação dos direitos humanos: tradições teóricas e aproximação ontológica

## The grounds of human rights: theoretical traditions and ontological approach

Luís Guilherme Nascimento de Araujo\*  
Clovis Gorczewski\*\*

**Resumo:** O objetivo deste estudo é, num primeiro momento, abordar as bases históricas e filosóficas das tradições teóricas dominantes nos discursos de direitos humanos, a saber, a europeia, a anglo-saxã e a norte-americana. Posteriormente, busca-se oferecer uma fundamentação dos direitos humanos como categoria de base ontológica, que é afirmada a partir das particularidades do ser social como ser automegador através do trabalho e na dinamicidade imanente das suas relações como ser histórico. A pesquisa foi elaborada por meio da técnica teórico-conceitual, com procedimento bibliográfico.

**Abstract:** The objective of this study is, at first, to address the historical and philosophical bases of the dominant theoretical traditions in human rights discourses, namely, the European, Anglo-Saxon and North American traditions. Afterwards, we seek to offer a grounding of human rights as an ontologically based category, founded on the particularities of the social being as a self-mediating being through work and on the immanent dynamism of its relations as a historical being. The research was elaborated through the theoretical-conceptual technique, with bibliographic procedure.

**Palavras-chaves:** Direitos humanos; Fundamentação; Ontologia.

**Keywords:** Human rights; Grounding; Ontology.

### Introdução

Considera-se que a fundamentação dos direitos humanos nunca deixou de ser tarefa central e, por isso, possui, ainda hodiernamente, expressiva relevância, muito em função da premência de construção de um aparato jurídico-institucional que seja suficiente para conduzir os complexos processos que a efetivação desses direitos impõe. Nesse contexto, uma apreensão

\* Doutorando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), com Bolsa PROSUC/Capes, modalidade II. Mestre em Direito pela Unisc. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4626-1102>

\*\* Doutor em Direito pela Universidad de Burgos (Espanha). Docente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0511-8476>

crítica dos direitos humanos, que perpassa por uma retomada da problemática da sua fundamentação, contribui de maneira significativa para a intrincada tarefa que é os concretizar.

O objetivo deste artigo é abordar as tradições teóricas clássicas dos direitos humanos, propondo-se, após, uma abordagem desses direitos como categoria inserta em um quadro de referência ontológico. Busca-se, com isso, contribuir para um entendimento crítico das mais proeminentes tradições teóricas dos direitos humanos, desenvolvendo-se, como contraponto, uma sua fundamentação desde uma perspectiva ontológica, que parte da dinamicidade imanente do ser social e da sua processualidade histórica. Quanto à metodologia, empregou-se a técnica de pesquisa teórico-conceitual, pelo procedimento bibliográfico.

### **Fundamentos histórico-filosóficos das tradições teóricas de direitos humanos**

O discurso científico e, mais especificamente, o discurso jurídico são eminentemente atravessados por dinâmicas sócio-históricas que acabam por estruturar suas teses, fundamentos, premissas e princípios. Essa constatação, por mais simples e apressada que seja, não constitui uma unanimidade, razão pela qual afirmá-la resulta num imediato posicionamento teórico que necessita ser justificadamente defendido. Entende-se que o, ou, os conceitos de direitos humanos constituem, também, objeto de disputa a partir dessas diferentes posturas, sendo apontados ora como universais e a-históricos, ora como axiomas normativos, ora como processos sociais contingentes. Neste tópico, serão abordadas duas tradições teóricas dos direitos humanos que expressam alguns desses entendimentos, a saber, a europeia e a norte-americana.

Segundo Gallardo (2014), dois entendimentos estão no epicentro dos debates contemporâneos acerca dos direitos humanos e são os que dão ensejo ao notório distanciamento entre o que se prega e o que se faz nessa matéria. São eles: a tentativa de fundamentar os direitos humanos desde uma proposta filosófica unilateralizada, universalizante, e, doutro lado, a ideia de que uma fundamentação desses direitos não se faz mais necessária ou nem mesmo é possível de ser acordada. Essas duas leituras são o que estruturam as grandes tradições teóricas, europeia e anglo-saxã, de fundamentação dos direitos humanos elegidas por Herrera Flores (1989).

A tradição europeia de direitos humanos, conforme aduz o autor espanhol (1989), desenvolve-se por meio de uma aceção de embate contra os absolutismos estabelecidos na Europa no quadro histórico de superação do feudalismo. Nesse processo, fundamentado por um jusnaturalismo racionalista, o direito é colocado como instrumento racionalmente pactuado entre os indivíduos para a proteção contra o poder absoluto, dessacralizado pela ideia de natureza humana, não mais divina, contexto no interior do qual os direitos humanos devem ser

descobertos e produzidos pelo espírito racional, desde que procedentes de procedimentos constituídos no pacto social. Os direitos naturais do ser humano são base das legislações e convenções erigidas nas revoluções burguesas, notadamente a francesa, mas são atravessados por uma lógica política, que estabelece uma necessidade de pacto prévio constitutivo da sociabilidade mesma.

Nas palavras de Trindade (2012, p. 35), essa “construção intelectual de um direito natural de base racional [...] foi socialmente apropriada com muita facilidade pela burguesia revolucionária como arma ideológica de combate”. Nesse contexto, é constituído um sentido político de reivindicação por direitos, que projeta no reconhecimento estatal o elemento final objetivo desses processos. Os direitos humanos, dessa forma, são conquistados e impostos politicamente, sendo este o procedimento adequado para a sua consecução, o que resulta numa fundamentação de base formal, ainda que estruturada por um discurso político que a confere certa dinamicidade.

A partir dessa tradição, portanto, tem-se um primado do procedimento, do pacto e da forma sobre o conteúdo, fazendo com que os aspectos formais dos direitos humanos sejam elevados a fundamento e proporcionando, assim, as premissas filosóficas para a separação teórica do direito e, conjuntamente, dos direitos humanos, da sua complexidade e conflituosidade inerentes. Esse passo é promovido, destacadamente, pelo positivismo jurídico, caudatário do racionalismo científico nascido no decorrer dos séculos 17 e 18. Ao estruturar-se sobre a forma, essa tradição abre espaço para uma ambiguidade teórica representativa, que ora aponta para a completa relativização na fundamentação dos direitos humanos, assumindo a possibilidade de múltiplos fundamentos, e ora afirma, de maneira peremptória, que a fundamentação se faz suficientemente presente nos textos das declarações internacionais e das constituições.

Por um lado, abre-se espaço para pensar os direitos humanos fora da totalidade social, com uma fragmentação de interesses sociais enclausurados em si mesmos, demarcados teoricamente por um multiculturalismo pós-político que, ainda que aberto às heterogeneidades culturais, não deixa de estar balizado pelo monismo do direito institucionalizado (Sousa Santos, 1997). Por outro, tem-se um discurso que prega uma clivagem entre a instância filosófica e a instância política dos direitos humanos, entre a teoria e a prática desses direitos, tratando de estabelecer que a fundamentação por meio das declarações universais expressa suficientemente o consenso filosófico da comunidade internacional acerca de valores humanos fundamentais e aposta na busca dos direitos humanos como tarefa unicamente política (Bobbio, 2004).

Numa ou noutra direção, a tradição europeia ignora ou deliberadamente prejudica a complexidade dos direitos humanos que reside, justamente, na dialética das suas instâncias teórica e política e, igualmente, nos seus contornos filosóficos engendrados pela relação entre o particular e o universal. Consoante manifesta criticamente Žižek (2010), em matéria de direitos humanos, o universal sem particular se torna uma forma ideológica de dominação e opressão, assim como o particular que não se relaciona com a universalidade se transforma em um jogo pós-político de interesses particulares.

A tradição anglo-saxã, cuja influência é notável sobre a tradição norte-americana, por sua vez, não se estrutura a partir de uma contenda histórica contra instituições feudais ou mesmo absolutistas, mas num contexto de criação da estrutura institucional sem modificação radical das relações econômicas e sociais, muito a partir de um consenso pré-estabelecido em torno de princípios morais tidos universais. Uma das razões que dá ensejo a essa característica é que a Inglaterra passou por processos de superação de políticas absolutistas mais precocemente na sua história. Conforme Trindade (2012), em razão disso, as noções de liberdade individual, de autonomia política e de restrições ao Estado já possuíam maior desenvolvimento e angariavam peso de axioma no discurso jusfilosófico e político, tanto no evoluir do parlamentarismo inglês quanto na elaboração dos moldes republicanos estadunidenses.

Nesse aspecto, no âmago das tradições anglo-saxã e norte-americana, o consenso moral precede ao pacto político e os direitos humanos são algo de abstrato e anterior às instituições. A tarefa principal do jogo político é estabelecer procedimentos e estruturas condizentes com a prática de direitos dados aprioristicamente. Herrera Flores (1989) aponta que a obra de Rawls assinala de eficazmente essas tradições, vez que se desenvolve a partir da ideia de um consenso quanto a uma cultura de valores públicos, tipicamente liberais, que, por sua vez, será o fundamento para constituição dos procedimentos institucionais e voltados à concretização dos pré-estabelecidos princípios.

Consoante Trindade (2012, p. 88), as Declarações e a Constituição norte-americanas “Além de limitarem o poder arbitrário dos governantes sobre a pessoa [...], ampliavam a autonomia dos indivíduos em relação ao Estado”. Ou seja, os direitos humanos, diante dessas tradições, são assumidos e justificados desde uma ideia de liberdade por meio da qual as forças sociais possuem capacidade de autorregulação espontânea. O estabelecimento da ordem pública e das suas dinâmicas concretas, assim, deve ser resultante do exercício das vontades individuais que veem nesse espaço coletivo uma potencialidade de ameaça à busca pelos interesses particulares. Há, assim, uma clareza da separação entre espaços públicos e privados, colocando

determinados direitos como armas ou ferramentas contra outros, isto é, os direitos privados são axiologicamente opostos aos direitos do domínio público.

Compreende-se que ambas tradições limitam as potências inerentes ao discurso voltado à promoção e proteção de direitos humanos. Por um lado, a tradição europeia atribui prioridade de forma sobre conteúdo, carregando um discurso infecundo, incapaz de enfrentar as demandas dos indivíduos empíricos que apontam para além da esfera jurídica e institucional, e, por outro, as tradições anglo-saxã e norte-americana simbolizam a relevância e a urgência da disputa ideológica quanto aos direitos humanos, vez que se empenham em conferir validade universal a valores classistas particulares em detrimento das múltiplas visões de mundo que buscam espaços para a própria afirmação. Quanto a essas limitações, Sánchez Rubio (2014, p. 27) sublinha:

Devido ao positivismo, estabeleceu-se uma cultura formalista que entende o direito como simples técnica de regulação construída e imposta por uma autoridade concreta. O Estado enquanto instituição centraliza a capacidade de produção do direito e o Poder Judiciário acaba sendo seu principal órgão interpretativo. [...] Com o jusnaturalismo, defensor da imutabilidade dos valores ou de seu estabelecimento prévio, acaba por descontextualizá-los e separá-los do conjunto de relações e ações humanas que são as que realmente os constroem e lhes confere significado, não sendo de competência exclusiva de uma casta de especialistas dizer o que é a liberdade, a igualdade e a dignidade humana.

Os direitos humanos, se encarados a partir dessas perspectivas, são apreendidos desde instâncias que forçosamente os abstraem das dinâmicas concretas que catalisaram a sua existência mesma. Isto é, são ignorados ou mesmo ideologicamente ocultados os indivíduos, processos e lutas históricas que conformaram a institucionalização e normatização de demandas sociais por condições de sobrevivência e de dignidade. As tradições europeia, anglo-saxã e norte-americana, baseando-se ora num positivismo formalista estanque, ora num jusnaturalismo individualista abstrato, constituem-se como obstáculos que o imaginário jurídico dominante impõe aos processos que, ainda que historicamente ligados a uma instância normativa ou propriamente jurídica, apontam para um mundo de relações, necessidades, tensões e dinâmicas que vão muito além do direito moderno.

Conforme a leitura de Horkheimer (1980, p. 132), o pensamento crítico “considera conscientemente como sujeito a um indivíduo determinado em seus relacionamentos efetivos com outros indivíduos e grupos, em seu confronto com uma classe determinada [...] em vinculação com o todo social e a natureza”. Retomando Žižek (2010), nesta mesma orientação, trata-se de tornar evidente e pressuposta a dialeticidade entre o universal e o particular sem que, com isso, cometa-se o equívoco de reduzir um ao outro. Nesse aspecto, a teoria crítica se

candidata como base teórica que não toma o indivíduo por isolado, tampouco aponta numa generalidade de indivíduos o seu fundamento.

Além dessas problemáticas, tem-se o fato de que as referidas tradições permitiram, desde os seus nascedouros, práticas diametralmente opostas à garantia e preservação das dignidades individual ou coletiva. Gallardo (2019, p. 56) faz o seguinte destaque:

As leituras do Direito natural, antigo e moderno, que contêm a possibilidade de negar direitos humanos àquelas cujas práticas não coincidem com uma moral universal decidida autoritariamente, isto é, pelo poder econômico, político e cultural. A leitura do direito positivo ou histórico, que pode incluir violações legais a esses direitos, porque sua realidade é inteiramente jurídica ou formal [...], questão que só pode ser protegida por pactos interestatais e tribunais internacionais, cujo caráter não é necessariamente popular e, facilmente, pode ser antipopular.

Trindade (2012), no mesmo sentido, identifica que os processos revolucionários burgueses pouco estiveram fundamentados por uma visão ou projeto social e inclusivo de sociedade. Quanto às limitações da Revolução Americana, é notória a segmentação quanto aos povos originários da região e quanto às massas de pessoas escravizadas e importadas do continente africano. O autor (2012, p. 82) afirma que “embora índios e escravos constituíssem a maioria da população, não podia mesmo fazer parte das cogitações dos colonizadores levar até eles o espinhoso debate sobre direitos “naturais” do homem”. No que toca à Revolução Francesa, limites similares são perceptíveis quanto à formalização de direitos de liberdade individual e igualdade civil que, na realidade concreta, significaram a troca de alguns privilégios de classe por outros, em detrimento de uma grande parte da população que permaneceu enfrentando as agruras da miséria.

Dessa maneira, ao se consolidarem dominantes no discurso jurídico apreensões fechadas e limitadas de direito e de direitos humanos, cria-se uma inevitável plataforma para a segmentação e exclusão daqueles elementos, instituições, interpretações, indivíduos e grupos que não se constituem nas molduras daquilo que se considera hegemônico, oficial, moral. Inúmeros são os exemplos históricos que atestam uma sintomática facilidade e uma alarmante recorrência da lesão a direitos básicos de dignidade de indivíduos, grupos e da natureza, por ações ou omissões deliberadas, atrelada a uma manutenção do discurso de defesa e promoção de direitos humanos sem que se perceba se tratar de uma contradição performativa ou artifício retórico.

Partindo-se dessas compreensões quanto aos limites dos discursos mais tradicionais de direitos humanos, buscar-se-á, no tópico que segue, discorrer sobre um caminho alternativo para a sua fundamentação. Considera-se, assim, que o resgate de um pensamento de base ontológica

pode contribuir para o enfrentamento desses limites ideológicos ao exercício e efetivação de direitos humanos, ao buscar arrimo teórico em categorias que atestam as particularidades da sociabilidade humana em função das necessidades decorrentes da atividade automeciadora. Busca-se, com isso, reconhecer a legitimidade dos múltiplos movimentos, indivíduos e demandas por dignidade, sem impor a esses processos complexos demarcações jurídicas, morais ou procedimentais.

### **Fundamentação dos direitos humanos desde um quadro de referência ontológica**

A teoria crítica dos direitos humanos, aludindo, inicialmente, ao jurista espanhol Herrera Flores (2009), parte de uma constatação quanto à universalização da ideologia liberal individualista, calcada na competitividade e na exploração do trabalho pelo capital, que, somada ao formalismo monista, é fundadora de um movimento de homogeneização axiológica. Contra isso, o autor estabelece um compromisso à teoria crítica quanto à emancipação humana com base noutra racionalidade, que coloca em primeiro plano a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e não a manutenção e o cumprimento da ordem do capital. O intento estabelecido de reinventar os direitos humanos, então, possui início com o reconhecimento das insuficiências da sua fundamentação como está posta e também dos limites estruturais que a contemporaneidade impõe para o seu efetivo cumprimento (Herrera Flores, 2009).

Assumindo como corolário essa intuição, buscar-se-á propor os direitos humanos como uma categoria essencialmente sustentada por um quadro de referência ontológica, que se expressa fenomenicamente por meio de processos sociais de lutas por condições de dignidade individual e/ou coletiva, envolvendo aí elementos históricos que variam em composição e estrutura. A referência que se faz à ontologia é premente vez que o seu esquecimento ou sua negação serviram como fundamentos para a edificação de consagradas abordagens ideológicas do direito, irradiando premissas nas tradições teóricas que predominam nos domínios dos direitos humanos.

Essa negação, na esteira do que concebe Lukács (2018, p. 26) tem razão de ser, na história da filosofia, no abandono de questionamentos quanto à especificidade do ser social e, simultaneamente, do ser-em-si do mundo, em favor do desenvolvimento de teorias nas quais “podia ser realizada qualquer disposição metodológica, qualquer manipulação dos objetos, desde que não envolvesse uma contradição lógico-formal”. Essa inclinação resultou, no entendimento do filósofo húngaro, na emergência de correntes teóricas despreocupadas com o conhecimento ontológico, das coisas-em-si, e das categorias fundamentais do ser social,

---

eminentemente dedicadas à facilitação da manipulação da realidade objetiva em favor de determinados empreendimentos.

Estabeleceu-se, assim, um pensamento científico e uma base filosófica conformados com certos papéis que lhe foram histórica e estruturalmente incumbidos pela ordem social existente, consolidada, tornando-o parte do processo moderno de divisão do trabalho tanto no sentido de o aperfeiçoar, quanto no de o justificar. Horkheimer (1980) aponta que a teoria tradicional, nesse movimento, carrega essas características de assumir um papel ideologicamente positivo na totalidade vigente, de relacionar-se de forma obscura e alienada quanto à satisfação das necessidades mais gerais da humanidade, enfim, de participar ativamente de processos renovadores da vida dessa totalidade.

Nas palavras de Lukács (2018, p. 42), essa tendência acaba por significar a “eliminação definitiva de todos os critérios objetivos de verdade, procurando substituí-los por procedimentos que possibilitem uma manipulação ilimitada, corretamente operativa, dos fatos importantes na prática”. Tendência que afetou manifestamente a teoria do direito, seja por meio do desenvolvimento do positivismo formalista, com a proposta de isolamento epistemológico-metodológico do direito, com vistas a uma autonomia científica deste, ditada pela técnica jurídica, ou, ainda, com a influência do idealismo subjetivista no evoluir dos princípios jurídicos jusnaturalistas que fundamentam, em larga medida, as tradições teóricas dos direitos humanos afirmativas da universalização de um sujeito moral abstrato.

Portanto, um pensamento de base ontológica para os direitos humanos abdica da abstração e do formalismo autorreferentes para empreender o reconhecimento do ser-precisamente-assim do mundo e, conseqüentemente, dos fatores concretos que conformam os horizontes de possibilidade para a ação nos múltiplos contextos desses direitos. Esse movimento de elevação do ontológico como ponto de referência predominante para o gnosiológico permite conceber a atividade puramente teórica como apenas um dos componentes da dialética imanente ao ser social. As instâncias do ser penetram a do conhecer e, nas palavras de Chasin (2009, p. 58), a racionalidade é tida como “produto efetivo da relação, reciprocamente determinada, entre a força abstrativa da consciência e o multiverso sobre o qual incide a atividade, sensível e ideal, dos sujeitos concretos”.

Essa constatação e posicionamento críticos são conduzidos pela “interrogação recíproca entre teoria e mundo” (Chasin, 2009, p. 58), propícia à uma fundamentação dos direitos humanos que, quando captados como processos, exigem dos seus atores compreensão das legalidades e das necessidades imanentes às estruturas diante das quais agem e das quais demandam. Trata-se, assim, com Herrera Flores (1989, p. 27) de “descobrir qual é o processo

a partir do qual os direitos humanos começam a ter sentido para nós”, ao invés de estabelecer um núcleo conceitual a partir do qual agir.

No dizer de Horkheimer (1980, p. 131), “[...] o reconhecimento crítico das categorias dominantes na vida social contém ao mesmo tempo a sua condenação”. Nesse sentido, pensar os direitos humanos desde uma primazia do ontológico sobre o gnosiológico exige ressignificar o que é teoria e qual o seu papel nas dinâmicas que, na contemporaneidade, envolvem as lutas por esses direitos. É alternar o *locus* da verdade científica para o terreno da prática histórica e conceber uma atividade teórica intrínseca e necessariamente ligada a essa atividade prática. Consoante afirmação de Chasin (2009, p. 85) é fundamental ter a “Teoria [...] como *descoberta*, não como jogo especulativo, reducionismo abstrativante ou versão arbitrária, imputativa de significado”. Tem-se que um quadro de referência ontológico, assim, é capaz de traçar parâmetros teóricos e práticos indispensáveis para a atuação nos processos de direitos humanos, inacabados e inacabáveis.

Para além da relevância dessa mirada crítica, é premente apontar categorias que compõem o complexo do ser social e que, assim, assumem função destacada na análise e condução de processos relativos aos direitos humanos desde esse quadro referencial. Nesse sentido, é fundamental ter claro que a ideia de totalidade dialética de sujeito e objeto, saber e ser, indivíduo e sociedade, não significa a redução de uma instância a outra ou a simplificação das suas relações. Como alerta Sartori (2021), dois equívocos são possíveis no ímpeto de apreensão do ser-propriadamente-assim da totalidade social, a saber, o reducionismo econômico que estabelece a produção material da vida como mecanicamente determinante dos demais domínios, bem como a fetichização de complexos do ser social como instâncias autônomas, caso das concepções abstratas e formalistas que fragmentam o saber científico.

Assim, o destaque de Lukács (2013) é de que a totalidade é um complexo de complexos, em que a reprodução do todo é dependente da autonomia relativa de cada parte, ao mesmo tempo em que a reprodução social específica somente se efetiva em termos totalizantes. Como assevera Sartori (2021, p. 310), a conformação da totalidade “enquanto tal depende da autonomia dos complexos parciais [...], ao mesmo tempo em que esta autonomia não pode figurar senão como um fator, um momento do desenvolvimento do todo”. Existem aí, portanto, complexos ontológicos específicos que se relacionam dialeticamente na totalidade e o conhecimento de um está atrelado ao conhecimento das especificidades do outro e das respectivas possibilidades de recíprocas determinações.

Nesse ponto, o teórico húngaro Mészáros (2016, p. 46) afirma que “não há como apreender o fator antropológico *específico* (“humanidade”) [...], a menos que seja concebido

com base na *totalidade ontológica* historicamente em desenvolvimento (“natureza”) à qual ele, em última instância, pertence”. Em consequência disso, a fim de obter maior dimensão e clareza quanto ao “fator antropológico”, quanto àquilo que ontologicamente caracteriza a instância social do ser, Mészáros (2016), no mesmo sentido de Lukács (2013), faz referência à centralidade e à especificidade da relação que o ser humano trava com a natureza, mediada por uma autêntica atividade produtiva e autoprodutiva, isto é, pelo trabalho.

É com essa tônica que se torna possível uma aproximação, sempre cuidadosa, de uma ideia de essência ou natureza humana desde Marx (2010) e da tradição marxista, destacadamente a partir de Lukács (2013) e Mészáros (2016). Ainda que insere num contexto categorial bastante rico e que não seja utilizada de maneira peremptória pelos autores, pode-se ponderar que o traço ontológico determinante do ser social, algo como natureza propriamente humana, para estes, reside na tripla relação, dialeticamente determinada, composta pelo o homem, a natureza e a sua atividade produtiva (o trabalho). Dessa forma, tem forma a ideia do trabalho como atividade de mediação entre o homem e a natureza, e, também, de automediação para o próprio homem, como aquela constitutivamente humana. Sobre isso, Mészáros (2016, p. 135) sustenta:

Ele (Marx) nega que o ser humano seja um ser essencialmente *egoísta*, pois não aceita algo como natureza humana *fixa* (ou, de fato, qualquer coisa fixa). Na visão de Marx, o ser humano por natureza não é nem egoísta nem altruísta. Ele é *feito*, por sua própria atividade, naquilo que ele é a qualquer tempo. Assim sendo, se essa atividade for transformada, a natureza humana egoísta de hoje mudará no devido tempo.

Nessa toada, ainda seguindo Mészáros (2016, p. 102), “O conceito mesmo de “natureza própria do homem” *necessariamente implica* a automediação ontologicamente fundamental do ser humano com a natureza por meio de sua própria atividade produtiva (e autoprodutiva)”. Isto é, a atividade teleológica automediadora, o trabalho, como canalização de forças vitais físicas e mentais dos indivíduos para se alcançar determinado fim ligado à satisfação de necessidades, coloca-se como um substrato de toda a interação humana, como a categoria que funda o ser social.

Em razão disso, a transformação da natureza passa a ser considerada um processo de constante de objetivação. Significa dizer que o que é objetivado no mundo concreto pela ação teleológica não é algo espontaneamente natural, mas uma inovação do pôr teleológico, uma nova essência que assinala o fato de que a reprodução social é a reprodução incessante do novo a partir do recém criado. Tem-se, pois, inéditos elementos no campo da individualidade, produtora e produzida, e um novo campo da totalidade social do gênero humano, em constante reprodução que sempre aponta para o social.

A categoria do trabalho como atividade produtiva e autoprodutiva, nesse contexto, é a essência do ser social. O trabalho ascende à categoria ontológica fundante a partir da série de elementos que reúne e que compõem o cerne das funções mais determinantes dessa instância do ser (Lessa, 2012). O trabalho dá origem a um ciclo de inovações de necessidades que fazem da realidade social um contexto fluido, o qual se altera e se complexifica na medida em que o ser humano age. Esse quadro referencial tem como consequência que “aquilo que emerge como a “essência da natureza humana” não é o *egoísmo*, mas a *socialidade* (isto é, “o conjunto” das relações sociais” [...])” (Mészáros, 2016, p. 136).

Essa socialidade mediada, determinada pela atividade produtiva, essa continuidade no fluxo do ser social, está implicada pelo caráter reflexivo da relação homem e natureza, inicialmente direcionada para a satisfação de necessidades primárias, naturais, básicas, que torna a produzir novas necessidades, cada vez mais “humanizadas”. O indivíduo e o produto do seu trabalho são momentos de um mesmo conjunto dialético e, assim, a produção inicial de meios para a satisfação das necessidades, o “primeiro ato histórico” (Marx; Engels, 2007), cria novas necessidades que não dadas na constituição biológica, necessidades propriamente sociais (Heller, 1986).

Nesse aspecto, Heller (1986) considera que na dinâmica de um corpo social, a primazia é do momento da produção, vez que é ela que cria novas necessidades, assim como essa criação de necessidades se encontra em correlação com as já existentes. Essa tendência de objetivação e criação de necessidades indica, pois, o seu caráter ativo. Necessidades implicam ação, atitudes, o que, conseqüentemente, faz com que a capacidade para a atividade concreta seja uma das maiores necessidades do ser humano (Heller, 1986).

Ato contínuo, tendo o trabalho como categoria fundante, por sua vez conduzido pela satisfação de necessidades, apreende-se um quadro referencial para os direitos humanos que os afasta da racionalidade formalista, calcada em critérios de existência, validade e eficácia jurídicas, e também da racionalidade abstrata jusnaturalista e liberal, que abstrai dos sujeitos suas necessidades e os coloca como sujeitos de interesse (Heller, 1986) ou de preferências (Hinkelammert, 2006). Tem-se, pois, que os interesses e as preferências estão, antes, subordinadas à satisfação de necessidades. Nas palavras de Hinkelammert (2006, p. 46, tradução nossa), “Como o sujeito antecede a seus fins, o circuito natural da vida antecede ao sujeito”, sendo o ser humano não um sujeito com necessidades, mas um sujeito necessitado, condicionado à submissão seus fins e preferências à inserção da sua atividade (auto)produtiva no circuito natural da vida social.

Em vista disso, as categorias que embasam o quadro de referência ontológico da

filosofia do direito e dos direitos humanos são sustentadas a partir dos traços fundamentais do ser social que somente se realizam nas relações entre os indivíduos e a natureza, mediadas pela atividade produtiva. Assim sendo, compreende-se que os direitos humanos, desde uma aproximação ontológica, podem ser apreendidos como uma categoria que aponta para além dos limites do jurídico. Fundada, portanto, na busca por condições de dignidade, individual ou coletiva, condicionada pela satisfação de necessidades socialmente constituídas, em face de estruturas produtivas historicamente estabelecidas.

### Considerações finais

A teoria dos direitos humanos sofreu com reducionismos a partir das perspectivas mais consagradas para sua fundamentação, seja pelo prisma do formalismo positivista, seja pela abstração do idealismo liberal individualista. As tradições europeia, anglo-saxã e, junto desta, a norte-americana, conformam-se, assim, como as principais fontes desses reducionismos que acabaram se desenvolvendo por caminhos que somente dificultaram o vislumbre de saídas e soluções para a clivagem notoriamente existente entre os discursos e as práticas em sede de direitos humanos.

Diante desse contexto, buscou-se, neste trabalho, abordar essas tradições com foco nas suas limitações e, ato contínuo, apresentar perspectivas desde uma mirada ontológica. Compreende-se, assim, que uma filosofia de base ontológica tem a contribuir no evoluir de práticas que apreendem a complexidade das demandas de direitos humanos e permite toma-los como uma categoria dotada de processualidade e historicidade próprias. As categorias fundantes e mais essenciais do ser social, portanto, constituem-se como um quadro referencial rico para a superação da abstração dos direitos humanos, calcando-se na natureza automediadora e socializada do ser humano como ponto exordial para a constituição de estruturas teóricas e institucionais capazes de satisfazer necessidades constantemente complexificadas pela prática histórica.

### Referências bibliográficas

- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- GALLARDO, Helio. *Direitos humanos como movimento social: para uma compreensão popular das lutas por direitos humanos*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Direito, 2019.
- GALLARDO, Helio. *Teoria crítica: matriz e possibilidade de direitos humanos*. São Paulo: Unesp, 2014.
- HELLER, Agnes. *Teoría de las necesidades en Marx*. Barcelona: Península, 1986.

- HERRERA FLORES, Joaquin. *A reinvenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
- HERRERA FLORES, Joaquín. *La fundamentación de los derechos humanos desde la Escuela de Budapest*. Madrid: Tecnos, 1989.
- HINKELAMMERT, Franz Joseph. *El sujeto y la ley: el retorno del sujeto reprimido*. Havana: Caminos, 2006.
- HORKHEIMER, Max. *Teoria tradicional e teoria crítica*. In: BENJAMIN, Walter *et al.* Textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 117-161.
- LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MENEZES, Rafael de Sá. *Crítica dos direitos humanos à luz da leitura de István Mészáros*. Dissertação (Mestrado em Direito). 2013. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SÁNCHEZ RUBIO, David. *Encantos e desencantos dos direitos humanos: de emancipações, libertações e dominações*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.
- SÁNCHEZ RUBIO, David. *Fazendo e desfazendo direitos humanos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. Lukács diante do Direito e da autonomização da esfera jurídica no capitalismo. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 27, n. 1, p. 308-337, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/597/549>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 48, p. 11-32, jun. 1997.
- TRINDADE, José Damião de Lima. *História social dos direitos humanos*. São Paulo: Peirópolis, 2012.
- WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1997.
- ŽIŽEK, Slavoj. Contra os direitos humanos. *Mediações*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 11-29, jan./jun. 2010.

# Socialização da política versus privatização do Estado: elementos para reposicionar a democracia em tempos de crise orgânica – representação e representatividade

Socialization of politics versus privatization of the State: elements to reposition democracy in times of organic crisis – representation and representativeness

Bárbara T. Sepúlveda\*  
Miriam Krenzinger\*\*

**Resumo:** Propomo-nos nesse artigo a questionar as formas políticas existentes no Brasil. Buscou-se problematizar, assim, em que medida a representação político-partidária sob uma sociedade periférica, estruturada a partir de uma lógica colonialista, escravista e sexista, logra alcançar os grupos subalternos, com destaque para as mulheres negras, que se constituem como avesso do sujeito que historicamente ocupa esse lugar, o homem branco. Tal cenário complexifica-se na contemporaneidade, tendo em vista o rearranjo no mundo capitalista em virtude da crise que se coloca a partir da década de 1970, que no Brasil significará a negação das conquistas constitucionais de 1988, ocasionando uma descrença na política, uma crise de representação que se soma a crise econômica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em que se faz uso de algumas categorias gramscianas. Nossa hipótese é que as demandas por representatividade espelham as lutas em torno da democratização da sociedade e do Estado brasileiro.

**Abstract:** In this article, we propose to question existing political forms in Brazil. We sought to problematize, therefore, to what extent political-partisan representation in a peripheral society, structured based on a colonialist, slave and sexist logic, manages to reach subaltern groups, with emphasis on black women, who constitute themselves as the opposite of the subject who historically occupies this place, the white man. This scenario becomes more complex in contemporary times, given the rearrangement in the capitalist world due to the crisis that emerged from the 1970s, which in Brazil will mean the denial of the constitutional achievements of 1988, causing disbelief in politics, a crisis of representation that adds to the economic crisis. This is a bibliographical research, in which some Gramscian categories are used. Our hypothesis is that the demands for representation mirror the struggles surrounding the democratization of society and the Brazilian State.

**Palavras-chaves:** Estado; Socialização da política; Formação social brasileira; Mulher negra.

**Keywords:** State; Socialization of politics; Brazilian social formation; Black woman.

\* Assistente social, doutora em Serviço Social, professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5345-9021>

\*\* Assistente social, doutora em Serviço Social, professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5345-9021>

## Introdução

A mulher negra brasileira tem sido historicamente representada a partir das figuras da doméstica, mãe preta ou mulata<sup>1</sup>, apresentando uma maior dificuldade em ocupar os espaços públicos a partir de outro lugar, como é o caso da política institucional, evidenciando as particularidades de uma experiência racializada do gênero. Por outro lado, a crescente organização desses sujeitos, em coletivos, ONGS, associações de bairro, as têm qualificado, de forma a deslocar a norma, que celebra a política institucional como lugar do homem branco.

Entende-se que o acesso das mulheres negras à política institucional acaba por responder a necessidade genuína de formulação de políticas públicas inclusivas, pela quebra do monopólio político decisório, que não alcança os descendentes mais diretos de um sistema colonial reprodutor de desigualdades. Nesse espaço, oferecem um olhar singular, justamente por sua condição marginal, uma espécie de forasteira, nos moldes daquilo que aponta Collins (2016), no que diz respeito às intelectuais negras nas Universidades norte-americanas. Sua presença ainda implica na quebra de estereótipos funcionais a uma sociedade estruturada sob o racismo, das imagens construídas para nós. A democratização da sociedade brasileira passa, sob esse prisma, pela representatividade, como aspecto mesmo de uma representação partidária renovada, tendo como norte o projeto em que se pauta a Constituição de 1988, a expansão dos direitos de cidadania a uma população frequentemente ignorada, a possibilidade de ampliação do Estado brasileiro.

Tendo em vista esse horizonte, organizamos o presente artigo em três seções, além dessa introdução e das considerações finais.

Na primeira delas, intitulada *Sociedade Civil, emancipação e socialização da política*, recorreremos às formulações de Gramsci (2017), a fim de apreender algumas das mediações necessárias para compreensão do desenvolvimento e das mudanças no funcionamento do Estado moderno; mas também o processo pelo qual se torna permeável às classes e grupos subalternos, o que o autor chamará de Estado Ampliado. Além da questão da classe, pontua-se a importância de considerarmos, na formulação de uma teoria do Estado e das lutas para sua ampliação, a questão racial e o sexo/gênero.

Na segunda seção, *Os limites do Estado Ampliado no Brasil*, problematiza-se o processo de ampliação do Estado brasileiro, entendendo que há particularidades que devem ser levadas em conta, particularidades essas que respondem à sua formação sócio-histórica, à economia e às formas políticas correspondentes. Nesse sentido, pontua-se o que caracterizaria

---

<sup>1</sup> Para saber mais, ler Lélia Gonzalez- *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1984).

o Brasil, seu desenvolvimento capitalista, a mudança de chave com a constituição de 1988 e a guinada neoliberal na década de 1990.

Na última seção, *Crise orgânica, representação e representatividade*, parte-se da análise da crise econômica e política que se instaura no Brasil, para se problematizar os limites de nossa democracia e a necessidade de renovação dos sentidos da representação político-partidária, tendo em vista sua constituição historicamente elitista, o que só aprofunda os processos de privatização do Estado. Retoma-se a atuação das mulheres negras em prol do projeto democratizante, entendendo que tal projeto, alinhado à Constituição de 1988, não se faz sem a devida abertura do Estado brasileiro aos grupos historicamente excluídos da política institucional: a representação que não se faz sem representatividade.

### **Sociedade civil, emancipação e socialização da política**

Na abordagem marxiana do Estado a dimensão fundamental a se considerar é a ideia de que a produção seja o núcleo central da vida social. Uma economia determinada pela lógica de produção burguesa assumirá as particularidades dessa configuração, também no que se refere às formas políticas adotadas pela sociedade, garantindo-lhe sustentação. Essas definições, inicialmente jurídicas, para se materializarem de fato, tornaria necessário a adoção da repressão e o emprego da violência, que no Estado encontra respaldo oficial e legal. Vê-se dessa forma o desenvolvimento de todo um aparato burocrático e repressivo que dará corpo a esse Estado, no intuito de preservar as relações econômicas (Behring e Boschetti, 2011).

A novidade que Gramsci (2017) traz para essa análise é o peso que dá a política, tanto quanto Marx deu às relações econômicas. O cuidado, nesse caminho, tal qual adverte Coutinho (2010), é não o associar a um politicismo vulgar (a política não está acima da economia), mas entender as particularidades históricas que levam o autor dos Cadernos do Cárcere a buscar outro caminho.

A economia segue sendo determinante em Gramsci (2017), uma vez que a existência de classes antagônicas, representadas pela burguesia e proletariado, condiciona a de governantes e governados, já demonstrado o caráter classista do Estado. Mas a novidade aqui está na ampliação daquilo que chamou de sociedade civil, a partir do processo de socialização da produção, que levou a uma maior liberdade e recuo das barreiras naturais e econômicas; ganhos reais em termos de autonomia, inclusive para os que, até então, viam-se excluídos das decisões políticas, essas também gradualmente socializadas (Coutinho, 2010). Há, nesse sentido, uma relação direta a se observar:

Quanto mais se ampliar a socialização da política, quanto mais a sociedade civil for rica e articulada, tanto mais os processos sociais serão determinados pela teleologia (pela vontade coletiva organizada) e tanto menos se imporá a causalidade automática e espontânea da economia (Coutinho, 2010, p. 99).

Aqui, embora a burguesia siga operando o Estado, sua atuação passa pelo crivo de uma sociedade civil amadurecida pelos processos de socialização da política. Não há o automatismo que levou Marx a designação do Estado como comitê a executar a vontade da burguesia, isso em virtude do desenvolvimento histórico, das mudanças e mediações operadas no interior da sociedade burguesa.

Ao componente dinâmico da produção, que no transcurso do seu desenvolvimento forçaria a progressiva diminuição do trabalho necessário e em decorrência disso, maior liberdade para a atuação humana; Gramsci (2017) adiciona ainda a própria natureza da burguesia, a revolucionar a função do Estado. Isto porque, ao contrário das classes precedentes, essencialmente conservadoras (no sentido de não buscar assimilar as demais), a burguesia põe a si mesma como em eterno movimento, como que capaz de assimilar a todos, ideológica e economicamente.

O seu Estado é, nesse sentido, um Estado educador. Ideais como igualdade e liberdade, assim como uma moral burguesa e o próprio Direito, chegam ao conjunto da sociedade, que a burguesia espelha. Tais valores passam a compor o Estado, manifestos, tal qual apontam Demier e Gonçalves (2017), na forma política democracia liberal representativa, que nasce e se desenvolve conforme floresce o próprio capitalismo.

A política a ser operada nessa configuração de Estado implica num tipo de consenso, sem o qual o Estado moderno perde legitimidade (notadamente nas sociedades que Gramsci (2017) chama ocidentais)<sup>2</sup>, ainda que, no esforço de garantir sua dominação, a burguesia lance mão daquele Estado restrito, coercitivo.

Tem-se dessa forma a distinção de “dois momentos da articulação do campo estatal: o Estado em sentido estreito (unilateral), e o Estado em sentido amplo, dito integral” (Buci-Glucksmann, 1980, p. 127). O primeiro identifica-se com o governo, com as funções burocráticas, administrativas e propriamente coercitivas, como o exército, a polícia, os tribunais, etc. O segundo, “a tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade, a maneira como ela poderá realizar sua hegemonia” (p. 128), que encontra expressão na sociedade civil, em escolas, igrejas, jornais, e

---

<sup>2</sup> Não se refere a uma questão geográfica, mas ao próprio desenvolvimento da sociedade civil. Dessa forma, nas sociedades tidas como orientais, o Estado era tudo, a sociedade civil pouco se desenvolvera, enquanto as ocidentais experimentaram seu adensamento e complexificação.

outros equipamentos, que Gramsci (2017) chamará de aparelhos privados. Desses dois momentos inseparáveis tem-se a fórmula gramsciana: Estado = ditadura + hegemonia.

Vê-se dessa forma, que na perspectiva gramsciana do Estado, a dominação dos aspectos propriamente políticos- coercitivos por parte da burguesia são insuficientes. A garantia das condições ótimas para a exploração capitalista viria requerer dela a capacidade de elevar seu projeto político particular ao lugar de um projeto político nacional, ou dito de outra forma, “que apresentasse os seus interesses particulares como os interesses gerais da nação” (Demier e Gonçalves, 2017, p. 18), dirigindo-a também ideologicamente a partir da sociedade civil.

Embora a burguesia detenha melhores condições de exercer hegemonia sobre o conjunto da sociedade, que ativa ou passivamente passa a compartilhar de seus projetos e visões de mundo, não foi capaz de impedir a ocupação do Estado por outros grupos, que não se deixaram assimilar e/ou cooptar, e para os quais a coerção também apresentou limites (quando o fascismo aberto não é opção). Esse Estado “ocupado” seria gradualmente absorvido pela sociedade civil, quando sua expressão político-coercitiva deixará enfim de existir, dando vida ao que Gramsci (2017) chama de Sociedade Regulada.

A classe, aqui o lugar que se ocupa na produção (se detentor dos meios de produção ou se vendedor da sua força de trabalho), é central na análise marxista do Estado. Contudo, é preciso que nos atentemos a outras lógicas de dominação e opressão que se fazem presentes na sociedade, e pelas quais também se constituiu o Estado moderno. Destacam-se, nesse sentido, a raça e o sexo/gênero.

A compreensão de um Estado, que para além de burguês, também se constitui pela branquitude, é dada pela noção de um contrato racial, algo como um conjunto de acordos formais ou informais mantidos entre os membros brancos (extensivo às mulheres desse grupo racial) a fim de categorizar a população não branca como inferior, *subpessoas*, de modo que se justifique ocupar “posição civil subordinada em regimes políticos brancos ou governados por brancos, que os brancos já habitam ou estabelecem, ou em transações com esses regimes na condição de estrangeiros[...]”. O Estado ocidental, no qual generalizam-se as noções de cidadania, emancipação e socialização da política, ainda é esse mesmo Estado, embora se silencie quanto seu fundamento racial. Busca, sobretudo, um privilégio diferencial dos brancos enquanto grupos em relação aos demais<sup>3</sup> (Mills, 2023, p. 43).

Já na esfera do sexo/gênero, a fundação do Estado ocidental incorporou uma separação entre a esfera pública e a esfera privada, assumindo uma configuração jurídica e institucional

---

<sup>3</sup> É importante lembrar que, embora nem todas as pessoas brancas estejam conscientes desse pacto, todas são beneficiárias dele.

apoiada em valores tidos como masculinos (Sacchet, 2012). Tanto quanto no contrato racial, essa espécie de contrato sexual também é frequentemente escamoteada nas teorias que se ocupam de debatê-lo. Segundo Pateman (2023), o contrato sexual seria o meio pelo qual os homens transformam seu direito “natural” sobre as mulheres, de um período pré-moderno, em direito patriarcal civil, agora na forma da lei (quem vota; quem pode ser proprietário; quem responde por si).

O Estado moderno, conforme vemos, tem um fundamento classista, racista e sexista. Mas ao fundar uma ordem secular, de um poder que emana dos homens, acabou por fornecer meios de questionamento, de busca por uma situação que não é, mas que poderia ser. Trabalhadores, negros e mulheres, ao se apropriarem desses discursos, encaparam lutas em favor da radicalização da democracia, e de uma igualdade de fato.

Em Marx (2010) entendemos a secularização como fundamento próprio da emancipação política, e esta, como aspecto essencial da construção da cidadania moderna, falando mais especificamente da Europa. Embora se trate de um processo limitado, dentro da ordem vigente, é passo intransponível na realização da emancipação humana. Assim, segundo o autor;

A dissociação do homem em judeu e cidadão, em protestante e cidadão, em homem religioso e cidadão, essa dissociação não é uma mentira frente a cidadania, não constitui uma forma de evitar a emancipação política, mas é a própria emancipação política, ela representa o modo político de se emancipar da religião (Marx, 2010, p. 42).

E dessa forma a religião deixa de ser o espírito do Estado, agora um Estado político, de cidadãos genéricos, um Estado terreno, passível de lutas práticas. Lembremos, o Estado medieval tinha por base o direito divino, sociedades rígidas e fechadas. O que ocorre com a emergência do Estado moderno é justamente um deslocamento dessa base, por um processo de desenvolvimento das relações econômicas (a própria ascensão da burguesia), que se estenderia, nas palavras de Bobbio (1987, p. 50) “para além do governo da casa, de um lado, e do aparato dos poderes públicos, de outro”.

A cidadania decorre, assim, de uma ideia de igualdade, sem a qual o Estado moderno e a democracia liberal representativa, como sua organização e expressão política, não teria se erguido. A tradição marxista demonstrou, porém, os fundamentos da constituição dessa forma política: a propriedade capitalista. Suas leis e instituições reduzem-se a aparência por trás das quais a burguesia exerce poder. O que aconteceu, a despeito dos interesses dessa classe, é que “as lutas contra essas aparências tornou-se então a via para uma democracia real” em que a igualdade e a liberdade seguiriam “encarnadas nas próprias formas de vida material e da experiência sensível”, não mais mera aparência (Rancière, 2014, p. 9).

É a sociedade civil, composta por uma série de instituições (os aparelhos privados de hegemonia), tais como partidos políticos, associações, sindicatos, jornais, dentre outros, o que logra forçar uma maior democratização da sociedade, uma vez aceita a natureza mundana-secular do Estado, e decretada a igualdade, ainda que formal, entre os homens (sua emancipação frente a esse Estado, sua cidadania). Assim, a socialização da política estaria relacionada justamente a possibilidade de tematização de questões e propostas a partir dos vários instrumentos existentes na sociedade civil e a expectativa de que tomem a forma de uma lei, direito ou serviço a partir do Estado.

Um exemplo, nesse sentido, é dado por Rancière (2014). Diz respeito às lutas em torno do salário, que se deram no intuito de demonstrar que não se tratava de algo circunscrito a relação senhor e servo, patrão e empregado, e, portanto, privado, mas uma questão a ser regulada pelo Estado. Como esse, outros também passam a ser tematizados, envolvendo não somente o reino da produção, mas o voto feminino, questões de sexualidade, educação, saúde, meio ambiente, raça. Não por acaso o autor identifica o que chama de *novo ódio à democracia*, essa que se quer real demais, e o respectivo esforço de reapropriação que as oligarquias empreendem na tentativa de repor o poder ora perdido, em meio a ampliação da esfera do público.

Ao também se voltar para essa ampliação, Bobbio (1987, p. 51) demonstra como no processo de emancipação dos sujeitos e da sociedade em relação ao Estado, e sua organização na sociedade civil, seguiu-se, um caminho inverso, algo próximo de uma reapropriação desse Estado pela sociedade. O Estado que, sobretudo no século XX, avança no sentido das garantias sociais, mal se distinguiria “da sociedade subjacente que ele invade por inteiro através da regulação das relações econômicas”, mas a muito não se restringindo a elas. Completa o autor:

Observou-se, de outra parte, que a este processo de estatalização da sociedade correspondeu um processo inverso mas não menos significativo de socialização do Estado através do desenvolvimento das várias formas de participação nas opções políticas, do crescimento das organizações de massa que exercem direta ou indiretamente algum poder político, donde a expressão “Estado Social” pode ser entendida não só no sentido de Estado que permeou a sociedade mas também no sentido de Estado permeado pela sociedade (Bobbio, 1987, p. 51).

Bobbio (1987) defende a impossibilidade de uma conclusão. Estado e sociedade civil atuariam como dois momentos necessários, distintos, mas interdependentes. Ainda que partindo do pensamento gramsciano, acaba assumindo limitações conceituais e políticas. Ignora o conteúdo revolucionário dado pela Sociedade Regulada, quando o Estado, em sua expressão restrita, seria absorvido pela sociedade civil, dando fim ao dilema que propõe. Também não

presenciou a onda conservadora que, pós-década de 1970, volta-se justamente contra esse Estado social.

Há mais alguns pontos a se considerar. Um Estado Social ou uma eventual *socialização do Estado*, não foi um fenômeno generalizável ao conjunto dos países capitalistas. Mesmo suas formas conhecidas, representadas no *Welfare State* europeu, dependeu da reunião de certas condições, numa conjuntura histórica específica, e não foram capazes de destituir o caráter de classe desse Estado. Tal qual advertem Demier e Gonçalves (2017, p. 23):

ainda que sua existência só tenha sido alcançada por meio de décadas e décadas de lutas dos trabalhadores pela efetivação de direitos sociais, civis e políticos, a democracia representativa, enquanto uma das formas políticas assumidas pelo Estado capitalista, não deixa de ser, nunca, uma forma de dominação política do capital sobre o trabalho.

Os limites e as potencialidades dessas lutas não estão dadas a priori, mas constroem-se na realidade concreta e na história. São nesses termos que se torna compreensível o quão socializada a política é, e como isso impacta na construção de um Estado mais ou menos permeado pela sociedade civil e, nesse caminho, aberto a ação dos grupos subalternos.

### **Os limites do "Estado Ampliado" no Brasil**

Nas Veias Abertas da América Latina, Galeano (2000) lembra o massacre impetrado pelos colonizadores europeus contra os povos nativos nessa porção do planeta. Cavalos e bactérias teriam sido responsáveis pela morte de milhões. Aqueles que resistiram seriam subjugados pelo “casamento” da cruz com a espada, respectivamente igreja católica e Estados colonizadores, os quais marcharam juntos no saque às riquezas da América.

O tráfico negreiro, muito lucrativo, acabaria por suplantando a servidão indígena, ao que a “descoberta” por parte da igreja de que o “índio”, na verdade, tinha alma, contribuiu bastante. Dessa forma, milhões de africanos são sequestrados e trazidos ao continente como mão de obra escravizada, compondo o quadro geral que alimentou, substancialmente, o desenvolvimento da Europa, não nos esquecendo de todo o terror, a violência e o racismo característicos.

Não é possível entender a realidade política e a estruturação do Estado brasileiro sem que entendamos sua inserção nos processos de dominação e exploração colonial a que esteve sujeita a América Latina, na alvorada capitalista. E esse movimento implica em ao menos dois processos fundamentais, que correm conectados: o primeiro corresponde aos recursos gerados pela exploração das colônias, que financiariam mais tarde o estabelecimento de manufaturas, e a própria revolução industrial. O segundo, por outro lado, nos mostra como tal exploração acabou impedindo que as regiões saqueadas também se industrializassem, passando a meros

fornecedores de produtos primários. Fosse ouro, prata, açúcar, ou outro qualquer, a economia colonial estruturou-se em função das necessidades do mercado europeu e a seu serviço, o que se mostrou algo difícil de ser superado, mesmo após o fim da era colonial (Galeano, 2000).

Uma burguesia que se molda aos interesses estrangeiros dará vida a Estados igualmente orientados a partir de fora. O liberalismo, e o conjunto de leis e práticas políticas correspondentes, chegam ao continente como que filtrados, o que dificulta mesmo os ganhos restritos experimentados pelos trabalhadores europeus, sobretudo no que se refere à generalização da ideia de cidadania, a igualdade que serve de base ao Estado moderno. Não há emancipação política em territórios que convivam com a escravidão (a desigualdade é sua base), em meio a sociedades fechadas; o desenvolvimento da sociedade civil fica igualmente comprometido sem que a produção seja socializada, sem terra e sem indústria.

Fernandes (2006), ao tratar especificamente do Brasil, mostra como tal realidade implicou num tipo de deformação do regime de classes, pela formação de uma sociedade altamente segregada, social e racialmente. O esforço de superar o ranço colonial esbarraria assim numa condição estrutural: nosso escravismo tardio, expressão cunhada por Moura, (2019), conformou instituições e práticas do Estado; mobilizou ideologicamente, através do racismo, a própria sociedade brasileira. Por outro lado, a dependência externa se refletiria na dificuldade de se construir relações mais equânimes com os países industrializados, e um projeto autônomo de desenvolvimento.

Um padrão de dominação autocrático, num contexto de não generalização da igualdade, levaria negação dos conflitos sociais, e uma deslegitimação dos movimentos e demandas dos “de baixo”, operando a perpetuação de uma rígida estrutura social, funcional ao capitalismo dependente (Fernandes, 2006). Aquela tematização e/ou publicização das condições de vida e trabalho vivenciada pela população, própria dos processos de socialização da política, é, nesse sentido, abafada. O Estado opera assim segundo uma lógica privada, a partir da ideologia do mando e do favor, e, portanto, da subordinação, do arbítrio – cenário em que florescem os coronéis, latifúndios e “carteiradas”.

No trato da questão racial, esse Estado, como demonstra Ferreira (2000), viabilizará todo um aparato coercitivo, não somente a partir de regulações, mas pela criação de espaços propriamente ditos e alvos específicos, no exercício do monopólio da violência. A autora lembra os açoites no pelourinho, as torturas e execuções, a perseguição aos capoeiristas (sob a desculpa da vadiagem), e às religiões de matriz africana. Raça ainda se faz presente na estruturação do Estado brasileiro nas manobras ideológicas que lograram naturalizar o lugar dos homens e mulheres negras: O branqueamento e democracia racial. Nega-se o racismo,

imputa-se aos próprios negros a responsabilidade pela precariedade em que vivem, ao mesmo tempo em que se acusa as vozes destoantes de radicais.

Pontua-se que essas formas autoritárias de se fazer política no Brasil não representam a ausência e/ou fraqueza de mobilização e luta popular. Registram-se na história do país inúmeras revoltas e insurreições; dentre escravizados, fugas, rebeliões, quilombos, formas de resistência que se contrapõe a ideia da passividade das camadas populares. Uniam-se e investiam energia nas suas próprias organizações, fora da esfera do Estado (Velloso, 1990), o que evidencia novamente nossa particularidade diante do modelo de revolução burguesa realizada na Europa, com operários, cidadãos frente ao Estado, organizando-se a partir de grandes partidos, greves, etc. algo que no Brasil só ocorrerá no século XX.

Na análise realizada por Coutinho (2010), a particularidade da formação social e política brasileira torna-se compreensível à luz da categoria gramsciana de Revolução Passiva. Nesse tipo de configuração, ao mínimo lampejo de uma vontade popular organizada, uma reação das classes dominantes força uma restauração, com a devida exclusão das forças populares, ao que se segue alguma renovação, sempre dentro da ordem. Essa espécie de forma elitista e antipopular de desenvolvimento capitalista marcaria todo nosso processo histórico, perpetuando, com poucas variações, os mesmos grupos no poder, ao passo que demais estratos da sociedade, ao que acrescentamos: os descendentes mais diretos do sistema colonial e escravista permanecem fora dele.

Iamamoto (2008) adota como caminho para a compreensão dos processos de desenvolvimento do Brasil, a noção de modernização conservadora. Nela, o novo emerge sem que o velho seja superado. Ao contrário do que algumas análises de ordem marxistas poderiam prever, por aqui a modernização capitalista se fez a despeito da ausência de uma revolução burguesa “clássica”. O latifúndio pré-capitalista e a dependência externa adequam-se, conformam-se ao novo padrão. O primeiro transforma-se em empresa capitalista agrária, o segundo, sob um cenário de internacionalização, acaba por contribuir para uma maior urbanização e mais complexa estrutura social.

Demier (2012), como Coutinho (2010), também se inspira no autor sardo. Apresenta o que chama de via bonapartista no desenvolvimento do país, o que teria garantido, por um percurso, o qual define como sinuoso, errático e intrinsecamente contrarrevolucionário, nossa modernização capitalista. Isso a partir da sucessão de regimes políticos cujo resultado foi a transformação do Brasil em uma sociedade de massas, ainda que profundamente desigual e combinada.

A ação desses regimes políticos afirma, em última análise, a primazia do Estado como motor da modernização brasileira, não a burguesia. Aliás, ponto comum entre os três autores. A modernização do país envolve ainda a imposição de certos padrões de conduta e valores culturais tidos como universais. Esse Estado promotor, destaca-se, era um Estado europeizado. Não nos esqueçamos assim de demarcar o não lugar de negros, nordestinos e outros grupos (Velloso, 1990). O Brasil moderno havia de ser branco.

A maturação de nossa sociedade civil dar-se-á sob a ditadura civil militar que toma o poder a partir de 1964. Paradoxalmente, a atitude coercitiva do Estado brasileiro, num momento de aprofundamento e modernização do capitalismo, em sua face monopolista, forneceu as condições de emergência de quadros políticos combativos (Coutinho, 2010). Era necessário ampliar a produção industrial, as comunicações, a pós-graduação e uma infinidade de outras áreas. Constituíram-se novos intelectuais, renovados aparelhos privados de hegemonia. Tornamo-nos uma sociedade ocidental.

Os anos de 1980 e a redemocratização trouxeram a possibilidade histórica de mudança. Vislumbrou-se, a partir de então, condições internas favoráveis para a minoração de nosso autoritarismo social, expressão de Dagnino (2004) - de uma dinâmica naturalizada de negação do direito. A irrupção na cena política de sujeitos coletivos, com a tematização de questões tornadas fundamentais (saúde, moradia, proteção à infância, direito de minorias, etc.) forçaram a abertura do Estado brasileiro. A criação dos conselhos de direito e de política, das conferências, previstas na nova Constituição, e mais tarde, as experiências de orçamento participativo, ampliaram os sentidos da nossa democracia, para além da lógica restrita do voto.

Uma linguagem de direitos fora, nesse sentido, instaurada, o que lembramos, nos marcos do capitalismo não garante igualdade real. Como Gramsci (2017) alerta na sua crítica aos utopistas, leis arbitrárias não teriam tal poder. O que vemos surgir é um novo pacto social, uma inflexão na cultura política brasileira, capaz de imprimir uma nova racionalidade: o direito a ter direitos. A superação de uma relação entre o Estado e as demandas populares, estabelecida a partir da “recorrente exclusão da participação popular nos processos de decisão política” (Durigueto, Souza e Silva, 2009, p. 14).

Certo que o conflito não poderia mais ser negado. Nenhuma restauração daria conta de anular os efeitos das lutas populares que explodiram naquele período, isto por que, elas conquistaram uma base material própria, autônoma, entre antigas e novas instituições da sociedade civil. A partir delas, novos consensos foram criados, alinhados aos interesses dos trabalhadores, das mulheres, negros, crianças, população LGBTQIAP+, entre outros, forçando a ampliação do Estado brasileiro. Contudo, é preciso lembrar a emergência do projeto

neoliberal, que avança no país na década de 1990, e que passa a disputar, inclusive ideologicamente, espaço com o projeto democratizante, construído na década anterior.

O projeto neoliberal tem implicado em perdas significativas no campo da política, na lógica da participação, também no que tange aos direitos de cidadania, agindo, segundo Braga (1996), no sentido de passivação do Estado, que perde suas funções reguladoras, em benefício do Mercado. O conjunto de ideais e valores sobre os quais se expandiu a lógica do direito, expresso na Constituição de 1988, passa agora a conviver com a defesa do enxugamento do Estado, tese disseminada entre os vários aparelhos privados atrelados à burguesia, nacional e internacional, para quem “a multiplicidade das demandas acerca dos serviços e gastos públicos inflaciona e sobrecarrega o sistema político” (Durigueto, 2008, p. 90). Tendo em vista as questões de ordem estrutural que recaem sobre a população negra brasileira, esta acaba por sofrer mais fortemente os impactos dos cortes e reformas regressivas efetuadas a partir desse ideário, frente a um Estado que encolhe.

### **Crise orgânica, representação e representatividade**

As sociedades modernas, tipicamente ocidentais, segundo a tradição gramsciana, experienciaram a expansão da democracia, com suas variantes locais, como um fenômeno mais ou menos geral a partir do século XX. O modelo predominante fora, sobretudo, o da democracia liberal e/ou representativa, baseado no sufrágio universal, no parlamentarismo e na expansão da ideia de cidadania.

Demonstrado o caráter classista do Estado moderno, a representação igualmente não escapa a uma lógica historicamente elitizada- “uma representação das minorias que têm título para se ocupar dos negócios comuns”. Em países como o Brasil, marcado pelo colonialismo e escravidão, essa minoria corresponderia a um grupo restrito de homens pertencentes às classes mais abastadas, predominantemente brancas. Democracia e representação não são, assim, diretamente identificáveis, sobretudo se falamos de uma democracia real, não realizável na sociedade não igualitária (Ranciére, 2014, p. 69).

O que Ranciére (2014) nos ensina é que aquilo que chamamos de democracia representativa, na verdade, compõe uma forma mista de funcionamento do Estado, fundamentada inicialmente no privilégio das elites “naturais”, e só depois desviada pelas lutas democráticas, o que aqui compõe o que viemos chamando de socialização da política. Tão pouco o sufrágio universal seria consequência natural da democracia. Nasceu da oligarquia, ao que acrescentamos o racismo e a misoginia inerentes, desviado pela luta democrática, pelos setores até então excluídos, mas perpetuamente reconquistado pela oligarquia. Votar, ser

votado, quando o que está em jogo são interesses destoantes dos dominantes (sejam assentados na classe, na raça, gênero ou qualquer outro) subverteu, na verdade, a lógica natural da representação, o que possibilitou conquistas reais para a população, direitos sociais amplos, comumente associados ao contexto europeu no pós-segunda guerra, e que alcança o Brasil, em certa medida, na década de 1980.

Sob essa análise, uma eleição não garante que a voz do povo seja de fato ouvida, como se repete reiteradamente. Essa possibilidade, embora sempre limitada, estaria relacionada à capacidade desse povo- as classes e os grupos que a compõem- de se fazer representar, consideradas as condições históricas, econômicas e políticas, dadas estrutural e conjunturalmente.

Na contemporaneidade, pós- crise do capital dos anos 1970, o que se verifica é justamente a limitação do uso democrático do sistema político, e aquelas conquistas, possibilitadas pelo avanço das lutas democráticas passam a ser atacadas. Há um recuo da democracia, que assume, para Demier e Duriguetto (2017), a forma de uma democracia blindada aos interesses populares, em nome de se retomar e garantir as taxas de lucro.

Embora eleições continuem a ocorrer, isto está longe de significar que os programas defendidos pelos candidatos vindos dos meios populares, quando vitoriosos, sejam implementados de fato, tanto em virtude dos limites da política interna e externa (dívida pública, restrições orçamentárias, pressões de organismos multilaterais), quanto pelo que os autores identificam como uma espécie de revezamento, em que dois blocos político- partidários, um conservador e outro composto por partidos do campo social democrata, assumem um programa contra reformista, de cunho neoliberal. No caso desses últimos, à revelia de um discurso alinhado às demandas populares, reduzido, na prática, às políticas públicas focalizadas na extrema pobreza e/ou programas sociais compensatórios.

Não estranhamente uma crise de representação, manifesta na distância, descrença e/ou apatia entre representantes e representados tem se colocado como mais um desafio, num cenário já tornado dramático pelo neoliberalismo, que solapa os sentidos da cidadania numa escala global, mas especialmente bárbaro na periferia. Há um clima geral de possibilismo, ao que tem acarretado a ressignificação e respectivo esvaziamento de valores democráticos. Soma-se à crise econômica, uma crise política, fenômeno descrito por Gramsci (2017) sob a rubrica da Crise Orgânica.

Gramsci (2017) teorizou a Crise Orgânica como contexto em que a classe dirigente perde seu papel junto aos representados, embora siga dominante. O fato de se manifestar em meio a uma crise econômica prejudica a capacidade material dos grupos e classes articularem

um novo projeto, que alcance e implique o conjunto da sociedade, ou seja, que se estabeleça uma hegemonia, abrindo uma lacuna, que pode vir a ser preenchida pelos que ele chama de homens providenciais ou carismáticos, por um tipo de equilíbrio estático, em que prevalece a imaturidade, tanto de progressistas como de conservadores. Acentua que:

O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (Gramsci, 2017, p. 61).

Para Gomes e Rojas (2017) há uma relação direta entre a agenda neoliberal, que se instaurou nos países da América Latina, e a estratégia de passivação do Estado, que implica na crise de representação. Dito de outra forma, a construção de contra tendências e busca de espaço para a valorização do capital, num contexto de crise econômica, se dá sob uma lógica da regressão social (o inverso de um Estado socializado). Ganham espaço o apelo e/ou retorno às instituições tradicionais; o que mais tem de atrasado e conservador em termos de projetos políticos (a oligarquia retoma o Estado).

No Brasil esse fenômeno alcança maior expressão nas jornadas de junho de 2013, o que redundou no processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff e ascensão do governo Bolsonaro, de extrema direita, atestando as tais formas mórbidas de política que oportunamente estabelecem-se por ocasião da crise de representação (Bianchi, 2017; 2019).

Mas, o fundamental no que diz respeito aos objetivos postos por esse artigo é entender até que ponto essa crise logrou reposicionar os sentidos da representação, também entre progressistas. Quer dizer, em que medida os questionamentos em torno das formas políticas existentes, conservadoras e nesse ponto, reacionárias, repercutiram de forma a recriar novos caminhos e personagens para a luta democrática, que façam frente a naturalização das desigualdades e preconceitos. Defendemos a hipótese de que as demandas em torno de representatividade espelham as lutas em torno de uma maior democratização da sociedade e do próprio Estado brasileiro, ressignificando e renovando a representação.

Embora em número ainda menor, mulheres negras, indígenas, transexuais<sup>4</sup>, alcançam visibilidade na cena pública, oferecendo um contraponto aos políticos tradicionais, homens brancos de classe alta. Longe de mero identitarismo<sup>5</sup>, o que se presencia é justamente a

<sup>4</sup> Dentre as quais, destacamos Talíria Petrone, Jack Rocha, Sônia Guajajara, Célia Xakriabá, Erika Hilton, Duda Salabert.

<sup>5</sup> Não negamos os riscos e prejuízos de uma política essencialista, apenas defendemos que para além deles, a representatividade pode favorecer a representação, produzindo ambientes mais diversos, dando voz a sujeitos marginalizados.

reformulação da representação, é reforma moral pautada na ideia de representatividade (não estranhamente teve político baiano, Estado brasileiro com maior número de pessoas negras, acusado de escurecer a pele).

Efetivamente, uma política pautada na representatividade avança no sentido de garantir um olhar singular e íntimo sobre a realidade de grupos que compõem a população brasileira, facilmente ignorada por políticos tradicionais, mesmo no campo progressista, que se apegam a pautas gerais, negligenciando a complexidade que se constituem as relações e os sujeitos em sociedade.

Quando falamos de mulher negra, sem o entendimento de como gênero inscreve o corpo racializado, ou de como raça imprime uma experiência de gênero com outros significados, não se alcança a lógica salarial do mercado de trabalho, em que mulheres negras seguem na base da pirâmide, recebendo menos que a mulher branca e o homem negro. Igualmente não se compreende as desigualdades no que se refere ao acesso à aposentadoria, quando mulheres negras apresentam maior dificuldade em acessar um trabalho formal (lembramos de toda resistência envolvida na regularização do trabalho doméstico no Brasil, onde são maioria). Ou porque são as maiores vítimas de violência obstétrica... ou ainda, como padrões de beleza e feminilidade associado à brancura, e sua publicização pelas várias mídias, repercutem na autoestima e na forma como as mulheres negras acessam (ou não acessam) um relacionamento amoroso.

Essas e outras questões não inviabilizam ou enfraquecem as lutas em torno da democratização da sociedade brasileira, mas na verdade, as ressignifica. Geral e particular não se excluem.

Além desse olhar singular, que também educa, enquanto forasteiras de dentro (*Outsider Within*), nos moldes daquilo que aponta Collins (2016), para demarcar a experiência e agência das mulheres negras em espaços de poder – a presença de mulheres negras entre as eleitas para representar a população ainda propiciaria o desmantelamento das "narrativas discriminatórias que sempre colocam minorias em locais de subalternidade. Isso pode servir para que, por exemplo, mulheres negras questionem o lugar social que o imaginário racista lhes reserva" (Almeida, 2019, p. 68).

O cuidado, além de não reduzirmos a questão da falta de poder de todo um grupo a mera visibilidade (a representatividade é sempre institucional e não estrutural), é entendermos que nem sempre o representante espelha suas demandas (lembramos um jovem parlamentar negro, ex-MBL, que tem se colocado abertamente contra às cotas). Trata-se de sujeitos diversos. Ainda assim, não deixa de ser uma conquista. Não se pode menosprezar a

“força da eleição ou o reconhecimento intelectual de um homem negro e, especialmente, de uma mulher negra [...] quando se trata de uma realidade dominada pelo racismo e pelo sexismo” (Almeida, 2019, p. 68).

Contudo, insistimos: a luta democrática é coletiva. Seu resultado também só tem sentido na medida em que alcança mais pessoas. As mulheres negras brasileiras, ocupadas dessa luta, entenderam isso.

O trabalho junto aos movimentos sociais possibilitou o acúmulo necessário ao amadurecimento político desses sujeitos. Na aproximação com a política institucional, viu-se a possibilidade histórica de se alcançar outros grupos e de promover mudanças significativas a partir do Estado, pela tematização da realidade vivida pela população negra, sua inclusão na agenda governamental. A partir daí ganham vida discussões que englobam educação, acesso à emprego e renda, cuidados em saúde, cotas em concurso público, processos de reconhecimento de quilombos, entre outros, que se desdobram em leis e materializam-se em políticas públicas.

Essas e outras conquistas democratizantes veem-se ameaçadas diante do avanço do projeto neoliberal, que encontra na crise política e econômica instalada no país um cenário ainda mais propício para realização das suas contrarreformas. Embora a eleição de Lula da Silva para seu terceiro mandato, represente uma vitória frente à barbárie da extrema direita, não seria prudente negar a conjuntura desfavorável. A nossa democracia segue blindada.

Nesse cenário é justamente a população negra, especialmente as mulheres negras, quem mais sofre. Sua experiência escancara o racismo o estrutural, que impõe a elas, seus filhos e companheiros, uma realidade marcada pela violência e pela precariedade das condições de vida e trabalho. Votar e ser votada, ainda que não se traduza imediatamente em políticas públicas que façam frente a realidade, é um começo, é expectativa que movimenta o jogo político.

### **Considerações finais**

Numa sociedade tão desigual quanto a brasileira, a conservação de um modelo representativo montado sob bases elitistas, serve apenas a reprodução de tal estado de coisas. No cenário atual essa constatação assume ares ainda mais problemáticos, pela imposição de reformas restritivas, sob a hegemonia do capital financeiro, pela disseminação de um ideário minimalista quanto aos direitos outrora conquistados. Mais do que nunca, os sentidos da representação partidária sob uma democracia burguesa (em si mesmo limitada), passam a ser questionados. Quem, de dentro do poder, de fato nos representa?

A descrença na política, a ausência de direção moral, em meio a sensação de "mais do mesmo" ajusta-se bem a agenda neoliberal. Mas a democracia não é estática, é “ação que

arranca continuamente dos governos oligárquicos, o monopólio da vida pública e da riqueza, a onipotência sobre a vida” (Rancière, 2014, p. 121). Tal afirmação nos lembra as lutas que lograram alterar a lógica inicial da representação, socializar a política, e ampliar o Estado, isso, muitas vezes, a despeito dos interesses das classes dominantes.

A representatividade pode servir a representação, no sentido de uma reformulação ou renovação, possibilitando um canal por meio do qual as demandas de grupos historicamente subalternizados adquirem visibilidade, ao mesmo tempo em que oferece a quebra de estereótipos que alimentam essa subalternidade. Socializar a política, o Estado ou mesmo a sociedade brasileira, implica, sim, em nos vermos mais em quem nos representa. É educativo, orgânico e emancipatório.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BIANCHI, Álvaro. Revolução Passiva e Crise de Hegemonia no Brasil Contemporâneo. *In. Revista Outubro* (online), abril de 2017.
- BIANCHI, Álvaro. Classe Política e Crise da Democracia na Crítica de Antônio Gramsci. *In. Revista Tempo Social*. São Paulo, v. 31, n. 2, 2019, p. 7- 29.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRAGA, Ruy. *A Restauração do Capital: um estudo da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1996.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, 2016.p. 99-127.
- DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Cidadania. *In: DAGNINO, Evelina (org). Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DEMIER, Felipe. Democracias Blindadas nos Dois Lados do Atlântico: Formas de Dominação Político-Social e Contrarreformas no Tardo-Capitalismo (Portugal e Brasil). *In. Revista Libertas* v. 12 n. 2 (2012): ago. dez. 2012.
- DEMIER, Felipe. *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. 2012. 2 v. 506f. Tese (Doutorado em Poder e Sociedade) - Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2012.
- DEMIER, Felipe; GONÇALVES, Guilherme. Capitalismo, Estado e democracia: um debate marxista. *In. Rev. Direito e Práx*; Rio de Janeiro, v. 08, N.3, 2017, p. 2350-2376.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; DEMIER, Felipe. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. *In. Argum.*, Vitória, v. 9, n. 2, p. 8-19, maio./ago. 2017.

- DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário. In. *Revista Libertas* [online], v.8, n.2, 2008, p. 83-94.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro de; SILVA, Karina Nogueira. Sociedade Civil e Movimentos Sociais: debate teórico e ação político-política. *Revista katálysis* [online]. vol.12, n.1, 2009, p. 13-21.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Florestan Fernandes. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERREIRA, Gracyelle Costa. *Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros*. 2020. 293 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GOMES, Claudia Maria Costa; ROJAS, Gonzalo Adrián. Crise orgânica, governos e seus impactos na América Latina. In. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro, v. 15, n.39, 2017, p. 17-32.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere- Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política*. 8ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2017.
- IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MARX, Karl. 1818-1883 *Sobre a questão judaica / apresentação* [e posfácio] Daniel Bensaïd; tradução Nélio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. - São Paulo: Boitempo, 2010.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ed. Ática, 2019.
- MILLS, Charles W. *O Contrato Racial*. Tradução de Teófilo Reis, Breno Santos. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Tradução de Marta Avancini. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SACCHET, Tereza. Representação política, Representação de Grupos e Política de Cotas: perspectivas e contendas feministas. In. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. As Tias Baianas Tomam Conta Do Pedaco: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990.

# Quem construiu o "Caes do Porto"? As marcas das relações raciais e da superexploração

Who built the "Caes do Porto"? The marks of race relations and overexploitation

Gustavo Gonçalves Fagundes\*

Thiago Vinicius Mantuano da Fonseca\*\*

**Resumo:** O centenário porto construído no Rio de Janeiro é obra de engenharia que nos alcança no presente. Neste artigo, objetivamos demonstrar quem eram, como viviam e em que condições laboravam os produtores diretos de tamanha empreitada. Para o entendimento aprofundado deste processo naqueles canteiros de obras, sobrepõem-se as socialmente generalizadas marcas das corroídas relações raciais no pós-abolição, bem como está caracterizada a superexploração da força de trabalho engajada em tamanha construção. História e Teoria Social devem responder: quem construiu o "caes do porto"?

**Abstract:** The centenary port built in Rio de Janeiro is a work of engineering that reaches us today. In this article, we aim to demonstrate who they were, how they lived and under what conditions the direct producers of such an undertaking worked. For an in-depth understanding of this process at those construction sites, the socially generalized marks of corroded racial relations in the post-abolition period are highlighted, as well as the overexploitation of the workforce engaged in such construction. History and Social Theory must answer: who built the "caes do porto"?

**Palavras-chaves:** Porto; Superexploração.

Racismo;

**Keywords:** Port; Racism; Overexploitation.

## Introdução

As páginas a seguir trazem entendimento do racismo enquanto uma tecnologia de dominação e da compreensão da sua reprodução a partir das relações de trabalho que prevaleceram no processo de destruição/construção do Porto do Rio de Janeiro, ente 1904 e 1914. Em alusão ao que o atual Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Silvio

\* Doutorando e mestre em Serviço Social pela UFRJ. Assistente social pela UFF. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0893-0515>

\*\* Doutor em História pela UFF. Professor Visitante Adjunto de História do Atlântico no PPGH/DFCH-UESC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1347-2018>

*Nota:* Agradecemos as indicações do professor Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (UFES) que motivaram a associação da reflexão teórica com a pesquisa empírica, acabando por redundar na elaboração em coautoria deste artigo.

de Almeida (2019), afirma sobre sua obra, o texto aqui apresentado não se restringe às discussões de raça ou da opressão racial, mas sim do conjunto da teoria social. O que no caso da presente abordagem diz respeito ao mundo do trabalho, a conformação da classe trabalhadora e sua composição racial, os processos produtivos que era engajada, bem como seus métodos de organização e mobilização em um determinado período histórico. Essa demarcação se faz necessária para evitar estreitar ou isolar o estudo das condições de vida e trabalho da população negra, como se o mesmo não compreendesse de forma global as relações de trabalho sob o desenvolvimento capitalista.

A perspectiva que integra as categorias de raça e classe é fruto do entendimento das determinações sócio-históricas que estruturaram a sociedade brasileira, a qual impõe um caráter sistêmico ao racismo. Dessa forma, entendemos que a abordagem não se apoia em meros atos isolados, mas sim num processo histórico que criou subalternidades e favorecimentos entre os diferentes grupos raciais. Portanto, tal qual o autor supracitado, partimos da concepção estrutural do racismo. Logo, as relações do caso aqui examinado também estão inseridas na corrosão social produzida pela opressão racial, mas também no capitalismo dependente que se construía no Brasil.

Depois de três décadas de frustrações com os chamados “melhoramentos portuários” no Rio de Janeiro, da reprodução em escalas aperfeiçoadas, mas ainda muito limitadas, da operação portuária baseada em trapiches e das elaborações frustradas de diferentes concessionários em seus projetos para o porto do Rio de Janeiro, é exemplar a forma como o Estado Nacional brasileiro tomou a iniciativa de transformá-lo radicalmente. Os historiadores convencionaram (Benchimol, 1990; Lamarão, 1991, Velasco e Cruz, 1998) creditar a “reforma do porto” ao governo federal e, secundariamente, à empresa que a executou – a empreiteira inglesa C. H. Walker & C. – a maior parte dos serviços, mas pouco ou nada foi esclarecido sobre aqueles sujeitos que venderam suas forças vitais e capacidades criativas para consecução da maior obra pública em um século de Brasil independente. De fato, desde o arcabouço legal preparatório até a fiscalização das obras no campo, é possível asseverar que aquela obra pública era expressão de uma radical transformação urbana e operacional há muito ansiada tanto pelas classes dominantes acampadas no Estado Nacional, quanto pelos trabalhadores que penavam na operação portuária então estabelecida (Albuquerque, 1983).

Trazemos o necessário debate de esmiuçar as relações raciais contidas em tal empreitada. Com intuito de reconhecer a composição racial daqueles trabalhadores, a importância e o risco dos/nos ofícios desempenhados naqueles canteiros de obras, mas

especialmente as implicações do racismo na transição do mundo do trabalho no início do século XX, cuja observação é possível através da investigação sobre a construção do porto.

Assim, importa apontar o destino dos brasileiros responsáveis pela produção da riqueza nacional no período que sucede a conquista da abolição. Nos apoiaremos nas contribuições de Clóvis Moura (1988; 2014; 2021) para expor a construção de mecanismos de barganha social contra os trabalhadores negros após o processo abolicionista, um movimento organizado pelo Estado Nacional enquanto mediação opressora e com firme impacto na transição da escravidão em direção ao assalariamento. Sua dimensão englobou aspectos jurídicos-políticos e todo um arcabouço ideológico. Em Florestan Fernandes (2008), temos uma abordagem sobre a integração do negro na sociedade de classes, o que traz a consolidação da estrutura social e econômica capaz de impor à população negra uma localização inferiorizada em relação aos brancos.

Esse percurso histórico de transição do regime de trabalho é corroído por elementos que até hoje estão introjetados no imaginário social. Nesse sentido, as obras do porto do Rio de Janeiro ganham centralidade, visto que ali podemos perceber não só a estrita relação de venda da força de trabalho como também as potencialidades de organização e mobilização no pós-abolição. No caso em tela, fica claro um nível de consciência sobre sua condição de classe que se desdobra a partir do acúmulo da experiência de classe dos trabalhadores negros, consciência esta, em grande medida, legatária das experiências vividas por esses sujeitos na sociedade escravista.

Registrada a responsabilidade e iniciativa do governo federal, bem como a execução C. H. Walker & C., outras empresas e agentes privados, não é justo esquecer os produtores diretos da infraestrutura que permaneceu com grande relevância operacional para o país durante seis décadas e que nos alcança, materialmente, até os dias de hoje – entre a Praça Mauá e o Canal do Mangue. Para tanto, é possível integrar o entendimento sobre a construção/constituição material do porto e a formação/composição da classe trabalhadora na capital da República.

Partimos da premissa de que o projetado, reprojeto e, finalmente, executado no porto do Rio de Janeiro (1903-1914) não foi uma mera reforma. Ao contrário, era um esforço coordenado de destruição/construção da principal repartição fiscal do país e uma das mais importantes infraestruturas ao alcance e serviço dos capitais que aqui se acumulavam (Mantuano, 2022). A disruptiva transformação da natureza, constituição material e equipamento do porto o emancipou do alcance limitado do capital comercial, simbolizado nos trapiches – que continuaram existindo sem a centralidade de outrora para operação portuária do

Rio de Janeiro. Construiu-se um porto de escala e cariz industrial, se impôs uma materialidade que viabilizava a operação portuária hegemonicamente capitalista na capital da República e este processo foi condicionado e tomado pelo capital financeiro – a associação entre o banco que há muito era financiador externo da dívida pública brasileira, N. M. Rothschild & Sons, e dos empreiteiros da maior parte das obras, C. H. Walker & C., ambos britânicos.

O esforço para construção do porto do Rio de Janeiro foi gestado e parido coadunando com a ortodoxia econômica vigente, ratificando a subordinação brasileira ao imperialismo capitalista (Singer, 2006), pelas vias dos acordos com os grandes capitais, da articulação com as representações nacionais das classes dominantes, dos contratos junto aos financiadores e executores empresariais das obras. Aprofundou-se, em suma, o essencial da República Oligárquica: a dependência econômica, as desigualdades sociais e a própria questão racial (Oliveira, 2006).

Embora significasse uma mudança material de magnitude inigualável e de repercussões larguíssimas, a radical transformação do porto do Rio de Janeiro não surgiu de um novo *status quo*, assim como não deu azo a mudança deste, antes, o reforçou. Neste artigo buscamos evidenciar como a superexploração do trabalho dos indivíduos, majoritariamente brasileiros e negros, que guardavam para si apenas suas forças vitais e conhecimentos como serventes, pedreiros e mestres de obras, especialmente, mas também como canteiros, metalúrgicos, marceneiros, marítimos, carregadores etc.. Entendê-los como agentes é fundamental para o conhecimento das relações laborais – de indisfarçável clivagem nacional e racial – que viabilizaram a realização das demolições e obras que construíram um dos maiores portos do mundo.

Em suma, não é possível conhecer a História Urbano-Portuária do Rio de Janeiro sem responder a seguinte questão: quem fez as dragagens? Quem participou dos aterramentos? Quem erigiu aqueles armazéns? Quem construiu o “caes do porto” do Rio de Janeiro?

### **Sobre Superexploração e Dependência no entrelaço das relações raciais**

Os trabalhadores que protagonizaram as obras do porto do Rio de Janeiro e a própria dinâmica econômica que originou tal empreitada não surgiram com o alvorecer do século XX. É preciso nos debruçarmos sobre a dimensão particular da formação brasileira em seus meandros socioeconômicos, inclusive para que possamos compreender o racismo enquanto parte estrutural e estruturante do processo em tela.

Partimos do que Ruy Mauro Marini aponta ser o caráter dependente do capitalismo brasileiro:

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (Marini, 2005, p. 138).

A constatação de estarmos submetidos a um capitalismo dependente nos permite adentrar tendências que dão legalidade teórica ao que se desdobra na sociedade brasileira. Por apresentar uma integração subordinada ao mercado mundial capitalista, assim como o conjunto da América Latina, temos a implicação de um intercâmbio desigual de mercadorias.

Ressaltamos que esse processo coaduna com a vigência da escravidão em pleno século XIX, momento em que homens negros e mulheres negras trabalhavam de forma compulsória para seus senhores. Período histórico apontado como segunda escravidão, entre 1790 e 1888, (Tomich, 2011) ou escravismo tardio, que corresponde ao interregno de 1850 e 1888, (Moura, 2014), recortes temporais que contribuem na interpretação dos acontecimentos da escravidão durante seu apogeu produtivo e de corpos escravizados, plena vinculação com o desenvolvimento capitalista até os acontecimentos jurídicos-políticos que acompanharam sua desagregação.

O processo de subjugação das economias dependentes em relação as centrais propiciava uma perda de valor nas trocas mercantis entre as primeiras em favor das últimas. Marini compreende essa dinâmica e desenvolve a categoria da superexploração da força de trabalho como um mecanismo de compensação a essa sucção de valor das nações dependentes, o que se configura em uma *sui generis* compleição da relação capital e trabalho.

Nas palavras do autor:

[...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo de acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em maior exploração do trabalhador (Marini, 2005, p. 144, grifo nosso).

Ao nos aprofundarmos de forma mais detida na referida elaboração teórica, percebemos que a reflexão trata das economias das nações latino-americanas e a constituição dos pilares da dependência. Visto que “a criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contato com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base

estritamente nacional” (p. 142) e aponta que “é a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho” (p. 141). Ressaltamos ainda que compõem a elaboração a preocupação em diferenciar situação colonial de dependência, onde “ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas” (p. 141).

A superexploração não se resume a uma condição laboral degradante, ela é um mecanismo de compensação frente a inserção subordinada dos países da América Latina no mercado mundial e consequente intercâmbio desigual de mercadorias. Uma desigualdade que resulta na cessão de valor por parte da nação desfavorecida (dependente) em favor das nações beneficiadas. Logo, “o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a Lei do Valor” (Marini, 2005, p. 152), fenômeno que compõe um dos pilares do que vem a ser a dependência. Essa transferência de valor implica deterioração da acumulação de capital da classe brasileira e frente a inserção subordinada ao mercado mundial, compunha os termos de troca do Brasil enquanto nação já na virada do século XIX para o XX.

Frisamos a incompatibilidade da superexploração com regimes escravistas, justamente pela previsão de compra e venda da força de trabalho como também do seu vigor enquanto mecanismo de compensação, que reside na contrapartida para que os países dependentes reponham a massa de valor perdida na transferência de valor. Dessa forma:

A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida à exploração capitalista nas determinações mais gerais da Lei do Valor, está também, submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as condições dependentes, provocando desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor (Luce, 2018, p. 155)

Compreendemos, a luz da clássica elaboração de Marini e da atualização elaborada por Mathias Seibel Luce (2018), a vigência de quatro manifestações específicas da superexploração da força de trabalho: a) pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; b) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; c) o aumento da intensidade além dos limites normais; d) o hiato entre o elemento histórico moral do valor da força de trabalho e a remuneração do trabalhador. É a partir dessa particular expressão das relações de produção capitalista a que estão submetidos o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Adrian Sotelo Valencia (2023) orienta que Marini formula a superexploração da força de trabalho em um alto nível de abstração e que de nenhuma maneira abre mão dos elementos

sociológicos e políticos, como a luta de classes, Estado e poder. “Esses componentes, ao passo que interagem como mediações, no plano concreto, a sobredeterminam, seja no sentido de aumentá-la ou moderá-la” (p. 20). Isso implica que a superexploração, como qualquer fenômeno social, pode ser analisada - inclusive é a forma adotada nos termos realizados por Marini - em um determinado nível de abstração teórico-metodológico e isso não impede a constituição de mediações para captar seu movimento real e com isso vislumbrar suas particularidades. Dessa forma, na compreensão da superexploração, não se deve esquecer a “forma como se entrelaça com o Estado e com a dinâmica da luta de classes que a modula, seja no sentido de elevá-la ou no sentido de revertê-la em favor dos interesses da classe trabalhadora” (p. 26). Nesse sentido, consideramos que o racismo é um determinante fundamental na conformação das classes, nas suas experiências, fazer-se e isso se revela em elemento chave para o entendimento da superexploração.

Isso traz a discussão acerca da determinação de um valor normal para a força de trabalho. Adiantamos o entendimento de que tal valor se constitui por aspectos históricos e conjunturais. Assim, a vigência do racismo enquanto estrutural na formação econômica e social brasileira se constitui em um elemento para compor o valor da força de trabalho. Almeida (2019, p. 35) afirma que o racismo carrega em si um caráter sistêmico, já que não pode ser resumido a meros atos isolados ou expressões discriminatórias, mas “de um processo que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas”. Por isso, o racismo deve ser entendido como estrutural, “decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares” (p. 50).

Clóvis Moura (2021), ao trazer indicações sobre como o trabalhador negro transita de um bom escravo na percepção senhorial para um mau cidadão na concepção da classe dominante, nos oferece pistas contundentes, principalmente pela combinação do Estado enquanto mediação opressora. Responsável por moldar e organizar o mercado de trabalho e a vigência de um arcabouço ideológico que corroeu o imaginário social – o que eximindo com maior profundidade na obra de Weber Lopes Goés (2018) – com teorias racialistas sobre as capacidades e habilidades intelectuais dos trabalhadores negros.

Não será, atualmente, mau cidadão aquele negro livre que procura, através da sua conscientização, levantar o problema da situação racial do Brasil e encontrar soluções, globais ou parciais, para ela? Ou será bom cidadão negro aquele que aceita o status quo e procura ser apenas divertimento, objeto para o branco (como já fora no tempo da escravidão), espécie de mercadoria que se vende nos momentos em que a indústria turística procura se desenvolver no

país e, com esta atitude de subalternização, regride socialmente até uma franja próxima à do antigo escravo?

Não será, porém, bom cidadão o negro que não aceita a discriminação racial, o seu confinamento nas favelas, mocambos e alagados, as restrições que são feitas à sua cor no mercado de trabalho e em muitas instituições, e procura, de uma forma ou de outra, encontrar saída para o impasse através da sua participação em movimentos projetivos?

É visto ainda como mau cidadão negro aquele que vive nas favelas, nos cortiços, nos mocambos nordestinos e se situa nas mais baixas camadas sociais, como operário não qualificado, doméstica, mendigo, biscateiro, criminoso ou alcoólatra. É exatamente aquele segmento descendente do escravo, hoje apenas negro livre, porém que não foi, ainda, incorporado, na sua grande maioria, a não formalmente, à sociedade civil, como cidadão. O negro doente. Avitaminado. Deformado por doenças carenciais. Preterido no trabalho. Vivendo nos terreiros de umbanda e candomblé. Fazendo uso da medicina popular para curar moléstias que atingem, com maior índice de incidência, as áreas ecológicas para onde foi inexoravelmente jogado (Moura, 2021, p. 29).

Esse imbróglio se desdobra no período de transição do regime de trabalho no Brasil, quando a escravidão definha com a dinâmica da luta dos escravizados e o movimento abolicionista e com a posterior ascensão do mundo do trabalho assalariado. Ou seja, as obras portuárias no Rio de Janeiro são compreendidas ainda nesse recorte temporal.

Corroboramos com a concepção defendida por Silvio Almeida sobre o racismo não ser uma herança direta ou mero resto da escravidão, “até mesmo porque não há oposição entre modernidade/capitalismo e escravidão” (Almeida, 2019, p. 183). Logo, o racismo é parte constitutiva das estruturas do capitalismo.

Fagundes (2022) aponta o exército industrial de reserva como mecanismo central na relação entre superexploração e racismo estrutural, justamente por buscar na crítica da economia política as categorias para as implicações negativas na elaboração do valor da força de trabalho.

A existência do exército industrial de reserva compreende o controle do valor da força de trabalho, visto que “produzir uma população excedente relativa, isto é, excedente em relação à necessidade média de valorização do capital, é uma condição vital da indústria moderna” (Marx, 2017, p. 709), o que a “grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva” (Marx, 2017, p. 712). Tal definição avança em seus contornos ao se constatar, nos termos de Ruy Mauro Marini, a existência de um avolumado número de trabalhadores ausentes dos postos de trabalho como pressuposto fundamental para vigência da superexploração. E é na transição do regime de trabalho escravizado para o trabalho assalariado que primeiro conseguimos observar a racialização do processo de constituição de um exército industrial de reserva racializado no

Brasil. Ou seja, um avolumado e racializado exército industrial de reserva se constitui a partir da igualdade jurídica das relações legais de trabalho.

Florestan Fernandes, ao abordar a integração do negro na sociedade de classes, nos auxilia na observação desse fenômeno.

Onde a produção se encontrava em níveis baixos, os quadros da ordem tradicionalista se mantinham intocáveis: como os antigos libertos, os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se à massa de desocupados e de semi-ocupados da economia de subsistência do lugar ou outra região. Onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômico e de organização do trabalho, existiam reais possibilidades de criar um autêntico mercado de trabalho: aí, os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais”. [...] Em consequência, ao contrário do que se poderia supor, em vez de favorecer, as alternativas da nova situação econômica brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam, inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho (Fernandes, 2008, p. 31-32).

Clóvis Moura (2021) afirma que “uma sistemática de peneiramento contra o ex-escravo, após a Abolição, permeou as oportunidades de integração na sociedade capitalista emergente” (p. 31). Essa realidade imprimiu uma dimensão ideológica da representação dos homens negros e mulheres negras enquanto sujeitos responsáveis por sua própria condição, retirando de cena os aspectos jurídicos-políticos (nos termos moureanos) que justificam tal situação.

“No caso específico do negro brasileiro, que além de ter vindo da situação inicial de escravo, pertence a uma etnia que possui uma determinada marca, segundo os padrões brancos, o problema se agrava e surge, em consequência, uma série de barragens e razões justificatórias, capazes de impedir a sua ascensão social massiva. Desta forma, os valores etnocêntricos das classes dominantes representam uma redoma ideológica que tem como função impedir a mobilidade vertical dos seus estratos inferiores” (Moura, 2021, p. 37).

No curso do centenário da abolição o autor adensou os debates sobre o tema da situação da população negra após a liberdade do cativo. Aponta que um acúmulo de combinações determinou a imposição dos trabalhadores negros enquanto superpopulação relativa logo nas primeiras décadas do século XX. Seja a trajetória histórica do trabalho compulsório, o que impedia o acúmulo de bens materiais, ou mesmo o vendaval de teorias racialistas que corroía o imaginário social em sentido de inferiorizar essa parcela da população.

Temos ainda, sob a dinâmica das relações capitalistas, a criação de estereótipos sobre o indivíduo não-branco:

Indolentes, cachaceiros, não-persistentes para o trabalho e, em contrapartida, por extensão, apresenta-se o trabalhador branco como o modelo perseverante, honesto, de hábitos morigerados e tendências a poupança e à estabilidade no emprego. Elege-se o modelo branco como sendo o do trabalhador ideal

(Moura, 1988, p. 69).

As obras no porto do Rio de Janeiro estão inseridas nesse contexto, os trabalhadores – brancos e negros, nacionais e estrangeiros – protagonistas dessa empreitada. Omitir as relações raciais desse episódio é incorrer em equívocos teóricos e também políticos. Aqueles sujeitos organizaram entidades de classe, lutaram por melhores condições de trabalho e colocaram no debate público uma série de elementos que devem ser recuperados para ilustrar as experiências que conformam a classe trabalhadora em nosso país.

### **A Força de Trabalho nas obras portuárias**

No dia em que a Muralha da China ficou pronta,  
para onde foram os pedreiros?  
(Brecht, 1935)

Na construção do porto do Rio de Janeiro participaram milhares de trabalhadores, contramestres, operários, peões, pedreiros e serventes de obras que arriscavam as suas vidas pela mera reprodução de sua existência e, indeliberadamente, acabaram contribuindo para aquilo que era tido como um grande feito.

Pensamos como Marcel Van der Linden: aqueles trabalhadores foram levados aos canteiros de obras premidos contra a miséria, por sua sobrevivência e de suas famílias (Linden, 2013). Já Marcelo Badaró Mattos (2008) demonstra como a alongada experiência da escravidão e o convívio entre escravizados, ex-escravizados e livres – especialmente nos ambientes de trabalho – rebaixaram os padrões de vida e trabalho possíveis aos sujeitos que construía a classe trabalhadora no Rio de Janeiro do pós-abolição.

O espaço radicalmente transformado era, antes, constituído de rica diversidade social e pobreza material generalizada, ali residia e/ou trabalhava o *homem simples* (Mantuano; Oliveira Junior; Honorato, 2016). É necessário pontuar que essa diversidade não pode ser simplificada. As questões das divisões nacionais e raciais não constituía apenas um dado a ser levado em conta pelas autoridades para quantificar e classificar os sujeitos no mundo do trabalho. A própria visão dos trabalhadores estava balizada por sua existência enquanto brasileiro, português, espanhol, carioca, baiano, branco ou negro. Em determinada medida, estas identidades funcionavam como uma solda de partes que eram unidas a quente no mundo trabalho, mas também criavam obstáculos ao processo de tomada de consciência da classe. Estes obstáculos evidentemente não eram intransponíveis, mas é claro constituía-se em uma clivagem da classe trabalhadora que foi conscientemente produzida pelas classes dominantes (Chalhoub, 2001).

Trata-se de entender a experiência de classe como oriunda dos conflitos na desagregação da escravidão, principalmente no contexto singular das relações de trabalho no cenário urbano. A construção do porto do Rio de Janeiro foi central não só pela sua magnitude para a engenharia da época, mas também no que concerne ao fazer-se da classe trabalhadora, dado o contexto das relações raciais.

Gracyelle Costa Ferreira (2020), em sua tese de doutorado, se debruça sobre os trabalhadores negros na origem da política social no Brasil. Habitualmente, são três os segmentos de trabalhadores entendidos como protagonistas desse processo: ferroviários, portuários e marítimos. Entretanto, afirma também que pouco se aborda sobre as relações étnico-raciais às quais esses sujeitos estavam inseridos e bem pouco sobre a tradição de lutas e mobilizações que esses sujeitos encamparam. Em específico sobre os trabalhadores que transitavam ou mesmo laboravam diretamente no porto, Ferreira aponta que em finais dos oitocentos já era observada uma concentração elevada de trabalhadores negros na Região Portuária, seja nos processos de trabalho, ou na organização coletiva para preservação dos seus interesses de classe.

Essa constatação não tem o intuito de imputar à parcela negra do proletariado brasileiro uma característica inata de relação com o movimento organizado de trabalhadores e suas mobilizações. O que se busca é situar esse conjunto como também pertencente à classe trabalhadora do país, não apenas a partir da sua localização na estrutura produtiva, como também no seu pertencimento a esse coletivo de indivíduos. A autora demonstra com riqueza analítica como o constante abastecimento do exército industrial de reserva pela crescente imigração acabava acarretando – como consequência da exploração da miséria e brutal entrega à sobrevivência dos sujeitos desterritorializados – um rebaixamento das perspectivas dos trabalhadores brasileiros, especialmente os negros.

A situação demonstra como os empregadores se valeram da abundância da mão de obra estrangeira pouco qualificada. Sim, porque ao contrário do que comumente se diz, muitos dos que vieram para o Brasil não tinham profissão definida ou trato para o trabalho urbano, seja ele fabril ou de outro cariz. Daí muitos deles recorrerem ao trabalho no porto. Ou seja, a tentativa de expulsão dos trabalhadores negros de postos ocupados durante a escravidão não pode ser ainda hoje considerada do ponto de vista da “incapacidade técnica” desses sujeitos, mas de um projeto de Estado articulado por concepções deterministas sobre raça e nação. Esse projeto ao mesmo tempo foi parte da formação de um mercado que se pretendia assalariado de trabalho no Brasil. O aumento da oferta de trabalhadores com os imigrantes da Europa, associado à tentativa de extermínio da população negra modulou esse projeto racializado de civilidade capitalista no país. Um projeto que visou minar dos livres e libertos negros as condições para assalariamento e inserção em atividades de prestígio ou com maiores condições para mobilidade econômica (Ferreira, 2020, p. 108-109).

Por outro lado, é preciso ter em mente que portugueses pobres foram ostensivamente emigrados para o Rio de Janeiro e, aqui, brutalmente explorados – muitas vezes, inclusive por seus patrícios. A disputa pelo mercado de trabalho, realidade tão rara se considerarmos o conjunto do país, explica por que, no período de afirmação nacional, os ódios e rancores se voltaram contra eles, concorrentes mais presentes ante aos nacionais pelas vagas nas obras do porto, especialmente aquelas mais bem remuneradas, que exigiam alguma habilidade e ofereciam melhores condições salariais e laborais (Menezes, 1996).

Gladys Sabina Ribeiro demonstra como a intensa exploração do trabalho imigrante, nomeadamente português, determinou até mesmo como aqueles lusitanos eram apelidados: “burros sem rabo” (Ribeiro, 2017, p. 232). Ribeiro faz importante debate sobre a ideologia do trabalho que nos interessa na medida em que estava fundada nas noções de disciplina, dedicação e competência no âmbito profissional, e estas eram requeridas constantemente em obras tão grandes e complexas como as do porto. As condições árduas da luta pela sobrevivência – salários baixos, abundância da força de trabalho habitação escassa e em condições precárias – serviam para incutir nos membros da classe trabalhadora que eles tinham de competir uns com os outros no intuito de garantir a reprodução material de suas existências.

No entanto, havia uma dimensão de solidariedade que brotava na contramão das disputas raciais e entre nacionais, especialmente quando o embate contra o capital se travava de maneira aberta (Fausto, 1977).

É nesse quadro sociolaboral e de construção da classe trabalhadora no Rio de Janeiro que massas de operários da construção civil, naval, da indústria de transformação e dos transportes foram mobilizados, direta ou indiretamente, para construção da maior obra pública ordenada pelo Estado Nacional brasileiro.

Estes sujeitos estavam divididos em oito frentes de trabalho para destruição/construção do porto: nas oficinas na Ponta da Areia, em Niterói; na Baía de Guanabara, engajados nos trabalhos de dragagem e descarte do material dragado para além da barra; na construção do cais; nos aterramentos; na destruição e construção das infraestruturas urbanas e portuárias; na construção do Canal do Mangue; na pedreira do morro do Senado; e na pedreira do morro da Saúde. Importante notar que C. H. Walker & C. não desempenhou todos estes trabalhos, sendo responsáveis pelos que envolviam a dragagem e construção do canal, do cais, dos aterramentos e de parte dos armazéns internos ao cais. A própria Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro<sup>1</sup> – doravante, CFAOPRJ – realizou diretamente, bem como através

<sup>1</sup> A Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro foi criada pelo governo federal para

da contratação de terceiros, obras, serviços e fornecimentos fundamentais para o projeto. Também é importante que se diga que, naquele momento, obras conexas, complementares e/ou subordinadas a destruição/construção do porto foram realizadas tanto pelo governo federal, quanto pela municipalidade do Distrito Federal (Benchimol, 1990, p. 316-317), ampliando a oferta de trabalho na construção civil.

A destruição/construção do porto do Rio de Janeiro envolveu uma ampla gama de ofícios atribuídos aos trabalhadores e profissões atribuídas aos agentes que ordenavam as atividades laborais, em distintas especialidades e níveis de formação. A partir de onze relatórios anuais do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (1904-1908) e do seu sucessor, o Ministério da Viação e Obras Públicas (1909-1914), perscrutamos a constância à citação de categorias de trabalhadores engajadas nas obras. Identificamos exatas 30 categorias na seção “Porto do Rio de Janeiro” dos referidos relatórios. Estas exprimiam com exatidão o fazer dos produtores diretos, mas também dos agentes que projetavam, formulavam, fiscalizavam e administravam aquelas obras. Para tanto, excluimos a designação desses sujeitos por expressões genéricas e abrangentes como “trabalhadores das obras”, “empregados” ou, simplesmente, “operários”.

A unidade escolhida como critério para quantificação foi a ocorrência por relatório(s) em que dada categoria aprecia ao menos uma vez. De forma que vedamos a distorção dos dados a partir de uma amostra nas informações oferecidas pela fonte, pois se contássemos o número de vezes em que cada categoria foi citada reunindo todos os relatórios, os *pedreiros* e os *engenheiros* poderiam parecer super-representados.

---

administrar, fiscalizar e conservar a construção do porto do Rio de Janeiro, bem como executar e contratar obras acessórias (Decreto 4.969, 18 de setembro de 1903). A comissão estava sob a direta ascendência do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas e tinha autonomia sobre a gestão das rendas que a Caixa Especial do Porto tinha por direito auferir.

Imagem 1: Nuvem de Palavras Representativa das Categorias de Trabalhadores e Profissionais nas Obras Portuárias do Rio de Janeiro (1904-1914).



Fonte: Elaboração própria com base em BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Proposta e Relatório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905-1909; BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Proposta e Relatório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910-1915.

O resultado desta elaboração é o que se vê na **Imagem 1**. Pedreiros e engenheiros foram citados em todos os relatórios, sendo que apenas os serventes de obras<sup>2</sup>, operários em metais e canteiros foram citados em mais da metade destes relatórios, e por isso aparecem coloridos. Todas as demais categorias foram citadas em, ao menos, um e até cinco relatórios, quanto maior o tamanho da fonte na imagem, em mais relatórios dada categoria foi citada. A variedade das categorias demonstra a sofisticação das obras e acabamentos. A historiografia pontua, devida e tradicionalmente, a ostensiva importância dos engenheiros nas obras públicas. No entanto, o que podemos ver é que trabalhadores como pedreiros, serventes de obras, canteiros e metalúrgicos são, sistematicamente, nublados em seu fazer laboral. Foram estes produtores diretos que destruíram/construíram o porto do Rio de Janeiro, no alvorecer do século XX.

Optamos por focar nos operários da construção civil, indústrias e ofícios conexos por constituírem a maior parte dos contratados diretamente por C. H. Walker & C., outras empresas dedicadas à construção do porto e pela própria CFAOPRJ. A constituição de um mercado de trabalho já era uma realidade em construção na cidade do Rio de Janeiro. No início do recorte

<sup>2</sup> Esta categoria é a reunião das expressões análogas “servente de obras” e “servente de pedreiro”.

cronológico desta investigação, os operários da construção civil acumulavam-se, acima da média, residindo nas quatro freguesias portuárias por fator óbvio: a proximidade do principal mercado de trabalho em seu labor – as obras do porto e as reformas urbanas. Evidentemente que essa situação pode ter sido atenuada após uma década de obras decorridas, mas certamente era um fato de peso no arranque daquele processo.

Segundo o Recenseamento do Rio de Janeiro (1906), 7833 “operários em edificações” – uma fração importante da força de trabalho naquelas obras – residiam nas freguesias portuárias no princípio do processo de destruição/construção do porto, o que significava relevantes 24.6% frente ao total destes na cidade. Dentre as 25 freguesias urbanas e suburbanas da cidade, a Gamboa se destacava como a quarta maior concentração destes operários, Santa Rita era a sexta, Santana a décima primeira e São Cristóvão a décima segunda.

Tabela 1: Operários em Edificações no Rio de Janeiro (1906).

<b>Operários da Construção Civil</b>	<b>Brasileiros</b>	<b>%</b>	<b>Estrangeiros</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
Rio de Janeiro	14810	46.6%	16990	53.4%	31800
Gamboa	1490	37.2%	1491	62.8%	2371
Santa Rita	639	30.8%	1436	69.2%	2075
Santana	448	26.1%	1273	73.9%	1721
São Cristóvão	985	59.2%	681	40.8%	1666

Fonte: RIO DE JANEIRO (cidade). Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal, 1906). Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

Não chega a constituir um dado impressionante, mas 7826 destes operários em edificações nas freguesias portuárias eram homens, apenas 7 eram mulheres. Também não surpreende o grau de instrução naquelas freguesias. Dentre os homens com mais de 20 anos, eram analfabetos: 26.6% em Santa Rita, 33.6% em Santana, 35.6% na Gamboa, 26.5% em São Cristóvão. Um dado que impressiona é a proporção de estrangeiros dentre os operários em edificações nas freguesias portuárias. Conforme é possível observar na **Tabela 1**, estes operários eram majoritariamente estrangeiros – sobretudo, portugueses e espanhóis – na cidade e, especialmente, nas freguesias portuárias mais adensadas, em 1906. Não à toa, aquelas obras atraíam muitos estrangeiros.

É fato que o governo não impôs padrões rígidos para as condições de trabalho e salariais dos operários contratados por C. H. Walker & C., muito menos o fazia através da execução via CFAOPRJ. No entanto, isto não deve levar a crer que a composição dos produtores diretos daquela obra era, majoritariamente, branca e europeia. Conhecedores da composição nacional dos residentes nas imediações das obras, o governo resolveu fazer uma única exigência quanto a contratação do pessoal técnico, administrativo e operário: no “Contracto Entre o Governo

Federal e C. H. Walker & Comp., Limited, com sede em Londres, para a execução das obras de melhoramento do porto do Rio de Janeiro” (Brasil, 1904, p. 538), segundo a cláusula LIII, dois terços dos contratados pelos empreiteiros ingleses deveriam ser brasileiros (Brasil, 1904, p. 550), mas não há nenhuma evidência quanto a fiscalização desse compromisso.

Infelizmente, não nos é possível trabalhar com dados provenientes de informações censitárias a respeito da composição racial dos operários em edificações nas freguesias portuárias. Por força de designação abertamente eugenista, os censos de 1906 e 1920 simplesmente não inquiriram os entrevistados sobre sua raça ou cor. Segundo Anjos (2013, p. 110):

Assim, mesmo no Censo de 1920, no qual o quesito racial não foi pesquisado, em seu texto de introdução é assinalado que o Brasil atingiria a pureza étnica através da miscigenação e da imigração europeia [...] o censo, uma publicação garantida pelo estado, endossava uma visão de sociedade e nação peculiarmente racista como “científica”.

Consideramos como abertamente aceita pela historiografia a hipótese de que, no começo do século XX, as freguesias portuárias do Rio de Janeiro constituíam território marcadamente negro. Nas palavras de Roberto Moura (1995, p. 64):

Achando progressivamente vagas no trabalho regular oferecido pela indústria, pela construção e pelo comércio, mas sempre em desvantagem com o concorrente branco, nacional ou estrangeiro, a presença do negro no Rio de Janeiro se tornaria tradicional no cais do porto. A maioria, entretanto, seria expelida para ocupações acessórias ou claramente marginais às órbitas oficiais do trabalho, aparecendo secundariamente, e sendo mobilizada em maior número em situações especiais, como nas obras da cidade, sempre servindo como um exército proletário de segunda linha que, manipulado pelos empresários, facilitaria a manutenção do baixo preço pela mão-de-obra.

A proporção de pessoas negras nas freguesias de Santa Rita, Santana, Gamboa e São Cristóvão é, mais recente e rigorosamente, vista como acima da média no compute geral da cidade, no início do século XX. No entanto, não deve ser exagerada, até para que entendamos plenamente a realidade social que os sujeitos negros encaravam (Honorato, 2016).

De toda forma, associando as características socioprofissionais de operários da construção civil a sua elevada concentração habitacional nas freguesias portuárias, sendo estas com expressiva presença negra, presumivelmente, podemos indiciar em termos gerais aquilo que as amostras oferecidas por outras fontes comprovam pontualmente.

Retornemos, então, ao ponto de reflexão sobre a magnitude daquelas obras e da força de trabalho que suscitavam. Obtivemos escassas referências quanto ao número de trabalhadores nas oficinas e canteiros das obras do porto, e é claro que as evidências são raras devido a relação capital-trabalho, a sofisticação, tamanho e relevância da própria construção do porto. A forma

contratual mais recorrente naquelas obras era a contratação de indivíduos ou turmas por jornada ou tarefa, os tão conhecidos “jornaleiros”. Exceção feita às oficinas de C. H. Walker & C., na Ponta da Areia, e um pequeno grupo de contratados de forma fixa pela CFAOPRJ como ajudantes de ordens e serviços de urgência (Brasil, 1904, dec. 5031), a maioria absoluta dos trabalhadores contratados para atuar nas diferentes frentes daquelas obras tinham vínculo frágil e efêmero, experiência penosa e remuneração incompatível com os elevados níveis de produtividade e o quão arriscado era seu trabalho (Benchimol, 1990, p. 231).

Na cerimônia de início obras do porto, em 29 de março de 1904, cerca de 1.500 operários compareceram à Praça Municipal e em embarcações nas imediações daquela orla, onde viram passar o presidente da República, representantes da C. H. Walker & C. e demais representações que participaram de cerimônia e banquete nos escritórios do edifício da Companhia Docas Nacionais. No entanto, apenas duas pequenas comissões foram recebidas pelas autoridades no interior do recinto. Mesmo assim, estavam sob a direta responsabilidade de engenheiros que os “ciceroneavam” e, assim, hipocritamente, eram tratados:

Como uma nota muito feliz dessa *deslumbrante festa*, a mais bela a que temos assistido, damos abaixo a descrição do almoço aos operários, que, para dizer a verdade, eram *os legítimos donos da extraordinária festa*. [...]

Os operários do canal eram representados por uma comissão de 25 homens, acompanhada dos Drs. Lucas Bicalho e Alfredo Niemeyer, engenheiros das obras que ali estão sendo feitas, e os da dragagem representados por uma comissão de 35 operários, acompanhados do respectivo engenheiro, Adolpho Magalhães. [...]

Todos os trabalhadores traziam à lapela do casaco o distintivo da empresa - um laço de fita azul e branco (O Malho, 02/04/1904, p. 19, grifos nossos).

Perseveremos em temos quantitativos: um ano após o início das obras, por ocasião do movimento grevista que os atingiu, Joseph Walker – responsável pela empreiteira inglesa no Brasil – declarava ter sob seu comando e trabalhando normalmente “dois mil e tantos operários” (A Notícia, 09/05/1905, p. 2); provocada por ofício de Francisco Bicalho, em 1908, C. H. Walker & C. declarava manter 1100 operários, diariamente, distribuídos da seguinte forma naquele momento: 150 nas oficinas da Ponta da Areia; 100 na plataforma de lançamento da Ilha de Santa Bárbara; 120 nas dragagens; 470 nas pedreiras, aterramentos e cais; e 260 na construção dos armazéns (Brasil, 1908). Essas três evidências históricas demonstram que Walker dispunha, ao mínimo, de mil a dois mil homens para as obras que executava.

Entretanto, o quantitativo nos canteiros de Walker não basta. Fica patente que, embora aquele empreiteiro inglês tenha recebido o primeiro e mais abrangente contrato, não realizou exclusivamente, nem foi a única empresa a atuar na construção do porto. Do *Balanço Contábil* da CFAOPRJ, após dois anos e três meses de atividade, ao final de 1905, extraímos que aquela

repartição havia contratado enquanto “pessoal jornalheiro” e “pessoal provisório” cerca de 1200 trabalhadores avulsos, contratados de forma rotativa e em volumes variáveis diretamente pelo poder público (Brasil, 1905).

O orçamento da estrutura funcional da comissão previa 106 servidores como “pessoal do quadro” para administração e fiscalização das obras. Para efeito de comparação, todo o Ministério de Indústria, Viação e Obras Públicas, excetuando as empresas sob seu controle, contava com 207 servidores no ano anterior (Brasil, 1904), o que nos leva a crer que tamanho aparato de orçamento e pessoal era minimamente compatível com as projetadas funções que cabiam à comissão e demandavam centenas, senão mais de um milhar, de trabalhadores concomitante e diretamente contratados.

Posto isso, não é exagero assegurar que, na maior parte de nosso recorte cronológico, as obras do porto do Rio de Janeiro dispuseram de trabalhadores na ordem dos milhares em diferentes frentes, comandadas por agentes de Estado e empresas privadas, direta ou indiretamente. A contratação de 1200 trabalhadores pela CFAOPRJ, ao longo de 27 meses, antecedendo, portanto, o início formal das obras, demonstra que as atividades preparatórias concernentes aos projetos e planos para destruição/construção do porto já podiam servir para estipulação da forma e composição das relações laborais dominantes nos futuros canteiros de obras. Também é indício do volume de braços requerido para as frentes de trabalho complementares às dos empreiteiros ingleses e promovidas diretamente ou contratadas junto a outros empreiteiros e fornecedores pela comissão.

Ante o já exposto sobre a superexploração da força de trabalho, façamos uma inflexão sobre a vigência da categoria no período aqui analisado. Segundo Luce, a superexploração pode ser encontrada quando a submissão do trabalho ante ao capital é agravada pelo cariz dependente de economias nacionais funcionalizadas em patamares rebaixados pelo centro do capitalismo mundial. Sistema este pensado nos termos de uma totalidade internamente desigual e em que as classes dominantes – estrangeiras e nacionais, consorciadas no caso brasileiro – submetem certos povos (pela força ou através de constrangimentos vários) ao jugo imperialista, com graus diferenciados de dominação e mediação, mas, via de regra, visando mantê-los dependentes e limitados no avanço das suas forças produtivas:

A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida a exploração capitalista nas determinações mais gerais da Lei do Valor, está também, submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando o desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas

condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor (Luce, 2018, p. 155).

Não é demais lembrar que o caso em tela é sobre a destruição/construção de um porto pago pelo fundo público com financiamento – e seus altos encargos – por um banco inglês que condicionou o empréstimo para realização da obra à contratação de uma empreiteira inglesa, sua cliente há muito tempo.

Francisco de Oliveira nos lembra que essas manifestações não se esgotavam no ambiente de trabalho, ou apenas em seus desdobramentos necessariamente, mas se disseminam por toda as dimensões da vida dos trabalhadores. O sociólogo lembra do fenômeno das favelas e a autoconstrução, que demandava mais trabalho em tempo que deveria ser de descanso, como opção recorrente de habitação para classe trabalhadora (Oliveira, 2006, p. 39). Em artigo recente, Pereira (2023) historiciza a questão da ocupação do morro da Providência pelos trabalhadores com as piores condições de trabalho e vida residentes nas proximidades dos seus locais de trabalho, exatamente nas freguesias portuárias.

Vejamos, então, como as obras do porto do Rio de Janeiro reproduziram as desigualdades sociais então estabelecidas, ao ponto da gravidade característica da categoria de superexploração do trabalho. Voltemos ao orçamento da estrutura funcional e ao *Balanço Contábil* da CFAOPRJ para depreender como as desigualdades estavam radicalmente expressas no funcionamento daquele órgão. A estrutura funcional decretada quando da constituição da comissão empenhava-se em pagar 696:440\$000 em salários anuais para o “pessoal do quadro”. Para efeito de comparação, os servidores de todo MIVOP, excetuando as empresas sob seu controle, receberam 358:626\$930 em 1903 (Brasil, 1904). A comissão não era apenas grande, seu corpo técnico deveria ser muito bem remunerado. Ao presidente da comissão, ao diretor técnico e ao diretor gerente estavam previstos, entre “ordenados” e “gratificações”, rendimentos base de 24:000\$000 anuais; já aos serventes da secretaria, tesouraria, contabilidade e demolições estavam previstos salários de 1:440\$000 anuais (Brasil, 1903).

Do *Balanço Contábil* da CFAOPRJ, após dois anos e três meses de atividade, ao final de 1905, a CFAOPRJ havia pagado 1.334:854\$804 em salários do “pessoal do quadro”; enquanto o “pessoal jornalheiro” e o “pessoal provisório” receberam 3.705:064\$086, o que nos faz concluir grave desproporcionalidade, pois haviam apenas 106 sujeitos no “pessoal do quadro”, já os jornalheiros e provisórios eram na ordem de mais de mil trabalhadores. Esses valores totalizavam o número realmente impressionante de 5.039:918\$890 pagos em salários ao longo de 27 meses, um valor mensal médio de 186:663\$662. Estas cifras eram inimagináveis para qualquer empresa privada de grande porte naquele momento. Estes valores significavam

17.3% do despendido pela comissão. Os valores pagos em salários eram a segunda maior rubrica de despesas em seu balanço, destacando-se os valores recebidos por C. H. Walker & C., que já alçavam 7.100:404\$416 (Brasil, 1905).

A primeira constatação a se fazer é que os salários nas obras do porto, nas avenidas, no canal do Mangue e nas demais reformas urbanas eram, via de regra, vistos como mais elevados que nos demais canteiros de obras da cidade. Segundo o semanário *Os Annaes*, com aproximadamente um ano de obras e serviços transcorridos, os empreiteiros ingleses reclamavam dos salários que pagavam aos operários (*Os Annaes*, 18/05/1905, p. 297). A base da argumentação de Walker residia na diferença de câmbio que, apreciado naquele momento face ao momento do ato de primeira contratação dos trabalhadores, valorizava os salários mesmo que mantidos em termos nominais.

Com a inflação relativamente controlada nos primeiros anos das obras, os operários contratados por Walker, em 1904, tiveram módico ganho salarial mesmo sem reajuste nominal. O contrato entre o governo federal e os empreiteiros ingleses vigia recentemente e, nele, haviam algumas poucas restrições para admissões, manutenções e demissões de operários. No entanto, a associação entre a grande quantidade de trabalhadores necessários para consecução de suas atividades, a profusão de obras pela cidade e a própria organização de classe constrangiam momentaneamente o intento dos capitalistas ingleses, que era o seguinte: “Já tentaram reduzir os salários dos operarios, que não gozam de reduçção nas suas despezas de moradia, de vestuario, e reagiram por meio de uma greve” (*Os Annaes*, 18/05/1905, p. 297-298).

Os operários que a reportagem se refere eram canteiros – trabalhadores que talhavam, moldavam e preparavam as pedras de cantaria para o cais – nas oficinas da Ponta da Areia, em Niterói. Durante o primeiro ano de trabalho receberam de 6\$000 a 8\$000 pelo seu “jornal”, o que fazia variar o seu salário anual entre 1:200\$000 e 2:400\$000, dependendo das oportunidades de serviço e da negociação com o patrão. Walker, então, decidiu mudar a forma de cálculo do assalariamento desses operários, passando a oferecer um rendimento por produtividade: 7\$000 por metro de pedras trabalhadas. Os operários exigiam 18\$000 pela mesma tarefa, valor proporcionalmente compatível com o que já eram remunerados anteriormente naquelas oficinas. Ou seja, segundo a comissão de canteiros grevistas, na prática, os empreiteiros ingleses pleiteavam um rebaixamento em seus salários. O argumento do patrão era simples e perverso: a nova forma de remuneração e o valor proposto por tarefa era o que se praticava mais correntemente nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Em meio a esta queda de braço salarial, a Associação de Classe dos Operários em Pedreiras foi ao socorro dos

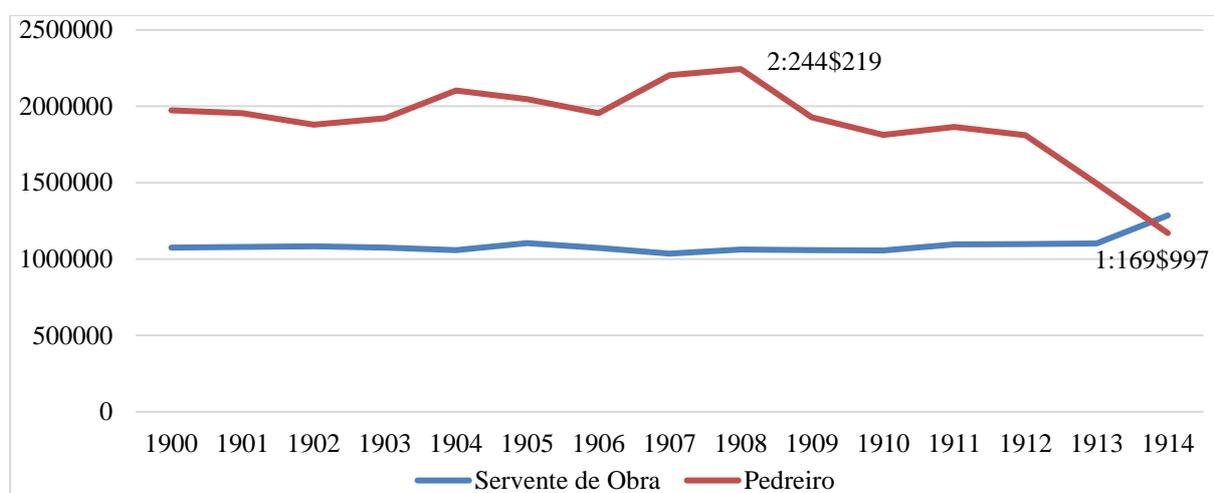
grevistas e comunicou aos jornais que o “movimento paredista” naquelas oficinas havia se generalizado, contanto com mais de 300 operários mobilizados (Jornal do Brasil, 1905, p. 4).

Para pôr os valores discutidos em perspectiva, perscrutemos o assalariamento mais geral de duas categorias profissionais que integravam grande parte da força de trabalho em que se baseou o processo que investigamos. Eulália Lobo nos apresenta o assalariamento nominal e anual de serventes de obras e pedreiros, entre 1900 e 1914, os quais compõe o **Gráfico 1**.

As linhas no gráfico demonstram duas tendências distintas: os serventes de obras não parecem ter sido valorizados em termos nominais, mesmo com a grande oferta de trabalho acarretada pelas reformas urbanas e construção do porto; já os pedreiros, viveram uma valorização não só nominal, mas também real – devido ao fato de que, em todo período, a inflação estava sob relativo controle e os preços variavam pouco, se mantendo abaixo do grande ascenso inflacionário nos últimos anos do século anterior – até o momento de maior atividade construtora nos canteiros do porto e da expansão do mercado de trabalho na construção civil. É fato que a própria comissão pagava ligeiramente melhor que a média salarial, daí depreendemos que os salários praticados por Walker e outros empreiteiros menores eram os de “mercado”. Os salários dos pedreiros se enfraqueceram de acordo com que as obras terminavam e, especialmente, com o encerramento da CFAOPRJ. Segundo os levantamentos de Lobo, o salário nominal, médio e anual dos pedreiros decresceu em 47.8%, entre 1908 e 1914.

No ano em que foi entregue o último armazém é possível notar uma excrescência: os serventes de obras receberam mais que os pedreiros, tendo o acréscimo relevante em seu salário nominal na série. Muito provavelmente, isso se deu porque, naquele momento, os trabalhos de reparos e manutenção de obras novas deveriam ser reforçados.

Gráfico 1: Salários Nominais Médios e Anuais de Serventes de Obras e Pedreiros no Rio de Janeiro (1900-1914)



**Fonte:** LOBO, Eulália. *Historia do Rio de Janeiro: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 804-805.

O subemprego e ocupações de menor qualificação estavam na ordem do dia, o que tinha o significado de rebaixamento nas condições de vida. Portanto, “a competição individual no mercado de trabalho em termos de emergência de novos segmentos profissionais que se formam, em extratos interiorizados, aguça o preconceito de cor ou de “raça” (Moura, 2021, p. 77). A digressão sobre a diferenciação salarial nos ajuda a ilustrar a dinâmica do mundo do trabalho no principal empreendimento do país, que se realizou em sua capital. O autor, inclusive, aponta que a ebulição de preconceitos raciais não se restringe aos negros, visto que eclodem sempre “que grupos profissionais, populacionais ou minorias nacionais procuram vender a sua força de trabalho por preço mais barato do que aquele pelo qual era comprado antes”, uma opressão que deve ser compreendida como “consequência e não causa da disputa do mercado de trabalho” (Moura, 2021).

O fato é que houve notórios avanços nos projetos, nos planos, nas técnicas e tecnologias empregadas na destruição/construção do porto. A incorporação de conhecimento à engenharia nacional que a este processo foi inerente garantiu, em grande medida, grande parte dos ganhos de produtividade não só obtidos pontualmente, mas incorporados ao ramo da construção civil com essa experiência. A promessa de que a criação daquele porto era um resultado promissor para o fortalecimento da economia nacional era fortalecida com os avanços galgados com a própria obra. No entanto, tudo isto não foi o suficiente para que o assalariamento dos serventes melhorasse expressivamente e, ao final das contas, depois de algum ganho, as perdas no assalariamento dos pedreiros foram severas. A primeira manifestação da superexploração – pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor – está, aqui, evidenciada.

Este fato era agravado pelo desrespeito em forma de atraso salarial perpetrado por C. H. Walker & C. Foi possível levantar informações na seção *Queixas do Povo* do Jornal do Brasil que se referem a, no mínimo, quatro ocorrências (09/11/1905; 29/09/1909; 22/12/1909; 29/12/1909) em que trabalhadores de distintas frentes de trabalho expressavam seu descontentamento por essa razão. O natal de 1909 foi perturbador para os empregados por Walker. Através de pedidos de publicação no jornal, apelavam pelo pagamento do seu salário de novembro, vencido há semanas, antes dos festejos de fim de ano (Jornal do Brasil, 1909, p. 11). Ademais, esses sujeitos habitavam uma cidade em franco processo de monopolização e especulação imobiliária. Weid (2017) pontua que uma passagem de bonde das linhas da Rio Light poderia variar, de acordo com o trajeto e com a classe do assento, entre 100 e 500 réis. Já Carvalho demonstra como o peso da habitação se acentuou sugando os parcos rendimentos dos trabalhadores, especialmente a partir da administração municipal de Pereira Passos (Carvalho, 1995).

A situação de fragilidade social e a pobreza patente dos trabalhadores das obras do porto provocaram uma resposta dos empreiteiros ingleses com o intuito de dirimir as consequências de tal situação social que afligiam seus canteiros, especialmente para manutenção de sua vitalidade física e capacidade de trabalho, mas também cumprindo o papel de combater os comportamentos ou práticas consideradas recrimináveis. Para tanto, associado a clérigos metodistas, Joseph Walker viabilizou financeiramente a fundação do Instituto Central do Povo (Brito, 2019).

A segunda manifestação da superexploração – o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais – fica muito evidente na supracitada greve dos operários canteiros das oficinas de Walker na Ponta Areia. Um dos grandes receios do governo federal era que as obras se alongassem e extrapolassem em muito os orçamentos determinados – o que era muito comum em obras públicas naquele tempo e acabou se confirmando para o caso –, especialmente por que os recursos financeiros para consecução das obras foram obtidos através de empréstimos tomados no exterior e por que o porto do Rio de Janeiro ainda era a principal aduana da República (Mantuano, 2022). De forma que a fiscalização do governo se propunha a incidir não só sobre ação dos empreiteiros ingleses, mas também diretamente sobre os funcionários de escritório e operários contratados por Walker. Pela cláusula XXII do contrato entre as partes, a CFAOPRJ tinha a prerrogativa de ordenar a dispensa de qualquer trabalhador, a qualquer momento. A causa de atrasos que mais atemorizava o governo e a empresa eram justamente as greves operárias, isso fica expresso no contrato pela cláusula LIII: caso as paralisações paredistas ocorressem, haveria suspensão automática dos prazos de parte a parte (Brasil, 1904, p. 538-553).

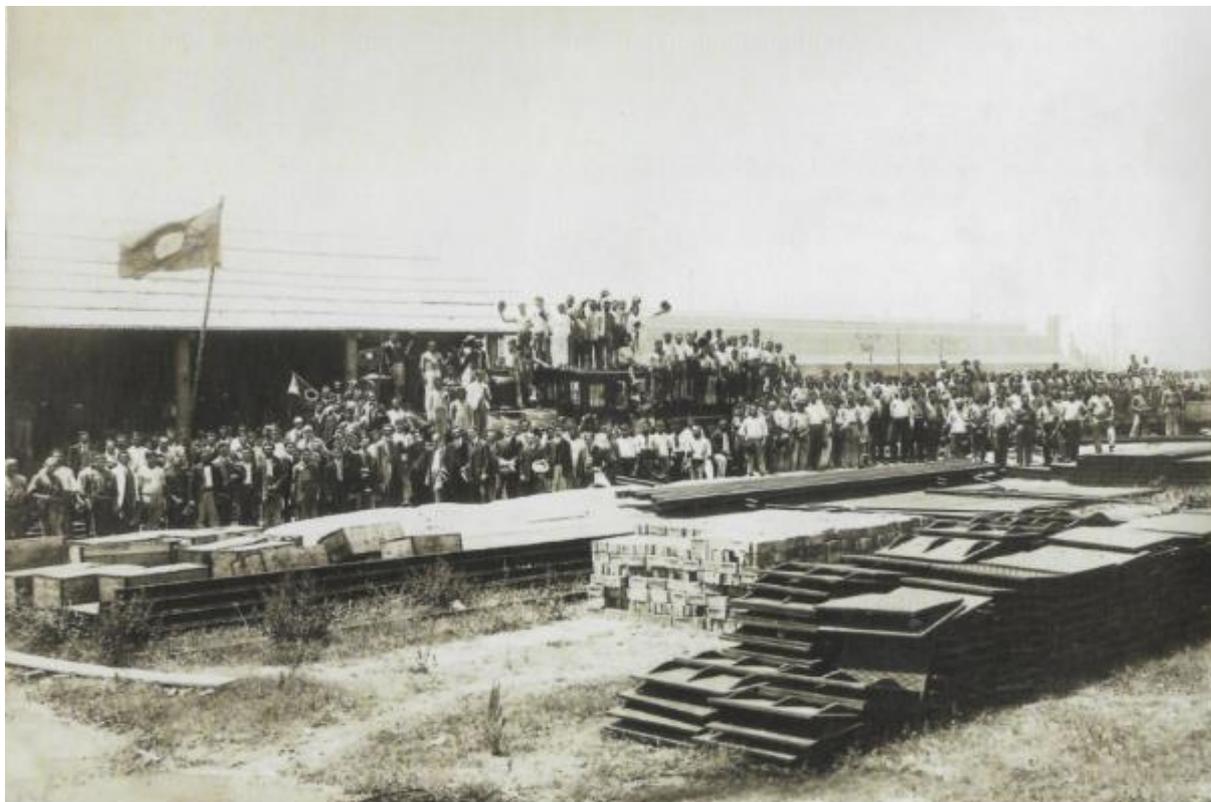
Como já vimos, em maio de 1905, trabalhadores brasileiros e estrangeiros, brancos e negros, cruzaram os braços contra as condições salariais e a imprevisibilidade da jornada de trabalho impostas pelos empreiteiros ingleses. Esses trabalhadores tiveram a oportunidade de forma mais desimpedida por serem contratados em regime perene e terem posição, relativamente aos jornaleiros, de maior força ante ao empregador. Assim noticiava um periódico carioca:

Fomos os primeiros a noticiar a greve do pessoal de canteiros da Ponta da Areia, em Nicheroy, pessoal este pertencente às obras do porto. Deu origem a essa manifestação paredista o facto do sr. Walker, empreiteiro daquelle serviço não se sujeitar a exigencia que seus operarios lhe fizeram do augmento de salario e *delimitação de horas de trabalho* (A Notícia, 29/05/1905, p. 1, grifos nossos).

O movimento grevista foi relatado pelo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas como um estorvo para obras desprovido de legitimidade, da seguinte forma: “O serviço da

dragagem prosseguiu com regularidade durante o ano, tendo sido apenas interrompido, por alguns dias, no mez de junho, devido á coacção exercida por grevistas sobre o pessoal das dragas e batelões de transporte” (Brasil, 1906, p. 570).

Imagem 2: Operários na Inauguração de um Armazém (1908).



305

Fonte: RIO DE JANEIRO (cidade). Série Fotografias. Coleção Augusto Malta. *Operários em Inauguração de Armazém*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1908 [circa].

A fundação do Centro Internacional dos Pintores, em 1902; da Associação de Classe União dos Pedreiros, em 1903<sup>3</sup>; da Sociedade de Carpinteiros e Artes Correlativas, em 1903; da Associação de Classe dos Operários em Pedreiras, em 1905<sup>4</sup>; a interação e a participação destas na fundação da Federação das Associações de Classe, em 1905, (Batalha, 2009; Goldmacher, 2009) demonstram que o momento de radicais transformações vivido no Rio de Janeiro demandava uma resposta organizativa a altura por parte da classe trabalhadora, e isto fazia parte do seu próprio processo de formação.

Na pose produzida por Augusto Malta<sup>5</sup>, dezenas de trabalhadores se aglomeram frente a um dos armazéns quando da sua inauguração. A **Imagem 2** foi selecionada por privilegiar os

<sup>3</sup> Organização de carácter beneficente e de luta por melhoria nas condições salariais e de trabalho, especialmente na reivindicação por “colocação” de sócios em postos de trabalho e pelo disciplinamento das oito horas de trabalho diárias (Batalha, 2009, p. 183).

<sup>4</sup> Meses antes da renhida greve dos canteiros da oficina de C. H. Walker & C. na Ponta da Areia.

<sup>5</sup> Augusto Malta foi o primeiro fotógrafo da administração municipal do Rio de Janeiro, contratado pelo prefeito

reais construtores do porto, nela fica patente o elemento humano que dava vida àquelas obras e as relações raciais inerentes ali inerentes. Pouco importava ao autor os materiais para/de construção acumulados no pé da imagem, um telheiro improvisado à esquerda, ou o veículo sobre o qual os trabalhadores se acumulavam para deixar flagrar-se. Nesta imagem, Malta decidiu reunir os trabalhadores das obras do porto num plano geral em que o humano ganha relevância por seu acúmulo em volume apreciável – cerca de cem pessoas – e, muito provavelmente em contrapartida deste intento, os operários devem ter visto a oportunidade de exibir a bandeira da União dos Pedreiros, como é possível constatar no alto e à esquerda de quem visualiza a foto. Aproximada e detalhada, a fotografia demonstra uma maioria de negros posados para imagem produzida por Malta, o que reforça sua participação não só na esfera produtiva do empreendimento, mas também, supomos, na construção dos instrumentos de luta da classe trabalhadora ali conformada.

A criação de organizações das categorias da classe trabalhadora era medida de proteção necessária ante ao quadro que expunha os trabalhadores a condições tais de intensidade no trabalho que lhes eram ofensivas a sua própria integridade física e elevavam o risco de vida naqueles canteiros de obras.

A terceira manifestação da superexploração – o aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais – pode ser vislumbrada a partir de informações tão simples quanto o registro factual de que a temperatura máxima registrada na cidade, em 1908, chegou a 37 graus celsius na sombra; e a umidade relativa do ar média, entre 1904 e 1911, era de 77% (Rio de Janeiro, 1914, p. 33-47). É possível especular que em canteiros de obras, oficinas e pedreiras a sensação térmica era ainda mais penosa para o exercício de atividades que necessitavam de intenso desempenho, com agilidade e grande força física. O quadro se mostra ainda mais grave quando nos deparamos com a informação que centenas deles residiam alojados em barracões em pleno canteiro de obras, na Ilha das Moças (Jornal do Brasil, 1906, p. 3).

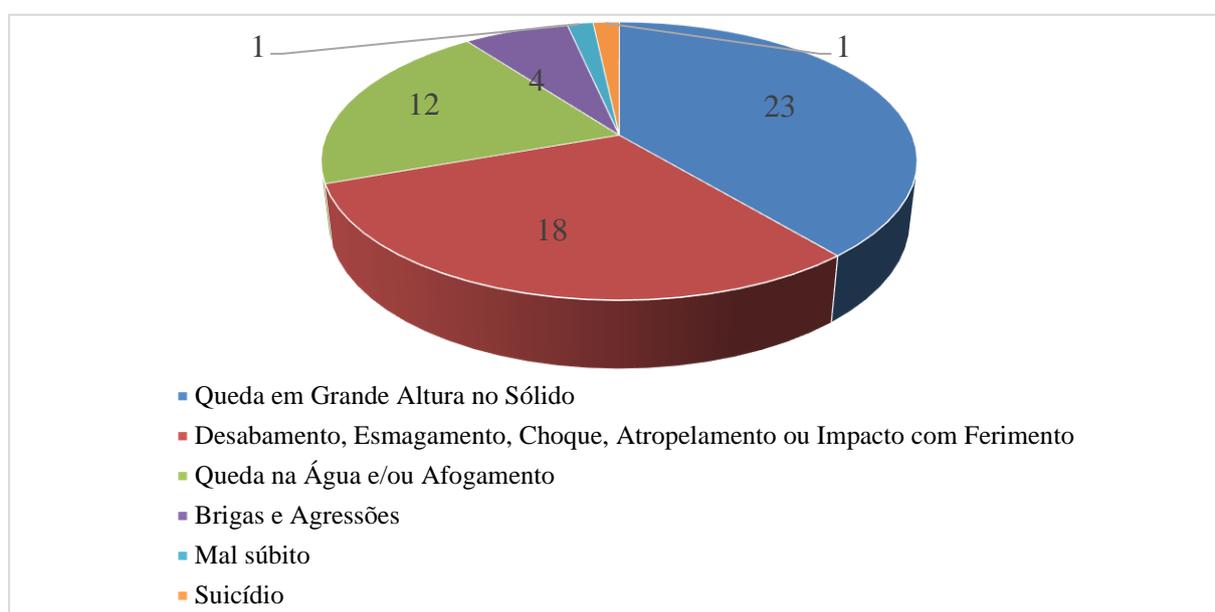
O levantamento de informações em outras seções do Jornal do Brasil – *Desastre e Morte; Desastre; Suicídio; Santa Casa, Posto de Assistência Municipal, Afogados e Agressões* – colaboram com o entendimento da dura, precária, tensa, arriscada e insalubre realidade dos trabalhadores das obras do porto. Nestas colunas do jornal que, reiteradamente, abria suas

---

Francisco Pereira Passos para fotografar as reformas e obras de urbanização do Rio de Janeiro, iniciadas em 1903. Fotógrafo da municipalidade por mais de trinta anos (1903-1937), Malta atuava comprometido com projetos que privilegiavam o urbano em suas lentes, informando com suas imagens aquilo que os poderes federal e municipal queriam difundir a partir de sua visualização. As suas fotografias colaboravam com a imagem que estes poderes gostariam de construir da emergente metrópole brasileira - a segunda maior cidade do Hemisfério Sul -, procurando eternizar um Rio de Janeiro idealizado e em constante processo de “melhoramento” (Silva 2018). As imagens captadas por Malta, são pertencentes ao acervo do Arquivo Geral da da Cidade do Rio de Janeiro.

páginas para denúncias a respeito daquelas obras, conseguimos identificar 59 casos de infortúnio, negligência e violência nas frentes de trabalho da destruição/construção do porto do Rio de Janeiro. A maioria dos casos (39) não tinham o local da ocorrência especificado, simplesmente sendo noticiado como acontecido nas “obras do porto”, mas alguns casos eram relatados em aparelhos flutuantes (5), caixões (4), andaimes (3), oficinas (3), pedreiras (3), embarcações (1) e trilhos (1). O gráfico a seguir demonstra a distribuição entre as motivações para as ocorrências relatadas nos 59 casos levantados, em que se pode aduzir as condições objetivas em que desempenhavam os trabalhos necessários para consecução das tão relevantes obras portuárias.

Gráfico 2: Motivações para as Notícias Trágicas e/ou Violentas nas Obras do Porto (1904-1914).



Fonte: Elaboração própria com base em: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, [vários números], 1904-1914.

Estes 59 casos envolviam 71 homens diretamente atuantes nas obras do porto, dos quais 67 podem ser apontados como operários ou trabalhadores. A maioria dos homens era categorizada genericamente (66), mas em alguns poucos casos (5) foram reconhecidos como pedreiros, pintor, guarda-freio e engenheiro. Destas 71 pessoas, a maioria não tinha nacionalidade expressa (36), mas 22 eram portugueses, 6 “nacionais” ou brasileiros, 5 espanhóis e 2 italianos, o que confirma a relevante presença de estrangeiros naquelas obras. A média das idades declaradas era relativamente elevada, de 37 anos. No entanto, apenas 14 desses sujeitos tiveram a cor suscitada: 8 pretos, 5 pardos e 1 branco. Estas informações nos impõem, novamente, a evidência da existência de negros naquelas obras portuárias e, ainda mais, nos obriga a ressaltar a prática da distinção racial quando havia a necessidade de assinalar eventos com consequências infelizes ou funestas.

Dos 71 sujeitos que constam nas notícias deste levantamento, 42 tiveram o registro do seu falecimento na própria nota do jornal. Conforme o caso de um trabalhador português que faleceu instantaneamente por uma queda em grande altura no sólido:

#### DESASTRE E MORTE NAS OBRAS DO PORTO

Trabalhador nas obras do porto, na ilha das Moças, Jose Francisco Joaquim, de nacionalidade portuguesa, 33 anos de idade, casado e morador à praia Formosa, foi hontem victima de um desastre que lhe resultou a morte. Estava elle em um dos grandes andaimes ali existentes, quando caiu de grande altura, morrendo instantaneamente. Pelo dr. Azevedo Amaral, médico das obras, foi constatada a morte do infeliz trabalhador, cujo cadáver foi transportado para a casa de sua residência (Jornal do Brasil, 07/05/1905, p. 6).

O relatório apresentado por Lauro Muller sobre aquele ano lamentava a morte de um dos funcionários do quadro da CFAOPRJ, após ser “victima de uma queda”. Entretanto, colocava o óbito noticiado pelo Jornal do Brasil em meio ao quantitativo de “acidentes” ocorridos nas obras da C. H. Walker & C. naquele ano, mesmo sem registrar a consequência funesta de, ao menos, um destes:

Os acidentes havidos nos trabalhos da empresa, durante o anno findo, foram em numero de quatro, sendo dous no aparelho n. 1 e dois no aparelho n. 2, e motivados por quedas de operários dentro ou fora da enseccadeira.

A Comissão teve igualmente de registrar a dolorosa perda de um de seus auxiliares, o tenente Dr. Aristides Ferreira Bandeira, victima de uma queda na noite de 30 de novembro, de cujas concequencias veio a falecer a 3 de dezembro (Brasil, 1906, p. 577).

Para entendermos o caráter diverso da periculosidade a que estavam expostos os trabalhadores, optamos por reproduzir a chocante morte do brasileiro e pardo Antônio Mendes: “[...] na ocasião em que trabalhava como guarda-freio em um comboio de aterro, cahiu no leito da linha de modo tão desastrado que foi colhido pelas rodas dos “wagons” ficando cortado ao meio” (Jornal do Brasil, 10/02/1909, p. 5, grifo nosso). As quedas na água aconteciam devido aos operários serem atingidos, arremessados ou terem se desequilibrado de flutuantes e embarcações, como se pode ver na **Imagem 3**. Na maior parte das vezes também redundavam em falecimentos, como no caso do português José Reis que se desequilibrou de uma chata e acabou por perecer afogado, mesmo com os esforços de seus companheiros para salvá-lo (Jornal do Brasil, 23/12/1907, p. 5).

O trabalho de menores de idade na destruição/construção do porto do Rio de Janeiro é outra dimensão da realidade que as notícias nos revelam. O Correio da Manhã noticiou que as crianças brasileiras José Firmino e Durão foram às vias de fato, após acalorada discussão, enquanto laboravam na Ilha das Moças. Após luta corporal, “Durão desvencilhando a mão direita puxou de uma faca e cravou-a nas costellas, do lado esquerdo, de Firmino. Este baqueou exangue, e o aggressor evadiu-se” (Correio da Manhã, 08/08/1906, p. 3). No entanto, as brigas

e agressões mais comuns eram entre trabalhadores e seus chefes imediatos, como no caso de Ignácio que agrediu o encarregado José Augusto da Fonseca com uma pá (Jornal do Brasil, 07/06/1908, p. 5).

Trabalhar nas obras do porto era arriscado. Havia um certo reconhecimento das autoridades públicas a esse respeito. Em Niterói, o delegado de polícia Nascimento Silva resolveu interpelar Joseph Walker no sentido de “acautelar” a vida dos operários nas oficinas da Ponta Areia face aos “constantes desastres” lá ocorridos (Jornal do Brasil, 10/10/1906, p. 3).

Imagem 3: Posição de uma Ensecadeira Quando Locada (1904-1911[?]) – Recorte.



309

Fonte: RIO DE JANEIRO (estado). Coleção Fotográfica de Emygdio Ribeiro. *Álbum das Obras do Porto do Rio de Janeiro (1913)*. Posição de uma ensecadeira quando locada. Localização: 025. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1904-1911[?].

Emygdio Ribeiro<sup>6</sup> procurava registrar a grandiosidade dos flutuantes – enquanto componentes infraestruturais das obras – no trabalho de construção do cais, mas, conforme é

<sup>6</sup> Emygdio Ribeiro era engenheiro de ofício, funcionário público na carreira pela Prefeitura do Distrito Federal desde a década de 1890, sendo cedido ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, passou a exibir suas habilidades técnicas de fotógrafo em Niterói, por suas relações políticas, e isso passou a ser instrumentalizado em seu ofício de origem (Turazzi 2012). O compromisso das imagens produzidas por Ribeiro era com a engenharia, a posição técnico-política dos engenheiros no contexto republicano e os frutos de suas atividades. Esse compromisso pôde ser acentuado devido ao fato de que, em meio ao trabalho de fotógrafo da CFAOPRJ, ele se aposentou das

possível se constatar na **Imagem 3**, acabou flagrando as arriscadas posições em que os trabalhadores eram aglomerados e se deslocavam, na muralha e na própria ensecadeira. Além da precariedade de certos veículos e materiais empregados nas técnicas construtivas, é possível ver além do que o engenheiro-fotógrafo gostaria de eternizar: os sujeitos brancos, em posição e vestimentas de autoridade ou mesmo os caracteristicamente operários, olham diretamente para câmera e posam para fotografia; já o trabalhador negro em uma embarcação mais próxima da ensecadeira sequer posiciona seu rosto de frente para câmera no momento da produção da imagem.

A postura deste trabalhador negro é, minimamente, manifestação de quem não sabe ou não se importa com o registro fotográfico. Talvez o fizesse por ter questões mais graves para se preocupar. Para se ter uma ideia, apenas em 1908, o consultório médico das CFAOPRJ realizou 2695 curativos, 160 consultas e 50 visitas à domicílio (Brasil, 1909, p. 327).

Hoje, é difundido que o trabalho em câmaras comprimidas acarreta diversos riscos à saúde de quem labora em tais condições, ainda mais se 1- a exigência física for grande; 2- se a calibragem da compressão for desmedidamente alta; 3- se as jornadas forem demasiadamente longas; 4- se não houver nenhuma proteção individual, especialmente a auricular, devido ao grande ruído das máquinas de ar comprimido; 5- se não houver a necessária decompressão em câmara específica e repouso (Hachich et al, 2008, p. 402). Toda extensão dos 3355 metros lineares de cais foi realizada pela técnica de caixão perdido a ar comprimido, dentro de onde os trabalhadores nivelavam, limpavam e terminavam de dessecar o leito submarino para que este recebesse os volumes de pedra e o concreto componentes da fundação.

Em nenhuma das fontes compulsadas percebe-se qualquer procedimento ou preocupação para preservação da saúde dos trabalhadores, não há qualquer menção ao pós-trabalho nos caixões mantidos a ar comprimido. Ao contrário, as jornadas escorchantes e imprevisíveis, as tarefas cada vez mais exigentes e arriscadas, e a premência de entregar a obra nos prazos contratados corroboram com a avaliação no sentido contrário.

O ambiente de trabalho nas obras do porto pode ser caracterizado como insalubre por suas condições materiais, sendo agravadas pelas condições ambientais dos locais em que estavam instaladas. Um indício disto é a notícia que dá conta do falecimento de um trabalhador preto que não teve a identidade reconhecida e foi encontrado morto, às portas de um barracão das obras do porto. O homem aparentava ter 70 anos de idade, estava vestido e foi encontrado

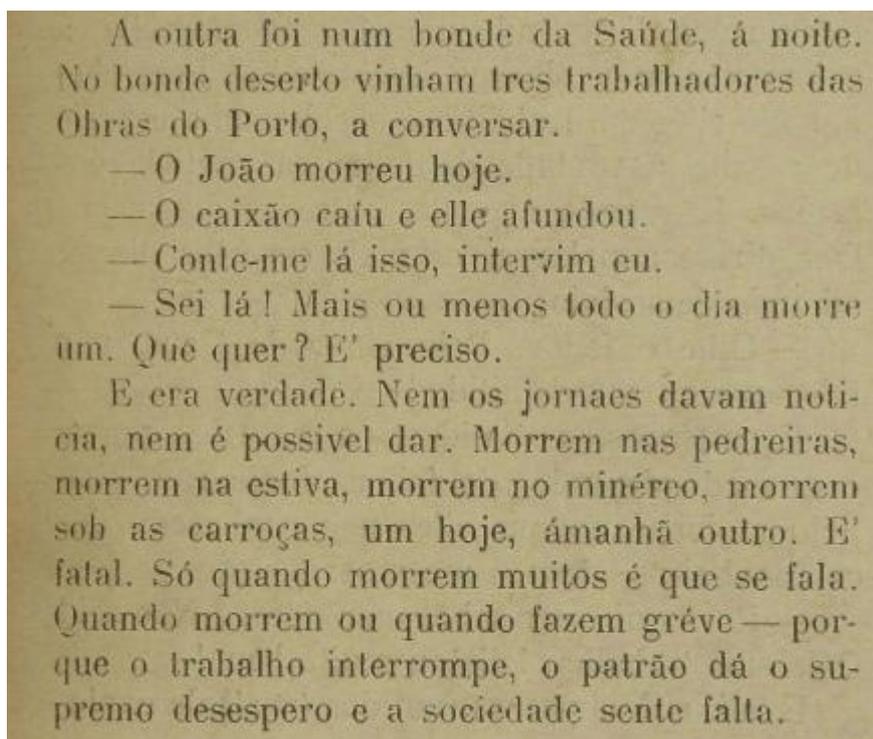
---

suas atividades na Prefeitura do Distrito Federal e, assim, pôde dedicar sua larga experiência como engenheiro e grande habilidade como fotógrafo exclusivamente às obras do porto do Rio de Janeiro.

caído no chão, às 14 horas. Ao Jornal do Brasil, o inspetor daquela circunscrição especulava a causa da morte: “[...] não aparentava ferimentos nem contusões, parecendo tratar-se de um caso de insolação” (Jornal do Brasil, 11/12/1905, p. 2).

As mortes nas obras do porto tornaram-se assunto corriqueiro e, como tudo que corria pelas ruas da cidade, acabaram tendo lugar na crônica de João do Rio.

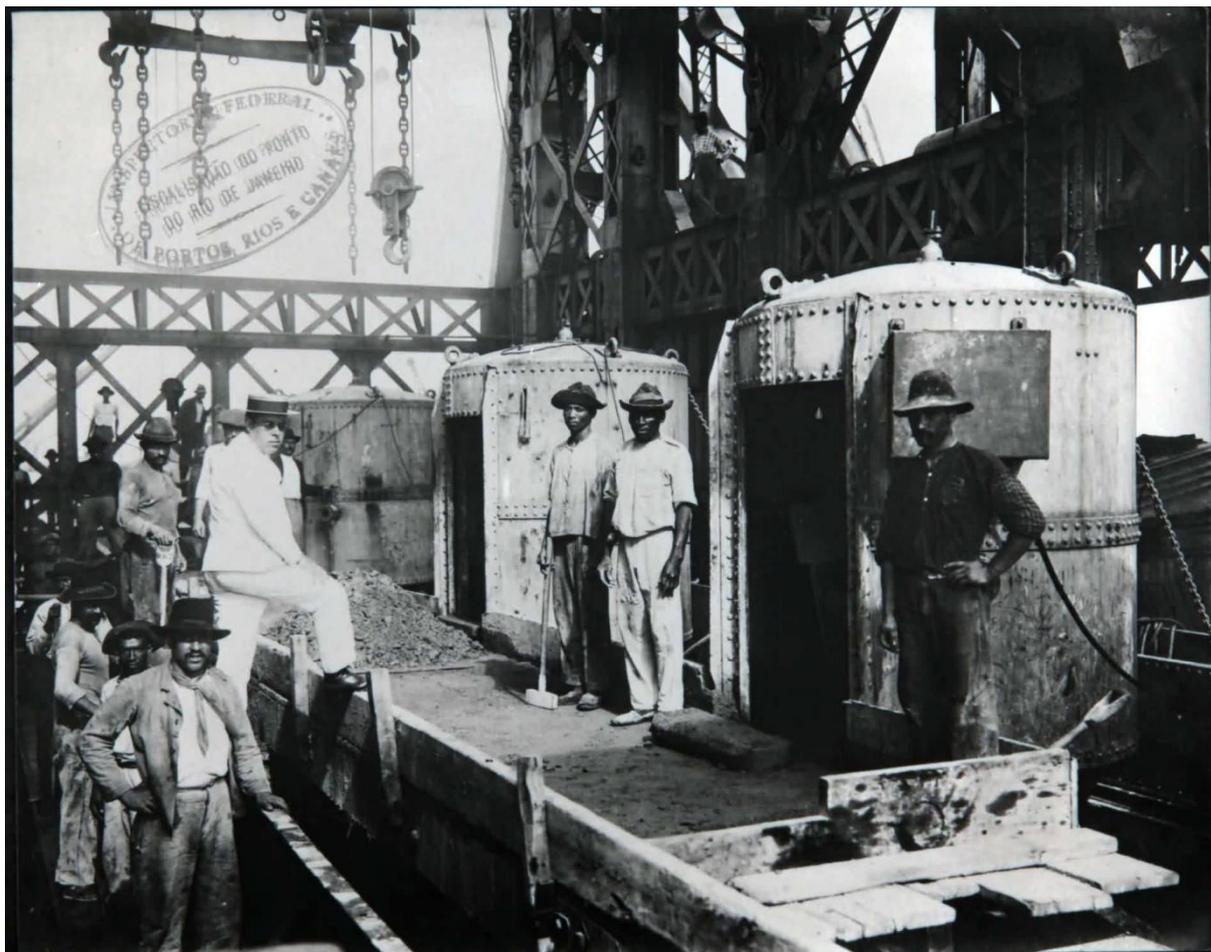
Imagem 4: Trecho de “Os Humildes”, Crônica de João do Rio (1909).



Fonte: RIO, João do. *Cinematographo (Chronicas Cariocas)*. Porto: Lello & Irmão, 1909, p. 197.

O nível rebaixado das condições em que determinado grupo social e/ou racial vende sua força trabalho, o que se configura em disputa no mercado contra outros agrupamentos nacionais e/ou raciais (minoritários ou não) é um aspecto já mencionado por Moura como parte da equação que redundava na difusão do preconceito de racial. Sendo este uma consequência e não a causa da disputa no mercado de trabalho. Portanto, agudizar os conflitos no mundo do trabalho, ainda que por ocupações laborais degradantes, possibilita uma pressão negativa no valor da força de trabalho. Logo, patrões e empresários dos diversos ramos se favoreciam com a opressão racial por poder remunerar de forma mais barata, exigir jornadas mais longas e mais intensas dos agrupamentos já oprimidos, o que aqui apontamos ser o caso dos trabalhadores negros.

Imagem 5: Trabalhadores em Frente as Campânulas no Interior de uma Ensecadeira Flutuante (1904-1911[?]).



Fonte: MINAS GERAIS (estado). Coleção Nelson Coelho de Senna. *Operários no Interior de um Flutuante Usado na Construção do Cais do Porto da Cidade do Rio de Janeiro*. Localização: NCS-137(42). Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1904-1911[?].

O descaso com as vestimentas, a inexistência de qualquer proteção individual, as arriscadas formas de trânsito e a própria constituição material precária das embarcações, flutuantes e canteiros de obras onde os trabalhadores laboravam, corroboram com a avaliação de que naqueles canteiros grassava a superexploração do trabalho. A **Imagem 5** não foi selecionada para compor o *Álbum das Obras do Porto do Rio de Janeiro (1913)* (Turazzi, 2012), mas é parte de uma coleção de cópias encontradas no acervo do deputado mineiro Nelson Coelho de Senna. A fotografia excluída do álbum que deveria ser eternizado mostra aquilo que sustentamos: trabalhadores negros posam ao lado da campânula que coroava o mecanismo a ar comprimido, alguns deles seguram ferramentas de trabalho; ao seu lado, todo de branco, de chapéu e sapatos, provavelmente um engenheiro da empreiteira executora ou da fiscalização governamental. Este avanço técnico era fundamental para realização da obra conforme projetada, mas contrasta com a precariedade das condições materiais de trabalho e, fundamentalmente, as condições pessoais em que os trabalhadores se apresentam na imagem.

A vulnerabilidade social destes trabalhadores era instrumentalizada para forma como se davam as relações de trabalho nas obras portuárias. É importante pontuar que as relações laborais eram tensas e problemáticas em todo processo de destruição/construção do porto, não apenas nas partes sob o comando de C. H. Walker & C. A própria condução pelos engenheiros da CFAOPRJ era questionada, como se vê na seguinte notícia:

Os operários das Obras do Porto, destacados na secção da Avenida do Manguê, queixam-se de que lhes são infligidos máos tratos por um engenheiro das respectivas obras, sem que dêem motivos para tal procedimento. Dizem os reclamantes que quando não se submettem às desarazoadas ordens do engenheiro, são espancados e demitidos (Jornal do Brasil, 20/12/1909, p. 7, grifos nossos).

Os episódios de abuso nas relações laborais se tornaram mais recorrentes e graves após alguns anos de obras decorridas. Quanto mais se avança no recorte cronológico, mais é possível se deparar com casos de conflitos comuns do cotidiano da construção civil que passaram a redundar em suspensões e demissões. Em 1909, Benedicto Medina foi levado ao extremo após desmoralização aberta e suspensão aplicada pelo seu superior por chegar ao trabalho embriagado. Ao chegar em casa, o trabalhador ingeriu grande quantidade de ácido fênico e foi encontrado morto por seus vizinhos (Jornal do Brasil, 17/07/1909, p. 6).

A realidade é que os casos acima relatados demonstram um progressivo distanciamento dos produtores diretos dos resultados de seu trabalho. Conforme os primeiros metros de cais eram consolidados, tomava forma o porto do Rio de Janeiro e os operários que o construíram passaram a ser, gradativamente, afastados. Quanto menor era a demanda por trabalho naquelas obras, mais rígidos e abusivos eram os encarregados, bem como menores eram os salários.

Munidos dessas informações, é possível avaliar a quarta manifestação da superexploração da força de trabalho: o distanciamento histórico moral do valor da força de trabalho daquilo que, efetivamente, os trabalhadores tinham acesso. É evidente que o funcionamento do porto construído por aqueles operários permitiria o Rio de Janeiro continuar a receber um sem-número de mercadorias a serem consumidas na cidade e/ou integrarem a produção e circulação de outros bens e serviços produzidos e instalados na capital. A promessa era que ao novo porto se garantiria capacidades superiores com aquela obra, ao ponto de (re)atrair o comércio e pessoas em novo, diversificado, adequado e revigorado fluxo. Os contornos da greve dos operários na Ponta da Areia demonstram que, ao menos uma parte deles, tinham consciência da envergadura do que participavam.

Prometeu-se àqueles operários não apenas o seu parco salário, mas que eles seriam “os legítimos donos da extraordinária festa” – nas palavras da reportagem de O Malho – e que

aquela obra pública retornaria em melhores condições para vida de todos. Certamente que as coisas que passaram a frequentar aquele cais mudaram o senso comum na dimensão do consumo, inclusive na classe trabalhadora, introduzindo novos gostos e necessidades gerais. Deixamos um questionamento aos leitores: é possível asseverar que aqueles trabalhadores – os “legítimos donos” – participaram dos louros obtidos com a construção do porto – aquela “extraordinária festa”?

### Considerações finais

Acreditamos que a reflexão contida nessas páginas possa avançar no destrinchar da história social do trabalho no Brasil, principalmente por dar rosto e voz aos trabalhadores que construíram a riqueza nacional. A ênfase dada aos trabalhadores negros ocorre justamente por estes serem, de forma recorrente, omitidos da trajetória de conformação da classe trabalhadora em nosso país. A opção por utilizar o porto do Rio tem relação direta com a relevância desse empreendimento, o detalhar documental, das imagens e dados nos ajudam a definir a presença marcante dos trabalhadores negros nessa iniciativa.

Ressaltamos, tal qual exposto anteriormente, a participação efetiva desses sujeitos, homens e mulheres, no fazer-se da classe trabalhadora no Brasil. Um traço que se realiza não somente na venda da força de trabalho no pós-abolição ou no trabalho e presença massiva no aparato produtivo, mas principalmente pela experiência de classe acumulada e desenvolvida nas trajetórias de lutas e resistências. As greves e organizações operárias vinculadas às obras do porto não surgiram por mera espontaneidade ou uma iluminação mágica, a herança de classe foi responsável direta por impulsionar aqueles trabalhadores na defesa de melhores condições de vida e trabalho. Temos, assim, a constatação da população negra como protagonista dos enfrentamentos de classe.

Obviamente, os trabalhadores do porto não se restringiam aos negros. E essa diversidade de sujeitos é mencionada para abordar a complexidade da conformação da classe trabalhadora brasileira. Apontar este fato está longe de ser uma intenção de reduzir a potencialidade da sua participação ou retirar de cena a opressão racial. Pelo contrário, auxilia na demonstração de como a relação entre nacionais (brancos, negros e descendentes diversos) e estrangeiros (portugueses em sua maioria) foi corroída pelo racismo. O que se origina como disputa por espaço no mercado de trabalho, algo presente na sociabilidade capitalista, uma busca por melhores possibilidades para vender sua força de trabalho, passa a ser introjetada pela opressão racial. Uma ideologia de dominação que não fica isolada nos atos individuais, mas que se reflete

em mecanismos de barragem social e em última instância no rebaixamento das condições de vida e trabalho.

Buscamos aqui analisar a obra do porto e as relações entre seus trabalhadores – em toda sua complexidade – enquanto um laboratório do que viria se tornar o conjunto das relações laborais e raciais no Brasil. Conforme apontado na presente reflexão, um empreendimento dessa magnitude não ficou alheio à dinâmica de nossa formação econômica e social. Portanto, percebemos ali as marcas da dependência e de seu traço mais marcante: a superexploração da força de trabalho. E que dada a vigência estrutural do racismo em nossa sociedade, é por isso agudizada em um sentido negativo.

### Referências bibliográficas

- AFOGADOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, [vários números], 1904-1914.
- AGGRESSÕES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, [vários números], 1904-1914.
- ALBUQUERQUE, Marli. *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920)*. Tese (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANJOS, Gabriele dos. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 41, p. 103-118, 2013.
- BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A Renovação Urbana do Rio de Janeiro no Início do Século XX*. Jaime Larry Benchimol. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.
- BATALHA, Claudio. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- BRASIL. *Coleção das Leis da República do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903-1914.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Caixas e Códices (GIFI). *Documentação Sobre Portos*. Localização: código 4B-429. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1905, 1908.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Proposta e Relatório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905-1909.
- BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Proposta e Relatório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910-1915.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Proposta e Relatório. Contracto entre o Governo Federal e C. H. Walker & Comp., Limited, com sede em Londres, para execução das obras de melhoramento do porto do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904, p. 538-553.
- BRASIL. Presidência da República. *Decreto 5.031 de 10 de Novembro de 1903. Approva o Regulamento da Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/407153/publicacao/15799982>. Acesso em: 28 de junho de 2023.
- BRITO, Eduardo Cesar Valuche. *Hugh Clarence Tucker e o Instituto Central do Povo no Rio de Janeiro: os metodistas na construção da república brasileira (1866-1915)*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2019.

- CARVALHO, Lia de Aquino. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- DESASTRE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, [vários números], 1904-1914.
- DESASTRE e Morte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, [vários números], 1904-1914.
- DESASTRE e Morte nas Obras do Porto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 127, p. 6, 07 mai., 1905.
- FACADA entre Menores na Ilha das Moças. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 1853, p. 3, 1906.
- FACTOS Economicos. *Os Annaes. Semanario de Litteratura, Arte, Sciencia e Industria*, ano 2, n. 31, p. 297-298, 18 mai., 1905.
- FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. *Superexploração e Racismo no Brasil: diálogos e questões*. Curitiba: Editora Appris, 2022.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Globo, 2008.
- FERREIRA, Gracyelle Costa. *Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- FOMOS os primeiros a noticiar a greve [...]. *A Notícia*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 129, p. 1, 29 mai., 1905.
- GÓES, Weber Lopes. *Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. São Paulo: LiberArs, 2018.
- GOLDMACHER, Marcela. “A “Greve Geral” de 1903: O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- HACHICH, Waldemar et al. *Fundações: Teoria e Prática*. São Paulo: Pini, 2008.
- HONORATO, Cezar Teixeira. Os Afrodescendentes e a Comunidade Portuária do Rio de Janeiro do final do século XIX ao início do XX. *Revista Crítica Histórica*, v. 13, p. 1-20, 2016.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu. *Dos Trapiches ao Porto: um Estudo Sobre a Área Portuária do Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991.
- LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- LOBO, Eulália. *Historia do Rio de Janeiro: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LUCE, Mathias Seibel. *Teoria Marxista da Dependência: problema e categorias - uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MANTUANO, Thiago. *A Construção do Porto do Rio de Janeiro: Do Capital Comercial ao Capital Financeiro e Industrial*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2022.
- MANTUANO, Thiago; OLIVEIRA JUNIOR, Alcidesio; HONORATO, Cezar Teixeira. Comunidade Portuária do Rio de Janeiro (1870-1920). In: Hurtado, Manuel Reyes García e Castela, Ofelia Rey. (Org.). *Fronteras de Agua: Las Ciudades Portuarias y su Universo Cultural (Siglos XIV-XXI)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2016, p. 469-484.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: Traspadini, Roberta e Stedile, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.

- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto 2008.
- MENEZES, Lená Medeiros. *Os Indesejáveis: Protesto, Crime e Expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- MINAS GERAIS (estado). Coleção Nelson Coelho de Senna. *Operários no Interior de um Flutuante Usado na Construção do Cais do Porto da Cidade do Rio de Janeiro*. Localização: NCS-137(42). Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1904-1911[?].
- MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.
- MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.
- OBRAS do Porto: Uma Festa Memorável Realizada em 29 de Março de 1904. *O Malho*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 81, p. 19, 02 abr., 1904.
- OFFICINAS Walker. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p. 2, 09 mai., 1905.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: Uma Interpretação Teórica da Economia da República Velha no Brasil. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Da Providência à Favela: os trabalhadores e a ocupação de um morro da região portuária do Rio de Janeiro (1856-1901). *Revista de História*, São Paulo, n. 182, p. 1-28, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/201510>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.
- POSTO de Assistência Municipal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, [vários números], 1904-1914.
- QUEIXAS do Povo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, [vários números], 1904-1914.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Niterói: EDUFF, 2017.
- RIO, João do. *Cinematographo (Chronicas Cariocas)*. Porto: Lello & Irmão, 1909.
- RIO DE JANEIRO (cidade). Série Fotografias. Coleção Augusto Malta. *Operários em Inauguração de Armazém*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1908 [circa].
- RIO DE JANEIRO (cidade). *Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal, 1906)*. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.
- RIO DE JANEIRO (estado). Coleção Fotográfica de Emygdio Ribeiro. *Álbum das Obras do Porto do Rio de Janeiro (1913). Posição de uma enseccadeira quando locada*. Localização: 025. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1904-1911[?].
- SANTA Casa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, [vários números], 1904-1914.
- SILVA, Angela Ferreira da. *Crônicas pungentes. O Rio de Janeiro da "Reforma Passos" (1902-06) na fotografia de Augusto Malta*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889-1930. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SUICÍDIOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, [vários números], 1904-1914.
- TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão. Trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EdUSP, 2011.
- TURAZZI, Maria Inez (Org.). *Um porto para o Rio: imagens e memórias de um álbum centenário*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

- VALENCIA, A. S. As mediações da superexploração do trabalho na teoria marxista da dependência. *Temporalis*, 23(45), p. 17–31, 2023.
- VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Virando o Jogo: Estivadores e Carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- WEID, Elizaneth von der. *Chegada e Expansão da Light no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa; 7 Letras, 2017.

# O homem para todas as estações: irracionalismo e neokantismo na sociologia de Max Weber

Man for all seasons: irrationalism and neo-Kantianism in  
Max Weber's sociology

Gabriel Magalhães Beltrão\*

**Resumo:** A sociologia de Max Weber emerge em uma Alemanha em que o irracionalismo era uma perspectiva ideológica muito forte. Deste ambiente intelectual marcado pelo pessimismo cultural (Löwy) o sociólogo de Heidelberg não passou incólume: na esteira de Georg Lukács, busca-se apresentar neste artigo as raízes irracionais do pensamento weberiano, sua conexão com o universo ideológico profundamente subjetivista e fatalista da Alemanha na fase imperialista. Entretanto, tais raízes do pensamento de Weber não se desenvolveram a ponto de impedir de erigir uma epistemologia que enaltece a razão e a ciência, afastando-se em certa medida, do pensamento mítico e escapista do irracionalismo alemão. O autor é apresentado como uma bela síntese da “Cabeça de Janus” que caracteriza o pensamento burguês da decadência (Coutinho), um “homem para todas as estações” (Mészáros), capaz de sintetizar no seu corpus teórico o irracionalismo e a razão lógico-formal, o niilismo e a resignação heroica da vida na sociabilidade burguesa.

**Palavras-chaves:** Irracionalismo; Razão formal; Decadência ideológica.

**Abstract:** Max Weber's sociology emerged in a Germany where irrationalism was a very strong ideological perspective. From this intellectual environment marked by cultural pessimism (Löwy), the Heidelberg sociologist did not pass unscathed: in the wake of Georg Lukács, this article seeks to present the irrationalist roots of Weber's thought, its connection with the deeply subjectivist and fatalist ideological universe of Germany in its imperialist phase. However, these roots in Weber's thinking did not develop to the point of preventing him from erecting an epistemology that praises reason and science, moving away to a certain extent from the mythical and escapist thinking of German irrationalism. The author is presented as a beautiful synthesis of the "Head of Janus" that characterizes bourgeois thought of decadence (Coutinho), a "man for all seasons" (Mészáros), capable of synthesizing irrationalism and logical-formal reason, nihilism and the heroic resignation of life in bourgeois sociability in his theoretical corpus.

**Keywords:** Irrationalism; Formal reason; Ideological decadence.

\* Doutorando em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social/UFAL, mestre em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais/UFAL, graduado em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais/UFAL. Professor EBTB de Sociologia do Instituto Federal de Alagoas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8002-1589>

## 1 - Decadência ideológica e a emergência do irracionalismo

Na aurora da Modernidade, nos idos do século XV, as inovações sociais que emergem do interior da sociedade feudal produzem consequências ideológicas com alto potencial disruptivo. O crescente protagonismo do capital mercantil e o fortalecimento da produção manufatureira vai, paulatinamente, “assentando as bases para uma *nova concepção de mundo*, a qual coincide com um renovado interesse dessas classes pela riqueza material (...) e pela reivindicação do papel que ocupa o trabalho manual artesanal” (Gianna, 2022, p. 31). Do Renascimento até a primeira metade do século XIX, a burguesia pode ser considerada “portavoz do progresso social, seus representantes ideológicos podiam considerar a realidade como um todo racional, cujo conhecimento e conseqüente domínio eram uma possibilidade aberta à Razão humana” (Coutinho, 1972, p. 8). A classe social emergente estava em conflito, ora aberto ora velado, com a sociedade feudal e seus ideólogos, de modo que a filosofia burguesa da época “codifica os princípios últimos e a concepção geral de mundo, próprios a este vasto movimento progressivo e libertador, que tão profundamente reformou a sociedade” (Lukács, 1979, p. 31).

Dos renascentistas até Hegel, ápice do pensamento progressista burguês, os ideólogos sintetizavam – a despeito da heterogeneidade interna – valores que marcam essa etapa progressista da Modernidade. Nas palavras de Coutinho:

Podemos resumi-lo, esquematicamente, em três núcleos: o *humanismo*, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o *historicismo concreto*, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente, a *Razão dialética*, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma de unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias que englobam, superando, as provenientes do ‘saber imediato’ (intuição) e do ‘entendimento’ (intelecto analítico) (Coutinho, 1972, p. 14).

Segundo Lukács, entretanto, as revoluções 1830 e, principalmente, de 1848 produziram um efeito político e ideológico indelével sobre a burguesia: esta perde sua pulsão progressista apresentada até então, quando do seu embate com o feudalismo e suas reminiscências, convertendo-se numa classe social conservadora, orientada à preservação e à eternalização do realmente existente. O pensamento burguês desde então passa a refletir este compromisso social com o tempo presente, depurando-se, portanto, do humanismo, do historicismo e da razão dialética presentes na sua trajetória anterior.

Deve-se frisar aqui que a decadência ideológica do pensamento burguês não se deve necessariamente a uma clara intencionalidade de classe dos ideólogos, mas principalmente ao

avanço inaudito da mercantilização e o seu corolário, a fetichização de todas as esferas da vida humana. Nestas condições postas pelo capitalismo maduro – e que serão radicalizadas durante a fase imperialista – a atividade dos homens “tende a se ocultar à sua própria consciência, a converter-se na essência oculta e dissimulada de uma aparência inteiramente reificada” (Coutinho, 1972, p. 24). Assim, “Todas as relações sociais entre os homens aparecem sob a forma de relações entre coisas, sob a aparência de realidades ‘naturais’ estranhas e independentes da sua ação” (Coutinho, 1972, p. 24). O pensamento burguês da decadência expressa justamente essa coagulação da consciência à aparência fetichizada, a sua submissão ao espontaneísmo de uma sociedade reificada, eclipsando-se, portanto, a essência da realidade social: as relações sociais historicamente postas. Nas palavras de Coutinho:

Esse traço essencial do pensamento decadente – o de ser um pensamento fetichizador – manifesta-se em todas as suas orientações, ‘racionalistas’ ou irracionalistas, ‘objetivistas’ ou subjetivistas, positivistas ou existencialistas. Nenhuma delas transcende a mera descrição da imediaticidade (Coutinho, 1972, p. 25).

A ciência e a filosofia sofrem uma inflexão com a decadência ideológica: despem-se do intuito da fase progressista de erigir uma concepção de mundo com base no reflexo desantropomorfizador, mirando a crítica do presente e o progresso emancipador da humanidade. A partir da segunda metade do século XIX, diversamente, emerge a tendência do pensamento burguês ao agnosticismo, “o qual pretende que não podemos nada saber da essência verdadeira do mundo e da realidade e que este conhecimento não teria aliás nenhuma utilidade para nós” (Lukács, 1979, p. 33). À ciência compete o papel de operacionalizar um conhecimento especializado, cujo objeto é artificialmente delimitado pelo sujeito cognoscente, criando-se uma série de ciências especializadas; à filosofia, por sua vez, compete o papel de “vigiar para que ninguém ultrapasse os limites definidos pelas ciências” (Lukács, 1979, p. 34), repudiando por princípio qualquer tentativa de se elaborar uma concepção de mundo coerente. Prevalece, desta maneira, a perspectiva segundo a qual o realmente existente, a sociedade capitalista e suas contradições intrínsecas, é uma condição ineliminável sobre a qual a consciência humana pode, na melhor das hipóteses, conhecer os fenômenos desconexos da totalidade social, bloqueando-se, assim, qualquer perspectiva ideológica orientada pelo *vir a ser* da realidade social. Segundo Gianna:

Esta tendência apologetica que se esconde em tal “especialização míope”, uma vez que instaura uma ruptura aberta com a unidade contraditória dos fenômenos e suas mediações com o complexo de complexos. Em outras palavras, a *ruptura com a totalidade* acarreta a instauração de “barreiras artificiais” e “pseudocientíficas” entre os diferentes campos do conhecimento. Assim, produz-se uma força sobre o objeto porquanto ele é fragmentado em dimensões artificiais que obnubilam e colocam de lado seu dinamismo,

---

impondo-o cortes artificiais e a abordagem de aspectos parciais impostos pelo sujeito da pesquisa (Gianna, 2022, p. 121).

O agnosticismo sob traços positivistas ou neokantianos se constitui enquanto um racionalismo funcional à reprodução ampliada do capital, visto ser um padrão de racionalidade sintonizado com a manipulação das variáveis empíricas necessárias à vida cotidiana na sociabilidade burguesa. No campo das ciências naturais, o agnosticismo satisfaz as necessidades do capital ao legitimar a cognição da natureza de forma suficiente para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas. Está obstaculizado, entretanto, qualquer “expressividade do ponto de vista histórico-universal”: “tais investigações limitam-se a domínios particulares, cuidadosamente delimitados, sem desempenharem o menor papel positivo na construção de uma concepção do mundo (de uma ética e de uma ontologia) científica” (Coutinho, 1972, p. 23). No campo das emergentes ciências sociais, o agnosticismo aprisiona a racionalidade à *positividade* mistificada da vida social burguesa, eclipsando a “malha de mediações objetivas inscritas na processualidade que ela sinaliza”, impedindo de se atingir um grau de cognição que “supera[e] a faticidade epidérmica da empiria” (Netto, 2005, p. 140)<sup>1</sup>. Assim como no caso das ciências naturais, este padrão de racionalidade é funcional à reprodução da sociedade do capital, conforme nos diz Netto:

(...) pode oferecer diretrizes capazes para uma manipulação de variáveis empíricas da vida social, pode sistematizar a experiência do senso comum (indo além dela) no sentido de localizar nexos causais não perceptíveis numa observação aleatória, pode (no limite) elaborar uma explicação global reflexiva, intelectual, para as evidências do movimento social (Netto, 2005, p. 140).

Essa aceitação da imediaticidade como limite intransponível para o conhecimento (a chamada *positividade*) implica na aceitação acrítica da “alienação entre a vida pública e vida privada, entre a subjetividade individual e objetividade social”: em vez de se constituírem em dois momentos distintos de uma mesma realidade contraditória, “são transformados em fetiches falsamente autonomizados” (Coutinho, 1972, p. 26). A vida pública é identificada como a esfera da realidade regida pela imperiosa especialização das atividades, pela supremacia do intelecto e o banimento da sensibilidade, esta última excluída do domínio público e exilada na vida privada fetichizada – deseconomizada e hipostasiada. Dada esta cisão típica da razão formal (não dialética) - esta antinomia entre o “eu” e o mundo, entre o supostamente autêntico

---

<sup>1</sup> “Escusa dizer que aqui reina a *Verstand*, não a *Vernunft*: ‘O *entendimento* determina e mantém firmes as determinações. A razão é *negativa e dialética*, porque resolve no nada as determinações do intelecto; é *positiva*, porque cria o universal e nele compreende o particular (Hegel)’” (Netto, 2005, p. 140).

(privado/intuição) e o inautêntico (público/intelecto) -, emerge-se uma duplicidade do pensamento decadente burguês à qual Coutinho define como a “Cabeça de Janus”:

Tanto o “intelecto” que se fixa nas formas coaguladas da ação humana ou nos “dados” homogeneizados, sem transcendê-los em busca de uma totalidade concreta, quanto a intuição hipostasiada que se fixa na imediaticidade da “vivência”, tanto o positivismo agnóstico quanto o irracionalismo existencialista capitulam diante do imediato, são incapazes de recompor no pensamento a essência dialética da objetividade. Em suma, aceitam como “condição humana” o dilaceramento *histórico* (historicamente condicionado) que a alienação capitalista – através da burocratização da práxis – introduz na vida humana (Coutinho, 1972, p. 30).

A “coexistência sincrônica” (Coutinho, 1972, p. 30) entre o agnosticismo positivista/neokantiano e o irracionalismo não significa, entretanto, que se deva negligenciar suas diferenças. Segundo Lukács, o pensamento burocratizado e avesso à ideologia do agnosticismo precisa ser complementado – como “Cabeça de Janus” – por uma filosofia “interessante”, capaz de atrair aquela parcela da *intelligentzia* que demonstra incômodo com a cotidianidade burguesa cada vez mais reificada diante do avanço da etapa imperialista do capitalismo. Tratar-se-ia, portanto, de erigir um pensamento crítico, realmente distinto do gélido e necrosado agnosticismo, capaz de atrair aquela camada social insatisfeita com algumas manifestações da reificação. Esta camada social, entretanto,

conhece cada vez menos a estrutura econômica da sociedade burguesa e se mostra mesmo cada vez menos inclinada a estudá-la enquanto problema filosófico. Certamente o tom da crítica torna-se aparentemente mais agressivo, mas quase diz respeito somente à cultura propriamente dita e à moral individual, isto é, problemas que interessam diretamente aos intelectuais enquanto camada social. Essa “*intelligentzia*” afasta-se, portanto, voluntariamente, dos problemas econômicos, políticos e sociais e é precisamente esse abandono que equivale ao respeito muito escrupuloso dos limites que foram traçados à filosofia pela burguesia imperialista (Lukács, 1979, p. 38).

A crítica irracionalista à razão toma esta abstratamente, em total desvinculação à determinação social dos conteúdos e das formas que esta assume na processualidade histórica. Ou seja, a apologia à intuição em oposição à razão eleva a racionalidade formal-abstrata (*Verstand*) – típica da práxis manipulatória do cotidiano burguês – à condição universal da inteligibilidade, deslegitimando em absoluto a razão dialética (*Vernunft*). Diz Lukács que o irracionalismo “surgiu e operou em permanente luta contra o materialismo e contra o método dialético” (Lukács, 2020, p. 12), visto que este último, mesmo que na sua forma hegeliana, representava a “defesa histórica e de uma melhor formulação do conceito de progresso”, ultrapassado os limites do Iluminismo. As “diferentes etapas do irracionalismo surgiram como respostas reacionárias a problemas da luta de classes” (Lukács, 2020, p. 14). “O primeiro

período importante do irracionalismo moderno surge (...) em oposição ao conceito histórico-dialético idealista de progresso” através da pena de Schelling e Kierkegaard, refletindo a reação feudal à Revolução Francesa e à ideia burguesa de progresso. Após a Primavera dos Povos (1848) e, principalmente, a Comuna de Paris (1871), “a concepção de mundo do proletariado, o materialismo histórico e dialético, passa à condição de adversário, cuja natureza essencial determina o desenvolvimento do irracionalismo. O novo período terá Nietzsche como o primeiro e mais importante representante” (Lukács, 2020, p. 12).

A despeito da heterogeneidade interna do irracionalismo, Lukács afirma que há “problemas metodológicos e de conteúdo” comuns suficientes para produzir uma forte coesão e unidade. Diz: “A depreciação do entendimento e da razão, a glorificação da intuição, a gnoseologia aristocrática, a recusa do progresso sócio-histórico, a criação de mitos são, dentre outros, motivos que encontramos em quase todo pensador irracionalista” (Lukács, 2020, p. 15). A apologética indireta do capitalismo inerente ao irracionalismo se deve ao fato de que nele o destino do homem do imperialismo é hipostasiado à condição de destino humano em geral<sup>2</sup>. O fatalismo diante de um mundo inautêntico, sombrio, paradoxalmente se converte em reconforto de “uma existência voltada sobre si, isolada de toda a vida pública e cujo equilíbrio repousa precisamente num pessimismo total a respeito do mundo exterior” (Lukács, 1979, p. 44)<sup>3</sup>. Em outros termos:

uma de suas mais importantes tarefas sociais para a burguesia reacionária consiste em oferecer ao homem certo *confort* no terreno da concepção de mundo, a ilusão de uma liberdade completa, a ilusão da independência pessoal, da superioridade moral e intelectual – quando seu comportamento o vincula em todos os seus atos reais à burguesia reacionária, colocando-o incondicionalmente a seu dispor (Lukács, 2020, p. 26).

Para o filósofo húngaro, a teoria do conhecimento do agnosticismo neokantiano é a base mesma da teoria do conhecimento do irracionalismo, sem deixar de reconhecer que esta última representa “uma evolução considerável em relação à do período precedente” (Lukács, 1979, p.

<sup>2</sup> Importante ressaltar que Lukács entende que tanto a apologética indireta quanto a apologética direta são inerentes ao universo ideológico do pensamento burguês da decadência. Enquanto a primeira vela sua apologia ao mundo burguês apresentando sua repulsa ao inautêntico como uma espécie de grito desesperado, mas impotente e *blasé*, lastreando uma resignação passiva; a segunda busca prescindir do universo dos valores, deslegitimando-os em prol de uma resignação entusiasmada ao existente, legitimando, portanto, uma práxis social manipulatória ao sabor da cotidianidade burguesa.

<sup>3</sup> No mesmo sentido, diz Coutinho: “A subjetividade erige-se idealmente na única fonte de valores autênticos, despreza concretamente todas as mediações sociais, denunciadas como o reino da alienação. Mas esta subjetividade inteiramente vazia, convertida em mera negação abstrata do real, procura desesperadamente encontrar um Absoluto pleno de sentido. Nesta busca, as filosofias da subjetividade revelam um traço profundamente religioso (ainda que se trate de uma religiosidade atea) e, desse modo, uma vinculação espiritual com formas de vida pré-capitalistas. Com o passar dos tempos, o combate à vida pública converte-se numa luta contra a democracia e numa defesa de posições ‘aristocráticas’ no plano ético e mesmo no político” (Coutinho, 1972, p. 33).

41). Pode-se afirmar que há no irracionalismo um aprofundamento do idealismo subjetivo sob uma empáfia de que suas antinomias teriam sido superadas. Expliquemos: enquanto que no pensamento kantiano há um *ser em si* para além das capacidades cognoscitivas do sujeito cognoscente, o irracionalismo ao mesmo tempo que segue as premissas da revolução copernicana pondo o sujeito no centro do processo de conhecimento, inova quando “escamoteia seus limites [agnósticos], apresentando a questão de uma maneira a parecer admitir implicitamente que as ideias e as noções que existem apenas na consciência são elas mesmas realidades objetivas” (Lukács, 1979, p. 47). Assim, “ideias e realidades são idênticas para eles” (Lukács, 1979, p. 48), dando-se um passo no idealismo subjetivo que os antecessores não ousaram dar. Segundo Lukács, a criação de mitos é o meio encontrado para “superar” o idealismo subjetivo, radicalizando-o. O mito enquanto construção do espírito “opõe-se primeiramente ao conhecimento científico”, representando uma atitude, “uma relação com o mundo que seria, por assim dizer, de uma essência superior à que é acessível ao conhecimento científico e que vai até mesmo condenar a ciência” (Lukács, 1979, p. 50). Assim, mantém-se “de um lado a teoria do conhecimento do idealismo subjetivo herdada do agnosticismo, mas, por outro lado, estamos em presença de uma função completamente nova desse agnosticismo, função que consiste em criar um novo pseudo-objetivismo, franqueando o limite que o separa do mito” (Lukács, 1979, p. 51).

O “novo objetivismo” seria atingindo por intermédio de um novo instrumento do conhecimento, a intuição, que se oporia ao pensamento racional e discursivo. Longe de se constituir em um momento do processo de conhecimento, a intuição adquire um lugar preponderante destinada a cumprir o papel de abandonar o formalismo da razão. O irracionalismo serve-se “do falso aspecto da intuição para abandonar aparentemente tanto o formalismo do conhecimento como o idealismo subjetivo e o agnosticismo, conquanto conservando-os sobre bases que parecem inatacáveis” (Lukács, 1979, p. 53). Apenas a intuição conduziria o sujeito a uma “realidade de essência superior e qualitativamente diferente daquilo que é acessível à reflexão discursiva” (Lukács, 1979, p. 53). Lukács ironiza ao afirmar que os “serviços apreciáveis” da intuição conduzem a “realidades” de natureza arbitrária e incontrolável. Segundo Coutinho, a “intuição - contraposta não apenas ao intelecto, mas à racionalidade em geral – é agora um instrumento inteiramente antropomorfizador, (...) simples projeção na realidade exterior (concebida como caos) de vivências e experiências subjetivas” (Coutinho, 1972, p. 34).

O conhecimento suprarracional do período imperialista cumpre o papel de proporcionar ao pensamento burguês uma concepção de mundo, uma filosofia interessada, ideologizada,

diversamente à frieza do agnosticismo. À apologética direta desta última soma-se a apologética indireta do irracionalismo, cujo elemento mais importante é “transformar, mistificando-a, a condição do homem do capitalismo imperialista em uma condição humana geral e universal” (Lukács, 1979, p. 57). Ademais, tudo que “é social, racional e conforme às leis da evolução será declarado inumano e inimigo da personalidade. A personalidade será declarada antirracional e irracional por sua própria natureza” (Lukács, 1979, p. 57).

## 2 - Weber: visão de mundo irracionalista e epistemologia positivista neokantiana

Lukács em *A Destruição da Razão* afirma que Weber conscientemente se coloca como um adversário do irracionalismo, mas não faltariam “nuanças irracionalistas” na sua sociologia. Mais: o autor alemão “em sua luta contra esse irracionalismo o eleva a um grau ainda mais alto” (Lukács, 2020, p. 532). Weber, segundo esta interpretação, teria expulsado o irracionalismo da sua metodologia, da análise dos fatos, “apenas para introduzi-lo como base ideológica de sua imagem de mundo, e isso com uma decisibilidade até então desconhecida na Alemanha” (Lukács, 2020, p. 537). Sua rigorosa cientificidade não teria passado de “um caminho para o estabelecimento definitivo do irracionalismo como visão de mundo” (Lukács, 2020, p. 537), contribuindo decisivamente para o “assalto irracionalista” da intelectualidade alemã, desviando-a, portanto, do materialismo histórico e da alternativa socialista. Weber teria produzido um “ateísmo religioso” menos abertamente romântico, mitológico, em relação aos seus predecessores, mais cauteloso para não “perder o contato com a cientificidade”, afinal, “os imperativos do valor de troca em expansão apresentavam a ciência e a tecnologia (...) com suas inevitáveis *exigências práticas*” (Mészáros, 2004, p. 212).

Na esteira do pensamento lukacsiano, buscaremos tecer considerações sobre as bases filosóficas neokantianas de Weber, às quais o conduz a efetivar “pela primeira vez a transição real do neokantismo imperialista para a filosofia da existência irracionalista” (Lukács, 2020, p. 537). É sobre esta visão de mundo irracionalista que emerge de forma ambígua a sua metodologia orientada a consolidar a sociologia alemã, sem que “essa depuração metodológica contra o irracionalismo” ocorra cem por cento.

### 2.1 - Pensamento neokantiano e o aprofundamento do subjetivismo

A decadência ideológica do pensamento burguês passa necessariamente pela negação do idealismo objetivo de Hegel e pela radicalização do idealismo subjetivo kantiano, cujo desfecho pode ser – ainda que não necessariamente – o mergulho no irracionalismo. O pensamento de Kant não deixa de oscilar entre o materialismo (realismo) e o idealismo

subjetivo, está calcado na “antinomia entre o dogmatismo (a objetividade injustificada) e o ceticismo (relativismo)” (Lukács, 1979, p. 17). Kant parte da premissa de que há uma realidade verdadeiramente distinta da consciência do sujeito cognoscente, não nega jamais a existência da *coisa em si*, ainda que a considere incognoscível. O agnosticismo kantiano não avança a ponto de dissolver a realidade (o *em si*) na consciência, com isso, o conhecimento acessível ao sujeito é sempre aquém da verdade em termos ontológicos. Partindo desta premissa, Kant se ocupa com a lógica interna do entendimento. Diz Kant: “embora um conhecimento possa ser inteiramente conforme a forma lógica, isto é, não se contradiga a si mesmo, pode ainda estar sempre em contradição com o objeto” (*apud* Oliveira, 2008, p. 104). Pois bem, o neokantismo da decadência ideológica intensifica o subjetivismo ao silenciar sobre o *em si*, convertendo-o num não problema filosófico. Conforme Lukács, a “aspiração máxima do neokantismo e igualmente do positivismo e neopositivismo será eliminar completamente o ser da esfera da consciência” (*apud* Oliveira, 2008, p. 103), e com base nesta depuração acelerar o relativismo/subjetivismo/agnosticismo.

Kant foi capaz de instaurar a dicotomia típica do pensamento burguês (ser e dever ser/ser e objeto, etc.), convertendo-se num filósofo universal na sociabilidade burguesa. Segundo Mészáros, encontrou um “lugar para a fé” ao mesmo tempo que afirmou a ciência, conciliando os antagonistas da sua época (dupla verdade). Weber, diz o marxista húngaro, também conciliou os inconciliáveis através de “duas estratégias intelectuais complementares”: por um lado, a “extrema *relativização dos valores*, acompanhada da glorificação da *subjetividade* arbitrária e de suas acomodações dúbias à ‘exigência da época’” (Mészáros, 2004, p. 211); por outro, o corte epistemológico capaz de excluir os juízos de valor, “o princípio orientador necessário e *suficiente* da objetividade científica”, capaz de tornar a história e o mundo social acessíveis à investigação científica, “sob condição de que tal empreendimento fosse dirigido para a construção de ‘tipos ideais’, conforme as exigências da ‘neutralidade ideológica’” (Mészáros, 2004, p. 213). Dada essa capacidade de Weber de conciliar o profundo relativismo (idealismo subjetivo) de substrato fatalista (desencanto do mundo) com a defesa da universalidade da ciência - cujo resultado “deverá ser admitido como correto também por um chinês” (Weber, 2011, p. 23) -, Mészáros o define como “um homem para todas as estações”, cuja “versatilidade” está adequada à evolução da realidade capitalista.

A visão de mundo weberiana visa criar uma alternativa burguesa a Marx, mediante a fuga “ao *condicionamento das decisões individuais pelas circunstâncias postas*” (Oliveira, 2008, p. 97). Trata-se da defesa de escolhas puramente subjetivas por parte dos indivíduos, que é associada à ideia burguesa de liberdade. Cada indivíduo (mônada) é alçado à condição de

sujeito que significa e escolhe os valores “conforme sua consciência e sua concepção de mundo” (Weber, 2011, p. 16). O mundo não tem sentido *per se*, são os homens movidos por valores que atribuem sentido a ele: trata-se da significação cultural, base necessária do conhecimento científico – neste ponto Weber se distancia dos positivistas clássicos para quem a neutralidade axiológica é possível e necessária de ponta a ponta do processo de conhecimento (veremos mais a frente). A discussão kantiana acerca da coisa em si é um não problema para Weber, algo puramente metafísico. O equívoco, segundo Weber, seria imaginar que o sentido do mundo, sua verdade histórica, é decifrável pela razão. Essa indecifrável não se deve à sua incognoscibilidade, como em Kant, mas sim ao fato de que a verdade histórico-ontológica é inexistente (neokantismo). Trata-se, portanto, de criá-la subjetivamente enquanto um “sentido/verdade” para nós (“nos cabe criá-lo nós próprios”), para o sujeito que age no mundo movido por valores (visão/concepção de mundo), “sentido” o qual, por sinal, jamais terá 1º) validade ontológica e mesmo 2º) científica sob os cânones do positivismo neokantiano de Weber (“‘concepções de mundo’ jamais podem ser produto do avanço de um saber *empírico*”). Em suas palavras:

É destino de uma época cultural que provou do fruto da árvore do conhecimento ter que saber que não podemos discernir o *sentido* do andamento do mundo nem mesmo da mais completa investigação, mas que nos cabe criá-lo nós próprios, que “concepções de mundo” jamais podem ser produto do avanço de um saber *empírico*, e que portanto os ideais mais elevados, que mais intensamente nos comovem, agora e sempre só se efetivam no combate com outros ideais tão sagrados para outros quanto os nossos são para nós (Weber, 2011, p. 21).

Cohn afirma que a ênfase de Weber em afirmar o caráter radicalmente destituído de sentido intrínseco ao mundo, cabendo aos “próprios homens outorgarem significado a alguns entre os infinitos eventos que o constituem, como condição prévia para o seu conhecimento e também para agirem nele” (Cohn, 1979, p. 102), é uma nítida influência de Nietzsche. Segundo o especialista na obra do sociólogo alemão, “Se há uma presença de Nietzsche em Weber, ela é sem dúvida incomparavelmente mais forte e mais fecunda que a de qualquer ‘neokantiano’, mas ainda é filtrada e atenuada, sem ir às últimas consequências” (Cohn, 1979, p. 103). Tratar-se-ia de um *meio* privilegiado de Weber na elaboração do seu esquema teórico.

Pois bem, o relativismo dos valores em Weber parece dar eco ao paradoxo inerente ao irracionalismo: este ao mesmo tempo que detecta um ambiente asfixiante e mortal para o sujeito (indivíduo), reflexo hipostasiado/universalizado das condições sócio-históricas do capitalismo no seu estágio imperialista, apregoa ao indivíduo um escapismo místico diante da leitura escatológica de mundo. Diz Mészáros que seu discurso sobre valores na esfera da

“*subjetividade isolada*, exclui *a priori* a possibilidade de uma articulação coerente e objetivamente viável das ‘visões de mundo’ e dos valores a elas associados sobre uma base *coletiva e socialmente eficaz*” (Mészáros, 2004, p. 215). A prática histórica é o campo por excelência da “fé”, da crença, “jamais pode ser produto de um saber empírico”, o que há é um conflito insolúvel entre os valores. Não há bases ontológicas – classes sociais – nem científicas – cuja universalidade é puramente lógico-formal – que permitam a ultrapassagem da subjetividade isolada de forma orgânica e sistêmica<sup>4</sup>, como podemos detectar na citação abaixo:

E não se disputa apenas, como hoje gostamos de acreditar, entre “interesses de classes”, *mas também entre “concepções de mundo”* – sem prejuízo, naturalmente, de que na questão de *qual* concepção de mundo o indivíduo defende torna-se decisiva, entre outras coisas – mas em muito alto escala -, o grau de afinidade eletiva entre ela e o seu “interesse de classe” – admitindo-se aqui esse conceito só aparentemente unívoco. (...) quanto mais ampla a sua *importância cultural*, tanto menos é acessível uma resposta unívoca a partir do material do conhecimento empírico, tanto mais incidem nele os **axiomas últimos da crença e das ideias de valor** (Weber, 2011, p. 20, negrito nosso).

Essa atomização do sujeito expressa no relativismo dos valores é típica do irracionalismo, contudo, Cohn afirma que Weber não avança às últimas consequências da sua premissa filosófica, recuando para não cair no irracionalismo pleno. Como metaforicamente diz o ditado popular: Weber levanta a bola, mas se nega a cortar. Lukács diz que “fica faltando apenas um passo para o domínio absoluto do irracionalismo, um passo para que se renuncie decididamente aos ‘desvios’ do intelecto e da cientificidade” (Lukács, 2020, p. 537). “O fato é que Weber não expõe *como se constituem esses valores*” (Oliveira, 2008, p. 99), trata-se de axiomas, como dito acima. Ancorado em Mészáros, Oliveira sintetizam bem esse aspecto irracionalista do pensamento de Weber:

Existe o politeísmo de deuses e demônios pelos quais os indivíduos devem optar; porém, **Weber não nos dá nenhuma informação a propósito de onde nasceram tais espiritualidades**. Em um passe de mágica, elas estão dadas no imediato da vida social e é isso que importa ao sociólogo. Tanto para Weber quanto para a mitologia indiana, as espiritualidades são um fato. O processo da história que as engendrou não se releva (Oliveira, 2008, p. 99, negrito nosso).

<sup>4</sup> Em Weber, assim como em Durkheim, o “normal” é a continuidade, não a ruptura na história das sociedades. Seja por intermédio da dominação tradicional ou da racional-legal, a preservação das sociedades está posta, afinal, a contradição não é elemento intrínseco da vida social. Desta forma, a mudança só pode ocorrer por uma variável exógena, estranha ao ir sendo da sociedade. Em Weber, a dominação carismática é o fator explicativo para as transformações sociais, o que expressa sua filiação ao irracionalismo: as paixões e os sentimentos provocados pelo líder carismático, dotado de uma intuição criadora, cai como um “tiro de pistola” sobre uma sociedade e a desbarata. Nesta chave de leitura de natureza irracionalista, a mudança social é em si irracional e os sujeitos coletivos que operam a mudança são “massas” ignaras (e perigosas) movidas pelos sentimentos, mudanças as quais, ao fim e ao cabo, apenas irão surtir o efeito de substituir uma *elite* por outra, bem ao saber da teoria das elites de substrato reacionário (Pareto).

## 2.2 - Uma visão teleológica da história: razão hipostasiada e a “jaula de aço”

Antes de avançarmos à defesa que Weber faz de uma ciência absolutamente formal – sem conteúdo histórico-ontológico – e supostamente axiologicamente neutra, faz-se necessário apresentar o sentido de história que caminha *pari passu* à sua relatividade dos valores. Não havendo sentido imanente à realidade, sequer uma atribuição de sentido subjetivo unívoco, o que impera é – ou deveria ser – o caos, a mais completa anarquia caleidoscópica do mundo. Entretanto, o que se observa em Weber é que o relativismo dos valores em luta insolúvel está subsumido a uma teleologia da história – um verdadeiro *Deus ex machina* que ao final de seu ciclo aprisiona o homem numa jaula de aço. Segundo Wood:

Longe de levar a teoria social a superar as imperfeições do determinismo marxista, Weber a reduziu a uma **teleologia pré-marxista, em que toda a história é um movimento no mais das vezes tendencioso a favor do capitalismo**, em que o destino capitalista é sempre percebido nos movimentos da história, e em que as diferenças entre as várias formas sociais estão relacionadas aos modos particulares com que incentivam ou obstruem o **movimento histórico único** (Wood, 2011, p. 129, negrito nosso).

Segundo a autora, Weber pressupõe a existência do que ele deveria explicar: o capitalismo. “Não havia necessidade de explicar um processo histórico único, mas apenas de descrever os *obstáculos* e sua remoção” (Wood, 2011, p. 131). O “interesse próprio [*Homo economicus*] guiado pela razão produziria o capitalismo” (Wood, 2011, p. 131). Nas palavras do próprio autor:

Para nosotros, un acto de economía “capitalista” significa un acto que descansa en la expectativa de una ganancia debida al juego de recíprocas probabilidades de cambio; es decir, en probabilidades (formalmente) pacíficas de lucro. (...) **Cuando se aspira de // modo racional al lucro de tipo capitalista, la actividad correspondiente se basa en un cálculo de capital** (Wood, 2011, p. 46, negrito nosso).

(...)

Lo que nos interesa señalar es que lo decisivo de la actividad económica consiste en guiarse en todo momento por el **cálculo** del valor dinerario aportado y el valor dinerario obtenido al final, por primitivo que sea el modo de realizarlo. En este sentido, **ha habido “capitalismo” y “empresas capitalistas” (incluso con relativa racionalización del cálculo del capital) en todos los países civilizados del mundo**, hasta donde alcanzan nuestros conocimientos: en China, India, Babilonia, Egipto, en la Antigüedad helénica, en la Edad Media y en la Moderna (Wood, 2011, p. 47, negrito nosso).

Para Weber o capitalismo é *antidiluviano*, sendo identificável *in nuce* em todas as épocas e sociedades. É sinônimo de racionalização da atividade econômica tendo em vista um fim preciso: o lucro. Entre o capital mercantil da Antiguidade e o modo de produção capitalista haveria, portanto, uma relação orgânica, um movimento progressivo de afirmação de parâmetros estruturais eternalizados: o cálculo econômico/racionalização. Weber define o

capitalismo - “com seletividade ideológica tendenciosa e a circularidade típico-ideal” – como uma “‘cultura’ em que o ‘princípio orientador é o investimento do capital privado’” (Mészáros, 2004, p. 75), num sentido supostamente “puramente econômico” em que a economia capitalista “existe em todos os lugares onde as pessoas se dedicam à busca do lucro comercial” (Wood, 2011, p. 149). Segundo a autora, a exclusão dos “fatores sociais” – relações sociais de produção, formas de propriedade - da conceituação de capitalismo impede a “explicação da dinâmica específica de um modo capitalista de produção”, o “capitalismo moderno se torna mais um exemplo da mesma coisa – mais livre, mais maduro, mas sem qualquer diferença fundamental” (Wood, 2011, p. 149). Assim, a tautologia weberiana se afirma no capitalismo moderno em virtude da remoção dos impedimentos políticos e, principalmente, religiosos à plena afirmação da racionalidade econômica (cálculo econômico). Conforme Wood:

A questão, para Weber, é sempre como o desenvolvimento da racionalidade econômica é acelerada ou retardada por instituições e valores não econômicos. Na Antiguidade clássica, assim como em muitos outros tempos e lugares, a atividade econômica burguesa foi restringida por forças externas a ela, especialmente a obstrução dos princípios *econômicos* pelos *políticos*, ou por crenças religiosas contrárias à racionalidade econômica (Wood, 2011, p. 150).

Weber, de forma seletiva e arbitrária, pinça elementos fenomênicos do capitalismo - os quais, por sinal, não são inerentes ao capitalismo propriamente dito, ao modo de produção surgido na Europa Ocidental entre os séculos XVIII e XIX, mas estão presentes no *antidiluviano* capital mercantil – e os universaliza, desistoricizando-os a fim de convertê-los em atributos inerentes à vida humana. A história, nestes termos, converte-se na marcha progressiva rumo a um futuro já presente desde sempre no passado. Obnubila-se, assim, a dimensão sócio-histórica do presente capitalista em benefício das classes dominantes, afinal, o que é o presente senão a afirmação plena desta *dynamis* anistórica? De forma não dialética, a *descontinuidade/ruptura* é sacrificada às custas da *continuidade*, a racionalidade econômica supra-histórica assume, no presente, a sua plenitude, à qual recebe o nome de Modernidade. O racionalismo moderno e Ocidental é específico por não ter encontrado obstáculos de tipo mental à condução da vida econômica de maneira puramente racional. A ética protestante cumpre no pensamento de Weber o papel de desobstrução das “vias” que conduzem ao capitalismo moderno, visto que engendra no *homo economicus* uma prática econômica plenamente racional, depurada de entraves éticos de natureza religiosas do passado.

A Modernidade em Weber assume feições anistóricas: enquanto racionalização econômica, esteve presente de forma larval desde o passado mais remoto e atinge a sua plenitude na Europa como consagração de um desígnio da história, superando-se o *devoir* histórico (fim da história). Em Weber, qualquer iniciativa política que contradiga a

racionalidade econômica está fadada ao infortúnio, tratando-se de postura irracional. Segundo Mészáros,

o tipo weberiano de abordagem ‘sistemática’ das contradições historicamente específicas da sociedade capitalista as desistoriciza, transformando as características estruturais (...) em uma matriz categorial na qual a ‘modernidade’ (com seus ‘dissabores’) e a ‘racionalização’ (considerada responsável por tais dissabores e ‘desencantos’) ocupam a posição central (Mészáros, 2004, p. 76).

Ao soldar a racionalidade ao *antidiluviano* cálculo econômico com fins de lucro, bem como ao identificar a racionalização ao amadurecimento dessa racionalidade sob os impulsos da ética protestante, Weber suprime a concretude sócio-histórica que explica a gênese e a função social da razão na sociedade capitalista, hipostasiando-a. Sem esta base fundante, a razão torna-se sinônimo de dominação, assim como a Modernidade se converte na plenitude desta dominação do homem pela razão (jaula de aço). Acinzentam-se não apenas o passado, mas principalmente o futuro. Descarta-se “a especificidade histórica a favor de uma noção genérica de ‘modernidade’”. Continuamos com Mészáros:

Como resultado, a problemática marxiana da ‘reificação’ – com suas consequências revolucionárias para a superação da ordem social capitalista – tem de ser abandonada por completo, e trocada por um **discurso idealista sobre a ‘racionalização’ e a ‘realização da razão na história’**. Além disso, liquida-se até aquele grau de objetividade e historicidade que ainda estava contido, embora de modo infeliz, dentro da estrutura do discurso hegeliano sobre a modernidade. Em seu lugar nos é oferecido um retorno – via Max Weber – a um idealismo transcendental kantiano privado de sua agudeza crítica (Mészáros, 2004, p. 78, negrito nosso).

Como havíamos apontado acima, a postura weberiana de identificar a razão à práxis manipulatória/burocrática - a um conjunto de regras formais, impessoais e calculáveis que submetem e esmagam a subjetividade dos indivíduos, a um conjunto de procedimentos formais homogeneizadores e que descarta à irracionalidade tudo que lhe escapa - é típica do período da decadência ideológica da burguesia. A razão e a esfera pública contrapõem-se à intuição e à vida privada, conformando o binômio autenticidade-inautenticidade. Segundo o sociólogo de Heidelberg, “O destino de nossa época é caracterizado pela *racionalização* e pela *intelectualização* e, acima de tudo, pelo ‘desencantamento do mundo’” (*apud* Mészáros, 2004, p. 214). À medida que a ética protestante suprimiu os entraves ético-religiosos ao pleno desenvolvimento da razão – leia-se razão formal-abstrata –, o corolário foi dissipar os sentimentos religiosos de outrora e que conectavam o indivíduo ao Absoluto na sua cotidianidade, tornando-a cheia de sentido. Continua Weber: “Foram justamente os *valores fundamentais e mais sublimes* que se afastaram da vida pública, refugiando-se no reino transcendental da *vida mística* ou na *fraternidade* das relações humanas diretas e pessoais”

(*apud* Mészáros, 2004, p. 214). Weber atribui esta racionalização desencantadora do mundo a “forças impessoais”, obviamente a fim de ocultar a fonte histórico-social da universalização da razão burocrática: o capital enquanto relação social. A vida pública perde o sentido, reduz-se à práxis manipulatória, despe-se, portanto, de que qualquer dimensão emancipatória. Os valores fundamentais recolhem-se à subjetividade isolada e à sua vida mística. Diz Lukács em *A Destruição da Razão*:

Com isso, a visão de mundo de Max Weber deságua no “ateísmo religioso” do período imperialista. A vida desencantada em virtude da ausência e do abandono de Deus mostra-se como a fisionomia histórica do presente, a que é preciso aceitar como condição histórica, mas que forçosamente provoca uma profunda tristeza, uma profunda nostalgia pelos tempos antigos e ainda não “desencantados” (Lukács, 2020, p. 535).

Lukács reconhece, entretanto, que há em Weber uma ambivalência neste ponto: por um lado, “a falta de perspectiva do ‘ateísmo religioso’” do sociólogo o leva “mais longe que Dilthey e o próprio Simmel”, seus antecessores. “Como Jaspers, surge aqui imediatamente um ponto de contato com o niilismo dos pensadores existencialistas” (Lukács, 2020, p. 536); por outro lado, Lukács afirma que a postura de Weber “é menos abertamente romântica do que na maior parte dos ‘ateístas religiosos de sua época” (Lukács, 2020, p. 536). Seu ateísmo religioso seria mais “plástico”, segundo o marxista húngaro, “procurando com mais vigor não perder o contato com a cientificidade” (Lukács, 2020, p. 536). Segundo Löwy, Weber no seio do irracionalismo alemão – ao qual define como “pessimismo cultural”<sup>5</sup> – pertencia ao grupo dos *românticos resignados*, isto é, “os que não acreditavam na possibilidade de restauração dos valores pré-modernos, e muito menos em uma utopia futura” (Löwy, 2014, p. 45). Ainda segundo Löwy, a “crítica” weberiana – à qual Lukács definiria como apologética indireta, não uma crítica propriamente dita – pregava uma “resignação heroica”, “a negação de qualquer ilusão e aceitação do destino moderno” (Löwy, 2014, p. 45). Lukács cita um trecho de Weber que nos parece corroborar com a definição de “resignação heroica” – cujo conteúdo épico certamente se restringe à *intelligentsia* pequeno burguesa, não ao proletariado explorado e mesmo à burguesia imersa na racionalidade econômica dos seus microcosmos produtivos. Diz Weber:

Donde podemos extrair um ensinamento de que não basta insistir e ansiar para que as coisas mudem: fazer nosso trabalho e cumprir as exigências do dia tanto humana quanto profissionalmente. As quais são claras e simples, se cada um sabe encontrar e escutar o demônio que sustenta o fio de sua vida (*apud* Lukács, 2020, p. 536).

<sup>5</sup>“O pessimismo deles pode levar a uma espécie de *visão trágica do mundo*, baseada na convicção desesperada de que não existe nenhum meio de conter ou impedir o triunfo da civilização capitalista moderna, considerada uma fatalidade” (Löwy, 2011, p. 44).

### 2.3 - O recuo de Weber diante das suas premissas irracionaisistas

Como já apontado acima, Weber recua e bloqueia os desdobramentos potenciais da sua visão de mundo de natureza irracionalista. Ainda assim, pavimenta o caminho para o niilismo existencialista que desemboca no nazifascismo nos anos seguintes. No campo da teoria do conhecimento, Cohn diz que Weber é uma espécie de “Nietzsche tornado ‘positivo’”: “quando há ameaça de limites críticos do pensamento serem atingidos, ele recua onde Nietzsche prossegue” (Cohn, 1979, p. 107). Enquanto o irracionalismo até as últimas consequências desdobra a irracionalidade do mundo para a teoria do conhecimento, alçando a intuição em instrumento privilegiado do saber, “Weber jamais chega ao ponto de negar a ideia de que se possa alcançar uma verdade científica a respeito da história e da sociedade, ainda que particularizada” (Cohn, 1979, p. 107). Conforme Oliveira, “Não há nada de místico na teoria weberiana do conhecimento” (Oliveira, 2008, p. 108). O próprio Weber ironiza: “Quem quer ter visões, que vá ao cinema” (*apud* Lukács, 2020, p. 533). Oliveira sintetiza nos seguintes termos:

Ainda que padecesse de algumas fendas irracionais, Weber não deve ser equiparado a Scheler e Simmel quanto à concepção de ciência. Nestes dois últimos, a porta de entrada para o irracionalismo descomedido está completamente franqueada; já em Weber, está somente entreaberta (Oliveira, 2008, p. 110).

Weber não está preocupado em “*desmascarar* radicalmente os valores e suas manifestações históricas”, “mas parte da vigência *empírica* e particular deles, para preocupar-se com o método adequado para estabelecer relações entre eles que possam ser aceitas como válidas por todos os que aceitam a verdade como valor legítimo, e a ciência como um modo de atingi-la” (Cohn, 1979, p. 107).

Segundo a concepção neokantiana de cientificidade de Weber, o significado cultural do sujeito-pesquisador mira um fragmento da infinitude, configurando-se o momento inicial do fazer científico. O caos que é a realidade “só pode ser ordenado pela circunstância de que (...) unicamente um *segmento* da realidade individual possui interesse e *significado* para nós” (Weber, 2011, p. 54). Portanto, apenas alguns aspectos dos fenômenos particulares merecem ser conhecidos, justamente aqueles que conferimos significação, “pois apenas eles são objeto da explicação causal” (Weber, 2011, p. 54). Trata-se de um ato de escolha do sujeito-pesquisador selecionar o que pesquisar, sob que ângulo isso se dará. “A relevância não pertence ao objeto; ela submete-se à eleição arbitrária do cientista social” (Oliveira, 2008, p. 114).

O meio científico necessário que permite a imputação de causalidade é o tipo ideal. Este nada tem a ver com julgamentos de valor, “não tem *absolutamente nenhuma conexão* com

juízos de valor”. Trata-se de um construto *puramente lógico*, axiologicamente neutro e sem nenhuma conexão com o *ser em si*. Conforme Oliveira: “Leal aos pressupostos do relativismo burguês, Weber designa ao sujeito do conhecimento a tarefa de imputar sentido ao objeto mediante a construção de tipos ideais” (Oliveira, 2008, p. 112). Weber alerta que a construção de tipos ideais e a análise comparativa da realidade empírica deve ter sentido lógico, o que exige “autocontrole científico” do pesquisador, que deve se comportar enquanto cientista, afastando-se dos seus valores. Oliveira oferece-nos uma excelente distinção entre o positivismo clássico de Durkheim e o positivismo neokantiano de Weber no que tange à participação dos valores no processo de conhecimento. Diz:

Abre-se um parêntese para dizer que Weber não fala de juízos de valor. Tanto quanto para Durkheim, Weber também pressupõe uma ciência social isenta dos juízos de valor. Durkheim não admite absolutamente nenhuma ingerência dos valores, sejam juízos ou referências; o cientista social “deve colocar-se face aos fatos sociais esquecendo tudo o que pensa saber, como face ao desconhecido” (Durkheim, 1975: 142). Ao contrário do sociólogo francês, **Weber assinala que a referência a valores é necessária para a escolha do objeto**; a diferença é tênue mas é uma autêntica diferença: a orientação é dada por uma concepção de mundo particular ao sujeito e não por julgamentos valorativos ou preconceitos (Oliveira, 2008, p. 114, negrito nosso).

Weber, como já dito, fomenta o irracionalismo, mas se afasta das suas últimas consequências no terreno do conhecimento. Assim, segundo Oliveira, o tipo ideal significa um recuo diante do psiquismo de outros autores, como Simmel e Scheler, por exemplo. Como um construto puramente lógico, desprovido de contradições, Weber se afasta do método intuitivo – típico do irracionalismo – e resgata a necessidade das categorias do entendimento (pensamento discursivo), típico do agnosticismo burguês.

Weber, diferentemente daqueles desses autores e de Nietzsche, interessa-se por fazer ciência, insistindo no caráter causal da explicação em ciências sociais. Aqui, vale uma breve reflexão sobre o que Weber entende por causalidade. Segundo Cohn, a categoria de causalidade cria embaraços a Weber em virtude da sua visão de mundo. É um absurdo, para ele, imaginar que seja possível uma “regressão causal *exaustiva*” que capte sua plena realidade: “Apenas colocamos em relevo as causas a que se podem *atribuir*, num caso concreto, os elementos ‘essenciais’ de um acontecimento” (Weber, 2011, p. 54). Na sua ótica,

qualquer fenômeno singular resulta de uma infinidade de causas; a análise causal só adquire caráter empiricamente verificável quando toma como unidades as ações de sujeitos individuais; é impossível encontrar *uma* causa final ou sequer fundamental em relação às demais para a história ou para sociedades tomadas como um todo; (...) uma relação causal estabelecida para relacionar processos históricos (...) não é unívoca, mas pode ser lida nos dois sentidos possíveis, vale dizer, pode aparecer invertida em outra análise igualmente legítima (Cohn, 1979, p. 109).

Cohn diz que o recurso à fórmula da “afinidade eletiva” é uma alternativa encontrada por Weber para contornar seus embaraços com a categoria de causalidade. Tanto Cohn quanto Löwy tratam a afinidade eletiva como pouco precisa e demasiadamente complexa dentro do pensamento weberiano. Ainda assim, o marxista franco-brasileiro concorda em dizer que “o conceito de afinidade eletiva é inseparável de sua atitude pluralista, de sua rejeição de toda monocausalidade e de todo determinismo unilateral” (Löwy, 2014, p. 70). Tudo indica que a categoria de afinidade eletiva conecta a epistemologia weberiana com sua visão de mundo neokantiana, imprimindo-lhe a marca do relativismo, aspecto inclusive utilizado para se fazer um contraponto à suposta monocausalidade do marxismo – que atribuiria tudo à causa econômica<sup>6</sup>. Não “apenas se dissolve de modo subjetivista o conjunto da realidade social objetiva, mas também se cria para as situações sociais uma complexidade aparentemente coerente, mas que no fundo é extremamente confusa” (Lukács, 2020, p. 531).

Por fim, breves considerações sobre o estatuto da verdade científica em Weber. 1º) A verdade científica é possível e necessária, responde às exigências práticas da sociedade que provou do fruto da árvore do conhecimento. Weber se afasta, portanto, no irracionalismo pleno que negava a verdade científica em benefício de um suposto “conhecimento superior” obtido por fora dos cânones do pensamento discursivo, pela via da intuição; 2º) a verdade das ciências sociais é consequência de um construto lógico (tipo ideal) e da imputação causal operada pelo sujeito cognoscente – ambos momentos de forma axiologicamente neutra. A verdade é, portanto, forma desprovida de conteúdo de sentido ontológico; 3º) a verdade científica é universal no que tange à sua legitimidade, não à sua amplitude, como queria o positivismo clássico. A análise causal prende o pesquisador às regras universalmente aceitas do método científico, e “assegura o caráter também universal de suas conclusões” (Cohn, 1979, p. 110), ou seja, válido como conhecimento para todos os interessados - inclusive para um chinês. Weber se afasta, portanto, de Durkheim e do caráter nomológico da sua sociologia, cujo naturalismo contrasta com a visão neokantiana de mundo do sociólogo alemão. Segundo este, todo

<sup>6</sup> Quanto a esta questão, vale trazer aqui as considerações de Wood que problematizam a autoproclamada pluricausalidade weberiana: “Os admiradores de Weber gostam de louvar sua concepção multidimensional da causação social. (...) Esse pluralismo causal, é o que se afirma, produz uma história melhor que a produzida pela abordagem monística de Marx. (...) o pluralismo causal de Weber foi conquistado a um custo considerável. (...) A autonomia, na verdade a definição, do poder político ou militar em relação ao ‘econômico’ tal como Weber os entende depende de uma concepção universalizadora do econômico que é peculiar a uma forma social capitalista – que pressupõe uma clara separação entre o poder econômico e o militar e político. (...) Para Weber, existe apenas um modo de atividade econômica, essencialmente capitalista, que pode estar presente ou ausente de vários graus. (...) Para Weber, essas formas extraeconômicas são na realidade externalidades que agem sobre, incentivam ou inibem, aceleram ou retardam, mas nunca transformam fundamentalmente o único, universal e trans-histórico modo de ação verdadeiramente econômica. Então, quem é eurocêntrico, teleológico e reducionista?” (Wood, 2011, p. 153).

conhecimento científico pressupõe valores, o que implica em prismas/perspectivas/angulações sempre diversas, o que contrasta com as leis aplicáveis às ciências da natureza. Oliveira assim arremata essa concepção de verdade para Weber, distinguindo-a do naturalismo nomológico do positivismo clássico:

Pondo a verdade sob um matiz puramente lógico, o sociólogo consegue destituí-la de seu caráter objetivo, isto é, a concordância entre as representações e o movimento real do objeto. Weber não possui a ingenuidade naturalista de Durkheim, mas a sua ideia de verdade é igualmente *universal* em um certo sentido: sendo o conceito típico logicamente correto, ele apresenta-se como verdadeiro “também a um chinês”. Assim, no mesmo instante, *é uma verdade relativa*, por ser referente às valorações subjetivas do sujeito da ciência, e *universal*, uma vez que detém a logicidade exigida pelo método compreensivo. O subjetivo particular transforma-se em objetivo universal em um salto antidialético, sem qualquer mediação (Oliveira, 2008, p. 147).

### Considerações finais

Ellen Wood diz que Max Weber traz em sua obra “dois dos principais temas da cultura intelectual ocidental” (Wood, 2011, p. 153) do final do século XX. Por um lado, Weber traria a “convicção triunfalista de que o progresso atingiu seu destino no capitalismo moderno e na democracia liberal – a glorificação do ‘mercado’ e do ‘fim da história’” (Wood, 2011, p. 153); por outro, traz consigo o pessimismo de uma visão de mundo irracionalista, fitando com o misticismo mais despudorado que anima o pós-modernismo.

Como um “homem para todas as estações”, conforme Mészáros o define, Weber parece personificar em si mesmo a “Cabeça de Janus” que conforma o pensamento burguês desde a sua decadência ideológica. Enquanto pensador comprometido com sua classe e seu país na corrida imperialista, Weber fez questão de produzir uma obra cuja ideia-força é suprimir o socialismo como projeto político emancipatório do terreno da legitimidade histórica. Assim como Nietzsche a seu tempo, “Weber articulou o seu pensamento tendo em mente o socialismo como principal adversário” (Mészáros, 2004, p. 216). Com este fim, Weber elaborou uma teleologia da história que hipostasiou o capitalismo. Mais: identificou-o à racionalidade econômica, ao cálculo com fim de obtenção de lucro, depurando a razão do seu caráter crítico e emancipador oriundo do Iluminismo. Satisfaz com isso a perspectiva da sua classe, que desde 1848 colocou a razão dialética como inimiga número um a ser combatida, primeiramente com Hegel e posteriormente com Marx. A Modernidade, portanto, é sinônimo de racionalização plena, livre de entraves religiosos como outrora. A mesma racionalização que desencanta o mundo - dissipando um após outro os encantos místicos que articulavam o indivíduo ao Absoluto e davam-lhe sentido à vida – e revoluciona a técnica e a produção, o aprisiona. Sai de

cena o sentido da vida proveniente dos Deuses e surge a dominação impessoal e absoluta da razão. Cai-se, por fim, na “jaula de aço” da Modernidade.

Weber, desta forma, segue a tradição Iluminista no que tange à sua crença na razão e na sua vitória definitiva sobre os Deuses, obviamente destituindo-a da capacidade crítica e emancipatória. A economia de mercado e a democracia liberal são, para Weber, as principais expressões da racionalização/burocratização da vida moderna. Ambas teriam a capacidade de castrar qualquer perspectiva de *vir a ser* histórico. Segundo Mészáros, o Weber nacionalista alemão divergiu de muitos dos seus colegas irracionistas ao defender que a democracia liberal – inexistente na Alemanha semiparlamentarista – era o meio necessário para que o país ascendesse ao rol de países imperialistas, não um regime aristocratizado ao sabor dos reacionários – como em certa medida era o caso da monarquia dos Hohenzollerns. Para o sociólogo de Heidelberg, a jaula de aço inerente à vida burocratizada moderna – a qual passa pela democracia liberal – não tende a produzir crítica e antagonismo, mas uma “resignação heroica”, como diz Löwy. Em Weber, a elitização/aristocratização da política brota da própria democracia liberal e surte efeitos mais profícuos para um país com ideais imperialistas do que um regime de ranço feudal.

Com base nesse raciocínio, Mészáros justifica a difusão de Weber no pós-2º Guerra na Europa e nos EUA: com sua visão de mundo fatalista associada à sua epistemologia de substrato neokantiano e de desfecho positivista, Weber estava bem situado para ser a antípoda do marxismo. Ademais, sua posição política favorável à democracia liberal – com destaque na constituição da República de Weimar – o capacitava a ser alçado a paladino da democracia contra os “totalitarismos” (leia-se o socialismo e o fascismo). Essa faceta de Weber expressaria a sua face voltada à apologética direta do capitalismo.

Contudo, conforme a leitura de Lukács, a outra face da “Cabeça de Janus” é justamente a apologética indireta do capitalismo, a sua imagem do mundo fortemente comprometida com o irracionismo alemão. Conforme procuramos apresentar nesse artigo, o Weber enquanto homem político é fortemente comprometido com a Alemanha e seus interesses imperialistas, o que não o permite que se deixe mergulhar totalmente no irracionismo, mas está, digamos, com metade do seu corpo nele. Sua consideração de que a Modernidade é sinônimo de racionalização a qual conduz à burocratização da vida traz o atalho para o escapismo, para o misticismo irracionista, que, nos tempos atuais, engrossa as fileiras da extrema direita e do neofascismo em variados países, imperialistas e dependentes. Diante de uma Alemanha fortemente industrializada, mas alijada das possessões coloniais, e de um forte e vigoroso movimento operário socialdemocrata, a visão de mundo pessimista de Weber muito mais do

que apenas fomentar a resignação, pode ter contribuído para disseminar o clima intelectual que posteriormente endossou o reacionarismo chauvinista do nazifascismo. Afinal, como afirma Lukács, “não há nenhuma tomada de posição filosófica ‘inocente’”: “a possibilidade de uma ideologia fascista, reacionária e agressiva está contida objetivamente em toda a expressão filosófica do irracionalismo” (Lukács, 2020, p. 34).

### Referências bibliográficas

- COHN, G. *Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- COUTINHO, C. N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- GIANNA, S. D. *Decadência Ideológica do Pensamento Burguês: a crítica ontológica de Lukács ao agnosticismo e ao irracionalismo*. Marília: Lutas Anticapital, 2022.
- LÖWY, M. *A Jaula de Aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LUKÁCS, G. *A Destruição da Razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- LUKÁCS, G. *Existencialismo ou Marxismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979.
- MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 4ª ed. - São Paulo, Cortez, 2005.
- OLIVEIRA, R.C. *As Raízes Históricas da Sociologia de Max Weber*. Tese, 2008, ESS/UFRJ.
- WEBER, M. *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Ática, 2011.
- WOOD, E. M. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

## VI MINEPS 2017: Esporte, Organismos Internacionais e Neoliberalismo

### VI MINEPS 2017: Sport, International Organizations and Neoliberalism

Marcelo Paula de Melo\*

Emanoel Borges Candal\*\*

Fernando Henrique Carneiro\*\*\*

**Resumo:** Por meio da atuação dos Organismos Internacionais em diversos campos é possível analisarmos as relações entre as transformações, características e estratégias das ações burguesas em seus programas e ações políticas. Esse texto pretende investigar as indicações e recomendações da VI Conferência de Ministros e Alto Funcionários da EF e do Esporte (MINEPS), realizada em Kazan (Rússia) no ano de 2017. Especialmente, intentamos investigar a relação dessas indicações e recomendações para as políticas públicas de Esporte, Educação Física e Lazer. Ao longo das reflexões, foi possível perceber uma EF voltada à difusão de valores nos marcos do capital, em especial com características de associação às demandas estruturais neoliberais pelo alto desemprego e informalidade.

**Palavras-chaves:** UNESCO, Educação Física, MINEPS 2017 e Neoliberalismo.

**Abstract:** Through the work of International Organizations in various fields, it is possible to analyze the relationships between the transformations, characteristics and strategies of bourgeois actions in their programs and political actions. This text intends to investigate the indications and recommendations of the VI Conference of Ministers and Senior Officials of EF and Sport (MINEPS), held in Kazan (Russia) in 2017. Especially, we intend to investigate the relationship of these indications and recommendations to public policies of Sport, Physical Education and Leisure. Throughout the reflections, it was possible to perceive an EF focused on the diffusion of values in the landmarks of capital, especially with characteristics of association with neoliberal structural demands due to high unemployment and informality.

**Keywords:** UNESCO; Physical Education; MINEPS 2017 and Neoliberalism.

\* Mestre em educação (UFF); doutor em Serviço Social (UFRJ), professor da EEFD-UFRJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0146-4275>

\*\* Mestre em Educação (UFRJ) e professor da SME-RJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3277-0398>

\*\*\* Mestre e doutor em Educação Física (UNB) e professor do Instituto Federal de Goiás. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2800-1895>

## Introdução

Por meio da atuação dos Organismos Internacionais em diversos campos é possível analisarmos as relações entre as transformações, características e estratégias das ações burguesas em seus programas e ações políticas. A conformação de organismos supostamente de ajuda técnica, compostas seja por indicações governamentais, seja por técnicos contratados por esses organismos, acaba conferindo às ações políticas dos Organismos Internacionais uma conotação de ação com vistas à solução de problemas de diversas naturezas. Não sendo uma intervenção direta de países capitalistas centrais sobre outros capitalistas dependentes ou mesmo recém saídos de processos de libertação nacional e\ou colonial, os programas e políticas públicas cancelados e\ou diretamente executadas por equipes desses organismos raramente recebem alcunha de ação para realizar interesses de classe (burguesa). Essa característica acima indicada é mais forte nos programas, políticas e projetos das agências do Sistema das Organizações das Nações Unidas. A Educação Física, por sua vez, não fica de fora destas indicações e também é fruto de variadas produções por parte destas organizações.

Esse texto buscará estudar um campo particular de ação da ONU, através de sua Agência Especial para a Educação, Ciência e Cultura (ONU-UNESCO). Abarcando suas proposições para o campo da Educação Física (EF), Esporte e Lazer, queremos destacar a Conferência de Ministros e Alto Funcionários da EF e do esporte (MINEPS). Com edições em 1976 (Montreal, Canadá), 1988 (Moscou, URSS), 1999 (Punta del Este, Uruguai), 2004 (Atenas, Grécia), 2013 (Berlim, Alemanha), tendo sua mais recente versão em 2017 (Kazan, Rússia). A MINEPS é um encontro mundial de autoridades e organizações ligadas ao campo para debater e atualizar questões pertinentes ao que eles definem como “Educação Física e Esportes”, englobando direcionamentos no prisma das políticas públicas em EF fora do espaço escolar e dentro dele. Nas palavras da própria apresentação da conferência:

A MINEPS é a única plataforma global deste tipo no mundo. Os resultados da MINEPS não só ajudam a estabelecer a direção geral do programa de educação física e esporte da UNESCO, como também norteiam a implantação de políticas e práticas efetivas por governos no mundo todo (ONU-UNESCO, 2013, p. 1).

Esse texto pretende investigar as indicações e recomendações da VI Conferência de Ministros e Alto Funcionários da EF e do Esporte (MINEPS), realizada em Kazan (Rússia) no ano de 2017. Especialmente, intentamos investigar a relação dessas indicações e recomendações para as políticas públicas de Esporte, Educação Física e Lazer como expressão da realização dos embates entre classes sociais que conformam nosso tempo histórico. Ao longo do trabalho, refletimos sobre perguntas norteadoras desta pesquisa, que são explicitadas abaixo:

1) É possível identificar apontamentos nos documentos da ONU-UNESCO para o campo da EF que se relacione com a estruturação neoliberal atual, em especial questões como reforma do Estado, as novas configurações do mundo do trabalho, a flexibilização e as ações de tentativa de naturalização da precariedade? 2) Como esse elemento se materializa nas políticas recomendadas nesse relevante documento?

A escolha dos documentos chaves da MINEPS 2017 (ONU-UNESCO, 2017a; 2017b) se dá pela relevância que ocupam no cenário internacional para o campo e sua não separação entre si, sendo pilares de reivindicações deste organismo internacional, além de se relacionarem com outros aspectos mais gerais, tais como as Metas de Desenvolvimento do Milênio, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU-UNESCO, 2015) dentre outros. Para maior especificidade em relação a forma de análise dos documentos da EF produzidos pela UNESCO já citados (ONU-UNESCO, 2017a; 2017b, ONU-UNESCO, 2015), realizaremos análise documental.

A importância dos organismos internacionais tem sido cada vez maior no que diz respeito aos encaminhamentos para as políticas mundiais. Essas organizações não somente cumprem papel de formulação e indicação das políticas, mas também de produção de relatórios e constatações do movimento capitalista que norteiam as possíveis ações futuras e as avaliam. Assim, garantem a divisão internacional do trabalho em diferentes prismas, através da educação, da ciência e da cultura, como o caso direto da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), fundada em 1946 que centraliza sua atuação, em especial no campo da educação, das ciências humanas e sociais, cultura, ciências naturais, comunicação e informação. Outros organismos aparecem como centrais e em relação indissociável entre eles para a consolidação da organização social nos marcos capitalistas, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional intimamente ligados à reafirmação do fortalecimento do capitalismo em nível global.

As aproximações das discussões da Educação Física com Serviço Social intensificaram-se nas últimas décadas. Foram comuns a realização de estudos de Pós graduação por parte de professores e professoras de Educação Física no âmbito de programas de Serviço Social. Os debates acerca do esporte e outros elementos da cultura corporal como direitos sociais (Penna, 2011; Melo, 2011; Athayde, 2014), as relações Estado e Sociedade civil com avanço de projeto neoliberal e suas implicações nas Políticas de Esporte e lazer (Melo, 2011; Andrade, 2018), as contradições dos grandes eventos esportivos para sociedade Brasileira (Figueiredo, 2017) foram objetos de estudos variados de professores e professoras de Educação Física em Programas de Pós-graduação em Serviço Social. Tendo como pano de fundo as mudanças nas dinâmicas das

lutas entre as classes sociais na atual fase da sociedade burguesa, essa bebida da Educação Física ao Serviço Social, significou situar seus elementos centrais aos princípios éticos políticos de uma bibliografia crítica- com aproximações variadas ao marxismo- que foi pouco presente inicialmente na Educação Física. A qualificação ético-política das discussões da Educação Física, assumindo a radicalidade do marxismo, deve-se também a essa aproximação.

### **Políticas sociais e capitalismo neoliberal**

O capitalismo contemporâneo vem expressando evidências cada vez mais significativas sobre sua característica extremamente efetiva de elevar, em larga escala, o nível de expropriação e exploração da força de trabalho e da natureza. Faz isso como supostas expressões de liberdade, mas com índices humanitários cada vez mais preocupantes. A precarização da vida, a desregulamentação e flexibilização do trabalho, altas taxas de desemprego e a informalidade em nível mundial são características que podem ser percebidas. É também perceptível um aspecto importante em meio a tantos indícios de extrema pauperização, como os discursos de romantização destas condições de precariedade estruturados, a partir de uma lógica meritocrática e distante da totalidade. Estes são acompanhados da justificativa de características meramente individuais, atribuindo o difícil momento do capitalismo à postura dos trabalhadores ou ao âmbito “natural” da própria engrenagem produtiva mundial. Com isso, busca-se dificultar a associação direta, pelas maiorias populares, de suas difíceis condições de vida, com as premissas básicas do projeto neoliberal e ao próprio modo de produção capitalista. É possível perceber o avanço de espaços supostamente motivacionais, proposta de caminhos para o empreendedorismo e exaltação de exceções- que como nos ensina a matemática apenas confirma a regra- que ascenderam socialmente, por meio do trabalho e da vida precária, colocando-os como exemplos de postura e de julgamento moral ao restante da população.

Fontes (2017) alerta para o estratégico e complexo processo educativo a que os trabalhadores são submetidos, onde por trás ocorre o aumento da concentração de riqueza e controle e, conseqüentemente, desigualdade e desemprego. Tal processo tenta naturalizar assim as retiradas de direitos de forma passiva e quase automática por parte do próprio trabalhador com a urgência legítima de atender às suas necessidades materiais imediatas de existência. Como afirma Fontes (2017, p. 49):

Os Estados capitalistas realizaram um duplo movimento: reduziram sua intervenção na reprodução da força de trabalho empregada, ampliando a contenção da massa crescente de trabalhadores desempregados, preparando-os para a subordinação direta ao capital. Isso envolve assumir, de maneira mais incisiva, processos educativos elaborados pelo patronato, como o empreendedorismo e, sobretudo, apoiar resolutamente o empresariado no

disciplinamento de uma força de trabalho para a qual o desemprego tornou-se condição normal (e não apenas mais ameaça disciplinadora).

A crítica ao Estado capitalista não é em absoluta a proposição de uma situação social de vida pré ou não estatal. Como mostra Mézaros (2015, p. 16), “apenas os apologistas interesseiros do sistema do capital podem acusar os defensores da alternativa socialista de pedirem uma “anarquia utópica sem lei”. Nada poderia ser mais longe da verdade”.

Mais ainda, a reprodução das relações sociais capitalistas não tem predileção a priori por qualquer modalidade estatal ou adjetivo acerca de sua lógica de funcionamento. O processo histórico mostra que não há nenhuma barreira a priori entre desenvolvimento de relações sociais capitalistas e formas abertamente ditatoriais. Não por acaso,

As formações estatais do sistema do capital nunca poderiam cumprir suas funções corretivas e de estabilização exigidas (e, assim, prevalecer sobre as tendências potencialmente perturbadoras) sem sobrepujarem-se a todas as resistências encontradas como um corpo alienado *par excellence* de tomada de decisão global. (...) Consequentemente, dada a sua função absolutamente crucial no processo de reprodução social global, o tipo de defesa legitimadora do Estado próprio do metabolismo social estabelecido não pode assumir qualquer outra forma senão a sobreposição a todo custo (Mézaros, 2015, p. 17/8).

O neoliberalismo, enquanto expressão da dinâmica de organização societal capitalista nos últimos 40 anos, parece apontar para uma suposta pacificação da luta de classes por meio da distância estabelecida, por exemplo, na relação patrão x trabalhador, no aguçamento da competição entre os próprios trabalhadores (diminuindo sua própria noção enquanto classe) e na própria estratégia de diminuir a capacidade de percepção de detenção dos meios de produção e do próprio processo produtivo. Por outro lado, as contradições também se acirram. Embora tenhamos características específicas deste momento histórico, é importante observar que estamos diante de brusca potencialização das relações capitalistas e da extração de mais-valia (não de sua supressão realizada pelo avanço tecnológico ou características estruturais outras de sociedade). O alerta de Elaine Behring (2023) acerca da ofensiva ultraneoliberal no mundo serve com nitidez para definirmos essa época.

A diminuição do trabalho sindicalizado por meio da expressão da precarização de trabalho por aplicativo não é a mesma coisa que dizer que fim da luta de classes. Apenas que os trabalhadores e trabalhadoras ultraprecarizados não conseguem mecanismos coletivos de defenderem-se da realização dos interesses de classes de seus novos patrões- agora fundos de investimento invisíveis a olhos nus em companhias globais. Não existe demonstração mais cabal da luta de classes que essa, ainda que os resultados sejam trágicos aos trabalhadores e trabalhadoras.

A expressão de menor precariedade existencial aos trabalhadores e trabalhadoras na segunda metade do século XX - a experiência breve e geograficamente localizada do estado social europeu -, justamente onde o movimento sindical, popular e de partidos de esquerdas fortíssimos, indica que foi a luta de classes dos de baixo que a viabilizou. Assim como sua débâcle e destruição deve ser compreendida como expressão da luta de classe burguesa com vistas elevar os níveis de exploração da força de trabalho por diversos mecanismos, incluindo a internacionalização extrema da produção capitalista, algo então inédito e em processo de aprofundamento. No momento em que senão fim da luta de classes, mas, sobretudo seu esvaecimento como elemento da explicação - e também e principalmente - da ação política efetiva nas diversas sociedades são celebrados ou tratados com naturalidade vemos que diversas expressões da realidade social seguem indicando a existência de interesses objetivos antagônicos e inconciliáveis.

Esses processos são manifestações efetivas da luta de classes. Em muitos casos por não haver seja uma classe trabalhadora de tipo industrial- algo impossível em países de então recentíssima industrialização- seja um partido comunista com muitos adeptos, as lutas de libertação anticolonial não foram tomadas como expressão das lutas de classes.

Com esses elementos apresentados, podemos refletir sobre algumas características que se apresentam atualmente. O conjunto de reformas amplamente difundidas, em especial no campo trabalhista, previdenciário, da legislação ambiental e dos direitos sociais de maneira geral tem sido reforçado como naturais ao processo de recuperação econômica e ganham extrema centralidade na conjuntura político-econômica. Tais reformas se dão com intensidade nos países periféricos do capital, mas também se acirram em polos centrais como a Europa e EUA. Não são poucos os casos de ações, por parte dos Estados, que vêm estruturando reformas em diferentes frentes sociais, em especial desde o início dos anos 1990, parecendo ocorrer com maior intensidade nos ataques aos direitos e no avanço da repressão aos movimentos contrários nesta segunda década do século XXI com a ascensão, inclusive, de setores de extrema direita em escala global.

Granemam (2017) afirma que as políticas sociais na atualidade, diferente dos anos de ouro do capitalismo mundial, deixam de ser centrais à dinâmica de acumulação e realização de lucros. Contrariamente tornam-se uma barreira na medida em que exigem direcionamentos do fundo público para atender às demandas da classe trabalhadora. É esse quadro explicativo que possibilita à compreensão de como uma série de ataques em diversos países à conquistas dos trabalhadores são levados adiante, malgrado o cinismo reinante de seus defensores. A privatização das políticas sociais, nas suas mais variadas formas e mecanismos, é parte central

desse quadro.

Ao passo em que lidamos com políticas que se apresentam como avanços e se estabelecem na esperança salvacionista e com o discurso da utilização da tecnologia, por exemplo, para melhora de questões sociais, é possível perceber, por outro lado, fortes contradições. Estas se apresentam pelos limites essenciais às relações da divisão internacional do trabalho/lugar político-econômico que os países periféricos ocupam, não rompendo, portanto, com a estruturação do capitalismo mundial, sequer focalizando a análise nesta origem. Pelo contrário, o aparecimento de medidas e ações estatais e/ou empresariais que se apresentam como solucionadores de específico problema, tendem a reforçar e reproduzir a lógica de boas ações no sentido moral e distanciar a análise crítica ao movimento real do capitalismo mundial globalizado que lucra com as desigualdades. Importante destacar as recorrentes ações, em diversos campos sociais, que assumem caráter “compensatório” tendo em seus eixos estruturais as ações filantrópicas e discursos para o desenvolvimento de países com alto índice de desigualdade e pobreza propagandeadas como ações salvadoras de males sociais típicos da dinâmica de exploração do capitalismo.

Com isso, se faz central que não desvinculemos estas medidas com a dinâmica de classes no mundo em que se estrutura a sociedade capitalista e a relação de exploração que se intensifica em momento de agudização da crise. É importante atentarmos que os organismos internacionais estão intrinsecamente ligados às políticas desenvolvidas nos países periféricos, que, por sua vez, ocupam lugares na divisão internacional do trabalho e cumprem papéis importantes para a sustentação do capitalismo mundial. Papéis estes de serem redutos de grande exploração e de expropriações cada vez mais intensas às populações trabalhadoras, embora em muitas vezes estas sejam propagandeadas como única solução e/ou com discurso legitimador de mais e mais expropriação (como o caso dos variados cortes em gastos públicos).

## **VI MINEPS 2017 como materialização da ação**

A MINEPS é um encontro mundial de autoridades e organizações ligadas ao campo para debater e atualizar questões pertinentes as políticas públicas de Educação Física, Esportes e Lazer, fora do espaço escolar e dentro dele. Na apresentação da conferência, encontramos as seguintes informações: A MINEPS como plataforma global; seus resultados não só ajudam a estabelecer a direção geral do programa de educação física e esporte da UNESCO, como também norteiam a implantação de políticas e práticas efetivas por governos no mundo todo (ONU-UNESCO, 2013, p. 1).

A VI Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários responsáveis pela

Educação Física e Esportes, realizada em Kazan (Rússia, de 13 a 15 de julho de 2017), foi sistematizada em um documento de 62 páginas. Está dividido em “AGRADECIMENTOS”, “VISÃO DO CONJUNTO”, “PRINCIPAIS PONTOS DE DEBATE” e as cláusulas encaminhadas na conferência. Constam também três anexos. São eles: “PLANO DE AÇÃO”; relatoria, falas e programação intitulada “ORDEM DO DIA ANOTADA” e “LISTA DE PARTICIPANTES”. Estiveram presentes 97 Estados membros, 1 Estado não membro, 7 organizações intergovernamentais e 53 organizações não governamentais. É possível identificar, no último anexo do documento, empresas e instituições, confederações esportivas nacionais, universidades privadas, além de federações internacionais esportivas (ONU-UNESCO, 2017a, p.53-57). Está expresso que a VI MINEPS teve como centralidade a análise e os apontamentos para materialização dos encaminhamentos realizados na V MINEPS (2013) e pela Carta Internacional da Educação Física (2015), como é possível identificar abaixo:

MINEPS VI se centró en la aplicación de la Declaración de Berlín, que se aprobó en MINEPS V, celebrada en Berlín (Alemania) en 2013, y de la Carta Internacional de la Educación Física, la Actividad Física y el Deporte. La Conferencia tenía cuatro objetivos principales: i) reconocer el marco de seguimiento de las políticas de deporte de MINEPS como un instrumento útil de carácter voluntario para propiciar la convergencia y la cooperación internacionales en la evaluación de los avances alcanzados en la formulación de políticas deportivas; ii) reconocer la información concreta recopilada por los grupos de trabajo en la que se basará el marco; iii) comprometerse a reforzar los vínculos entre la formulación de políticas deportivas y los Objetivos de Desarrollo Sostenible; y iv) comprometerse a cooperar a escala internacional en iniciativas específicas. Estos objetivos sirvieron de base para la aprobación del Plan de Acción de Kazán (ONU-UNESCO, 2017a, p. 4).

Vale, então, ressaltar os objetivos centrais elencados no documento no tópico citado. No item I, o norteamento de reconhecimento das proposições da MINEPS, como instrumento para propiciar a convergência nas políticas, revela a preocupação para o desenvolvimento das políticas do campo nos países, expressando, assim, a posição de se ter um projeto de difusão das mesmas com um determinado direcionamento. No item III, a citação aos objetivos do chamado Desenvolvimento Sustentável aparece mais uma vez, assim como na Carta Internacional, demonstrando a articulação das ações variadas dos encaminhamentos da conferência com o documento geral da ONU, associando o campo da Educação Física ao (suposto) cumprimento destes objetivos. São eles:

- 1- erradicação da pobreza;
- 2- fome zero;
- 3- boa saúde e bem-estar;
- 4- educação de qualidade;
- 5- igualdade de gênero;
- 6- água limpa e saneamento;
- 7- energia acessível e limpa;
- 8- emprego digno e crescimento econômico;
- 9- indústria, inovação e infraestrutura;
- 10- redução das desigualdades;
- 11- cidades e comunidades sustentáveis;
- 12- consumo e produção responsáveis;
- 13- combate às alterações climáticas;
- 14- vida debaixo d'água;
- 15- vida sobre a terra;
- 16- paz, justiça e instituições fortes;
- 17- parcerias em prol das metas

(ONU, 2016).

Os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ONU, 2000), nos anos 1990, totalizavam oito. Há um crescimento deste quantitativo de objetivos, a repetição fundamental da totalidade dos problemas indicados e o adiamento constante de metas anteriores junto a elaboração de novas metas em novas agendas e programas. No site da conferência é possível perceber novamente a centralidade dessas relações, conforme podemos observar no trecho abaixo, desdobrando em demais ações futuras compromissadas com a relação entre Educação Física e tais documentos gerais da ONU. Vejamos:

Como a UNESCO está comprometida em alinhar seus programas e atividades com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o MINEPS VI fornecerá uma plataforma para discutir educação física, atividade física e esporte, à luz de sua contribuição para alcançar os ODS. (..) Os seguintes ODS são particularmente relevantes: 3: Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4: Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 8: Promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 10: Reduzir a desigualdade dentro e entre países; 11: Tornar cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; assim como 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Antes e durante o MINEPS VI, os Estados Membros e os movimentos esportivos serão convidados a compartilhar exemplos de boas práticas. (...) Essa intenção de vincular as atividades esportivas à Agenda 2030 reconhece a necessidade de um impacto positivo dos investimentos no esporte no desenvolvimento. Portanto, será importante que uma estrutura para os formuladores de políticas contenha indicadores mensuráveis e um compromisso de todas as partes interessadas em operacionalizar intenções de desenvolvimento ao planejar programas, projetos e eventos (ONU-UNESCO, 2017b).

O processo citado, no final do trecho acima, também dialoga com as formulações das políticas, indicando de forma ainda mais profunda o interesse de articulação com a efetivação dos objetivos de documentos gerais do sistema ONU-UNESCO. Tal questão se confirma no próprio documento final da conferência. Temos:

El CIGEPEPS decidió que MINEPS VI se centraría en hacer una llamada a la acción para llevar a la práctica los compromisos de los ministros asumidos en la Declaración de Berlín y las expectativas y normas consagradas en la Carta Internacional de la Educación Física, la Actividad Física y el Deporte en el marco de los Objetivos de Desarrollo Sostenible y la Agenda 2030. Por lo tanto, pareció oportuno adoptar un nuevo marco para vincular los tres documentos (ONU-UNESCO, 2017a, p. 12).

Encontramos com mais ênfase questões a serem aprofundadas e discutidas relacionadas diretamente aos processos de naturalização das contradições do capitalismo, como indicações que acirram as políticas de reformas que vêm sendo tocadas como supostas soluções para a crise (em especial para países periféricos); o caráter educativo da Educação Física dentro dos marcos hegemônicos e de pacificação da luta de classes como solucionadora de conflitos e para o que chamam de “uma cultura de paz a partir do ensino de valores socialmente aceitos” (ONU-UNESCO, 2017a, 2017b); o direcionamento para a ação da sociedade civil como garantidora dos direitos sociais (inclusive como parceiras das escolas públicas estatais) por meio do incentivo das chamadas relações público-privadas; a forte visão salvacionista em relação as práticas corporais. O aprofundamento do projeto neoliberal, com seus conhecidos resultados, tem na naturalização da privatização da ação estatal por meio de organismos supostamente sem fins de lucro um de meios mais expressos de efetivação.

Abaixo, podemos observar norteamentos que serão desdobrados, posteriormente, no documento e que vão demonstrar de forma mais concreta as questões colocadas anteriormente:

II. Potenciar al máximo la contribución del deporte al desarrollo sostenible y la paz II.1 Mejorar la salud y el bienestar de todos a cualquier edad II.2 Lograr que las ciudades y los asentamientos sean inclusivos, seguros, resilientes y sostenibles II.3 Brindar una educación de calidad y promover el aprendizaje permanente para todos y la adquisición de competencias a través del deporte II.4 Construir sociedades pacíficas, inclusivas y equitativas II.5 Facilitar el crecimiento económico y el empleo pleno y productivo y el trabajo para todos II.6 Promover la igualdad entre hombres y mujeres y empoderar a las mujeres y a las niñas II.7 Garantizar modalidades de consumo y producción sostenibles y adoptar medidas urgentes para combatir el cambio climático y sus efectos II.8 Construir a todos los niveles instituciones eficaces e inclusivas que rindan cuentas (ONU-UNESCO, 2017a, p. 13).

No trecho que levanta a percepção relacionada ao tema das contribuições da Educação Física para o “desenvolvimento econômico, o emprego pleno e produtivo e o trabalho para todos” (citado no tópico II.5 da citação anterior), podemos constatar o deliberado tratamento como sinônimos aos conceitos de emprego e trabalho, parte determinante da naturalização da flexibilidade, do voluntariado e de uma educação relacionada aos marcos empreendedores /empresariais, sendo estes apontamentos para atingir o que chamarão de “emprego pleno” e “aumento da produtividade”, se estreitando aos apontamentos realizados anteriormente que analisam os aspectos da uberização do trabalho. O trecho abaixo, que analisa a conjuntura para as ações relacionadas a essa problemática, expressa este direcionamento:

El atractivo del deporte para los jóvenes hace de este un marco valioso para iniciativas de empleabilidad (meta 4.4), como por ejemplo de formación empresarial (metas 8.5 y 8.6). El voluntariado también contribuye de forma importante. Puede cosecharse más beneficio económico de las políticas deliberadas destinadas a incrementar las contribuciones voluntarias de

funcionarios, orientadores, padres y otros grupos que aportan beneficios sociales y de salud mediante el apoyo a programas de actividades físicas y deportivas eficaces en función de los costes (ONU-UNESCO, 2017a, p. 17).

Vale ressaltar que as metas estão em diálogo com as metas de desenvolvimento sustentável da agenda 2030. Especialmente a meta 4.4. indica: “Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” (ONU-UNESCO, 2017a, p. 18). O tópico 4.4 é emblemático na categorização e no apontamento de uma educação que se associa diretamente à crise no mercado de trabalho, sobretudo no que diz respeito aos jovens. As chamadas “habilidades relevantes” acompanhadas ao empreendedorismo demarcam o posicionamento de forma clara, no sentido educativo da juventude para naturalização dessas condições de trabalho. Também o movimento da entrada na informalidade como alternativa do desemprego deixa como questionamento uma duplicidade perversa nos apontamentos das metas de desenvolvimento citadas pelo trecho da VI MINEPS trazido. Aponta-se a busca pelo pleno emprego ao mesmo tempo em que o empreendedorismo e a construção de habilidades necessárias para a contemporaneidade figuram como centrais. Chama atenção também no trecho do documento citado a forte presença do voluntariado.

Há uma contradição entre informalidade e emprego digno na vida material do trabalhador. Sendo assim, o trecho citado evidencia-se como contraditório, mas ao mesmo tempo como naturalizador da resiliência para a precariedade através dos sentidos pedagógicos da Educação Física e seu campo econômico. Tais dados que demonstram sentido inverso às metas, revelam também a intrínseca relação entre a pauperização, acirramento da desigualdade e da exploração com o capitalismo, sendo estes condicionantes fundamentais de seu modus operandis.

No momento em que a crise sistêmica e estrutural do sistema metabólico do capital não dá nenhuma mostra de arrefecimento, com o aprofundar de suas contradições em termos de exploração do ser humano e do meio ambiente, seguem aparecendo vãs esperanças que ajustes na atuação estatal seria uma possível solução desses problemas. Como mostra Mézaros (2015, p. 15),

As tentativas de medidas corretivas do Estado- desde intervenções militares perigosas para enfrentar colapsos financeiros graves em escala monumental, incluindo operações de resgate do capitalismo privado realizado pela sempre crescente dívida pública da ordem de trilhões de dólares- parecem agravar os problemas, apesar das vãs garantias em contrário. (...) Por que as soluções tradicionais do Estado não conseguem produzir os resultados esperados? O Estado, tal qual constituído historicamente, é mesmo capaz de resolver todos

os nossos problemas ou o Estado como tal tornou-se um dos principais contribuintes para o agravamento de seus próprios problemas e para sua insolubilidade crônica?

Na parte do documento intitulado “Principais Pontos de Debate” há a presença relatada de debates acerca da importância da inclusão de minorias historicamente marginalizadas. Também há referência mais freqüente a convenções internacionais relacionadas à temática, com a preocupação em estabelecer ações para o acesso de pessoas com deficiência, além da necessidade de enfrentamento na disparidade das desigualdades de gênero e de sexo, com o apontamento de estreitamento de parcerias entre organizações esportivas e programas geridos pelas comunidades com as escolas (ONU-UNESCO, 2017a, p. 6). O segundo tema “Potenciar al máximo la contribución del deporte al desarrollo sostenible y la paz” contou com debates da articulação direta entre o esporte e os objetivos, em especial traçando princípios.

(...) El ponente principal destacó cuatro principios que deberían guiar la articulación de las políticas. En primer lugar, una política dirigida a potenciar al máximo la contribución del deporte debería reflejar datos e investigaciones, basándose en una teoría del cambio. En segundo lugar, para potenciar al máximo su impacto, el deporte debería integrarse en las políticas y los programas en toda una serie de ámbitos políticos. En tercer lugar, las contribuciones pueden realizarse a través del deporte y en el deporte. En cuarto lugar, es importante determinar con atención los ODS a los que puede contribuir el deporte, en lugar de considerarlo como un catalizador general (ONU- UNESCO, 2017a, p. 6-7).

O quarto princípio demonstra uma maior preocupação com a sistematização que relacione especificamente os objetivos e metas de desenvolvimento sustentável com o esporte, superando a visão de que o mesmo seria um catalizador geral independente do objetivo. Assim, esse movimento acaba elevando, de certa forma, o acúmulo, a objetividade e a profundidade dos encaminhamentos para o campo da Educação Física e esporte enquanto políticas sociais, revelando uma maior preocupação na efetiva implementação do projeto hegemônico de forma mais qualitativo. Outro elemento que reforça tal análise de aprofundamento é o ponto de debate principal seguinte desta mesma temática, conforme podemos observar abaixo:

Varios representantes de Estados Miembros se refirieron al hecho de que la capacidad que tiene el deporte de contribuir a la consolidación de la paz no conduce al cese de los conflictos y del uso de armas de fuego durante competiciones deportivas. En cambio, la guerra y los conflictos son un obstáculo para los programas de deportes, educación física y actividad física. Se propuso la formación de un grupo de trabajo internacional que examine 116 cómo el deporte puede contribuir verdaderamente a la paz (ONU-UNESCO, 2017a, p. 7).

Outro ponto de destaque é o retorno à articulação com a agenda 2030, a partir, principalmente, de dois tópicos. Um se referindo à presença do esporte no preâmbulo do documento de metas e o seguinte, reivindicando a citação direta do campo da EF, expressando

“preocupação” com sua ausência nas metas e objetivos da agenda. Isso pode ser observado em:

4. Destacando que en el preámbulo de la Agenda 2030 se reconoce que el deporte es un importante facilitador del desarrollo sostenible y la paz, 5. Expresando nuestra preocupación por que, salvo el reconocimiento general del deporte como facilitador, no se haga mención alguna de la educación física, la actividad física o el deporte en ninguno de los objetivos y metas de la Agenda 2030 (ONU-UNESCO, 2017a, p. 9).

No tópico 16, é possível identificar novamente a função do campo esportivo para a consolidação da operação nos marcos dominantes da potência de formação valorativa do esporte, articulando-o, inclusive, com a facilitação da transição entre escola e trabalho. Afirma que:

Reconociendo la importante función que desempeñan los jóvenes para potenciar al máximo la contribución del deporte al desarrollo sostenible y la paz, así como la fuerza positiva que puede tener el deporte para conseguir que los niños vayan a la escuela, apoyar las posibilidades de empleo de los jóvenes y facilitar la transición de la escuela al trabajo (ONU-UNESCO, 2017a, p. 10).

Tal trecho aponta para uma concepção de esporte nos marcos de funcionamento social dominante e podendo se articular às características contemporâneas do capitalismo em intensa precariedade das condições de vida e trabalho. Para além de particularidades nacionais, o ponto em comum das reformas trabalhistas foi a desproteção social e a precarização da vida. Ressaltaremos a parte “Redacción de las esferas políticas principales y específicas” por sintetizar as visões de forma mais evidente sobre as principais esferas políticas, revelando com maior clareza os posicionamentos que norteiam a organização e os trabalhos da VI MINEPS. Primeiramente, podemos citar a descrição da primeira esfera política principal, conforme podemos visualizar abaixo:

Establecer alianzas entre múltiples interesados la gran diversidad de formas y contextos de la educación física, la actividad física y el deporte sugiere que gran parte de la importancia que revisten para la sociedad civil reside en su variedad y adaptabilidad. A fin de materializar por completo su potencial, es necesaria la cooperación entre sectores públicos, como la sanidad, la educación, el desarrollo urbano, las infraestructuras y el transporte, e interesados del sector privado, para elaborar y aplicar legislación, reglamentos y planes de acción nacionales. Estas medidas, llevadas a cabo en sinergia, promueven la continuidad de la práctica y el acceso a la actividad física a cualquier edad. Su objetivo es promover la autonomía, en un contexto tanto individual como colectivo, y evitar que se abandone la práctica (debido, por ejemplo, a la edad, a circunstancias de la vida, a condiciones sociales y de salud, a la discriminación). Es necesario definir, desarrollar y compartir conjuntos de herramientas y otros mecanismos de apoyo en pro de esta colaboración intersectorial (ONU-UNESCO, 2017a, p. 14).

Essa descrição demonstra norteamo claro de apontamentos para as políticas, a partir dos processos de parcerias público-privadas entre Estado e o setor privado com foco em direitos

básicos fundamentais, como o caso da saúde, da educação, desenvolvimento urbano, transporte e infraestrutura. Tal direcionamento para materializar estes direitos que se tornam serviços na lógica privada, supostamente consolidaria a possibilidade de acesso à atividade física, aumentando a autonomia e diminuindo a evasão destas práticas por conta da idade e condições materiais da vida.

Há forte relação entre a idade de trabalho e a evasão e diminuição das práticas corporais. Tal afirmativa, no trecho citado, é universalizante para um mundo profundamente desigual e cada vez mais precário em condições básicas de vida e de direitos, justamente pelo processo de intensificação neoliberal, de enxugamento do Estado e de forte relação entre o mesmo e as grandes empresas do setor privado, além da sua intensa desresponsabilização nas mais variadas áreas de direitos sociais. Sendo assim, o trecho corrobora o projeto neoliberal, em sua essência, e inverte o movimento do real como véu para a justificativa dele mesmo e da solução da precariedade com mais precariedade.

Mais adiante, ainda nas descrições, especificamente na linha cinco da segunda esfera política principal denominada “POTENCIAR AL MÁXIMO LA CONTRIBUCIÓN DEL DEPORTE AL DESARROLLO SOSTENIBLE Y LA PAZ”, é possível perceber a relação base encaminhada pela MINEPS entre educação física, emprego, produção e trabalho, conforme podemos observar abaixo:

II.5 Facilitar el crecimiento económico y el empleo pleno y productivo y el trabajo para todos Puede constatarse en diversos contextos la contribución de la educación física, la actividad física y el deporte al crecimiento económico, el aumento de la productividad y el empleo. Se calcula que la industria del deporte contribuye con hasta el 1% del producto interno bruto mundial y estimular el desarrollo del sector puede generar más beneficios. Potenciar al máximo el turismo deportivo de eventos y el turismo activo de ocio, en particular, puede ser de ayuda en este empeño (meta 8.2). El atractivo del deporte para los jóvenes hace de este un marco valioso para iniciativas de empleabilidad (meta 4.4), como por ejemplo de formación empresarial (metas 8.5 y 8.6). El voluntariado también contribuye de forma importante. Puede cosecharse más beneficio económico de las políticas deliberadas destinadas a incrementar las contribuciones voluntarias de funcionarios, orientadores, padres y otros grupos que aportan beneficios sociales y de salud mediante el apoyo a programas de actividades físicas y deportivas eficaces en función de los costes (meta 8.3) (ONU-UNESCO, 2017a, p. 17).

Salta aos olhos o trecho no qual se associa o atrativo dos jovens para o esporte à oportunidade de formação empresarial (em citação às metas 8.5 e 8.6 da agenda 2030). Tal relação reforça o entendimento de que há, no esporte, as possibilidades de difusão de valores empreendedores e a utilização do mesmo como instrumento de difusão destes. Logo, em sequência, novamente, aparece a reafirmação da contribuição do voluntariado para os

benefícios econômicos, além de finalizar articulando a EF e os benefícios sociais e de saúde com as possibilidades de parcerias também no sentido voluntarista com diferentes grupos sociais.

A substituição de postos de trabalho perdidos via robotização e ou maior maquinização do processo produtivo na indústria, agricultura e serviços gerou o fetiche de que esse manancial de postos de trabalho perdidos seria reabsorvido em campos novos de atividade capitalista. Os trabalhos precarizados em elaboração e entrega de refeições, assim como outras formas de trabalhos mediadas por empresas de aplicativos, em hipótese alguma são suficientes para garantir a existência de trabalhadores e suas famílias com mínimo de dignidade. De acordo com David Harvey (2018, p. 15):

A criação, por meio do desemprego tecnologicamente induzido, de um exército industrial de reserva, põe em foco as adaptações tecnológicas capazes de poupar mão de obra. Inovações que melhoram a eficiência e a coordenação, ou aceleram os tempos de rotação na produção e na circulação, produzem quantidades maiores de mais valor para o capital (...). Novas tecnologias e inovação de produtos andam de mãos dadas.

Não por acaso, o desafio pedagógico dos mantenedores diretos ou indiretos da ordem do capital é apresentar soluções mágicas e superficiais para problemas que exigiram soluções radicais e antisistêmicas. Mészáros (2015, p. 25) afirma não ser surpresa que, diante da impossibilidade de qualquer proposição estruturalmente equitativa, o pensamento e projeto liberal de sociedade no máximo defenda uma ordem “*mais equitativa*, o que sempre significou muito menos que *equitativa*”. Os momentos da apologia indireta da ordem são constantes. A defesa de que somente com crescimento econômico é possível minorar a pobreza e desigualdade não dizem que isso se deve ao fato de não arranharem estruturalmente a desigualdade social, de renda e patrimônio que marcam as sociedades existentes. Como defende Mészáros (2015, p. 25-26)

Não surpreende, portanto, que simultaneamente ao desenrolar da *crise estrutural* do sistema do capital, o então tendencioso liberalismo reformatório rapidamente se metamorfosiasse em uma forma mais agressiva do *neoliberalismo* apologético do Estado. (...). Durante muito tempo, a promessa gratuita de todos os tipos de apologias do capital- (...) - foi que *o bolo a ser distribuído crescerá eternamente*, trazendo felicidade plena para absolutamente todos. *A distribuição abundante cuidará de tudo*, ninguém deveria se preocupar com os problemas da *produção*. Porém, o bolo simplesmente se recusou a crescer, de modo a corresponder a qualquer variedade da projetada “maior felicidade”. A crise estrutural do capital tinha posto fim a essas fantasias.

A propaganda deliberada da chamada ESG por parte dos apologistas burgueses (sejam entidades empresariais, seus congêneres nas grandes mídias ou suas fundações e prepostos nas

universidades) é apenas a mais nova versão de um prato requeimado. Uma adaptação de sigla em inglês adotada em diversos países, a ESG é o acrônimo para *Environmental, Social and Corporate Governance*. Uma tradução para Governança Ambiental, Social e Corporativa.

### Considerações finais

Chama atenção, no discurso materializado nos documentos e nas ações destes organismos, forte aspecto pacificador e filantrópico, além de uma objetividade nas ações do campo da EF no sentido “salvacionista” de aspectos sociais precários que a própria dinâmica capitalista apresenta, em essência. Ao longo do documento analisado e de outras produções em diálogo, foi possível observar as inúmeras citações ao que chamaram de “valores e habilidades intrínsecos à sociedade do século XXI”, a resiliência como objetivo a ser buscado pelas populações vítimas de intensa precariedade ou de situações de calamidade ambientais e político-econômicas realizadas pelo capital. Além disso, através da aproximação com a educação básica e outros espaços da educação não formal, em que a EF possa estar inserida, em especial em projetos sociais, há uma busca por difusão do empreendedorismo e, conseqüentemente, a romantização do trabalho precário. Foi possível observar também a materialização de algumas ações burguesas, não necessariamente em diálogo direto às produções analisadas, mas com claro estreitamento, a partir da utilização do esporte como parâmetro para a educação nos marcos neoliberais, explorando suas características de superação, meritocracia etc. Sendo assim, demonstra como as novas configurações de um mundo do trabalho uberizado, flexível e o aprofundamento da crise estrutural têm também a EF como braço de tentativa de pacificação da luta de classes para a coparticipação dos trabalhadores ao sistema que os oprime diariamente. Outro elemento marcante são as inúmeras indicações que aparecem de forma central nos documentos para as parcerias público-privadas com a sociedade civil através de ONGs, mas também com empresas internacionais de diversos ramos para a efetivação, com sucesso, de todas as indicações e políticas presentes nos documentos, direcionando assim à desresponsabilização do Estado para com os direitos fundamentais construídos em luta pelos (as) trabalhadores (as) ao longo de toda a história, transformando estes direitos em serviços e colocando-os na lógica privada. Não por acaso, o desafio pedagógico dos mantenedores diretos ou indiretos da ordem do capital é apresentar soluções mágicas e superficiais para problemas que exigiram soluções radicais e antisistêmicas.

É possível observar também um avanço qualitativo nas produções no que diz respeito à estrutura dos documentos e seus encaminhamentos, em especial através da preocupação da análise contínua das ações, do fortalecimento de diagnósticos das políticas e da criação de

acompanhamento internacional para as materializações encaminhadas, em especial pela VI MINEPS.

Ao longo das reflexões, foi possível perceber uma EF voltada à difusão de valores nos marcos do capital, em especial com características de associação às demandas estruturais neoliberais pelo alto desemprego e informalidade. A tentativa de construção do imaginário empreendedor pelos valores da EF perpassa, com destaque, todos os documentos da segunda década do século XXI, citados ao longo deste trabalho. Apesar do reconhecimento da EF tematizar outras produções culturais, são os esportes e os exercícios físicos para a “saúde e bem-estar” que balizam fundamentalmente todos os documentos, não tendo concretamente políticas de fortalecimento da Cultura Corporal local. Quando acontece, se dão em sentidos da mercantilização e apagamento de potenciais críticos que possam romper com a estrutura social capitalista. Outra característica que podemos perceber é a reivindicação de uma EF inclusiva, mas sem se articular à concretude destas possibilidades, pois não rompe com a exclusão intrínseca ao capital, só a reforça ao longo de todas as formulações de diferentes formas, sendo construído estes documentos também por atores de interesses privados. Sendo assim, o discurso da inclusão nestas linhas, estão a serviço da ordem dominante, apesar de também serem elementos da pressão do movimento do real. A partir desses entendimentos, podemos afirmar que a EF é também parte de um projeto de classe e atua para sua consolidação, a nível mundial, sendo articulada e atualizada junto às demandas contemporâneas do capital.

Os objetivos de apresentação de crítica à atuação da aparelhagem estatal como garantidor das condições objetivas e subjetivas da dominação burguesa e\ou reprodução das relações sociais capitalistas não tem a pretensão de um vislumbre de uma sociedade sem formas coletivas de gestão da vida social. Como afirma Mézaros (2015) essa mais que necessária crítica ao Estado “não pode significar que passaremos a defender a transformação de nossa inevitável modalidade de reprodução social em algum tipo de comunidade utópica de vila utópica” (p. 89). Pensar no intercâmbio entre produtores livremente associados não é o mesmo que paraíso na Terra. Mais que do isso um prenúncio de um futuro, importa aqui reconhecer que a

crítica radical ao Estado no capital em nossa época está diretamente relacionada ao seu- cada vez mais perigoso- *fracasso histórico* em cumprir suas *funções corretivas* vitais que são requisitadas pelo processo reprodutivo material antagonico. Como resultado, o agora *Estado em falência* (a dolorosa realidade de nosso tempo, a despeito de quantos trilhões endividados são despejados no buraco sem fundo do capital) pode apenas por em perigo o processo metabólico social geral, em vez de solucionar a crise (Mézaros, 2015, p. 94).

Mais ainda, a reprodução das relações sociais capitalistas não tem predileção a priori por qualquer modalidade estatal ou adjetivo acerca de sua lógica de funcionamento. O processo histórico mostra que não há nenhuma barreira a priori entre desenvolvimento de relações sociais capitalistas e formas abertamente ditatoriais.

### Referências bibliográficas

- ANDRADE, Gustavo Martins. *Privatização indireta das políticas de esporte no município do Rio de Janeiro: o caso do Movimento Cultural Social*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone de: *O ornotorinco de chuteiras: determinantes econômicos da política de esporte e lazer do Governo Lula e suas implicações sociais*. Tese (Doutorado em Política Social). Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2014.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. *Revista Libertas*: Juiz de Fora: Vol 23. N. 1 pp. 10-23. 2023.
- FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. *O (Não) Direito ao Esporte e a Mercantilização do Futebol: Copa para Quem?* Tese (Doutorado em Política Social). Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2014.
- FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *KALLAIKIA – Revista de Estudos Galegos*, nº 2, 2017.
- GRANEMANN, Sara. O desmonte das políticas de seguridade social e os impactos sobre a classe trabalhadora: as estratégias e a resistência. *Serviço Social em Revista, [S. l.]*, v. 19, n. 1, p. 171–184, 2017.
- HARVEY, David. *A loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo: 2018.
- MELO, Marcelo Paula de. *Esporte e Dominação Burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- MÉSZÁROS, Istvan. *A Montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo: 2015.
- ONU-UNESCO. *Carta Internacional da Educação Física e do Esporte*. 2. Ed (1 ed 1978). 2015. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/pt/brasil/this-office/singleview/news/unesco\\_publishes\\_portuguese\\_version\\_of\\_the\\_new\\_international/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/this-office/singleview/news/unesco_publishes_portuguese_version_of_the_new_international/)>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 09/07/2020.
- ONU-UNESCO. *Declaração da V Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e o Esporte. (MINEPS V)*. Berlim, Alemanha; UNESCO, 2013.
- ONU-UNESCO. *Sexta Conferência Internacional De Ministros Y Altos Funcionarios Encargados De La Educación Física y El Deporte (MINEPS VI)*. Kazán (Federación de Rusia), 14 y 15 de julio de 2017, Informe final. Kazan, Rússia; UNESCO, 2017a. disponível em [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259362\\_spa](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259362_spa). Acesso em 05/05/2020.
- ONU-UNESCO. MINEPS VI. Ligações com os ODS. - Kazan 2017. Disponível em: <https://en.unesco.org/mineps6/sdgs>. Acesso em: 09/07/2020. Kazan, UNESCO. 2017b.

PENNA, Adriana Machado. *Esporte contemporâneo: um novo templo do capital monopolista*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

## O Memórias Reveladas e o desmonte da política pública de abertura dos arquivos da ditadura militar: entrevista com Inez Stampa\*

Carina Berta Moljo\*\*

**Carina Moljo:** Querida Inez, antes de mais nada, em nome da revista Libertas, queria agradecer por nos conceder a entrevista. Você possui uma importante trajetória intelectual no âmbito do Serviço Social, na docência, na pesquisa, na extensão, ocupando espaços importantes de representação profissional, mas também fora do âmbito profissional, a exemplo da sua trajetória no Arquivo Nacional. A sua produção intelectual transita entre o estudo das lutas sociais de forma ampla e o estudo dos fundamentos do Serviço Social, especialmente direcionado às tendências da produção de conhecimento na cena contemporânea. Poderia nos falar sobre estes dois eixos?

**Inez Stampa:** Olá, Carina. Em primeiro lugar, obrigada pelo convite. É sempre um prazer falar com você e com as leitoras e os leitores da Libertas.

Para que possamos, efetivamente, compreender os fundamentos de Serviço Social, é necessário que façamos um investimento anterior na própria história brasileira. Essa é uma condição necessária para que possamos entender a chamada questão social, isto é, para que essa expressão não seja simplesmente um chavão manobrado de forma displicente, mas sim algo ancorado num entendimento histórico e social mais profundo da realidade brasileira.

Considero impossível falar sobre formação e fundamentos do Serviço Social sem falar

---

\* Possui graduação em Ciências Sociais (1988) e em Serviço Social (1997) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestrado (2000) e doutorado (2007) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pós-doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014). É professora associada do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atuou na assessoria ao Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas/Arquivo Nacional. Foi coordenadora de Programas Profissionais Serviço Social na CAPES - Colégio Humanidades (2018-2022). Membro do Comitê de Assessoramento Serviço Social do CNPq (2023-2026). Pesquisadora CNPq.

\*\* Assistente Social formada pela UNR, Rosario, Argentina (1992), mestrado (1999), doutorado (2003) e pós-doutorado em Serviço Social (2005) pela PUC/SP; pós-doutorado em Serviço Social (2018) pela UFRJ. Professora titular da Faculdade de Serviço Social UFJF (graduação e pós-graduação). Pesquisadora CNPq.

das lutas políticas no país e, entre elas, as lutas travadas durante a ditadura civil-militar inaugurada em 1964. Por um lado, porque parte da categoria de assistentes sociais participou ativamente das lutas travadas durante a ditadura, como registram os documentos da vigilância e da repressão, como os acervos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e das diversas Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>1</sup>. Além disso, assistentes sociais participaram fortemente da organização das greves do ABC paulista, bem como participaram de movimentos de resistência à ditadura, militando em organizações de contestação ao regime. Muitas foram “fichadas”, perseguidas, presas, torturadas e até mesmo exiladas.

Por outro lado, durante o período houve o chamado movimento de *Reconceituação do Serviço Social*. Esse movimento, que se espalhou por praticamente toda a América Latina, criticava as bases conservadoras do Serviço Social. Boa parte dos profissionais latino-americanos, Brasil incluso, questionou a tradicional atuação conservadora da profissão, propondo uma espécie de rompimento. Claro, essa é uma simplificação. O movimento não foi homogêneo e nem andou numa direção só. Mas sua importância é inegável. No Brasil, um marco desse processo de renovação foi o Congresso da Virada (1979), ainda durante a ditadura. A partir desse congresso, a profissão realmente deu uma virada à esquerda, como propõe o nome pelo qual ficou conhecido o evento, que demarca uma ruptura com o conservadorismo profissional ao assumirmos enquanto categoria a defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora. Alguns falam mesmo em “intenção de ruptura”, mas o fato é que o nosso projeto ético-político – ainda hegemônico, apesar de todas as investidas conservadoras – deve muito a esse processo.

De forma mais ampla, eu estudo sobretudo o movimento de organização dos trabalhadores, como sindicatos e suas articulações com movimentos sociais. No contexto específico da ditadura, meu interesse é na atuação do próprio serviço social, mas sempre buscando saber como essas trabalhadoras e trabalhadores resistiram.

Em relação à produção do conhecimento, considero que, em face da investida mais recente do conservadorismo, tanto no Brasil como no mundo, com o golpe de 2016 e outros eventos internacionais similares, é muito importante entender o que o serviço social está produzindo e, também, como está produzindo, isto é, conhecer as tendências atuais da produção

---

<sup>1</sup> O que chamo de DOPS são as unidades de polícia política de cada estado, responsável pela repressão, por exemplo, a comunistas, anarquistas, sindicatos e movimentos sociais. Isto vem desde a Primeira República. Estavam estruturadas a partir de delegacias, divisões ou departamentos da polícia civil de cada estado da federação. A função do órgão era lidar com problemas de ordem política e de ordem social. Havia muitas dificuldades para quem fosse fichado no DOPS. O candidato a um emprego, por exemplo, em um período da ditadura militar, precisava apresentar um "Atestado de Antecedentes Políticos e Sociais", mais conhecido como "atestado Ideológico", que era fornecido pelas DOPS, mas somente a quem não tinha ficha no órgão.

do conhecimento no serviço social sem perder de vista a centralidade do trabalho e das lutas políticas anticapitalistas. Isso não é afastar a riqueza que outras mediações podem trazer para a produção de conhecimento, como as questões de gênero, a questão ambiental, a questão racial e outras. Essas pautas são históricas da esquerda, e não se deve entregá-las ao liberalismo fajuto de grandes conglomerados empresariais e seus apetrechos ideológicos, sejam esses privados ou incrustados na administração pública.

O serviço social brasileiro vem construindo uma produção de conhecimento que faz uma crítica radical à ordem burguesa, na maioria das vezes, e a seus rebatimentos nas manifestações da questão social. Existe aí uma articulação dialética entre a desigualdade de classe, as opressões de gêneros, de orientação sexual, de raça, de geração, ciclos de vida, dentre outras contradições do modelo de sociabilidade vigente. É, portanto, uma área de conhecimento da maior importância para a sociedade brasileira, pois procura compreender e explicar a natureza dos problemas nacionais e latino-americanos em relação às contradições entre estado, sociedade e mercado na ordem do capitalismo através de conhecimento crítico, articulado ao trabalho profissional e às respostas a essas contradições.

**Carina Moljo:** Neste ano “des-comemoramos” os 60 anos do golpe civil-militar no Brasil. Você coordenou o projeto “Memórias Reveladas”, que justamente busca conhecer e lembrar o nosso passado recente. Poderia nos falar sobre o projeto? Como surgiu? A sua consolidação e relevância, mas também o desmonte que vem sofrendo nos últimos anos?

**Inez Stampa:** O Memórias Reveladas, oficialmente Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, é resultado direto da pressão exercida por movimentos sociais, por organizações de trabalhadores e trabalhadoras, e por militantes de direitos humanos no sentido de se buscar o que popularmente ficou conhecido como a “abertura dos arquivos da ditadura”.

Gestado a partir de 2005, mas oficialmente instituído pelo governo federal em 2009, o Memórias Reveladas faz parte dos chamados “mecanismos de Justiça de Transição”, e teve um papel muito importante, por exemplo, em relação à Lei de Acesso a Informações (Lei 12.527/2011), à Comissão Nacional da Verdade e à Comissão de Anistia. É uma política pública desenvolvida no âmbito da área de arquivos do país, e tem, dentre outras funções, o objetivo principal de articular, em uma rede de cooperação e informações arquivísticas, instituições que custodiam acervos sobre o período da ditadura militar iniciada em 1964, permitindo que documentos do período sejam preservados, digitalizados e colocados à disposição da sociedade brasileira, incluindo vítimas e familiares de vítimas de graves violações de direitos humanos,

---

pesquisadores, estudantes, além de promover e estimular debates, estudos e produção de conhecimento sobre a temática.

No total, foram recolhidos, preservados e abertos para consulta pública mais de 13 milhões de páginas de documentos textuais do período da ditadura, além de fotografias, vídeos e documentos sonoros. Essa documentação está acessível pela Internet, no endereço [www.memoriasreveladas.gov.br](http://www.memoriasreveladas.gov.br).

Desde 2016 o Memórias Reveladas começou a enfrentar problemas cada vez mais graves. No período bolsonarista, a pressão contra os servidores que atuavam no Memórias Reveladas foi notável, mas, pelo menos, conseguimos preservar algumas das funções técnicas do centro de referência.

A partir de 2023, contudo, o que foi recolhido de documentação dá pouco mais do que um punhado de documentos, e mesmo assim só depois de muita crítica interna e externa. Isso é particularmente grave porque continuam desaparecidos os acervos dos órgãos de inteligência das Forças Armadas, como o CISA (Aeronáutica), o CIE (Exército) e o Cenimar (Marinha), órgãos responsáveis, cabe destacar, pela grande maioria das graves violações de direitos humanos perpetradas por motivos políticos durante a ditadura.

Além disso, todos os projetos apresentados pela equipe do Memórias Reveladas foram rejeitados ou ficaram sem resposta por parte da atual administração do órgão. Não dá nem para dizer que essa paralisação é resultado da suposta determinação recente de não rememorar o golpe de 1964, porque tudo está parado desde 2023. Tem quem ponha na conta do Lula tudo de errado nessa área, mas isso me parece que é mais uma estratégia para ocultar interesses paroquiais e manter a imagem de “crítico”.

Dentre os projetos paralisados, também se encontrava a proposta de retomada da digitalização dos acervos das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS).

Em notas oficiais e através de manifestos chapa-branca, a direção-geral do Arquivo Nacional e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), que subordina o Arquivo Nacional, vem afirmando que a responsabilidade pela preservação e digitalização dos acervos DOPS é exclusivamente dos estados da federação. Não sei quem anda compondo essas notas, mas esse é o mesmo argumento deturpado que era utilizado pelos gestores bolsonaristas.

Na verdade, o Memórias Reveladas foi criado exatamente para integrar acervos de diferentes procedências e proveniências, como a documentação estadual e a documentação federal que, em conjunto, foram consideradas Patrimônio Mundial da Humanidade pelo Programa Memória do Mundo (*Memory of the World*), da Unesco. Quem elaborou a candidatura foi o próprio Arquivo Nacional durante a gestão do professor Jaime Antunes da Silva, e sua

apresentação à ONU coube ao governo federal, que, voluntariamente, assumiu obrigações de natureza internacional em relação a essa documentação.

O Memórias Reveladas precisa voltar a ser compreendido como um programa estratégico no âmbito da área de arquivos do país. Mas, para tanto, será também preciso recuperar as funções técnicas do Arquivo Nacional, duramente atingidas durante o período bolsonarista e ainda não recuperadas pelo terceiro governo Lula.

O desmonte, curiosamente, veio acompanhado de homenagens e propostas de homenagem pessoal a mim. A expectativa é que eu fizesse “política” e entrasse no jogo, mas eu preferi me aposentar do que emprestar meu nome para o que considero ser o desmonte do Memórias Reveladas. A gente perde algumas coisas certamente mais importantes do que homenagens oficiais, mas, como se diz, não perde o sono.

**Carina Moljo:** Recentemente foi publicado pelo Intercept<sup>2</sup> uma entrevista sua, na qual denunciava o abandono atual do Arquivo Nacional e do Projeto Memórias Reveladas. O artigo mostra a importância do projeto que reúne uma rede de mais de 160 arquivos, que possibilitaram a Comissão Nacional da Verdade, resolverem, por exemplo, o caso do deputado federal Rubens Paiva, do PTB, desaparecido e assassinado em 1971 por agentes da repressão política. Como foi coordenar um projeto de tamanha magnitude e de tamanha importância política e histórica?

**Inez Stampa:** A palavra responsabilidade talvez não seja adequada ou suficiente para descrever, mas, enfim, foi uma enorme responsabilidade. Sem me alongar muito, há uma dimensão institucional superior, relacionada à promoção da democracia e de luta pela não repetição dessas violações – realidade tão dura, ainda, para os nossos trabalhadores e trabalhadoras das periferias, favelas e campo; bem como uma dimensão pessoal, que me emociona muito, relacionada a tantos e tantas militantes aguerridos/as e a seus familiares, alguns dos quais pude conhecer nessa trajetória de mais de quinze anos à frente do Memórias Reveladas. Uma terceira dimensão está, ainda, relacionada à promoção de boas práticas na área de arquivos, de integração de instituições na tentativa de construir uma ação da política nacional de arquivos. Tudo isso num contexto de limitações orçamentárias, políticas e administrativas. Muitas vezes de conflito aberto, outras de ações estratégicas mais reservadas, mas sempre de luta e inconformismo. O que eu posso dizer é que, até 2023, o Memórias Reveladas nunca foi faz-de-conta.

<sup>2</sup> <https://www.intercept.com.br/2024/05/27/o-desmonte-me-adoeceu-chefe-de-projeto-da-ditadura-no-arquivo-nacional-se-aposenta-e-denuncia-abandono/>

**Carina Moljo:** Em 2019 você teve a sua vida funcional investigada mediante um PAD (processo administrativo disciplinar), indicado pelo então ministro de Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, numa nítida perseguição política. Queríamos nos solidarizar com você e com os outros funcionários que foram perseguidos. Como você analisa este tipo de comportamento num governo eleito pelo voto popular? Quais as diferenças e semelhanças com o que aconteceu entre 1964- 1985?

**Inez Stampa:** Obrigada. Acho que precisamos fazer dois movimentos. O primeiro, de reconhecer que são tempos diferentes, com dinâmicas e desafios diferentes, o que nos sugere que precisamos ter algum cuidado com as comparações. Por mais dura que tenha sido a pressão contra mim e outros servidores do Arquivo Nacional e do Memórias Reveladas, nós nunca nos sentimos em risco físico, e isso faz um mundo de diferença. Por outro lado, a permanência de pressões políticas em plena República democrática também não pode ser subestimada, primeiro pelo potencial que tem de causar danos a suas vítimas, pois nem toda dor é física, e, em segundo lugar, porque esse fato não parece ter sido isolado, mas sim replicado na administração pública – veja-se, por exemplo, o que ocorreu na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), que, assim como o Memórias Reveladas e o Arquivo Nacional, também se encontrava, à época, vinculado ao Ministério da Justiça durante a gestão Moro. Esses fatos devem nos alertar a respeito das limitações democráticas do tempo presente. Octavio Ianni escreveu, no início dos anos 1980, um livro sobre a ditadura, que ele qualificou de “ditadura do grande capital”. Vivemos hoje uma democracia, mas são muitas as limitações de uma “democracia do grande capital” que, apesar de não ser a mesma coisa, tem mais em comum com a ditadura de 1964 do que nos seria confortável, talvez, reconhecer.

**Carina Moljo:** Você considera que no Brasil existe uma preocupação pela recuperação da memória histórica? Como avalia o momento atual?

**Inez Stampa:** Talvez nada ilustre melhor o quadro preocupante que a memória nacional enfrenta do que o incêndio que destruiu, em 2018, o Museu Nacional. Num país acostumado com desastres em sucessão, quase sempre resultantes de ausência ou de deficiência na implementação de políticas públicas, esse foi um golpe duro de aceitar em virtude da irreversibilidade e da magnitude do prejuízo que experimentamos.

A área de arquivos, por seu turno, tem um grave problema de visibilidade. Ela é bem menos conhecida e bem compreendida do que, por exemplo, a área de museus.

O resultado é que, ainda que ela também tenha sofrido graves prejuízos nos últimos anos, esses prejuízos se tornam menos evidentes para a sociedade. O Arquivo Nacional,

principal instituição arquivística brasileira, sofreu um princípio de incêndio em 2022, felizmente rapidamente controlado. Mas o órgão também perdeu orçamento, competências e autonomia, no que parece claramente ser um movimento em direção à privatização efetiva de parte de seus serviços – ainda que sob o manto de benignos “repasses à sociedade civil” e com discurso “modernizante” e “inclusivo”. Essas perdas, reforçadas no governo Bolsonaro, mas ainda em curso, envolvem prejuízos não somente para a memória nacional de forma mais ampla, mas, igualmente, para a gestão de arquivos de forma mais específica. Os arquivos são instituições complexas, e essa complexidade, infelizmente, nem sempre é bem traduzida pela própria área para o debate público.

**Carina Moljo:** Ainda existem poucos centros de Documentação e Memória no âmbito do Serviço Social. Quais as estratégias possíveis para construir acervos históricos no âmbito das Universidades? Qual o papel das nossas entidades (ABEPSS/CFESS/ENESSO) neste processo?

**Inez Stampa:** Eu acredito que essa é uma questão extremamente relevante, pelo potencial positivo que podem trazer para a autorreflexão da área de serviço social. Mas é bom lembrar que a criação de arquivos e centros de documentação deve ser pautada em normas técnicas e em boas práticas consagradas. É preciso investimento e compromisso, mas o saber fazer é igualmente essencial. Se associarmos conhecimento técnico e saber fazer com as modernas tecnologias da informação e comunicação (TICs), teremos arquivos e centros de documentação mais baratos e eficientes em nossa área, projetos mais factíveis e duradouros. Para tanto, um dos melhores caminhos que eu conheço, com a experiência que tive no Arquivo Nacional, é o trabalho em rede, que articula e conjuga esforços e recursos. Acredito que as nossas entidades podem ser o lugar perfeito para pautar e lutar pela constituição desses centros de documentação. Precisamos, de fato, levar essa discussão para esses espaços e lutar para que também no serviço social a memória seja valorizada e preservada.

**Carina Moljo:** Gostaria de deixar uma mensagem, sobretudo, para as novas gerações de assistentes sociais e de cidadãos?

**Inez Stampa:** Tudo indica que essa será uma quadra histórica de grandes desafios. Retrato disso não é somente a ascensão da ultradireita em todo o mundo, mas, igualmente, o crescimento de segmentos oportunistas em funções de mando no campo dito progressista.

Nada disso deve nos levar ao desespero ou à inação, pois, ao mesmo tempo, a classe trabalhadora dá sinais evidentes de vitalidade: de ser a classe que, de fato, tem o sol a frente,

cujos grandes feitos estão no tempo futuro e não no pretérito.

Nesse contexto complexo – pois somente nas retrospectivas ligeiras o processo histórico não tem contradições – é importante lembrar que há, na conjuntura recente no Brasil, a desqualificação da produção do conhecimento voltado para a defesa dos direitos do trabalho, de negação da centralidade do trabalho, por exemplo. Esse ataque advém de setores que atuam fortemente na defesa do capital, e em estreita colaboração e articulação com as classes hegemônicas, independente da roupagem conservadora ou progressista de que se utilizam. O discurso é diferente, mas esses grupos têm em comum interesses políticos, econômicos e sociais pautados em abjeta apologia do capital e do imperialismo, conduzindo a formas similares de negacionismo e de irracionalismo nas formas de interpretação da realidade.

Esses processos podem parecer novos no discurso, mas são, na verdade, antigos, uma vez que são funcionais à defesa da ordem burguesa e das frações parasitárias do capital em um quadro societário global de grave crise econômica e política, e que em boa medida foram aprofundadas com a crise sanitária da Covid-19, ainda não superada em sua totalidade.

Nesses tempos tão duros que a gente está vivendo, obviamente que são muitos desafios e que eles não podem ser tomados como missão exclusiva do serviço social, mas sim devem ser articulados com um projeto societário mais amplo que lute pela emancipação humana na construção de uma sociedade sem exploração de qualquer ordem de dominação, seja de classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual e tantas outras; que da crise surjam o mundo novo de que nos falou Gramsci<sup>3</sup> e o homem do futuro, de que nos falou Brecht<sup>4</sup>: que possam, finalmente, nascer, que possamos construir ou reconstruir um país melhor e uma política autêntica, fruto de mudanças profundas e estruturais em nossa sociedade, e que atravessemos esse período de grandes atribulações e profundas incertezas, pois tudo parece apontar que vivemos uma época de transição, em que as tendências antigas vão desaparecendo enquanto a gente espera pelas novas que estão ainda se formando.

Cumpre, ao mesmo tempo, lutar contra os “monstros”; o futuro está em aberto. Haverá, certamente, outras batalhas, haverá provavelmente outras derrotas sofridas, mas, com base nas lições aprendidas, teremos, também, resistências e outras vitórias – tenho muita esperança e, com toda a franqueza, estou certa disso. Estamos no jogo, resistindo, e as contradições estão presentes e atuando; são elas que determinam o futuro.

<sup>3</sup> Citação de Antonio Gramsci em *Cadernos do Cárcere*: “O velho mundo agoniza, um novo mundo tarda a nascer, e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros”.

<sup>4</sup> O poema de Brecht “Aos que vierem depois de nós”, escrito às vésperas da Segunda Guerra Mundial, é dirigido a leitores futuros que, tendo nascido num mundo diferente, não conseguirão compreender o que foi vivido naquele tempo de crise. Naquele tempo, tão distante e tão próximo, quando “havia só injustiça e nenhuma indignação”.

Tradução

## “Não está escuro ainda, mas está chegando lá”: Crises globais, Serviço Social e resistência\*

Iain Ferguson\*\*  
Michael Lavalette\*\*\*

**Resumo:** Na terceira década do século XXI, enfrentamos uma série de crises interligadas que ameaçam a própria base da vida no Planeta Terra. Estas incluem uma crise ambiental; uma pandemia de COVID-19 que se estima ter causado mais de 15 milhões de mortes em todo o mundo; uma crise econômica contínua; uma crise política, com o crescimento de partidos e governos de extrema-direita numa escala não vista desde a década de 1930; e a crescente competição interimperialista, com a ameaça de guerra nuclear agora maior do que em qualquer momento desde a crise dos mísseis cubanos de 1962. A partir de uma análise marxista, argumentamos que as raízes destes fenômenos residem na busca incansável do capitalismo global pelo lucro à custa do meio ambiente e da vida na Terra. A parte central do texto explora as três principais formas pelas quais a profissão de serviço social tem historicamente respondido a desafios semelhantes – convivência, conformidade e resistência – e avalia a contribuição que o serviço social hoje pode dar no desafio às forças reacionárias e na promoção de uma agenda que coloca em primeiro plano a satisfação das necessidades humanas, os direitos humanos, o meio ambiente e o anti-racismo, com especial destaque para as novas redes mais radicais que surgiram nos últimos anos.

---

\*‘It’s not dark yet but it’s getting there’: Global crises, social work and resistance. Texto publicado originalmente em: Edited Collection: Kamali, M. (ed.) (2023) *Revolutionary Social Work: Promoting Systemic Changes*, London: Routledge. Reproduzido com a permissão de Taylor & Francis Group para a revista *Libertas*, concedida em junho de 2024. Traduzido por: Giovanna Canêo – Assistente Social, doutoranda em Serviço Social pela (PUC/SP; Liverpool Hope University); Jhulia Salviano da Silva – mestre em Saúde Pública (Robert Gordon University/Reino Unido); Pedro Gabriel Silva – doutor em Serviço Social (Universidade de Jyväskylä/ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa) e em Estudos Contemporâneos (Universidade de Santiago de Compostela), Professor Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Portugal; Shirleny Pereira de Souza Oliveira – doutora em Serviço Social (PUC/SP); e revisado por Antoniana Defilippo – doutora em Serviço Social (UFRJ), Professora Adjunta da UFF/Rio das Ostras. Tradutores e revisora integram a pesquisa “Serviço Social Radical no Reino Unido: Os fundamentos histórico-críticos do Serviço Social britânico na contemporaneidade”, coordenado por Antoniana Defilippo, vinculada à Rede Internacional de Pesquisadores e à pesquisa “O Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”, financiada pelo CNPQ.

\*\* Iain Ferguson é professor aposentado na University of the West of Scotland, lecionando em Serviço Social e Política Social. É editor consultivo da *Critical and Radical Social Work: an International Journal*, membro do Conselho Editorial do *International Socialism Journal* e autor de *Politics of the Mind: Marxism and Mental Distress* (Bookmarks, 2ª ed., 2023) e *Global Social Work in a Political Context: Radical Perspectives*, juntamente com Michael Lavalette e Vasilios Ioakimidis (Policy Press, 2018).

\*\*\* Michael Lavalette é professor do Departamento de Serviço Social, Cuidado e Justiça da Liverpool Hope University. Publicou amplamente sobre serviço social radical e movimentos sociais contemporâneos e é co-editor do periódico *Critical and Radical Social Work*.



---

## Introdução: aprofundamento das crises

Ambos crescemos no oeste da Escócia nas décadas de 1960 e 1970. A crise dos mísseis cubanos de 1962 e a ameaça real de guerra nuclear que representava ainda estavam frescas na mente das pessoas – especialmente para aquelas como nós que viviam perto da principal base nuclear do Reino Unido, em Faslane. Não era incomum avistar membros de vários grupos religiosos com placas ou cartazes com as palavras “O fim do mundo está próximo” e, embora formulássemos as nossas preocupações de forma diferente, estas pessoas captavam uma sensação de mau presságio em relação ao que o futuro poderia ou não reservar.

Neste capítulo, não queremos soar como velhos adivinhos marxistas do pessimismo e da destruição (embora, como será óbvio, é o marxismo, enquanto tradição viva, que informa tanto a nossa análise teórica como a nossa atuação política). Mas, como sugere a letra de Bob Dylan no título do capítulo, não é preciso ser um fanático religioso para reconhecer que a situação em que nos encontramos - “nós”, neste caso, significando a humanidade como guardiã da vida na Terra - dificilmente poderia ser mais grave. O filósofo marxista Walter Benjamin, em sua tese “Sobre o Conceito de História” (1940), caracterizou o capitalismo como uma locomotiva fora de controle que se precipita sobre os trilhos em direção ao abismo. Nossa visão é que isso capta algo de pungente sobre a crise existencial que o capitalismo está criando para a humanidade. Aqui, vamos nos referir a apenas a quatro das ameaças prementes.

Em primeiro lugar, temos a *crise ecológica*. Acima de tudo, isto significa alterações climáticas provocadas pelo homem. As temperaturas globais aumentaram drasticamente desde o início da Revolução Industrial, tendo a velocidade da mudança (a “Grande Aceleração”) sido particularmente acentuada desde o final da Segunda Guerra Mundial. Os gases de “efeito estufa”, metano e dióxido de carbono, foram lançados na atmosfera, provocando o aumento das temperaturas, o degelo dos glaciares e a subida do nível dos mares, o que introduziu uma instabilidade significativa nos nossos sistemas meteorológicos e climáticos. Durante a maior parte do Holoceno (a fase geológica que permitiu o florescimento da civilização humana), a quantidade de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera oscilou entre 180 partes por milhão (ppm) e 240 (ppm). Dados recentes colocam os níveis de CO<sub>2</sub> em 410 ppm - e a 450 ppm, sendo irreversíveis, ocorrerão alterações climáticas catastróficas. Se não forem tomadas medidas imediatas, de acordo com as tendências atuais, atingiremos este limite nas próximas décadas (Angus, 2017; Ferguson *et al*, 2018).

Mas o impacto do capitalismo no nosso sistema ecológico não se limita às alterações climáticas. O capitalismo trata a natureza e seus recursos como mercadorias que devem ser “usadas”, destruídas, compradas e trocadas com fins lucrativos. E isto conduziu à degradação

do mundo natural.

A degradação da terra pelo capitalismo levou ao que marxistas como John Bellamy Foster (Foster *et al*, 2010) chamaram de “rupturas metabólicas” significativas. Este conceito deriva de Marx em *O Capital* (Volume 3), onde ele escreve sobre a “ruptura irreparável no processo interdependente do metabolismo social” (1981, p. 946). Aqui, Marx discutia a ruptura na interação metabólica entre a humanidade e o resto da natureza que emana da produção agrícola capitalista. Por exemplo, Marx assinala as formas como a agricultura capitalista destrói e corrói a camada superior do solo, ao não repor a terra. Mas outras “rupturas metabólicas” resultam de fatores como a construção de represas, que alteram o percurso dos rios e interferem no abastecimento de água. Ou os poluentes que são injetados nos cursos das águas e nas reservas de água, destruindo a vida vegetal e animal e tornando inúteis as reservas vitais de água. Estas rupturas metabólicas são mais um exemplo da relação destrutiva do capitalismo com o nosso sistema ecológico.

O capitalismo dos combustíveis fósseis também conduziu à extinção em massa de espécies a uma escala nunca vista desde a destruição dos dinossauros há cerca de 66 milhões de anos. O que é referido como a “Sexta Extinção em Massa” significa que mais de 500 espécies de animais terrestres estão à beira da extinção e é provável que se percam dentro de 20 anos (Earth.Org, 2021).

É evidente. Quatrocentos anos de capitalismo provocaram uma imensa destruição no nosso planeta e o tempo está, literalmente, se esgotando. Nosso mundo está em chamas e o capitalismo está empurrando a humanidade para uma crise existencial. Como Benjamin argumenta, precisamos de uma mudança sistêmica para interromper o “processo de evolução histórica que conduz à catástrofe” (Lowy, 2016, p. 9).

Um outro elemento da crise ecológica é a pandemia de Covid-19. Trata-se de uma catástrofe que, em nível mundial, já custou a vida de mais de 4 milhões de pessoas, deixou outros milhões com a Covid Longa e com problemas de saúde mental. Mas, como demonstraram o biólogo radical Rob Wallace (2016) e o geógrafo radical Mike Davis (2006; 2020), isto está longe de ser um desastre “natural”. Pelo contrário, é a consequência do desejo incessante por lucro do capitalismo neoliberal, que também cria as condições para a zoonose. Em particular, o impacto da chamada “revolução da pecuária” criou oportunidades significativas para os agentes patogênicos ultrapassarem as fronteiras das espécies. As enormes fábricas agrícolas, onde milhares de bovinos e suínos e centenas de milhares de frangos são criados de forma intensiva, criaram aquilo a que Wallace chama de “placa de Petri” para o desenvolvimento de novos vírus. No entanto, esta situação é acompanhada pela destruição

---

continua das florestas e pela expulsão dos agricultores pobres das suas terras, o que, em conjunto, força os agricultores a entrarem mais profundamente nas florestas existentes, onde entram em contacto com animais selvagens. Em conjunto, tudo isto cria condições para a ocorrência de zoonoses.

Em “O monstro bate à nossa porta: a ameaça global da crise aviária” (2006), Mike Davis levantou o espectro de uma doença pandêmica que passasse dos animais para os seres humanos e a devastação que isso poderia causar. Na edição revista, *The Monster Enters* (2020), ele observa que, em muitos aspectos, tivemos “sorte” com a Covid-19 e que era possível - e continua a ser possível - que uma doença muito mais virulenta pudesse atravessar espécies e causar uma destruição muito maior na vida humana do que a Covid-19. A sua conclusão é que, enquanto o capitalismo continuar a criar animais da forma como o faz atualmente e enquanto as florestas continuarem a serem destruídas no ritmo atual, não devemos ficar surpreendidos com a possibilidade de, em dada altura, nas próximas semanas, meses ou anos, ocorrer outra pandemia devastadora.

Uma segunda ameaça que enfrentamos é a *crise econômica*. A economia global ainda não se recuperou totalmente da crise financeira de 2008. E o preço do resgate dos bancos e da salvação do capitalismo, desde então, tem sido pago por milhões de pessoas da classe trabalhadora em toda a Europa, sob a forma de cortes nas políticas sociais e uma política de austeridade que fez cair o nível de vida dos trabalhadores, das pessoas com deficiência e aposentados (Cavero; Poinasamy, 2013).

Agora está evidente que os governos buscam que os custos da “recuperação da pandemia” sejam suportados pelas comunidades da classe trabalhadora. Em todo o mundo, vários sistemas de proteção ao emprego, postos em prática durante a pandemia, estão chegando ao fim, ameaçando um corte massivo de postos de trabalho. As economias estão sofrendo com baixas taxas de crescimento e de inflação - “estagflação” - a um nível que não se registrava desde a década de 1970. A pandemia também revelou uma crise na logística e nas linhas de abastecimento neoliberal. As práticas de trabalho “*just-in-time*” preferidas da era neoliberal global estão resultando na escassez de componentes, matérias-primas e produtos alimentares em todo o mundo (Dominic Rushe *et al*, 2021).

Um refrão frequentemente ouvido no início da atual pandemia foi “não podemos voltar a ser como éramos antes”. Porém, a verdade é que, a menos que haja uma resistência muito maior do que a que temos visto até agora, mais uma vez serão as pessoas comuns em todo o mundo que pagarão o custo da crise da Covid através do desemprego, do colapso dos padrões de vida e do desmoronamento dos serviços de saúde e de assistência social.

Em terceiro lugar, há a *crise política*. A adoção, desde a década de 1990, de políticas neoliberais por antigos partidos social-democratas em todo o mundo (e a incapacidade das novas formações de esquerda, como o Syriza na Grécia, o Podemos na Espanha e o “Corbynismo” no Reino Unido, para resistir às pressões do capitalismo global) levou a um colapso do apoio da classe trabalhadora a esses partidos e ao crescimento do apoio à extrema-direita e aos partidos neofascistas em todo o mundo, do Brasil à Índia, da França aos EUA.

Em todo o mundo, os governos de direita têm tentado minar algumas das conquistas que resultaram dos movimentos sociais da década de 1960. Houve tentativas de fazer retroceder os direitos das mulheres (como, por exemplo, as políticas antiaborto no Texas [Maier *et al*, 2021], ou a descriminalização da violência doméstica na Rússia nos casos em que a vítima não sofre ferimentos “graves” [Spring, 2018]). Testemunhamos as formas mais flagrantes de racismo institucionalizado (talvez mais claramente nos numerosos exemplos de racismo policial nos EUA). A islamofobia institucionalizada foi incorporada na legislação em grande parte da Europa (nomeadamente na França e na Suíça [ver, por exemplo, Abdelkader, 2017]) e na Índia, após a aprovação da lei discriminatória - Lei da Cidadania (Alteração), em 2020 (Bajoria, 2021). Enquanto no Brasil o governo avançou ainda mais para atacar os direitos dos povos indígenas e as suas campanhas contra os interesses mineiros ilegais (Wallace, 2021). E, é claro, isto está em paralelo com a crescente hostilidade do Estado aos refugiados e imigrantes em grande parte do mundo (Crawley; Skleparis, 2018).

Finalmente, todos acima estão se desenvolvendo num contexto de crescente rivalidade interestatal e imperialista. Embora a recente retirada ocidental do Afeganistão represente um golpe significativo para o prestígio dos EUA e do Reino Unido, não cessou o impulso competitivo para a guerra entre Estados. Os EUA e o Reino Unido continuam a apoiar Israel em seus conflitos com os palestinos, com grupos na Síria e com o Irã. A Arábia Saudita utiliza bombas e aviões de fabricação britânica para aterrorizar a população do Iêmen. Durante o verão, navios de guerra britânicos “apareceram” em águas controladas pela Rússia ao largo da Crimeia. O embargo dos EUA a Cuba prossegue em ritmo acelerado. Mas é a evolução das tensões entre os EUA, o Reino Unido, a Austrália e a China que mais preocupa. O acordo militar AUKUS aumentou as tensões com a China nos mares do Sul da China, enquanto a corrida espacial EUA/China assume tons cada vez mais sombrios com o lançamento dos testes de mísseis “hipersônicos” da China. Uma corrida ao armamento entre potências nucleares fortemente armadas representa mais uma grave ameaça para o nosso mundo e para a humanidade.

Não há dúvida de que muito está em jogo. E a questão que queremos colocar neste

capítulo é simples: onde está o Serviço Social em tudo isto? Que contribuição pode dar o Serviço Social, uma profissão global formalmente empenhada na justiça social e na capacitação e libertação das pessoas (como a definição global de Serviço Social deixa claro), para desafiar as forças reacionárias e para promover uma agenda que coloque em primeiro plano a satisfação das necessidades humanas, os direitos humanos, o meio ambiente e o antirracismo?

Por razões óbvias, a contribuição que os assistentes sociais podem dar para enfrentar estas ameaças globais será provavelmente relativamente limitada. A inserção de muitos assistentes sociais em agências estatais (ou em ONGs que dependem do Estado ou de empresas privadas para o seu financiamento) limita seriamente a sua capacidade de se envolverem em ações políticas no âmbito do seu papel profissional como assistentes sociais. Além disso, a erosão bem documentada da prática do Serviço Social pela imposição de práticas e prioridades gerenciais e orientadas para o mercado nas últimas décadas, resultou na criação do que chamamos de *Serviço Social Neoliberal* (Ferguson, 2008; Harris, 2014), que tem reduzido ainda mais a possibilidade de se envolver numa prática progressista ou criativa, quer sob a forma de trabalho comunitário, quer sob a forma de trabalho terapêutico com indivíduos. Assim, para enfrentar estas ameaças existentes serão necessárias forças sociais muito mais poderosas do que os assistentes sociais, forças à altura dos grandes movimentos sociais e movimentos de classe dos anos 1960 e, mais recentemente, durante a primavera Árabe de 2011.

Dito isto, no passado, os assistentes sociais tinham frequentemente uma visão muito mais ambiciosa do seu papel do que muitos parecem ter atualmente. Descrevendo as atividades dos assistentes sociais nos EUA no período anterior à Primeira Guerra Mundial, por exemplo, Michael Reisch e Janice Andrews escreveram:

Em retrospectiva, poucos assistentes sociais radicais durante a Era Progressista (a década anterior à Primeira Guerra Mundial) tinham objetivos conscientemente revolucionários em seu cotidiano de trabalho. Cem anos mais tarde, os seus resultados parecem muito mais reformistas do que radicais. Ainda assim, a sua ênfase na justiça social, a sua análise das condições socioeconômicas em termos estruturais ou sistêmicos, o seu enfoque em questões de classe social, as suas ligações a movimentos organizados por feministas e afro americanos, e as suas ligações a sindicalistas radicais e partidos políticos de esquerda representavam uma ameaça à ordem política estabelecida que os contemporâneos não podiam ignorar (Reisch; Andrews, 2002, p. 35).

Como devemos, então, encarar o papel do Serviço Social em relação aos desafios que enfrentamos atualmente?

Infelizmente, não há garantias quanto à forma como a profissão responderá a estas ameaças e desafios. Como observou o acadêmico britânico Bill Jordan, o Serviço Social tem desempenhado vários papéis em sistemas contrastantes de proteção social e tem servido a uma

série de interesses políticos:

A sua grande virtude - o fato de ser infinitamente adaptável às circunstâncias - também o torna aberto à exploração para qualquer tipo de finalidades políticas (Jordan, 1984).

Na próxima seção, discutiremos algumas das formas como os assistentes sociais responderam a grandes desafios políticos no passado, para ver o que podemos aprender com a nossa própria história. Se quisermos navegar pelas crises contemporâneas, faríamos bem em aprender com o conhecido aforismo de George Santayana: “Aqueles que não se lembram do passado estão condenados a repeti-lo” (1905/2018).

### **O passado controverso e disputado do Serviço Social**

Se olharmos para a história do Serviço Social, podemos ver que, em grande medida, a profissão tem respondido aos problemas sociais de várias formas, cada uma delas moldada pelas perspectivas políticas dominantes no Serviço Social. Internacionalmente, o Serviço Social Internacional sempre foi uma profissão controversa e disputada, com diferentes tradições, identificadas por Midgley como a tradição corretiva ou de trabalho de caso, a tradição desenvolvimentista e a tradição ativista ou radical (Midgley, 2001).

Neste capítulo, o nosso foco principal será a terceira destas tradições. Isto não se deve ao fato de ser a tradição dominante - na realidade, sempre foi uma tradição muito minoritária - nem ao fato de não existirem pontos fortes nas outras duas tradições - existem - mas por duas razões principais.

Em primeiro lugar, porque, ao contrário das outras duas tradições, a tradição radical encara explicitamente o Serviço Social como uma atividade política, tanto no sentido de ser uma criação da política social como no sentido de ter uma obrigação ética de se envolver nas questões políticas do momento. Em segundo lugar, do nosso ponto de vista, com base na nossa experiência de envolvimento ao longo de quase duas décadas na *Social Work Action Network* no Reino Unido (sobre a qual falaremos mais adiante), estamos atualmente a assistir a um renascimento dessa tradição, de que falaremos a seguir.

Antes disso, porém, é necessário considerar algumas das formas pelas quais a profissão respondeu a grandes desafios políticos ou éticos no passado. Sugerimos que estas respostas tenham, geralmente, assumido uma das três formas principais - convivência, conformidade ou contestação - e daremos exemplos de cada uma delas.

Em segundo lugar, identificamos alguns dos fatores que deram origem à mais recente experiência de contestação (aquilo a que um de nós chamou em outro texto: “o novo radicalismo do Serviço Social”). Por fim, argumentamos que, historicamente, o marxismo foi importante na

---

formação da teoria e da prática do Serviço Social Radical no passado e continua a oferecer uma base sólida para uma práxis do Serviço Social no século XXI, incluindo a explicação e a oposição a diferentes formas de opressão.

### Conivência

A primeira resposta que iremos considerar é a conivência e a cooperação com as práticas opressivas do Estado. Há uma narrativa dominante em grande parte da literatura sobre Serviço Social que vê o Serviço Social como uma profissão essencialmente benigna, enraizada na ética kantiana e preocupada principalmente em ajudar as pessoas. De fato, pode ser verdade que a maioria dos assistentes sociais, na maior parte do tempo, tem “boas intenções”. No entanto, a realidade da prática do Serviço Social tem estado frequentemente longe de ser benigna. Como defendemos em nosso livro *Global Social Work in a Political Context*<sup>1</sup>, o Serviço Social tem suas próprias “histórias horríveis”.

Em primeiro lugar, temos a experiência do Serviço Social na Alemanha nazi, provavelmente o ponto mais baixo da história da profissão. Walter Lorenz, Tim Kunstreich e outros documentaram a forma como as competências de diagnóstico dos assistentes sociais foram utilizadas no âmbito dos programas sociais eugenistas do regime nazi para separar os “merecedores” dos “indignos”, aqueles que sofriam de transtornos mentais ou com deficiência intelectual, que seriam então considerados elegíveis para a esterilização compulsória ou para o extermínio. Como Lorenz observou:

Mantendo-se fiéis à sua tarefa profissional com um ar de neutralidade de valores e distanciamento científico (especialmente depois de os assistentes sociais “não conformes” e “politicamente ativos” terem sido despedidos ou presos), eles não se sentiram responsáveis pelas consequências das suas avaliações e podem mesmo não ter tido consciência de todas as implicações que o seu trabalho tinha no contexto nacional (Lorenz, 2006).

Estima-se que cerca de 70.000 pessoas com transtornos mentais ou com deficiência intelectual foram sistematicamente exterminadas na Alemanha entre 1939 e 1941, um número que aumentou para cerca de 250.000 no final da Segunda Guerra Mundial (Holocaust Encyclopedia).

Um segundo exemplo vem da Grécia. Uma pesquisa realizada por Vasilios Ioakimidis revelou o papel desempenhado sob liderança do Serviço Social grego durante décadas de tensão política e de supressão dos direitos civis que culminaram numa Junta Militar de sete anos (1967-74). Tal como Ioakimidis demonstrou, grande parte da resistência contra a ditadura veio dos

---

<sup>1</sup> Sem tradução no Brasil.

jovens, sobretudo alunos de escolas e estudantes universitários. Quando os militares tiveram dificuldade em controlar os “jovens indisciplinados” e muitos professores pareciam estar demasiado politizados para lidar com a questão, a *"Greek Association of Social Workers"* (GASW) contactou a ditadura, oferecendo todo o apoio dos assistentes sociais no controle destes jovens indisciplinados.

Em resposta, o Ministro do Bem-estar Social da ditadura fez circular um memorando intitulado “Disposições relativas aos assistentes sociais e à sua utilização profissional”, sugerindo que:

O Governo grego, durante a reforma geral do trabalho em curso, se ocupará de todas as exigências restantes do Serviço Social... Por outro lado, apreciamos muito a contribuição dos assistentes sociais na implementação construtiva dos nossos programas sociais. O Ministério dos Serviços Sociais tomará todas as medidas adequadas para uma organização vantajosa e coerente dos assistentes sociais em comissão (Ioakimidis, 2011, p. 515).

O GASW celebrou essa colaboração, assegurando ao Coronel Papadopoulos, chefe da junta militar, que os assistentes sociais gregos estavam bem preparados para lidar com questões de ajustamento social, e sublinhando que os assistentes sociais: “estão cientificamente melhor preparados do que os professores para prevenir as tribulações sociais [nas escolas]” (Ioakimidis 2011).

Trata-se, lembrem-se, de uma ditadura cruel, ativamente empenhada em utilizar todos os meios, incluindo a tortura, para reprimir os ativistas pró-democracia.

Um terceiro exemplo vem do Reino Unido e diz respeito ao *UK Child Migrants Scheme*. Entre o final do século XIX e o início da década de 1970, cerca de 150.000 crianças que se encontravam em instituições de acolhimento e que provinham de meios pobres foram enviadas da Grã-Bretanha para a Austrália, o Canadá e outras colônias britânicas. Num esquema que foi apoiado por algumas das principais instituições de caridade para crianças do Serviço Social do Reino Unido, estas crianças foram enviadas para repor a força de trabalho nestes países e, no caso da África do Sul, isto incluiu a garantia de que as crianças eram selecionadas com base na sua 'boa raça branca' (Bean e Melville 1989). Muitas das crianças passaram a trabalhar como mão de obra barata nas fazendas, enquanto outras foram abusadas - física, emocional e sexualmente - em lares de acolhimento, orfanatos estatais e instituições religiosas. As crianças eram frequentemente informadas - falsamente - de que os seus pais tinham morrido, enquanto os pais recebiam poucas informações sobre o destino de seus filhos. Os sobreviventes afirmaram que foram separados dos irmãos e irmãs e sujeitos a abusos físicos e sexuais brutais por parte daqueles que deveriam estar promovendo seus cuidados.

Em 2010, os primeiros-ministros da Grã-Bretanha e da Austrália pediram desculpas

---

publicamente aos sobreviventes pelos abusos de que foram vítimas. No entanto, este continua a ser um dos episódios mais vergonhosos da história do Serviço Social britânico (e australiano).

Sejamos claros. Não estamos argumentando que todos os assistentes sociais na Alemanha, durante a era nazista, eram membros do partido nazista e nem sequer, necessariamente, eleitores nazistas, ou companheiros de viagem ou “apoiadores” num sentido consciente (embora alguns fossem, sem dúvida, tudo isto). Tampouco estamos sugerindo que todos os assistentes sociais na Grécia eram apoiadores conscientes da Junta, ou que os assistentes sociais britânicos eram racistas que abusavam de crianças.

- No entanto, os assistentes sociais, em cada um dos exemplos anteriormente citados, se tornaram burocratas “inconsequentes/irrefletidos”, exemplos daquilo a que Arendt (1963/2006) poderia chamar de “banalidade do mal”.

Em sua análise do assassino nazista Adolph Eichmann, a autora sugere que Eichmann era uma mediocridade e um personagem insípido, embora empenhado nas suas tarefas. Ele era alguém que, devido à sua “inconsequência/irreflexão”, praticava “atos maus sem más intenções” e nunca se “percebia completamente o que estava fazendo” devido a uma “incapacidade (...) de pensar do ponto de vista de outra pessoa”. Sem empatia básica, ou sem qualquer profundidade na sua compreensão do mundo, “cometeu crimes em circunstâncias que tornaram (...) impossível para ele saber ou sentir que [estava] agindo de forma errada”. Para Arendt, ele era um exemplo da natureza sem rosto do perverso nazismo.

Sem pensamento crítico, sem reflexão e sem empatia, o assistente social pode facilmente tornar-se um “burocrata inconsequente/irrefletido” que executa tarefas nas quais pode torná-lo uma pequena engrenagem na máquina repressiva do Estado e um profissional que é conivente com os poderosos.

### **Conformidade: neutralidade profissional**

Se uma resposta à pressão política tem sido a conivência ativa com políticas estatais opressivas, uma resposta mais comum tem sido retratar o Serviço Social como uma profissão politicamente neutra, uma profissão que, de alguma forma, está “acima da política”. Esta visão estreita e despolitizada do Serviço Social, que é também uma característica definidora daquilo a que se tem chamado *Serviço Social Neoliberal*, tem sido promovida pelos governos do Reino Unido, tanto Trabalhista como Conservador, durante mais de duas décadas. Ao lançar o novo currículo de Serviço Social na Inglaterra e no País de Gales em 2002, por exemplo, a então Ministra da Saúde Jacqui Smith argumentou:

O Serviço Social é um trabalho muito prático. Trata-se de proteger as pessoas e de mudar as suas vidas, e não de ser capaz de dar uma explicação fluente e teórica sobre as razões que as levaram a ter dificuldades em primeiro lugar” (Smith, 2002).

A *conformidade* tem alguns elementos em comum com a *convivência*, na medida em que exige que o assistente social implemente as políticas do Estado, mas não se trata da implementação “inconsequente/irrefletida” e desinteressada de regras autoritárias como nos referimos acima. No âmbito da conformidade, a maioria dos trabalhadores estará consciente, até certo ponto, das consequências das políticas para os usuários dos serviços, às suas famílias e às comunidades, mas sentirá que “não há alternativa viável”.

No entanto, na realidade, negar a natureza política do Serviço Social não significou que este tenha permanecido eticamente puro - na verdade, muito pelo contrário. Na prática, significou que os assistentes sociais frequentemente permaneceram em silêncio quando deveriam ter se manifestado, não desafiando as políticas e práticas que contribuem para a opressão ou a desigualdade e, em vez disso, prosseguindo um enfoque restrito nos métodos e tecnologias do Serviço Social em busca de respeitabilidade profissional.

### **Contestação: um Serviço Social de resistência**

Se a resposta dos assistentes sociais quando confrontados com a repressão política tem sido, por vezes, a convivência ativa ou, mais comumente, o silêncio e a “continuação do trabalho”, também é verdade que, historicamente, tem havido uma terceira resposta, de resistência ativa à opressão, de tomada de partido por parte dos assistentes sociais. Essa resposta é frequentemente associada ao movimento do Serviço Social Radical que se desenvolveu na Grã-Bretanha, no Canadá, na Austrália e nos EUA durante o início da década de 1970, alimentado pela ascensão dos grandes movimentos sociais da década de 1960 - o movimento das mulheres, o movimento dos direitos civis dos negros, etc. Algumas das principais características desse movimento foram:

- Uma ênfase na desigualdade estrutural e não nas falhas individuais;
- Uma crítica ao Estado de Bem-Estar Social como opressivo e controlador;
- Defesa de uma relação diferente entre trabalhadores e clientes;
- Uma ênfase nas abordagens coletivas;
- Para alianças entre assistentes sociais e coletivos de usuários dos serviços;
- A tomada de consciência de que “os assistentes sociais também são trabalhadores” e o crescente envolvimento dos sindicatos dentro do Serviço Social.

É importante notar que o Serviço Social Radical era visto pelos seus adeptos não como um método, mas como uma abordagem, ou, nas palavras dos autores:

O Serviço Social Radical, é sentido, é essencialmente a compreensão da

---

posição dos oprimidos no contexto das estruturas sociais e econômicas em que vivem (Bailey; Brake, 1975, p. 9).

Esse movimento foi muito importante. Mas, como já defendemos em outro texto, a tradição do Serviço Social Radical é mais antiga do que o movimento dos anos 1970 (Lavalette; Ferguson, 2008). Por exemplo, num discurso proferido em 1910, Jane Adams, na época Presidente da Associação Nacional de assistentes sociais dos EUA, poderia argumentar:

Um grupo que tradicionalmente foi levado à ação pela 'piedade para com os pobres', chamamos 'Caridosos'; o outro, maior ou menor em cada geração, mas sempre movido pelo 'ódio à injustiça', designamos como os Radicais” (Addams, 1910, p. 68).

Desde o final do século XIX até meados do século XX, houve um número significativo de “pioneiros radicais” que defendiam um tipo diferente de Serviço Social. Para além de Jane Addams (nos EUA), a lista inclui, entre outras, pessoas (na sua maioria mulheres) como Bertha Cappen Reynolds (EUA), Mentona Mosser (Suíça), Irena Sendler (Polónia), Esme Rodgers (Austrália), Mary Jennison e Bessie Touzel (Canadá) e Mary Hughes e Emmeline Pethick (Grã-Bretanha).

Num artigo em que se discute a importância das pioneiras canadenses do Serviço Social Radical, Jennissen e Lund (2018) descrevem os temas do seu artigo de uma forma que é aplicável a todas as mulheres acima referidas:

[Elas são] “assistentes sociais radicais”, ou seja, assistentes sociais que defendiam pontos de vista de esquerda com críticas ao capitalismo embasadas na classe. As mulheres de nossa amostra, todas formadas em Serviço Social, eram feministas, socialistas e comunistas convictas ou simpatizantes dessas causas; suas contribuições para a profissão eram embasadas por ideias marxistas. Elas eram politicamente ativas e se opunham à desigualdade de classe, raça e gênero. Compreendiam a importância do trabalho assalariado, dos sindicatos, dos partidos políticos e de como essas estruturas se relacionam com os trabalhadores. Eram intelectuais e prolíficas na escrita, apresentações e participação em conferências; eram internacionalistas comprometidos com a paz. Por fim, eram extremamente corajosas, recusando-se a se esquivar de suas convicções políticas, apesar da demissão e perseguição por parte do Estado e das forças conservadoras da sociedade (2018, p. 46/47).

Além disso, devemos enfatizar que o ativismo e a resistência do Serviço Social nem sempre se limitam ao mundo da língua inglesa. Um dos exemplos mais importantes de práxis radical, embora ainda não seja suficientemente conhecido no Ocidente, é o Movimento de Reconceituação que se desenvolveu na América Latina nos anos 1960 (Critical and Radical Social Work, 2021). O Movimento de Reconceituação tinha suas raízes no marxismo e foi influenciado por três perspectivas contemporâneas: as ideias de conscientização de Paulo Freire, elementos extraídos da teologia da libertação e a influência dos movimentos sociais que estavam surgindo na América Latina naquela época.

Um dos principais pontos a serem observados em relação a todos os assistentes sociais radicais e os movimentos que mencionamos é que eles não existiam isoladamente. Eles faziam parte de redes de Serviço Social Radical que haviam mergulhado em movimentos relevantes e significativos para a mudança social: associações de direitos e sufrágio das mulheres, organizações sindicais e de classe, grupos pacifistas, antiguerra e anti-imperialistas, campanhas pelos direitos dos imigrantes, refugiados e comunidades de baixa renda. Eles se envolveram, se inspiraram e aprenderam com o engajamento nesses movimentos progressistas; foi o envolvimento neles que criou a oportunidade de trazer a percepção dos movimentos para suas atividades de Serviço Social. Dessa forma, buscaram desenvolver uma teoria e prática de Serviço Social que desafiasse as estruturas opressivas do capitalismo e contribuísse para a luta a favor de um tipo diferente de sociedade.

Mais recentemente, e assim como outros movimentos progressistas, o Serviço Social Radical (e o Serviço Social de forma mais geral) tornou-se um alvo de governos e formações políticas da Nova Direita que ganharam destaque no início dos anos 1980 com as eleições de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos EUA. Em sua maior parte, o Serviço Social Radical esteve recuado durante a longa noite do neoliberalismo. Há sinais, no entanto, de que as coisas estão começando a mudar. Nos últimos anos, houve uma resistência crescente por parte dos assistentes sociais em todo o mundo ao impacto das políticas neoliberais, tanto na vida das pessoas que usam os serviços quanto no trabalho profissional cotidiano do assistente social.

Diversos fatores contribuíram para o surgimento desse novo radicalismo: a ira em relação às políticas de austeridade impostas a pessoas de baixa renda e pessoas com deficiência, após a crise financeira de 2008, o impacto de movimentos sociais mais amplos, como o movimento *Occupy Wall Street* em 2011, a solidariedade com os refugiados que fogem de guerras e perseguições, e assim por diante.

Mas, se há um único fator que alimenta essa resistência, é a rejeição, por parte dos trabalhadores de todo o mundo, do modelo de Serviço Social voltado para o mercado que tem sido promovido pelos governos do Reino Unido e de outros países desde a década de 1990 e que continua a ser o modelo dominante em muitas partes do mundo. A influência desse modelo ficou evidente em uma série de seminários on-line organizados em conjunto, pela Federação Internacional de Assistentes Sociais e pela Social Work Action Network, em 2020, para discutir as respostas do Serviço Social à pandemia de Covid (agora publicada como um e-book [Lavalette *et al*, 2020]).

De forma positiva, os participantes da Grécia, Chile, África do Sul, Palestina e outros

---

países relataram maneiras novas e imaginativas que os assistentes sociais desenvolveram para manter contato com os usuários dos serviços durante a crise, para reduzir o isolamento social e proteger a saúde mental. Também houve relatos inspiradores de assistentes sociais que estabeleceram vínculos com as novas organizações de ajuda mútua que estavam surgindo em todos os lugares e o desafio que isso representava para os modelos neoliberais de Serviço Social, contrário aos riscos.

No entanto, de forma menos positiva, muitos assistentes sociais relataram que, em seus espaços sócio-ocupacionais, a situação se mantinha igual. Em vez de darem respostas novas e criativas à catástrofe que a Covid representava, os trabalhadores falaram da preocupação maior da gerência em cumprir orçamentos e metas e também da mesma ênfase no monitoramento e vigilância, em vez de trabalhar coletivamente com comunidades e usuários de serviços para ajudá-los a atender às suas necessidades e enfrentar suas dificuldades em tempos de crise. Outros ainda falaram sobre o fato do Serviço Social ser “invisível” na crise atual - e um deles descreveu como as avaliações de proteção infantil estavam sendo realizadas do lado de fora das casas das pessoas, através das janelas!

Essa realidade não é culpa de trabalhadores ou mesmo de gerentes individualmente. Em vez disso, ela reflete o domínio bem documentado, ao longo de várias décadas, da Nova Gestão Pública ou de abordagens gerencialistas do Serviço Social, com base em uma prática altamente individualizada, orientada por orçamentos e metas, erosão do trabalho profissional em relacionamentos (com o trabalho direto muitas vezes terceirizado para o Terceiro Setor ou organizações privadas) e uma crescente divisão geográfica e cultural entre os espaços sócio-ocupacionais de Serviço Social e as comunidades que elas pretendem atender.

Esse “Serviço Social neoliberal” está, obviamente, muito distante do que muitos reconhecem como uma boa atuação do Serviço Social. Isso também significa que a contribuição do Serviço Social durante a crise da Covid foi consideravelmente menor do que poderia ter sido. Mas, embora tudo isso seja verdade, as duas últimas décadas, como observamos acima, também viram uma resistência crescente a esse modelo, cujos exemplos serão considerados no restante deste capítulo.

### **O novo radicalismo do Serviço Social**

Nesta última seção, queremos considerar algumas das novas vertentes do radicalismo no Serviço Social que surgiram no último período.

No texto *Global Social Work in a Political Context* (Serviço Social global em um contexto político), traçamos o crescimento de uma série de organizações radicais de Serviço

Social em todo o mundo (Ferguson *et al.*, 2018). Já observamos anteriormente o sucesso da *Orange Tide* na Espanha, que ganhou destaque em 2014, imersa nos movimentos contra a austeridade que estavam florescendo no país na época. A rede húngara *New Approach*, de vida relativamente curta, embora significativa, cujo trabalho com moradores de rua e comunidades ciganas os colocou em conflito com o estado húngaro autoritário. A *Progressive Welfare Network* em Hong Kong envolve vários trabalhadores (muito corajosos) da linha de frente que têm sido particularmente ativos em movimentos sociais nos últimos anos e que desempenharam um papel importante no desenvolvimento de formas mais radicais do trabalho profissional. Eles tiveram um papel central no movimento *Occupy Hong Kong* em 2011 e no movimento *Umbrella Democracy* de 2014-15. Enquanto o *Boston Health Liberation Group*, nos Estados Unidos da América, que, além da atividade de campanha, desenvolveu um modelo de atuação e documentou seu uso em uma série de espaços do Serviço Social (Martinez e Fleck-Henderson, 2014). Seus princípios orientadores são resumidos por Martinez como sendo:

- Holística: situar os indivíduos em sua matriz completa de determinantes pessoais, estruturais, ideológicos e institucionais;
- Crítico: recusando-se a aceitar o neoliberalismo e a noção de que o Serviço Social deve se subordinar à sua agenda social;
- Empoderamento: busca liberar usuários e assistentes sociais da crença confusa de que as condições atuais são inevitáveis e estão além do nosso poder de mudança; busca apoiá-los para que se tornem aliados ativos de indivíduos e movimentos que trabalham pela mudança social;
- Esperançoso: resgatar a memória e valorizar “a capacidade humana coletiva de criar mudança” (Reisch, 2013, p. 68); (Martinez, 2014).

Por fim, como membros fundadores da *Social Work Action Network* (SWAN) no Reino Unido, já discutimos anteriormente a atividade e a filosofia da rede (consulte Ferguson *et al* 2018, Moth; Lavalette, 2019). A rede foi fundada em 2006 em uma conferência com 300 participantes em Liverpool. Pouco tempo depois, foram criados grupos da SWAN na Grécia e na Irlanda. As atividades da SWAN foram agrupadas em torno de três aspectos principais.

Em primeiro lugar, conferências anuais, realizadas todos os anos em diferentes universidades do Reino Unido, têm proporcionado um importante fórum para discutir e debater as respostas das políticas nacionais às questões que afetam o Serviço Social, como: a austeridade, a privatização e o racismo. Uma característica fundamental dessas conferências tem sido o papel desempenhado pelos usuários de serviços, tanto como palestrantes quanto como delegados.

Em segundo lugar, a SWAN esteve envolvida em várias campanhas em nível nacional e local. Em nível local, essas campanhas incluíram a defesa dos solicitantes de asilo, a oposição à privatização dos serviços infantis e a contestação dos cortes nos serviços de saúde mental. Em

---

nível nacional, a SWAN foi uma das redes organizadoras que, em 2015, montou uma série de “comboios” para apoiar os refugiados mantidos em centros de detenção não oficiais na França, na Grécia e na República Tcheca. Na Escócia, a SWAN fez campanha por um sistema de assistência social e controle público baseado na necessidade e não no lucro (Ferguson; Gall, 2020).

Em terceiro lugar, em 2013, a SWAN se envolveu com a imprensa política para criar e lançar o *Critical and Radical Social Work: an International Journal*. Embora não esteja formalmente vinculada à SWAN, o fato de os dois coeditores também serem membros fundadores da SWAN e de muitos membros do Conselho Editorial serem ativistas importantes da SWAN significa que, na prática, os vínculos são estreitos. A revista já conquistou um grande número de leitores e está proporcionando um fórum para o desenvolvimento de novas ideias sobre Serviço Social crítico e radical, com contribuições do mundo todo.

Durante a pandemia, as várias organizações radicais do Serviço Social listadas acima começaram a trabalhar em conjunto de forma muito mais próxima. A partir de maio de 2020, os grupos começaram a realizar reuniões online regulares - e também em conjunto com a Federação Internacional de Serviço Social. O resultado foi a criação de uma rede internacional formal, a *Social Work Action Network International* (SWANI). A SWANI reuniu grupos de todo o mundo. Ela tem grupos representativos no Reino Unido, na Irlanda, na Grécia, na Hungria, na Suécia, nas Filipinas, no Japão, em Hong Kong, na Austrália, no Chile, no Brasil, na Argentina e nos EUA. Embora não seja um membro formal, o coletivo *Rebel Social Work* na Nova Zelândia (que tem uma presença significativa no Facebook) é um aliado próximo do grupo.

A Rede se reúne trimestralmente para planejar suas atividades e tem subgrupos para tratar de questões relacionadas à educação em Serviço Social, ao profissionalismo/sindicalismo em Serviço Social e a presença online e na mídia. Na Páscoa de 2021, a rede realizou sua primeira conferência internacional multilíngue/multi-fuso horário, que atraiu a contribuição de milhares de assistentes sociais do mundo todo.

A SWANI reúne assistentes sociais radicais de todo o mundo e é um centro importante para que profissionais radicais, acadêmicos e usuários de serviços se encontrem, discutam e compartilhem novas ideias. É uma rede de ação com foco no engajamento político em cada um dos países onde a SWANI está presente e em ações coordenadas internacionalmente sempre que possível. No entanto, assim como os pioneiros radicais das gerações anteriores, a *SWANI* vê o Serviço Social Radical como parte integrante de movimentos mais amplos de mudança social. O modelo de trabalho é aquele que, na política, seria entendido como uma “frente unida”.

Com base nos *insights* desenvolvidos pelo Comintern no início da década de 1920 (Comintern 1922) e desenvolvidos de forma mais completa no trabalho de Leon Trotsky (1931/1989) e Antonio Gramsci (1926/1990), a Frente Unida foi originalmente desenvolvida como uma intervenção estratégica para defender a maior unidade de ação entre as forças progressistas na luta por um mundo melhor. Com base no resumo de Choonara (2007): a “Frente Unida” reúne os ativistas em uma luta comum; ela representa um conjunto de demandas aceitáveis para aqueles que se descreveriam como revolucionários (dos quais alguns serão marxistas) e para aqueles que não são, mas que estão comprometidos com uma reforma significativa e com a melhoria das condições sociais; dentro da Frente Unida há espaço para a contestação ideológica fraterna sobre objetivos, estratégias e táticas.

A SWANI representa uma “frente unida” internacional de assistentes sociais radicais. Ela reuniu grupos de ativistas radicais em torno da noção de que “outro Serviço Social é possível”. Essa é a crença de que políticas sociais “boas” e bem financiadas, comprometidas com o atendimento das necessidades das pessoas, podem melhorar significativamente a vida de indivíduos e comunidades. Esse “outro Serviço Social” é aquele comprometido com a justiça social e com o combate a todas as formas de opressão e desigualdade de classe. É a forte crença de que, para estabelecer esse “melhor Serviço social”, é preciso se engajar em lutas políticas por um mundo diferente.

### **Conclusão: o retorno da resistência**

Iniciamos este capítulo destacando as profundas ameaças existenciais representadas por uma combinação tóxica de crises globais - ecológicas, econômicas e políticas. Essas ameaças dificilmente poderiam ser mais graves. Mas há um outro lado, mais esperançoso, nesse quadro sombrio. Pois, como mostrou o relatório do *think-tank* de 2019 citado na revista *The Economist*, nos últimos anos, o mundo também passou por mais revoltas políticas do que nunca. Somente em 2019, houve protestos em todos os continentes e em 114 países - de Hong Kong ao Haiti, da Bolívia à Grã-Bretanha. Ao comentar o relatório, a *Economist* observou que:

Essa agitação faz parte de uma tendência crescente... O número de protestos em massa em todo o mundo aumentou 11,5% ao ano, em média, desde 2009. (Os protestos em massa são definidos como protestos civis contra o governo, independentemente do tamanho, e excluindo tumultos e protestos contra entidades não estatais). Mesmo após o ajuste para o crescimento populacional, os autores consideram que o número de manifestantes que saíram às ruas nos últimos anos excedeu o do movimento contra a Guerra do Vietnã ou o movimento pelos Direitos Civis (*Economist*, 2020).

Esses protestos em massa incluem o movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras

Importam) que, em seu impacto global e em seu desafio à brutalidade policial e ao racismo institucional, alcançou mais em poucos anos do que a estratégia reformista de colocar “rostos negros em posições importantes na sociedade” fez em décadas. Eles também incluem o *Climate Justice movement* - movimento pela Justiça Climática que, em novembro de 2021, mobilizou 100.000 pessoas de todo o mundo para se manifestarem na conferência COP-26 em Glasgow, exigindo dos líderes mundiais presentes uma ação real sobre as mudanças climáticas e não apenas mais promessas vazias (ou o que a jovem e inspiradora ativista sueca Greta Thunberg chamou de “blá blá blá”). O fato de que uma das principais demandas dos manifestantes era “mudança de sistema, não mudança climática” destaca a extensão em que os ativistas do movimento estão relacionando a destruição ambiental com o capitalismo neoliberal voraz que, se não for controlado, destruirá a humanidade e o planeta em sua busca incessante por lucro (Empson, 2019).

Na década de 1960 e no início da década de 1970, o Serviço Social em vários países foi transformado por meio do envolvimento com os grandes movimentos sociais da época (Thompson, 2002). Da mesma forma, argumentamos que é no engajamento e no aprendizado com esses novos exemplos de luta e resistência coletiva que reside a melhor esperança de desenvolver formas novas e mais radicais de prática profissional no século XXI e de substituir o individualismo, que é a marca registrada do Serviço Social neoliberal, a favor do valor coletivo da solidariedade. Nas palavras do grande escritor uruguaio Eduardo Galeano:

Eu não acredito em caridade.  
Acredito na solidariedade.  
A caridade é tão vertical. Vai de cima para baixo.  
A solidariedade é horizontal. Respeita a outra pessoa.  
Tenho muito que aprender com outras pessoas.  
(Citado em Barsamian, 2004, p. 146).

### Referências bibliográficas

- ABDELKADER, E (2017) “A Comparative Analysis of European Islamophobia: France, UK, Germany, Netherlands and Sweden” *UCLA Journal of Islamic and Near Eastern Law*, 16(1) <https://escholarship.org/content/qt870099f4/qt870099f4.pdf>
- ADDAMS, J. (1910) ‘Charity and Social Justice’, *The North American Review* Vol. 192, No. 656 (Jul., 1910), pp. 68-81, [https://www.jstor.org/stable/25106710?seq=2#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/25106710?seq=2#metadata_info_tab_contents)
- ANGUS, I (2017) *Facing the Anthropocene: Fossil Capitalism and the Crisis of the Earth System* (New York: Monthly Review Press)
- ARENDRT, H (1963/2006) *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil* (London: Penguin Classics)
- BAILEY, R and Brake, M (1975) *Radical Social Work*, London: Edward Arnold

- BAJORIA, J (2021) “Shoot the Traitors” Discrimination Against Muslims under India’s New Citizenship Policy” *Human Rights Watch* April 2021 <https://www.hrw.org/report/2020/04/09/shoot-traitors/discrimination-against-muslims-under-indias-new-citizenship-policy>
- BARSAMIAN, D (2004) *Louder Than Bombs: Interviews from The Progressive Magazine*, (California: Southend Press)
- BEAN, P and MELVILLE, J (1989) *Lost Children of the Empire* (London, Unwin and Hyman)
- BENJAMIN, W (1940) *On the Concept of History* (Marxist Internet Archive) <https://www.marxists.org/reference/archive/benjamin/1940/history.htm>
- CAVERO, T and POINASAMY, K (2013) *A Cautionary Tale: The true cost of austerity and inequality in Europe* (Oxfam, London)
- CHOONARA, J (2007) ‘The united front’, *International Socialism* **117**, <https://isj.org.uk/the-united-front/>
- COMINTERN (1922) “Theses on Comintern Tactics” *Fourth Congress of the Communist International* available at <https://www.marxists.org/history/international/comintern/4th-congress/tactics.htm>
- CRAWLEY, H & SKLEPARIS, D (2018) ‘Refugees, migrants, neither, both: categorical fetishism and the politics of bounding in Europe’s ‘migration crisis’, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44:1, 48-64 <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369183X.2017.1348224>
- Critical and Radical Social Work: an International Journal* (2021) Latin America’s Radical Social Work Tradition (Special Issue) Vol 9:1 (March)
- DAVIS, M (2005) *Monster at the Door: the Global Threat of Avian Flu*, New Press
- DAVIS, M (2020) *The Monster Enters: COVID-19, Avian Flu and the Plagues of Capitalism*, OR Books
- Dominic Rushe, Helen Davidson, Kate Connolly, Andrew Roth, Phillip Inman and Martin Farrer (2021) “How the supply chain crisis is affecting six big economies” *The Guardian* 2 October <https://www.theguardian.com/business/2021/oct/02/how-the-supply-chain-crisis-is-affecting-six-big-economies>
- Earth.Org (2021) “Sixth Mass Extinction of Wildlife Accelerating” 10 August <https://earth.org/sixth-mass-extinction-of-wildlife-accelerating/>
- Economist (2020) ‘Political protests have become more widespread and more frequent’, May 10<sup>th</sup>, 2020, <https://www.economist.com/graphic-detail/2020/03/10/political-protests-have-become-more-widespread-and-more-frequent>
- EMPSON, M. (ed.) (2020) *System Change Not Climate Change: a Revolutionary Response to Environmental Crisis* (London: Bookmarks)
- FERGUSON, I. (2008) *Reclaiming Social Work: Challenging Neo-liberalism and Promoting Social Justice*, Sage, London
- FERGUSON, I and Gall, G (eds.) (2021) *People Before Profit: The Future of Social Care in Scotland*, Social Work Action Network/Jimmy Reid Foundation
- FERGUSON, I, Ioakimidis, V and Lavalette, M (2018) *Global Social Work in a Political Context: Radical Perspectives*, Policy Press: Bristol
- FOSTER, J.B. and B. Clark, (2020) *The Robbery of Nature: Capitalism and the Ecological Rift* (New York: Monthly Review Press)
- GRAMSCI, A (1926/1990), ‘Lyons Theses’ in Gramsci, *Selections from Political Writings 1921–1926* (University of Minnesota), [www.marxists.org/archive/gramsci/spw2-contents.htm](http://www.marxists.org/archive/gramsci/spw2-contents.htm)
- HARRIS, J. (2014) ‘(Against) Neoliberal Social Work’, *Critical and Radical Social Work*, 2:1, pp7-22

- Holocaust Encyclopedia (United States Holocaust Memorial Museum), ‘Euthenasia Programme and Aktion T4’, <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/euthanasia-program>
- IOAKIMIDIS, V. (2011) ‘Expanding imperialism, exporting expertise: international social work and the Greek project (1946-1974)’, *International Social Work*, 54 (4), pp504-519
- JORDAN, B. (1984) *Invitation to Social Work* (Oxford: Basil Blackwell, p114)
- LAVALETTE, M, Ioakimidis, V and Ferguson, I (eds.) (2020) *Social Work and the Covid-19 Pandemic: International Insights* (e-book, Bristol University Press)
- LORENZ, W (2006) *Perspectives on European Social Work: From the birth of the nation state to the impact of globalisation* ( Verlag Barbara Budrich)
- LOWY, M (2016) *Fire Alarm* (London, Verso)
- MAIER, M, SAMARI, G. and MCGOVERN, T (2021) “US abortion rights under attack: before, during, and beyond the COVID-19 pandemic” *BMJ Sexual and Reproductive Health Journal* [https://blogs.bmj.com/bmj\\_srh/2021/09/10/us-abortion-rights-under-attack-before-during-and-beyond-the-covid-19-pandemic/](https://blogs.bmj.com/bmj_srh/2021/09/10/us-abortion-rights-under-attack-before-during-and-beyond-the-covid-19-pandemic/)
- MARX, K (1845) *Theses on Feuerbach* (Marxist Internet archive) <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/theses/theses.pdf> )
- MARX, K (1981) *Capital* (Volume 3) (Marxist Internet Archive) <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-III.pdf>
- MIDGLEY, J. (2001) ‘Issues in International Social Work’, *Journal of Social Work*, 1(1), pp21-35
- MOTH, R and LAVALETTE, M (2019) ‘Social policy and welfare movements ‘from below’: the Social Work Action Network (SWAN) in the UK’ in U. KLammer, S. Leiber and S. Leitner (eds.) *Social Work and the Making of Social Policy* (Bristol: Policy Press)
- SANTAYANA, G (1905/2018) *The Life of Reason: or, The Phases of Human Progress* (N.York: Adansonia Press)
- SMITH, J. (2002) Speech to the Community Care Live Conference, <https://www.communitycare.co.uk/2002/05/22/full-text-of-jacqui-smiths-speech-to-community-care-live-2002/>
- SPRING, M (2018) “Decriminalisation of domestic violence in Russia leads to fall in reported cases” *The Guardian* 16 August <https://www.theguardian.com/world/2018/aug/16/decriminalisation-of-domestic-violence-in-russia-leads-to-fall-in-reported-cases>
- THOMPSON, N. (2002) ‘Social movements, social justice and social work’, *British Journal of Social Work*, 32 (6), pp711-722
- TROTSKY, L. (1931/1989) “What next? Vital Questions for the German Proletariat”, in Trotsky, L. *Fascism, Stalinism and the United Front* (London, Bookmarks) also available at: [www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1932-ger/](http://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1932-ger/)
- WALLACE, R (2016) *Big Farms Make Big Flu: Dispatches on Influenza, Agribusiness, and the Nature of Science* (Monthly Review Press)
- WALLACE, S (2021) “An illegal gold rush is igniting attacks on Indigenous people in the Amazon” *National Geographic*, 6 July <https://www.nationalgeographic.com/history/article/war-on-indigenous-amazon-communities-in-brazil>

O dossiê temático **Teoria social de Marx, desigualdades sociais e Serviço Social** traz artigos que versam sobre as contribuições da teoria social marxiana, especialmente no campo da crítica à Economia Política, assente nas formulações de Marx e Engels e suas implicações na sociedade capitalista contemporânea para a análise das desigualdades sociais, do significado social da profissão e do trabalho de assistentes sociais.

